Maurício Torres Assumpção
A história do
BRASIL
NAS RUAS DE PARIS
Casa da Palavra

Ficha Técnica

Este livro foi revisado segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Copidesque: Olivia Haiad

Revisão: Joana Milli

Capa: D29/Leandro Dittz e Sílvia Dantas

Fotos de miolo
P. 185 © The Bridgeman Art Library/Getty Images; p. 204 © Print Collector/Getty Images; p. 230 © Universal Images Group/Getty Images; p. 244 © SSPL/Getty Images; p. 272 © Universal Images Group/Getty Images; p. 303 © De Agostini/Getty Images; p. 325 © Restaurante Le Boeuf sur le Toit; p. 354 © Pierre-Emmanuel Rastoin; p. 441 © Jacques Benoit/www.jacquesbenoit.com

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A87a
Assumpção, Maurício Torres
A história do Brasil nas ruas de Paris / Maurício Torres Assumpção.
- 2014. 1. ed. - Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.
Inclui bibliografia
ISBN 9788577344840
1. História – França. 2. Artistas brasileiros – França. 3. Artistas – Brasil – Biografia. 4. Brasil – Civilização – Influências francesas. 5. Paris (França) – Descrições e viagens – Guias. I. Título.
14-13049 CDD: 709.81
CDU: 7.036(81)

CASA DA PALAVRA PRODUÇÃO EDITORIAL
Av. Calógeras, 6, 1001 – Rio de Janeiro – RJ – 20030-070
21.2222 3167 21.2224 7461
divulga@casadapalavra.com.br
www.casadapalavra.com.br

Para Marie

Introdução

Nas primeiras horas da manhã de 23 de junho de 1903, Alberto Santos Dumont sobrevoou a avenue des Champs-Élysées, em Paris, com seu pequeno balão dirigível. Passando pelo edifício onde morava, aterrissou na avenida, saltou do aparelho e subiu ao seu apartamento para tomar um café. Da janela, apreciou a vista, a Torre Eiffel e, lá embaixo, a multidão curiosa que cercava o seu balão. Terminado o café, desceu à rua, afastou o público e voltou a embarcar no aparelho. Deu partida no motor e decolou suavemente, assombrando o povo a caminho do trabalho.

Essa escala para um cafezinho entrou para a crônica da cidade, com direito a placa comemorativa na porta do edifício. Da placa, surgiu o projeto deste livro. Ou melhor, dela surgiu o *Guia de Paris para brasileiros*, que se transformou neste livro, na medida em que a placa se revelava tão somente a ponta de um enorme iceberg histórico. Com ele emergiriam outras placas, monumentos e nomes de ruas que homenageiam os brasileiros que fizeram diferença na França. Hoje, analisados sob a lupa da curiosidade, esses monumentos desvendam histórias pitorescas e emocionantes, que, com toda sua carga humana, vão muito além de nomes e datas gravados numa pedra empoeirada. Para entender essa aventura, contudo, torna-se necessário abraçar os contextos históricos francês e brasileiro, bem como o processo de formação da imagem do Brasil na França.

A imagem da França no Brasil, você já conhece. Basta entrar em qualquer grande livraria para encontrar vários das centenas de livros e teses escritos sobre os franceses e sua influência no Brasil. Do Iluminismo a Jacques Lacan, passando, entre outros, pela Missão Artística Francesa e Auguste Comte, a França esteve sempre na ordem do dia, pelo bem do nosso progresso. Daí vêm a Inconfidência Mineira, o Positivismo, o Kardecismo, o movimento republicano, a Semana de 22, a arquitetura moderna, o estruturalismo. Enfim, um universo político e sociocultural inspirado pela França, que, do século

XVIII até a Segunda Guerra Mundial, ditava o modelo de civilização e refinamento seguido por boa parte do mundo.

Logo, compreende-se por que tantos personagens da história do Brasil tenham, em sua trajetória, feito escala em Paris. Se alguns ali procuravam asilo político, outros almejavam desenvolver-se acadêmica ou profissionalmente, quando não buscavam inspiração artística e oportunidades para divulgar sua obra. Dos pensionistas do imperador a Chico Buarque, passando pelos barões do café, inventores e artistas, "foram todos para Paris".[1] Muitos, no entanto, fizeram mais do que absorver passivamente o que a cidade oferecia. Nela, deixaram a sua própria marca, concorrendo para a formação da imagem que a França teria dos brasileiros. Pouco ou quase nada, porém, se tem escrito sobre essa presença brasileira na história da França.

O propósito deste livro é, portanto, pingar uma gota de brasilidade neste oceano de francesismo que afoga as livrarias. Sem ter a pretensão de ser um trabalho acadêmico, o texto cobre duzentos anos de história, revelando a saga dos brasileiros que deixaram seu legado na cidade de Paris – seja um legado concreto, literalmente, como o de Oscar Niemeyer; ou contribuições para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, como fizeram D. Pedro II e Alberto Santos Dumont; ou, ainda, uma melodia no coração dos parisienses, cortesia de Heitor Villa-Lobos.

Refazendo a trajetória desses personagens, o livro apresenta o contexto histórico que os levaram a Paris, o que realizaram na cidade, com quem se relacionaram e que impacto tiveram sobre seus pares e a sociedade francesa da época. Sem perder de vista as balizas imprescindíveis da história oficial, o texto realça as *estórias* normalmente relegadas às notas de pé de página na literatura acadêmica. Assim, nesta viagem virtual a Paris, você assistirá a Dom Pedro I regendo uma orquestra ao lado de Rossini, e Dom Pedro II fazendo uma visita surpresa (e um tanto embaraçosa) a Victor Hugo. Você jantará com Santos Dumont no Maxim's, antes de voar (e cair!) sobre os telhados de Paris a bordo do seu dirigível. Depois, com o arquiteto Lúcio Costa, assistirá a Josephine Baker rodando sua saia de bananas no Folies Bergère. Também verá como Villa-Lobos escapou

de ser comido por canibais, e como Pixinguinha botou Paris para sambar na louca década de 1920.[2]

Três anos de pesquisa foram dedicados à elaboração deste livro. Para além do trabalho de campo, flanando por dezenas de quilômetros a pé ou de bicicleta, a pesquisa baseou-se, sobretudo, no acervo da Biblioteca da Embaixada Brasileira em Paris. Pelo lado francês, a rede Bibliothèque Nationale de France (BNF) facilitou o acesso à Bibliothèque-Musée de l'Opéra, onde se descobre toda a história da música, incluindo o êxito de Villa-Lobos em Paris; à Bibliothèque de l'Arsenal e à Richelieu-Louvois, cujas coleções de periódicos do século XIX registram a reação dos franceses à presença de D. Pedro I e D. Pedro II na França. Na Sorbonne, a centenária Bibliothèque Sainte-Geneviève (muito visitada pelo imperador Pedro II) guarda os manifestos publicados pelos positivistas brasileiros nos séculos XIX e XX; enquanto a Bibliothèque des Études Portugaises complementou a pesquisa com o acervo do brasilianista Mario Carelli, uma das maiores autoridades acadêmicas em relações culturais franco-brasileiras.

A pesquisa estendeu-se ainda pela biblioteca do Musée de l'Air et de l'Espace de Le Bourget, onde há preciosidades sobre a figura de Santos Dumont na *Belle Époque*, e pela biblioteca do Aéro-Club de France, que guarda a coleção completa de *L'Aérophile*, a primeira revista sobre aviação do mundo, que registra toda a trajetória de Santos Dumont com riqueza de detalhes. Outra coleção-chave para este trabalho, consultada na biblioteca do Musée du Quai Branly, foi a *Latin-American Music Review*, publicação da Universidade do Texas que muito contribui para o estudo da música brasileira no exterior. Espreitando, ainda, os arquivos históricos do Partido Comunista Francês, encontram-se detalhes sobre o projeto de Niemeyer para o edifício-sede do partido, e a relação do arquiteto com seus camaradas franceses. Finalmente, o que não está registrado nos acervos bibliográficos revelou-se em entrevistas feitas pelo autor com profissionais que conviveram com Oscar Niemeyer e Heitor Villa-Lobos, e com os encarregados pela direção da Maison du Brésil.

No Brasil, a pesquisa envolveu visitas ao Museu Imperial e ao Museu Casa de Santos Dumont, ambos em Petrópolis; ao Museu Nacional, ao Museu Villa-Lobos e à Igreja Positivista, no Rio de

Janeiro. A internet, por sua vez, desempenhou um papel fundamental no tira-teima das dúvidas e divergências acadêmicas, permitindo o cruzamento de dados entre dezenas de websites e homepages oficiais, além de dar acesso ao gigantesco acervo de trabalhos acadêmicos disponibilizados pelas universidades brasileiras. Entre as páginas mais visitadas estão as da Hemeroteca Digital Brasileira, das bibliotecas digitais Brasiliana USP e Gallica BNF, da Fundação Oscar Niemeyer, Fondation Le Corbusier, Igreja Positivista do Brasil e do Ministério da Cultura da França.

Sem ter abandonado por completo o projeto original de ser um guia de viagem, o livro vira uma esquina a cada página, visitando mais de 170 endereços em Paris e arredores. Seguindo os passos dos sete personagens principais, você conhecerá o palacete alugado por D. Pedro I; a Capela da Humanidade fundada pelos positivistas brasileiros; o hotel onde morreu D. Pedro II; o gramado de onde Santos Dumont decolou com o *14-Bis*. Com os modernistas, você frequentará o apartamento em que Tarsila do Amaral recebia Erik Satie e Jean Cocteau; e verá a sala de música de onde Villa-Lobos fez Paris tremer. Na segunda metade do século XX, Lúcio Costa vai levá-lo a explorar a Maison du Brésil, que conta a história da arquitetura moderna; enquanto Oscar Niemeyer lhe dará acesso à cúpula do Partido Comunista Francês, um pedaço de Brasília encravado em Paris.

Por uma questão de coerência, a grafia dos logradouros de Paris foi mantida em francês. *Rue*, *place* e *boulevard*, em vez de “rua”, “praça” e “bulevar”. Já imaginou chamar a avenue des Champs-Élysées de “avenida dos Campos Elísios”? Por outro lado, você encontrará no texto traduções já assimiladas pela tradição brasileira, como Arco do Triunfo, em vez de *Arc de Triomphe*, que soaria afetado. Mais difícil, no entanto, foi decidir sobre igrejas, basílicas e catedrais. Basilique du Sacré-Cœur ou “Basílica do Sagrado Coração”? Outra vez se optou pelo original em francês, para evitar traduções esdrúxulas como “Catedral de Nossa Senhora” para a Cathédrale Notre-Dame. O “Corcunda de Nossa Senhora” deixaria Victor Hugo sarapantado.

Há ainda duas palavrinhas em francês que podem aparecer com frequência: *hôtel* e *arrondissement*. Cuidado com *hôtel*. Em francês, essa palavra tem dois significados: hotel, onde você pode se

hospedar; e palacete, ou palácio, como em Hôtel de Ville, ou "Palácio da Cidade", a prefeitura de Paris. Quanto a *arrondissement*, uma particularidade da geografia política francesa, a tradução mais próxima seria "distrito" ou "região administrativa", pois cada um dos vinte *arrondissements* de Paris reúne quatro bairros. Novamente, por tradição, optou-se por manter o termo *arrondissement* neste livro.

Logradouros e instituições em negrito indicam pontos de interesse que podem ser visitados. Assim, na sua próxima viagem à França, servindo-se da seção "Como chegar lá", você poderá conferir pessoalmente cada uma dessas placas, monumentos e endereços que serviram de cenário ou homenagem à história brasileira nas ruas de Paris.

Bon voyage!

1 Referência ao livro *E foram todos para Paris: um guia de viagem nas pegadas de Hemingway, Fitzgerald e Cia*, de Sérgio Augusto. (N.do E.)

2 Para melhor ilustrar alguns desses episódios, incluí nas notas, ao fim de cada capítulo, links para a internet onde se encontram músicas, vídeos e imagens a eles relacionados. Você poderá acessá-los diretamente via QR Code, instalando um programa de leitura de QR Codes em um smartphone. (N. do A.)

Coluna de Julho, na place de la Bastille.

D. PEDRÔ: O MONARCA CONSTITUCIONAL

Na Europa, ele estará, imediatamente, na linha de frente, e será o homem da liberdade constitucional.

BENJAMIN CONSTANT DE REBECQUE,
REFERINDO-SE AO IMPERADOR PEDRO I, EM 1828

Contando que V. Exa. conservará para com D. Pedro quando simples particular, aquele mesmo grau de amizade que mostrava a D. Pedro quando imperador do Brasil, tomo a liberdade, depois de lhe fazer os meus cumprimentos, de lhe pedir que haja de me alugar uma casa na rue de saint-honoré [em Paris]. (...) como poderá pensar que eu desejo um palácio, mister é que o advirta que fui imperador que só tratou da pátria, e não de si, e por isso nada possuo; portanto, uma casa barata e decente é o que me convém, onde eu caiba com minha esposa e a rainha, que em breve chegará a Brest e que desembarcará debaixo do [título] de duquesa do Porto.

DOM PEDRO I, DUQUE DE BRAGANÇA E
EX-IMPERADOR DO BRASIL, EM CARTA DE 1831 A JOSÉ MARCELINO GONÇALVES

Detalhe da Coluna de Julho, que comemora a revolução dos Três Gloriosos Dias.

Não há em Paris nome de logradouro mais enganoso do que a **place de la Bastille**, onde não há praça, e muito menos bastilha. Com sorte, você encontrará na rotatória de paralelepípedos as marcas que indicam onde estava o muro da famigerada prisão, cuja tomada em 14 de julho de 1789 virou símbolo da Revolução Francesa.[3] No centro da rotatória, a **Coluna de Julho** celebra não a Revolução Francesa, mas a seguinte, de 1830, que também repercutiu no Brasil. O monumento, inspirado na coluna de Trajano, em Roma, teve sua pedra fundamental lançada em 27 de julho de 1831 – o primeiro aniversário da rebelião dos Três Gloriosos Dias, que derrubara Carlos X, da dinastia de Bourbon, levando ao trono seu primo Luís Filipe, da dinastia de Orléans, o “rei dos franceses” (em vez de “rei da França”, como veremos adiante).

Naquele dia, Luís Filipe I, o último rei na história da França, segurava delicadamente a espátula, espalhando o cimento sobre o qual assentou o primeiro tijolo da coluna. Depois, passou um martelo ao convidado de honra a seu lado, que, empertigado num uniforme de general, firmou o tijolo com duas suaves marteladas.[4] Era o duque de Bragança, mais conhecido pelos brasileiros como o imperador Pedro I, então exilado na Europa. Ali, buscava apoio para a guerra que faria contra seu irmão, Dom Miguel, autoproclamado rei de Portugal.

Para entendermos a calorosa acolhida que Dom Pedro I teve em seu exílio em Paris, precisamos voltar a 1807, quando seu pai, o príncipe regente Dom João, e toda a corte portuguesa, entre 15 e 20 mil pessoas, fugiram de Portugal, buscando refúgio no Rio de Janeiro. O príncipe regente governava Portugal em nome de sua mãe, a rainha Maria I, a Louca, afastada do trono por insanidade. Naquele ano, entretanto, o imperador francês Napoleão Bonaparte dera ao príncipe um ultimato: ou aderia ao bloqueio continental contra a Inglaterra, ou a França invadiria Portugal, dando fim à dinastia de Bragança. O príncipe lusitano não tinha alternativa. Napoleão dispunha de 750 mil homens, o maior e mais bem treinado exército do mundo. Dominava quase toda a Europa, impingindo a vários reinos o legado da

Revolução Francesa: o fim das monarquias absolutistas, aquelas em que o poder emanava do rei por direito divino.

Por outro lado, a Inglaterra, aliada secular de Portugal, pressionava D. João para que não cedesse às ameaças da França. O príncipe regente tergiversava, blefava, fazia promessas para um lado e para o outro, até que Napoleão perdeu a paciência e enviou suas tropas. A reação da corte portuguesa foi imediata: fizeram as malas, milhares delas, e zarparam às pressas para bem longe dali. Quase dois meses depois, com a proteção da Marinha Real Britânica, a frota chegou ao Brasil, a maior e mais promissora colônia do império lusitano, localizada, seguramente, do outro lado do oceano Atlântico.

A transmigração da coroa portuguesa da metrópole para a colônia, que recebia todo o aparato administrativo do império, daria o pontapé inicial no processo de independência do Brasil. Já em 1815, D. João elevou a colônia à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. O Rio de Janeiro deixava de ser província para tornar-se a única capital de um império europeu fora da Europa. Quem não gostou nada disso foi a população de Portugal, havia oito anos abandonada à própria sorte.

Desde que a corte chegara ao Brasil, D. João tomara várias medidas de caráter econômico que favoreciam o desenvolvimento da colônia em detrimento de Portugal. A abertura dos portos brasileiros às nações amigas, sobretudo à Grã-Bretanha, suspendera o monopólio comercial que Portugal detinha com o Brasil. A economia da metrópole, já profundamente abalada pela invasão das tropas napoleônicas e a guerra de resistência que a seguiu, entrou em colapso com a perda dos seus privilégios comerciais com a mais rica colônia do império. Os ingredientes estavam, então, reunidos: crise econômica, população faminta, governo ausente, orgulho ferido e ideias liberais conquistando mentes e corações na Europa. Só faltava a faísca para fazer o barril de pólvora português voar pelos ares.

Ela veio em 1820, com a Revolução Liberal, na cidade do Porto, que exigia a volta a Portugal do agora rei D. João VI (sua mãe, Maria I, morrera no Rio de Janeiro, em 1816). Não que os revoltosos sentissem muitas saudades de D. João, que sempre se mostrara um monarca inseguro e vacilante. Queriam, pelo contrário, a transformação radical da política portuguesa, legitimando-a, ao

mesmo tempo, com a presença do rei. Decretando o fim do absolutismo, aceitavam a continuação da monarquia, desde que a autoridade do rei fosse precedida e limitada por uma constituição de caráter liberal, elaborada e aprovada pelos deputados das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Em outras palavras, o rei, como chefe de Estado, passaria a ser uma figura quase simbólica, desprovida de muito do seu poder político.

Curiosamente, quem abraçou com entusiasmo a causa dos revoltosos portugueses foi Dom Pedro de Alcântara, filho de D. João VI e herdeiro do trono de Portugal. Desde que chegara ao Brasil, aos 9 anos, o pequeno príncipe mantivera uma relação distante com a mãe, a absolutista espanhola Dona Carlota Joaquina. A D. Pedro, a mãe preferia descaradamente seu filho mais novo, D. Miguel, fruto, segundo rumores, de uma aventura extraconjugal. D. João, por sua vez, nas suas atribulações de rei hesitante, tampouco tinha tempo para o filho mais velho, que se criava solto na Real Quinta da Boa Vista e nas ruas da cidade. Mais do que ninguém da família real, D. Pedro adaptou-se facilmente ao Brasil, incorporando a cultura e o caráter da gente do Rio de Janeiro do início do século XIX. Irrequieto e saudável, apesar de ser epiléptico, passava os dias cuidando de seus cavalos, estudando música, quando não correndo atrás de todo e qualquer rabo de saia. Sem restrições ou censura ao que lia e aprendia, e tampouco uma educação adequada ao herdeiro de um trono europeu, D. Pedro deixara-se influenciar pelas ideias modernosas do franco-suíço Benjamin Constant de Rebecque, que pregava a monarquia constitucional, na qual o rei "reina, mas não governa".[5]

Quando as notícias da revolução do Porto chegaram ao Brasil, militares portugueses baseados no Rio de Janeiro sublevaram-se contra D. João, exigindo que ele jurasse a Constituição que estava sendo elaborada em Portugal. Imobilizado pelo medo e pela lembrança das guilhotinas da Revolução Francesa, o rei vacilava, deixando espaço para que D. Pedro entrasse, pela primeira vez, na cena política. Aos 21 anos, o príncipe pôs-se à disposição dos revoltosos, prometendo mediar a crise entre os militares e o pai. No dia 26 de fevereiro de 1821, D. João capitulou, passando um cheque em branco às Cortes Constitucionais portuguesas: jurava

publicamente, no Paço Real (na atual praça Quinze de Novembro), a Constituição que ainda não estava pronta. Ao seu lado, na sacada do edifício, D. Pedro repetia em voz alta e clara o juramento murmurado a contragosto pelo pai. “Algum dia fez-se alguém jurar o que ainda não se conhece e talvez nem exista?”, lamentaria o rei dias mais tarde.

Derrotado pelos deputados portugueses, D. João VI e sua corte foram finalmente forçados a retornar a Portugal em abril de 1821, depois de treze anos no Brasil. Ainda que muitos, como Dona Carlota Joaquina, estivessem eufóricos pela volta ao “mundo civilizado”, D. João VI despedia-se do Brasil aos prantos, não só pelo amor e reverência que o povo lhe devotara, mas também pela incerteza do que o aguardava em Portugal, onde se tornaria um rei de baralho no jogo da política constitucional. No Rio de Janeiro, ficaria somente D. Pedro, na condição de príncipe regente do Reino do Brasil, acompanhado por sua mulher, a arquiduquesa da Áustria, Dona Leopoldina de Habsburgo.

As cortes portuguesas, no entanto, não ficaram satisfeitas. Queriam que D. Pedro também retornasse a Portugal. De lá, deveria partir em viagem pela Europa a fim de terminar sua formação como futuro rei constitucional. O Brasil perderia a condição de Reino Unido, e as províncias brasileiras se reportariam diretamente a Lisboa. Em resumo, os deputados queriam que o Brasil voltasse à condição de colônia. Mas os brasileiros não aceitariam tal manobra. Depois que D. João abrira as portas da colônia para o mundo, o processo de formação da nação brasileira tornara-se irrefreável. No Reino do Brasil, já havia brasileiros e portugueses influenciados não só pelo liberalismo constitucionalista, mas também pela ideia de independência e até republicanismo. De qualquer modo, fosse republicana ou monarquista constitucional, a maior parte da elite brasileira julgava que a presença de D. Pedro era fundamental para a manutenção do Reino do Brasil, unido a Portugal ou independente dele. Colônia, nunca mais.

Da mesma forma pensava Dona Leopoldina, ainda que por razões diametralmente opostas. Católica e extremamente conservadora, a mulher de D. Pedro defendia os interesses de seu pai, o imperador Francisco I da Áustria, que não via com bons olhos a onda de

liberalismo europeu. A princesa temia que as ideias liberais que tomaram conta de Portugal se radicalizassem no Brasil. Por isso, sugeriu a D. Pedro que ficasse no Rio de Janeiro, afastando-se dos liberais portugueses, pelo bem do reino.

Pressionado por todos os lados, o príncipe regente, agora com 23 anos, vacilava entre a desobediência às cortes e a resignação da volta a Portugal. A pressão do lado brasileiro aumentou com uma petição pela sua permanência organizada pela maçonaria. Com 8 mil assinaturas, o documento foi apresentado a D. Pedro pelo presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, o juiz José Clemente Pereira. No dia 9 de janeiro de 1822, o príncipe regente, ainda que hesitante, anunciava:

> Convencido de que a presença da minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a nação portuguesa e conhecendo que a vontade de algumas províncias assim o requer, demorarei a minha saída, até que as cortes e meu augusto pai e senhor deliberem a este respeito com perfeito conhecimento das circunstâncias que têm ocorrido.

Segundo Isabel Lustosa, historiadora e biógrafa de D. Pedro I, a versão mais curta e resoluta que entrou para a história – “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico” – teria sido redigida no dia seguinte pelo Senado da Câmara, sendo assinada pelo próprio José Clemente Pereira.

O IMPERADOR DO BRASIL

Do Dia do Fico à independência, passaram-se apenas oito meses. A desobediência de D. Pedro às cortes provocou um recrudescimento das animosidades dos dois lados do Atlântico. Como bem lembra o jornalista Laurentino Gomes, no seu livro *1822*, foi o extremismo e a intransigência dos deputados em Portugal que fizeram a independência do Brasil. Enquanto a maioria dos brasileiros sequer cogitava uma separação completa da metrópole, as cortes em Lisboa radicalizavam o seu discurso, chegando a considerar a hipótese de enviar tropas para prender D. Pedro, e levá-lo para a Europa na marra. “Mostre-se que ainda temos um cão de fila, ou leão, tal que, se soltarmos, há de trazê-los a obedecer às cortes, ao rei e às autoridades constituídas”, ladrava um apoplético deputado das cortes em Lisboa.

Ameaçados, os brasileiros não tinham alternativa. O brado do Ipiranga, no dia 7 de setembro de 1822, só corroborou o que, a portas fechadas, o ministro do Reino José Bonifácio e Dona Leopoldina já haviam decidido em nome do indeciso príncipe regente: o rompimento definitivo dos laços de união entre os reinos do Brasil e de Portugal. Fundava-se, então, um reino independente, noventa vezes maior do que Portugal, um verdadeiro império sob a regência de Dom Pedro I.

Já no ano seguinte, instalava-se no Rio de Janeiro a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, que se encarregaria de elaborar a primeira Constituição do Império do Brasil. Num país onde ainda não havia partidos políticos, a primeira assembleia reunia magistrados, proprietários rurais, ricos comerciantes, padres, militares e funcionários públicos (todos, homens, alfabetizados, com uma renda superior a 100 mil-réis por mês – uma regra que excluía do processo eleitoral quase 99% da população brasileira, na sua maioria composta por escravos, índios, negros e mulatos livres, quase todos analfabetos). No espectro político, havia democratas ligados à maçonaria, monarquistas mais ou menos liberais, federalistas e alguns poucos republicanos.

A falta de experiência legislativa da primeira assembleia e o temperamento impulsivo de D. Pedro azedaram os trabalhos constituintes desde a primeira hora. D. Pedro e os deputados desentediam-se sobre tudo e qualquer coisa. Questões menores, como, por exemplo, se o imperador poderia ou não portar a coroa nas sessões parlamentares, faziam a assembleia perder dias em discussões estéreis e irrelevantes. Assuntos e interesses particulares, que não deveriam pertencer ao escopo de uma Constituição, atravancavam ainda mais os trabalhos. Mas o fulcro da discórdia entre D. Pedro e os deputados dizia respeito à legitimidade e autoridade do imperador. D. Pedro exigia uma constituição que fosse “digna do Brasil e de mim”, ao que os deputados mais liberais objetavam. Digna do Brasil, com certeza, mas “digna do imperador” era uma expressão um tanto ambígua, que poderia deixar a Carta Constitucional resvalar num regime absolutista. Para os democratas, na sua maioria pertencentes à maçonaria, o imperador, aclamado pelo povo, deveria se submeter à Constituição. Já os liberais moderados,

como José Bonifácio, defendiam a soberania do monarca sobre a Carta.

A divergência ideológica se traduzia, na prática, no debate sobre o veto do imperador. O monarca teria ou não a prerrogativa de vetar qualquer artigo da Constituição que não lhe agradasse? Antes que os deputados pudessem chegar a um acordo, os meses se passaram, os ânimos se acirraram e D. Pedro, com o apoio das armas, decretou o fechamento da assembleia que ele mesmo convocara. Mandou prender e exilar os deputados mais radicais, incluindo José Bonifácio e seus irmãos, que, então, haviam passado à oposição. Como lembra o jurista Nogueira da Silva, no seu livro *Pedro I – O português brasileiro*, o imperador sentia-se atraído pelo "princípio" democrático, mas não tinha a paciência imprescindível ao "procedimento" democrático. Assistido por seu Conselho de Estado, D. Pedro chamou para si a responsabilidade de elaborar e apresentar uma Carta Constitucional.[6]

A primeira Carta brasileira, outorgada por D. Pedro em 1824, surpreenderia muita gente. Ao contrário do que se esperava, o imperador apresentava um texto moderno e extremamente liberal, que duraria 65 anos, com poucas emendas. Baseada nos preceitos de Benjamin Constant, a Carta rezava que ao imperador caberia o Poder Moderador, que arbitraria as disputas entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. D. Pedro teria também a prerrogativa de nomear o Conselho de Ministros, exercendo o Poder Executivo, além de poder dissolver o parlamento, em caso de necessidade. Depois da abdicação de D. Pedro I, a modernidade da Carta, pouco modificada, garantiria a estabilidade política do Brasil e do reinado de seu filho Dom Pedro II até a Proclamação da República em 1889.

Isso não quer dizer, porém, que D. Pedro abraçasse o liberalismo incondicionalmente. Liberal na teoria, ele continuava a ser autoritário e impulsivo na prática, vivendo às turras com a Assembleia Legislativa até o fim do seu reinado. Dois anos depois de outorgada a Carta Constitucional, a situação agravou-se com duas perdas na família real: D. João VI e a imperatriz Leopoldina.

D. João morreu em Lisboa, no dia 10 de março de 1826, depois de um suspeito mal-estar digestivo. O monarca já havia resistido a um golpe político em 1824, quando sua mulher, Carlota Joaquina, e seu

filho D. Miguel tentaram lhe roubar o trono. Depois do fiasco, Dona Carlota fora internada no Palácio de Queluz e afastada para sempre dos assuntos da corte, enquanto D. Miguel era enviado para o exílio em Viena, na Áustria. Dois anos mais tarde, porém, D. João acabou sucumbindo, vítima, provavelmente, de envenenamento por arsênico.

A morte de João VI deixou D. Pedro I numa sinuca de bico. Imperador do Brasil, ele herdava agora a coroa de rei de Portugal. Se acumulasse os tronos, como desejava, estaria reunindo aquilo que ele mesmo separara, gerando mal-estar em todos os lados. Para os brasileiros, era inadmissível que o seu imperador partisse para Lisboa, reunindo o Brasil à sua antiga metrópole. A própria Carta Constitucional brasileira impedia a união do país com qualquer outra nação. Para os portugueses, era inconcebível que o novo rei governasse Portugal sentado num trono no Rio de Janeiro. Mais grave ainda, D. Pedro era tido por muitos portugueses como traidor por ter dado a independência ao Brasil, privando, assim, Portugal da sua galinha dos ovos de ouro.

Indeciso, D. Pedro optou por uma saída diplomática. Através de correspondência, assumiu a coroa portuguesa por apenas uma semana, tempo suficiente para outorgar a Portugal uma Carta Constitucional liberal, quase uma cópia da brasileira – a Carta de D. Pedro foi a mais longeva Constituição da história portuguesa, tendo vigorado por 72 anos. Ato contínuo, abdicou o trono de Portugal em favor de sua filha mais velha, Maria da Glória, que, aos 7 anos, seria enviada à Europa sob o título de rainha Maria II. Ao prometer a mão da menina a seu irmão Miguel, D. Pedro planejava que a filha desse continuidade à dinastia de Bragança, casando-se com seu tio ao atingir a maioridade. A intenção era boa.

No final daquele ano, 1826, morria, no Rio de Janeiro, a imperatriz Leopoldina. Sua morte acelerou a decadência moral e política do imperador brasileiro. Além de todas as aventuras extraconjugais suportadas pela imperatriz, D. Pedro mantinha, desde a independência, uma relação permanente com Domitila de Castro Canto e Melo, a quem concedeu o título de marquesa de Santos. Com a amante, D. Pedro trocava cartas apaixonadas, plenas de metáforas eróticas que fazem a alegria dos historiadores, tais como “máquina triforme”, em referência à sua genitália.

Pior: D. Pedro humilhava publicamente sua mulher fazendo-se acompanhar por Domitila a toda parte, além de nomeá-la camarista da imperatriz. Ambiciosa e inescrupulosa, a marquesa de Santos fizera de seu salão um balcão de negócios. Vendia promoções, títulos de nobreza, acesso ao imperador. Enriqueceu, e ajeitou a vida de toda a sua família (mais tarde se casaria com o brigadeiro Tobias de Aguiar, que hoje dá nome às Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar – a ROTA, da Polícia Militar de São Paulo). Já a imperatriz Leopoldina, eternamente apaixonada e dedicada a D. Pedro, definhava a olhos vistos em função dos maus-tratos sofridos nas mãos do marido. Alguns meses antes de morrer, grávida pela oitava vez, teria recebido um pontapé, literalmente, de D. Pedro. O incidente aconteceu a portas fechadas, entrando para a história sem jamais ter sido comprovado. De qualquer modo, depois do bate-boca, no qual D. Pedro tentara forçar Leopoldina a participar de uma cerimônia ao lado da marquesa de Santos, a imperatriz entrou em profunda depressão, da qual só sairia morta, em 11 de dezembro de 1826. Seu sétimo e último filho, o futuro imperador Pedro II, tornava-se, assim, órfão de mãe pouco depois de completar 1 ano. A morte da imperatriz, querida e reverenciada por sua postura despretensiosa e seus gestos caridosos, foi profundamente sentida pelo povo, tornando-se o primeiro grande luto da nação brasileira. “Nossa mãe morreu. O que será de nós?”, choravam os escravos pelas ruas da corte.

D. Pedro não poderia ficar viúvo por muito tempo, sob pena de ver sua reputação, já bastante abalada, se deteriorar de uma vez por todas no Brasil e no exterior. O Império do Brasil precisava que sua legitimidade fosse reconhecida internacionalmente, e um imperador viúvo, notoriamente mulherengo, não contribuiria para a causa. Estava fora de cogitação o casamento com a amante, como fez, no século XXI, o viúvo príncipe Charles, desposando Camilla Parker Bowles. Não só porque o marido da marquesa de Santos ainda estava vivo, e não havia divórcio, mas, principalmente, porque tal união, com uma amante de origem plebeia, ainda por cima algoz da imperatriz Leopoldina, mancharia ainda mais a imagem de D. Pedro. A solução, seguindo as normas da época, seria encontrar uma nova esposa nas casas reais europeias, missão confiada ao mineiro

Felisberto Caldeira Brant, o marquês de Barbacena, em mensagem de D. Pedro:

> O meu desejo e grande fim é obter uma princesa que, por seu “nascimento”, “formosura”, “virtudes” e “instrução”, venha a fazer a minha felicidade e a felicidade do império. Quando não seja possível reunir as quatro condições, podereis admitir alguma diminuição na “primeira” e na “quarta”, contanto que a “segunda” e a “terceira” sejam constantes.

Em outras palavras, a noiva poderia ser nobre de segunda linha e até pouco ilustrada, desde que fosse bela e honesta.

Enquanto D. Pedro se desvencilhava da marquesa de Santos, cujo poder palaciano inibiria qualquer candidata à coroa, Barbacena embarcou para a Europa em 1827 com uma dupla missão: primeiro, encontrar aquela que seria a nova imperatriz do Brasil, levando em conta a acentuada libido e o comportamento irascível do imperador. Depois, deixar a pequena rainha, Maria II de Portugal, aos cuidados do seu avô, o imperador Francisco I da Áustria, pai da falecida Leopoldina.

As missões de Barbacena se revelariam mais difíceis do que o mineiro poderia imaginar. Batendo de porta em porta nas casas reais europeias, recebia acachapantes recusas ao pedido de casamento que apresentava em nome de Sua Majestade Imperial, D. Pedro I do Brasil. Quanto à missão de escoltar a pequena rainha a Viena, Barbacena foi tomado de surpresa por um golpe que mudaria o cenário político em Portugal. D. Miguel, irmão de D. Pedro, quebrou seu juramento de esperar pela maioridade de Maria da Glória, com quem se casaria para tornar-se rei consorte. Não tinha paciência para isso. Tinha ambição: queria ser rei, agora e já, com o apoio da sua mãe, a absolutista Carlota Joaquina. Sem encontrar resistência, rasgou a Carta Constitucional, sendo aclamado pelo povo português, que, havia muito, esperava por um rei resoluto que voltasse a pôr ordem no país.

O marquês de Barbacena, desconfiado da monarquia austríaca, conservadora e absolutista, preferiu não deixar Maria da Glória nas mãos do avô. Temia que o velho imperador apoiasse D. Miguel, contrariando as decisões de D. Pedro. Voltou ao Rio de Janeiro com a pequena rainha e, pasme, com a futura imperatriz do Brasil, Dona

Amélia, princesa de Leuchtenberg. Depois de oito humilhantes respostas negativas, a noiva fora finalmente encontrada em Munique, no reino da Baviera, graças a um acordo diplomático costurado pelo visconde de Pedra Branca, ministro plenipotenciário do Brasil em Paris.

Enquanto Barbacena, em carta ao imperador, tecia elogios à escolhida – "é indubitavelmente a mais linda princesa e mais bem-educada que, presentemente, existe na Europa!" –, Antônio Teles da Silva, o marquês de Resende, ministro do Brasil em Viena, fazia observações menos sutis à formosura da nova imperatriz: "Que fará o nosso amo na primeira, na segunda e em mil e uma noites? Que sofreguidão! Os dedos hão de parecer hóspedes."

Dona Amélia, casada por procuração com D. Pedro, realmente era bela. Sua nobreza, no entanto, era de segunda linha, associada a Napoleão Bonaparte, o "usurpador", cuja dinastia caíra em desgraça após a sua deposição e morte. Amélia era neta de Josefina, a primeira mulher de Napoleão Bonaparte. Seu pai, Eugênio de Beauharnais, filho do primeiro casamento de Josefina, fora perfilhado aos 14 anos por Napoleão. Promovido pelo padrasto a general de brigada, aos 23 anos, Beauharnais ganhou o vice-reino da Itália como recompensa por sua lealdade ao imperador francês. Se a extração de Amélia não se comparava à de Dona Leopoldina de Habsburgo, oriunda de uma dinastia com mais de seis séculos de história, a princesa de Leuchtenberg, por outro lado, não decepcionaria seu marido: apesar de muito jovem (tinha 17 anos), era culta, inteligente e sensata, o que faria uma grande diferença nos últimos anos de vida do imperador, então com 31 anos. Quanto ao parentesco com Napoleão, a D. Pedro pouco importava. Já fora concunhado do imperador francês, cuja segunda mulher era irmã da imperatriz Leopoldina. Sentia, na verdade, mais orgulho do que embaraço, pois sempre admirara o poder e a virilidade de Napoleão, que pusera os monarcas europeus de joelhos, incluindo D. João VI, seu próprio pai.

TUDO PARA O POVO, MAS NADA PELO POVO

Amélia, contudo, não teria tempo de conquistar o coração de seus súditos brasileiros. Menos de dezoito meses após sua chegada, D. Pedro abdicaria o trono do Império do Brasil em favor de seu filho D. Pedro II, então com 5 anos. As desavenças entre o imperador e os deputados brasileiros recrudesceram após a morte de D. João VI, quando D. Pedro hesitou em renunciar ao trono de Portugal, cogitando a reunião dos dois países sob uma só coroa. Agora, quando seu irmão D. Miguel quebrava seu juramento, usurpando da própria sobrinha, Maria II, o trono de Portugal, D. Pedro não se continha. Ameaçava seu irmão, interferindo em questões que diziam respeito somente à política interna portuguesa. À estupefação dos brasileiros com essa incoerência de D. Pedro somava-se o amadurecimento da Assembleia Legislativa, que ganhava cada vez mais força contra os abusos de poder exercidos pelo imperador.

A instabilidade acentuou-se com um tsunami político na França, cujas ondas atravessaram o Atlântico e chegaram ao Brasil. A burguesia francesa, com o apoio da população, depôs Carlos X, que se tornara rei da França após a morte do seu irmão, o moderado Luís XVIII, que restaurara a monarquia constitucional após a queda de Napoleão. Carlos X fazia parte do movimento dos Ultras que pregava a volta ao Antigo Regime, absolutista, derrubado pela Revolução Francesa. Em julho de 1830, já ocupando o trono, tentou dissolver o parlamento para, arbitrariamente, modificar a Constituição de 1814, tornando-a menos liberal. A população reagiu, dando início à revolta dos Três Gloriosos Dias, que acabaria por enviá-lo ao exílio, pondo um ponto final na dinastia dos Bourbon. Carlos X tornava-se, assim, o último "rei da França". Para ocupar o trono, os deputados da Assembleia Nacional escolheram Luís Filipe, da dinastia de Orléans, o "rei dos franceses", isto é, aquele que fora escolhido para reinar para o povo, e não sobre a terra, como acontecia na tradição absolutista. Fundada num pacto entre o rei e os deputados, essa monarquia aburguesada, a "Monarquia de Julho", fazia do povo o soberano, e do rei, seu servidor.

No Brasil, a Revolução de Julho foi festejada pelos liberais, que a viam como um augúrio do que poderia acontecer ao seu próprio imperador, caso ele não contivesse o seu autoritarismo. Paradoxalmente, D. Pedro também saudou a revolução, pois se

identificava com seus princípios liberais. Além disso, os liberais franceses estariam mais inclinados do que Carlos X a apoiá-lo na luta contra o irmão absolutista em Portugal. Sobre os eventos em Paris, D. Pedro chegou a comentar em carta:

> Eu já havia previsto tudo o que aconteceu, pois era consequência necessária depois de um despotismo tal como o que foi praticado pelo Pacto Social jurado pelo Sr. Carlos X e pelo povo francês brioso amante da liberdade. Veja se eu faço bem de não mudar de constitucional para não ter que tornar com a fala ao bucho (...). Eu não quero, como o Sr. Carlos X, dizer, se me perguntarem, "fui o imperador Fulano do B., que por tolo vim passar o Carnaval nos Estados Unidos".[7]

Se os portugueses residentes no Rio de Janeiro consideravam D. Pedro um grande liberal, sobretudo se comparado ao despótico D. Miguel, os brasileiros, por sua vez, hostilizavam cada vez mais um imperador autoritário, afundado na lama da corrupção palaciana. A chegada de Dona Amélia não conseguira abafar os escândalos provocados pelo tráfico de influência exercido pela marquesa de Santos. Já no campo militar, o Brasil perdera a Guerra da Província Cisplatina, dando independência ao futuro Uruguai. Não que os brasileiros lamentassem a perda do território, mas, sim, o enorme custo humano e financeiro de uma guerra que havia muito se considerava perdida. E, como se não bastassem os problemas domésticos, o imperador do Brasil ainda se intrometia nas questões da monarquia portuguesa.

A diferença de perspectiva entre portugueses e brasileiros, defensores e detratores de D. Pedro, culminou com um confronto de rua entre os dois grupos rivais em 1831. A Noite das Garrafadas, como ficaram conhecidos os choques ocorridos entre 11 e 16 de março, não deixou mortos, mas feriu gravemente o regime, na medida em que D. Pedro não puniu os portugueses, exacerbando ainda mais o ânimo dos brasileiros. Tentando botar panos quentes na situação, o imperador desfez o governo no dia 17 de março, convocando um novo corpo ministerial, composto exclusivamente por brasileiros. A mudança, no entanto, não aplacou a ira da imprensa de oposição, que o perseguia livremente, como nota o historiador Tarquínio de Sousa: "Para o povo, influenciado pela propaganda do *Tribuno*, da *Nova Luz*, do *Repúblico*, D. Pedro passara a ser o imperador dos portugueses, tão

português como qualquer dos detestados 'pés-de-chumbo' da rua da Quitanda."

Hesitando entre os deveres do cargo e a simpatia à causa brasileira, o novo ministério mostrou-se ineficaz no apaziguamento da população. Alimentadas por uma imprensa xenófoba e, sobretudo, lusófoba, as demonstrações de repúdio ao imperador cresciam, sem que os ministros nada fizessem para controlar a situação. Na noite do dia 4 de abril, D. Pedro, ignorando a impropriedade do momento, organizou uma festa para celebrar o aniversário de 12 anos de sua filha, Maria da Glória. Entre os convidados do corpo diplomático estava o representante do rei Luís Filipe, *monsieur* Pontois, encarregado de negócios da França no Brasil. D. Pedro confidenciou-lhe que pretendia resistir: "Espero agora que as coisas melhorem. Acaba de chegar um batalhão de Santa Catarina. Sou liberal, o chefe dos constitucionais, mas nunca serei o cabeça dos revolucionários. Quero isso bem sabido de todos." O francês respondeu: "Todos os diplomatas, todos os governos desejam, a França sobretudo, cuja simpatia por vossa majestade não padece contestação, que a ordem pública se mantenha e o trono constitucional brasileiro se firme."

Não obstante o apoio diplomático e o ambiente de festa naquela noite no Palácio de São Cristóvão, o clima nas ruas do Rio de Janeiro era de tensão. Sendo informado por mensageiros que as arruaças haviam recomeçado, deixando mortos e feridos, D. Pedro passou uma descompostura pública nos seus ministros da Justiça e da Guerra, que, impotentes, alegaram nada poder fazer. Irado, o imperador não conseguia avaliar os acontecimentos com a frieza necessária. Sua inação gerou mal-estar entre os convidados, que temiam que a noite tivesse um desfecho trágico. Só se tranquilizaram quando o conde do Rio Pardo, ex-ministro da Guerra, tomou o controle da situação. Mandou que soldados fechassem os acessos à Quinta da Boa Vista para evitar que a turba chegasse ao Palácio de São Cristóvão. No dia seguinte, depois da tormenta, todo o corpo ministerial seria demitido.

O novo ministério, o terceiro em dezenove dias, seria composto por velhos companheiros de D. Pedro, brasileiros e portugueses, que mereciam total confiança do imperador. Mas, não do povo, e muito menos da imprensa. Um grupo de descontentes reuniu-se no Campo de Santana para exigir que o ministério anterior, que não reprimira as

manifestações, fosse reempossado. Porém, D. Pedro redarguiu que a Carta lhe outorgava o direito de compor e descompor o seu ministério quando e como bem entendesse. O bate-boca continuou durante todo o dia, quando os manifestantes no Campo de Santana já chegavam a 4 mil, um número expressivo para a época. Em resposta aos descontentes, D. Pedro, com a Constituição nas mãos, bradava em São Cristóvão: “Digam [aos revoltosos] que sou mais constitucional do que todo brasileiro nato.”

Servindo de mediador entre os manifestantes e o imperador, o brigadeiro Francisco de Lima e Silva (pai do futuro duque de Caxias) aconselhava D. Pedro a ceder à vontade popular, visto que as tropas, simpáticas ao movimento liberal, não abririam fogo contra os brasileiros. A mensagem do brigadeiro era clara: xeque-mate! Ou o imperador obedecia ao povo, reintegrando o ministério demitido, ou seria deposto. O brio exacerbado de D. Pedro, porém, não aceitaria a capitulação. Se lhe faltava coragem para montar num cavalo e enfrentar a tropa insubmissa, como antes já o fizera, exibia agora orgulho de sobra. Renunciaria em defesa da sua honra, representada, num capricho pessoal, por uma interpretação literal e intransigente da Carta Constitucional. “Tudo farei para o povo, mas nada pelo povo”, repetia para os assessores e diplomatas que chegavam ao palácio.

Quando a crise já varava a madrugada, sem que ninguém no palácio houvesse se recolhido, o encarregado dos negócios da França, *monsieur* Pontois, ouvia de D. Pedro: “Prefiro abdicar a receber imposições violentas, contrárias à Constituição, feitas pelo povo e pelo exército insurgido. (...) Descerei do trono com a glória de findar como principiei, constitucionalmente.”

Finalmente, abandonado até pela guarda palaciana, D. Pedro deixou a Quinta da Boa Vista, já na madrugada do dia 7 de abril, escoltado por Pontois e pelo secretário da legação britânica, *mister* Aston, que havia posto à disposição da família imperial os navios da Marinha Real, ancorados na baía da Guanabara. Com o imperador, partiam Dona Amélia, que ainda não tinha filhos, e Maria da Glória, a rainha de Portugal. O pequeno D. Pedro II e as outras três filhas de Leopoldina ficariam no Brasil. Nos aposentos das crianças, D. Pedro beijou-as, chorando em silêncio, sem acordá-las. Órfãs de mãe, as crianças nunca mais veriam o pai.

Da abdicação à partida da frota para a Europa, cinco dias ainda se passariam em despedidas e preparativos na baía de Guanabara. A bordo do navio inglês *Warspite*, D. Pedro recebia amigos, diplomatas e assessores, que vinham dar adeus e receber as últimas instruções do ex-imperador. A mais importante de todas foi confiada ao amigo, e antigo desafeto, José Bonifácio: a tutoria dos filhos, sobretudo de D. Pedro II, o novo imperador do Brasil. "Meu filho tem uma vantagem sobre mim, é brasileiro, e os brasileiros gostam dele. Reinará sem dificuldade e a Constituição lhe garante os direitos", vaticinava D. Pedro.

No dia 13 de abril, às seis e meia da manhã, a frota passou pelo Pão de Açúcar, deixando enfim a baía de Guanabara rumo à Europa. Antes da partida, D. Pedro e Dona Amélia transladaram-se para a fragata britânica *Volage*, enquanto a rainha Maria II viajava na francesa *La Seine*. Para trás, D. Pedro deixava o país ao qual dera a liberdade e uma constituição liberal, tantas vezes por ele mesmo ignorada. Na linha do horizonte, esperava-lhe um futuro incerto. Mais brasileiro do que europeu, sem poder voltar a Portugal, D. Pedro, ex-imperador à beira de completar 33 anos, buscava uma nova *raison d'être*. Iria encontrá-la na defesa da coroa da filha, usurpada pelo tio Miguel, que fundara um reino de terror e tirania em Portugal.

Conhecendo bem o irmão, a quem acusava de ter assassinado o próprio pai, D. Pedro não nutria esperanças de encontrar uma solução diplomática para a questão. Sabia que só conseguiria reconquistar o trono da filha com armas, pólvora e sangue. Antes que os tambores da guerra pudessem soar, no entanto, precisava se organizar, buscando apoio moral e financeiro das monarquias constitucionais europeias, sobretudo da Grã-Bretanha e da França. Mas nada seria fácil, e sua estada na França se tornaria mais longa do que o previsto.

A CHEGADA DE DOM *PEDRÔ*

Dois meses depois da partida, a frota fez uma escala em Falmouth, na Inglaterra, chegando, no dia seguinte a Cherbourg, no norte da França. A primeira providência de D. Pedro foi enviar cartas pessoais e oficiais informando a todos da sua chegada à Europa, esclarecendo,

sobretudo, as razões que o forçaram a renunciar ao trono do Império do Brasil. Para Luís Filipe, rei dos franceses, escreveu: “Eu abdiquei porque eu não poderia consentir a minha desonra, sancionando a violação da Constituição que eu dera aos brasileiros, a qual todos nós havíamos jurado respeitar, e eu não poderia permitir que o novo império mergulhasse nos horrores de uma guerra civil.” O mesmo argumento, expunha em artigos enviados aos jornais europeus, antes que seus opositores, entre eles seu irmão, distorcessem os fatos e prejudicassem seus projetos na Europa. Abraçando de vez a nova fase de sua vida, o ex-imperador assinava seus artigos e cartas como duque de Bragança, título nobiliárquico exclusivo do herdeiro da coroa portuguesa.

Pai afetuoso, escreveu ainda para os filhos no Brasil e para a pequena Isabel Maria, de 7 anos, filha bastarda que tivera com a marquesa de Santos, reconhecida pelo imperador. Portando o título de duquesa de Goiás, Isabel Maria fora enviada para estudar em Paris, depois que D. Pedro se casara com Dona Amélia. Supondo que a menina entendesse pouco o português, D. Pedro escreveu-lhe em francês (em tradução livre):

> Minha cara e amada filha, chegamos a Cherbourg, de onde partirei para Paris dentre oito e dez dias. Se tu fosses um pouco mais velha, contar-te-ia dos acontecimentos do Rio de Janeiro, que me levaram à decisão de abdicar a coroa que os bons brasileiros me ofereceram, no tempo do seu entusiasmo por aquele que declarara a independência da sua pátria, lhes dera uma Carta Constitucional e rendera ao Brasil tantos serviços quanto suas forças lhe permitiam; mas, como tu, minha criança querida, estás na idade de preocupar-te somente com as tuas bonecas, limito-me a dizer-te que estou bem, assim como a ex-imperatriz, e que desejo ardentemente te ver, para beijar-te e dar-te, em pessoa, a benção daquele que é teu pai e amigo.

Recebido em Cherbourg com as pompas de um chefe de Estado, D. Pedro explicava os acontecimentos recentes, mas não dava a entender com clareza seus planos para o futuro. Falava em levar uma vida normal, como cidadão comum, na Alemanha ou na França, mas também falava em lutar pelo trono de Portugal usurpado à filha, a rainha Maria II. Aconselhado pelo marquês de Resende, que deixara os negócios do Brasil para assessorar o duque de Bragança, D. Pedro não partiu imediatamente para Paris, como prometera à filha. Em vez disso, tendo passado três semanas em Cherbourg, atravessou o canal

da Mancha, rumo a Londres, deixando Dona Amélia em solo francês. Depois de sessenta dias de enjoos no mar, a ex-imperatriz continuava enjoada em terra. Estava grávida, finalmente. Um alívio para D. Pedro, que começava a se preocupar com a eficiência da sua "máquina triforme", e a demora da mulher em dar-lhe mais um herdeiro.

Tendo em conta a aliança secular entre a Inglaterra e Portugal, compreende-se por que D. Pedro deu a preferência do primeiro contato aos ingleses, junto a quem esperava encontrar apoio imediato na sua luta contra o absolutista D. Miguel. A Revolução de Julho na França causara choques não somente no Brasil, mas também na Europa. A onda liberal chegara à Grã-Bretanha, levando os Whigs a vencer as eleições parlamentares contra o tradicional partido da aristocracia, os Tories. Se, ainda no poder, os conservadores já haviam dado os primeiros passos diplomáticos na direção do reconhecimento de D. Miguel como legítimo herdeiro da coroa portuguesa, os Whigs, por sua vez, botaram as negociações com Portugal em banho-maria. Em Londres, D. Pedro encontrou recepção calorosa, sobretudo da parte do rei Guilherme IV. Os deputados Whigs, porém, não demonstraram tanto entusiasmo. Sondavam-no para saber quais eram suas reais intenções em Portugal. Já o embaixador da França na Grã-Bretanha, o poderoso Charles-Maurice de Talleyrand, pressionava D. Pedro para que ele se encontrasse com o rei Luís Filipe, em Paris, assim que possível.

Na verdade, tanto aos liberais ingleses quanto aos franceses interessava nutrir uma boa relação diplomática com o duque de Bragança, a quem viam como um aliado natural. Opunham-se ao absolutista D. Miguel, cuja incivilidade vinha criando incidentes diplomáticos com franceses e britânicos em Portugal (entre outras, mandou chicotear um cidadão francês, o que levou a Marinha francesa a cercar o porto de Lisboa). Contudo, os governos liberais dos dois lados do canal da Mancha adotavam uma política externa não intervencionista. Isto é, ficavam em cima do muro, torcendo para que D. Pedro conseguisse destronar D. Miguel, sem que, no entanto, o ajudassem explicitamente, pois isso poderia gerar atritos com os reinos absolutistas da Espanha e da Áustria. Apoio, só nos bastidores.

Depois de um mês em Londres, sem ter conseguido avançar nas suas negociações com o governo britânico, D. Pedro finalmente voltou para Cherbourg, onde Amélia e Maria da Glória o aguardavam. Um detalhe, porém, o preocupava. Desde a queda de Napoleão Bonaparte, uma lei bania da França todos os parentes do antigo imperador. Sendo Dona Amélia uma espécie de neta postiça de Napoleão, era natural que D. Pedro preferisse testar as águas antes de chegar a Paris com uma esposa que poderia não ser bem-vinda. Equivocava-se. Mais tarde descobriria que ninguém se oporia à presença da bela Dona Amélia. Antes, contudo, preferiu ir sozinho à capital, atendendo ao convite do rei Luís Filipe, no dia 26 de julho de 1831.

Em Paris, o duque de Bragança foi direto ao **Palais-Royal**, a residência do rei, que hoje abriga a **Comédie-Française** e o Ministério da Cultura, entre outras instituições do Estado. Chegou sem fôlego, atrasado, quando os convivas já se sentavam à mesa para o jantar, o que rendeu fofoca nos jornais parisienses. No dia seguinte, *Le Temps* sugeriria maldosamente que D. Pedro aparecera com o pires na mão, sem ser convidado. Na verdade, ainda em Cherbourg, D. Pedro não tivera tempo de responder positivamente ao convite do seu anfitrião. Sabendo que chegaria antes da resposta, decidiu ir direto ao encontro do rei, que já não tinha certeza da presença do ex-imperador. Quando os convidados, aborrecidos com o atraso e incomodados pela fome, começavam a reclamar, os ordenanças finalmente anunciaram a entrada de Suas Majestades, o rei Luís Filipe e a rainha Maria Amélia, que vinha de braços dados com D. Pedro, o convidado de honra daquela noite. Apresentado aos convivas, D. Pedro mostrou-se um pouco inibido, muito diferente do expansivo imperador do Brasil. A historiadora francesa Denyse Dalbian lembra os comentários do então adido da embaixada austríaca em Paris, Rodolphe Apponyi:

> Eu pensava que D. Pedro fosse mais alto, e me surpreendi ao vê-lo pouco maior do que D. Miguel. Ainda que apresentasse um bom aspecto, parecia um pouco embaraçado, sobretudo ao falar com as senhoras. A rainha o apresentou a quase todas que se encontravam no salão. Ele saudou-as nobremente, mas pouco lhes falou. Porém, quando a rainha lhe apresentou ao "cidadão dos dois mundos", D. Pedro pareceu, de fato, ter muito prazer, fazendo-lhe cumprimentos e reverências sem fim, assumindo uma atitude amistosa como se o conhecesse havia muito tempo.

O “cidadão dos dois mundos” era o marquês de La Fayette, político liberal francês que participara ativamente da independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa (daí os “dois mundos”), além de ter exercido um papel-chave na escolha de Luís Filipe como rei dos franceses. Idolatrado por D. Pedro, La Fayette se tornaria um forte defensor da causa da rainha Maria II em Paris.

D. Pedro planejava voltar para Cherbourg logo após o jantar, seguido por um concerto oferecido pelo rei. Luís Filipe, contudo, insistiu para que o duque de Bragança ficasse alguns dias em Paris, para acompanhá-lo nas celebrações do primeiro aniversário da Revolução de Julho. Destronado, exilado e em busca de apoio, D. Pedro não tinha como recusar tamanha hospitalidade. Hospedou-se na casa do marquês de Resende e, no dia seguinte, às onze horas da manhã, saiu em cortejo do Palais-Royal, escoltado pelo Regimento de Cavalaria de Chartres, seguido pelos Dragões de Orléans. Dispensando a caleche, como convinha aos monarcas liberais, montavam a cavalo o rei Luís Filipe, acompanhado por seus dois filhos, e D. Pedro, vestindo seu uniforme de general, verde com dragonas douradas. Subiram a rue Saint-Honoré, a rue de Richelieu, dobrando à direita no boulevard Montmartre, seguindo pelos boulevards Poissonière, Saint-Denis, Saint-Martin, du Temple e Beaumarchais, até chegarem à place de la Bastille, onde fizeram o lançamento da pedra fundamental da Coluna de Julho.

Da Bastilha, o cortejo cruzou a ponte sobre o rio Sena em direção ao **Panthéon**, no monte Santa Genoveva, no Quartier Latin. Construído durante 26 anos como Église Sainte-Geneviève, padroeira de Paris, o Panteão, antes de ser consagrado, acabou transformado em necrópole dos heróis da nação, logo após a Revolução Francesa. Mais tarde voltaria a ser igreja, templo e, novamente, panteão nacional, seguindo o sabor das revoltas e revoluções tão ao gosto dos franceses no século XIX.

Naquele 27 de julho de 1831, entretanto, D. Pedro ali estava, acompanhando Luís Filipe, na cerimônia de homenagem aos mortos dos Três Gloriosos, que ajudaram a depor o absolutista Carlos X. O Panteão fora decorado por dentro e por fora com a bandeira da França, inspirada pelas três cores da Revolução Francesa (azul, branco e vermelho). Substituída pela Flor de Liz durante a

Restauração, a *tricolore* era agora resgatada pelos liberais da Monarquia de Julho. Uma placa de bronze, inaugurada pelo rei no Panteão, lembrava os nomes dos liberais mortos durante as barricadas do ano anterior, também representados na famosa tela de Eugène Delacroix *La liberté guidant le peuple.*

3 Já no dia seguinte à tomada da Bastilha, um esperto empreiteiro de obras públicas, Pierre-François Palloy, percebeu o potencial lucrativo do prédio saqueado. Aproveitando-se do caos revolucionário, e sem qualquer autorização oficial, contratou dezenas de operários para desmontar o edifício pedra a pedra, com as quais mandou esculpir miniaturas da Bastilha, logo vendidas em todo o país como suvenir da Revolução Francesa. Depois de cumprir três meses de prisão por delapidação (teve sorte de não ser guilhotinado), voltou a frequentar os salões nobres do poder, com a consciência leve e o bolso, certamente, mais pesado.

4 A Coluna de Julho só seria inaugurada em 1840, nove anos após o lançamento da pedra fundamental, assentada pelo rei Luís Filipe.

5 Os atuais reinos da Grã-Bretanha, Espanha, Bélgica e Holanda são exemplos de monarquias constitucionais, nas quais o rei é chefe de Estado, sem exercer poder político.

6 Quem reencarnou bem essa falta de aptidão democrática de D. Pedro I foi o general e presidente da República João Figueiredo quando, perguntado sobre a oposição ao processo de abertura política nos anos 1980, respondeu: “Se alguém for contra, eu prendo e arrebento!”

7 Carta a Rocha Pinto, na qual D. Pedro faz referência a uma sátira de Voltaire a respeito de reis destronados vivendo no exílio.

Panthéon, no Quartier Latin: o mausoléu dos heróis da Pátria.

D. Pedro escutou o coro da Ópera de Paris cantando o “Hino aos Mortos de Julho”, cuja letra fora escrita por um jovem poeta e romancista, chamado Victor Hugo. Depois, cantaram todos “La Marseillaise”, a canção da Revolução Francesa que voltara à moda, e “La Parisienne”, composta especialmente para comemorar a Revolução de 1830. Melômano, D. Pedro emocionou-se ao ouvir uma ária da ópera *Moisés e o faraó*, de Gioachino Rossini, o célebre compositor, que, em breve, conheceria pessoalmente.

Na saída do Panteão, a multidão continuava a gritar vivas à França, ao rei e à Constituição. Informados da presença de D. Pedro, os populares já bradavam “viva o imperador constitucional!”. A curiosidade pelo ex-monarca brasileiro era tanta que ele precisou ser resgatado pelos ajudantes de campo do rei. Já na entrada do Palais-Royal, D. Pedro acabou, uma vez mais, separado do cortejo, tamanha era a efusão popular em torno de sua figura. O povo, inebriado por esse imperador tropical, que abdicara o seu trono em respeito à

Constituição liberal, e agora lutaria pela coroa usurpada à sua filha por um rei tirano, cercava D. Pedro como se ele encarnasse um personagem da literatura romântica.

La Liberté guidant le peuple: a revolução dos Três Gloriosos representada em tela de Eugène Delacroix (1831).

Vale lembrar: naquele ano, Victor Hugo publicou *O corcunda de Notre-Dame* e, trinta anos depois, descreveria aqueles parisienses da década de 1830 em *Os miseráveis*. O povo de Paris, que então saudava D. Pedro, vivia numa miséria abjeta, que não encontraria solução no liberalismo burguês da Monarquia de Julho. Com o passar dos anos, os Orléans se deixariam levar pelos mesmos vícios e abusos dos Bourbon. Voltariam a brincar de rei e rainha, enquanto os capitalistas emergentes dirigiam a economia em causa própria. A classe operária, atulhada em cortiços insalubres, que fosse lamber sabão. Daquela desigualdade social surgiriam os primeiros movimentos operários da França, com novas barricadas e confrontos nas ruas da cidade.

Mas, por enquanto, tudo era esperança e festa. E o povo que cercava D. Pedro, surpreso pela atenção que o ex-imperador lhe concedia, perguntava afoito sobre a pequena rainha Maria II: quantos anos ela tinha? O que faria ele para recuperar sua coroa? E, ainda, se

ele trouxera muito dinheiro do Brasil, e se no Rio de Janeiro fazia muito calor. D. Pedro ia respondendo, apeando do cavalo e apertando a mão do povo, uma novidade para quem se habituara a ter a mão beijada por súditos de todas as castas – uma prática que ele mesmo, mais tarde, aboliria em Portugal. "Vive Dom Pedrô!", gritavam os mais exaltados, apaixonados pela saga do ex-imperador do Brasil, que já atravessava a pé os portões do Palais-Royal, levando seu cavalo pela rédea.

Na parte da tarde, o duque de Bragança foi agraciado com a Grã-Cruz da Legião de Honra da França, recebendo a comenda das mãos do próprio rei, que já o chamava de "sobrinho" – Luís Filipe, de 57 anos, era casado com Maria Amélia, irmã de Maria Teresa das Duas Sicílias, mãe da falecida Dona Leopoldina. Em resumo: quando casado com Leopoldina, D. Pedro I era sobrinho, por aliança, da mulher de Luís Filipe.

Nos dias seguintes, novas celebrações. Dessa feita, o duque de Bragança compareceu à parada militar realizada na **place Vendôme** (onde hoje estão os joalheiros e relojoeiros mais sofisticados do mundo), da qual participavam 64 batalhões da Guarda Nacional, o braço armado da burguesia francesa. No céu de Paris, sobre o **Jardin des Tuileries**, voavam balões de ar quente, decorados com o azul, branco e vermelho da bandeira nacional. No centro da praça, ao pé da **Coluna Vendôme**, erguida por Napoleão para celebrar a batalha de Austerlitz, o rei Luís Filipe e D. Pedro passavam a tropa em revista. O duque de Bragança exibia sobre o peito a Grã-Cruz da Legião de Honra da França e, na cabeça, seu chapéu de general decorado com um penacho verde, que lhe rendeu o simpático apelido popular de *Don Perdreau* – "Dom Perdiz", em português. Já para alguns jornais, sobretudo os mais sarcásticos, D. Pedro ganhava a alcunha de *Don Perdu* – "Dom Perdido", pois perdera o trono, e agora parecia perdido na Europa, em busca de apoio para sua guerra contra o próprio irmão.

Palais-Royal: residência do rei Luís Filipe, frequentada por Dom Pedro I e família.

Se aparentava desfrutar as festas, condecorações e homenagens, D. Pedro, na verdade, não perdia de mira aquilo que realmente almejava – conseguir apoio financeiro para sua expedição de invasão a Portugal. Entre uma solenidade e outra, reuniu-se a portas fechadas com o rei Luís Filipe e seus ministros para discutir o apoio da França a sua guerra. Assessorado pelo marquês de Resende, D. Pedro pediu ao governo francês que lhe entregasse três navios de guerra portugueses, apreendidos durante os conflitos diplomáticos entre a França e o reino de D. Miguel. O ministro das Relações Exteriores da França, Horace Sébastiani, respondeu que, seguindo uma política de não intervenção, o governo lhe entregaria os navios, caso a tripulação se declarasse a favor da sua causa. D. Pedro, que não confiaria numa conversão milagrosa da tripulação à causa liberal, não aceitou a condição imposta. Estava na hora de voltar à Inglaterra, para continuar as negociações do outro lado do canal da Mancha.

Apesar da hospitalidade do rei Luís Filipe, que lhe pedia que, pelo menos, deixasse Dona Amélia e a rainha Maria II em Paris, D. Pedro

deu respostas evasivas, alegando que o rei Guilherme IV da Inglaterra os aguardava. No dia 30, às cinco da manhã, quando Paris ainda curtia a ressaca da festa dos Três Gloriosos, D. Pedro voltou para Cherbourg, de onde partiria com a família para Londres, sem saber quando voltaria.

A estada em Londres, no entanto, não foi mais frutuosa. Depois de duas semanas de festas, badalações e muitas reuniões a portas fechadas com o governo dos Whigs, D. Pedro chegava à conclusão de que, dos britânicos, tampouco receberia apoio. Todos concordavam que a invasão armada era a única solução, mas quando D. Pedro falava em recursos, todos desconversavam. O governo britânico não se comprometeria financiando a expedição, e tampouco forneceria tropas, armas ou navios. Na melhor das hipóteses, o gabinete Whig, operando sigilosamente, poderia lhe oferecer alguns mercenários. Mas não iria além disso.

Desanimado, e preocupado com a própria situação financeira, pois não recebia mais nada do Brasil, nem de Portugal, D. Pedro escreveu para um amigo:

> Por estes sete dias parto para a França, pois Londres é mui caro, e eu não posso com a despesa, apesar de andar com o prumo na mão; veremos se em França será melhor. Vou vender a minha prata e as joias para fazer um fundo, para poder viver e andar de camisa branca e engomada, sem dever a ninguém coisa alguma.

Sem moradia certa desde que chegara à Europa, D. Pedro escrevia ao veador[8] José Marcelino Gonçalves, que morava em Paris, tendo o encargo de cuidar de Isabel Maria, a duquesa de Goiás:

> Contando que V. Exa. conservará para com D. Pedro, quando simples particular, aquele mesmo grau de amizade que mostrava a D. Pedro quando imperador do Brasil, tomo a liberdade, depois de lhe fazer os meus cumprimentos, de lhe pedir que haja de me alugar uma casa na rue de Saint-Honoré [em Paris], se for possível, ou em outra perto deste sítio, por seis meses, e também receber e recolher na casa alugada a bagagem, tanto a minha como da minha esposa e de minha Filha, a Rainha de Portugal, que em *roulage ordinaire* vai ser enviada. Como poderá pensar que eu desejo um palácio, mister é que o advirta que fui imperador que só tratou da Pátria, e não de si, e por isso nada possuo; portanto, uma casa barata e decente é o que me convém, onde eu caiba com minha esposa e a Rainha, que em breve chegará a Brest e que desembarcará debaixo do [título] de duquesa do Porto.

Frustrado com a inércia do governo britânico, D. Pedro escreveu ainda ao rei Luís Filipe, mas não esperou resposta. Arrumou as malas

apressadamente, meteu a família no navio e zarpou de volta para a França.

O CASTELO DE MEUDON

Em Paris, não precisaria, em princípio, alugar casa alguma. Se tivesse esperado pela resposta de Luís Filipe, saberia que o rei dos franceses reagira favoravelmente à volta do duque de Bragança e sua família à França, colocando a sua disposição o Castelo de Meudon.[9] Vizinho ao Palácio de Versalhes, a treze quilômetros ao sudoeste de Paris, o castelo vivera seus tempos de glória na virada do século XVII para o XVIII, quando foi residência de Luís de França, o Grande Delfim, filho do absolutista Luís XIV, o Rei-Sol, aquele que dizia "o Estado sou eu". Com belíssima vista sobre o rio Sena e Paris, o castelo do Delfim possuía jardins desenhados por André Le Nôtre, o mais destacado paisagista do século XVII, que desenhou o Jardin des Tuileries, os jardins dos palácios de Versalhes e Chantilly, entre outros na França e no exterior.

8 Deixa que eu pego o Houaiss para você – Veador: "empregado superior que servia à rainha", neste caso, à duquesa de Goiás. Provavelmente, como seu tutor em Paris.

9 O Castelo de Meudon não existe mais. Incendiado na Guerra Franco-Prussiana em 1871, o prédio acabou demolido. Em seu lugar, aproveitando-se da elevação do terreno, construiu-se um observatório de astrofísica, hoje parte do Observatório Astronômico de Paris. Ainda que se tenha conservado parte da floresta do castelo e os belos jardins de André Le Nôtre, abrangendo um terreno de 64 hectares, a visitação pública é bastante limitada. O Observatório de Paris só aceita visitas em grupo de, no mínimo, quinze pessoas, uma vez por trimestre, com reserva feita por e-mail: visite.meudon@obspm.fr. Veja os detalhes na seção "Como Chegar Lá".

D. Pedro I em 1833, aos 35 anos de idade.

O Castelo de Meudon fora projetado com a colaboração do arquiteto François Mansart, precursor da arquitetura clássica francesa. Contudo, cem anos após sua construção, o prédio revelava descompasso com as mudanças de costumes e hábitos de higiene. Não obstante os suntuosos salões, com quadros e tapeçarias, o edifício carecia de modernização em tudo que dizia respeito a água e esgoto. De qualquer modo, era um castelo, e havia penicos para todos – o que deve ter permitido ao duque de Castries um sorriso cínico, quando foi obrigado pelo rei a desocupar o imóvel em favor de D. Pedro e sua família.

D. Pedro sentiu-se honrado em ocupar um imóvel com um passado tão prestigioso, dispondo de jardins magníficos, de onde se

vislumbravam até as torres da Cathédrale Notre-Dame. No dia 20 de agosto de 1831, depois de uma rápida inspeção interna, D. Pedro fez a distribuição dos cômodos que seriam ocupados por ele e sua mulher; por sua filha Maria da Glória, a rainha de Portugal; e pela pequena Isabel Maria, quando viesse passar alguns dias com o pai. Nos quartos mais modestos ficariam os criados que acompanhavam a família a toda parte. Eram governantas, mordomos, cozinheiros e até um médico particular, o fiel Dr. Tavares, poeta nas horas vagas.

Incluindo os assessores e secretários, a corte compunha-se de aproximadamente vinte pessoas vivendo às custas de D. Pedro. Pois, se o rei lhe cedia o imóvel, as despesas da família e do séquito ficavam, naturalmente, por sua conta. O governo francês arcaria, porém, com as despesas da segurança pessoal da família, além de fornecer 25 cavalos e seis carruagens para que a corte pudesse transitar à vontade entre a propriedade e Paris. Pena que, segundo os jornais mais fuxiqueiros, D. Pedro tenha logo se indisposto com o encarregado das cavalariças. Afinal, ninguém sabia cuidar de cavalos melhor do que ele. Sem saber delegar, intrometia-se em tudo, desde a ferragem dos animais até a limpeza das carruagens.

Quando não estava nas cocheiras, o duque de Bragança fazia de Meudon o seu quartel-general nos preparativos para a invasão de Portugal. Mas qual invasão de Portugal? Com que dinheiro? Sentindo a pressão da comunidade portuguesa exilada em Londres e Paris, D. Pedro buscava apoio financeiro em todas as partes para equipar o seu pequeno exército de revoltosos. Com a ajuda do marquês de La Fayette, o duque de Bragança recebia e fazia visitas, organizava reuniões e pedia audiências para obter os recursos necessários. Em vão, porém. Os banqueiros negavam-lhe o empréstimo. Nessa recusa sistemática, D. Pedro já via os dedos do cáiser da Áustria, seu ex-sogro, pai da falecida Leopoldina. A Santa Aliança, formada pela Rússia, Prússia e Áustria, estaria mais inclinada a apoiar o absolutista D. Miguel do que o liberal D. Pedro. “Que culpa tenho de se não fazer o empréstimo, quando todas essas propostas foram, segundo agora se me diz, manobra da Santa Aliança?”, desabafava em carta ao assessor Rocha Pinto. “Por que no ano próximo passado se não fez a expedição? Por falta de dinheiro. Logo o culpado do ano próximo

passado é o culpado deste: a falta de dinheiro, e não eu. Minha consciência não me acusa de ter deixado de fazer o que posso.”

As explicações não atenuavam a frustração dos refugiados portugueses. Decepcionados, já não tinham pudores de chamar o duque de Bragança de *cobarde*. Tarquínio de Sousa, por sua vez, lembra que a aparente hesitação de D. Pedro talvez não se atribuísse unicamente às dificuldades de financiamento da guerra. Havia também questões mais profundas, de caráter psicológico:

> (...) a longa residência [no Brasil] por mais de duas décadas para quem contava ao deixá-lo apenas 32 anos de idade, a infância, adolescência, uma exuberante juventude, a grande aventura da independência brasileira, o nascimento dos filhos, o trono de um deles, recordações afetivas, lembranças do espírito, um passado a que não faltava glória. Por ter abdicado não eliminara de repente tudo isso da memória, não se metamorfoseara em português. Adotara o Brasil porque nele se integrara, com ele se fundira para sempre.

Saudoso da natureza e dos grandes espaços abertos do Brasil, D. Pedro fazia longos passeios a cavalo nas imediações de Meudon. Visitava o Castelo de Saint-Cloud, antiga residência de Napoleão Bonaparte, com jardins desenhados por Le Nôtre, uma grande cascata artificial e o Jardim de Rosas de Maria Antonieta.[10] Por outro lado, não deixava de aproveitar o repertório teatral e musical de Paris, então capital cultural do mundo, que atraía artistas de todas as partes. D. Pedro frequentava o **Théâtre de l’Odéon**, inaugurado por Maria Antonieta, onde assistiu à peça *O homem da máscara de ferro*, de Narcisse Fournier. Na Ópera de Paris[11] e na **Salle Richelieu** da Comédie-Française, o ex-imperador, Dona Amélia e a pequena Maria da Glória ocupavam o camarote real, gentilmente cedido por Luís Filipe. Não distante deles, em outro camarote de prestígio, aboletava-se o ex-dei de Argel, deposto por Carlos X, quando, no regime anterior, os franceses iniciaram a colonização da Argélia. A presença dos dois ex-monarcas, exilados na Europa, dava o que pensar aos jornalistas, como destaca Denyse Dalbian:

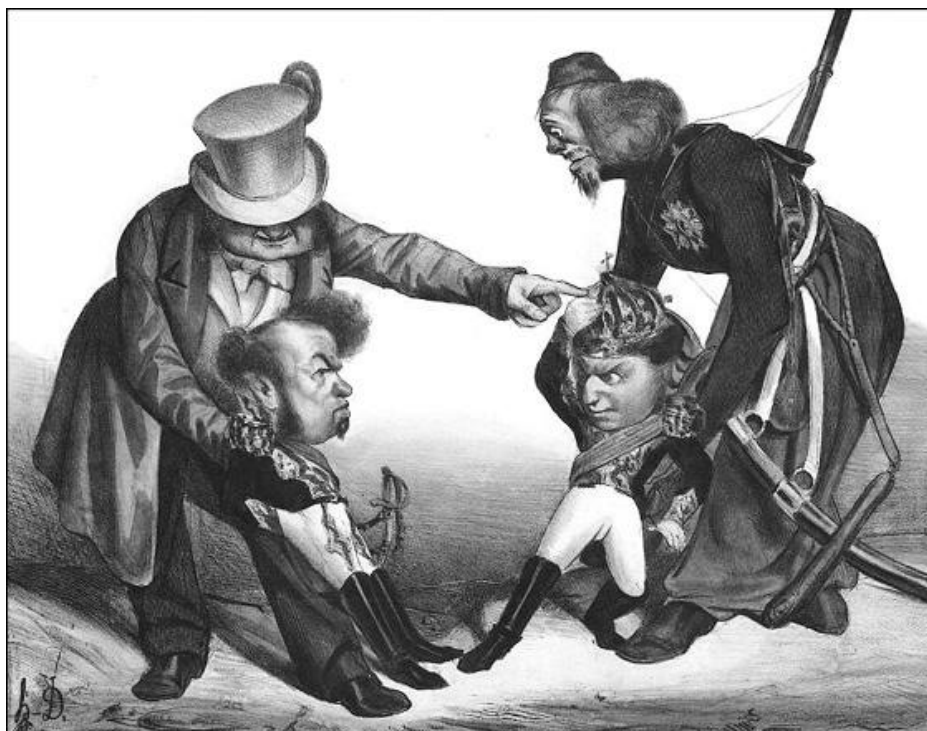
10 No século XVIII, o Castelo de Saint-Cloud pertencia à rainha Maria Antonieta, que ali recebia o seu marido, o rei Luís XVI, como hóspede. Depois da Revolução Francesa, o castelo serviu de palco para a proclamação do imperador Napoleão I, em 1804. Do edifício, destruído na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), sobrou o Parc de Saint-Cloud, com os seus belos jardins e a Grande Cascata.

11 Nos seis meses que D. Pedro passou em Paris, entre 1831 e 1832, a companhia da Opéra de Paris apresentava-se na ópera da rue Le Peletier, destruída por um incêndio em 1873, dois anos antes da inauguração do Palais Garnier. Em 1989, inaugurou-se a moderna Ópera da Bastilha, que hoje abriga a Opéra National de Paris, enquanto o Garnier apresenta apenas espetáculos de balé.

Jardins do Castelo de Saint-Cloud: na rota das cavalgadas de D. Pedro I.

É digno de um tempo de revoluções mostrar reunidos na Ópera de Paris um dei de Argel, deposto por nós mesmos, e um imperador do Brasil, também destronado, tornando-se objetos de curiosidade mútua!, publicava o *Mercure de France.* Um ex-imperador constitucional de um novo país da América, tendo abdicado o trono de Portugal, pai de uma rainha despossuída, esposo de uma Beauharnais, cuja presença e nome nos lembram de vicissitudes não menos estranhas...

D. Pedro era figurinha fácil nas colunas de fofoca. Quanto mais conservador o jornal, mais oposição fazia à monarquia liberal de Luís Filipe, e mais liberdades tomava com o seu protegido, o duque de Bragança, na sua saga romanesca e fratricida. “Dizem que a pequena rainha Maria da Glória anda muito ocupada fazendo barquinhos de papel em Meudon. Parece que vai dá-los ao pai, para ajudá-lo na sua expedição a Portugal”, sugeria a coluna de piadas de um jornal. Isso deixava a comunidade de exilados portugueses furiosa, com boa razão. Enquanto o duque de Bragança se divertia em Paris, dando asas a zombarias nos jornais, suas famílias sofriam represálias em Portugal, nas mãos do tirano D. Miguel.

A rainha de Portugal caía na pena dos cronistas por tabela. O alvo era sempre seu pai, que se desdobrava em cuidados com a menina, cuja coroa ele prometera reaver. Imiscuindo-se, como sempre, em assuntos triviais e domésticos, D. Pedro interferia na aparência e alimentação da filha, tolhendo muitas vezes a iniciativa da madrasta e da governanta. Cuidava para que Dona Maria da Glória se vestisse com o rigor e a pompa de uma jovem rainha, quando ela só queria ser criança. Assim se portou numa visita à casa do marquês de La Fayette, onde, vestida como Sua Majestade, carregada de pérolas e diamantes, a menina logo se lançou ao chão para brincar com as bonecas da neta do anfitrião. No jantar, a rainha de Portugal tomou sopa, especialmente preparada por seu cozinheiro particular, que a acompanhava nessas ocasiões. Invadindo a cozinha da mansão, o chef da rainha, que a imprensa fazia questão de ressaltar que era negro, utilizava os ingredientes que ele mesmo trazia de casa. Daí em diante, precisamos ter em conta, como lembra Denyse Dalbian, a ironia dos jornais. Segundo eles, o cozinheiro preparava-lhe uma sopa de casca de melão frita, limões cozidos, pimentões e tomilho, tudo temperado com muita pimenta.

Charge de Honoré Daumier que mostra o conflito entre D. Pedro I e seu irmão D. Miguel (1831).

Ironias à parte, não seria surpreendente que, como os modernos chefes de Estado, a rainha de Portugal também viajasse com o seu próprio cozinheiro. Afinal, o seu avô, D. João VI, rei de Portugal, morrera em circunstâncias suspeitas, e o assassinato por envenenamento de reis e rainhas não era raro na história das dinastias europeias. Além disso, a situação política em Portugal sugeria cuidados redobrados com a segurança daquela que reclamava o trono que lhe fora roubado.

A alimentação de Dona Maria da Glória e seu cozinheiro ambulante não eram as únicas referências ao exotismo brasileiro nos jornais. Desde que D. João abrira os portos para o comércio exterior, em 1808, aceitando e até incentivando expedições científicas pelo interior do país, o Brasil se tornara uma fonte inesgotável de histórias fantásticas, com sua flora e fauna jamais vistas, que fascinavam os leitores de folhetins. Assim, não surpreende que, nos mesmos jornais

que zombavam de D. Pedro, se encontrasse o curioso reclame de um elixir miraculoso contra a sífilis:

> Preparação Vegetal Brasileira do Monsieur Lepère – Este remédio, inventado pelo M. Lepère, farmacêutico, é considerado por médicos de renome como o melhor para curar definitivamente as doenças secretas. (...) Pode ser encontrado em Paris, na farmácia do inventor, na place Mambert, número 27. O público deve estar atento para não confundir a farmácia de M. Lepère com aquela que está ao seu lado! Não hesite a dar preferência à Mistura de M. Lepère, preparação vegetal, eficaz nos casos mais desesperadores.

A sífilis, que nem a Preparação Vegetal Brasileira podia curar, não era, contudo, o que mais preocupava a saúde pública em 1831. Bem pior era a epidemia de cólera que vinha varrendo a Europa oriental havia alguns anos e logo chegaria a Paris, matando até o primeiro-ministro Casimir Perier. Por conta do cólera, o rei mudou-se do Palais-Royal, cujas galerias externas eram ocupadas, durante o dia, por todo tipo de comércio e biroscas insalubres e, à noite, pelas mulheres que faziam o *trottoir*. Essa, pelo menos, era a versão oficial. Pois havia quem visse na mudança uma manobra para garantir a segurança da família real, que foi morar no suntuoso e melhor protegido Palais des Tuileries,[12] antiga residência de Napoleão Bonaparte e do deposto Carlos X. Se, de fato, tratou-se de uma manobra, ela fazia sentido: já no ano seguinte, quando o preço do pão disparasse e a população malnutrida fosse atingida em cheio pelo cólera, a esperança do povo daria lugar à desilusão, e as barricadas de Paris recomeçariam, como Victor Hugo tão bem retratou em *Os miseráveis*.

Luís Filipe não foi o único a se mudar, no entanto. Temendo o inverno e o isolamento em Meudon, D. Pedro tratou de transferir sua pequena corte para o centro de Paris. A mudança pode também ter sido consequência de um arrefecimento nas relações entre D. Pedro e o governo francês, pois o primeiro-ministro Casimir Perier o haveria interpelado sobre a proximidade do duque com grupos radicais, ultraliberais franceses e portugueses, que incomodavam o parlamento francês. Ofendido pela intromissão, D. Pedro teria aberto mão do Castelo de Meudon para garantir sua independência e o direito de receber quem bem entendesse. O historiador Tarquínio de Sousa, por sua vez, argumenta que a mudança para Paris teria sido motivada por pura conveniência. Assim, a família estaria no centro da cidade, mais

próxima à Isabel Maria e à marquesa de Loulé, irmã de D. Pedro, que também morava em Paris. Outra forte razão seria a economia doméstica, uma vez que manter um castelo e 25 cavalos devia custar uma pequena fortuna ao ex-imperador.

12 O Palais des Tuileries, em frente à place du Carrousel, foi incendiado durante a Comuna de Paris, em 1871. Suas ruínas foram demolidas em 1883, restando somente o Jardin des Tuileries e o Arco do Triunfo do Carrousel, que lhe servia de portão monumental nos tempos de Napoleão Bonaparte.

Galerias do Palais-Royal.

O PALACETE DA RUE DES COURCELLES

Depois de recusar a oferta de mudar-se para o Hôtel de Monaco, atual embaixada da Polônia, na rue Saint-Dominique, D. Pedro encontrou sua morada parisiense no número **10** da **rue des Courcelles**, no 8.º arrondissement. Alugou o palacete hoje conhecido

como Hôtel de la Princesse Mathilde, sobrinha de Napoleão Bonaparte, que nele moraria na década de 1850. Construído em 1812 pelo arquiteto Bernard Poyet, que fizera a colunata do **Palais Bourbon**, sede da Assembleia Nacional Francesa, o palacete para onde se mudou a família Bragança é um edifício austero, de três pavimentos, hoje propriedade de um xeque árabe. Para ir à missa com a família, D. Pedro só precisava atravessar a rua, tendo em frente de casa os fundos da **Église Saint-Philippe-du-Roule** (consagrada em 1784, ainda que não estivesse pronta. E jamais ficaria. Mas isso era comum: a Cathédrale Notre-Dame está até hoje inacabada).

Se, por um lado, distanciava-se das cocheiras, dos cavalos e dos longos passeios no campo, por outro, D. Pedro poderia agora melhor desfrutar a cena cultural da cidade. Na primeira semana de casa nova, contudo, a família evitou sair em público. Cansados de esperar pelo duque de Bragança, uma revolta liberal tentara derrubar o governo em Portugal. O levante foi massacrado pelas tropas fiéis ao regime. No dia 10 de setembro, 44 revoltosos foram enforcados em praça pública a mando de D. Miguel. Em Paris, D. Pedro decretou luto familiar, abstendo-se de assistir a concertos ou óperas.

Mais próxima do centro do poder e das decisões políticas, a casa da rue des Courcelles tornava-se um ponto de encontro para portugueses e brasileiros. Entre eles, o general Abreu e Lima, pernambucano que lutou ao lado de Simón Bolívar pela independência da Grã-Colômbia. Em Paris, o general se aliara a D. Pedro na saga pela reconquista da coroa de Maria II. No dia 12 de outubro, dia do aniversário do ex-imperador, o jornal *Le Commerce* publicou uma nota dizendo que a expedição militar a Portugal partiria, no máximo, em três semanas. Pura malícia. Volta e meia notas como aquela surgiam num ou noutro jornal, reacendendo a esperança dos exilados portugueses, que vinham bater à porta do duque de Bragança.

Palacete da rue des Courcelles: residência de D. Pedro I e família em Paris.

Naquele dia, D. Pedro só se ocuparia da sua suntuosa festa de aniversário, com a presença do marquês de La Fayette e dos reis franceses, Luís Filipe e Maria Amélia. Só o novo cônsul do Brasil, Francisco de Paula Ferreira de Amorim, nomeado após a abdicação, recusou o convite para a festa por motivos políticos. Seu superior, no entanto, o ministro plenipotenciário do Brasil em Paris, José Joaquim da Rocha, não deixou de prestigiar o amigo e ex-imperador. Os portugueses, por sua vez, compareceram em grande número. Tinham ali a oportunidade de ver a rainha de Portugal, que, do alto dos seus 12 anos, permitia que seus súditos lhe beijassem a mão. Viam na *miúda* a esperança de dias melhores. Juravam dar o sangue pela honra da soberana, e pela felicidade de Portugal. Demonstravam ainda preocupação com a segurança da menina, que, semanas depois, sofreria um suposto atentado.

No dia 25 de novembro de 1831, uma bala atravessou a janela do quarto da rainha, ricocheteando em toda parte até estilhaçar um espelho, assustando a menina e sua aia, Leonor da Câmara. A polícia

foi chamada imediatamente e, apesar da perícia técnica, nada foi descoberto. Na melhor das hipóteses, tratava-se de uma bala perdida, vinda de algum estande de tiro clandestino nas redondezas, o que não era pouco provável. O susto, no entanto, serviu para reforçar a segurança da casa, e reacender rumores de que um complô se formara em Paris para matar a rainha de Portugal.

A BATUTA DO EX-IMPERADOR

Enquanto isso, D. Pedro e a família continuavam levando uma vida normal, aproveitando o que Paris oferecia de melhor, entre óperas, concertos e exposições no inovador **Musée du Luxembourg**, o primeiro museu de arte contemporânea da Europa.[13] Ao ex-imperador agradava também fazer passeios pelas ruas da cidade, como um simples "particular", ainda que, uma vez ou outra, acabasse sendo reconhecido, pois já se tornara figurinha carimbada em Paris. Numa dessas saídas, encontrou o jovem pintor brasileiro Manuel de Araújo Porto Alegre no boulevard des Capucines. O então estudante da Escola de Belas-Artes "sentiu uma forte pancada no ombro, olhou e ficou atônito vendo D. Pedro I a rir-se para ele". "Que faz aqui, Sr. Araújo, pois também emigrou?", perguntou-lhe D. Pedro. "Não, senhor, vim estudar a minha arte e vim com o Sr. Debret", respondeu o artista. Alguns anos depois, Araújo Porto Alegre seria um dos fundadores da *Nitheroy*, a primeira revista de cultura brasileira publicada em Paris.

No camarote real da **Salle Favart,**[14] a família Bragança assistiu à ópera *Le Comte Ory*, de Rossini, o Andrew Lloyd Webber da época. Os espetáculos encenados pela Companhia de Teatro Italiano eram tão populares como os atuais musicais da Broadway. Se hoje você vai a Nova York para assistir a *Evita* ou *Os miseráveis*, naquela época você iria a Paris para assistir às óperas italianas ou às *opéras-comiques*. Mas não pense que D. Pedro ia ao teatro para se escangalhar de rir. Ópera-cômica era o estilo operístico francês, que precedeu o *bel canto* de Rossini. Nela havia diálogos falados entremeando as partes cantadas, daí o termo *comique*, no sentido de "drama".

De tanto frequentar o Teatro Italiano, D. Pedro acabou sendo apresentado a Gioachino Rossini, o gênio da ópera, que chegara a Paris em 1823. Protegido do deposto rei Carlos X, Rossini era o mais talentoso, prolífico e popular compositor da sua geração. Quando, aos 39 anos, foi apresentado ao ex-imperador do Brasil, já se considerava em fim de carreira, tendo composto nada menos que 39 óperas, entre elas clássicos eternos como *O barbeiro de Sevilha* e *Guilherme Tell*. Rossini ofereceu a D. Pedro partituras autografadas, e o ex-imperador, que sempre fora um razoável compositor – D. Pedro compusera o *Hino da independência do Brasil* entre dezenas de marchas, missas e oratórios – prometeu ao italiano enviar-lhe suas próprias partituras. Mais tarde, Rossini pediria permissão a D. Pedro para apresentar uma abertura de sua autoria na Salle Favart, o que só pode ter enchido de orgulho o ex-imperador (e hoje você tem como ouvi-la no YouTube).[15] Segundo o jornal de música *The Harmonicon*, publicado em Londres, o próprio D. Pedro pegou na batuta para reger a orquestra:

> No sábado (29 de outubro) foi apresentada uma Grande Abertura composta por D. Pedro. O ex-imperador não esteve apenas presente, como dirigiu em pessoa a execução dessa peça, tomando especial cuidado em marcar as passagens importantes, em ter os fortes e pianos adequadamente observados e o andamento estritamente observado. Essa obra foi muita aplaudida.

No dia seguinte, a abertura foi executada novamente, dessa vez sob a regência do próprio Rossini, para uma plateia enobrecida pela presença do rei Luís Filipe. Foi um novo triunfo, reconhecido pela *Revue Musicale* de Paris: “Essa abertura em mi bemol é de uma feitura correta e mostra que o seu autor tem um amplo conhecimento dos recursos da orquestra. Foi muito aplaudida.”

13 O Musée du Luxembourg, originalmente instalado no Palais du Luxembourg, foi o primeiro museu aberto ao público na França, em 1750. Quando a sua coleção clássica foi transferida para o Louvre, em 1818, o museu passou a expor obras de artistas vivos. Isto é, tornava-se o primeiro museu de arte contemporânea da Europa, então visitado por D. Pedro I. Em 1879, o Senado francês transferiu-se para o Palais du Luxembourg, sendo o museu reinstalado num anexo, onde se realizou a primeira exposição de arte impressionista na França. Atualmente, sob a administração do Senado, o Musée du Luxembourg, sem coleção permanente, organiza exposições de arte “temáticas e originais”.

14 A Salle Favart foi demolida após um incêndio em 1838. Reconstruída, foi destruída por um novo incêndio, cinquenta anos depois. Reinaugurada, no mesmo local, em 1898, ela

funciona até hoje, albergando a Ópera Cômica de Paris, na place Boieldieu, no 2.º arrondissement.

15 No YouTube, sob o título “D. Pedro I: Independencia Abertura”.
Disponível em www.youtube.com/watch?v=JbwBHkHvkMI

Salle Favart: a Ópera Cômica de Paris.

Mas o talento musical de D. Pedro não poderia agradar a todos, e a execução da sua obra tornou-se um prato cheio para os jornais de oposição. Nas colunas mais sarcásticas, choviam notas: "Dizem que a música de D. Pedro foi uma das principais causas da revolta que lhe forçou a abdicar"; "Descobrimos que tanto na música como nos atos, a D. Pedro faltam-lhe medidas"; "A música de D. Pedro não é

apropriada a reestabelecer a harmonia" ou, ainda, "Para meter os soldados de D. Miguel em fuga, basta que D. Pedro faça executar a sua música."

Pior foi a carta escrita pelo articulista alemão Ludwig Boerne a um amigo, destacada pelo historiador Tarquínio de Sousa:

> Domingo passado houve no Teatro Italiano um concerto ao que eu não assisti. Começou com uma *ouverture à grande orchestre* e calcule o senhor de que compositor? De D. Pedro, imperador do Brasil. É supérfluo dizer que a música era detestável. O senhor imperador andaria mais acertado enxotando o seu irmão sanguinário de Portugal, e não os pacíficos espectadores do teatro. Falei pelo menos com "alguém" que não gostou da música imperial e por causa dela deixou o teatro.

Famoso por seu sarcasmo em artigos políticos e críticas teatrais, talvez *Herr* Boerne não fosse a pessoa mais indicada para julgar o talento musical de D. Pedro, sobretudo por sequer ter assistido ao concerto. Mais crédito, com certeza, teria o próprio Gioachino Rossini, em carta a D. Pedro II, três décadas mais tarde.

> Durante a estadia muito breve de Sua Majestade o imperador D. Pedro em Paris, fiz executar no Teatro Italiano uma Abertura de sua composição que era adorável. Ela teve grande sucesso, e como, por discrição, eu não nomeei o autor, os cumprimentos foram dados a mim, erro que não desagradará seu augusto filho, que poderia bem se lembrar de me enviar um pouco do café tão célebre de Vosso país.

Estaria Rossini bajulando D. Pedro II para ganhar um cafezinho de cortesia? Algumas sacas, neste caso. Provavelmente, não. A aprovação de Rossini seria uma vez mais confirmada quando pediu permissão a D. Pedro para executar uma cavatina[16] de sua autoria, sobre a qual comentou: "A cavatina foi bem executada num concerto no Teatro Italiano, e obteve uma quantidade de aplausos bastante respeitável. D. Pedro parecia muito feliz em seu camarote, pelo menos ele me agradeceu calorosamente", contou Rossini ao pianista e compositor alemão Ferdinand Hiller.

A NOVA PRINCESA BRASILEIRA

Quem não ficava nada contente com esse ritmo de vida glamoroso e festivo de D. Pedro era, como sempre, a comunidade portuguesa.

Preocupados com a aparente desatenção do duque de Bragança à sua causa, os refugiados, mais liberais do que monarquistas, temiam perder a sua mais poderosa arma na luta pelo resgate da Constituição liberal em Portugal – Dom Pedro e sua filha, Maria II, a rainha usurpada. D. Pedro, por sua vez, empurrava a situação com a barriga. Tentava ganhar tempo para que o bebê de Dona Amélia nascesse antes que se visse forçado a partir em guerra para Portugal. Ainda em outubro, mandou avisar que a expedição não zarparia antes de março, pois seria temerário dar início à missão em pleno inverno. Um dos líderes liberais exilados, o duque de Palmela, adivinhando que a gravidez de Amélia fosse o motivo do adiamento, respondeu em carta:

> V.M. deve, com a generosidade que o caracteriza, fazer este sacrifício (bem que penoso no momento atual) à grande causa em que se acham interessadas a sua honra e a sua consciência (...) o seu crédito exige que (no meio de tantas vítimas sacrificadas pela adesão à legitimidade e à Carta Constitucional) não possa nem mesmo suspeitar-se que V.M. compromete interesses tão sérios pelo desejo, aliás natural e louvável, de permanecer no seio de sua família.

Independentemente da pressão exercida pelos portugueses, a expedição tão cedo não zarparia pelo mesmo problema de sempre – falta de recursos. Enquanto isso, D. Pedro se dividia entre as rezas com a família na Église de Saint-Philippe-de-Roule e os animados bailes organizados pelas embaixadas, pelo primeiro-ministro Casimir Perier e pelo rei no Palais des Tuileries. Num baile promovido pelo visconde Granville, embaixador da Grã-Bretanha, D. Pedro encontrou-se com o adido da Áustria Rodolphe Apponyi, e o filho do rei Luís Filipe, o duque de Orléans. Escolhendo seu par sempre entre as mais belas mulheres, ainda que fosse um péssimo dançarino, o ex-imperador causou ciúmes ao duque quando bailou com a cobiçada madame de la Chataigneraie. A historiadora Denyse Dalbian lembra o diálogo, narrado nas memórias do diplomata austríaco:

> "Veja como D. Pedro faz a corte à Madame de la C...; é lamentável para nós. O que podemos fazer quando temos um imperador como concorrente?", queixava-se o duque. Ao que Apponyi respondeu: "Mas, senhor, parece-me que um príncipe da França deve valer mais do que um imperador destronado do Brasil..."

O duque, na verdade, se preocupava em vão. Desde que se casara com Dona Amélia, D. Pedro comportava-se muito bem, fosse porque aprendera a controlar a sua libido ou porque já não a possuía tão acentuada. Do casamento até o final da sua vida, D. Pedro teria somente mais um filho ilegítimo, desta vez com uma freira nos Açores. Na França, no entanto, ele continuaria fiel à Dona Amélia e à vida em família.

No início de novembro uma frente fria trouxe neve a Paris em pleno outono, um espetáculo ao qual D. Pedro, provavelmente, jamais assistira. Com a chegada do frio, o duque de Bragança passava mais tempo em casa, ora recebendo a visita de refugiados portugueses, ora em reunião com os seus secretários. Bem mais consciencioso do que poderia parecer aos refugiados, o duque de Bragança lia sobre estratégia militar e, depois, saía para praticar a mira num estande de tiro. Quando não estava ocupado com os preparativos para invadir Portugal, dedicava-se a arrumar e catalogar os livros da sua biblioteca, ou tocar seus instrumentos prediletos: piano, clarinete e flauta. Orgulhoso, transcrevia para o piano as marchas militares que compusera no Rio de Janeiro, oferecendo as partituras como presentes às filhas de Luís Filipe.

Quando recebia cartas do Brasil, passava o dia a lê-las e a escrever respostas, sobretudo aos quatro filhos pequenos, a quem remetia também brinquedos comprados em Paris. Sentia imensas saudades das crianças, sobretudo do caçula, Pedro II, a quem chamava carinhosamente de Nhonhô. Compensava a distância que o separava dos filhos de Leopoldina com a atenção que dava à filha de Domitila: ia pessoalmente buscar Isabel Maria no aristocrático Collège du Sacré-Cœur, sediado no **Hôtel Biron**, na rue de Varenne, 41, hoje sede do **Musée Rodin**. D. Pedro levava a pequena duquesa para jantar em casa, na companhia da sua meia-irmã Maria da Glória. Se antes a rejeitara, Dona Amélia agora acolhia com carinho a pequena filha da marquesa de Santos. Depois do jantar, faziam todos um sarau familiar com D. Pedro ao piano, acompanhado pelas meninas.

A calma invernal reinante no palacete foi quebrada no dia 1.º de dezembro com o nascimento de Maria Amélia Augusta Eugênia Josefina Luísa Teodolinda Elói Francisco Xavier de Paula Gabriela Rafaela Gonzaga, nome longo para a pequena filha de Dona Amélia e

D. Pedro, a primeira e única do casal. Os números divergem, mas, comprovadamente, D. Pedro teve dezoito filhos, incluindo os ilegítimos. A chegada de Maria Amélia, sua última filha legítima, reanimou a casa, que agora não recebia somente a visita de refugiados deprimidos e secretários atarefados, mas também de parentes e amigos que vinham dar as boas-vindas ao bebê. Filha do ex-imperador do Brasil, então duque de Bragança, e de uma princesa da Baviera, Maria Amélia nasceu em território francês. Logo, poderia ser brasileira, portuguesa, bávara ou francesa. D. Pedro, contudo, não tinha dúvidas sobre a nacionalidade da criança: seria brasileira. Além do pai, da avó (mãe de Amélia) e do Dr. Tavares, que fizera o parto, pelo menos quinze outras testemunhas viram o bebê ainda ligado à mãe pelo cordão umbilical, procedimento imprescindível em casos de herdeiros dinásticos. Entre os presentes, estava o ministro plenipotenciário do Brasil, José Joaquim da Rocha, cujo testemunho oficial valeria à menina a entrada na linha sucessória do trono imperial brasileiro.

No dia seguinte, 2 de dezembro, comemorava-se o aniversário do seu meio-irmão, D. Pedro II, que fazia 6 anos. Seu pai foi à legação brasileira em Paris para dar os parabéns ao ministro José Joaquim da Rocha, pelo aniversário do imperador. Assim, calava rumores de que cogitava anular a sua abdicação para retomar a coroa do Brasil, após ter assentado Dona Maria II no seu devido trono português. Naquela noite, D. Pedro promoveu na rue des Courcelles uma jantar em homenagem ao aniversário do filho. Compareceram mais de quarenta pessoas, entre parentes, amigos, políticos e diplomatas. No final do jantar, quando se brindava ao pequeno imperador, D. Pedro sentiu-se mal, a ponto de se recolher. Seus nervos não resistiram a dois dias de fortes emoções, com o nascimento da filha e o aniversário do seu único filho homem, tão pequenino, deixado para trás no Brasil, nas mãos de tutores. Era a epilepsia que voltava, numa crise ligeira, para lembrar a D. Pedro que ela estaria sempre ali, em tempos de paz e de guerra. No dia seguinte, ainda se convalescendo do ataque, recebeu a visita do rei Luís Filipe e sua mulher, que se tornariam padrinhos da recém-nascida, batizada com o nome da rainha francesa, Maria Amélia.

ADEUS, PARIS

Com o nascimento e o batizado da pequena Maria Amélia, D. Pedro não tinha mais desculpas para adiar a expedição a Portugal. Poucos dias depois, já recebia em casa a visita do comandante inglês George Sartorius que, independente da Marinha Real Britânica, vendia seus serviços à causa de Dona Maria II. A reunião com o comandante era um sinal claro de que as negociações do empréstimo, de algum modo, avançavam. A expedição a Portugal começava a ganhar credibilidade. D. Pedro, então, já escrevera em carta a amigos no Brasil:

> Estou satisfeito; mas ainda não para aqui a minha ambição de glória: eu quero fazer conhecer a todo o mundo mais claramente até que ponto eu sou capaz de me comprometer pela minha honra: eu parto por estes dias, o mais tardar um mês, para as Ilhas dos Açores a fim de marchar de lá em frente da expedição contra o Tirano Usurpador do trono de minha filha (depois de ter tomado conta da Regência a qual sou chamado pela Carta Constitucional) com o intento de restabelecer a ordem e a autoridade legítima em Portugal, e acabando com a tirania fazer este incomparável serviço à humanidade oprimida pelo maior dos déspotas que o mundo civilizado tem visto.

Se antes vacilava, falando mais do que agindo, agora D. Pedro dava o primeiro passo, sabendo que não haveria volta. Os recursos para a expedição foram finalmente obtidos através de manobras financeiras executadas pelos investidores Augustin Ardoin e Juan Álvarez Mendizábal. Na bolsa de valores de Londres, os títulos da dívida captaram, inicialmente, 100 mil libras. A contragosto, sob imensa pressão dos seus correligionários, D. Pedro assinara o empréstimo como tutor de Dona Maria II, comprometendo seu escasso patrimônio, além de avançar 25 mil libras esterlinas do seu próprio bolso. Com os recursos disponíveis, fez-se a compra da corveta *Juno* e da fragata *Fairlie*, que se juntariam a duas sofridas fragatas anteriormente adquiridas e rebatizadas como *Rainha de Portugal* e *Dona Maria II*. Equipada e armada na Inglaterra, a frota de calhambeques precisou se dispersar para driblar o parlamento britânico, que temia ser acusado de conivência nas manobras de D. Pedro. Quando pronta, a esquadra partiria de Belle-Île-en-Mer, a catorze quilômetros da costa da Bretanha, na França, sob a vista

grossa do rei Luís Filipe e da assembleia francesa. Mas, por enquanto, D. Pedro ainda teria tempo para se despedir de Paris.

Poucos dias antes do Natal, voltou ao Teatro Italiano para assistir à ópera *Guilherme Tell*, do seu amigo Rossini. Continuava a frequentar o Palais des Tuileries, onde jogava bilhar com o rei, ou jantava, reunindo as duas famílias. Ao lado de Luís Filipe e dos seus dois filhos, passava as tropas em revista, quando os soldados faziam exercícios no **Champ-de-Mars,** o gigantesco gramado, hoje sob à sombra da Torre Eiffel – ali seriam organizadas as grandes Exposições Universais na segunda metade do século XIX. Dom Pedro passou a tarde do último dia do ano na Biblioteca Real, provavelmente lendo sobre estratégia militar, pois, se valentia não lhe faltava, pouca experiência na frente de batalha ele possuía.

Para celebrar o ano novo, os duques de Bragança ofereceram um jantar na rue des Courcelles ao almirante Jean-Baptiste Grivel, que, nos momentos de tensão que antecederam a abdicação, comandava a esquadra francesa fundeada na baía de Guanabara, dando total apoio à família imperial. Ao jantar seguiu-se a troca de presentes pelo ano-novo, com a presença das crianças, a rainha Maria II e a duquesa de Goiás. Na primeira semana do ano, D. Pedro aproveitou ainda para desfrutar a vida em família, indo com as filhas assistir a um espetáculo de patinação no gelo e, outra vez, à Salle Favart para assistir ao baixo franco-italiano Luigi Lablache, uma das maiores estrelas da ópera na primeira metade do século XIX.

O Dia de Reis, 6 de janeiro, era, e ainda é, celebrado na França, sobretudo em Paris, com a *galette des rois*, uma torta de massa folheada recheada com creme de amêndoa, bem diferente do bolo de reis dos brasileiros. Na rue des Courcelles, a família do ex-imperador seguia, entretanto, a tradição francesa. Naquele dia, a criança mais nova da família, a duquesinha Isabel Maria, escondeu-se embaixo da mesa e de lá, sem ver a torta, como manda o costume, determinou a distribuição das fatias para os convivas. Quem encontrasse a “fava” na sua fatia teria o direito de ser coroado rei por um dia. D. Pedro, um pândego que já abdicara dois tronos, preferiu abster-se – outra coroa, nem de brincadeira! Numa distribuição de fatias tradicionalmente mancomunada para favorecer as crianças, a fava foi encontrada por Dona Maria II, que teve direito de acumular duas coroas – a de

Portugal e uma nova, de papel, muito mais leve e divertida do que aquela de um reino à beira da guerra civil.

Dois dias depois, D. Pedro recebia a visita de Juan Álvarez Mendizábal, o investidor e político liberal espanhol, que via, além dos lucros, a possibilidade de ganhos políticos no apoio à guerra. O espanhol nutria a esperança de que D. Pedro estendesse sua cruzada liberal à Espanha, então nas mãos de seu tio, irmão de Carlota Joaquina, o rei absolutista Fernando VII. Mendizábal trazia boas novas: a esquadra do duque de Bragança estava pronta, podendo zarpar tão logo ele o decidisse. Era o sinal que D. Pedro esperava para arrematar os preparativos da expedição. Foi almoçar com o rei Luís Filipe, que prometeu abster-se, como os ingleses já haviam feito, sob uma única condição: que D. Pedro não se metesse com a Espanha absolutista, para que a guerra não engolfasse toda a Península Ibérica. A Espanha, porém, acabaria por intervir em defesa de D. Miguel. Mas aí já seria tarde.

Depois de despedir-se dos reis, D. Pedro tomou providências práticas de natureza doméstica. Fez um novo testamento, contemplando todos os seus filhos, legítimos e ilegítimos, e apontando Dona Amélia como tutora de Maria da Glória, filha da falecida imperatriz Leopoldina, e de Isabel Maria, filha de Domitila de Castro, a marquesa de Santos. Pousou para um último retrato e, sem esperar pela assistência de ninguém, como era de costume, fez suas próprias malas, não se esquecendo de separar os livros de estratégia militar, que continuaria a ler até o último dia antes do desembarque em Portugal.

No dia 24 de janeiro, os Bragança organizaram, na rue des Courcelles, um jantar de despedida que deve ter levado o emotivo D. Pedro às lágrimas. Cercado por sua pequena corte de meninas, a mulher, de 19 anos, a filha rainha, de 12 anos, a filha duquesa, de 5, e a princesinha brasileira que acabara de nascer, D. Pedro abria mão de todo aquele amor e ternura para comandar um exército composto por refugiados portugueses e mercenários estrangeiros, numa missão, no mínimo, quixotesca. Fazendo do arquipélago dos Açores, já em poder dos liberais, a sua base, investiria contra a costa portuguesa à frente de 7.500 homens, quando seu irmão contava com 75 mil soldados em terra para defendê-lo.

As despedidas continuaram na manhã seguinte, quando, pronto para a partida, D. Pedro recebeu o caloroso apoio do amigo e ídolo liberal, o marquês de La Fayette, e a visita de mais de duzentas pessoas, entre políticos e diplomatas que, no último minuto, vinham lhe desejar boa sorte. Mas nada comoveria mais D. Pedro do que dizer adeus à família. Tarquínio de Sousa melhor descreve a cena:

> Às 7h45 D. Pedro abraçou Dona Amélia e, dirigindo-se à filha, por cuja causa ia bater-se, disse-lhe estar decidido a fazer os últimos esforços para lhe repor a coroa na cabeça e tornar efetiva a promessa da Carta, e que para merecer o afeto de Portugal, por uma educação digna de uma grande rainha, em tudo obedecesse à madrasta. E saiu rápido, tomando a primeira carruagem.

Não, não poderia mais chorar, muito menos na frente dos amigos e políticos. Partia rápido, apressado, naquela manhã fria de inverno, suspeitando que jamais voltaria a ver Paris, temendo nunca mais ver a família. Acertou a primeira suposição; errou a segunda. À frente do seu exército de Brancaleone, D. Pedro zarpou de Belle-Île-en-Mer no dia 10 de fevereiro, só chegando ao arquipélago dos Açores doze dias depois. Lá, apesar das dificuldades financeiras, pois havia atraso na transferência do empréstimo, a esquadra cresceu consideravelmente. Depois de quatro meses de preparação, entre fragatas, corvetas, escunas e vapores para o transporte de tropas, mais de cinquenta embarcações levantaram ferro, partindo rumo ao continente.

As tropas desembarcaram no litoral norte de Portugal no dia 8 de julho de 1832, e, em poucos dias, tomaram a cidade do Porto, que sempre fora mais simpática à causa liberal. Mas não passariam disso por um longo período de tempo. O Porto foi logo sitiado pelas tropas miguelinas, formando um cerco que se prolongou por mais de um ano. Enquanto isso, a Grã-Bretanha intervinha sigilosamente na guerra, contratando uma esquadra de mercenários em socorro a D. Pedro. Comandada pelo almirante escocês Charles Napier, a esquadra desembarcou suas tropas no Algarve e, mais tarde, em Lisboa. No dia 28 de julho de 1833, Dom Pedro, finalmente, fez sua entrada triunfal na capital, sendo recebido de braços abertos pelo povo, que não hesitava em virar casaca. A guerra no interior do país só terminaria em maio do ano seguinte, com a rendição incondicional das tropas

miguelinas, e o envio de Dom Miguel para o desterro na Áustria, de onde nunca mais importunaria o irmão.

A rainha Maria II de Portugal e sua madrasta, Dona Amélia, chegaram a Lisboa em setembro de 1833. A partida de Paris e a despedida dos reis dos franceses, porém, não foram das mais calorosas. Luís Filipe sequer tentou disfarçar sua profunda decepção ao saber que Maria da Glória se casaria com seu tio, não o tirano Dom Miguel, mas o irmão da sua madrasta, Dom Augusto Napoleão de Beauharnais, o duque de Leuchtenberg. O rei dos franceses nutria esperanças de casar Maria II com seu filho Luís de Orléans, o duque de Nemours. Agora, não só perdia a chance de aliar sua família ao trono de Portugal, como via a rainha Maria II casando-se com um membro do clã Bonaparte, seus arqui-inimigos. O mau olhado do rei deve ter sido forte. Os noivos se casaram em janeiro de 1835, em Lisboa, e, dois meses depois, Dona Maria ficou viúva. O duque de Leuchtenberg morreu de difteria, aos 24 anos. Seguramente, um forte abalo para a jovem rainha, que já havia perdido o pai alguns meses antes.

O triunfo de D. Pedro fora efêmero. Dono de uma saúde de ferro, fora a epilepsia, entregara-se de corpo e alma à guerra pelo trono de sua filha. Bravo e voluntarioso, era tido como herói pelos habitantes da cidade do Porto, que sofreram o cerco inimigo por mais de um ano. Durante o sítio da cidade, D. Pedro fora visto em todas as partes. Dormia pouco, trabalhava muito e, como todos, alimentava-se mal. Nas barricadas do Porto, contraiu tuberculose, que o mataria em setembro de 1834, antes de completar 36 anos.

Um ano depois de ficar viúva, Maria II casou-se com o príncipe dos belgas, Fernando de Saxe-Coburgo-Gota-Koháry, que se tornaria D. Fernando II, rei consorte de Portugal. Tiveram 11 filhos antes que a rainha morresse, aos 34 anos, em 1853. Já Dona Amélia, a viúva de D. Pedro, teve uma vida longa, porém triste. Sua única filha, a brasileirinha Maria Amélia, meia-irmã de D. Pedro II e afilhada do rei dos franceses, morreria de tuberculose, como o pai, aos 21 anos. Viúva, sem a filha, o irmão e a enteada, todos mortos, Dona Amélia continuou morando em Portugal, onde morreu em 1873, aos 60 anos. No fim da vida, teve um último momento de alegria e emoção ao receber a visita do seu enteado, o agora imperador Pedro II, de quem

ela se despedira em lágrimas havia quarenta anos. Seus restos mortais repousam hoje em São Paulo, no Monumento à Independência, ao lado de D. Pedro I.

E, antes que você me pergunte, o que aconteceu com Isabel Maria, filha bastarda de Dom Pedro e Domitila de Castro, educada no Collége du Sacré-Cœur em Paris? A duquesa de Goiás nunca pisou em Goiânia. Ficou na Europa e, por arranjos de Dona Amélia, viúva de seu pai, conseguiu um bom casamento com um nobre alemão, o conde de Treuberg, com quem teve quatro filhos. Morreu na Baviera, em 1898, aos 74 anos.

Raros franceses saberiam, hoje, da meteórica passagem de D. Pedro por Paris, da sua aliança com Luís Felipe, último rei da história francesa, cujo neto se casaria com a princesa Isabel para formar a dinastia imperial brasileira dos Orléans e Bragança. Ninguém se lembra da música do ex-imperador executada por Rossini na Salle Favart, e muito menos das duas marteladas que D. Pedro deu na pedra fundamental da Coluna de Julho, na place de la Bastille. Pouco importa. Como primeiro personagem deste livro, D. Pedro acaba de abrir as portas de Paris para você. Uma Paris diferente, onde cada cartão postal vai lhe contar um pouquinho da história do Brasil, e dos brasileiros que lá fizeram diferença.

16 Cavatina, segundo o Houaiss: pequena ária para solista, com seção única, sem repetição.

COMO CHEGAR LÁ

COLUNA DE JULHO NA PLACE DE LA BASTILLE
Durante as obras do metrô, no século XX, foram encontradas algumas seções intactas do antigo muro da Bastilha. Para ver uma delas, basta entrar na estação do metrô Bastille e seguir as placas até a linha 5. O muro, bem destacado, está na plataforma dos trens que partem em direção a Bobigny. Voltando à rua, você ainda poderá ver a localização exata da prisão. O traçado dos muros está demarcado por paralelepípedos diferenciados na esquina da rotatória com a rue Saint-Antoine.
Confluência dos 4°, 11° e 12° arrondissements.
Metrô: linha 1, 5 ou 8: estação Bastille.

PALAIS-ROYAL
Rue de Montpensier, 8
1° arrondissement
Horários:
Galerias: 24 horas por dia.
Jardim: das 7h às 20h30 no inverno; fechando gradualmente mais tarde, à medida que o verão se aproxima. Em junho, julho e agosto, aberto até as 23h.
Metrô: linha 1 ou 7, estação Palais Royal-Musée du Louvre; ou, ainda, linha 7 ou 14, estação Pyramides.
www.palais-royal.monuments-nationaux.fr

COMÉDIE-FRANÇAISE
Salle Richelieu, no Palais-Royal
Place Colette, s/n°
1° arrondissement
Metrô: linha 1 ou 7, estação Palais Royal-Musée du Louvre; ou, ainda, linha 7 ou 14, estação Pyramides.
Reservas por e-mail: reservation.reponse@comedie-francaise.org, ou telefone: 01 44 58 15 15 / 0825 10 16 80.
Programação: www.comedie-francaise.fr

PANTEÃO DE PARIS
Place du Panthéon, s/n°
5° arrondissement
Horários: das 10h às 18h30, no verão. E das 10h às 18h, no inverno.
Última entrada 45 minutos antes do fechamento.
Ingresso: € 7,50. Gratuito para menores de 18 anos.
Metrô: linha 10, estação Cardinal-Lemoine.
Trem: linha RER B, estação Luxembourg.
www.pantheon.monuments-nationaux.fr

COLUNA VENDÔME

Place Vendôme
1° arrondissement
Metrô: linha 1, estação Tuileries ou Concorde; ou linha 8 ou 12, estação Madeleine ou Concorde; ou, ainda, linha 7 ou 14, estação Pyramides.

JARDIN DES TUILERIES
1° arrondissement
Horários: em abril, maio e setembro, das 7h às 21h. De junho a agosto, das 7h às 23h. De outubro a março, das 7h30 às 19h.
Entrada franca.
Metrô: linha 1, estação Tuileries ou Concorde.
www.parisinfo.com/musee-monument-paris/71304/Jardin-des-Tuileries

CASTELO DE MEUDON
O castelo foi demolido, mas o parque, atualmente ocupado pelo Observatório de Astrofísica de Meudon, pode ser visitado, ainda que em raras ocasiões. Consulte o website do observatório para saber as próximas datas de visitação guiada e fazer sua reserva.
Place Jules Janssen, 5 – Meudon
Ingresso: € 6,00 para adultos e € 3,50 para crianças.
Tel.: 01 45 07 75 30
Metrô: linha 12, estação terminal de Marie d'Issy. Tomar ônibus 169 em direção de Pont de Sèvres, saltando na parada Place de Rabelais ou Église de Meudon.
Metrô: linha 9, estação terminal de Pont-de-Sèvre. Tomar ônibus 169 na direção do Hôpital Européen Georges Pompidou, e saltar na parada Place de Rabelais ou Église de Meudon.
Trem: linha RER C, em direção a Versailles-Rive-Gauche. Saltar na estação de Meudon-Val-Fleury. Subida a pé de 15 minutos até o observatório, ou tomar o ônibus 289 na direção de Clamart, saltando na parada de Église de Meudon. Atravessar a rua, e subir a colina por cinco minutos.
www.obspm.fr/parcours-patrimoine-vert-du-site-de-meudon.html?lang=fr

PARC DE SAINT-CLOUD
Saint-Cloud
Horários: março, abril, setembro e outubro, das 7h30 às 21h. De maio a agosto, das 7h30 às 22h. De novembro a fevereiro, das 7h30 às 20h.
Entrada franca para pedestres.
Ingresso: € 5,00 para carros e € 3,00 para motos.
Metrô: linha 9, estação Pont de Sèvres; ou linha 10, estação Boulogne-Pont de-Saint-Cloud.
Bonde: linha T2, parada Parc de Saint-Cloud.
www.saint-cloud.monuments-nationaux.fr

THÉÂTRE DE L'ODÉON
Place de l'Odéon
6° arrondissement
Metrô: estação Odéon, linha 4 ou 10.
Trem: linha RER B, estação Luxembourg.
Tel. para reservas: 01 44 85 40 40.
Programação: www.theatre-Odéon.eu/fr

RESIDÊNCIA DE D. PEDRO EM PARIS

Atual Hôtel de la Princesse Mathilde
Rue des Courcelles, 10
8° arrondissement
Metrô: linha 9, estação Saint-Philippe-du-Roule.

PALAIS BOURBON (ASSEMBLEIA NACIONAL DA FRANÇA)
Quai d'Orsay, 33
7° arrondissement
Horários: fora do período parlamentar, visitas guiadas de segunda a sábado, às 9h30, 10h30, 14h e 15h.
Durante o período parlamentar, visitas guiadas somente aos sábados, nos mesmos horários.
Reservas por e-mail, wwl.assemblee-nationale.fr/visites/index.php; ou por telefone: 01 40 63 56 00
É possível visitar a assembleia sem fazer reserva. Chegue quinze minutos antes da visita guiada. Sujeito à disponibilidade de vagas no grupo.
www.assemblee-nationale.fr/index.asp

ÉGLISE SAINT-PHILIPPE-DU-ROULE
Rue de Courcelles, 9
8° arrondissement
Metrô: linha 9, estação Saint-Philippe-du-Roule.
www.stphilippeduroule.org

MUSÉE DU LUXEMBOURG
Rue de Vaugirard, 19
Quartier Latin, no 6° arrondissement
Horários: das 10h às 19h30. Às segundas e sextas-feiras, até as 22h.
Metrô: linha 4, estação Odéon, Saint-Sulpice ou Saint-Placide; ou linha 10, estação Odéon ou Mabillon; ou, ainda, linha 12, estação Rennes.
Trem: linha RER B, estação Luxembourg.
Programação: www.museeduluxembourg.fr

JARDIN DU LUXEMBOURG (JARDIM DO SENADO DA FRANÇA)
Quartier Latin, no 6° arrondissement
Entrada pela rue de Vaugirard, ou rue de Médicis.
Horários: das 8h15 às 16h30 no inverno, fechando gradualmente mais tarde à medida que o verão se aproxima. No verão, das 7h30 às 21h30,
Metrô: linha 4, estação Odéon ou Saint-Placide; ou linha 10, estação Odéon ou Mabillon; ou, ainda, linha 12, estação Rennes.
Trem: linha RER B, estação Luxembourg.
www.senat.fr/visite/jardin

SALLE FAVART – ÓPERA CÔMICA DE PARIS
Place Boieldieu, 1
2° arrondissement
Metrô: linha 8 ou 9, estação Richelieu-
Drouot ; ou linha 3, estação Quatre-Septembre.
Trem: linha RER A, estação Auber.
Programação e reservas:
www.opera-comique.com

MUSÉE RODIN
Hôtel Biron, antigo Collège du Sacré-Cœur
Rue de Varenne, 79
7° arrondissement
Horários: de terça-feira a domingo, das 10h às 17h45. Às quartas-feiras, até as 20h45.
Ingresso: € 6,00. Desconto para menores de 18 anos.
Metrô: linha 8 ou 13, estação Invalides; ou linha 13, estação Varenne.
Trem: linha RER C, estação Invalides.
www.musee-rodin.fr

CHAMP-DE-MARS
7° arrondissement
Metrô: linha 8, estação École Militaire; ou linha 6, estação La-Motte-Picquet-Grenelle, Dupleix ou Bir-Hakeim.
Trem: linha RER C, estação Pont de l'Alma.
www.equipement.paris.fr/jardin-du-champ-de-mars-1807

Monumento a Auguste Comte, na place de la Sorbonne.

OS POSITIVISTAS E A CAPELA DA HUMANIDADE

Paris não é uma cidade. Paris é a França; Paris é o Ocidente; Paris é a Europa; Paris é a Terra.

AUGUSTE COMTE

Se você é um positivista sincero, visite Paris pelo menos uma vez durante sua vida objetiva.

IGREJA POSITIVISTA DO BRASIL

Pont-des-Arts: a ponte dos amantes.

Digamos que você já esteja em Paris, e hoje é dia de visitar o Marais (pronuncia-se *marré*). Você não vê a hora de passear pelas charmosas ruas do bairro, famoso pela boemia, boutiques e galerias de arte. O Marais encanta pela sua mistura de bairro tradicional de imigrantes judeus e reduto da comunidade gay, o que garante uma efervescência cultural e comercial permanente. Mesmo aos domingos, quando a maior parte do comércio parisiense está fechada, o Marais está aberto para todas as tribos.

Flanando pela **rue Payenne**, próxima à estação de metrô de Saint Paul, você verá, pendurada numa sacada antiga, uma surrada bandeira do Brasil. Sobre a sacada, ocupando toda a extensão da fachada do edifício, uma frase em letras de bronze vai deixá-lo intrigado: "L'Amour pour principe et l'Ordre pour base; le Progrès pour but" (O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim). Isso mesmo: o lema positivista que inspirou o "Ordem e Progresso" da bandeira brasileira. Na porta do prédio, uma placa: *Chapelle de l'Humanité*. Agora, o que a bandeira brasileira tem a ver com essa "Capela da Humanidade" no Marais?

Tudo começa com um pensador francês chamado Auguste Comte, professor de matemática, que exibia uma cultura enciclopédica abrangendo todas as ciências da época. Ateu e ultrapragmático, Comte não podia ouvir falar em Deus, religião ou qualquer assunto transcendental ou metafísico. Enquanto D. Pedro I visitava Luís Felipe, o rei dos franceses, no início da década de 1830, Comte lançava um sistema filosófico baseado na reorganização das ciências: a filosofia positivista.

Segundo o positivismo comtiano, o ser humano e a humanidade de uma maneira geral passavam por três estágios do conhecimento: o teológico, no qual tudo tem uma explicação sobrenatural ou divina (Deus era o centro do universo, e culpado de tudo); o metafísico, representado pelo iluminismo, quando a ciência se perdia em elucubrações irrelevantes, e os princípios filosóficos de liberdade e igualdade levaram ao caos da Revolução Francesa (o homem era o centro do universo, e culpado de tudo – e ainda vinha com um papo

besta de igualdade e democracia); e o terceiro e último estágio, o científico ou *positivo*, no qual o homem, finalmente, abandonaria questões especulativas e inconsequentes, quando não desastrosas, para concentrar-se somente naquilo que fosse *positivamente* comprovado, através da observação e da experiência. Com esse rigor científico, Comte planejava ir além da filosofia, reformando a política e a sociedade.

Rue Payenne, 7: a Capela da Humanidade, na “Santíssima Cidade” de Paris.

Desse projeto nasceria a Sociologia, que aplicava os princípios científicos, *positivamente* comprovados, ao estudo da sociedade. A Sociologia deveria ter posição hegemônica sobre todas as outras ciências na sua hierarquia do saber. Que não perdêssemos tempo analisando a existência humana de modo filosófico, pois tudo aquilo não passava de especulação metafísica. O homem propriamente dito não existia. O que existia, a seu ver, era tão somente a humanidade, como fruto da sociabilidade humana. Por isso, o homem só poderia ser estudado dentro do contexto social. A humanidade era o centro do universo, causa e consequência de tudo, na sua marcha rumo ao progresso pelo caminho da ordem.

Se o indiscutível legado de Auguste Comte foi a Sociologia (que nos deu Betinho e Fernando Henrique Cardoso), o mesmo não se pode dizer da aplicação do pensamento positivista à política, que tanto terreno fértil encontrou no Brasil. Quiçá fruto de uma época de grandes turbulências na França, inaugurada pela Revolução Francesa, seguida por decapitações em massa, Guerras Napoleônicas e a

restauração da monarquia, o positivismo político pregava a ditadura republicana como solução.[17] Democracia, nem pensar. Mulheres votando? De jeito nenhum! O lugar da mulher era em casa, cuidando da educação dos filhos, o que elas sabiam fazer de melhor (as francesas só conseguiriam votar em 1945, enquanto as brasileiras já votavam desde 1928).

17 O termo *ditadura republicana* precisa, naturalmente, ser contextualizado. A *ditadura* de Comte não apresentava a conotação pejorativa que a história hoje lhe atribui. Não se tratava de um regime ditatorial à la Stalin, Mussolini, Franco ou Pinochet. Observe que Comte desprezava o totalitarismo e a tirania de Napoleão Bonaparte, que sequer integra o Panteão da Religião da Humanidade. Comte refletia sobre a França do século XIX, e sua ditadura objetivava o reestabelecimento da ordem durante um período de transição rumo à verdadeira sociedade positivista. O filósofo, entretanto, falhava por ingenuidade: acreditava que os ditadores temporários jamais seriam corrompidos. E que todos abraçariam com entusiasmo o novo regime da ordem a caminho do progresso.

Auguste Comte: o fundador do positivismo.

Com a instauração da Segunda República, após a queda do rei Luís Felipe, em 1848, Comte sugeriu a substituição do lema republicano “Liberdade, igualdade e fraternidade” pelo positivista “Ordem e Progresso”. Ao invés da utopia, o pragmatismo da ordem propiciando o progresso, que, num círculo virtuoso, garantiria a ordem. Em termos de sistema político, Comte e seus discípulos propunham, ainda em 1848, a formação de um colégio eleitoral de 85 membros, eleitos pelos nativos de cada região. O colégio, por sua vez, elegeria um triunvirato de governadores-ditadores que, subordinado a certas regras, teria plenos poderes, sem precisar se submeter ao jogo parlamentar (Comte não conhecia o Mensalão). Uma assembleia de 250 deputados seria constituída com o único objetivo de fiscalizar e controlar o orçamento do governo. Nada mais. Naquele período de

transição, a ditadura teria uma duração indeterminada, até que a sociedade alcançasse o paraíso do positivismo, onde todo conflito seria resolvido pelo diálogo, sendo reconhecida a superioridade das ideias positivistas. Para sorte dos franceses, nada disso foi adiante.

A RELIGIÃO DA HUMANIDADE

Apesar de todo o seu pragmatismo, Comte era um homem sensível, descasado e sujeito às distrações que a vida oferece. Aos 46 anos, conheceu Clotilde de Vaux, dezessete anos mais nova, irmã de um discípulo positivista, seu aluno na Escola Politécnica. Em princípio, a donzela rejeitou os avanços de Comte, que não era nenhum Alain Delon. "Como ele é feio", sussurrou Clotilde à sua cunhada, quando apresentada ao filósofo. Depois de alguma hesitação, ela aceitou sua corte platônica através de uma intensa troca de cartas, lidas e escritas no número **5** da **rue Payenne**, onde morava sozinha.

Clotilde de Vaux: a musa inspiradora de Auguste Comte.

Clotilde, moça de família nobre, porém decadente, fora abandonada pelo marido, um coletor de impostos que surrupiou dinheiro público e fugiu para a Bélgica. Portanto, mesmo que se apaixonasse por Comte, os dois jamais se casariam, pois o divórcio, antes legal na França, fora proscrito em 1816. A paixão de Comte não se limitava, contudo, aos dotes físicos da moça. Clotilde tinha pretensões literárias: escrevia folhetins românticos para os jornais. Sua inteligência e sensibilidade para as teorias filosóficas de Comte o levariam a transformá-la na musa inspiradora das suas ideais religiosas:

O Positivismo religioso começou realmente no nosso precioso encontro de sexta-feira, 16 de maio de 1845, quando meu coração proclamou inopinadamente, em frente à sua família maravilhada, a frase característica (não se pode pensar sempre, mas pode-se sempre amar) que, completada, torna-se o lema especial da nossa grande composição, *lembra Comte nas suas* Confissões.

Como se a impossibilidade da união amorosa não fosse mal suficiente, quis o destino que a musa de Comte morresse de tuberculose aos 31 anos, depois de responder a uma penca de cartas em um ano de corte, sem jamais ter chegado às vias de fato. A morte de Clotilde abalou Comte profundamente. O filósofo racionalíssimo não conseguia encontrar nas ciências a explicação para tanta dor, tanta emoção. Em suas reflexões, rendeu-se à necessidade de incorporar o amor e os sentimentos à aridez sentimental das suas teorias filosóficas. Começava a ganhar corpo a vertente religiosa do positivismo – a religião da Humanidade, que iria unir a dimensão *objetiva* da vida (nós, os vivos) à dimensão *subjetiva* dos mortos (que estão vivos, como sentimento, em nossas mentes e corações).

A religião era baseada na razão, no amor e no *altruísmo* (palavra inventada por Comte), abrindo mão de um Deus todo poderoso: "Enquanto protestantes e deístas sempre atacaram a religião em nome de Deus, nós devemos afastar Deus em nome da religião", catequizava Comte. Assim, a união da razão e do amor, da ciência e da religião, se consolidaria pela adoração não a um Deus supremo, mas aos mortos: "A humanidade compõe-se mais de mortos do que de vivos. Os vivos são sempre e cada vez mais governados necessariamente pelos mortos." A bela Clotilde, que já passara para o lado de lá, saía em vantagem. Com sua pureza e generosidade, ganhava o papel de Virgem Mãe no altar da religião da Humanidade.

Três anos após a morte de Clotilde, Comte lançou o calendário positivista, que zerava o calendário gregoriano, recomeçando a contagem do tempo a partir da Revolução Francesa, em 1789, o ano 1 da religião da Humanidade.[18] Nos seus treze meses de 28 dias, o calendário positivista homenageava figuras históricas, sempre masculinas: Moisés, Homero, Aristóteles, Arquimedes, César, São Paulo, Carlos Magno, Dante, Gutemberg, Shakespeare, Descartes, Frederico II, Bichat. Que dia é hoje? 24 de Shakespeare!, 13 de Homero... e por aí em diante.

Em princípio, a religião apresentava uma liturgia composta por nove sacramentos, do batizado de crianças à *incorporação* final à Humanidade, sete anos após a morte, se o candidato assim o merecesse. No casamento positivista, os noivos precisavam se converter à religião da Humanidade, e deveriam fazer uma abstinência sexual de três meses entre o ato civil e o religioso. Uma vez casados, estariam casados para sempre. Mesmo depois da morte do cônjuge, a viúva ou viúvo privava-se de se casar novamente, em respeito à memória daquele que havia passado à "vida subjetiva". Talvez por isso não tenha chovido muito arroz à porta de Comte, que, na função de sumo sacerdote (*Grand Prêtre*), celebrou apenas cinco casamentos até sua morte, em 1857.

Como todo sociólogo sabe, nada melhor para conquistar a fidelidade dos membros de uma seita do que um segredo só revelado aos confrades mais graduados. Só eles conhecem a verdade, guardando-a para si, o que lhes confere um caráter de superioridade face aos não iniciados. Quem já foi maçom ou rosacruz o sabe: são os segredos e códigos que os impelem na busca do conhecimento que os colocará acima do resto dos mortais.

O segredo que Auguste Comte reservara para os mais graduados membros da religião da Humanidade seria escandaloso, se não fosse tão trivial. Você promete que não conta para ninguém? O testamento de Comte revelou a seus discípulos que sua ex-mulher, Caroline Massin, tivera ficha suja na polícia. Antes de tornar-se senhora Comte, Caroline fazia o *trottoir* nas galerias do **Palais-Royal** do rei Luís Felipe. Felizmente, um amigo influente de Comte e protetor de Caroline encarregara-se de fazer evaporar o registro de ocorrência na delegacia. O segredo, portanto, não era nenhum fim do mundo. Passado o susto, seus discípulos encaixavam a revelação num contexto apropriado: Caroline infernizara a vida de Comte a ponto de levá-lo a uma tentativa de suicídio. Jogara-se da romântica **Pont-des-Arts** (aquela ponte sobre o rio Sena, na qual os namorados deixam milhares de cadeados para celebrar seu amor).[19] Salvo do afogamento, Comte separou-se da "esposa indigna", mas nunca deixou de lhe pagar uma pensão, numa demonstração de altruísmo e generosidade. Melhor ainda, a prostituição imputada à Caroline contrastava com a

pureza e castidade de Clotilde de Vaux, reforçando assim a imagem de Virgem Mãe que lhe fora atribuída.

18 Nisso Comte acertou em cheio, pois décadas depois historiadores franceses apontariam a Revolução Francesa como o réveillon entre as eras Moderna e Contemporânea.

19 Em 2010, havia mais de 2 mil cadeados trancados na Pont-des-Arts, para desespero do departamento de conservação do patrimônio da prefeitura de Paris. Até que um malandro, estudante de artes plásticas, roubou tudo para fazer uma escultura, partindo milhares de corações apaixonados. Hoje, os cadeados estão de volta, ainda mais numerosos. Se você for a Paris em lua de mel, não se esqueça de levar o seu.

Pont-des-Arts: cenário romântico para a tentativa de suicídio de Auguste Comte.

No quesito popularidade, no entanto, Clotilde jamais chegaria aos pés da Virgem dos católicos. Alguém já disse que religião é uma seita que deu certo. Neste caso, a religião da Humanidade de Auguste Comte ficou só no nome. No seu auge, em 1882, sob a liderança de Pierre Laffitte, a seita chegou a ter 260 membros, sendo 140 deles em Paris. O restante estava espalhado em pequenos núcleos positivistas na Inglaterra, México e Chile. A exceção ficou por conta do Brasil, onde a seita está viva até hoje.

O APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL

Numa época em que não havia telefone, e muito menos internet, novas ideias propagavam-se lentamente. Comte morreu em 1857, onze anos depois de Clotilde, mas suas ideias positivistas, tanto políticas quanto religiosas, continuaram a conquistar adeptos por um longo período, chegando ao Brasil do imperador Pedro II. Ainda que

ninguém saiba ao certo quem teria sido o primeiro positivista brasileiro, há evidências que Comte conheceu e trocou correspondência com a escritora potiguar Nísia Floresta Brasileira Augusta. Mas Nísia, ou Dionísia Gonçalves Pinto, passou boa parte da vida na França, e morreu por lá, sem pregar a palavra de Comte no Brasil. Ainda em 1865, três estudantes brasileiros voltaram de Bruxelas trazendo conceitos positivistas na mala e nos seus trabalhos acadêmicos. Pouco fizeram, no entanto, para disseminar a filosofia do mestre. A semente do positivismo só germinaria com força, e de maneira contínua, entre os professores e alunos, civis e militares, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que mantinha intercâmbio com a Escola Politécnica de Paris, onde Comte deixara o seu legado.

O mais célebre entre os pioneiros do positivismo no Rio de Janeiro foi o então major Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que exercia grande influência nos jovens militares, antes de se tornar o principal mentor do golpe militar que destronaria D. Pedro II. Benjamin Constant era formado em engenharia e fora professor da Escola Politécnica, tendo como alunos os civis Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes. Influenciados pelo mestre, os dois estudantes aderiram à Sociedade Positivista, fundada em 1876, defendendo ideias republicanas, além da abolição da escravatura e a separação entre a Igreja e o Estado.

A combinação explosiva de ímpeto da juventude e ideias radicais (principalmente as republicanas) fez com que, no ano seguinte, Teixeira Mendes e Miguel Lemos fossem expulsos da Escola Politécnica. Haviam publicado um artigo no qual atacavam diretamente o poderoso visconde do Rio Branco, fundador da escola e um dos maiores políticos do Segundo Reinado. Aos 23 anos, Miguel Lemos decidiu dar continuidade aos seus estudos de medicina em Paris, sendo logo seguido por Teixeira Mendes.

Nos três anos que passou na França, Lemos pôde aprofundar seu conhecimento do positivismo, tendo contato com Émile Littré e Pierre Laffitte, dois discípulos diretos de Auguste Comte que, divergindo entre si, deram rumos bem diferentes ao pensamento do mestre. O primeiro, para o lado científico; o segundo, para o religioso. Depois de se decepcionar com a arrogância acadêmica de Littré, mais preocupado com seus dicionários e o positivismo

científico, Lemos aproximou-se de Laffitte, que defendia com todo ardor a religião da Humanidade, a despeito das próprias divergências com Comte. Se, em princípio, o brasileiro via com algum ceticismo a religião positivista, foi a partir dos seus encontros com o grupo de Laffitte, organizados no **“apartamento sagrado”** de Auguste Comte, na rue Monsieur-le-Prince, que a sua visão começou a mudar.

Em carta aos correligionários brasileiros, Lemos descreveu sua revelação:

> Bendito seja o dia em que tomei a decisão de vir a Paris. Ainda que eu tenha deixado em meu país tudo que mantinha a alegria do meu coração e apesar da nostalgia do exílio, bendita seja a resolução que me levou a aceitar este sacrifício. Eu pude assim, como um peregrino que vai a Meca, visitar a Santa Cidade e o primeiro templo [o apartamento sagrado] da nova religião, escutar a palavra do discípulo do Mestre e me converter.

Em retribuição, Pierre Laffitte acatou com gosto a sugestão do novo discípulo de incluir, por falta de um Shakespeare brasileiro, o poeta português Luís de Camões no panteão sagrado da religião da Humanidade. Era um agrado ao povo brasileiro, que deveria ser catequizado por Miguel Lemos, nomeado Aspirante ao Sacerdócio da Humanidade. O primeiro a se converter foi o amigo, e futuro cunhado, Raimundo Teixeira Mendes.

De volta ao Brasil, em fevereiro de 1881, Lemos teve sua autoridade de aspirante ao sacerdócio reconhecida pelos confrades, sendo convidado a assumir a presidência da Sociedade Positivista. Foi um tiro no pé: juntos, Miguel Lemos e Teixeira Mendes transformaram a sociedade em Apostolado Positivista do Brasil, descartando a primeira geração de positivistas brasileiros, incluindo Benjamin Constant. Mais voltados para as discussões filosóficas, os veteranos não viam com bons olhos a radicalização religiosa do movimento. Seu afastamento acelerou a organização do apostolado, que formou um grupo de pressão política, sob inspiração dos preceitos positivistas.

Já no primeiro ano do movimento, Lemos amargou o cafezinho dos barões, denunciando, com razão, uma manobra escandalosa do governo brasileiro, já em conversação com o imperador da China: a importação de milhares de camponeses chineses, que trabalhariam em condições sub-humanas na lavoura do café. Uma medida

preventiva apoiada pelos cafeicultores, assustados com o iminente fim da escravidão e a falta de imigrantes europeus. Lemos escreveu pessoalmente para o embaixador da China em Londres, dedurando os barões do café e o governo brasileiro. O projeto de importar chineses, que havia décadas vinha sendo discutido no parlamento, deu em pizza: a imigração seria de italianos, livres e anarquistas.

Ao mesmo tempo que o Segundo Reinado entrava em inexorável decadência, a igreja de Lemos se fortalecia a ponto de romper com a matriz parisiense. Dois anos depois de ser nomeado aspirante ao sacerdócio, o brasileiro não encontrava mais em seu superior, Pierre Laffitte, o endosso ao seu radicalismo. Os apóstolos Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes interpretavam os textos de Comte literalmente – eram os talibãs do positivismo. Passavam sessões inteiras esmiuçando as palavras do mestre, para saber, por exemplo, se um positivista poderia ser jornalista, proprietário de escravos ou exercer um cargo político. Claro que não – mas Laffitte, por carta, temporizava, alegando que tudo era relativo e que, talvez, uma nova interpretação dos dogmas comtianos fosse necessária. Afinal, ele mesmo aceitara uma herança de família, o que contrariava os cânones mais fervorosos de Augusto Comte.

No campo litúrgico, outras divergências azedariam ainda mais a relação entre os positivistas dos dois lados do Atlântico. No Brasil católico da Virgem Maria, a imagem de Clotilde de Vaux como Virgem Mãe assumia dimensões hiperbólicas no apostolado de Miguel Lemos e Teixeira Mendes – a Nossa Senhora dos Positivistas! Laffitte, por outro lado, evitava esse tipo de idolatria, conduzindo as reuniões em Paris para um debate mais filosófico. Dava vida e desenvolvia as ideias originais de Comte, em vez de consagrá-las como leis escritas na pedra. Só um milagre teria evitado o cisma.

Enquanto isso, no campo político, os positivistas perdiam a missa. Distanciados de Benjamin Constant, foram pegos de surpresa pelo movimento militar de 15 de novembro, não exercendo papel algum na proclamação da República. Miguel Lemos e Teixeira Mendes eram republicanos, mas não golpistas. Auguste Comte não acreditava em revoluções ou transformações radicais. O progresso da humanidade adviria da transformação do passado, e não da sua destruição.

Dois dias depois, no entanto, o tenente-coronel Benjamin Constant, nomeado ministro da Guerra, foi procurado por Miguel Lemos. O antigo confrade buscava reconciliação, em nome da velha amizade positivista. Dom Pedro II já havia partido para a Europa a bordo do navio *Alagoas*, com a nova bandeira dos Estados Unidos do Brasil (um pastiche da bandeira norte-americana, com listras verdes e amarelas). Lemos propôs a Benjamin Constant um novo projeto para a bandeira republicana, idealizado por Teixeira Mendes, e pintado em tela por Décio Villares. Seguindo os preceitos positivistas, os símbolos imperiais não deveriam ser suprimidos, mas transformados. O novo pendão adaptaria a bandeira imperial, mantendo o fundo verde e o losango amarelo, mas substituindo o brasão do Império por um círculo azul celeste. Nele, 21 estrelas representavam os estados brasileiros, formando o aspecto do céu do Rio de Janeiro às 8h30 do dia 15 de novembro de 1889. Numa faixa branca sobre o céu, o lema positivista "Ordem e Progresso". [20]

Aprovada por Benjamin Constant, a nova bandeira, porém, não agradou a todos. Anos mais tarde, já na década de 1930, o intelectual católico Alceu de Amoroso Lima ainda criticava duramente o lema sugerido por Teixeira Mendes: "(Os adoradores de Clotilde de Vaux) transformaram nosso auriverde pendão num desastrado símbolo positivista." O "Ordem e Progresso" de Auguste Comte resistiria, entretanto, aos ataques, chegando ao século XXI, apesar da decadência do positivismo religioso que o inspirara.

A proclamação da República prometia tempos de bonança para o Apostolado Positivista do Brasil. Com antigos confrades participando ativamente do governo provisório, os positivistas vislumbravam a oportunidade de influir diretamente no destino da nação, durante a redação da Constituição republicana de 1891. Santa ilusão. Se a seita positivista conseguiu deixar algum legado na Constituição, foi porque sua agenda coincidia, de qualquer modo, com aquela de outros setores mais influentes da sociedade.

Uma vez aprovado o texto final, os positivistas comemoraram as seguintes mudanças: a maior autonomia para os estados da federação; a separação entre a Igreja e o Estado; a liberdade de prática religiosa; a manutenção da interdição do voto das mulheres; a extinção de brasões e títulos nobiliárquicos (o fim dos privilégios da

aristocracia); o serviço militar voluntário; e o reconhecimento do casamento civil independente do religioso. Entre as questões menos relevantes, os positivistas ficaram satisfeitos com a secularização dos cemitérios e a inclusão do dia 14 de julho (a Queda da Bastilha) no calendário oficial de festas nacionais (a data festiva dos franceses permaneceria na Constituição brasileira até 1930). Por outro lado, lamentaram o fim da pena de morte, que, de qualquer modo, não era aplicada; a interdição do voto dos analfabetos; e, sobretudo, a confirmação do sistema presidencialista balizado por um Congresso Nacional com deputados e senadores. Os positivistas não logravam, assim, realizar seu sonho maior: a ditadura republicana, que teria "poupado o povo brasileiro das aberrações democráticas".

A Constituição de 1891 marcou o auge da atividade política positivista, acompanhado por um miraculoso crescimento da seita. De 53 membros, antes de 1891, a Igreja passava a contar com 159 integrantes no fim dos trabalhos constituintes. Nos primeiros anos do século XX, o apostolado do Rio atingiu seu clímax com 263 membros, que, somados aos familiares, representariam um grupo de aproximadamente mil pessoas.

No novo século, a Igreja Positivista continuava o seu proselitismo político, publicando manifestos em toda e qualquer ocasião em que os princípios positivistas pudessem ser aplicados. Mantinha posição contrária ao divórcio, à loteria e aos estabelecimentos oficiais de ensino; pregava o respeito aos povos indígenas (o marechal Rondon, fundador do Serviço de Proteção aos Índios, era um fervoroso positivista) e combatia qualquer campanha de saúde pública que cerceasse a liberdade individual. Entre elas, a Lei da Vacinação Obrigatória, contra a varíola, tachada por Teixeira Mendes de "despotismo sanitário" de Oswaldo Cruz. A campanha da imprensa e da Liga Contra a Vacinação Obrigatória, presidida pelo senador positivista Lauro Sodré, levaria à Revolta da Vacina: uma semana de tiroteios, depredações, e uma tentativa armada de se depor o governo, com um saldo de trinta mortos. Os ânimos só se acalmaram com a imposição do estado de sítio em 16 de novembro de 1904. Suspensa a vacinação obrigatória, a varíola voltaria com força em 1908, matando mais de 9 mil pessoas na capital.

O TEMPLO DA HUMANIDADE

Você, como eu, pode achar que os cerca de duzentos membros da religião da Humanidade no final do século XIX não perfaziam um número expressivo. Por outro lado, devemos levar em conta que, se numericamente os positivistas não eram muitos, seu poder de fogo financeiro não era desprezível. Oriundos das elites política e militar, eles conseguiram realizar no Rio de Janeiro o que os positivistas de Paris só poderiam sonhar: a construção do primeiro Templo da Humanidade, inteiramente dedicado à religião criada por Auguste Comte. Angariando fundos entre os membros, Miguel Lemos comprou um terreno na rua Santa Isabel, hoje Benjamin Constant, no bairro da Glória, onde foi lançada a pedra fundamental no dia 5 de Descartes de 102 (12 de outubro de 1890).

Obra de igreja, literalmente, o prédio só foi inaugurado seis anos mais tarde, em 1º de Moisés de 109 (primeiro de janeiro de 1897). A planta obedecia às orientações de Auguste Comte, com capelas de adoração para os treze sábios de cada mês, mais uma capela para Héloïse, representando as mulheres.[21] No altar, uma pintura da Humanidade (Clotilde de Vaux), segurando seu filho, o Futuro, ao colo – uma obra de Décio Villares, o pintor positivista da bandeira brasileira. O exterior do prédio, em estilo eclético, tinha fachada neoclássica que imitava o Panteão de Paris, cobiçado por Comte para ser a sede mundial da religião da Humanidade. Pela disposição do terreno, Miguel Lemos não conseguiu que a fachada do prédio apontasse na direção de Paris, como o fazem as mesquitas em relação à cidade de Meca. Contentou-se com a pintura de uma rosa dos ventos apontando a direção da Santa Cidade de Comte. O Templo da Humanidade, primeiro templo positivista do mundo,[22] é hoje tombado pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o que não impede que esteja, durante a produção deste livro, em péssimo estado de conservação.

20 Essa primeiríssima tela da bandeira brasileira, pintada a óleo por Décio Villares, está desaparecida. Foi roubada do acervo da Igreja Positivista, no Rio de Janeiro, em abril de 2010.

21 Héloïse d’Argenteuil, jovem francesa que viveu no século XII. Tornou-se freira depois de ter sido vítima do escândalo que revelou seu caso amoroso com Pierre Abélard, seu professor, 22 anos mais velho. O romance entre os dois, farto em cartas de amor, é

considerado uma das primeiras histórias de amor romântico da França. Heloísa foi incorporada ao Panteão da Religião da Humanidade por sua generosidade e inteligência fora do comum.

22 Há outro Templo Positivista em Porto Alegre, construído na segunda década do século XX. Nenhum estado brasileiro foi mais influenciado pelas ideias de Auguste Comte do que o Rio Grande do Sul. A Constituição Estadual de 1891, redigida pelo Partido Republicano Rio-Grandense, do presidente Júlio de Castilhos, é o documento brasileiro que mais se aproxima de uma Constituição Positivista. O também positivista Borges de Medeiros, que sucedeu Castilhos, governou o Rio Grande do Sul durante 25 dos quarenta anos que durou a República Velha. Nesse período, sofreram influência do positivismo gaúcho o futuro presidente Getúlio Vargas e o comunista Luís Carlos Prestes.

Túmulo de Auguste Comte, no cemitério do Père-Lachaise. Em segundo plano, o monumento a Clotilde erguido por positivistas brasileiros.

A PEREGRINAÇÃO A PARIS

No mesmo ano em que o Templo da Humanidade foi inaugurado, 1897, o apóstolo Teixeira Mendes fez uma viagem de peregrinação religiosa a Paris. Cansado das críticas e acusações de fanatismo que o grupo sofria, o positivista planejava fazer um levantamento minucioso da vida de Auguste Comte, reunindo todos os elementos necessários "para mostrar ao Mundo que o objeto da nossa inextinguivel gratidão e do nosso continuo assombro não é simplesmente o maior dos Genios, porém o mais sublime dos Santos", justifica Teixeira Mendes, com ortografia *pozitivista*.[23]

> Patenteemos que essa santidade suprema se revelou pelo inecedível aperfeiçoamento determinado na sua alma egrégia, graças á adoração, de mais em mais fervente, da mais divina das Mulheres Santas. E, no culto entusiástico que consagrarmos Áquela que o nosso Mestre proclamou o seu Juiz Supremo e a mais perfeita personificação da Humanidade, testemunhemos a nossa intima convicção da nobreza dos sentimentos que Ela lhe inspirou (sic).

Tendo as despesas da viagem subsidiadas pelos seus confrades do apostolado, Teixeira Mendes prestou conta da sua aventura parisiense num relatório intitulado "Uma vizita aos lugares santos do Pozitivismo". Sua peregrinação em Paris começou por uma reverenciosa visita ao **cemitério do Père-Lachaise**, onde estão enterrados Auguste Comte e Clotilde de Vaux. Depois, foi a igrejas, cartórios e repartições públicas, qualquer lugar onde pudesse encontrar certidões e documentos que lhe servissem de fonte para sua pesquisa. Visitou o apartamento sagrado de Auguste Comte, no número 10, da rue Monsieur-le-Prince, onde se aborreceu com a zeladora, que não tinha a menor ideia do que era o positivismo. Sobretudo, aproveitou a viagem para conhecer a mãe de Clotilde, Madame Marie de Ficquelmont, que recebeu o brasileiro com muita cortesia, oferecendo-lhe informações precisas sobre a vida da filha.

Depois da fuga de seu marido, Clotilde morara com os pais e o irmão no **Hôtel de Lamoignon**, na rue Pavée, número 24, no Marais, onde conheceu Auguste Comte, então professor de seu irmão. Mais tarde, Clotilde preferiu morar sozinha, com o apoio da mãe, que lhe pagava o aluguel no número 5, da rue Payenne, continuação da rue Pavée. Foi nesse apartamento que ela morrera de tuberculose em 1846. Depois de ter seguido cada passo da vida de Auguste Comte na

França, Teixeira Mendes não poderia deixar Paris sem espiar o apartamento de Clotilde, que, sendo sua última morada, já assumia ares sagrados.

Agora, imagine a cena: você, leitor, está em casa tranquilo, assistindo ao *Jornal Nacional*, pensando nas contas a pagar, quando alguém bate à porta. Entre o aborrecido e o intrigado, você se levanta do sofá e, pelo olho mágico, entrevê um senhor de ares distintos, com "sobrecasaca preta cocada, todo de preto, bigodões, cabeleira, ar triste de doido manso", como Teixeira Mendes era descrito pelo poeta Manuel Bandeira. Você abre a porta, e o visitante lhe explica, com um forte sotaque estrangeiro, que gostaria de fazer umas fotos e tomar algumas medidas do seu apartamento, pois, se você não sabe, nele morreu Clotilde de Vaux, a pura e imaculada inspiradora da religião da Humanidade. O que você faria, eu não sei, mas o inquilino do antigo apartamento de Clotilde despachou o brasileiro sem maiores delongas.

> Apezar de todos os meus esforços – *relata Teixeira Mendes* – foi-me impossível vizitar o sagrado domicilio, e, muito menos, levantar uma planta dele, em consequencia da oposição absoluta do atual locatario. As preciozas informações de Madame Maximilien Marie [de Ficquelmont, mãe de Clotilde] permitirão-me todavia precizar, até certo ponto, a humilde séde glorificada pela Paixão da Inspiradora da nossa Fé (*sic*).

O inquilino não perderia por esperar.

A CAPELA DA HUMANIDADE

O ano de 1903 marcou o início do fim da religião da Humanidade na Europa. O movimento, que já se fragmentara em diversas dissidências, inclusive a brasileira, sofreu um duro golpe com a morte de Pierre Laffitte, que havia dirigido os positivistas religiosos por mais de quatro décadas após a morte de Auguste Comte. Obedecendo ao testamento do mestre, Laffitte transformara o apartamento da rue Monsieur-le-Prince em local de culto e adoração, não só pelos objetos pessoais de Comte, mas também por aqueles de Clotilde de Vaux. Entre eles, a cadeira de veludo vermelho na qual se sentava nas suas visitas ao mestre. Ajoelhavam-se em oração em frente à cadeira!

Em oposição ao herético grupo de Laffitte, sediado no "apartamento sagrado" de Comte, a Igreja Positivista do Brasil resolveu sacramentar o antigo apartamento de Clotilde de Vaux no Marais. Teixeira Mendes, que aos poucos vinha herdando de Miguel Lemos o papel de líder do apostolado brasileiro, sonhava ali instalar o primeiro Templo da Humanidade em Paris. Para isso, contava com o apoio financeiro do positivista Otávio Barbosa Carneiro e outros simpatizantes no Brasil e na Inglaterra.

O apóstolo, contudo, não se contentou em comprar o antigo apartamento de Clotilde, no terceiro andar: comprou o prédio inteiro da rue Payenne, número 5, por 83 mil francos. Despejou os inquilinos (incluindo aquele que lhe batera a porta na cara) e contratou o arquiteto francês Gustave Goy para as reformas necessárias. Na fachada do prédio, espremido entre dois janelões do primeiro andar, construiu-se um arco cego, enquadrando uma pintura de Clotilde de Vaux, com um busto de Auguste Comte aos seus pés. Posteriormente, a pintura foi transferida para dentro do prédio, onde está protegida das intempéries. No grande salão do primeiro andar foi instalada a **Chapelle de l'Humanité** (Capela da Humanidade), que reproduz, nos mínimos detalhes, ainda que em proporções menores, o espaço de culto e adoração idealizado por Auguste Comte. Lá está, no altar central, a mesma alegoria da Humanidade carregando o Futuro ao colo, desta vez pintada pelo brasileiro radicado em Paris Manuel Madruga, inspirado pela tela original que Décio Villares pintara no Rio de Janeiro. Sobre a pintura, lê-se *"Vergine Madre, Figlia del Tuo Figlio"*, uma citação da *Divina comédia*, de Dante Alighieri, um dos catorze personagens históricos do Panteão da religião da Humanidade, perfilados em afrescos na parede lateral do salão.

No dia 13 de São Paulo de 117 (2 de junho de 1905), a Chapelle de l'Humanité, ou Legado Positivista Ocidental junto à Santíssima Cidade de Paris, foi inaugurada numa cerimônia presidida por Teixeira Mendes. "Este modesto santuário é destinado, de acordo com os ensinamentos e desejos do nosso Mestre, a colocar, nesta Santíssima Metrópole, o Positivismo ao alcance de todos, especialmente das almas operárias, sobretudo femininas", assim explicava o brasileiro no convite à inauguração, enviado a todos os bispos católicos e membros do governo da França.[24] As almas

operárias, sobretudo femininas, formavam o rebanho preferido de Comte. Na sua concepção, por serem humildes e ignorantes, elas ainda não teriam sido contaminadas pela metafísica do iluminismo, estando assim mais receptivas às novas propostas do positivismo.

O prédio que abriga a Chapelle de l'Humanité na rue Payenne data, na verdade, do século XVII, um projeto do arquiteto François Mansart, precursor do período clássico da arquitetura francesa, que construiu dezenas de igrejas, castelos e edifícios (daí o nome *mansarda* para aquelas janelas construídas nos telhados, que eram muito comuns na obra de Mansart). Tombado como monumento histórico da França desde 1982, o prédio abriga atualmente, além da Chapelle de L'Humanité da Igreja Positivista do Brasil, uma galeria de arte no andar térreo e apartamentos residenciais nos andares superiores, inclusive o de Clotilde, cujo aluguel contribui para a manutenção do templo.

Nossa história sobre a Chapelle de l'Humanité no Marais não estaria completa, no entanto, sem uma controvérsia acadêmica, como sempre acontece com as melhores estórias da História. Segundo o acadêmico francês Alexandre Gady, os positivistas brasileiros compraram o prédio errado! Ph.D. em história da arte e especialista no patrimônio arquitetônico de Paris, Gady alega que Clotilde de Vaux teria morado na casa ao lado, o número 7 da rue Payenne, e não no número 5, comprado pela Igreja Positivista do Brasil. Os atuais responsáveis pela igreja respondem, contudo, que havia uma porta de ligação interna entre os dois imóveis, e que, portanto, se pode dizer que Clotilde morava no número 5 também. De qualquer maneira, entre o charme da lenda e a evidência acadêmica, nós ficamos com a lenda.

23 No manifesto *Normas ortográficas tendentes a simplificar e ordenar a ortografia de nossa língua*, Miguel Lemos atormentou a língua portuguesa adaptando a ortografia à sua lógica positivista.

24 Auguste Comte nunca entrou em conflito com a Igreja Católica. Era ateu, mas apreciava os textos do apóstolo Paulo, cuja famosa igreja, no Marais, era frequentada por Clotilde de Vaux. A Igreja Positivista Brasileira deu continuidade a essa política de boa vizinhança, chegando a fazer doações regulares à Paróquia de São Paulo em Paris.

Busto de Clotilde de Vaux, atribuído ao brasileiro Décio Villares.

Afinal, essa controvérsia pode não passar de intriga, pois o mesmo professor Gady, em seu livro sobre a história do Marais, acusa os positivistas de terem descaracterizado a fachada do prédio de François Mansart, quando ele ainda não era tombado (é verdade que o busto de Comte, sob o arco cego, é muito pequeno para o tamanho da fachada, que, por sua vez, parece um tanto recente para um prédio do século XVII).

Esta fachada você pode checar pessoalmente, mas o interior da Chapelle de l'Humanité está fechado para visitação, sendo aberto

ocasionalmente para eventos organizados pela prefeitura, com autorização do apostolado brasileiro. Porém, é possível visitá-lo no terceiro final de semana de setembro, Dias do Patrimônio Nacional, quando todos os edifícios tombados na França são abertos à visitação pública. De qualquer modo, se você chegou até aqui, ande mais uns 500 metros até a **rue Clotilde-de-Vaux**, uma pequena rua de pedestres, onde se encontra o busto da musa de Comte, obra atribuída ao brasileiro Décio Villares.

Se você quiser se aprofundar na história do positivismo e sua relação com a bandeira do Brasil, você pode ainda ir até a **place de la Sorbonne**, onde está a estátua de Auguste Comte e a Humanidade, de 1902, obra do escultor francês Jean-Antoine Injalbert. A 400 metros dali está o "apartamento sagrado" de Auguste Comte, na rue Monsieur-le-Prince, que inclui uma sala de aula com a bandeira do Brasil. O imóvel e todo o acervo de Auguste Comte acabaram salvos da poeira e do esquecimento pelo embaixador brasileiro na Unesco, Paulo Carneiro, que dedicou cinquenta anos da sua vida pública à preservação da memória do filósofo. Sobrinho de Otávio Barbosa Carneiro, em cujo nome foi comprado o prédio da rue Payenne, Paulo Carneiro fundou, em 1953, a Associação Internacional da Maison d'Auguste Comte, transformando o "apartamento sagrado" do mestre em museu e centro de estudos positivistas.

O corpo de Clotilde de Vaux está enterrado no cemitério do Père-Lachaise, na **quadra número um**. Um túmulo simples, sob o nome de sua família, Marie de Ficquelmont. Auguste Comte e Pierre Laffitte estão na **quadra 17**, reservada aos membros da comunidade positivista de Paris. Em 1985, a Igreja Positivista do Brasil prestou sua última homenagem a Comte, instalando uma estátua da Humanidade ao seu lado. "Religião da Humanidade, fundada sob a angélica inspiração de Clotilde de Vaux, por Auguste Comte", informa a placa encrustada no pedestal da estátua, com 4 metros de altura, trazida do Rio de Janeiro.

Quanto aos brasileiros, Miguel Lemos morreu em 1917, e Teixeira Mendes, nove anos depois. Com a passagem dos seus mais proeminentes apóstolos para a "vida subjetiva", o movimento entrou em declínio, acentuado pelo fim da República Velha e o início da era Vargas. Ainda assim, o censo de 1940 contava 40 milhões de

católicos e 1.099 almas que professavam o positivismo em todo o Brasil. A cidade do Rio de Janeiro liderava com 473 integrantes, seguida do estado de São Paulo, com 238, e o Rio Grande do Sul, com 149 positivistas declarados. Aquele foi o último censo em que os positivistas mereceram algum destaque, antes de serem rebaixados para a categoria “outras religiões”. Em 2001, no entanto, a *Folha de S. Paulo* informou ter visto dez membros assistindo a um culto de domingo no Templo da Humanidade da Igreja Positivista do Brasil, no Rio de Janeiro.

COMO CHEGAR LÁ

CHAPELLE DE L'HUMANITÉ
Rue Payenne, 5
Le Marais, no 3° arrondissement.
Horários: aberta somente no terceiro final de semana de setembro, Dias do Patrimônio Nacional. Entre em contato com a Maison d'Auguste Comte para saber o horário previsto para a abertura da Chapelle.
E-mail: augustecomte@wanadoo.fr, ou pelo telefone 01 43 26 08 56, às quartas-feiras das 14 às 17h.
Fora desta data, você pode, pelo menos, ver a fachada do prédio decorada com o lema positivista.
Metrô: linha 1, estação Saint Paul; ou linha 8, estação Chemin Vert.

PALAIS-ROYAL
Rue de Montpensier, 8
1° arrondissement
Horários:
Galerias: 24 horas por dia.
Jardim: das 7h às 20h30 no inverno; fechando gradualmente mais tarde à medida que o verão se aproxima. Em junho, julho e agosto, aberto até as 23h.
Metrô: linha 1 ou 7, estação Palais-Royal-Musée du Louvre; ou, ainda, linha 7 ou 14, estação Pyramides.
www.palais-royal.monuments-nationaux.fr

PONT-DES-ARTS
Ponte para pedestres sobre o rio Sena, ligando o Musée du Louvre ao Institut de France.
1° arrondissement
Metrô : Linha 7, estação Pont Neuf.

"APARTAMENTO SAGRADO" DE AUGUSTE COMTE
Rue Monsieur-le-Prince, 10
6° arrondissement
Metrô: linha 4 ou 10, estação Odéon.
Horários:
Visitação pública: quartas-feiras, das 14h às 17h, com visita guiada às 15h30.
Ingresso: € 4,00 (€ 2,00 para estudantes).
Tel.: 01 43 26 08 56
www.augustecomte.org

PANTEÃO DE PARIS
Place du Panthéon, s/n°
5° arrondissement
Horários: das 10h às 18h30, no verão; e das 10h às 18h, no inverno.

Última entrada 45 minutos antes do fechamento.
Ingresso: € 7,50. Gratuito para menores de 18 anos.
Metrô: linha 10, estação Cardinal-Lemoine.
Trem: linha RER B, estação Luxembourg.
www.pantheon.monuments-nationaux.fr

CEMITÉRIO DO PÈRE-LACHAISE
Boulevard de Ménilmontant; ou Rue du Repos, 16
20° arrondissement
Túmulo de Auguste Comte e Pierre Laffitte – Divisão 17
Túmulo de Clotilde de Vaux – Divisão 1 (Atenção: Clotilde está enterrada com seu nome de solteira. Procure o túmulo da família Marie de Ficquelmont).
Aberto todos os dias. Entrada franca. Mapa dos túmulos das celebridades: € 2,50.
Metrô: linha 2, estação Père-Lachaise ou Philippe Auguste; ou linha 3, estação Père-Lachaise.

APARTAMENTO ONDE COMTE E CLOTILDE SE CONHECERAM
Residência da Família de Clotilde (Marie de Ficquelmont)
Hôtel de Lamoignon
Rue Pavée, 24
Le Marais, no 4° arrondissement.
Metrô: linha 1, estação Saint Paul.

BUSTO DE CLOTILDE DE VAUX, OBRA ATRIBUÍDA A DÉCIO VILARES
Rue Clotilde de Vaux
11° arrondissement
Metrô: linha 8, estação Chemin Vert.

MONUMENTO A AUGUSTE COMTE, OBRA DE JEAN-ANTOINE INJALBERT
Place de la Sorbonne
5° arrondissement
Metrô: linha 10, estação Cluny La Sorbonne.
Trem: linha RER B, estação Luxembourg.

Capela da Humanidade.

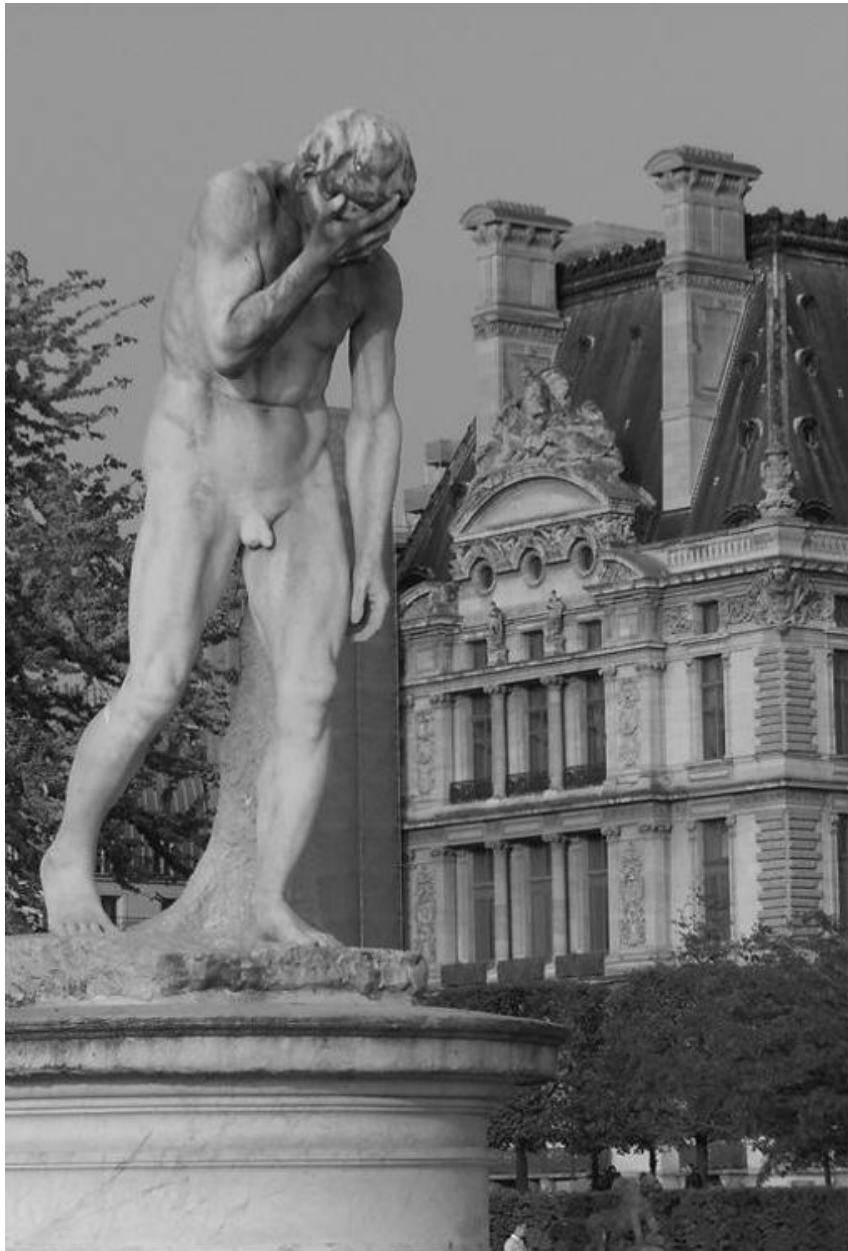
Cathédrale Notre-Dame de Paris.

D. PEDRO II:
O MONARCA ACIDENTAL

Do alto desse pilono adorei a Deus, criador de tudo quanto é belo, voltando-me para as minhas duas pátrias, o Brasil e a França, esta pátria de minha inteligência, a outra de meu coração.

Dom Pedro II, parafraseando Thomas Jefferson
Diário de viagem. Egito, 18 de dezembro de 1876

Vou margeando o Sena. Já caminho para Paris, que vale bem – não digo uma missa, como Henrique IV –, mas, não um trono, a não ser para servir aí à Pátria.

Dom Pedro II
Diário do exílio, 3 de maio de 1891

Jardin des Tuileries.

No dia 9 de dezembro de 1891, Paris parou. Na única República da Europa, cercada de monarquias por todos os lados, milhares de pessoas saíram às ruas da capital para prestar sua última homenagem a um monarca. Não um rei da França, e tampouco dos franceses. Mas, sim, um rei dos trópicos. O único monarca do continente americano que reinara durante meio século, conquistando o respeito e a admiração de estadistas em todo o Ocidente.[25] No féretro, escoltado por 80 mil soldados, o corpo de Dom Pedro de Alcântara, ex-imperador do Brasil, cidadão do mundo.

Velado na Église de la Madeleine, D. Pedro II morrera num hotel modesto, a 300 metros dali. Morrera na França, país que o acolhera no exílio forçado pela proclamação da República brasileira, tão desejada pelos positivistas, seguidores de Auguste Comte. Morrera em Paris, cidade que o amava apesar e por causa de toda a contradição que ele simbolizava – um monarca admirador da República, simpatizante do abolicionismo num reino escravocrata, erudito sem ser sábio. Dono de uma curiosidade infinita, D. Pedro conquistara a simpatia de cientistas franceses, não só por seu interesse por tudo o que faziam, mas também pelo seu generoso mecenato. Nas comunidades filosófica e literária, tornou-se amigo de Ernest Renan e Victor Hugo, o maior escritor da sua geração. Viajando pelo mundo, conheceu Graham Bell, Richard Wagner e uma miríade de intelectuais dos mais diversos campos do conhecimento humano.

Caprichos intelectuais de uma monarca entediado? Talvez. Sua incessante busca de conhecimento e erudição revelava, entretanto, o desejo verdadeiro de acelerar o progresso da ciência e das artes no seu reino – a nação que adotou aquele pequeno príncipe, órfão de pai e mãe aos 8 anos, que se tornaria o imperador do Brasil.

25 Além do Império do Brasil, o continente americano conheceu três efêmeras experiências monárquicas: o Reino do Haiti (1811-1820), o Primeiro Império do México (1821-1823) e o Segundo Império do México (1864-1867).

Église de la Madeleine: velório concorrido para o ex-imperador do Brasil.

D. Pedro II fez em toda a sua vida quatro longas viagens ao exterior. Em todas elas passou por Paris. Deixando a coroa e a pompa em casa, insistia em ser tratado como um mero “particular”, um cidadão comum, ávido por ver e investigar tudo aquilo de que tinha notícia pelos livros, jornais e revistas científicas. Agiu assim nas duas primeiras vezes, quando viajava em busca de conhecimento; na terceira, quando buscava tratamento médico; e na quarta e última viagem, quando se exilou na França, saudoso do Brasil.

A PRIMEIRA VIAGEM AO EXTERIOR

Até os 45 anos o imperador nunca havia saído do Brasil. Viajara bastante pelo interior do seu império, porém, o mais perto que chegou de uma fronteira internacional foi a visita que fez a Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, durante a Guerra do Paraguai. Vencida a guerra, que lhe causara muitos transtornos e um evidente envelhecimento

precoce, o imperador chegou à conclusão de que estava na hora de conhecer a Europa, o centro cultural, científico e industrial do mundo no século XIX.

O momento político, contudo, não era dos melhores para a ausência do chefe de Estado, planejada para durar dez meses. A Guerra do Paraguai (1864-1870) arrastara-se por mais de cinco anos, quando poderia ter terminado pelo menos um ano mais cedo. Em janeiro de 1869, o marechal Luís Alves de Lima e Silva (então marquês de Caxias) dava a guerra por encerrada depois de tomar Assunção, capital do Paraguai. Para surpresa do imperador, o velho militar, seu amigo e antigo professor de esgrima, embainhou a espada, e voltou para casa sem maiores delongas. D. Pedro, porém, não descansaria enquanto o pivô da guerra, o ditador paraguaio Solano López, não fosse capturado. Substituindo Caxias, o imperador enviou um dos seus próprios genros, o francês Gastão de Orléans, o conde d'Eu, para cumprir a missão de captura.

Casado com a princesa Isabel, Gastão era filho do duque de Nemours e neto de Luís Filipe, último rei francês, que dera asilo a D. Pedro I. Dez anos antes, ainda solteiro, o conde d'Eu lutara na Guerra do Marrocos, ganhando alguma experiência na frente de batalha. Apesar das súplicas de Isabel, que pedia "pelo amor de Deus, não me mande meu Gaston para o Sul, pois papai sabe que (...) tem uma bronquite crônica. Meu papaizinho, tenha dó de mim!", o monarca não cedeu. Havia anos o próprio conde pedia para ser enviado à guerra, a fim de honrar a tradição militarista dos Orléans. Agora, alguém precisava encontrar Solano López antes que ele conseguisse se reorganizar.

A resistência do ditador, no entanto, foi mais longa do que o conde francês poderia imaginar. As tropas brasileiras levaram um ano para, finalmente, cercar López em Cerro Corá, nos confins do Paraguai. Capturado sem jamais se render, acabou executado por um soldado brasileiro, para desgosto do imperador: "Podiam tê-lo feito prisioneiro então, e lamento a alucinação de nossos soldados", dizia em carta à condessa de Barral.

Não obstante a vitória, os longos anos de guerra endividaram o Estado, dividiram a opinião pública e reavivaram os sentimentos abolicionistas e republicanos. Em setembro de 1870, os franceses já

haviam proclamado a Terceira República, em consequência de outro conflito armado: a derrota da França na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), que derrubara o presidente-imperador Napoleão III, sobrinho de Napoleão Bonaparte. Três meses mais tarde, surgia no Rio de Janeiro o jornal *A República*, no qual Quintino Bocaiúva lançava o *Manifesto Republicano*, contra o regime monarquista constitucional de D. Pedro II. O sentimento republicano medrava aliado à campanha abolicionista, fortalecida pela alforria concedida aos escravos que lutaram pelo Brasil na Guerra do Paraguai.

Estrategicamente, os políticos liberais e conservadores, que se revezavam no poder, esvaziaram o movimento republicano, unindo-se, para o bem da monarquia, num projeto suprapartidário: a aprovação da Lei do Ventre Livre, que tornava liberto, depois da sua maioridade, todo filho de escravo nascido a partir daquela data. Havia vinte anos, desde a proibição do tráfico negreiro, que o país não tomava nenhuma medida legal para abolir o trabalho escravo, eufemisticamente chamado de "elemento servil" pelo constrangido imperador. Agora, o governo do império daria o primeiro passo à frente dos republicanos. Para liderar os trabalhos parlamentares, D. Pedro nomeou presidente do Conselho de Ministros, equivalente a um primeiro-ministro atual, o conservador José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco.

Era nesse momento de discussões acaloradas entre os abolicionistas e os fazendeiros que D. Pedro decidia fazer sua primeira viagem ao exterior. Confiante na competência política de Rio Branco, o imperador podia agora passar a regência à inexperiente Isabel, assistida pelo conde d'Eu. Malgrado as objeções, conseguiu a aprovação do parlamento para a sua viagem, justificada por razões familiares. Em fevereiro de 1871 falecera em Viena sua filha Leopoldina, irmã mais nova de Isabel. Casada com Luís Augusto de Saxe-Coburgo e Gota, outro neto de Luís Filipe, Leopoldina morrera aos 23 anos de febre tifoide, deixando quatro filhos. Eram candidatos ao trono imperial brasileiro, uma vez que, depois de seis anos de casada, a princesa Isabel ainda não tinha herdeiros. O imperador queria visitar o túmulo da filha e organizar a volta dos dois netos mais velhos ao Brasil.

D. Pedro e a imperatriz Teresa Cristina partiram do Rio de Janeiro a bordo do vapor *Douro*, no dia 25 de maio de 1871. Sua comitiva incluía um amigo de infância do imperador, Luís Pedreira do Couto Ferraz (o barão do Bom Retiro); seu médico pessoal, Cândido Borges Monteiro (o barão de Itaúna); a dama de companhia da imperatriz, Dona Josefina da Fonseca Costa; e o camarista do imperador,[26] o conselheiro Nogueira da Gama, que fora amigo de seu pai. Entre convidados e criados, a comitiva tinha quinze pessoas, sem formar um trem da alegria. A Câmara dos Deputados chegara a propor um auxílio de viagem de 2 mil contos de réis ao imperador, que prontamente o recusou. Arcaria pessoalmente com todas as despesas da viagem, com um empréstimo bancário de 50 mil libras esterlinas feito em seu próprio nome. Não gastaria nem um centavo do tesouro público numa viagem que considerava particular.

No roteiro da viagem, Portugal, Espanha, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Itália, Egito e, finalmente, Paris. O plano era deixar Paris por último, uma vez que a França acabava de sair de uma guerra com a Prússia e o país ainda estava ocupado por tropas inimigas.[27] Assim, a viagem começou por Portugal, onde D. Pedro II reencontrou pela primeira vez a sua madrasta, Dona Amélia de Leuchtenberg. Aos 59 anos, vivia sozinha após a morte da enteada, a rainha Maria II de Portugal, e de sua única filha, Maria Amélia de Bragança, meia-irmã do imperador. A viúva de D. Pedro I emocionou-se ao conhecer aquele homem, alto e barbudo, com o mesmo olhar triste do menino de 5 anos que ela deixara no Brasil havia quatro décadas.

De Portugal a comitiva cruzou a Espanha e, já na fronteira com a França, foi recebida pela condessa de Barral, amiga íntima do imperador desde que fora aia das suas filhas, e pelo diplomata e escritor Arthur de Gobineau. Autointitulado *conde* de Gobineau, o antigo ministro plenipotenciário da França no Rio de Janeiro detestava o Brasil – “aqui todos são feios, incrivelmente feios, como macacos” –, mas, deslumbrado pelas monarquias, idolatrava seu imperador.

Atravessando o território francês com cautela, a comitiva passou longe de Paris, seguindo para Rouen, no norte da França.[28] Lá, D. Pedro reencontrou sua irmã mais velha, Dona Francisca, a mana Chica, que foi a primeira Bragança a se casar com um Orléans, depois

da frustrada tentativa de se casar a rainha de Portugal, Maria II, filha de D. Pedro I, com o duque de Nemours, filho do rei Luís Filipe. A honra de juntar as duas casas reais coube então a Francisco de Orléans, o príncipe de Joinville, terceiro filho de Luís Filipe, que se casou com Francisca de Bragança. A dinastia brasileira dos Orléans e Bragança, contudo, só começaria na geração seguinte, com o casamento da herdeira direta do trono, a princesa Isabel, com Gastão de Orléans, o conde d'Eu, neto de Luís Filipe.

Naquele 1871, quando D. Pedro chegava a Rouen, Dona Francisca e seu marido voltavam para a França depois de mais de vinte anos de exílio na Grã-Bretanha. A Revolução de 1848 banira todos os Orléans da França, sobretudo o rei Luís Filipe, que morreu na Inglaterra dois anos mais tarde. Só agora, depois da queda de Napoleão III, os Orléans voltavam a pisar em território francês, podendo até reassumir os seus direitos políticos na Assembleia Nacional. A cidade de Rouen, no entanto, ainda estava ocupada pelas tropas prussianas, que tentaram organizar uma cerimônia de boas-vindas ao imperador brasileiro. D. Pedro sutilmente se absteve, escapando pela porta dos fundos do hotel. Recusando-se a confraternizar com o exército invasor, começava a ganhar a simpatia do povo francês. De Rouen partiu para Calais, onde embarcou no *Napoléon* para atravessar o canal da Mancha.

Do outro lado do canal, em Dover, foi recebido pelos representantes da rainha Vitória, pelos membros da missão diplomática brasileira no Reino Unido e por sua irmã Januária, acompanhada do marido, o conde de Áquila. Depois de conhecer Londres, Oxford, Cambridge, Manchester e Liverpool, o imperador pediu que se agendasse um encontro com Charles Darwin. Mas o naturalista estava em viagem, e D. Pedro teve que se contentar em conhecer apenas a rainha Vitória, sendo seu hóspede no Castelo de Windsor.

Em agosto, seguiu viagem pela Europa: conheceu, na Bélgica, o rei Leopoldo II, neto do rei Luís Filipe e tio da rainha Vitória (eram todos parentes!);[29] e, em Berlim, fez questão de conhecer Richard Wagner, o compositor de vanguarda cujas óperas o fascinavam. Depois, atravessou o Mediterrâneo, visitou as pirâmides do Egito e voltou pela Itália, onde se reuniu com o papa Pio IX, com quem

bateria de frente anos depois, durante a Questão Religiosa no Brasil. Só chegaria a Paris sete meses depois de ter zarpado do Rio de Janeiro.

PARIS DESTRUÍDA

No dia 15 de dezembro de 1871, a comitiva de D. Pedro desembarcou na **Gare de Lyon**, sendo recebida pelos representantes do governo da França. Desde a derrocada frente à Prússia, a França era administrada por Adolphe Thiers, com a benção do chanceler prussiano Otto von Bismark. Da legação brasileira, vieram à estação um secretário e o ministro plenipotenciário do Brasil, Marcos Antônio de Araújo, o visconde de Itajubá, que, como outros diplomatas, abandonara seu posto durante a Comuna de Paris (1871), causando mal-estar diplomático para o governo brasileiro.

D. Pedro e sua comitiva hospedaram-se no **Le Grand Hôtel**, hoje Intercontinental, no boulevard des Capucines, com entrada pelo número 2 da rue Scribe. Instalaram-se na ala VIP do hotel, o Pavilhão da Ópera, que devia ser um pouco barulhento, pois ficava em frente do canteiro de obras do **Palais Garnier**, a Ópera de Paris, ainda em construção. A despeito de reiterar publicamente o caráter particular da viagem, D. Pedro não teve como recusar o serviço de segurança oferecido pelo inspetor-geral de polícia de Paris, que enviou doze homens para o hotel. Tampouco pôde evitar que, num arroubo de nostalgia monárquica, o governo de Thiers lhe enviasse uma guarda palaciana, toda paramentada com uniformes militares, exibindo no peito medalhas e condecorações.

Na imprensa francesa, D. Pedro II era saudado por ser uma monarca esclarecido, intelectualizado, um modelo de rei constitucional para todo o mundo. Três meses antes, em 28 de setembro de 1871, o parlamento brasileiro aprovara a Lei do Ventre Livre e, agora, D. Pedro colhia os louros por sua simpatia ao abolicionismo. Melhor ainda, era o primeiro chefe de Estado estrangeiro a visitar a França, derrotada e humilhada na Guerra Franco-Prussiana, cujas consequências ainda se sentiam. Muito de Paris fora destruído. Primeiro, pelo bombardeio prussiano, depois,

pela revolta da Comuna de Paris. Assim, o imperador brasileiro era bem recebido não somente por Adolphe Thiers, monarquista que, para calar os radicais, aceitava a República como o menor dos males. Adoravam-no também a imprensa e a população em geral, que, apesar do fervor republicano, viam em D. Pedro II um monarca de profunda distinção, cuja presença enobrecia um país desmoralizado pela guerra e pelo caos político.

26 No Brasil, camarista e dama de honra eram cargos honoríficos da Casa Imperial, muitas vezes exercidos por um amigo ou amiga dos monarcas, com direito a título nobiliárquico e muito prestígio na corte.

27 A Prússia era um reino que, em 1871, ocupava a maior parte da atual Alemanha (a região norte), a Polônia e o enclave russo de Kaliningrado.

28 Curioso como, exatamente quarenta anos depois de seu pai, D. Pedro II passou pela França, mas não visitou Paris. Ainda que por motivos diferentes, ambos preferiram ir a Londres antes.

29 A rainha Vitória da Inglaterra descendia da Casa Real de Saxe-Coburgo e Gota, de origem alemã. Durante a Primeira Guerra Mundial, a dinastia seria renomeada Windsor, devido à crescente rejeição do povo britânico aos alemães.

Le Grand Hôtel, no boulevard des Capucines.

Desde os tumultos da Comuna de Paris, o governo estava provisoriamente sediado em Versalhes, onde D. Pedro II foi convidado a visitar Adolphe Thiers. Ainda que a Comuna fosse um movimento majoritariamente operário, não se deve confundir os *communards* com comunistas.[30] A Comuna era formada pela classe operária aliada aos artesãos e pequenos comerciantes de Paris, que não aceitavam o resultado das primeiras eleições depois da Guerra Franco-Prussiana. As províncias francesas haviam então elegido uma assembleia nacional dominada por dois terços de deputados conservadores e monarquistas – os mesmos que haviam assinado a rendição da França à Prússia e pactuado com a formação do Império Alemão.[31] Depois de um inverno de fome e miséria na capital, cercada pelas tropas inimigas, os operários parisienses julgavam a rendição vergonhosa, sobretudo por tudo o que sofreram durante o cerco e bombardeamento da cidade. Temendo a fermentação de uma revolta, Adolphe Thiers transferiu o parlamento para o **Palácio de**

Versalhes, sendo seguido por boa parte da elite parisiense, que sentia o cheiro de sangue no ar.

Os revoltosos já haviam visto esse filme duas vezes: em 1830, quando depuseram o absolutista Carlos X, e a monarquia sobreviveu com o rei Luís Filipe; e em 1848, quando ingenuamente elegeram o presidente Luís Napoleão Bonaparte que, três anos depois, se autoproclamou imperador. Agora, a República, a terceira da história francesa, havia de vingar. Mas não com uma assembleia de maioria ruralista e monarquista, que capitulara diante dos invasores prussianos, entregando a Alsácia-Lorena para os alemães e, cúmulo da humilhação, aceitando que Guilherme I fosse coroado cáiser da Alemanha dentro do próprio Palácio de Versalhes.

Aproveitando-se da retirada de Thiers e do parlamento, os operários parisienses aliaram-se à Guarda Nacional, proclamando a Comuna de Paris, independente das províncias francesas. Entre revolta justificável e puro vandalismo, os *communards* incendiaram o Palais des Tuileries, derrubaram a coluna Vendôme, atacaram o **Hôtel de Ville** (prefeitura de Paris) e queimaram todos os arquivos municipais, uma perda histórica irreparável. Depois de dois meses de Comuna, com eleições e administração independentes, Adolphe Thiers ordenara a retomada de Paris, com uma investida brutal que causou a morte de mais de 30 mil parisienses numa única semana (os últimos revoltosos tombaram na Barreira de São Luís, hoje place du Colonel-Fabien, que você vai conhecer no capítulo 7 deste livro), fora os milhares condenados à morte por traição ou deportados para a Argélia e a Nova Caledônia. Sete meses depois do massacre da Comuna, D. Pedro II chegava a Paris, uma cidade destruída pela guerra e pela revolta, enquanto o governo de Thiers continuava administrando o país em Versalhes.

Um embaraço, no entanto, marcou os preparativos da primeira visita do imperador ao chefe do executivo francês. Ninguém conhecia o hino brasileiro! O cerimonial apelou ao conde de Gobineau, que, tendo sido ministro da França no Brasil, poderia lhes ajudar. Procurando por toda a cidade, o conde encontrou uma partitura do hino na tradicional editora Durand. Sem saber ler música, e temendo uma gafe de última hora, Gobineau decidiu levar a partitura a uma amiga pianista, que tocou o hino ao piano, sendo imediatamente

reconhecido. Só então as partituras foram passadas ao cerimonial do palácio.

Banda ensaiada, D. Pedro II foi recebido em Versalhes no Petit Trianon, um pequeno palácio, cuja réplica no Rio de Janeiro sedia hoje a Academia Brasileira de Letras. A cordialidade e o bom humor do primeiro contato entre o imperador e Adolphe Thiers são lembrados pela historiadora brasileira Lídia Besouchet:

> Thiers vem recebê-los nos primeiros degraus da escadaria do palácio e, ao apertar as mãos do Imperador, exclama:
>
> "Vossa Majestade tem, infelizmente, muitas ruínas a visitar!"
>
> "Já as vi quase todas!", respondeu, com bom humor, Pedro II, fazendo alusão à sua visita a alguns monumentos de Paris [destruídos pela Comuna, como o Palácio des Tuileries e a coluna da place Vendôme].

Dessa reunião entre um chefe do poder executivo com inclinações monarquistas e um imperador admirador da República nasceu uma relação bastante cordial, que gerou outros encontros e jantares. Ora D. Pedro e família voltavam a Versalhes, ora o casal imperial recebia Adolphe Thiers e sua companheira no Grand Hôtel, em visita quase familiar.

Os salões do Grand Hôtel, reservados exclusivamente ao imperador, eram também a sala de visitas onde, das 17h às 18h, D. Pedro II concedia audiências a pessoas de todas as tendências políticas e filosóficas que o vinham conhecer. Recebia intelectuais, cientistas e políticos; poetas, escritores e pintores; e até a gente comum que lhe fazia todo tipo de pedidos de ajuda financeira, concessão de títulos nobiliárquicos e condecorações. A cada visita o monarca ia conquistando o coração dos parisienses, por sua falta de pompa e simplicidade no trato.

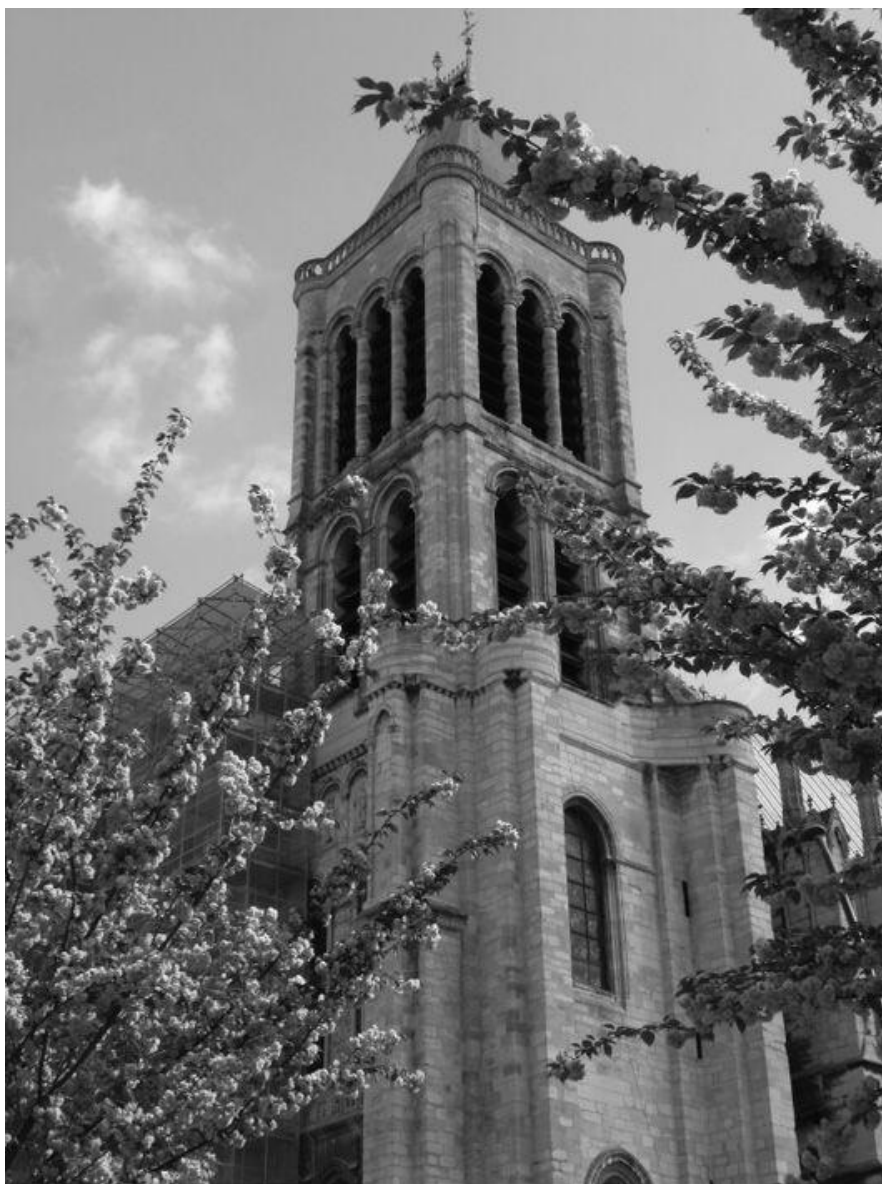
Com a portaria do hotel vigiada dia e noite por jornalistas, num instante se propagou em Paris a imagem daquele rei exótico, que não só surpreendia por sua despretensão, mas também por sua erudição: conhecia tudo que se fazia de vanguarda na Europa, dominava várias línguas, estudava grego, latim, hebraico e sânscrito, e ainda se interessava por ciência, tecnologia e história antiga. Entre intelectuais, nobres e artistas, recebeu até mesmo o dicionarista e pensador positivista Émile Littré, ainda que D. Pedro já não tivesse

em boa conta os discípulos de Auguste Comte. “Todos os positivistas são mais ou menos contraditórios”, dizia.

Por outro lado, muito se alegrou com a visita de Ernest Renan, seu ídolo intelectual, escritor, filósofo e historiador, cuja obra *História das origens do cristianismo* influenciou profundamente sua fé cristã, jamais carola. Contrário ao ateísmo positivista, Renan acreditava na figura do Cristo, mas dentro de um contexto histórico, desprovido do misticismo religioso. “A finalidade do mundo é o desenvolvimento do espírito, e a primeira condição para esse desenvolvimento é a liberdade”, pregava. Para ele, a religião tornara-se “irrevogavelmente uma questão de gosto pessoal”. O pensamento liberal e tolerante de Renan permitia a D. Pedro conciliar sua fé cristã com sua crença na ciência, sem maiores contradições.

Com Renan, o imperador passou a frequentar as reuniões do **Institut de France**, uma das mais importantes instituições acadêmicas do mundo, que reúne até hoje cinco academias, entre elas a Academia Francesa, a Academia de Ciências e a Academia de Ciências Morais e Políticas. Sentado entre os sábios, pedia que deixassem todo o protocolo de lado, e o tratassem como um mero “particular”, talvez um pouco mais curioso que os demais mortais.

30 Sobre a Comuna de Paris, Karl Marx escreveu *A guerra civil na França*, no qual considera a Comuna o protótipo da revolução do proletariado. O livro inspiraria os comunistas na Revolução Russa de 1917.

31 Graças a Otto von Bismark, o Reino da Prússia uniu-se aos territórios alemães em 1871, criando-se o Segundo Império Alemão (o Segundo Reich), sob domínio prussiano. Já no século XX, Adolf Hitler fundaria o Terceiro Reich.

Basilique de Saint-Denis, no subúrbio de Paris.

De volta ao hotel, recebeu o arquiteto Charles Garnier, a quem pediu um projeto para a Ópera do Rio de Janeiro (jamais executado), e o arquiteto Eugène Viollet-le-Duc, especialista na restauração de igrejas e edifícios medievais. Na companhia de Viollet-le-Duc, D. Pedro II visitou a **Basilique de Saint-Denis**, na cidade do mesmo nome, hoje subúrbio de Paris.[32] Necrópole dos reis da França, a basílica reúne túmulos de 150 reis, rainhas, príncipes e princesas ali

enterrados desde a Idade Média. Contudo, no período de terror e barbárie que se seguiu à Revolução Francesa, em 1793, a Convenção Nacional decretou que degolar reis e rainhas não bastava – reis mortos também mereciam punição. Precisavam destruir todas as referências à monarquia, com a profanação sistemática das tumbas reais de Saint-Denis. Mais de cinquenta túmulos foram violados, sendo os restos mortais de reis e rainhas jogados pelos operários numa vala comum. Entre os corpos exumados, sob o pretexto de recolher metais preciosos e chumbo para os cofres da República, estavam os de Luís XIII, XIV e XV, bem como os de Catarina de Médici. Só depois de restaurada a monarquia, sob ordens de Luís XVIII, os despojos foram reunidos e repostos na cripta da basílica. Trinta anos haviam se passado, entretanto. Se, por sorte, encontraram a vala comum, jamais conseguiram identificar os ossos, que foram reinumados coletivamente. D. Pedro II, com certeza, conhecia essa história. Afinal, entre as tumbas violadas, havia aquelas de vários de seus antepassados. Sua avó, Carlota Joaquina, pertencia ao ramo espanhol da Casa de Bourbon, sendo descendente dos Bourbon franceses. Era bisneta do rei Luís XV (tetravô de D. Pedro II), enterrado, exumado e novamente enterrado naquela basílica.

O REI E O RASTAQUERA

D. Pedro tinha também maneiras bem menos lúgubres de aproveitar sua estada em Paris. Foi à Salle Richelieu, na Comédie-Française, para assistir à peça *Femmes savantes,* de Molière. Acompanhavam-no a imperatriz Teresa Cristina, a condessa de Barral, seu genro, o príncipe de Joinville, e as damas Nogueira da Gama e Fonseca Costa, assim descritas pelos jornalistas parisienses: “Duas lindíssimas mulheres negras vestidas à francesa e que eram as camareiras da imperatriz do Brasil.” Eram as “damas de chocolate”, às quais Gobineau se referia em suas cartas do Rio de Janeiro.

Como fizera seu pai, exatamente quarenta anos antes, D. Pedro II ia ao **Théâtre du Palais-Royal**, à Ópera Cômica de Paris e à Ópera de Paris, na rue Le Peletier, então reaberta pela primeira vez depois dos dramáticos incidentes da Comuna de Paris. Se houvesse chegado

alguns anos antes, D. Pedro poderia ter assistido à ópera bufa *La vie parisienne*, que fizera um grande sucesso, com mais de novecentas reapresentações. Sobre ela, foi informado que ainda se ouvia em Paris uma canção intitulada "Le Brésilien". D. Pedro ficou muito curioso em escutar a música, mas ninguém se lembrava da letra. Chamaram então um estafeta do hotel que, com certeza, a saberia de cor. Sentindo-se honrado por ser convocado ao salão do imperador, o rapaz engasgou quando ouviu o pedido. Começou a cantarolar algo, o imperador sorriu por polidez, mas não entendeu por que se chamava "Le Brésilien", pois a letra não fazia referência alguma ao Brasil. Como admite Lídia Besouchet, ninguém, nem ela mesma, podia oferecer uma explicação para o nome da música. Entretanto, é possível que, diante da figura simpática, porém imponente do imperador, o rapaz tenha achado melhor cantar outra coisa qualquer, pois a verdadeira "Le Brésilien" não era a mais lisonjeira das canções para o povo brasileiro.

Na segunda metade do século XIX, perdurando até o começo do século XX, a imagem que se fazia do brasileiro em Paris não era das melhores. Em geral, eram vistos como fazendeiros escravagistas, novos ricos, com muito dinheiro e pouca sofisticação. O termo *rastaquouère*, aplicado em princípio a argentinos e chilenos que chegavam a Paris exibindo a fortuna arrebanhada com a exportação de couro (daí o termo original *arrastracueros*, em espanhol), estendia-se, então, aos brasileiros. Só que, em vez de couro, a ostentação do rastaquera brasileiro provinha da exportação de café. Eram os barões do café, nobilitados pelo próprio D. Pedro II, que, assim, tentava criar uma classe aristocrática que legitimasse a sua realeza. Ou, numa visão ainda mais pragmática, o império distribuía títulos de nobreza para adoçar os cafeicultores escravagistas, incomodados pela inexorável, ainda que lenta, marcha abolicionista. A imagem desse novo rico brasileiro, o barão provinciano, era tão forte na cultura popular francesa que uma famosa dupla de autores teatrais, Henri Meilhac e Ludovic Halévy, se baseou nela para criar o personagem cômico *le Brésilien*, inserido na ópera bufa *La vie parisienne,* de 1866 (há montagens recentes da ópera no YouTube).[33] A ária do *Brésilien*, composta por Jacques Offenbach, começava assim:

32 Oficialmente, Saint-Denis é um município fora dos limites de Paris. Hoje, no entanto, faz parte da região metropolitana da cidade (assim como faz o ABC em São Paulo).

33 “Le Brésilien”, de Offenbach, no YouTube: www.youtube.com/watch?v=lmebZ3DSc6o

Teatro da Comédie-Française, na place Colette.

Eu sou brasileiro, eu tenho ouro. Eu chego do Rio de Janeiro, mais rico do que nunca. Paris, voltei para você! (...) Eu já vim duas vezes. Trazia ouro na mala, diamantes na camisa. Quanto tempo durou tudo aquilo? O tempo de ter duzentos amigos, e de amar quatro ou cinco mulheres. Seis meses de galante embriaguez, e depois nada! Oh, Paris! Oh, Paris! (...) Voltei para que você me roube, tudo o que eu lá [no Brasil] roubei.

Aquele personagem caricatural surgira, pela primeira vez, numa peça teatral dos mesmos Meilhac e Halévy, também chamada *Le Brésilien*, na qual um personagem francês se disfarçava de rastaquera brasileiro para enganar sua amante. Foi uma cançoneta desta peça, que nada tinha a ver com o Brasil, que o estafeta cantou para o imperador, livrando-se de uma tremenda saia justa. Afinal, D. Pedro representava a antítese do rastaquera, pois sua nobreza era herdada e desprovida de qualquer ostentação, como todos os jornais o atestavam. Além disso, se os novos ricos brasileiros compravam duzentos amigos, D. Pedro II conquistava amizades não só através do

seu prestígio de chefe de Estado, mas, sobretudo, pelo interesse genuíno que demonstrava pelo que os outros faziam.

Um deles era o conde de Gobineau, alvo constante da atenção do imperador. Relevando as teorias racistas do conde, autor do *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (que se tornaria um dos textos seminais da ideologia nazista e sua pseudo-raça ariana), o imperador valorizava no amigo francês a sua profunda erudição, principalmente no que dizia respeito ao estudo da Antiguidade. Outra amiga, íntima, que o acompanhou sempre que pôde, foi Luísa Margarida Portugal de Barros, a condessa de Barral, baiana criada em Paris, filha única do visconde de Pedra Branca. Diplomata brasileiro na corte do absolutista Carlos X, Pedra Branca participara das negociações pelo reconhecimento francês da independência do Brasil e, mais tarde, foi quem negociou o casamento de D. Pedro I com Dona Amélia. A condessa de Barral, ou Yayá, como era carinhosamente chamada sua filha, tornara-se dama de honra da mana Chica, nos tempos em que seu sogro, Luís Filipe, era rei dos franceses. Mais tarde, quando os Orléans foram banidos da França, Barral voltou para o Brasil para trabalhar como tutora das princesas Isabel e Leopoldina, até que as meninas se casassem. Se a imperatriz Teresa Cristina, desprovida de atrativos físicos, pouco ilustrada e coxa como sua tia Carlota Joaquina, foi sistematicamente varrida para debaixo do tapete na historiografia brasileira, a condessa de Barral, por sua vez, ocupa lugar de destaque como a mais importante cortesã de D. Pedro II.

Bela, inteligente, articulada, e nove anos mais velha do que o imperador, Barral representava todo o glamour de uma civilização europeia que ele, até então, só conhecia pelos livros. Trabalhando na corte francesa, sendo ela mesma viúva de nobre, Barral recebia no seu salão de Paris todas as personalidades do mundo intelectual e artístico que D. Pedro sonhava em conhecer. Já em Paris, D. Pedro a recebia no hotel, ou a visitava em seu apartamento no **boulevard Haussmann**, número **127**. Com Barral, que os historiadores hesitam em chamar de “amante”, D. Pedro trocou mais de mil cartas, durante quarenta anos de amizade. “O que mais tenho sofrido é a ausência de você”, lamentava-se D. Pedro. Em outras, arriscava confidências um pouco mais sugestivas: “(...) olho sempre com imensas saudades para

os quartinhos do anexo do hotel Leuenroth." Jamais, porém, chegava à crueza (a "máquina triforme") das cartas de seu pai para a marquesa de Santos. Ao invés de sátiro, Pedro II era irremediavelmente romântico: "Adeus, cara amiga! Nada me interessa completamente longe de você", escrevia-lhe, enquanto visitava as pirâmides do Egito.

O acervo das cartas entre D. Pedro e Barral corre, infelizmente, quase em mão única. Das cartas escritas por ele, há mais de oitocentas nos arquivos brasileiros. Já as escritas por ela, são menos de cem. É claro que, enquanto Barral guardava as cartas do imperador, D. Pedro destruía as da cortesã. Em Paris, no entanto, os dois frequentavam-se sem cerimônias, ao ponto de Barral, já viúva, ser agregada à comitiva como dama de companhia da imperatriz Teresa Cristina. Diferentemente da imperatriz Leopoldina, que se ressentira quando D. Pedro I nomeou a amante, a marquesa de Santos, sua dama de companhia, Teresa Cristina aceitava com naturalidade, e quase indiferença, a profunda amizade que o marido nutria pela condessa de Barral. Formavam um trio harmonioso, que só não passava mais tempo junto porque a imperatriz não parecia ter a curiosidade intelectual, nem a energia de Pedro e Yayá, que tudo queriam visitar e conhecer.

Católica e ultramontana (defendia a autoridade absoluta do papa), Barral acompanhava D. Pedro à missa na Église de la Madeleine, a 500 metros do Grand Hôtel. Um dos edifícios mais impressionantes da cidade, a igreja recebe hoje a comunidade baiana de Paris, que, todos os anos, faz a "lavagem da Madalena", celebrando o sincretismo religioso brasileiro num dos maiores templos católicos da França. Assim como o Panteão, na colina Sainte-Geneviève, a Madeleine precisou de oito décadas para ficar pronta devido às reviravoltas políticas que ora a erguiam como templo, ora como panteão, biblioteca, sede de banco, bolsa de valores e até estação de trem. Só em 1845, o prédio neoclássico foi finalmente consagrado como igreja, sua função definitiva.[34]

Da missa para a sarjeta foi um pulo. Acompanhado pelo então prefeito de Paris, Léon Renault, D. Pedro II fez questão de conhecer a rede de esgotos da cidade, então a mais moderna do mundo, com mais de 120 quilômetros de túneis subterrâneos. Passou três horas lá embaixo, conhecendo a obra do barão Haussmann, antigo prefeito de

Paris, que fora encarregado por Napoleão III da modernização urbanística da cidade na década de 1850 – daí o termo “haussmanniana” para a arquitetura e o urbanismo do século XIX que domina Paris, com seus grandiosos bulevares. Mas, voltando ao esgoto, sua fama é mundial. Foi cenário da literatura romântica de Gaston Leroux, em *O fantasma da ópera*, e de Victor Hugo, em *Os miseráveis*. Se você quiser conhecer esse mundo subterrâneo, a porta de entrada é o **Musée des Égouts de Paris**, uma das atrações turísticas mais inusitadas da cidade, agora com 2.400 quilômetros de túneis (o equivalente a uma viagem de Paris a Sófia, na Bulgária).

Com o decorrer da viagem, D. Pedro seguia em frente, infatigável, enquanto seus companheiros iam tombando pelo caminho. Mesmo Gobineau e o barão do Bom Retiro reclamavam, em cartas a amigos, que já não conseguiam acompanhar o ritmo de Sua Majestade Imperial. D. Pedro levantava-se antes do sol nascer e cedo já estava na rua, batendo de porta em porta, procurando quem estivesse acordado para lhe mostrar uma igreja, um convento, uma fábrica, uma escola, uma penitenciária, qualquer lugar onde ele pudesse aprender algo ou conhecer novidades que poderiam ser introduzidas no Brasil. Várias vezes visitou a **Bibliothèque Sainte-Geneviève**, cujas origens remontam à Idade Média, quando ali se guardavam manuscritos e iluminuras em uma igreja dedicada aos apóstolos Pedro e Paulo. Mais tarde, no início dos anos 500, a igreja recebeu os restos mortais de Santa Genoveva, padroeira de Paris, tornando-se a Abadia de Santa Genoveva.

Quando D. Pedro visitou a biblioteca, sediada no seu novo edifício de 1851, ela já tinha mais de 1.200 anos de história. Seu amigo Ferdinand Denis, porém, não tinha tanto tempo de casa. Contava apenas trinta anos de serviços prestados como conservador e administrador, e ainda tinha mais dez pela frente, antes de ser obrigado a se aposentar aos 83 anos. Traça de biblioteca, Denis recusou-se a deixar o edifício durante o cerco e bombardeamento de Paris pelas tropas prussianas, seguidos pelo vandalismo da Comuna. Temia pela segurança do seu acervo, que hoje chega a 2 milhões de volumes. Antes daquela vida sedentária, contudo, o bibliotecário tivera outra encarnação: fora viajante e escritor, uma espécie de

antropólogo amador, apaixonado pelo Brasil desde que lá morara, antes mesmo da independência.

Na volta à França, Denis publicara em 1822, em parceria com Hippolyte Taunay, *Le Brésil, ou Histoire, mœurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume,* o primeiro de uma série de quinze livros que escreveria sobre o Brasil, além de dezenas de artigos em revistas científicas. Foi o primeiro e mais apaixonado brasilianista francês do século XIX, exercendo papel fundamental na identificação e estímulo de uma literatura romântica genuinamente brasileira. Seu trabalho influenciou jovens intelectuais, como Araújo Porto Alegre, que lançaram em Paris a revista de cultura *Nitheroy* – um marco do romantismo literário brasileiro.

No Segundo Reinado, Denis trocava intensa correspondência com o imperador. Colaboravam em busca de livros raros que pudessem ajudar a montar o quebra-cabeça da história do Brasil, sobretudo do ponto de vista francês. Na volta ao Rio, D. Pedro enviaria a Paris o médico, professor e filólogo Benjamin Franklin Ramiz Galvão, então diretor da Biblioteca Nacional. Com a ajuda de Ferdinand Denis, Ramiz Galvão organizou uma extensa bibliografia sobre o Brasil na Bibliothèque Sainte-Geneviève. Um século depois, já na década de 1970, esse acervo de Ferdinand Denis seria finalmente catalogado graças ao esforço do pintor pernambucano Cícero Dias, radicado na França.

Mas, agora, o inverno batia às portas de Paris e a primeira viagem de D. Pedro à Europa ia chegando ao fim. Acompanhado por Barral e a imperatriz, assistiu à Missa do Galo de 1871 na Église de la Madeleine. Depois, voltou ao hotel para celebrar o Natal com sua comitiva e os amigos mais próximos. No réveillon, foram todos para o **Castelo de Chantilly**, onde Ronaldo Nazário e Daniella Cicarelli se casariam mais de cem anos depois. A 40 quilômetros ao norte de Paris, o castelo pertencia ao duque de Aumale, cunhado de Dona Francisca. Exilado em Londres durante vinte anos, como todos os Orléans, o duque voltara para casa viúvo, tendo, ainda, perdido seus dois únicos filhos. Apesar dos dissabores que a vida lhe trouxera, reapossara-se do seu castelo em ruínas, acalentando o sonho de devolver-lhe toda a grandiosidade de outrora.[35] Para celebrar o primeiro réveillon na volta aos seus domínios, o duque organizou

uma caça à raposa na madrugada do dia primeiro de janeiro. Yayá, apesar dos seus 64 anos, deu provas da sua perícia de amazona, em contraste com D. Pedro, que não herdara de seu pai a paixão pelos cavalos.

De volta a Paris, os imperadores participaram de um acontecimento social que ecoava os velhos tempos das monarquias europeias: o casamento da princesa Margarida de Orléans, irmã do conde d'Eu, com o príncipe polonês Ladislas Czartoryski, viúvo, 18 anos mais velho do que a noiva. A cerimônia foi realizada na **Cathédrale Notre-Dame**, restaurada pelo arquiteto Viollet-le-Duc, que nela introduzira as gárgulas neogóticas e quimeras fantasmagóricas que se tornaram cartões postais de Paris. O noivo entrou na catedral de braços dados com a imperatriz Teresa Cristina, enquanto a noiva era levada ao altar pelo imperador Pedro II. O casamento, celebrado com toda a pompa real, teve grande destaque na imprensa, que explicava a uma nova geração de leitores republicanos a genealogia daqueles monarcas destronados: os Orléans, última casa real francesa, e os Czartoryski, exilados na França, quando a Polônia tinha seu território fatiado pelos impérios da Alemanha, da Áustria e da Rússia.

Antes de deixar a França, o imperador fez ainda uma rápida viagem à Normandia para visitar Le Havre, o Mont Saint-Michel e Cherbourg, cidade onde seu pai desembarcara quarenta anos antes, depois de abdicar o trono do Brasil. De volta a Paris, recebeu os amigos brasileiros para um jantar de despedida. No dia 31 de janeiro assistiu à sua última reunião do Institut de France, reencontrando o amigo e imortal Ernest Renan. Logo depois, embarcava na estação de Lyon, com toda a sua comitiva, acrescida da condessa de Barral, em direção a Toulon. De lá passaram por Marselha, Nice, Montpellier, Toulouse, Bayonne e Madri, antes de, finalmente, chegar a Lisboa, onde embarcaram no paquete *Douro*, no dia 5 de março. Em terra ficava Yayá, depois de uma emocionada despedida de D. Pedro. A condessa voltaria para Paris e, três semanas depois, a comitiva desembarcaria no Rio de Janeiro. Feliz por estar em casa, D. Pedro sentia, por outro lado, o peso da coroa e da responsabilidade de chefe de Estado, papel que cada vez menos lhe interessava: "... a política não é para mim senão o duro cumprimento do dever. Há trinta anos

que carrego a minha cruz”, lamentava-se, segundo testemunho do amigo Gobineau.

34 Inspirada no Parthenon de Atenas, a Madeleine é cercada por 52 colunas coríntias. O frontão, apoiado em oito colunas, chega a trinta metros de altura.

35 A reconstrução do castelo começou em 1875 e terminou dez anos depois, quando o duque, sem filhos, doou a propriedade ao Institut de France, com a condição de que mantivesse abertas suas portas ao público, como museu e biblioteca. Em 2005, o Castelo de Chantilly serviu de palco para o casamento do jogador de futebol Ronaldo Nazário de Lima com a modelo Daniella Cicarelli. Se conhecessem a triste história do castelo, talvez não tivessem se casado lá. Divorciaram-se três meses depois.

Cathédrale Notre-Dame: restaurada pelo arquiteto Viollet-le-Duc, guia e amigo de D. Pedro II.

A SEGUNDA VIAGEM

Cinco anos se passariam antes que D. Pedro pudesse voltar a Paris. Nesse meio-tempo, uma crise entre o governo e a Igreja Católica – a Questão Religiosa – daria início ao longo calvário da monarquia. O Império do Brasil herdara de Portugal o *padroado*, regime pelo qual a Igreja Católica fazia, literalmente, parte do Estado – não só como religião oficial do país, com direito exclusivo a cultos públicos, mas também submissa à organização e administração do Estado. Isto é: freis, párocos e vigários eram funcionários públicos, bem como os bispos, nomeados pelo chefe de Estado. No Brasil do Segundo Reinado, o regime do padroado desenvolvia uma Igreja Católica bastante independente do Vaticano. Portanto, não surpreende o fato de que muitos religiosos fizessem parte da política, se associassem à Maçonaria e até constituíssem família – José de Alencar e José do Patrocínio eram, por exemplo, dois ilustres brasileiros filhos de padres.

Depois que D. Pedro voltou da sua primeira viagem à Europa, em 1872, o bispo do Pará, dom Antônio de Macedo Costa, e o bispo de Olinda e Recife, dom Vital de Oliveira, cismaram com a Maçonaria. Alinhados com o conservadorismo do papa Pio IX, os bispos excomungaram padres maçons, desafiando a tradição brasileira e, mais grave, sobrepondo-se à lei do Estado. As irmandades afetadas recorreram ao governo. D. Pedro e seu primeiro-ministro, o visconde do Rio Branco, grão-mestre da Maçonaria, levaram a questão ao Conselho de Estado, que aprovou a censura aos religiosos insubmissos. Os dois bispos, no entanto, não cederam, confirmando a excomunhão dos padres maçons. Presos e levados ao Supremo Tribunal de Justiça em 1874, os bispos foram condenados a quatro anos de trabalhos forçados, pena logo comutada para prisão simples na ilha de Villegagnon, na baía de Guanabara. No ano seguinte, entretanto, com a substituição do visconde do Rio Branco pelo duque de Caxias como presidente do Conselho de Ministros, os bispos foram anistiados a pedido de Caxias, que, católico fervoroso, achara a punição exagerada. D. Pedro hesitou, mas, já planejando sua próxima viagem pelo mundo, acabara cedendo à pressão do duque. Tarde demais: as relações entre a ala mais conservadora da Igreja Católica e o Império jamais seriam as mesmas. Este era um apoio que faria falta à monarquia na crise que levaria à proclamação da República.

Considerando a Questão Religiosa resolvida, D. Pedro já preparava as malas para aquela que seria a sua mais bem-sucedida viagem ao exterior. Tranquilo, deixaria o governo nas mãos de Caxias, passando a regência mais uma vez à princesa Isabel. Desta feita sua comitiva seria menor: levaria a imperatriz Teresa Cristina; o sempre fiel e agora "visconde" do Bom Retiro, acompanhado pela viscondessa; e a camarista da imperatriz, Dona Josefina da Fonseca Costa, que voltaria da viagem "baronesa". O médico particular de D. Pedro, Arthur Macedo, substituía o barão de Itaúna, que morrera logo após a primeira viagem à Europa; e, não menos importante, juntava-se à comitiva o amigo Karl Henning, professor de sânscrito do imperador. Afinal, a travessia do Atlântico levaria semanas, e nada como uma boa aula de sânscrito para passar o tempo.[36]

Com um empréstimo concedido pelo fazendeiro e empresário carioca Jerônimo José de Mesquita, o barão de Mesquita, a comitiva embarcou no vapor *Hevelius*, no dia 15 de março de 1876. A viagem começaria pelos Estados Unidos, país que D. Pedro visitaria de leste a oeste e de norte a sul, impressionando e cansando, mais uma vez, seus anfitriões e acompanhantes. A travessia americana de D. Pedro foi registrada minuciosamente pelo jornal *New York Herald*, que colocara um correspondente para seguir cada passo do imperador, desde sua partida do Rio de Janeiro. Em três meses de viagem D. Pedro foi às cataratas do Niágara, navegou pelo Mississipi, atravessou as Montanhas Rochosas. Passou por 28 estados americanos, conhecendo dezenas de cidades, entre as quais, Nova York, Washington, Chicago, Boston, Salt Lake, São Francisco, Saint Louis, Nova Orléans e, no Canadá, Toronto, Montreal e Quebec. Visitou redações de jornais, escolas, universidades, bibliotecas, instituições científicas e, melhor de tudo, inaugurou ao lado do presidente americano, o General Grant, a Exposição Universal da Filadélfia, que comemorava os cem anos da independência dos Estados Unidos. Na cerimônia de abertura, ouviram o hino americano e outro especialmente composto para a ocasião por Carlos Gomes.

Na exposição, D. Pedro encontrou-se com Thomas Edison, que trabalhava no seu fonógrafo, entre outras invenções, e Graham Bell, com quem teria feito a primeira ligação telefônica da história. Reza a lenda que, postando-se a cerca de 500 metros do imperador, Bell lhe

recitara Shakespeare ao ouvido. Já no ano seguinte, 1877, seria instalada no Rio de Janeiro a primeira rede de telefones, conectando o palácio imperial à residência de cada um dos seus ministros. Graças à imprensa, D. Pedro conquistou a opinião pública do povo americano com sua postura simples e aversão ao protocolo. Depois da sua partida os jornais ridicularizavam a pompa dos políticos republicanos, e apontavam o monarca brasileiro como candidato às eleições presidenciais americanas. D. Pedro, contudo, partira pouco impressionado com os Estados Unidos: "Aqui tudo é grandioso, mas falta-lhe o gosto, isto é, o bom gosto", comentava.

O gosto do imperador só encontraria satisfação na Europa. Atravessou o Atlântico a bordo do *Russia*, desembarcou na Inglaterra e, completamente incógnito, viajou para Bruxelas, na Bélgica, onde a imperatriz Teresa Cristina tinha consulta marcada com o médico francês Jean-Martin Charcot. Precursor da neurologia, Charcot se tornaria célebre por seu trabalho sobre histeria e hipnotismo. À espera da comitiva, em Bruxelas, estava a condessa de Barral, cuja companhia tanto prazer dava ao imperador. Barral organizara a consulta com Charcot e sua equipe, que recomendaram à imperatriz uma cura de águas termais em Bad Gastein, na Áustria.

Encravada nos Alpes austríacos, Bad Gastein era uma das estâncias de águas termais mais sofisticadas da época. Lá, restaurado pelo ar puro das montanhas, D. Pedro recebeu a visita do cáiser da Alemanha, Guilherme I, e de Friedrich Nietzsche, cuja filosofia, como observava o imperador, aproximava-se das teorias pseudocientíficas do conde de Gobineau. Mas não vamos entrar nessa controvérsia sobre o racismo de Gobineau, e como os nazistas interpretaram a filosofia de Nietzsche – até porque não vejo a hora de o imperador chegar a Paris. Antes, porém, para ressaltar o círculo intelectual frequentado por D. Pedro, vale a pena acrescentar que ele e Nietzsche voltariam a se encontrar em Bayreuth, na Alemanha. Iam, assim como toda a intelectualidade e nobreza da época, à inauguração do teatro de Richard Wagner, quando seriam executadas as 14 horas do monumental ciclo de óperas *O anel dos nibelungos*, clímax da obra wagneriana, que, então, revolucionava o mundo da ópera. Tendo contribuído financeiramente para a construção do teatro através da Sociedade Amigos de Wagner, D. Pedro assistiu emocionado às

quatro óperas, inclusive *As valquírias*, cuja introdução do terceiro ato seria popularizada na década de 1970 pelo cineasta Francis Ford Coppola, em seu clássico *Apocalypse Now*.

De Bayreuth, o imperador seguiu viagem pela Europa, subindo à Escandinávia, descendo pela Rússia até a Ucrânia, atravessando o Mar Negro rumo à Turquia. De lá, viajou pela Grécia, antes de partir rumo ao Oriente Médio e África. Passou pela Síria, Líbano, Palestina, seguindo num cruzeiro pelo rio Nilo acima, até a fronteira do Egito com o Sudão. Na volta à Europa, atravessou o Mediterrâneo, desembarcando na Itália. Em Roma, fez uma visita meramente protocolar ao papa Pio IX, com a distância ideológica que os mantinha afastados: "Sobre a Questão Religiosa, ele puxou conversa, mas eu já tinha dito bastante na outra viagem para ele não se enganar a respeito de meu modo de pensar. Mudou pouco fisicamente desde 1871", observou D. Pedro, em carta a Barral. À condessa, no entanto, D. Pedro omitiu que, em Roma, teria feito ainda visitas menos protocolares e, digamos, mais íntimas a Mathilde-Marie Ruinart de Brimont, a condessa de La Tour, amante do conde de Gobineau. Pelas cartas que se seguiram a esse primeiro encontro do imperador com a musa do amigo, conclui-se que um segundo triângulo amoroso se formara, no qual Gobineau e a condessa de Barral saíram perdendo.

Finalmente, depois de passar uma vez mais por Áustria e Alemanha, D. Pedro e sua comitiva chegaram triunfalmente, e exaustos, a Paris, no dia 19 de abril de 1877. Isto é, um ano, um mês e cinco dias depois da partida do Rio de Janeiro. Cinco anos haviam se passado desde que o imperador deixara uma França humilhada pela Prússia, e uma Paris destruída pela Comuna, sob o governo vulnerável, ainda que brutal, do monarquista Adolphe Thiers, que governava o país a partir do seu bunker no Palácio de Versalhes.

Nesta segunda estada em Paris, D. Pedro conheceu o marechal Patrice de Mac-Mahon, outro monarquista, eleito chefe do poder executivo em substituição a Thiers após a sua demissão, em 1873. As duas primeiras viagens de D. Pedro a Paris ocorreram, portanto, na conturbada década de amadurecimento (1871-1879) da Terceira República francesa, quando a França dava um longo e doloroso adeus ao regime monarquista constitucional (que a Grã-Bretanha, por sua vez, tão bem soubera adaptar aos novos tempos, tornando os reis um

símbolo de união nacional, despindo-os paulatinamente de todo e qualquer poder político).

Até 1875, republicanos e monarquistas franceses ainda se engalfinhavam no parlamento. Naquele ano, não obstante os esforços conservadores para restaurar a monarquia, a palavra "república" fora dissimuladamente inserida numa emenda constitucional que tratava da eleição indireta para o cargo de chefe do poder executivo, ali denominado "presidente da república". Aprovada na primeira votação pela margem de um único voto (353 contra 352), a emenda discretamente oficializava a Terceira República, que só teria fim 65 anos depois, com a ocupação da França pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

D. Pedro, de qualquer modo, foi recebido com pompas monárquicas no **Palais de l'Élysée** por um presidente enfraquecido pelas eleições legislativas do ano anterior, quando a assembleia finalmente fora tomada por uma confortável maioria republicana. Nos dois meses que passaria em Paris, hospedado no Grand Hôtel, o imperador brasileiro testemunharia crises políticas e manifestações públicas, os primeiros passos titubeantes de uma República recém-nascida, num continente dominado por monarquias. Por ora, contudo, ele só queria evitar o tedioso protocolo das cerimônias oficiais.

36 Sânscrito é uma língua milenar, mantida viva por um punhado de gente na Índia (14 mil pessoas, pela última contagem). Das 22 línguas oficiais da Índia, sânscrito é aquela com maior proeminência nas celebrações litúrgicas do hinduísmo – assim como o latim o foi na Igreja Católica. D. Pedro não estudava sânscrito por curiosidade, e muito menos para trocar ideias com algum indiano de passagem. Estudava-a pelo mesmo motivo que estudava latim, hebraico e grego clássico: queria conseguir ler, no original, documentos da Antiguidade. Sua fascinação por línguas mortas tinha, assim, mais a ver com o acesso a fontes do que com a comunicação propriamente dita.

Basilique du Sacré-Coeur, na colina de Montmartre.

Não conseguiu. Nos primeiros dias que passou na cidade viu-se forçado a atender a uma série de visitas, cerimônias e recepções, em que se encontrava com o presidente Mac-Mahon, o clã dos Orléans e toda a elite política e monarquista de Paris. Quando conseguia uma brecha na agenda, queria escapar ladeira acima para respirar e ver Paris do alto. Subiu a colina de Montmartre, onde se erguia a **Basilique du Sacré-Coeur**, que só ficaria pronta quarenta anos

depois. Erigida com forte apoio do governo de Mac-Mahon, no mesmo lugar onde se levantara a Comuna de Paris, a basílica representava para muitos uma pá de cal da direita carola e conservadora sobre os rebeldes da Comuna. Hoje, desprovida da sua conotação política, a Basilique du Sacré-Coeur é a segunda igreja mais visitada de Paris, perdendo apenas para a Cathédrale Notre-Dame. "A vista aí de Paris é magnífica e lá tornarei com tempo claro", observava o imperador.

De colina em colina, D. Pedro desceu a de Montmartre e subiu a encosta do **Parc des Buttes-Chaumont**, um recanto pouco explorado pelos turistas que visitam Paris. Conheceu a gruta com estalactites e o rochedo encimado por um pequeno templo de Sibila, com vista para a cidade. Antiga pedreira de gipsita, com a qual se faz gesso, dali saíram toneladas do mineral para a construção dos edifícios haussmannianos de Paris em meados do século XIX. Quando a gipsita se esgotou, Napoleão III ordenou que a área fosse reflorestada, e que ali se criasse um parque público. Aproveitando o terreno extremamente acidentado, os paisagistas optaram pelo estilo inglês, naturalista, sem as longas perspectivas e ângulos retos tão característicos dos jardins franceses. Desde 1867, o Buttes-Chaumont é um dos raros parques de Paris cuja vegetação cresce de forma natural e espontânea, sem as podas quadradas que se veem pela cidade.

Filho de botanófila, D. Pedro, que em muito puxara à mãe, não poderia deixar de se interessar por plantas. Do Brasil levou dezessete mudas exóticas, jamais vistas na França, oferecendo-as aos pesquisadores que visitou no **Jardin des Plantes**, o jardim botânico de Paris. Situado na margem esquerda do Sena, o Jardin des Plantes data do século XVII, quando o rei Luís XIII ordenou o plantio de um jardim real de ervas medicinais. Hoje integrado ao **Muséum National d'Histoire Naturelle**, o jardim botânico reúne estufas, roseirais, labirintos, alamedas de flores sem fim, que explodem em cores a partir de maio, quando D. Pedro o visitou.

Mas o parque mais curioso visitado pelo imperador foi, com certeza, o **Jardin d'Acclimatation**, então o jardim zoológico de Paris (que inspiraria a construção do Jardim da Aclimação de São Paulo). Localizado nas dependências do **Bois de Boulogne**,[37] o parque era

administrado pela Sociedade de Aclimação, da qual D. Pedro se tornara membro. No zoológico, construído no império de Napoleão III, a sociedade concentrava, estudava, exibia e até vendia animais exóticos, como elefantes, cangurus, zebras, lhamas, antílopes, antas e iaques. Antes da Guerra Franco-Prussiana a sociedade contava com mais de 5 mil animais, que tornavam o parque uma das maiores atrações da cidade. Durante o cerco de Paris, que durou quatro meses, atravessando o inverno de 1870-1871, o zoológico exerceu um papel fundamental para a resistência francesa. Primeiro, serviu de abrigo aos pombos-correios que levavam mensagens microfilmadas, "pombogramas", para outras regiões da França – até que os prussianos descobriram a manobra e decretaram a pena de morte para quem fosse flagrado com um pombo na mão. Não satisfeitos, os militares trouxeram falcões da Alemanha para caçar todo pombo suspeito nos céus da cidade. Com o prolongamento do cerco, quando não havia mais o que comer, foram as feras do jardim zoológico que mataram a fome da população. Castor e Pollux, dois simpáticos elefantes que faziam a alegria da meninada, foram vendidos em fatias num açougue chique do boulevard Haussmann.

Mesmo depois da capitulação da França, a paz não voltaria imediatamente ao zoológico. Da rendição eclodiu a Comuna de Paris, e o parque voltou a ser destruído, perdendo os poucos animais que haviam escapado à faca dos açougueiros. O Jardin d'Acclimatation que D. Pedro visitava, portanto, acabara de passar por um longo período de reforma e repovoamento. Ganhara um novo casal de elefantes, Romeu e Julieta, presente do governo italiano, e toda uma fauna ainda mais exótica: leões, ursos, macacos, pinguins e até um casal de juparás da Amazônia.[38]

No último quartel do século XIX, o parque voltava ao seu auge, atraindo famílias parisienses que visitavam não somente os animais enjaulados, mas algo mais sombrio também. A partir de 1877, o Jardin d'Acclimatation começou a organizar "exibições antropozoológicas". Apresentava, como num circo de aberrações, pessoas de diferentes "raças", trazidas dos confins do mundo. Não obstante a oposição de alguns membros da Sociedade de Aclimação (mais interessados em zoologia), a direção do parque dava crédito às teorias raciais do conde de Gobineau e do naturalista Joseph Deniker,

muito em voga nos primórdios da antropologia. Por outro lado, no contexto político, aquela classificação humana em raças superiores e inferiores, consoante os aspectos morfológicos, legitimava a expansão colonial europeia, que “levava a civilização” à África, Ásia e Oceania.

Se hoje parece absurdo, na época, a exibição de “atrações humanas”, inserida no contexto da nascente antropologia, era bem aceita pela comunidade científica e, sobretudo, pelo povo que corria ao Jardin d’Acclimatation. A exibição dos primeiros negros africanos teve tanto êxito que a frequentação do zoológico dobrou para 830 mil pessoas no primeiro ano. Até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o zoológico já tinha organizado trinta exibições de grupos étnicos, incluindo esquimós da Sibéria, nativos do Nebraska, khoisans da África, samis da Lapônia e mapuches da América do Sul. Nem a tragédia de três índios kaliñas da Guiana Francesa, mortos, literalmente, de frio em Paris, arrefeceu o grande negócio da exibição de humanos. Fora uma trégua durante a Primeira Guerra Mundial, a prática perdurou até 1931, quando 104 indígenas da Nova Caledônia, colônia francesa no Pacífico, foram apresentados como “selvagens polígamos e canibais”. Hoje, uma placa na entrada do parque relembra aqueles ludibriados nativos, representando centenas de pessoas ali exibidas como animais.

37 A cidade de Paris tem muitas praças e jardins, mas poucos parques. Seus “pulmões” são o Bois de Boulogne, no extremo oeste (quase seis vezes maior que o Parque do Ibirapuera), e o Bois de Vincennes, do mesmo tamanho, no extremo leste da cidade.

38 O primeiro jardim zoológico de Paris data do século XVIII, e hoje faz parte do Jardin des Plantes. O Jardin d’Acclimatation, do século XIX, era, portanto, o segundo jardim zoológico da cidade, que hoje conserva apenas aves, pequenos animais e uma fazendinha para crianças. Agora, se você curte zoológicos, o atual e moderníssimo Parc Zoologique de Paris, que oferece todo o conforto que os animais merecem, fica no Bois de Vincennes, no extremo leste da cidade. Veja detalhes na seção “Como chegar lá”.

Cartaz de uma exposição de humanos: a grande atração do Jardin d’Acclimatation.

A Sociedade de Aclimação não era a única instituição científica da qual D. Pedro participava ativamente. Era sócio, membro e até presidente honorário de uma lista infinita de entidades, das mais tradicionais, como a Sociedade Protetora dos Animais (sócio honorário), às menos conhecidas, como a Sociedade Central dos Náufragos. Havia ainda a Sociedade Francesa de Higiene (presidente de honra), e as sociedades de Geografia, Topografia, Agricultura etc. D. Pedro era tão requisitado por instituições de toda espécie que um jornal parisiense não perdeu a chance da piada:

Assim é que na semana passada, depois de uma visita à Academia das Ciências, onde deu provas de conhecimentos geográficos extensos, foi nomeado acadêmico honorário. Na mesma noite foi à Comédie-Française. Em um entreato levaram-no a visitar os camarins.

Aí ele deu provas de conhecimentos literários extensos; foi nomeado ator honorário. No dia seguinte, dirigiu-se a Versalhes, onde assistiu à sessão [parlamentar]. Deu provas de conhecimentos políticos extensos; saiu do recinto deputado honorário. De uma parada voltou general honorário; de uma visita ao Tribunal de Justiça: juiz honorário. Enfim, como quis ver também Bullier e os bailes da Barrière, conta-se que ele deu provas de conhecimentos coreográficos tão extensos que, não sabem? Pois adivinhem... voltou para casa *chicard* honorário.[39]

A VACINA ANTIRRÁBICA

De todas as instituições das quais se tornou membro, sempre a convite dos associados, nenhuma gozava de mais prestígio do que a Academia das Ciências do Institut de France. Antes mesmo daquela viagem à Europa, ainda em 1875, D. Pedro fora eleito sócio correspondente da Academia das Ciências, na seção de geografia. Assim que chegou a Paris, voltou a frequentar as reuniões da academia, onde agora, ao lado de seus pares, podia ser tratado como um mero imortal. Entre eles estava o químico Louis Pasteur, que D. Pedro já conhecera na primeira viagem, visitando-o em seu **laboratório**, na rue d'Ulm, 45. Desde a década de 1860 Pasteur era reconhecido por sua contribuição à conservação dos alimentos através do método que eternizou o seu nome: a pasteurização. Agora, no dia 30 de abril de 1877, o químico apresentava à academia os resultados de sua pesquisa sobre a transmissibilidade de doenças através do sangue. Ao final da apresentação, fez uma homenagem ao amigo e admirador, assim o apresentando: "Nosso augusto colega Dom Pedro de Alcântara, que ama, como todos sabemos, dissimular o seu cetro imperial sob as palmas acadêmicas que recebe no mundo inteiro."

Depois que voltou ao Brasil, D. Pedro deu início a uma longa correspondência com Pasteur, que durou oito anos. O imperador preocupava-se com as epidemias de febre amarela que assolavam o Rio de Janeiro desde 1850, matando milhares de pessoas. Insistentemente convidava o químico a se instalar no Brasil:

É de grande interesse para o meu país, que poderá dever-vos a vida de elevado número dos seus habitantes, se vierdes ao Rio dar a vossa opinião sobre estudos feitos aqui sobre a febre amarela. (...) Ainda que não venhamos a dever-vos a descoberta da vacina contra essa moléstia, vossa visita constituiria motivo de grande influência para o desenvolvimento científico no Brasil. A estima que me inspirais já é assaz conhecida e sabeis qual o meu

interesse pela ciência. Será para mim bem como para o país grande júbilo acolher-vos na medida de vosso merecimento.

Pasteur tergiversava, alegando sua idade avançada, 62 anos. Arrastando as sequelas de um derrame, considerava-se velho demais para uma aventura nos trópicos. Insinuava, contudo, a possibilidade de visitar o Brasil, caso o imperador lhe permitisse dar continuidade aos seus experimentos: a vacina contra a raiva, que, naquele momento, era o que mais lhe interessava.

Pasteur já comprovara a eficácia da sua vacina antirrábica, inoculando gradualmente o vírus da hidrofobia em cães, que se tornavam imunes à doença. Mas inocular um ser humano era arriscado demais, sobretudo se levados em conta os constantes ataques que sofria por parte da desconfiada imprensa francesa. Assim, pediu ao imperador:

Mesmo depois de muitos exemplos de profilaxia de raiva entre cães, sinto que a mão me tremerá quando tiver que passá-la à espécie humana! É nesse sentido que poderá ser valimento a poderosa iniciativa de um chefe de Estado em prol da humanidade. Se eu fosse rei ou imperador, ou ainda presidente da República, eis como exerceria o direito de graça sobre condenados. Ofereceria ao advogado do condenado, na véspera da execução, a escolha entre a morte iminente e um experimento que consistiria em inoculações preventivas da raiva para tornar a constituição de um indivíduo refratária à mesma. A vida do condenado seria poupada em caso de sucesso, de que estou persuadido. Como garantia para a sociedade que condenou o criminoso, este ficaria sobre rigorosa observação toda a sua vida. Todos os condenados aceitariam. O condenado à morte só receia a morte.

O francês não sabia que a pena de morte no Brasil, sem vergonha do trocadilho, era letra morta. Logo, respondeu D. Pedro:

Como talvez seja de vosso conhecimento, no Brasil a pena de morte é suavizada pelo soberano ou adiada indefinidamente, comutada. Se a vacina contra a raiva não é de efeito incontestável, quem iria preferir a morte duvidosa à outra quase irrealizável? Ainda em caso contrário, como consentir num suicídio possível ou antes provável?

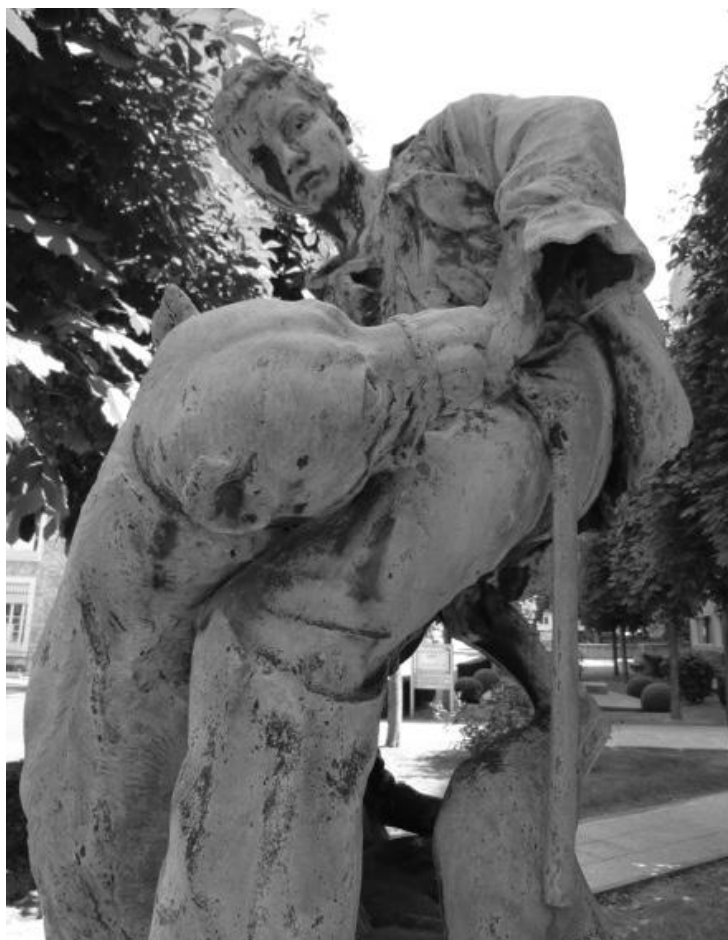
E finalizou a carta com um argumento incontestável:

Espero que esses motivos sejam compreendidos por vós e não hesitareis em prestar serviço bem maior à humanidade vindo ao Rio resolver o caso da vacina da febre amarela. A verificação do seu efeito sobre o homem não apresenta tamanho risco quanto o da outra vacina e o número de vidas preservadas será infinitamente maior.[40]

Pasteur, no entanto, preferiu insistir no desenvolvimento da vacina antirrábica para humanos que, finalmente, foi testada um ano depois da sua carta ao imperador. Joseph Meister, um menino francês de 9 anos, fora mordido por um cão evidentemente raivoso. Desesperada, a mãe levou-o ao seu laboratório em Paris. Depois de muito hesitar, Pasteur, que era químico, pediu a um médico que inoculasse o menino. Meister não desenvolveu a doença. Entrou para a história da medicina como a primeira pessoa salva pela vacina antirrábica. A dor da mordida, porém, jamais seria esquecida – foi eternizada em uma estátua de Meister sendo mordido pelo cão, instalada no jardim do Institut Pasteur.

O desacordo entre D. Pedro e Louis Pasteur não diminuiria a estima entre os dois homens. Logo o cientista seria agraciado com a comenda da Imperial Ordem da Rosa, concedida pelo governo brasileiro por indicação do imperador. Não obstante o reconhecimento internacional, Pasteur enfrentava em casa a virulenta oposição dos jornais e da opinião pública, que suspeitavam de suas vacinas. Pior ainda, era politicamente conservador, fora protegido de Napoleão III, o que o tornava um dos alvos prediletos dos jornais republicanos. Contra ele, criou-se a Liga Universal dos Antivacinadores, que, décadas depois, teria sua versão positivista tupiniquim: a Liga Contra a Vacinação Obrigatória, que combatia o sanitarista Oswaldo Cruz, desencadeando a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro.

39 Chicard e Balochard, como Pierrot e Colombina, são personagens do carnaval parisiense que animavam os bailes com suas próprias coreografias. A nota humorística do jornal é relembrada por Heitor Lyra no segundo volume da sua extensa biografia de D. Pedro II (ver bibliografia). *Chicard* é também o nome de um personagem desonesto na ópera bufa *La Vie Parisienne* de Jacques Offenbach. O vigarista Bobinet Chicard torna-se amigo do personagem *le Brésilien*.

40 A vacina contra a febre amarela só seria criada em 1937, pelo virologista americano Max Theiler, que a testou pela primeira vez em larga escala no Brasil. Em 1951, Theiler ganhou o prêmio Nobel de medicina pelo seu trabalho. Hoje, a febre amarela está erradicada nas zonas urbanas brasileiras, mas o país ainda apresenta zonas endêmicas, com um índice de fatalidade de 50% dos casos. Segundo o Ministério da Saúde, entre 1980 e 2004, foram registrados 662 casos de febre amarela silvestre, com 339 mortes. Entretanto, com a volta do mosquito *Aëdes aegypti* ao Brasil no final dos anos 1970, existe um risco de que a febre amarela volte às cidades a qualquer momento.

Estátua de Joseph Meister: primeira vítima salva pela vacina antirrábica de Pasteur.

A desconfiança da população e do governo francês retardou consideravelmente o lançamento do Institut Pasteur em Paris. Inaugurado em 1888, como fundação privada, sem fins lucrativos, o instituto só pôde ser erguido graças a uma subscrição internacional. Contribuíram o barão Alphonse de Rothschild, Madame Boucicaut, proprietária do Le Bon Marché, o czar Alexandre III da Rússia e o imperador do Brasil, D. Pedro II, que doou generosamente 100 mil francos. Em reconhecimento, D. Pedro foi homenageado com um busto de mármore, obra do escultor Eugène Guillaume, atualmente instalado na Sala dos Atos do instituto, no número 25 da rue du Docteur-Roux, atual **Musée Pasteur**. Hoje, com 125 anos de história, o Institut Pasteur coleciona dez prêmios Nobel por sua contribuição

para o desenvolvimento da medicina, incluindo o isolamento do HIV, o vírus da aids, na década de 1980.

Quando não atendia conferências de uma ou outra sociedade, ou recebia a visita de acadêmicos no Grand Hôtel, D. Pedro se infiltrava na faculdade de medicina, como se ninguém fosse reparar naquele senhor de 1,90 metro de altura, com longas barbas grisalhas, tentando passar despercebido entre os estudantes. Queria evitar o protocolo, as formalidades, e matar a curiosidade assistindo a todos os tipos de aulas e conferências que lhe pudessem interessar, fossem de medicina, história ou física, na Sorbonne – até que seu estratagema era descoberto, criando um pandemônio na faculdade, que se metia em grandes pompas para receber o imperador do Brasil.

O interesse científico e acadêmico do imperador não era, entretanto, fruto de vaidade intelectual em busca de bustos ou qualquer forma de reconhecimento público. Órfão adotado pela nação brasileira, o imperador sonhava em dividir tudo aquilo com os seus súditos. D. Pedro encarnava a Capes e o CNPq da sua época. O historiador José Murilo de Carvalho lembra-nos que D. Pedro mantinha, do seu próprio bolso, 41 estudantes brasileiros no exterior, então chamados “pensionistas do imperador”. Em Nova York, estudava, em 1877, a carioca Maria Augusta Generoso Estrela, a primeira brasileira a se formar em medicina. Na Itália, estiveram o pintor paraibano Pedro Américo e o compositor campineiro Carlos Gomes. Em Viena, formara-se o engenheiro Guilherme Schüch, o barão de Capanema (cujo bisneto você vai conhecer no capítulo 6). Em Paris, destino acadêmico mais almejado pelos pensionistas, estudavam os pintores Almeida Júnior e Pedro Weingartner, e o inventor paraense Júlio César Ribeiro de Sousa, precursor da navegação aérea. Em 1881, Ribeiro de Sousa se tornaria o primeiro brasileiro a projetar um balão dirigível, construído pelo ateliê parisiense de Henri Lachambre. Mais tarde, Lachambre entraria para a história da aviação como construtor dos balões de Santos Dumont. Curiosamente, ainda em Paris, D. Pedro custeava também os estudos do seu meio-irmão, Pedro de Alcântara Brasileiro, filho ilegítimo que seu pai tivera no Brasil com a amante francesa Clémence Saisset.

Atual Musée Pasteur: antiga sede do instituto fundado com o apoio de D. Pedro II.

Fora do mundo acadêmico, D. Pedro continuava a frequentar os salões da condessa de Barral, do conde de Gobineau e do ex-deputado gaúcho Manoel Antônio da Rocha Faria, o visconde de Nioac, que enriquecera fornecendo medicamentos e transporte para o Exército brasileiro na Guerra do Paraguai. Visitava ainda os salões das famílias mais prestigiosas de Paris, onde reencontrava o amigo Ernest Renan; onde lhe foi apresentado Charles Gounod, o compositor da mais popular "Ave Maria"; e, o melhor de tudo, onde reviu a amiga e estrela internacional do teatro, a atriz italiana Adelaide Ristori, com quem trocou intensa correspondência até o fim da vida. Quando chegava sua vez de receber, fazia-o no Grand Hôtel. Ou fechava um restaurante como o fez no **Le Grand Véfour**, na Galeria de Beaujolais do Palais-Royal, o mais antigo restaurante de Paris ainda em funcionamento, e um dos mais sofisticados daquela época.

O IMPERADOR E A MAJESTADE

Uma frustração de D. Pedro nos salões de Paris foi não ter sido apresentado a Amantine Dupin, a maior escritora francesa de sua época. Mais conhecida pelo pseudônimo George Sand, a escritora não pudera receber o imperador na sua primeira visita à França. Morreria aos 71 anos, sem que ele a tivesse conhecido. O mesmo não poderia acontecer com Victor Hugo. Depois de um mês em Paris, e já planejando a partida, o imperador insistia em encontrar o escritor, que, aos 75 anos, era considerado um patrimônio nacional da França. A pequena corte de D. Pedro, no entanto, se opunha ao seu desejo. Temiam a repercussão no Brasil de tal encontro entre o monarca e o mais renomado dos republicanos franceses. Na primeira estada do imperador na Europa, Hugo acabara de voltar do exílio, em plena agitação política que se sucedera à Comuna de Paris. Candidato republicano a uma cadeira na Assembleia, perdera a eleição por ser considerado radical demais. Entre outras coisas, defendia a anistia aos *communards*, que haviam vandalizado a cidade. Naquela segunda estada do imperador em Paris, Hugo, então eleito senador, acabara de lançar seu último livro, *A arte de ser avô*. Também do seu lado, havia resistência dos companheiros republicanos, que repudiavam um encontro do baluarte da República com um monarca sul-americano a passeio na Europa.

D. Pedro, contudo, insistiu. Pediu à legação brasileira que convidasse o senador a visitá-lo no Grand Hôtel. “Victor Hugo não visita ninguém”, foi a resposta malcriada que a legação recebeu, provavelmente redigida pelo círculo de radicais republicanos que o cercava. Dias depois, porém, houve nova troca de correspondência. Victor Hugo cedia, propondo um encontro em Versalhes, quando faria um discurso na assembleia. Desta vez, porém, deduz a historiadora Lídia Besouchet, a recusa teria sido do imperador. O cenário político francês estava muito delicado. O presidente Mac-Mahon, monarquista, acabara de dissolver o parlamento, e D. Pedro não queria que seu encontro com o escritor e senador na assembleia fosse interpretado como uma reunião política, em apoio aos republicanos. Quem queria conhecer o escritor Victor Hugo era Pedro de Alcântara, seu leitor e admirador, e não o imperador do Brasil. A situação parecia ter chegado a um impasse.

Na manhã do dia 22 de maio, porém, alguém bateu à porta do **apartamento de Victor Hugo**, no número 21 da rue de Clichy, quarto andar. Era terça-feira, dia que Hugo recebia em casa amigos e partidários. O escritor abriu a porta e deu de caras com um senhor de barbas brancas, vestido de maneira elegante e sóbria. Pedro de Alcântara, seu leitor, por acaso imperador do Brasil, fazia-lhe, assim, uma visita surpresa. Sozinho, sem assessores, aparecia sem avisar. Hugo não se espantou. Se não tratou o imperador como um rei, o que não era do seu estilo, tratou-o com toda a cortesia e respeito que seu mais nobre leitor merecia.

Estando só em casa, cuidando de seus dois netos, o escritor convidou gentilmente o leitor a entrar. Desde a morte de seu filho e da sua nora, Hugo criava sozinho os pequenos Georges e Jeanne. Do diálogo que se seguiu entre o escritor republicano e o monarca erudito, há tantas versões quantos historiadores. De qualquer modo, a fonte mais confiável são as anotações do diário do próprio Victor Hugo, feitas num estilo seco, porém preciso (em tradução livre):

22 de maio – 9 horas da manhã – Visita do imperador do Brasil. Longa conversa. Um espírito muito nobre. Viu sobre uma mesa *A arte de ser avô*. Eu ofereci-lhe o livro, e peguei uma pluma.

Ele me perguntou: *o que escrevereis?*

Eu respondi: *dois nomes, o vosso e o meu.*

Ele me disse: *mais nada. Era isso mesmo que eu ia vos pedir.*

Eu escrevi: *a dom Pedro de Alcântara, Victor Hugo.*

Ele disse: *e a data?*

Eu acrescentei: *22 de maio de 1877.*

Ele disse: *gostaria de ter um de vossos desenhos.*

Eu tinha ali uma paisagem que eu fizera do Castelo de Vianden. Dei-lhe o desenho.

Ele disse: *a que horas vós jantais?*

Eu respondi: *às oito horas.*

Ele disse: *eu viria um desses dias jantar convosco.*

Eu respondi: *quando vós desejais. Sereis sempre bem-vindo.*

Ele cobriu de carinhos Georges e Jeanne.

Ao entrar, declarou: *Dai-me um pouco de confiança. Sou um pouco tímido.*

Referindo-se a reis e imperadores, ele disse: *meus colegas.*

Noutro momento disse: *meus direitos...* Depois, corrigiu-se: *eu não tenho mais direitos. Eu tenho tão somente um poder devido ao acaso. Devo empregar-lhe para fazer o bem. Progresso e liberdade!*

Quando Jeanne voltou, ele disse: *tenho um desejo. Gostaria de ser apresentado à senhorita Jeanne.*

Eu disse à Jeanne: *Jeanne, apresento-te ao imperador do Brasil.*

Jeanne começou a balbuciar a meia-voz: *ele não tem manto de imperador.*

O imperador disse-lhe: *dá-me um beijinho, senhorita.*
Ela avançou sua bochecha.
Ele disse: *Mas, Jeanne, dá-me um abraço, no pescoço.*
Ela o abraçou com seus pequenos braços.
Ele pediu-me uma fotografia das crianças e uma minha, e prometeu-me uma sua.
Partiu às onze horas. Falou-me de um modo tão grave e inteligente que, ao partir, eu lhe disse: *Senhor, sois um grande cidadão.*
Mais um detalhe. Ao apresentar-lhe Georges, eu disse-lhe: *senhor, apresento o meu neto à Vossa Majestade.*
Ele disse a Georges: *meu filho, aqui só há uma majestade – o senhor Victor Hugo.*

Dias depois, Victor Hugo cumpriu a promessa: passou pessoalmente no Grand Hôtel, lá deixando para D. Pedro uma foto sua com seus netos. Na dedicatória, escreveu: "Para aquele que tem Marco Aurélio como antepassado."[41] Gentilmente, comparava D. Pedro a um dos maiores imperadores de Roma, governante e sábio até hoje reverenciado por suas obras filosóficas.

Uma semana mais tarde, outra surpresa. Depois de um dia agitado de reuniões políticas, Victor Hugo encontrou em casa os amigos da terça-feira fazendo sala ao imperador do Brasil e seu acompanhante, o visconde do Bom Retiro. Já íntimo da intelectualidade parisiense, D. Pedro reencontrava ali seu amigo e guia, o arquiteto Viollet-le-Duc, acompanhado dos radicais republicanos de esquerda que formavam o círculo político de Victor Hugo. Não obstante os rótulos partidários, o grupo formado por um monarca, seu fiel escudeiro e um bando de republicanos radicais, recebido por um gênio da literatura mundial, tinha muito o que conversar: "À sobremesa eu fiz um brinde ao meu hóspede ilustre, que me respondeu com um brinde a mim mesmo. Conversamos todos até uma hora da manhã", registrou Victor Hugo em seu diário.

Ter frequentado a casa de Victor Hugo foi a coroação da viagem de D. Pedro a Paris. Antes de partir, seguindo viagem pela Europa, foi ao **Champ-de-Mars** visitar as obras da Exposição Universal que se realizaria no ano seguinte, e à cidade de Compiègne, onde se realizava uma Exposição Industrial e Agrícola. A 75 quilômetros de Paris, Compiègne é, ainda hoje, a Petrópolis dos franceses, cidade imperial de Napoleão III e sua mulher, a imperatriz Eugênia de Montijo. Depois, D. Pedro visitou novamente o Castelo de Chantilly, onde se realizou uma corrida de cavalos, e o famoso Castelo de

Chambord, popularizado pelo filme *Pele de asno*, com Catherine Deneuve, e, mais recentemente, pela novela da TV Globo *Cordel encantado*, da dupla Duca Rachid e Thelma Guedes.

Através do folhetim em que se tornava a viagem de D. Pedro nos jornais parisienses, o imperador conquistava cada vez mais popularidade entre os franceses. Já nos últimos dias em Paris, era aguardado na recepção do hotel por dezenas de empresários e comerciantes, que lhe vinham oferecer seus produtos “da mais alta qualidade”. Uma pequena compra do imperador podia decidir o destino de um novo produto, cuja fábrica se proclamaria “fornecedora de Sua Majestade, o imperador do Brasil” – uma prática de endosso comercial que se tornaria o caça-níquel de muitas realezas europeias. Na volta ao Brasil, o imperador passaria a endossar oficialmente a Casa Granado, tornando-a a Imperial Drogaria e Pharmácia de Granado e Cia.

No dia 14 de junho, finalmente, D. Pedro e sua comitiva chegavam à **Gare du Nord**, onde pegariam o “trem da maré”, aquele que coincidia sua chegada ao canal da Mancha com a maré favorável à travessia para a Inglaterra. Na plataforma recebeu o presidente da República, o marechal Mac-Mahon, que viera se despedir do amigo imperador, sem, no entanto, grandes cerimônias. Aprendera a guardar para si e para D. Pedro o caráter particular daquela visita.

De Londres, a comitiva seguiria para Escócia, Irlanda, Bélgica, Holanda e Suíça, estando sempre a condessa de Barral ao lado de D. Pedro. A viagem só terminou em Lisboa, no dia 9 de setembro de 1877, dezoito meses depois que a comitiva deixara o porto do Rio de Janeiro. Mais uma vez, após terem passado cinco meses juntos, a condessa despedia-se do imperador para voltar, por sua própria escolha, a Paris. Vivida e independente, preferia ficar na Europa, na companhia do filho Dominique, a voltar ao Brasil, onde seria sempre “a cortesã do imperador”.

Por outro lado, D. Pedro partia satisfeito. Passara um ano e meio longe dos problemas da coroa, da mesquinharia política, dos bispos insubmissos e, por fim, mas não menos consequente para o seu destino, dos militares. Sua viagem fora um triunfo, tanto para si como para a imagem do Brasil, representado por um monarca democrata e erudito. Sua vida, como chefe de Estado, intelectual e homem, atingia

seu clímax. Aos 55 anos, dobrava a esquina, marcando, ironicamente, o início do fim.

A QUESTÃO MILITAR

Depois daquela triunfal viagem pelo mundo, D. Pedro enfrentaria uma década de malogros pessoais e políticos que prenunciavam o fim do seu reinado. Se a Questão Religiosa antecedera a segunda viagem do imperador, a terceira viagem seria marcada pela Questão Militar, cujas consequências seriam muito mais graves do que uma rusga com o papa.

Os problemas começaram quando o tenente-coronel Sena Madureira homenageou o jangadeiro cearense Francisco José do Nascimento na Escola de Tiro do Rio de Janeiro. Apelidado de Dragão do Mar, Nascimento fora o líder dos jangadeiros que se recusaram a transportar escravos, o que acabou antecipando a abolição da escravatura no Ceará, em 1884. Por intrometer-se em assuntos políticos, homenageando um abolicionista, o tenente-coronel foi exonerado e transferido para o Rio Grande do Sul (um erro estratégico, pois o Rio Grande do Sul já era um caldeirão de positivistas republicanos). Lá, Sena Madureira relatou o ocorrido no jornal *A Federação*, do positivista Júlio de Castilhos. Recebeu nova punição por haver discutido assuntos políticos pelos jornais.

Dois anos depois, a situação se agravou. Desta vez o pivô da crise foi o coronel Cunha Matos, que se metera em questões políticas denunciando a corrupção na província do Piauí. Foi interpelado pelo ministro da Guerra, o civil Alfredo Chaves, que o puniu por ter se expressado nos jornais sobre o assunto. Em defesa do coronel saiu o brigadeiro Câmara (o visconde de Pelotas), senador liberal gaúcho, cujos subordinados mataram Solano López na Guerra do Paraguai. O brigadeiro subiu à tribuna do Senado em defesa de Cunha Matos, e extrapolou: condenou a monarquia, ameaçando até expulsar D. Pedro do Brasil – como senador, usufruía das suas prerrogativas parlamentares para se permitir a insubordinação militar, atacando diretamente o chefe de Estado. Para piorar as coisas, o presidente e comandante de armas da província do Rio Grande do Sul, o

brigadeiro Deodoro da Fonseca, pôs-se ao lado de Câmara, formando uma frente militar suprapartidária contra o ministro da Guerra, um civil. Com o crescente apoio das tropas aos oficiais descontentes, o Senado capitulou: votou uma moção pela revogação do aviso ministerial que proibia os militares de expressarem suas opiniões políticas pelos jornais. De quebra, o governo ainda exonerou o ministro da Guerra. Estava plantada a semente da conspiração militar que mandaria D. Pedro II para o exílio na França.

Desde a vitória na Guerra do Paraguai, os militares já não eram mais os mesmos. A guerra dera ao Brasil os seus primeiros heróis militares, num país que, ao contrário das repúblicas sul-americanas, apresentava um longo histórico de civis no poder – reforçado, sobretudo, por um imperador que não demonstrava o menor interesse pela tradição castrense. Agora, uma nova geração de militares gozava do reconhecimento público e almejava transformá-lo em participação política.

Recebido como herói pelos jovens oficiais do Rio de Janeiro, Deodoro tornou-se o primeiro presidente do Clube Militar, fundado em 1887 para atender aos interesses corporativos da caserna. Um das suas primeiras medidas foi pedir a desobrigação dos militares de caçar escravos foragidos, missão repudiada pelo oficialato. Recrutando escravos para a guerra contra o Paraguai, o exército possibilitara que brancos e negros lutassem lado a lado pelo Brasil. Agora, os militares se recusavam a buscar fugitivos, pois capitão do exército não era capitão do mato. Toda essa celeuma fatigava o imperador. Em carta à condessa de Barral, desabafou: “Não tenho tido pouco em que pensar, com a questão dos militares. Há de se resolver, sem quebra de autoridade, mas com muita cautela.”

Se, por um lado, os militares aliavam-se ao movimento abolicionista. Por outro, os deputados, fiéis à monarquia, continuavam a esvaziar as investidas abolicionistas do movimento republicano. Ainda em 1885, liberais e conservadores uniram-se em defesa do regime, aprovando mais uma lei abolicionista, mais uma vez paliativa: a Lei Saraiva-Cotegipe, ou Lei dos Sexagenários, que alforriava os escravos maiores de 65 anos. O projeto original, apresentado pelo gabinete liberal de Souza Dantas, com todo o apoio de D. Pedro II, previa a alforria aos 60 anos. Mas a reação da bancada

cafeeira na Câmara foi tão violenta que o projeto foi recusado duas vezes, forçando a demissão de Souza Dantas. Chamado para apagar o incêndio, o liberal José Antônio Saraiva assumiu o gabinete, modificando o projeto: adiava a alforria para os 65 anos de idade. Não agradou a ninguém, nem aos barões do café, nem aos abolicionistas, mas conseguiu aprová-lo, ainda que por uma margem apertada.

Desgastado, cultivando inimigos por toda parte, o regime monarquista brasileiro equilibrava-se numa equação política cada vez mais complexa: D. Pedro, favorável à abolição, era imperador de um país cuja economia cafeeira se viciara no modelo escravocrata. Democrata, o monarca via o republicanismo como a evolução política natural de um povo bem-educado. Achava, porém, que o Brasil ainda não estava pronto para a mudança de regime. Irresoluto e passivo, como seus antepassados, inaugurava a política do “deixa estar para ver como é que fica”, atribuída, no século XX, a Getúlio Vargas. Enquanto isso, se concentrava em seus estudos de latim, grego, sânscrito, quando não traduzia poemas, atividades que nenhuma aplicação prática tinham no seu papel de líder da nação.

Pior, sua saúde se deteriorava. Aos 61 anos, D. Pedro envelhecia precocemente. Aparentava ter mais de 70. Sofria de diabetes e febres palustres (malária), tendo, em fevereiro de 1887, passado mal em público quando assistia a um espetáculo em Petrópolis. Preocupado com o desenrolar dos acontecimentos, o ministro da França no Brasil, o conde de Chaillou, reportou a seu governo:

> O estado do imperador não melhorou muito depois do último correio, e a inquietação do governo e do país aumenta diariamente. A opinião pública, não sabendo a quem acusar, volta-se contra os médicos, que não parecem realmente à altura de suas responsabilidades. As consultas se sucedem com os diversos tratamentos e idênticos resultados. A moléstia persiste. Cada crise enfraquece o doente, que não recupera, depois do ataque, a soma de forças igual à que perdeu. Diante dessa situação, torna-se necessário encarar os acontecimentos, e entrever mesmo um fim que pode ser fatal.

Se essa era a visão de um membro do corpo diplomático, piores eram os rumores e boatos que corriam pela corte. Os jornais republicanos falavam em saúde abalada, lapsos de memória, incapacidade para governar, abdicação. Sendo a princesa Isabel beata e desinteressada por política, o advento da República era, para

muitos, uma questão de tempo. Com a debilidade física do imperador, a monarquia se arrastava rumo à cova.

A TERCEIRA VIAGEM

Consultados os médicos brasileiros, decidiu-se por uma nova viagem. Que o imperador fosse descansar na França, aproveitando para se consultar com Jean-Martin Charcot e outros especialistas europeus. Com um novo empréstimo pessoal de 50 mil libras, desta vez concedido pela casa Knowles & Foster da Inglaterra, o imperador embarcou para a Europa no dia 30 de junho de 1887. A bordo do vapor francês *La Gironde*, viajava em companhia da imperatriz Teresa Cristina e de uma pequena comitiva, incluindo o príncipe Pedro Augusto, filho da falecida Leopoldina e neto preferido do imperador; um médico particular, o visconde de Mota Maia, que fora pensionista do imperador em Paris; seu professor de línguas orientais, Christian Friedrich Seybold, com quem traduzia *As mil e uma noites* do árabe para o português; e seu camarista, desta vez o visconde de Nioac, que mantinha residência em Paris. Por acaso, viajava no mesmo navio José Maria da Silva Paranhos Júnior, amigo do imperador e futuro barão do Rio Branco, que estava a caminho de Liverpool, onde reassumiria o consulado brasileiro.

Pela primeira vez, D. Pedro viajava sem seu fiel escudeiro, o visconde do Bom Retiro, que morrera um ano antes da viagem. Mas essa não foi a única perda que o abalou naquela década. Dos fiéis aliados, morreram, em 1880, o duque de Caxias e o visconde do Rio Branco, dois pilares do regime monarquista. Na França, morrera em 1882 seu amigo e correspondente, o conde Arthur de Gobineau, que transformara D. Pedro em personagem do seu romance *Les pléiades*. Sentia falta da erudição clássica de Gobineau, fonte inesgotável de conversas para a insaciável curiosidade do imperador. Perda ainda maior para a França fora a morte de Victor Hugo, no dia 22 de maio de 1885, exatamente oito anos após ter tido a surpresa de receber o imperador do Brasil em casa. Besouchet resume melhor a dor de D. Pedro: “Se em Gobineau ele perdera um amigo, em Victor Hugo perdia o herói da sua vida.”

Antes de morrer, Victor Hugo fizera uma última homenagem ao imperador. Buscando apoio para a campanha abolicionista, José do Patrocínio embarcara para Paris, como representante da *Gazeta de notícias*. Associou-se aos radicais republicanos que cercavam Victor Hugo, e organizou um jantar de comemoração pela abolição da escravatura no Ceará. Victor Hugo, doente, aos 81 anos, não compareceu. Mas enviou uma mensagem para ser lida na ocasião:

> Uma província do Brasil acaba de abolir a escravidão. A escravidão é o homem substituído no homem pela besta; o que restar de inteligência humana nesta vida animal do homem pertence ao mestre, consoante a sua vontade e o seu capricho. Daí essas circunstâncias horríveis. O Brasil acaba de dar um golpe decisivo na escravatura. O Brasil tem um imperador, ele é mais do que um imperador, ele é um homem. Nós o felicitamos e nós o honramos. Antes do fim do século a escravidão terá desaparecido da face da terra.

Para Patrocínio, feroz republicano, o jantar fora indigesto, pois Hugo, indiretamente, dava a D. Pedro o crédito pela emancipação dos escravos no Ceará. Pena que o imperador jamais reencontraria o escritor.

Paris sem Gobineau, sem Hugo e sem Adolphe Thiers, que também morrera, perdia um pouco do seu romantismo literário e político. A época, uma vez mais, era de transformação. Se a Terceira República se consolidara graças à burguesia, uma nova força política surgia com o amadurecimento do movimento operário. Caía o pano sobre a cena de Victor Hugo, abriam-se as cortinas para o realismo literário de Émile Zola. Enquanto a nação francesa idolatrava Hugo por unanimidade, oferecendo-lhe exéquias mais espetaculares do que as de um chefe de Estado, Zola rejeitava o velho romântico. “Hugo não passa de um velho decrépito!”, vociferava, criticando sua obra pelos jornais.

Esta era a Paris que o romântico imperador encontraria na sua terceira viagem à Europa. Se, por um lado, envelhecia precocemente, por outro mantinha a mesma curiosidade da juventude. Bastou colocar o pé no navio para começar a se sentir melhor. Fazia planos de tudo o que queria ver e fazer no pouco tempo que, durante as consultas médicas, passaria em Paris. À meia-noite e meia do dia 21 de julho de 1887, a comitiva do imperador chegou à **Gare d’Austerlitz**, sendo recebida por representantes do governo francês e uma multidão de brasileiros radicados na França, entre eles, claro, a

condessa de Barral, ansiosa por rever o amigo Pedro. Estando os aposentos do Grand Hôtel reservados a partir do dia 22, D. Pedro passou as duas primeiras noites hospedado no **apartamento de Nioac**, no boulevard Malesherbes, número 88.

Já no Grand Hôtel, recebeu as primeiras visitas da junta médica francesa: o neurologista Jean-Martin Charcot, seu colega Charles Édouard Brown-Séquard, entre outros especialistas. Fora um diagnóstico de estresse e anemia, os médicos não chegaram a nenhuma conclusão sobre a saúde de D. Pedro. Fisicamente, aparentava estar melhor do que diziam. Achavam, entretanto, que o imperador se excedia nas suas atividades intelectuais. Precisava descansar. Recomendaram-lhe uma temporada na estância de águas termais de Baden-Baden, na Alemanha, tão frequentada pela nobreza europeia quanto Bad Gastein, na Áustria. Mas antes de partir, o imperador queria ver (e viver) Paris.

Nos dez dias que passou na cidade, ignorou as recomendações médicas e retomou a rotina de visitas que mantivera nas viagens anteriores. Por obrigação protocolar, foi logo visitar o presidente da República, Jules Grévy, que, já no final do seu segundo mandato, consolidava o regime republicano. A sua longa e tumultuada presidência, com onze gabinetes ministeriais em oito anos, deixou duas profundas marcas na França, ambas sob o governo do primeiro-ministro Jules Ferry: a laicização da educação, obrigatória e pública, com a expulsão dos jesuítas de todas as instituições de ensino; e um novo impulso ao processo de colonização, que levaria a bandeira francesa a todos os continentes no século XX (em 1936, a França controlava um terço do continente africano; no total, mais de 5% de toda a população mundial estavam sob o domínio francês).[42] D. Pedro, no entanto, não se deixava impressionar. Se para Grévy o monarca não passava de um bom velhinho em descompasso com o seu tempo, para o imperador, Grévy não chegava aos pés dos grandes homens que ele frequentara, como Victor Hugo, e ainda frequentava, como Louis Pasteur, Ernest Renan e Jean-Martin Charcot. A relação entre o imperador e o presidente não passaria do protocolo.

Livre das obrigações de chefe de Estado, D. Pedro trocou a coroa pela cartola e foi fazer o que mais gostava: visitar seus amigos intelectuais, sábios, gênios da arte e da ciência, homens para quem as

fronteiras a serem alargadas não eram as da expansão colonial, mas as do conhecimento humano. Antes, porém, foi ao Panteão de Paris para visitar o túmulo de Victor Hugo, primeiro herói da nação ali sepultado (anos depois, Hugo teria o seu repouso eterno perturbado pelo depósito, a seu lado, de outro morto ilustre: o desabusado Émile Zola). Do outro lado da rua, D. Pedro visitou o amigo Ferdinand Denis que, aos 90 anos e já aposentado, continuava a classificar e organizar seus alfarrábios na Bibliothèque Sainte-Geneviève. Intrigado com a longevidade intelectual dos sábios franceses, D. Pedro foi investigá-la no Jardin des Plantes, onde morava seu confrade da Academia das Ciências, o químico Michel Eugène Chevreul, famoso pelos seus estudos sobre a química das cores. Aos 100 anos, Chevreul ainda trabalhava, e deve ter ficado surpreso ao rever o envelhecido imperador. "É a minha velhice que vem saudar a vossa juventude de cabelos brancos!", disse D. Pedro, abaixando-se para cumprimentar o amigo.

Envelhecido, mas jamais cansado, D. Pedro continuava acordando às 7h para cumprir uma agenda de visitas, encontros e entretenimentos noturnos que só acabava depois da meia-noite. Cedo visitou a **Église Saint-Germain-l'Auxerrois**, na place du Louvre, obra que começou no século XIII, mas só ficou pronta em 1580. O curioso nesta igreja, um pouco mais recente que a Cathédrale Notre-Dame, não é, contudo, a sua antiguidade. Nela, desde 1926 dedica-se a missa da Quarta-feira de Cinzas aos artistas "que ainda vão morrer". A ideia partiu de uma associação de artistas cristãos, a União Católica das Belas-Artes, que propunha uma missa para advertir os artistas bem-sucedidos, estimular os menos afortunados e recordar a todos a vaidade das ambições e glórias passageiras. "Lembra-te que és pó e que ao pó voltarás", adverte o pároco ao distribuir as cinzas. Mas D. Pedro não saberia disso, e tampouco saberia que, atualmente, a Église Saint Germain l'Auxerrois promove concorridos concertos de música barroca, cujo repertório, provavelmente, não lhe atrairia.

Apesar de não exibir o talento musical de seu pai, o imperador não deixava de ser melômano. A Gioachino Rossini enviou a amostra de café que o italiano lhe pedira na mesma carta em que elogiava o talento musical de D. Pedro I. Corresponderam-se, mas D. Pedro II

jamais o conheceu pessoalmente. Rossini morreu em 1868, antes da primeira viagem do imperador à Europa. Interessado na música de vanguarda, D. Pedro apoiava Richard Wagner quando nem todo mundo tinha ouvidos para as suas óperas revolucionárias, em alemão. Em Paris, assistia a tudo que estava em cartaz, fosse em salas de concertos, em teatros, no balé ou na ópera. Tinha ânsia de tudo conhecer, atualizar-se, quando não comparar o que via ao que se fazia no Brasil. "Já ouvi cantar a *La favorita* muito melhor no Rio", escreveu em seu diário depois de ter assistido à ópera de Donizetti no **Palais Garnier**.

O Palais, ou **Opéra Garnier**, que ele vira ainda em construção na sua primeira viagem a Paris, fora finalmente inaugurada em janeiro de 1875, após quinze anos de obras interrompidas pela Guerra Franco-Prussiana, seguida pelos distúrbios da Comuna de Paris. Agora, em 1887, o edifício em estilo Napoleão III, ou Segundo Império, brilhava ainda mais com a inauguração da iluminação elétrica. D. Pedro fez questão de visitar a ópera fora do horário de apresentações para conhecer a "maquinaria eletromagnética" que iluminava seus corredores, camarotes e palco. Acompanhado pelo físico Éleuthère Mascart, confrade da Academia das Ciências, o imperador percorreu todo o edifício até chegar à boca de cena, quando os eletricistas, para sua surpresa, acenderam todas as luzes de uma só vez.

Outra maravilha da ciência que D. Pedro conferiu foi o pêndulo que o cientista francês Léon Foucault utilizara, em 1851, para demonstrar a rotação da Terra. O primeiro pêndulo de Foucault estava, então, exposto num laboratório de física, dentro da **Torre Saint-Jacques**, onde D. Pedro assistiu a uma palestra do jornalista científico Wilfrid de Fonvielle. Construída no século XVI para abrigar o campanário da Église Saint Jacques (São Tiago), a torre foi poupada quando se demoliu a nave logo após a Revolução Francesa. Na década de 1850, a torre foi restaurada, sendo então cercada pela **Square Saint-Jacques**, a primeira *square* (praça) de Paris, construída na revitalização urbana do barão Haussmann.[43] Desde 1998, a torre é reconhecida pela Unesco como um dos marcos de partida (ou passagem) do Caminho de São Tiago de Compostela. Quanto ao pêndulo de Foucault visto por D. Pedro II, ele se partiu em 2010,

quando o cabo se rompeu, lançando a esfera metálica de 28 quilos ao chão. Hoje, há duas cópias em Paris: uma no **Musée des Arts et Métiers** (onde aconteceu o acidente) e outra no Panteão (onde a experiência original foi realizada na presença do imperador Napoleão III).

Entre a fé na ciência e a obrigação religiosa, D. Pedro continuava a ir à missa, fosse na Madeleine ou na **Église Saint-Augustin**, próxima ao apartamento do visconde de Nioac. Nesta igreja, Alberto, filho do visconde, casou-se com Maria Eugênia, filha da condessa Monteiro de Barros, no dia 30 de julho, em cerimônia atendida pelo imperador e por toda a sua comitiva. A igreja é moderna, em estilo eclético, tendo sido construída em apenas dez anos. Napoleão III queria fazer dela a necrópole dos imperadores, já que os reis repousavam na Basilique de Saint-Denis. Mas, com a Guerra Franco-Prussiana, o imperador caiu do trono em 1870, antes que a obra fosse concluída. Morreu no exílio, na Inglaterra, onde está até hoje enterrado ao lado da imperatriz Eugênia.

No seu último dia em Paris, D. Pedro acordou cedo para uma longa jornada de compromissos. Primeiro, foi ver o obelisco da **place de la Concorde**, tendo o privilégio de ser ciceroneado por um dos maiores egiptólogos franceses do século XIX, Gaston Maspero. Membro do prestigioso Collège de France, Maspero deve ter explicado em detalhes a D. Pedro como aquele monumento egípcio de 227 toneladas, com 23 metros de altura e 3,2 mil anos de história, fora parar ali, no centro de Paris. Presente do vice-rei do Egito, Mehmet Ali, ao rei Carlos X, o **obelisco do Templo de Luxor** só chegou à França em 1836,[44] durante o reinado de Luís Filipe, sogro de Dona Francisca, a mana Chica. Sua instalação no centro da maior praça de Paris não teria sido obra do acaso. Palco dos acontecimentos mais importantes da Revolução Francesa, quando fora rebatizada place de la Révolution, nela fora instalada a guilhotina que decapitou milhares de franceses. Entre eles, o duque de Orléans, pai de Luís Filipe, o revolucionário Danton e o químico Lavoisier, além, claro, do rei Luís XVI e sua mulher Maria Antonieta, parentes distantes de D. Pedro II. Com um obelisco egípcio, tão estranho à história francesa, Luís Filipe dissimulava o passado sangrento e esvaziava o simbolismo político da praça, já então reclamada por facções políticas antagônicas.[45]

41 Marco Aurélio foi imperador de Roma no século II da era cristã (de 161 a 180). Filósofo estoico, autor de obras consagradas, como *Meditações*, é reverenciado como um dos grandes imperadores romanos.

42 Em consequência da sua expansão colonial, a França é o único país europeu a fazer fronteira com o Brasil – entre a Guiana Francesa e o estado do Amapá.

43 Fique atento: no capítulo 1 você viu que a place de la Bastille não tinha nada de “praça”. Fica valendo a piada, mas, na verdade, o problema está na tradução: o que os franceses chamam de “place”, os brasileiros chamariam de “largo” ou “rotatória”, com trânsito de automóveis. Para uma praça, como espaço verde num centro urbano, usa-se, em francês moderno, o vocábulo inglês “square”: quadra ajardinada e arborizada para os pedestres, com ou sem área de lazer para crianças. Daí, *Square* de Saint Jacques, a primeira praça de Paris.

44 Mehmet Ali presenteou a França com os dois obeliscos do templo de Luxor. Como os franceses só conseguiram transportar um, o outro foi deixado no seu lugar original. No início da década de 1980, o presidente François Mitterand fez a devolução simbólica do segundo obelisco ao governo do Egito.

45 Nos atuais comícios e manifestações, os partidos franceses continuam a explorar o simbolismo político das praças da cidade. A Esquerda faz suas manifestações no eixo place de la République – place de la Bastille. O UMP, partido conservador de Nicolas Sarkozy, reúne seus correligionários no Champ-de-Mars, ao pé da Torre Eiffel. Já o partido de extrema direita de Marine Le Pen, o Front National, faz da place des Pyramides o seu campo de batalha, sob o severo olhar de Joana d’Arc, metida numa armadura dourada.

Église Saint-Augustin, onde a nobreza brasileira casava seus filhos, sob a benção do imperador Pedro II.

Nesta época, o príncipe Pedro Augusto ainda não havia perdido a cabeça. Sua paranoia ensandecida só se confirmaria depois da queda do imperador. Por ora, o neto era motivo de orgulho para D. Pedro, que passava suas últimas horas na Academia das Ciências. Ali, diante de seus pares imortais, assistiu a Pedro Augusto apresentar um trabalho sobre a mineralogia de Morro Velho, em Minas Gerais.

Naquela mesma noite, partiriam todos da estação de Strasbourg (atual **Gare de l'Est**) para a Alemanha.

O REI DO TWITTER

Em Baden-Baden, o imperador fez tratamento com duchas, recebeu a visita de amigos, nobres e dignitários, quando não assistia a concertos e óperas. Depois de dois meses, já se sentia bem disposto. Estava pronto para uma nova bateria de consultas em Paris. Antes, porém, viajou com a imperatriz a Coburgo, na Bavária, para visitar o túmulo da filha Leopoldina. Na volta, passaram por Bruxelas, antes de chegar a Paris em 8 de outubro de 1887.

Desta vez, entre uma consulta e outra, D. Pedro passaria vinte dias na cidade. Na **Gare du Nord** foi recebido por uma multidão de amigos, incluindo a infalível condessa de Barral, os barões da Estrela e o conde de Áquila, seu duplo cunhado, irmão da imperatriz Teresa Cristina, e casado com a mana Januária. Naquela mesma noite, D. Pedro foi à Ópera Garnier, mas não gostou do que ouviu: "Cantaram mediocremente *Robert le diable* (de Giacomo Meyerbeer)", criticava em seu caderno, antes do tradicional "vou agora deitar-me", uma das frases prosaicas e repetitivas com as quais D. Pedro preencheu 43 volumes dos seus diários.

Se hoje estivesse vivo, D. Pedro, seguramente, seria o rei do Twitter. Nos seus diários de viagem registrava tudo minuciosamente, com precisão de minutos, mesmo as coisas mais irrelevantes. Como imperador, tinha muitos súditos; como twitteiro, teria poucos seguidores. Transcrevendo fielmente suas anotações, hoje teríamos algo assim:

@DPedro2: 7h25 Dormi até 7h, acordando duas vezes. Já estou vestido. Vou para a casa das duchas.

@DPedro2: 9h40 Houve hoje natação. Volto do passeio a pé.

@DPedro2: 10h30 Acabo de almoçar.

@DPedro2: Enfim fui à sessão do instituto. Estive assentado ao pé do Daubrée. Falou o Chevreul que está caducando.

@DPedro2: 00h30. Gostei da Aída que ouvi até o fim. Voltando tomei chá. Vou dormir.

“Dormi bem” ou “Não dormi mal”, observava o imperador frequentemente, marcando o começo de um novo dia – quando não reclamava da asma da imperatriz, que não lhe deixava dormir. Nesta nova etapa, os médicos deram continuidade à terapia de D. Pedro com banhos turcos, prescrição seguida religiosamente nos amãs de Paris. Depois, fazia seu passeio matinal, a pé e em carruagem, geralmente subindo os 2 quilômetros da **avenue des Champs-Élysées**, a partir do obelisco da place de la Concorde até o Arco do Triunfo, na **place de l’Étoile** (hoje, **place Charles-de-Gaulle**). Naquela época, a Champs-Élysées já era uma das avenidas mais elegantes do mundo. Mas não fora sempre assim – para começar, ela estava fora de Paris.

Projetada em 1670 pelo paisagista André Le Nôtre, o mesmo que fizera os jardins de Versalhes, a avenida estendia-se para além do limite oeste da cidade, então demarcado pela atual place de la Concorde. Em princípio, com pouco mais de 1 quilômetro de extensão, a avenida ligava Paris ao vilarejo do Roule. Seu traçado terminava, aproximadamente, na esquina da atual rue du Colisée, onde passavam, a céu aberto, os esgotos do norte de Paris, em direção ao rio Sena. No século XVIII, quando o Roule já fora incorporado ao município de Paris, construiu-se uma ponte sobre os esgotos, alongando-se a avenida até a colina de Chaillot, onde havia uma encruzilhada.

Na década de 1770, já no reino de Luís XV, a colina foi arrasada, para dar continuidade à avenida. Por isso, a atual place Charles de Gaulle, construída onde estava a colina, está num nível mais alto do que a place de la Concorde. Aproveitando a elevação do terreno e o cruzamento de diferentes estradas, Napoleão mandou erguer ali o **Arco do Triunfo**, em 1806. O monumento celebraria as glórias militares da França, mas Napoleão foi deposto, e morreu antes que o arco ficasse pronto. De novo, sobrou para Luís Filipe, o amigo de D. Pedro I que, em 1836, inaugurou o arco nas comemorações do sexto aniversário dos Três Gloriosos. De rei em rei, a região ia se urbanizando, mas, distante e insegura, ainda estava longe de atingir o status de avenida mais charmosa do mundo. Até o seu nome variava de acordo com o seu destino. Primeiro, Grande Allée du Roule, depois avenue de la Grille Royale.

A metamorfose só começou com o Segundo Império, de Napoleão III, em meados do século XIX. Rebatizada como avenue des Champs-Élysées depois da Revolução Francesa, a avenida ganhou destaque internacional com a construção do Palácio da Indústria, que albergava parte da Exposição Universal de 1855. Mais tarde, no seu lugar, seriam erguidos os atuais **Grand Palais** e **Petit Palais** para a exposição de 1900. Mas aí, D. Pedro já não estaria mais entre nós. O que importa é que a sofisticada Champs-Élysées na qual o imperador passeava, em 1887, já havia sido invadida por uma horda que nem Napoleão esperava – os turistas brasileiros. "Acabo de passear de carro e a pé pelos Campos Elíseos, onde encontrei pessoas conhecidas, como a família Valais de Petrópolis, que se apeou para falar-me", anotou D. Pedro em seu diário.

Esbarrar com conterrâneos não incomodava D. Pedro II. Pelo contrário. Apaixonado pelo Brasil, era na companhia de muitos brasileiros que o imperador matava as saudades de casa. Frequentava a **residência de sua irmã Januária**, na rue Pauquet, 28, atual rue Jean-Giraudoux; e **da mana Chica** e seu marido, o príncipe de Joinville, no número 65, da avenue d'Antin, hoje, avenue Franklin-D.-Roosevelt, atual sede do Consulado-Geral do Brasil. Depois de receber no Grand Hôtel a visita de sábios, nobres e monarcas europeus, ia aos salões da condessa de Barral, dos viscondes de Nioac, dos barões da Estrela, dos barões de Japurá, do clã Rio Branco, enfim, da nata da aristocracia tupiniquim, que morava ou passava temporadas na França. No salão da condessa de Monteiro de Barros, D. Pedro passou uma das suas melhores noites em Paris. No sarau, estavam presentes a condessa de Barral e seu filho Dominique; a atriz italiana Adelaide Ristori, que despertava ciúmes em Barral; o escultor Eugène Guillaume, que faria o busto do imperador para o Institut Pasteur; Sarah Bernhard, que declamou versos; e o ator da Comédie-Française Coquelin Cadet, que fazia todos rirem ao interpretar o monólogo humorístico *Tout a Brown-Séquard*. O texto de Georges Feydeau satirizava um dos médicos de D. Pedro, que buscava o elixir da eterna juventude injetando a si mesmo e seus velhinhos com fluído testicular de coelhos.

D. Pedro, aparentemente, escapou dessa, ainda que aceitasse se submeter a outras experiências do amigo. "Brown-Séquard, com o

auxílio de Arsouval, fez experiências da rapidez da corrente nervosa minha, da imperatriz e outros. A que observaram em mim é menor que a normal", preocupava-se. Assistindo às conferências e demonstrações públicas de Brown-Séquard no Collège de France e na Academia das Ciências, D. Pedro continuava sua intensa atividade intelectual. Numa reunião da Sociedade de Biologia, presidida por Brown-Séquard, foi aclamado membro antes de assistir à apresentação feita pelo Príncipe Alberto I de Mônaco, que já lhe visitara no hotel: "Tive a visita do príncipe herdeiro de Mônaco, com quem conversei sobre suas explorações do fundo do Mediterrâneo. Pareceu-me inteligente", anotava o lacônico imperador. Mais do que "inteligente", o príncipe Alberto, o Sábio, se tornaria o patrono da oceanografia francesa e, mais tarde, apoiaria as experiências aéreas de Santos Dumont em Monte Carlo.

Correndo de uma conferência para outra, D. Pedro deixou Brown-Séquard para visitar seu outro médico, Jean-Martin Charcot, no seu ambiente natural, o **Hôpital de la Salpêtrière**. No século XVIII, a Salpêtrière servira como prisão de prostitutas e asilo para alienadas, até a chegada de Philippe Pinel (que dá nome ao famoso instituto no Rio de Janeiro e, por tabela, apelida os loucos brasileiros). Pinel reformou o asilo, defendendo um tratamento mais humano para as internas. Classificando as diferentes formas de alienação, como melancolia, mania, demência etc., o francês deu início à psiquiatria moderna. Duas décadas após a sua morte, o jovem médico Jean-Martin Charcot fazia sua residência na Salpêtrière. Charcot colocaria o hospital outra vez na vanguarda da medicina, estudando a histeria através da hipnose. Com suas teorias e seus procedimentos, ele fundou a primeira escola de neurologia do mundo. Entre seus alunos, recebeu um jovem austríaco chamado Sigmund Freud, que se tornaria o pai da psicanálise. As impressionantes experiências hipnóticas de Charcot foram retratadas no filme francês *Augustine*, de Alice Winocour, em 2012. Se nele você detectar um senhor alto, de longas barbas brancas, entre os sábios convidados, já sabe: "Fui à Salpêtrière. Assisti a experiências de Charcot de hipnotismo sobre pessoas nervosas. Dão-se fatos notáveis que não se podem atribuir a fingimento", observava D. Pedro em seu diário.[46]

Charcot não foi o único cujo trabalho D. Pedro quis assistir de perto. Feliz por ter contribuído com a subscrição para a criação do Institut Pasteur, que acabara de ser fundado por decreto presidencial, foi visitar o amigo em seu novo laboratório. Assistiu à inoculação do vírus da raiva em cobaias e, com certeza, deve ter comentado com Pasteur a respeito do seu busto, pois o escultor Eugène Guillaume já solicitara uma audiência para lhe tirar as medidas.

Guillaume, membro do Collège de France, gozava do reconhecimento oficial como um escultor sério e acadêmico. Fazia bustos e estátuas de chefes de Estado, como Napoleão Bonaparte, Adolphe Thiers, Jules Grévy (todos, atualmente, no **Musée d'Orsay**), e até do centenário professor Chevreul (hoje instalada no Jardin des Plantes). A amizade entre o monarca e o escultor, figura frequente nos diários do imperador, confirma o gosto conservador de D. Pedro para as artes. Se na música era fã do revolucionário Richard Wagner, em todo o resto dava preferência aos acadêmicos, como o seu pensionista Pedro Américo. Isso talvez explique por que D. Pedro jamais tenha mencionado em seus diários os pintores pós-impressionistas que agitavam Paris, e tampouco Auguste Rodin. Em 1887, o escultor já era um artista consagrado, recebendo do governo francês a encomenda de uma versão em mármore da famosa escultura *O beijo*, para ser exposta na Exposição Universal de 1889.

Comemorando o centenário da Revolução Francesa, que depusera o rei Luís XVI, a Expo de 1889 seria boicotada por todas as monarquias do mundo, salvo uma: o Império do Brasil. Afinal, D. Pedro era um entusiasta das exposições universais desde que inaugurara a de 1876, na Filadélfia. Se não poderia comparecer pessoalmente à de 1889, não perderia a oportunidade, agora, de ir ao **Champ-de-Mars** para ver os trabalhos de construção dos edifícios e stands da feira. Melhor ainda, viu de perto a montagem de uma colossal estrutura de metal, projetada pelo engenheiro Gustave Eiffel para ser a vedete da exposição. Oito meses antes, um grupo de artistas e intelectuais publicara um manifesto no jornal *Les Temps*, condenando veemente a construção:

> Nós, escritores, pintores, escultores, arquitetos, amantes apaixonados da beleza até agora intacta de Paris, viemos protestar com toda a nossa força e toda a nossa indignação, em nome do bom gosto francês, em nome da arte e da história francesa ameaçada, contra a

ereção, no coração da nossa capital, da *Torre Eiffel*, inútil e monstruosa, que a malícia popular, plena de bom senso e espírito de justiça, já batizou *Torre de Babel*.

Assinavam-no, entre os amigos e conhecidos de D. Pedro, o compositor Charles Gounod, o arquiteto da ópera Charles Garnier e os escritores Alexandre Dumas filho e Guy de Maupassant. A Torre Eiffel, hoje, inegavelmente, o maior símbolo de Paris, estava longe de ser uma unanimidade. D. Pedro a ela voltaria quando estivesse pronta. Mas agora precisava partir, pois ainda tinha planos de, entre um banho turco e outro, dar um pulo no Egito.

A reação de Brown-Séquard e Charcot, porém, foi uma ducha de água fria. Os médicos estavam convencidos de que o imperador necessitava de repouso, e uma viagem ao Egito, na sua idade e nas suas condições, poderia ser o primeiro passo para a sua mumificação. Frustrado, D. Pedro não teve outra saída: fugindo do rigor do inverno parisiense, levou a comitiva para a Côte d'Azur, na costa mediterrânea da França, onde a mana Januária mantinha um palacete de férias. Ainda que a temperatura máxima não passasse dos 13 graus, D. Pedro sentia-se bem em Cannes, cuja enseada, enquadrada pelo maciço do Esterel, lhe lembrava a paisagem do Rio de Janeiro. Inquieto, como sempre, passeava em Antibes, Nice e Monte Carlo. Senão, repousava no hotel, traduzindo poemas, fazendo sauna, jogando bilhar, tomando chá, numa rotina que durou seis meses, passando o Natal e o Réveillon num ambiente tranquilo e pacato de família.

Não podendo atravessar o Mediterrâneo para o Egito, consolou-se na primavera com uma viagem à Itália, para que a imperatriz Teresa Cristina pudesse visitar os parentes. Mas D. Pedro também a desfrutaria. Em Florença, visitou o ateliê de Pedro Américo, que pintava seu pai na hoje famosa tela *Independência ou morte*. Em Milão, encontrou-se com Carlos Gomes e assistiu à ópera *Carmosina*, de João Gomes de Araújo, outro de seus pensionistas. Ainda em Milão, porém, sua saúde começou a piorar. Registrou a febre que o acometia no diário, usado pela última vez no dia 4 de maio. Nos dias 9 e 10 teve febre alta e não pôde sair do hotel. Mota Maia desdobrou-se como amigo e médico, mas, sentindo o peso da responsabilidade por ter a vida do imperador nas mãos, mandou chamar Charcot em Paris. Enquanto o francês não chegava, D. Pedro foi atendido por dois

médicos italianos, que concordaram com o primeiro diagnóstico de Mota Maia: pleurite seca (inflamação da pleura no pulmão). No dia 11 o quadro clínico de D. Pedro piorou. Havendo poucas esperanças, chamaram um padre para lhe dar a extrema-unção.

Não foi dessa vez, contudo. Quando Charcot chegou, seu quadro já apresentava leve melhora. No dia 22 de maio, julgando-se que sua saúde já permitia emoções mais fortes, deram-lhe a notícia: não havia mais escravos no Brasil. No dia 13 a princesa Isabel assinara a sucinta, porém histórica, Lei Áurea: “Artigo primeiro: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Artigo segundo: Revogam-se as disposições em contrário.” Em poucas palavras encerravam-se, de uma vez por todas, mais de três séculos de escravidão. “Graças a Deus”, suspirou o imperador, saindo brevemente da sua letargia.

Dias depois, novo pânico: ainda na cama, D. Pedro desfaleceu, entrando em agonia. Os médicos italianos lhe aplicaram injeções de éter sulfúrico e cafeína, ao que o paciente reagiu bem. Charcot, que nesse meio-tempo fora socorrer alguém em Barcelona, retornou a Milão e, juntando-se aos colegas italianos, decidiu que o imperador deveria partir para Aix-les-Bains, uma estância de águas termais na França. O diagnóstico não era dos mais favoráveis: D. Pedro apresentava um quadro de estresse, crise de diabetes e “mal cardíaco”.

Transportado em maca para Aix-les-Bains, ali passou dois meses repousando. Uma carta do neto Pedro Augusto ao visconde de Taunay revelava pessimismo:

> Sua Majestade vai melhor e já passeia a pé em casa, sustentado. Estou, porém, muito desiludido quanto ao seu restabelecimento completo. Para mim ainda o havemos de ter por algum tempo, mas incapaz de se cansar em estudos sérios. Quanto à inteligência, conserva a sua clareza habitual. Ele próprio confessa-se cansado. Não desesperado.

Debilitado, mas lúcido, D. Pedro recebia a visita de amigos e autoridades, inclusive do novo presidente da França, Sadi Carnot, que também buscava tratamento em Aix-les-Bains.

Assim que o quadro do imperador apresentou alguma melhora, seu camarista, o visconde de Nioac, começou a organizar a viagem de volta ao Brasil. Embarcariam no porto de Bordeaux, para onde D.

Pedro viajou acompanhado por toda a comitiva, e do médico Charcot e sua família. Já a bordo do vapor *Congo*, D. Pedro abraçou seu médico francês: “Adeus, Charcot, o senhor é um grande coração.” Outros amigos vieram de Paris, como Rio Branco e Frederico Santana Néri, pressentindo que aquela despedida seria a última. Para aqueles que ficavam na França, como a condessa de Barral, D. Pedro partia para sempre.

O EXÍLIO

Enganavam-se todos. Pouco mais de um ano depois o imperador estaria de volta. Ou melhor, o cidadão Pedro de Alcântara estaria de volta, destronado e combalido. Recebido com grandes festas no Rio, em 22 de agosto de 1888, D. Pedro logo daria sinais de que sua saúde não lhe permitiria mais o exercício do poder. Antes da sua chegada, muitos, entre seus aliados e detratores, já se questionavam sobre o futuro da monarquia. Poucos políticos mantinham boas relações com a herdeira do trono, a princesa Isabel, cuja carolice, desinteresse e despreparo desolavam até os mais fervorosos monarquistas. Apática, a população parecia aceitar que, com a morte do imperador, o regime expiraria, sem maiores traumas.

Da chegada de D. Pedro até a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, passaram-se apenas quinze meses. Dentre todos os fatores que contribuíram para o fim da monarquia, destacam-se a insatisfação e indisciplina de jovens oficiais do exército; a reação dos fazendeiros à abolição da escravatura; o estado de saúde do imperador; a falta de um herdeiro capaz; e, por último, mas não menos importante, a impassibilidade da população diante do golpe que extinguiu um império com meio século de relativa estabilidade política e econômica. Um império que, sobretudo, garantira a unidade territorial de um gigantesco país, enquanto a América espanhola se fragmentava em repúblicas, dominadas por caudilhos engalfinhados em frequentes guerras civis.

Sem derramamento de sangue, a República brasileira foi proclamada depois de um atabalhoado golpe militar, uma comédia de erros e mal-entendidos. Se o marechal Deodoro da Fonseca depôs o

visconde de Ouro Preto, então presidente do Conselho de Ministros, o fez na convicção de que estava derrubando um gabinete, não a monarquia. No quartel, diante da tropa rebelada, ainda gritou "Viva Sua Majestade, o imperador!". Amigo e fiel aliado de D. Pedro, Deodoro deixara-se manipular pelos republicanos, entre eles, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo, e pelo jovem oficialato positivista liderado pelo tenente-coronel Benjamin Constant. Quando o marechal se deu conta do ocorrido, era tarde demais. José do Patrocínio já proclamara a República na Câmara, logo recebendo o endosso de Benjamin Constant.

Toda a operação foi tão canhestra e constrangedora que nenhum líder republicano ou militar de alta patente teve a coragem de encarar o imperador. Mandaram recado, por um tenente-coronel, comunicando o fim da monarquia. A família imperial tinha 24 horas para deixar o país. Resignado e fatalista, o imperador parecia pouco se importar. Antes já dissera, "se assim for, será a minha aposentadoria. Já trabalhei e estou cansado. Irei então descansar". Agora, no entanto, se aborrecia. Primeiro, pela pressa da partida, imposta pelos revoltosos, que o colocava na posição de fugitivo; segundo, pela participação de um velho amigo no golpe: "Deodoro também está metido nisso?" Quando o mensageiro confirmou, dizendo-lhe que o marechal era o chefe do novo governo, o imperador desabafou: "Então estão todos malucos!"

Na historiografia brasileira, não há registro de maior indignação do imperador do que esse simples desabafo. Em vez de revolta, foi tomado pela apatia e, possivelmente, um certo alívio. Envelhecido e doente, poderia voltar para a França, onde faria o que mais gostava – estudar línguas, traduzir textos sagrados, escrever versos, estando em permanente contato com a elite intelectual, cultural e científica do mundo. "Dê-me Deus saúde e hei de provar que posso fazer nas letras e nas ciências o que possa falar do meu Brasil. Agora sinto-me capaz disso, pois deram-me tempo que aproveitarei para minha pátria que jamais deslembro", anotou em seu diário.

Na viagem, contudo, o destino lhe traria mais dois dissabores. O primeiro, ainda a bordo do navio *Alagoas*, que levava o imperador, sua família e os amigos para o exílio. Seu neto, o príncipe Pedro Augusto, teve uma das suas crises de paranoia. Convencido de que o

comandante do navio tinha ordens para jogar toda a família imperial ao mar, Pedro Augusto o agrediu, tentando estrangulá-lo. Teve que ser controlado e, a partir de então, seria mantido sob vigilância pelo resto da viagem. Seu equilíbrio mental, porém, continuaria a se deteriorar. Mais tarde, já na escala em Portugal, deprimida e adoentada pelo exílio forçado, a imperatriz Teresa Cristina morreu, vítima de um ataque cardíaco, no dia 28 de dezembro de 1889.

> Não sei como escrevo. Morreu haverá meia hora a imperatriz, essa santa. (...) Ninguém imagina a minha aflição. Somente choro a felicidade perdida de 46 anos. Nada mais posso dizer. (...) Custa-me a escrever, mas preciso não sucumbir. Não sei o que farei agora. Só o estudo me consolará de minha dor. Custa-me a crer. Sempre desejei precedê-la na morte. Abriu-se na minha [vida] um vácuo que não sei como preencher, *registrou D. Pedro*.

O corpo da imperatriz foi sepultado na igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa, onde fica o panteão da dinastia dos Bragança. Só no século XX seus restos mortais seriam transladados para o Mausoléu Imperial na Catedral de Petrópolis, onde repousam ao lado dos do imperador.

Pesarosa pela perda da mãe, a família imperial partiu de Portugal para a França. O sonho de D. Pedro era descansar em Cannes, enquanto não pudesse voltar ao Brasil – até então o governo republicano ainda não decretara o banimento da família imperial, e D. Pedro brincava com a ideia de que, se convidado, aceitaria voltar ao Brasil como presidente da República. Lembrava-se da abdicação do pai, no dia 7 de abril: “Abdicara como meu pai se não me achasse ainda capaz de trabalhar para a evolução natural da República.”

Aliviado dos compromissos de chefe de Estado, dispunha de mais tempo para escrever em seu diário, cujas entradas se tornavam mais longas, ainda que jamais analíticas ou confessionais. Tampouco gastava tinta com palavras amargas contra os republicanos ou aqueles que o haviam abandonado. Continuava simplesmente a descrever sua rotina, como num diário de bordo, sem maiores reflexões. “12h30 almocei bem com o Pedro e companheiro. 1h Estrondoso destempero que muito me desembaraçou”, anotava, fazendo referência às suas atividades intestinais. Raramente revelava seus sentimentos – salvo, claro, em caso de perdas familiares, como a morte da imperatriz.

No hotel Beau Séjour, em Cannes, recebia a visita da condessa de Barral, dos amigos brasileiros que moravam na França e da nobreza europeia que também se refugiava na Côte d'Azur durante o inverno. Sobretudo naquele inverno, um dos mais rigorosos da década. Em Paris, a temperatura caía a nove graus negativos, congelando o rio Sena. Pior: uma pandemia de gripe varria a Europa, atingindo 50% da população. Mais de 1 milhão de pessoas morreriam em todo o mundo na gripe russa, considerada a primeira pandemia cientificamente registrada – uma pequena amostra, contudo, do que seria a gripe espanhola em 1918. Portanto, mais valia ficar em Cannes, longe do frio e das multidões parisienses.

Quando chegou o verão de 1890, Isabel, agora mais condessa do que princesa, já estava bem acomodada num palacete em Versalhes. Seu pai a visitaria em breve. Por recomendação de Charcot, que fora a Cannes checar o estado de saúde do seu nobre paciente, D. Pedro deveria se submeter à nova terapia de águas termais em Baden-Baden. Na viagem de 800 quilômetros e muitas baldeações, D. Pedro planejou uma parada estratégica a meio caminho. Entre julho e agosto, passou duas semanas no castelo da condessa de Barral, em Voiron, ao lado da amiga que, aos 74 anos, continuava sendo a preferida do ex-imperador:

> 6h50 – Deixo hoje Voiron e, com que saudades, os [prazeres] de uma amizade de quase meio século, embora se gozem por todos modos possíveis e apesar das maiores distâncias, custa e muito a deixar de gozá-la na intimidade; porém resta a esperança de breve nos revermos, e o estudo é o meu grande [consolo].

Em Baden-Baden, passou o mês de agosto tomando banhos turcos, antes de partir para Essen, a convite de Friedrich Alfred Krupp. Herdeiro do império industrial Krupp, o magnata conhecera D. Pedro através dos Nioac, cuja filha Amélia se casaria com um nobre alemão no palácio de Krupp – a majestosa Vila Hügel. De Essen, D. Pedro voltou para Baden-Baden, antes de finalmente chegar à França, no dia 30 de setembro de 1890.

No primeiro mês daquele outono, D. Pedro se hospedou com a filha em Versalhes, no **Hôtel des Réservoirs**, na rue des Réservoirs, número 7, antiga residência da Madame de Pompadour, a poderosa cortesã do rei Luís XV. Sem aceitar um centavo de indenização

oferecido pelos republicanos, o ex-imperador, que nunca amealhara fortuna, contava agora com a ajuda financeira dos amigos e, sobretudo, dos Orléans. Se pernoitasse em Paris, hospedava-se no apartamento do agora "conde" de Nioac, onde também aproveitava para receber seus amigos. Nessa época conheceu o compositor de óperas e balés Léo Delibes e via com frequência Charcot, Pasteur, Garnier e um confrade da Academia das Ciências, o geólogo Gabriel Auguste Daubrée. Entre os brasileiros, encontrava-se com o barão de Carapebus, o conde da Estrela, os Souza Dantas, o barão do Rio Branco e o jovem escritor Eduardo Prado, que fazia de seu apartamento na rue de Rivoli um ponto de encontro dos monarquistas brasileiros exilados na França.

Entre uma reunião e outra da Academia das Ciências, D. Pedro escapuliu para realizar um sonho que acalentava desde que vira a construção daquele gigante de ferro fundido – queria subir na Torre Eiffel. Inaugurada na Exposição Universal de 1889, quando D. Pedro estava no Brasil, a torre contradizia agora seus mais ferozes adversários. Tornava-se um êxito irrefutável. Nela, o físico e acadêmico Éleuthère Mascart, que mostrara a D. Pedro a iluminação elétrica da Ópera Garnier, instalara uma estação de observação meteorológica – um pequeno posto de observação, equipado com birutas e manômetros, no topo da mais alta construção do planeta. D. Pedro, entretanto, não chegaria tão alto:

> 9 de outubro de 1890 – Comecei a minha ascensão da Torre Eiffel até a primeira plataforma. Pode-se chamar a maravilha do século. Andei por toda a plataforma em roda gozando de bela vista. Daí mandei uma carta-telegrama à Isabel. Pondo uma moedinha não sei agora de quanto numa fenda caíram-se duas fotografiazinhas [sic] do Eiffel e do ascensor do 1º andar que trouxe assim como uma coleção de pequenas fotografias em livrinho com o título *Tour Eiffel*. Também comprei uma bela fotografia da mesma torre.

Com o seu observatório meteorológico, e sua visibilidade a partir de qualquer canto de Paris, a Torre Eiffel exerceria um papel fundamental no desenvolvimento da navegação aérea. Mas esses detalhes você vai conhecer no próximo capítulo. Enquanto isso, voltemos ao ex-imperador.

No dia 14 de outubro de 1890, D. Pedro II visitou pela primeira vez o **Musée du Louvre**, já um dos maiores do mundo, com 35 mil peças, cobrindo a história da arte desde a Antiguidade até a primeira metade

do século XIX. O **Palais du Louvre** serviu de palácio aos reis da França até 1682, quando o rei absolutista Luís XIV ("o Estado sou eu"), transferiu a corte para o Palácio de Versalhes. Abandonado pela aristocracia, o conjunto entrou em decadência, passando cem anos sem uma utilização definida. Só a Revolução Francesa o salvaria. Em novembro de 1793, seguindo o espírito universalista da revolução, o Palácio do Louvre foi aberto ao público como museu. O povo finalmente ganhava acesso às milhares de obras de arte que a defunta monarquia francesa colecionara desde o século XVI, sem mostrar a ninguém. Ali estava a *Monalisa*, de Leonardo da Vinci, e, mais tarde, a *Vênus de Milo*, que chamava a atenção do ex-imperador: "A perda dos braços e estragos por combate não é exata; chegou ao Louvre quebrada como se achou."

Apoiado em sua bengala, D. Pedro seguia seus passeios, conhecendo outros museus, monumentos e, sobretudo, igrejas. Sentindo o peso da idade e da saúde debilitada, peregrinava pelas igrejas católicas mais importantes, ainda que dissimulasse a fé reencontrada com um certo interesse histórico e arquitetônico. Por séculos, capital de um reino católico, Paris não carecia de templos. Antes da Terceira República, que separou a Igreja definitivamente do Estado, o imperador Napoleão III mantinha relações cordiais com o clero. Quando encomendou ao barão Haussmann, prefeito de Paris, uma reurbanização radical da cidade, Napoleão não se esqueceu de agradar aos bispos: abriu os cofres para a construção de igrejas.

Satisfeito com a restauração da torre Saint-Jacques, executada pelo arquiteto Théodore Ballu, o prefeito Haussmann nomeou-o, em 1860, arquiteto-chefe dos templos religiosos de Paris.[47] Das obras de Ballu, D. Pedro já havia conhecido a torre da Église Saint-Germain l'Auxerrois, além da restauração da torre Saint-Jacques. Agora, conhecia a **Basilique Sainte-Clotilde**, construída na Square Samuel-Rousseau, entre 1846 e 1857. Um projeto original do franco-alemão François Gau, que se inspirou na Catedral de Colônia para erigir a primeira igreja neogótica de Paris. Gau, no entanto, não a viu pronta. Morreu em 1853, sendo substituído por Théodore Ballu. A basílica exibe ainda hoje uma série de esculturas de Eugène Guillaume, o amigo e escultor do busto de D. Pedro, representando a vida de santa Valéria. Nesta igreja foi batizado em 2009 o pequeno Gaston

d'Orléans, o mais novo herdeiro do trono francês, hexaneto de Luís Filipe, rei dos Franceses, e sobrinho-tetraneto de Isabel e Gastão.

Outra igreja assinada por Ballu, e decorada com esculturas de Eugène Guillaume (os quatro santos nas colunas da fachada), é a **Sainte-Trinité**, na place d'Estienne-d'Orves. Construído em estilo eclético, tão em voga no século XIX, o edifício beneficiou-se das novas tecnologias também empregadas na Église Saint-Augustin: uma ossatura de ferro fundido que dava agilidade a obra, permitia diminuir o número de colunas e alargava o arco da nave. D. Pedro, no entanto, não ficou impressionado. "Não é feia. Tem pouca altura. Vi todas as pinturas, porém não me agradaram", registrou o diligente turista.

Sem interromper sua peregrinação arquitetônica, o ex-imperador visitou a **Église Saint-Nicolas-des-Champs**, construída a partir do século XII e acabada em estilo gótico flamejante; e a **Église Notre-Dame des Victoires**, que seria elevada a basílica pelo papa Pio XI, em 1927. Atendendo a um pedido dos freis agostinianos descalços, o rei Luís XIII mandou construir a igreja no século XVII. Pediu, contudo, que ela fosse consagrada à Virgem pela vitória das suas tropas no cerco de La Rochelle, durante a guerra entre católicos e protestantes na década de 1620. Daí, Nossa Senhora das Vitórias, hoje revestida internamente por 36 mil placas de ex-votos "em reconhecimento da graça alcançada", sobretudo, por fiéis militares. Das igrejas do século XVII, D. Pedro ainda conheceu a **Église Saint-Roch** e a **Église Saint-Eustache**. Nesta, que combina uma estrutura gótica com o acabamento renascentista, se casaram os avôs franceses de Alberto Santos Dumont. Hoje, a Saint-Eustache se destaca pela arte moderna. Nela está o tríptico *A vida de Cristo*, do artista plástico americano Keith Haring. Feito em bronze folheado a ouro, com seus bonecos estilizados, o tríptico foi um dos últimos trabalhos de Haring, morto em 1990, aos 31 anos, vítima da aids.

De volta à margem esquerda do Sena, D. Pedro anotou em seu caderno: "Fui à [**Église**] **St. Thomas**, onde só vi digno de menção um Cristo morto pintado em 1860 por Lesruy, embora em estilo realista como um cadáver da morgue. Vou almoçar." Depois do almoço, visitou a **Église Saint-Germain-des-Prés**, a mais antiga das grandes igrejas de Paris, cuja primeira construção, como abadia beneditina,

data dos anos 500. Ali repousam os restos mortais do mais francês de todos os filósofos, René Descartes, cujo racionalismo até hoje influencia a maneira de pensar dos franceses.[48]

Em seguida, D. Pedro visitou a **Église Saint-Sulpice**, cujo martírio maior foi ter sido citada em *O código da Vinci*, de Dan Brown. No livro, o vilão busca a “chave da abóbada” na igreja, supostamente construída sobre um templo consagrado à deusa Ísis – um disparate histórico que vende milhões de livros, faz os franceses rirem, e que deixou o pároco da Saint-Sulpice de cálice cheio. Para afastar os turistas menos ilustrados, a paróquia pendurou uma placa na porta da igreja avisando que não vale a pena buscar ali os sinais que levarão ao Santo Graal, “contrariamente às alegações fantasiosas contidas num recente romance de muito sucesso”.

Em matéria de imaginação fantasiosa, entretanto, a Igreja Católica ainda coloca Dan Brown de joelhos. A prova está (ou estava) na **Sainte-Chapelle**, que D. Pedro conseguiu visitar depois de tê-la encontrada fechada duas vezes. Obra-prima do período gótico, a capela foi construída rapidamente entre 1242 e 1248, por ordem do rei Luís IX. São Luís, como viria a ser canonizado, queria nela abrigar a coroa de espinhos e uma lasca da cruz de Cristo. A coroa de espinhos estivera em poder do rei Balduíno II de Constantinopla, que, passando por um aperto financeiro, botou-a no prego. Fechando negócio com Balduíno, Luís IX resgatou a relíquia junto a um mercador de Veneza pela bagatela de 125 mil libras tournois, o equivalente a mais do que a metade de toda a receita tributária anual do reino. Depois, foi comprando outras relíquias, como a lasca da cruz, até possuir uma pequena coleção sagrada, que hoje é exibida para adoração dos fiéis na Cathédrale Notre-Dame (toda primeira sexta-feira do mês, às 15h). Um novo relicário para a coroa de espinhos, em ouro maciço, foi desenhado em 1862 por um amigo de D. Pedro, o arquiteto Eugène Viollet-Le-Duc.

46 Com mais de quarenta pavilhões, o Hôpital de la Pitié-Salpêtrière é hoje uma verdadeira cidade dentro de Paris. A ala onde Charcot fazia suas demonstrações públicas foi, contudo, demolida na década de 1970, dando lugar a novos edifícios. Restou o seu acervo de livros raros, abrigado na Bibliothèque Charcot, aberta à visitação no moderníssimo pavilhão do Institut du Cerveau e de la Moelle Épinière.

47 Coube ao arquiteto Théodore Ballu a reconstrução, a partir de 1872, do Hôtel de Ville, a prefeitura destruída pela Comuna de Paris.

48 A Église Saint-Roch tem nove capelas de oração. Os restos mortais de René Descartes estão na capela consagrada a São Bento (Saint Benoît), ao fundo da nave, no lado direito de quem entra na igreja.

Sainte-Chapelle, no 1º arrondissement, construída para guardar a coroa de Cristo.

Menos fantasiosa foi a visita do ex-imperador ao túmulo daquele que protagonizara as mais violentas transformações no cenário político europeu, na primeira década do século XIX – Napoleão Bonaparte. O jovem general, cônsul e imperador, que invadira Portugal, pondo em fuga os avós de D. Pedro, fora inumado no **Hôtel des Invalides**. Construído no século XVII a mando do rei Luís XIV, o

conjunto abrigava uma igreja, um hospital e um asilo para os militares feridos em guerra, que, antes, mendigavam pela cidade. Já no século XIX, Napoleão Bonaparte daria grande atenção aos Invalides, estrategicamente reforçando a imagem do general que jamais abandonava sua tropa. Ali, no dia 15 de julho de 1802, ele presidiu a primeira cerimônia de entrega das condecorações da Legião de Honra da França, instituída por ele mesmo dois anos antes – um momento registrado em tela pelo pintor Jean-Baptiste Debret, tão caro aos brasileiros. Depois da sua segunda queda, Napoleão foi preso e deportado pelos ingleses para a ilha de Santa Helena, uma possessão britânica no meio do Atlântico Sul. Lá morreria seis anos mais tarde, em 1821. Apenas quarenta anos após a sua morte, já no Segundo Império, seu sobrinho Napoleão III ordenaria o translado dos seus restos mortais para a capela Saint-Louis, dentro do Hôtel des Invalides, então transformado em necrópole da dinastia Bonaparte e seus marechais.

Hôtel des Invalides: o túmulo de Napoleão Bonaparte, visitado por D. Pedro II.

O Hôtel des Invalides foi uma das últimas visitas feitas por D. Pedro antes de partir para a Côte d'Azur. O inverno aproximava-se e, nas suas condições físicas, melhor seria aquecer-se no Mediterrâneo do que ficar exposto ao frio de Paris. Precisava, no entanto, fazer uma última visita. Na companhia de Mota Maia e do acadêmico Gabriel

Auguste Daubrée, depositou uma coroa de flores sobre a tumba de Victor Hugo, no Panteão de Paris.

ADEUS, BRASIL

Dentro de alguns dias partiria para Cannes, onde receberia uma dolorosa notícia. No dia 20 de novembro de 1890, o imperador leu nos jornais que o banimento dos exilados brasileiros fora revogado. Os políticos do império, exilados na Europa, como o último presidente do Conselho de Ministros, o visconde de Ouro Preto, poderiam voltar ao Brasil. O decreto, porém, não fazia nenhuma referência ao imperador. Um mês mais tarde, a quatro dias do Natal, o governo brasileiro corroborou por novo decreto o banimento do imperador e de toda a família imperial. Revogavam, ao mesmo tempo, a ajuda de custo de 5 mil contos de réis, recusada desde o início por D. Pedro. O dinheiro pouco lhe importava. O que mais lhe doía era saber que, possivelmente, nunca mais poria os pés no Brasil.

Depois de passar o inverno em Cannes, D. Pedro voltou para Versalhes na primavera de 1891. Ainda frequentava as reuniões do Institut de France em Paris, mas raramente assistia a óperas ou peças teatrais. As cortinas da sua vida social iam aos poucos se fechando, na mesma medida em que o seu círculo de amigos se rarefazia. Dom Pedro já não era mais um imperador. Era um exilado político, vivendo às custas do prestígio de outrora. No dia 13 de maio, quando se celebrava no Brasil o terceiro aniversário da abolição da escravatura, Pedro de Alcântara sentia todo o peso do exílio: "Jantei com mesa bem reduzida – quase eu só – apesar de ser o dia 13. Assim fiz saúde ao dia e a quem o simboliza – Isabel – e contudo não veio jantar comigo apesar de ter almoçado."

A melancolia que paulatinamente ia dominando o espírito do imperador tivera início ainda em Cannes. "Morreu a condessa de Barral, minha amiga desde 1848, e de ver todos os dias (quando) educava minhas filhas desde 1851. O mérito dela só o aquilatou quem a conheceu como eu", escreveu em seu diário, em janeiro de 1891. A morte da amante, aos 74 anos, sinalizava o fim de uma era para o ex-imperador. Já perdera Bom Retiro, seu amigo de infância, a

imperatriz Teresa Cristina e, agora, a amante de tantas décadas. “Não posso esquecer a morte da Barral. Hei de fazer-lhe meu soneto quando o espírito estiver mais calmo”, desabafava no diário.

Dos amigos deste mundo, continuava recebendo a visita em Versalhes de Charcot e Daubrée, com quem estava organizando um almoço de sábios no restaurante da Torre Eiffel. Mantinha ainda contato com Pasteur, Garnier e todos os confrades do Institut de France. Entre os brasileiros, almoçava com o senador Souza Dantas, então presidente do Banco do Brasil, e com o barão do Rio Branco, ambos de passagem por Paris. Além da filha Isabel e dos netos, D. Pedro contava ainda com o doutor Mota Maia e sua família, seu mordomo, o Conde de Aljezur, o professor Seybold, os Estrela, os Nioac, os Monteiro de Barros, e um empregado chamado Guilherme. Não, com Guilherme ele não podia contar: “9 de maio de 1891 (sábado) — 5h. Má noite por causa do Guilherme. Gritei. Tive que urinar duas vezes sem ele me acudir. Tive de quase sacudi-lo para se levantar como que estonteado. Chegou a parecer maluco, mas julgo que é tudo preguiça. Fui à banca, mas quase nada fiz. Ainda urinei agora.”

A debilidade física do ex-imperador tornava-se evidente. Por sorte tornara-se amigo do seu médico: “Visitei Charcot em sua casa no Faubourg St. Germain no 237 [aqui, D. Pedro se enganou: Charcot morava no Hôtel de Varengeville, boulevard Saint-Germain, 217, atual Maison de l’Amérique Latine]. É como um museu e não poderia de pronto falar do que aí vi de artístico e interessante. A casa tem jardim bonito. Esteve toda a família Charcot, retirando-se o filho antes de eu sair por ter de seguir um curso”, anotou em seu diário. Seria difícil calcular em valores atuais quanto a família pagava pelas consultas de Charcot, que atendia D. Pedro em qualquer lugar, fosse em Paris ou na Côte d’Azur. De qualquer modo, tendo-se em vista as dificuldades financeiras do ex-imperador e a amizade entre os dois homens, é possível que Charcot, um dos médicos de maior prestígio na França, lhe fizesse um preço camarada. Naquela primavera de 1891, o amigo aconselhou D. Pedro a deixar Paris quando o verão chegasse. Seria melhor que fosse se tratar na estância termal de Vichy.

Emocionado, D. Pedro despediu-se dos netos, os três filhos pequenos de Isabel, antes da partida. Em Vichy, teria a companhia de Isabel e Mota Maia, mas as coisas não correriam bem. Teve um princípio de gangrena no pé esquerdo, que levou Mota Maia a convocar novamente Charcot. Medicado, D. Pedro não saía mais do hotel, o que muito lhe aborrecia. Conseguiu ir uma ou duas vezes ao teatro, mas não se divertia – sentia-se cansado. No hotel passava o tempo traduzindo poemas ou estudava sânscrito, persa e hebraico com o professor Seybold. Não conseguindo mais ler, mesmo usando um pincenê, pedia que Seybold ou Aljezur lesse os jornais para ele. Assim, escutou que, no Brasil, um projeto de revogação do banimento da família imperial fora massacrado no parlamento. Votaram 173 deputados, estando somente dez a favor. Desesperançado e entediado depois de três meses em Vichy, D. Pedro não via a hora de voltar a Paris.

Hotel Bedford, na rue de l'Arcade, 17.

A volta, contudo, não seria auspiciosa. D. Pedro desembarcou em Paris sentindo-se pior do que quando partira. O abscesso no pé esquerdo não cicatrizava. Na plataforma, caminhava com dificuldade, apoiando-se no sonolento Guilherme. Fez baldeação para Versalhes, onde passou um mês próximo à filha, ao conde d'Eu e às crianças. No final de outubro, mudou-se para Paris. Hospedou-se no **hotel**

Bedford, na rue de l'Arcade, número 17, onde já ficava a família Mota Maia, e onde hoje uma placa celebra a estadia do ex-imperador. Ficou no quarto 391, no segundo andar, de frente para a rua. Quando saía, comparecia às reuniões do Institut de France ou refazia os passeios que mais lhe agradavam. Reviu o Bois de Boulogne, o Jardin d'Acclimatation e o parque de Buttes-Chaumont. A pouco mais de um quilômetro do hotel, descobriu o **Parc Monceau**, oásis verde que, em 1878, servira de inspiração ao pintor impressionista Claude Monet. D. Pedro ali passeava, sentando-se frequentemente para descansar. De sua majestade, sobrou-lhe a bengala, como cetro, e o banco da praça, como trono imperial. Era, agora, apenas mais um idoso no parque. Em versos, já contemplava com serenidade o fim:

Perdida é para mim toda esperança
De voltar ao Brasil! De lá me veio
Um pugilo de terra, e nesta, creio,
Brando será o meu sono e sem tardança!

No dia 23 de novembro de 1891, assistiu, sem saber, à sua última reunião da Academia das Ciências. No dia seguinte, com tempo frio e céu nublado, fez um imprudente passeio de carruagem pelo **Parc de Saint-Cloud**, tão frequentado por seu pai quando morava no Castelo de Meudon. Naquele mesma noite começou a tossir. Chamado no dia seguinte, Charcot confirmou que D. Pedro contraíra uma gripe. Da cama, não sairia mais. Sem forças para escrever, passou a ditar as entradas do seu diário, ora escrito em português, ora em francês, dependendo de quem estivesse disponível. No dia 2 de dezembro, D. Pedro já se sentia muito enfraquecido para celebrar seus 66 anos. Prevendo o pior, a família mandou chamar os netos mais velhos, o príncipe Pedro Augusto e Augusto de Saxe, filhos de Leopoldina. Charcot, sempre presente, deu seu trabalho por encerrado. No dia 4 de dezembro, D. Pedro recebeu os últimos sacramentos do abade Rébours, da paróquia de Sainte-Madeleine. Não chegaria a ver mais um amanhecer. Morreu à meia-noite e meia, já no dia 5 de dezembro de 1891.

Dom Pedro II, ex-imperador do Brasil, faleceu sem sofrimento, cercado pela família e dos amigos mais próximos. Exilado, passou seus últimos dias no quarto de um hotel modesto, num país

estrangeiro. No seu armário, o conde d'Eu encontrou o pequeno embrulho com terra que, sigilosamente, havia mandado vir do Brasil. "É terra do meu país; desejo que seja posta no meu caixão", dizia uma nota, com a sua caligrafia. Serviu-lhe de travesseiro eterno, registrado em fotografia de Félix Nadar.

D. Pedro II em seu leito de morte, em 5 de dezembro de 1891. Foto de Félix Nadar.

A vida de D. Pedro em Paris nunca gerou tanta controvérsia quanto a sua morte. O presidente da França, Sadi Carnot, enviou condolências oficiais e determinou que se organizasse um funeral imperial para o ex-monarca. A legação da República do Brasil na França reagiu mal à proposição. Seu ministro, o positivista Gabriel Toledo Piza, argumentava junto ao governo francês que tal cerimônia poderia ferir o brio dos republicanos brasileiros. Além disso, a incipiente República brasileira passava por um momento de fragilidade. Com a queda de Deodoro, o marechal Floriano Peixoto assumira a presidência havia poucos dias.

A imprensa francesa, por sua vez, dividiu-se em função das suas posições políticas. Os jornais mais conservadores lembravam que D. Pedro fora o primeiro chefe de Estado a visitar a França logo após a humilhação da Guerra Franco-Prussiana. Era amigo da nação francesa e, portanto, merecia todas as honras que lhe pudessem conceder. A imprensa republicana, por sua vez, em solidariedade aos brasileiros que haviam deposto o monarca, não aceitava as exéquias imperiais. A

França, um exemplo de República num continente de monarquias, não poderia homenagear o rei destronado da mais nova República americana. Contextualizando o debate, basta lembrar que aquela República francesa já era a terceira, e que o movimento de restauração da monarquia, com os Orléans, continuava vivo e forte. Além disso, havia ainda o lobby exercido nas redações por José do Patrocínio, que se aproximara dos republicanos franceses.

O Apostolado Positivista do Brasil também se manifestou. Raimundo Teixeira Mendes redigiu o *Manifesto dos republicanos brasileiros por ocasião das honras fúnebres rendidas ao ex-imperador do Brasil Dom Pedro II*, publicado em jornais brasileiros. Um resumo do texto foi enviado por telegrama para o presidente Sadi Carnot, cuja atitude não estaria honrando o passado republicano da França.

> Que estudo fez [o governo francês] do nosso passado para render homenagens tão solenes a este monarca, que, depois de reinar por meio século, foi justamente banido de nossa pátria? Os fatos da nossa história, analisados em conjunto, impõem a este governo o dever de se abster prudentemente de toda manifestação de luto público. Pois este homem que expirou no exílio representara na sua terra natal o último vestígio do regime público contra o qual a França luta há um século.

Abatida e alheia à polêmica, a princesa Isabel preferia uma cerimônia simples, em família, antes que o corpo fosse transladado para Lisboa, onde D. Pedro seria sepultado no Panteão dos Bragança. O governo de Carnot cedeu, chegando-se a um acordo aceito por ambas as partes. D. Pedro merecia as exéquias de dignitário da Grã-Cruz da Legião de Honra da França e de membro de uma família real morto fora do trono. Teria, então, direito à exposição de sua coroa sobre o catafalco, assim como ao desfile da extinta bandeira imperial brasileira durante o féretro.

Apesar do frio e da chuva, milhares de pessoas se aglomeraram em frente à Église de la Madeleine para acompanhar as exéquias na quarta-feira, dia 9 de dezembro. Na igreja, luxuosamente decorada para a ocasião, reuniam-se a família do ex-imperador, a família real de Orléans e os Bourbon de Nápoles, parentes da falecida imperatriz. Se o presidente Carnot não pôde comparecer, pois estava em viagem, todo o alto escalão do governo francês marcou presença, acompanhado pelo corpo diplomático, representando, sobretudo, as

casas reais europeias. Do Institut de France, vieram membros das cinco academias, bem como de todas as sociedades científicas e caridosas das quais D. Pedro era membro ou presidente honorário. Enormes coroas de flores chegavam ao altar, oferecidas pela rainha Vitória da Inglaterra, a rainha Cristina da Espanha e pelos Voluntários da Pátria Brasileiros que lutaram na Guerra do Paraguai. Pequenas palmeiras tropicais foram enviadas pela Société du Jardin d'Acclimatation. O compositor Gabriel Fauré regia o coro da Ópera de Paris, que cantou trechos do seu *Réquiem* e da *Missa solemnis* de Beethoven.

O monsenhor Rébours, da paróquia de la Madeleine, celebrou a missa, enquanto o arcebispo de Paris, o cardeal François Richard, encomendou o corpo de D. Pedro. À uma hora da tarde, o caixão deixou a igreja para ser colocado na carruagem funerária. A banda militar executou então a *Marcha* fúnebre de Chopin, antes que o cortejo se pusesse a caminho. A chuva estancou, permitindo que a multidão pudesse acompanhar o féretro. Segundo o correspondente do jornal inglês *Daily Telegraph*, "havia tanta gente no enterro do imperador quanto no de Victor Hugo". Exageros à parte, o cortejo foi acompanhado por uma multidão, que se postava nas calçadas em todo o seu trajeto. Da place de la Madeleine o préstito desceu a rue Royale até a place de la Concorde, passou pelo obelisco de Luxor e seguiu em frente pela ponte de la Concorde até o boulevard Saint-Germain, na margem esquerda do Sena. Guardado por 80 mil soldados das guarnições de Paris e arredores, o cortejo passou em frente à Assembleia Nacional da França, de onde se ouviram salvas de canhões do Hôtel des Invalides, em homenagem ao ex-imperador.

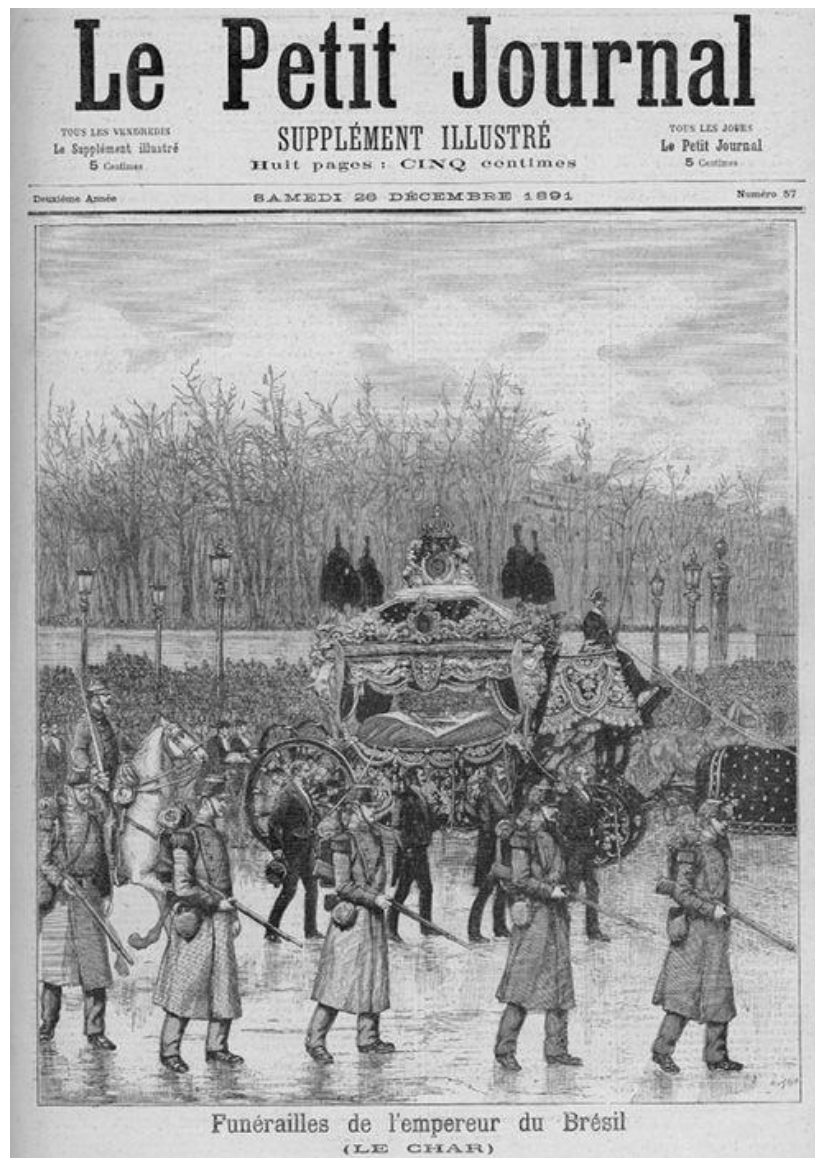
Le Petit Journal

TOUS LES VENDREDIS
Le Supplément illustré
5 Centimes

SUPPLÉMENT ILLUSTRÉ
Huit pages : CINQ centimes

TOUS LES JOURS
Le Petit Journal
5 Centimes

Deuxième Année — SAMEDI 26 DÉCEMBRE 1891 — Numéro 57

Funérailles de l'empereur du Brésil
(LE CHAR)

Primeira página do diário *Le Petit Journal,* dedicada ao funeral de D. Pedro II.

O trajeto de pouco mais de 5 quilômetros, entre a Église de la Madeleine e a estação de Austerlitz, foi percorrido em duas horas. Às três horas da tarde, já em frente à estação de trem, as tropas desfilaram perante o corpo de D. Pedro. Cansada, Isabel pediu que não houvesse discursos antes do embarque. Gustave Daubrée, representando os imortais do Institut de France, deixou para pronunciar o seu na academia. Dali, o corpo do ex-imperador embarcou num vagão especial para Lisboa.

O impacto da morte de D. Pedro na França pode ser medido pela repercussão na imprensa, sobretudo em *Le Petit Journal*. Um dos periódicos mais lidos do mundo em 1891, com uma circulação nacional de 1 milhão de exemplares, o diário parisiense dedicou a primeira página do seu suplemento ilustrado às exéquias do ex-imperador. Até então nenhum outro brasileiro havia contribuído de maneira tão positiva para a imagem do Brasil no exterior. Lembre-se: três anos antes da morte de D. Pedro, às portas do século XX, o Brasil ainda era um rincão de fazendeiros escravagistas, barões do café nem sempre educados.

Ironicamente, seria o filho de um cafeicultor milionário, um dos maiores do Brasil, quem iria dar continuidade a essa mudança de percepção inaugurada por D. Pedro II. Um jovem de caráter único, excêntrico, porém genial, chegaria a Paris para responder à nota que o imperador deixara em seu diário, depois de ler os relatórios do Congresso Internacional de Aeronáutica, realizado na Exposição Universal de 1889: “27 de abril 1890 (...) Interessantes, mas a magna questão da direção [aérea] ainda não ficou resolvida como espero.” Tivesse D. Pedro vivido mais uma década, teria ficado orgulhoso ao ver, em Paris, a solução para a navegação aérea apresentada por um brasileiro.

COMO CHEGAR LÁ

ÉGLISE SAINTE-MARIE-MADELEINE
Place de la Madeleine
8° arrondissement
Metrô: Linha 8, 12 ou 14, estação Madeleine.
www.eglise-lamadeleine.com

GARE DE LYON
12° arrondissement
Metrô: linha 1 ou 14, estação Gare de Lyon.
Trem: linha RER A ou D, estação Gare de Lyon.

LE GRAND HÔTEL (HOJE, INTERCONTINENTAL)
Rue Scribe, 2
Quartier de l'Opéra, no 9° arrondissement.
Tel.: 01 40 07 32 32
Metrô: Linha 3, 7 ou 8, estação Opéra.
Metrô: Linha 8, 12 ou 14, estação Madeleine.
www.ihg.com/intercontinental/hotels/gb/en/paris/parhb/hoteldetail

ÓPERA GARNIER (PALAIS GARNIER)
Place de l'Opéra
Entrada pelo número 8 da Rue Scribe.
Quartier de l'Opéra, no 9° arrondissement.
Horários:
Aberta para visitação todos os dias, das 10h às 17h; e até 18h no mês de agosto. Em dias de matinê, a visitação encerra-se às 13h.
Ingresso: € 10,00 para adultos; € 6,00 para estudantes; gratuito para menores de 10 anos.
Metrô: linha 3, 7 ou 8, estação Opéra; linha 7 ou 9, estação Chaussée d'Antin-Lafayette.
Trem: linha RER A, estação Auber.
www.operadeparis.fr

PALÁCIO DE VERSALHES
Place d'Armes – Versailles
Horários: de 1° de abril a 31 de outubro: de terça-feira a domingo, das 9h às 18h30.
De 1° de novembro a 31 de março, o palácio fecha às 17h30.
Ingresso: € 15,00. Gratuito para menores de 18 anos. Entrada franca no primeiro domingo de cada mês, de novembro a março.
Trem: linha RER C, estação Versailles-Rive Gauche.
Trem: SNCF Transilien, na estação de Montparnasse pegar o trem para Versailles Chantiers; ou, da estação de Saint-Lazare, pegar o trem para Versailles-Rive Droite.
Ônibus especial: Versailles Express, com saída da Torre Eiffel às 8h, retornando às 12h30; e saída às 14h, retornando às 18h. Tarifa: a partir de € 29,00.

www.chateauversailles.fr/homepage

HÔTEL DE VILLE (PREFEITURA DE PARIS)
Place de l'Hôtel de Ville
Le Marais, no 4° arrondissement.
Horários:
Uma ou duas visitas guiadas por semana, com horários variados. Informe-se sobre a próxima visita na rue de Rivoli, 29, de segunda-feira a sábado, das 10h às 19h; ou pelo telefone 01 42 76 43 43.
Entrada franca.
Metrô: linha 1, estação Hôtel de Ville; linha 4, 7, 11 ou 14, estação Châtelet.
Trem: linha RER A, B ou D, estação Châtelet-Les Halles.
Barco: Batobus, estação Hôtel de Ville
www.paris.fr/politiques/paris-d-hier-a-aujourd-hui/visiter-l-hotel-de-ville/p4962

INSTITUT DE FRANCE
Quai de Conti, 23
6° arrondissement
Horários:
Aberto somente no segundo domingo de cada mês, para grupo de, no máximo, trinta pessoas, guiado por um conferencista. Para agendar a visita, entre em contato com o instituto pelo website.
Aberto também nos Dias do Patrimônio Nacional, no terceiro fim de semana de setembro.
Fechado no período de férias escolares.
Metrô: linha 7, estação Pont Neuf; linha 4, estação Saint-Germain-des-Prés; ou linha 10, estação Mabillon.
www.institut-de-france.fr/contact-accueil

BASILIQUE DE SAINT-DENIS
Rue de la Légion d'Honneur, 1
Saint-Denis
Horários: de segunda-feira a sábado das 10h às 18h15. Aos domingos, abre ao meio-dia. De outubro a março, fecha às 17h.
Ingresso: adultos, € 7,50; gratuito para menores de 18 anos.
Metrô: linha 13, estação Saint-Denis-Porte-de-Paris.
www.saint-denis.monuments-nationaux.fr

COMÉDIE-FRANÇAISE
Salle Richelieu, no Palais-Royal
Place Colette, s/n°
1° arrondissement
Metrô: linha 1 ou 7, estação Palais-Royal-Musée du Louvre;
ou linha 7 ou 14, estação Pyramides.
Programação e reservas: www.comedie-francaise.fr

THÉÂTRE DU PALAIS-ROYAL
Palais-Royal
Rue de Montpensier, 38
1° arrondissement

Metrô: linha 1 ou 7, estação Palais-Royal-Musée du Louvre; ou linha 7 ou 14, estação Pyramides.
Programação e reservas : www.theatrepalaisroyal.com

RESIDÊNCIA DA CONDESSA DE BARRAL
Boulevard Haussmann, 127
8° arrondissement
Metrô: linha 9 ou 13, estação Miromesnil.

MUSÉE DES ÉGOUTS DE PARIS
Pont de l'Alma, na margem esquerda do rio Sena
Em frente ao número 93 do Quai d'Orsay
7° arrondissement
Horários: de sábado a quarta-feira, de maio a setembro, das 11h às 17h; de outubro a abril, das 11h às 16h. Fecha por duas semanas em janeiro.
Ingresso: adultos, € 4,30; crianças entre 6 e 16 anos, € 3,50; gratuito para menores de 6 anos.
Metrô: linha 9, estação Alma-Marceau (sair da estação e atravessar a ponte).
Trem: linha RER C, estação Pont de l'Alma.
www.parismuseumpass.com/musee-musee-des-egouts-de-paris-23.htm

BIBLIOTHÈQUE SAINTE-GENEVIÈVE
Place du Panthéon, 10
5° arrondissement
Sala de leitura (belíssima!) aberta à visitação pública.
Horários: de segunda a sábado, das 10h às 18h, de setembro a junho; e das 13h às 18h em julho e agosto. Um funcionário pode acompanhar você, ou um grupo de, no máximo, cinco pessoas até a sala, para uma visita rápida (e silenciosa!) de dez minutos. Entrada franca.
Profissionais e estudantes de biblioteconomia, interessados em agendar uma visita mais detalhada, devem entrar em contato com a biblioteca através de seu website.
Aberta também nos Dias do Patrimônio Nacional, no terceiro fim de semana de setembro.
Metrô: linha 10, estação Cardinal-Lemoine.
Trem: linha RER B, estação Luxembourg.
www-bsg.univ-paris1.fr

CASTELO DE CHANTILLY
Jardin, Parc e Musée Condé, a 40 quilômetros de Paris.
Horários: somente no outono, de quarta a segunda-feira, de 30 de setembro a 27 de outubro, das 10h às 18h; de 28 de outubro a 31 de dezembro, das 10h30 às 17h
Ingresso: adultos, € 14,00; crianças de 4 a 17 anos, € 5,50; gratuito para menores de 4 anos.
Trem: linha RER D, estação Chantilly-Gouvieux (45 minutos de viagem).
Trem: TER Picardie: saindo da Gare du Nord, com destino a Chantilly-Gouvieux (24 minutos de viagem). Para ir da estação ao castelo, você pode pegar um táxi, ou caminhar 2,5 quilômetros pela avenue de la Plaine des Aigles.
www.domainedechantilly.com

CATHÉDRALE NOTRE-DAME DE PARIS
Parvis Notre-Dame, 6

Place du Parvis Notre-Dame
4° arrondissement
Horários: todos os dias, das 8h às 18h45 (até 19h15 aos sábados e domingos).
Atenção: a coroa de espinhos de Cristo é exibida em liturgia no altar, na primeira sexta-feira do mês, às 15h. Chegue pelo menos uma hora antes para conseguir um bom lugar.
Ingresso: entrada franca. O acesso às torres, porém, custa € 8,50 para adultos; menores de 18 anos não pagam.
Metrô: linha 4, estação Cité.
Barco: Batobus, estação Notre-Dame/Quai de Montebello.
www.notredamedeparis.fr

PALAIS DE L'ÉLYSÉE (SEDE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FRANCESA)
Rue du Faubourg Saint-Honoré, 55
8° arrondissement
Horários:
Aberto à visitação somente nos Dias do Patrimônio Nacional, no terceiro fim de semana de setembro.
Metrô: linha 1 ou 13, estação Champs-Élysées-Clemenceau.
www.elysee.fr

BASILIQUE DU SACRÉ-CŒUR
Rue du Chevalier de la Barre, 35
Quartier de Montmartre, no 18° arrondissement.
Horários: todos os dias, das 6h às 22h30. Entrada franca.
Visita à cripta, de quinta à segunda-feira, das 10h às 17h. A cúpula da basílica pode ser visitada todos os dias, em horários variados.
Ingressos para a cripta e a cúpula: de € 6,00 a € 8,00, dependendo da extensão da visita.
Metrô: linha 2, estação Anvers.
www.sacre-coeur-montmartre.com

PARC DE BUTTES-CHAUMONT
Rue Botzaris, 1
19° arrondissement
Horários: todos os dias, das 7h às 20h.
Metrô: linha 7bis, estação Buttes Chaumont ou Botzaris.
www.equipement.paris.fr/parc-des-buttes-chaumont-1757

JARDIN DES PLANTES – MUSÉUM NATIONAL D'HISTOIRE NATURELLE
Entradas pelas rue Cuvier, rue Buffon, rue Geoffroy-Saint-Hilaire, ou place Valhubert
5° arrondissement
Horário: todos os dias, das 8h às 17h30.
Entrada franca.
Metrô: linha 5, estação Austerlitz ; linha 7, estação Censier Daubenton; linha 10, estação Jussieu. Trem: linha RER C, estação Gare de Austerlitz.
Barco: Batobus, estação Jardin des Plantes.
www.jardindesplantes.net

JARDIN D'ACCLIMATATION
Bois de Boulogne
16° arrondissement

Horário: todos os dias, de abril a setembro, das 10h às 19h. Fecha às 18h de outubro a março.
Ingresso: € 3,00. Gratuito para menores de 3 anos.
Metrô: linha 1, estação Les Sablons.
www.jardindacclimatation.fr

PARC ZOOLOGIQUE DE PARIS
No cruzamento da avenue Daumesnil com a route de la Ceinture du Lac-Daumesnil.
12° arrondissement
Horário: todos os dias, de março a outubro, das 10h às 18h. Fecha às 17h de novembro a fevereiro.
Ingresso: € 22,00 para adultos; € 16,50, entre 12 e 25 anos; € 14,00, de 3 a 11 anos.
Metrô: linha 8, estação Porte Dorée; ou linha 1, estação Saint-Mandé.
Ônibus: linha 46, 86 ou 325, parada Parc Zoologique.
Bonde: linha T3a, estação Porte Dorée.
www.parczoologiquedeparis.fr

PRIMEIRO LABORATÓRIO DE LOUIS PASTEUR
Hoje integrado à Escola Normal Superior, sem visitação pública.
Há, porém, uma placa comemorativa do lado de fora do edifício, quase na esquina com a rue Claude Bernard.
Rue d'Ulm, 45
5° arrondissement
Metrô: linha 7, estação Censier-Daubenton.
Trem: linha RER B, estação Luxembourg ou Port-Royal.

MUSÉE PASTEUR
Atenção: o busto de D. Pedro II está na Sala dos Atos, que não está aberta à visitação. Mas a visita ao museu vale a pena. Lá, você verá a insígnia da Imperial Ordem da Rosa que Pasteur recebeu do governo brasileiro a pedido de D. Pedro II. No jardim, encontrará a estátua do menino Joseph Meister, eternamente mordido pelo cão rábico.
Rue du Docteur-Roux, 25
15° arrondissement
Metrô: linha 6, estação Pasteur; ou linha 12, estação Pasteur ou Volontaires.
Horário: de segunda a sexta-feira, às 14h, 15h e 16h (visitas sempre guiadas).
Fechado nos feriados e durante todo o mês de agosto.
Ingresso: € 7,00 (€ 3,00 para estudantes).
www.pasteur.fr

RESTAURANTE LE GRAND VÉFOUR
Galeria Beaujolais do Palais Royal
Rue de Beaujolais, 17
1° arrondissement
Menu de almoço a partir de € 100,00 por pessoa, sem bebida.
Tel. para reserva: 01 42 96 56 27.
Metrô: linha 1 ou 7, estação Palais-Royal-Musée du Louvre; ou linha 7 ou 14, estação Pyramides.
www.grand-vefour.com

RESIDÊNCIA DE VICTOR HUGO, ONDE OCORREU O ENCONTRO COM D. PEDRO II
Rue de Clichy, 21
9° arrondissement
Metrô: linha 12, estação Trinité-d'Estienne d'Orves; ou linha 13, estação Liège ou Saint-Lazare.

MUSÉE MAISONS DE VICTOR HUGO
Hôtel de Rohan-Guéménée
Place des Vosges, 6
Le Marais, no 4° arrondissement.
Horários: de terça-feira a domingo, das 10h às 18h.
Entrada franca.
Metrô: linha 1, estação Saint-Paul; linha 8, estação Chemin Vert; linha 1, 5 ou 8, estação Bastille; ou, ainda, linha 5, estação Bréguet-Sabin.
www.paris.fr/pratique/musees-expos/maisons-de-victor-hugo/p5852

GARE DU NORD
10° arrondissement
Metrô: linha 4 ou 5, estação Gare du Nord.
Trem: linha RER B ou D, estação Gare du Nord.

GARE D'AUSTERLITZ
13° arrondissement
Metrô: linha 5 ou 10, estação Gare d'Austerlitz.
Trem: linha RER C, Gare d'Austerlitz.

RESIDÊNCIA DOS NIOAC
Boulevard Malesherbes, 88
8° arrondissement
Metrô: linha 2 ou 3, estação Villiers.

ÉGLISE SAINT-GERMAIN L'AUXERROIS
Place du Louvre, 2
1° arrondissement
Metrô: Linha 7, estação Pont Neuf.
www.saintgermainauxerrois.cef.fr

TOUR SAINT-JACQUES
Square de la Tour Saint-Jacques
Em frente ao número 88 da Rue de Rivoli.
4° arrondissement
Horários:
Aberta à visitação somente de sexta-feira a domingo, das 10h às 17h. Reserva obrigatória, feita no local (esquina de rue Rivoli com boulevard de Sébastopol), no mesmo dia da visita.
Subida à torre de 54 metros por escada de trezentos degraus, exigindo boa condição física.
Proibido para menores de 10 anos.
Ingresso: adultos, € 6,00; estudantes, € 3,00.
Metrô: linha 1, 4, 7, 11 ou 14, estação Châtelet; ou, ainda, linha 1 ou 11, estação Hôtel de Ville.

Trem: linha RER, linha A, B, C ou D, estação Châtelet.
www.tour-saint-jacques-paris.com

MUSÉE DES ARTS ET MÉTIERS (MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS)
Rue Réaumur, 60
3° arrondissement
Horários: de terça-feira a domingo, das 10h às 18h. Às quintas-feiras, até 21h30.
Ingresso: adultos, € 6,50; estudantes, € 4,50; entrada gratuita para menores de 18 anos. Entrada franca no primeiro domingo do mês.
Metrô: linha 3 ou 11, estação Arts et Métiers; ou linha 4, estação Réaumur-Sébastopol.
www.arts-et-metiers.net

ÉGLISE SAINT-AUGUSTIN
Avenue César Caire, 8
8° arrondissement
Metrô: linha 9, estação Saint-Augustin; ou linha 3, 12, 13 ou 14, estação Gare Saint-Lazare.
www.saintaugustin.net

PLACE DE LA CONCORDE (E O OBELISCO DO TEMPLO DE LUXOR)
8° arrondissement
Metrô: linha 1, 8 ou 12, estação Concorde.

GARE DE L'EST
10° arrondissement
Metrô: linha 4, 5 ou 7, estação Gare de l'Est.

AVENUE DES CHAMPS-ÉLYSÉES
8° arrondissement
Metrô: linha 1, estação Champs-Élysées-Clemenceau (começo da avenida), Franklin D. Roosevelt ou George V (meio da avenida) ou, ainda, Charles de Gaulle-Étoile (fim da avenida, no Arco do Triunfo); linha 9, estação Franklin D. Roosevelt; linha 13, estação Champs-Élysées-Clemenceau; e linha 2 ou 6, estação Charles de Gaulle-Étoile.

ARCO DO TRIUNFO (PLACE CHARLES-DE-GAULLE)
8° arrondissement
Horários: todos os dias, das 10h às 22h30 (até 23h no verão).
Ingresso: adultos, € 9,50; estudantes, € 6,00; gratuito para menores de 10 anos.
Metrô: linha 1, 2 ou 6, estação Charles de Gaulle-Étoile.
Trem: linha RER A, estação Charles de Gaulle-Étoile.
www.arc-de-triomphe.monuments-nationaux.fr

GRAND PALAIS, GALERIES NATIONALES
Exposições temporárias com horários e preços variados.
Avenue du Général Eisenhower, 3
8° arrondissement
Metrô: linha 1 ou 9, estação Franklin D. Roosevelt; linha 1 ou 13, estação Champs-Élysées-Clemenceau.
Trem: linha RER C, estação Invalides (saia da estação e atravesse a ponte Alexandre III).
Barco: Batobus, estação Champs-Élysées.
Programação, preços e reservas: www.grandpalais.fr

PETIT PALAIS, MUSÉE DES BEAUX-ARTS DE LA VILLE DE PARIS
Exposição de Belas-Artes. Checar programação pelo website.
Avenue Winston Churchill
8° arrondissement
Horários: de terça-feira a domingo, das 10h às 18h.
Entrada franca para a exposição permanente. Tarifa variada para as exibições temporárias.
Metrô: linha 1 ou 13, estação Champs-Élysées-Clemenceau.
Trem: linha RER C, estação Invalides (saia da estação e atravesse a ponte Alexandre III).
Barco: Batobus, estação Champs-Élysées.
Programação e reservas: www.petitpalais.paris.fr

RESIDÊNCIA DE DONA JANUÁRIA, CONDESSA DE ÁQUILA, A MANA JANUÁRIA
Rue Jean Giraudoux, 28
16° arrondissement
Metrô: linha 1, estação George V; ou linha 6, estação Kléber.

RESIDÊNCIA DE DONA FRANCISCA, PRINCESA DE JOINVILLE, A MANA CHICA
Atual Consulado Geral do Brasil
Avenue Franklin Delano Roosevelt, 65
8° arrondissement
Metrô: linha 9, estação Saint-Philippe-du-Roule.

HÔPITAL DE LA PITIÉ-SALPÊTRIÈRE (BIBLIOTHÈQUE CHARCOT)
Boulevard de l'Hôpital, 47
13° arrondissement
Institut du Cerveau et de la Moelle Épinière (ICM)
Horários:
Biblioteca aberta de segunda à quarta-feira, das 9h às 13h, e das 14h às 17h30. Às quintas, aberta das 10h30 às 13h, e das 14h às 18h30. Às sextas-feiras, das 9h às 13h.
Metrô: linha 6, estação Chevalier; ou linha 5 ou 10, estação Gare d'Austerlitz; ou, ainda, linha 5, estação Saint-Marcel.
Trem: linha RER C, estação Gare d'Austerlitz.
www.jubil.upmc.fr/fr/bibliotheques_medecine/bib_charcot/historique_charcot.html

CHAMP-DE-MARS
7° arrondissement
Metrô: linha 8, estação École Militaire; ou linha 6, estação La-Motte-Picquet-Grenelle, Dupleix ou Bir-Hakeim.
Trem: linha RER C, estação Pont de l'Alma.
www.equipement.paris.fr/jardin-du-champ-de-mars-1807

TORRE EIFFEL
Champ-de-Mars
7° arrondissement
Horários: das 9h30 às 23h; de 15 de junho a 1º de setembro, das 9h à meia-noite.
Ingresso: adultos, € 14,50; de 12 a 24 anos, € 13,00; de 4 a 11 anos, € 10,00; gratuito para menores de 4 anos.
Metrô: linha 6, estação Trocadero ou Bir-Hakeim; linha 9, estação Trocadero.

Trem: linha RER C, estação Pont de l’Alma ou Champ-de-Mars-Tour Eiffel.
Barco: Batobus, estação Tour Eiffel/Port de la Bourdonnais.
www.tour-eiffel.fr

HÔTEL DE RÉSERVOIRS
Rue des Réservoirs, 7
Quartier Notre-Dame, Versailles
Trem: linha RER C, estação terminal Versailles-Château-Rive Gauche.
Trem: SNCF Transilien, saindo da estação de Saint-Lazare para Versailles-Rive Droite.

MUSÉE DU LOUVRE/PALAIS DU LOUVRE
1° arrondissement
Horários: de quarta a segunda-feira, das 9h às 18h. Às quartas e sextas-feiras, até 21h45.
Ingresso: adultos, € 12,00. Grátis para menores de 18 anos.
Entrada franca no primeiro domingo de cada mês.
Metrô: linha 1 ou 7, estação Palais-Royal-Musée du Louvre.
www.louvre.fr

BASILIQUE SAINTE-CLOTILDE
Rue Las Cases, 23 bis
7° arrondissement
Metrô: linha 12, estação Solférino ou Assemblée Nationale.
www.sainte-clotilde.com

ÉGLISE DE LA SAINTE TRINITÉ
Place d’Estienne d’Orves
9° arrondissement
Metrô: linha 12, estação Trinité-d’Estienne d’Orves.
www.latriniteparis.com

ÉGLISE SAINT-NICOLAS-DES-CHAMPS
Rue Saint Martin, 254
3° arrondissement
Metrô: linha 3 ou 4, estação Réaumur-Sébastopol.
Metrô: linha 3 ou 11, estação Arts et Métiers.
www.asaintnicolas.com

BASILIQUE NOTRE-DAME DES VICTOIRES
Place des Petits Pères
2° arrondissement
Metrô: linha 3, estação Bourse.
www.notredamedesvictoires.com

ÉGLISE SAINT-ROCH
Rue Saint-Honoré, 296
1° arrondissement
Metrô: linha 7 ou 14, estação Pyramides, ou linha 1, estação Tuileries.
www.saintrochparis.cef.fr

ÉGLISE SAINT-EUSTACHE
Impasse Saint-Eustache, 2
1° arrondissement

Metrô: linha 4, estação Les Halles.
Trem: linha RER A, B ou D, estação Châtelet-Les Halles.
www.saint-eustache.org

ÉGLISE SAINT-THOMAS-D'AQUIN
Place Saint Thomas d'Aquin, 3
7° arrondissement
Metrô: linha 12, estação Rue du Bac.
www.eglisesaintthomasdaquin.fr

ÉGLISE SAINT-GERMAIN-DES-PRÈS
Place Saint-Germain des Prés, 3
6° arrondissement
Metrô: linha 4, estação Saint-Germain-des-Près.
www.eglise-sgp.org/site_v3/wordpress

ÉGLISE SAINT-SULPICE
Rue Cassette, 26 bis
6° arrondissement
Horários: a paróquia organiza visitas guiadas aos domingos, às 15h.
Entrada franca.
Metrô: linha 4, estação Saint-Sulpice, ou linha 12, estação Rennes.
www.paroisse-saint-sulpice-paris.org

SAINTE-CHAPELLE
Boulevard du Palais, 8
1° arrondissement
Horários: todos os dias, das 9h30 às 18h. De novembro a fevereiro, fecha às 17h. Às quartas-feiras, entre 15 de maio e 15 de setembro, aberta até as 21h.
Ingresso: adultos, € 8,50; grátis para menores de 18 anos.
Metrô: linha 4, estação Cité.
www.sainte-chapelle.monuments-nationaux.fr/

HÔTEL DES INVALIDES (MUSEU DO EXÉRCITO E TÚMULO DE NAPOLEÃO BONAPARTE)
Esplanade des Invalides
Entradas pela Rue de Grenelle, 129, ou pela Place Vauban.
7° arrondissement
Horários: todos os dias, das 10h às 18h; fecha às 17h de novembro a março.
Ingresso: adultos, € 9,50; grátis para menores de 18 anos.
Metrô: linha 8, estação La Tour Maubourg ou Invalides; linha 13, estação Varenne ou Saint-François-Xavier.
Trem: linha RER C, estação Invalides.
www.musee-armee.fr/accueil.html

RESIDÊNCIA DE JEAN-MARTIN CHARCOT
Hôtel de Varengeville

Imóvel atualmente ocupado pela Maison de l'Amérique Latine
Boulevard Saint-Germain, 217
7° arrondissement

Horários:
Galeria de exposições aberta de segunda a sexta-feira, das 10h às 20h; e sábado, das 14h às 18h.
Consulte o website da Maison para saber da programação de exposições de artistas latino-americanos.
Entrada franca.
Restaurante da Maison de l'Amérique Latine: menu de almoço a partir de € 39,00.
Tel. para reservas: 01 49 54 75 10
Metrô: linha 12, estação Solférino ou Rue du Bac.
Trem: linha RER C, estação Musée d'Orsay.
www.mal217.org

HOTEL BEDFORD (COM PLACA EM HOMENAGEM A D. PEDRO II E HEITOR VILLA-LOBOS)
Rue de l'Arcade, 17
8° arrondissement
Metrô: linha 8, 12 ou 14, estação Madeleine.
www.hotel-bedford.com

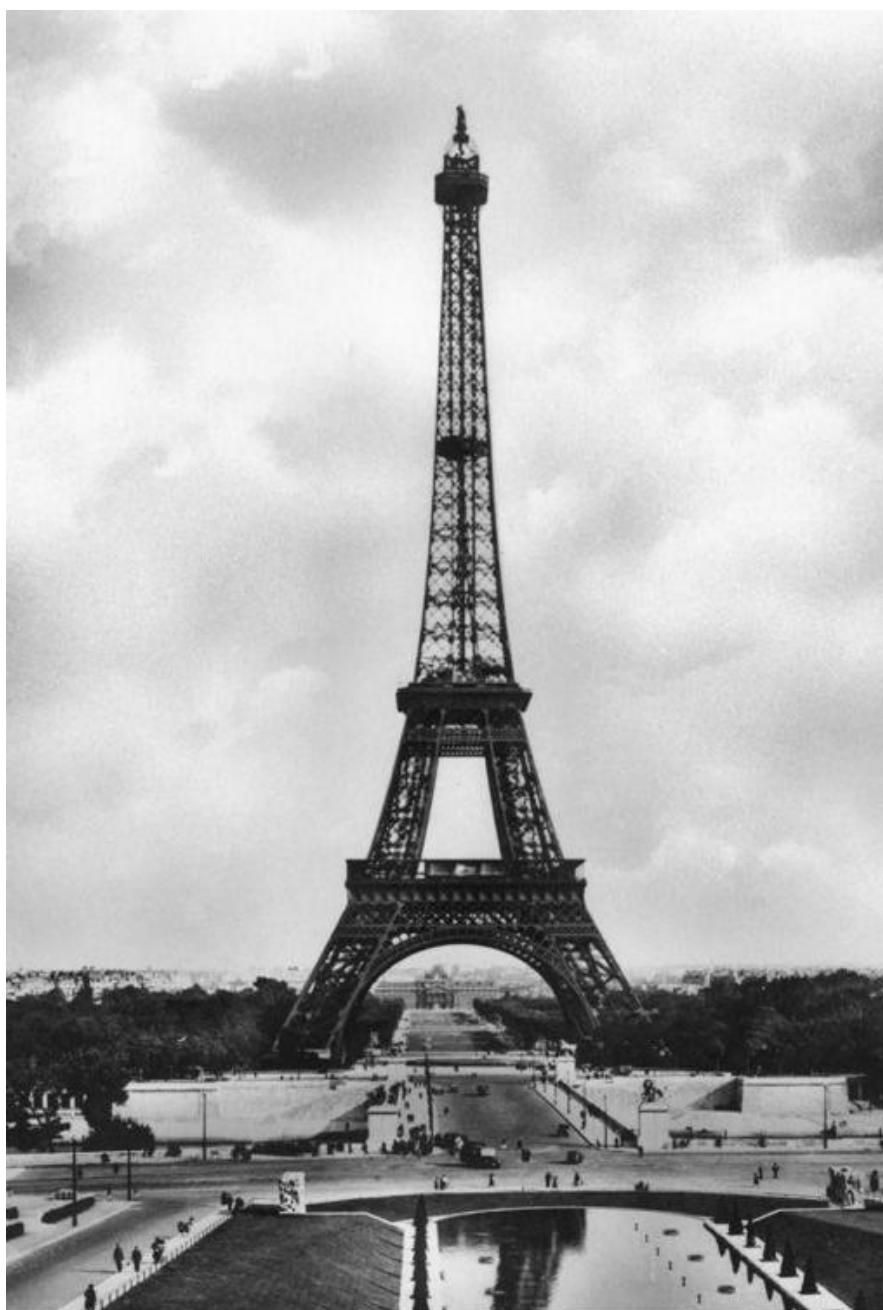
PARC MONCEAU
Boulevard Courcelles, 35
8° arrondissement
Entradas pelo boulevard de Courcelles, avenue Vélasquez, avenue Van Dyck e avenue Ruysdael.
Horários: todos os dias, das 7h às 20h; de maio a agosto, até 22h; em setembro, até 21h.
Entrada franca.
Metrô: linha 2, estação Monceau.
www.equipement.paris.fr/parc-monceau-1804

PARC DE SAINT-CLOUD
Saint-Cloud
Horários: março, abril, setembro e outubro, das 7h30 às 21h. De maio a agosto, das 7h30 às 22h. De novembro a fevereiro, das 7h30 às 20h.
Entrada franca para pedestres.
Ingresso: € 5,00 para carros, e € 3,00 para motos.
Metrô: linha 9, estação Pont de Sèvres; ou linha 10, estação Boulogne-Pont de-Saint-Cloud.
Bonde: linha T2, parada Parc de Saint-Cloud.
www.saint-cloud.monuments-nationaux.fr

Avenue des Champs-Élysées, 114: o apartamento de Santos Dumont.

ALBERTO SANTOS DUMONT: *LE PETIT SANTÔS*

Moço ainda, efetuei em Paris minha primeira ascensão. Em Paris encontrei construtores de aeróstatos, fabricantes de motores, mecânicos, todos tão pacientes como peritos. Em Paris fiz todas as minhas primeiras experiências. Em Paris ganhei o prêmio Deutsch, no primeiro dirigível que executou em tempo limitado as condições de um programa. E agora que possuo não apenas a minha aeronave de corrida, mas também a de passeio, com a qual me divirto voando por sobre as árvores da cidade, em Paris é que quero gozar, como recompensa, a doçura de ser o que uma vez me censuraram de ser: um "sportsman" da aerostação.

ALBERTO SANTOS DUMONT

Torre Eiffel.

Nenhuma imagem de Paris tem maior poder de síntese do que a da **Torre Eiffel**. Ícone máximo da capital francesa, a torre nos faz sonhar com viagens românticas num cenário de galerias, ruelas e bulevares, salpicados por charmosos cafés e restaurantes. Ao vê-la num livro ou cartão postal, tem-se a sensação de se ouvir a trilha sonora que a acompanha: o jazz manuche, que de tão explorado se tornou clichê no cinema e na televisão. Mas a "Dama de Ferro", como os franceses a chamam, sobrevive ao abuso. Com suas linhas elegantes, simples como três traços num papel, ela representa desde o século XIX todo o sonho de Paris. Muito mais do que um enfeite urbano, a torre desempenhou em sua história papéis fundamentais na evolução da telecomunicação, da meteorologia e da aviação.

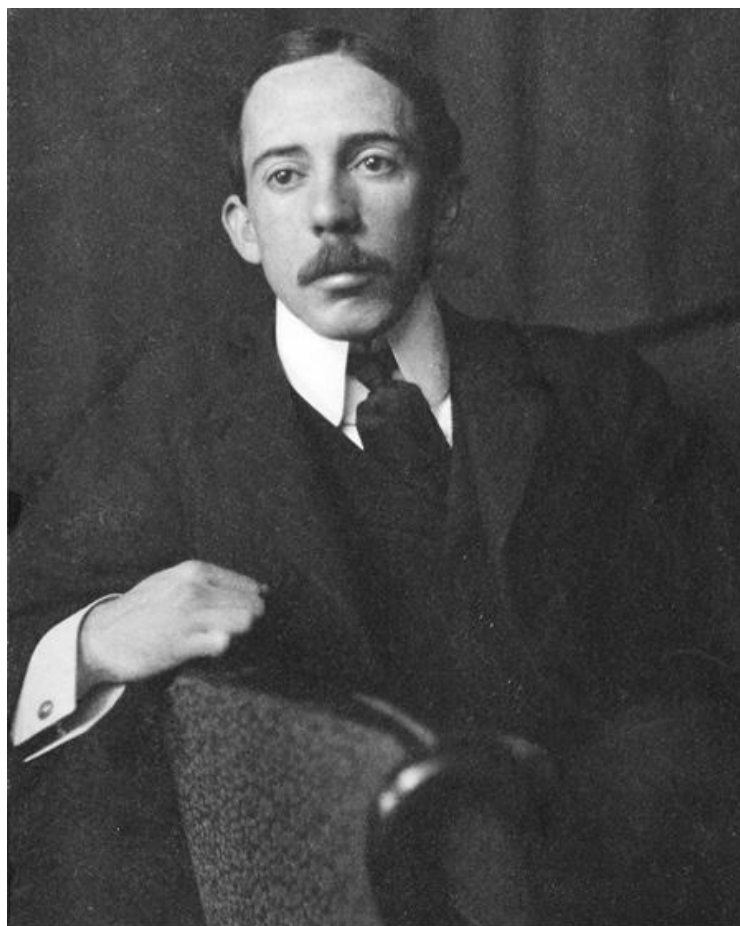
Projetada pelo engenheiro Gustave Eiffel, a torre de 320 metros de altura compunha originalmente a Exposição Universal que celebrava o centenário da Revolução Francesa em 1889. Como todas as construções da exposição, a estrutura de 7 mil toneladas era temporária, e deveria ser desmontada após alguns anos. Mas a popularidade da nova atração, com 2 milhões de visitantes no primeiro ano, fez com que a desmontagem fosse eternamente adiada.

Doze anos mais tarde, quando já se acomodava de maneira irreversível no cenário de Paris, a gigantesca armação de aço ganharia destaque na primeira página dos jornais do mundo inteiro. Pela primeira vez na história, um balão contornava a Torre Eiffel, fazendo a curva e voando contra o vento. Um balão que se podia dirigir, navegando pelos ares, como um navio pelos mares. No comando, lá ia um sujeito baixinho e mirrado, com um chapéu enterrado até as orelhas de abano. Um brasileiro: Alberto Santos Dumont.

Com essa façanha, e outras que se seguiram em Paris, Santos Dumont se tornaria a primeira celebridade brasileira conhecida mundialmente, adorado por aristocratas, burgueses e, sobretudo, pelo povo em geral. *Le Petit Santôs*, como era carinhosamente chamado pelos parisienses, só perderia o trono de brasileiro mais famoso do planeta em 1970, quando Pelé virou o Rei do Futebol na primeira Copa do Mundo transmitida ao vivo e em cores via satélite. Ao longo

das idas e vindas entre a França e o Brasil, Santos Dumont morou cerca de 22 anos em Paris, deixando na cidade seu legado para a história da aviação, ao mesmo tempo que, involuntariamente, transformava a imagem que os franceses faziam do brasileiro típico.

Nascido em 1873, em Palmira (hoje município de Santos Dumont), Minas Gerais, Alberto foi criado em Ribeirão Preto, na fazenda de seu pai. Henrique Dumont, filho de imigrantes franceses, formado em engenharia pela École Centrale des Arts et Métiers de Paris, tentara várias empreitadas na vida, como a mineração de ouro, a exploração de madeira e a construção de estradas de ferro, todas mais ou menos bem-sucedidas. Aos 45 anos, e pai de oito filhos (Alberto era o sexto), comprou terras em Ribeirão Preto para começar uma fazenda de café. Tendo aprendido as manhas do ofício com o sogro cafeicultor, Dumont levou pouco mais de uma década para transformar as terras adquiridas numa das maiores propriedades agrícolas do Brasil, com 5 milhões de cafeeiros.[49] Progressista, nunca se interessou por títulos de nobreza, e ainda alforriou seus oitenta escravos, contratando imigrantes italianos para tocar a fazenda. Mas, fora a colheita, quase nada se fazia à mão. Uma usina de beneficiamento despolpava, lavava, secava, selecionava e ensacava os grãos. Quatro locomotivas a vapor transportavam o café para o celeiro, e de lá para Ribeirão Preto, percorrendo 60 quilômetros de ferrovia particular. Foi nesse universo de maquinarias que Alberto cresceu, brincando com trens de verdade, enquanto seu pai se tornava, na década de 1880, um dos maiores produtores de café do mundo, com uma safra que chegou a 100 mil sacas anuais. Sobre Henrique Dumont, D. Pedro II comentaria: "Homem de inacreditável tenacidade e coragem inabalável."

49 A Fazenda Arindeúva, comprada e trabalhada por Henrique Dumont, era tão grande que, em 1964, se emancipou de Ribeirão Preto, tornando-se o Município de Dumont, hoje com 8 mil habitantes. Ainda estão em pé a sede da fazenda, hoje paço municipal, e a igreja construída por Henrique Dumont para atender à comunidade de imigrantes italianos que contratara após alforriar seus escravos.

O aviador Alberto Santos Dumont: a primeira celebridade brasileira conhecida mundialmente.

O poder e a fortuna, no entanto, pouco puderam quando, aos 59 anos, Dumont sofreu uma queda de cavalo, batendo violentamente a cabeça no chão. Depois de um breve coma, um hematoma no cérebro deixava-lhe hemiplégico. Decidido a procurar tratamento médico em Paris, vendeu a fazenda por 12 mil contos de réis (cerca de 6 milhões de dólares) e partiu para a França no dia 6 de abril de 1891, levando a mulher, as filhas solteiras e Alberto, com 17 anos, o mais novo dos filhos homens. A bordo do vapor *Elbe*, atravessaram o Atlântico rumo a Portugal. Depois de visitarem as filhas casadas na cidade do Porto, chegaram finalmente a Paris, onde se hospedaram no **Grand Hôtel du Louvre**, na **place André Malraux**, em frente à Comédie-Française.

Enquanto seu pai fazia o périplo das clínicas e estâncias termais, Alberto se soltou em Paris, a capital do mundo, onde tudo acontecia nas artes, na ciência e na tecnologia. O menino, apaixonado por máquinas desde que operava as locomotivas do pai na fazenda de café, deslumbrava-se com tudo o que via na rua e, sobretudo, com a recém-inaugurada Torre Eiffel, onde subiu no primeiro dia de visita à cidade. Ávido leitor da ficção científica do francês Jules Verne, Alberto sentia-se nas páginas de um dos seus livros. Tudo era moderno, tudo movimentava-se com incrível rapidez, milhares de pessoas subiam e desciam apressadas os grandes bulevares de Paris. Só uma coisa ele estranhava: onde estavam os balões, aqueles balões dirigíveis, como nas histórias de Verne? Desde que ele havia visto, aos 15 anos, um balão de hidrogênio numa feira de variedades em São Paulo, tinha a certeza de que em Paris encontraria um verdadeiro tráfego aéreo, com senhores e senhoras indo às compras ou ao café em seus balões individuais. Afinal, havia mais de um século os franceses dominavam a tecnologia de balões, ou aeróstatos, a hidrogênio. Mas nos céus de Paris, Alberto não viu mais do que nuvens e pombos.

Determinado, chegou a procurar um balonista profissional para fazer uma ascensão em balão livre. O francês propôs-lhe um preço estratosférico (1,2 mil francos), fora todas as despesas que uma aterrissagem desastrada pudesse causar. Alberto agradeceu, colocou seu chapéu e tentou esquecer a ideia. Em compensação, fez uma maluquice tão divertida quanto, ainda que mais em conta. Ouviu dizer que em Valentigney, a cerca de 450 quilômetros de Paris, já na fronteira com a Suíça, um senhor chamado Armand Peugeot, fabricante de bicicletas, estava construindo uma carruagem que se movia por conta própria – sem cavalos! O construtor ficou impressionado com aquele menino franzino que veio sozinho de Paris para ver o seu automóvel. Naquele ano, Peugeot havia construído algumas unidades do seu Tipo 3, com motor alemão Daimler de 3,5 cavalos. Alberto comprou uma delas por 6,2 mil francos, partiu levantando poeira e assustando camponeses e galinhas, percorrendo um trajeto de 450 quilômetros à incrível velocidade de 15 quilômetros por hora.

Em Paris, Alberto e seu Peugeot paravam, literalmente, o tráfego. Numa correnteza incessante de coches, charretes e carroças, o calhambeque do brasileiro subia a **avenue des Champs-Élysées**, soltando fumaça e estampidos que deixavam os cavalos nervosos e os cocheiros irritados. Da calçada, os pedestres observavam boquiabertos aquela máquina infernal, muito comentada, mas pouco vista nas ruas. Alberto já não era mais um caipira embasbacado. Era a modernidade sobre rodas – até que a polícia apareceu na esquina. Foi proibido de estacionar seu automóvel na **place de l'Opéra**, onde, provavelmente, frequentava o **Café de la Paix**. Não porque seu automóvel ocupasse espaço na rua, mas porque atraía tantos curiosos que acabava por atravancar toda a circulação. Há quem alegue que, naquele momento, Alberto Santos Dumont tornou-se o primeiro brasileiro a receber uma multa de trânsito. Levado para o Brasil no fim dessa primeira viagem, o Peugeot de Alberto seria, no final de 1891, o primeiro automóvel a circular na América do Sul.

Depois de sete meses na França, Henrique Dumont estava pronto para voltar ao Brasil. Sentira alguma melhora, mas sua paralisia revelava-se incurável. Antes da partida, levou o filho a uma exposição de máquinas no Palácio da Indústria (na área atualmente ocupada pelos pavilhões de exposições do Grand Palais e Petit Palais). Alberto estava radiante, mas nada poderia tê-lo preparado para o que veria: um pequeno motor a gasolina, uma maravilha da tecnologia, com um cavalo de potência. Ele relata a experiência em seu livro de memórias *Os meus balões*:

> Parei diante dele como que pregado pelo destino. Estava completamente fascinado. Meu pai, distraído, continuou a andar até que, depois de alguns passos, dando pela minha falta, voltou, perguntando-me o que havia. Contei-lhe a minha admiração de ver funcionar aquele motor, e ele me respondeu: "Por hoje basta." Aproveitando-me dessas palavras, pedi-lhe licença para fazer meus estudos em Paris. Continuamos o passeio, e meu pai, como distraído, não me respondeu.

Naquela mesma noite, contudo, Henrique Dumont surpreenderia o filho. Durante o jantar com primos franceses que moravam em Paris, Dumont pediu aos parentes que acolhessem Alberto, pois, no ano seguinte, ele voltaria para fazer seus estudos.

A volta a Paris, em 1892, se daria em condições não menos dramáticas. No Brasil, a saúde de Henrique Dumont voltara a se

deteriorar, levando-o uma vez mais a procurar tratamento na França. Alberto, desta vez, iria para ficar. Em fevereiro, antes da partida, Dumont levou o filho a um cartório em São Paulo para conceder-lhe, inesperadamente, a emancipação. Já em casa, chamou Alberto ao seu escritório e lhe entregou títulos no valor de, aproximadamente, 500 mil dólares:

> Já lhe dei hoje a liberdade; aqui está mais este capital. Tenho ainda alguns anos de vida; quero ver como você se conduz; vai para Paris, o lugar mais perigoso para um rapaz. Vamos ver se você se faz um homem; prefiro que não se faça doutor; em Paris, com o auxílio dos nossos primos, você procurará um especialista em física, química, mecânica, eletricidade etc., estude essas matérias e não se esqueça de que o futuro do mundo está na mecânica. Você não precisa pensar em ganhar a vida; eu lhe deixarei o necessário para viver.

Em maio daquele ano a família embarcou para o Porto, de onde seguiria de trem para a França. Dumont, no entanto, sentiu-se muito mal durante a travessia do Atlântico e voltou ao Brasil tão logo chegou a Portugal. Alberto seguiu viagem para Paris, onde recebeu a notícia de que o pai morrera no dia 30 de agosto. Se a Henrique Dumont dedica palavras de carinho e gratidão em seus livros, sobre os primos franceses que o acolheram ou sobre a própria mãe, Francisca, Alberto pouco ou nada menciona. Pelas evidências, estava, aos 19 anos, sozinho, emancipado, com meio milhão de dólares no bolso, em Paris, "o lugar mais perigoso para um rapaz". *Monsieur* Santos Dumont tinha a vida toda pela frente, na Paris da *Belle Époque*.

As duas décadas em que Santos Dumont morou na França, de 1892 a 1914, encaixam-se dentro do que os cronistas chamam de *Belle Époque*. Um período de paz e prosperidade, entre o fim da Guerra Franco-Prussiana de 1870 e a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Depois da Revolução Industrial, liderada pela Inglaterra e sua tecnologia de máquinas a vapor, a paz entre as potências do continente e a riqueza oriunda de seus impérios coloniais permitiram o desenvolvimento acelerado do conhecimento humano em todos os campos. A França, sobretudo Paris, liderava o movimento, como novo farol da humanidade. Datam daquele período as vacinas de Louis Pasteur, as experiências da física Marie Curie e do neurologista Jean-Martin Charcot, professor de Sigmund Freud e médico de D.

Pedro II. Na engenharia, surgia Gustave Eiffel; na indústria, os primeiros automóveis de Armand Peugeot, André Citroën e Louis Renault, rodando com os novos pneus de borracha de Édouard Michelin. No campo das artes, Pablo Picasso chegava a Paris, enquanto Anatole France e Marcel Proust herdavam a pena de Émile Zola e Guy de Maupassant. O impressionismo das artes chegava à música erudita com as composições de Claude Debussy, que tanto influenciariam Heitor Villa-Lobos. Já a classe operária se divertia no popular cinematógrafo dos irmãos Lumière, antes de subir a colina de Montmartre, que se tornava o centro da boemia parisiense com seus cafés e cabarés, como o **Lapin Agile**, **Le Chat Noir** e o **Moulin Rouge**.[50] Às margens do rio Sena, organizavam-se as Exposições Universais de 1889, com a inauguração da Torre Eiffel, e a de 1900, na qual a aerostação, o balonismo, seria uma das principais atrações, e o dirigível de Santos Dumont, uma das suas vedetes.

Foi nessa fase de grande otimismo público e confiança no progresso, embalada pelo rápido avanço tecnológico, científico e cultural, que Santos Dumont chegou a Paris para fazer seus estudos. Depois de passar três meses na casa dos primos, alugou um apartamento mobiliado no número **26** da **rue d'Edimbourg**, no sofisticado 8.º arrondissement. Mas, fora o endereço, pouco se sabe sobre o que fez nos primeiros quatros anos que passou em Paris, entre 1892 e 1896. Raras são as referências sobre seu método nada convencional de estudos, seja nas biografias escritas por outrem ou nos escritos pessoais que escaparam da fogueira (que arderá adiante). É provável, no entanto, que tenha frequentado aulas ocasionais na École Centrale, onde seu pai estudara, e até mesmo na Universidade de Bristol, na Inglaterra, sempre na condição de aluno ouvinte. Em Paris recebia aulas particulares de física, química, eletricidade e mecânica, pautadas em função da sua intuição e curiosidade, ministradas pelo professor Garcia, um mestre aposentado que Alberto encontrara com a ajuda dos primos – e esta é a última vez que ouvimos falar desses primos em tudo o que há de escrito sobre a vida de Santos Dumont.

Alberto e o velho mestre trabalharam juntos na definição de um programa de estudos, abrangendo tudo o que lhe poderia interessar. Seguindo o conselho do próprio pai, não demonstrava interesse em

obter diploma algum, fosse em Oxford ou na Sorbonne. Ainda no Brasil, Alberto estudara em Campinas, no colégio Culto à Ciência, fundado por positivistas, que, como Auguste Comte, desprezavam o modelo acadêmico universitário. É possível que Henrique Dumont, educado em Paris nos tempos de Auguste Comte, também tivesse simpatia pelo positivismo, o que acabaria por influenciar o filho na sua aversão às universidades.

De qualquer modo, entre um cochilo e outro do professor Garcia, Alberto escapava sigilosamente, em busca daquilo que realmente lhe interessava: voar num balão. Consultou guias e catálogos, listando os nomes de todos os balonistas profissionais de Paris. Decepcionou-se com cada um deles. Ora cobravam preços exorbitantes, ora tentavam desmotivá-lo, enfatizando os perigos de tal aventura. Resignado, investiu seu dinheiro em outro brinquedo. Dessa vez, um triciclo De Dion-Bouton motorizado com 1,75 cavalo. Mais rápido, e proporcionalmente mais possante do que o pesado calhambeque da Peugeot, o triciclo tornava-se moda entre os *sportsmen* de Paris – os *playboys* da época, sem a conotação pejorativa que o termo carrega no século XXI. Eram jovens ricos, descompromissados, amantes da velocidade e de tudo o que hoje se chama esporte de aventura. Com seus companheiros de três rodas, Alberto organizou a primeira corrida de triciclos da França, no velódromo do **Parc des Princes** (hoje, estádio de futebol do Paris Saint-Germain).

> As pessoas de “bom senso” prognosticaram um desastre, *lembra Alberto*. Eram de parecer que, em uma pista de bicicletas, em virtude da rapidez das curvas, os triciclos tombariam e se quebrariam. Se não sucedesse isto, a inclinação do solo forçaria a parada do carburador ou atrapalharia o seu funcionamento, o que, do mesmo modo, resultaria na queda dos veículos. Os diretores do velódromo, ainda que aceitando o meu dinheiro, recusavam conceder-me a pista numa tarde de domingo. Temiam um fiasco. O sucesso retumbante da corrida desapontou-os.

Como organizador do evento, Alberto não participou da corrida, mas aumentou consideravelmente a sua popularidade, pagando do próprio bolso o prêmio ao vencedor.

ALMOÇO SOBRE AS NUVENS

Depois de quatro anos em Paris, o aluno deu por encerrado seu heterodoxo programa de estudos sob a orientação do professor Garcia. Arrumou as malas e zarpou para o Brasil. Tarde demais – já estava contaminado pelo vírus da *Belle Époque* e, sobretudo, pela possibilidade de voar num balão. Arrependia-se agora por não ter insistido na empreitada quando ainda estava na França. No Rio de Janeiro, já se organizando para a volta a Paris, aos 24 anos, Alberto abasteceu-se de livros para a travessia do Atlântico. Entre eles, um best-seller da época: *Andrée, au pôle Nord en ballon*. Um livro francês, no qual dois construtores de balões parisienses, Henri Lachambre e seu sobrinho Alexis Machuron, narravam os preparativos da missão científica do explorador sueco Salomon August Andrée, cuja expedição em balão partira da Suécia rumo ao Polo Norte. Foi seu livro de cabeceira durante toda a viagem. Chegando à França, não perdeu um minuto. Foi à **fábrica de balões de Henri Lachambre**, no número 24 da rue des Favorites, em Vaugirard, na época um subúrbio de Paris.

Desde a Guerra Franco-Prussiana, em 1870, os balonistas eram tidos em alta estima pelos franceses. Durante o cerco de Paris pelas tropas inimigas, 164 políticos e militares conseguiram sair da cidade graças aos balonistas que lhes transportaram em arriscados voos noturnos sobre as linhas inimigas. Santos Dumont, no entanto, ficou pasmo quando descobriu que o prestígio de Lachambre como construtor de aeróstatos era secundário se comparado à sua atividade principal: a fabricação de balões para festas populares. Balões de látex, com formatos de bonecos e animais, exportados para todo o mundo. Com essa prosaica produção, Lachambre ganhava dinheiro, mas não satisfazia seu coração. Como Alberto, sua paixão era a aerostação, o balonismo de aventura; não como piloto, mas como construtor.

Tarimbado pelas experiências anteriores, Alberto não nutria muita esperança com relação a Lachambre. Barganharia seu preço absurdo, se realmente quisesse fazer sua primeira ascensão em balão. O construtor, entretanto, o surpreendeu. Por uma ascensão de três ou quatro horas, cobrava 250 francos, incluindo todas as despesas de uma eventual aterrissagem desastrada, pouco provável, contudo, tendo o experiente Alexis Machuron como piloto. *D'accord!* Alberto

voltaria no dia seguinte, 23 de março de 1898, para fazer sua primeira ascensão num balão de hidrogênio, um aeróstato em voo livre, ao sabor do vento.

O brasileiro chegou cedo ao ateliê em Vaugirard, pois não queria perder nenhum detalhe da preparação do balão. Como bom autodidata, toda e qualquer observação oferecia-lhe uma oportunidade de aprendizado. Todos prontos, Lachambre soltou as amarras, deixando que Machuron e Alberto subissem aos céus de Paris a bordo de um singelo cesto de vime. “No mesmo instante, o vento deixou de soprar”, recorda Santos Dumont:

> Era como se o ar em volta de nós se tivesse imobilizado. É que havíamos partido, e a corrente de ar que atravessávamos nos comunicava sua própria velocidade. Eis o primeiro grande fato que se observa quando se sobe num balão esférico. Esse movimento imperceptível de marcha possui um sabor infinitamente agradável. A ilusão é absoluta. Acreditar-se-ia que não é o balão que se move, mas que é a terra que foge dele e se abaixa. (...) Aldeias e bosques, prados e castelos desfilavam como quadros movediços, em cima dos quais os apitos das locomotivas desferiam notas agudas e longínquas. Com os latidos dos cães, eram os únicos sons que chegavam ao alto. A voz humana não vai a essas solidões sem limites. As pessoas apresentavam o aspecto de formigas caminhando sobre linhas brancas, as estradas; as filas de casas assemelhavam-se a brinquedos de criança.

O melhor, porém, ainda estava por vir. Alberto já havia aderido aos hábitos franceses, entre eles, o farto e imprescindível almoço, em seja lá qual for a circunstância.

> O som de um alegre carrilhão chegou aos nossos ouvidos. Os sinos tocavam o “Angelus” do meio dia. Havíamos levado uma refeição substancial: ovos duros, vitela e frango frios, queijo, sorvete, frutas, doces, champanhe, café e licor. Nada mais delicioso do que semelhante repasto acima das nuvens. Que salão de refeições oferecia mais maravilhosa decoração? O calor do sol, pondo as nuvens em ebulição, fazia-as lançar em redor de nossa mesa jatos irisados de vapor gelado, comparáveis a grandes feixes de fogos de artifício. A neve, como que por obra de um milagre, espargia-se em todos os sentidos, em lindas e minúsculas palhetas brancas. Por instantes os flocos formavam-se, espontâneos, sob os nossos olhos, mesmo nos nossos copos!

Depois da sobremesa, do cafezinho e dos digestivos, Machuron e Alberto só não puderam fazer a sesta, e tampouco fumar um charuto, pois o hidrogênio do balão em contato com o ar torna-se altamente inflamável. Além disso, já estava na hora de aterrissar, por acaso, nos jardins do Castelo de Ferrières, do barão Alphonse de Rothschild, a cerca de 30 quilômetros a oeste de Paris. Empregados da propriedade,

encantados com a descida do balão, acorreram os balonistas, ajudando-os a guardar o envelope desinflado no cesto de vime. Machuron e Alberto alugaram uma carroça, que os levou até à estação de trem mais próxima. Às seis da tarde já estavam de volta a Paris.

No dia seguinte, para espanto de Lachambre, Alberto voltou ao ateliê em Vaugirard. Seu sobrinho, no entanto, não se surpreendeu. Sabia o que Alberto queria: encomendar a construção do seu próprio balão. Não era a primeira vez que o ateliê de Lachambre atenderia a encomenda de um brasileiro. Desde a década de 1880, seu ateliê fabricava balões para o inventor paraense Júlio César Ribeiro de Sousa, pensionista do imperador. Já em 1892, quando Santos Dumont ainda estudava, Lachambre confeccionara o balão dirigível *Bartholomeu de Gusmão* para o deputado e inventor potiguar Augusto Severo. Alberto, entretanto, era um cliente especial. Não queria um dirigível, mas sim um balão livre, esférico e pequenino. O menor balão possível, com somente 100 metros cúbicos de hidrogênio, que pudesse levantar tão somente o seu peso e o do cesto equipado.

Pela primeira vez aplicava a tríade conceitual que marcaria todas as suas invenções: pequenez, leveza e simplicidade – tudo deve ser pequeno e leve, como ele mesmo, que não media mais que 1,60 metro, pesando apenas cinquenta e poucos quilos. Em princípio, Henri Lachambre alegou que um balão tão pequeno não teria estabilidade, e o piloto facilmente se despencaria do cesto na primeira subida. Alberto insistiu, mostrando ao construtor que, alongando as cordas entre o balão e o cesto, ele conseguiria a mesma estabilidade de um balão normal. Além disso, apresentava à Lachambre um novo material, a seda japonesa, mais leve e mais resistente que a chinesa, que, envernizada, formava o envelope dos balões. O francês não se convenceu, mas aceitou a encomenda.

Enquanto seu aeróstato não ficava pronto, Alberto propôs a Lachambre um outro negócio. Queria ganhar experiência como piloto de balão e, por isso, oferecia-se como estagiário ao lado de Machuron. Seria seu assistente até que pudesse fazer uma ascensão solo. Em pouco tempo, o brasileiro tornava-se o piloto da fábrica de Lachambre para ascensões públicas em feiras e exposições. Ganhava experiência de voo, encarregando-se somente das despesas de transporte na volta do balão para o ateliê. Assim, chegou a fazer mais

de vinte ascensões para Lachambre, o único patrão que teve em toda a sua vida.

Numa delas, no fim da tarde de 30 de maio de 1898, em Péronne, no norte da França, percebeu que nuvens de tempestade se alinhavam no horizonte antes da ascensão. Preocupado em não decepcionar o público que o cercava, decidiu pelo voo, não obstante o mau tempo e o aviso de alguns mais prudentes.

> Em breve lastimei-me da minha temeridade. Achava-me só, perdido nas nuvens, entre relâmpagos e ruídos de trovões; e a noite se fechava em torno de mim. Eu ia, ia, nas trevas. Sabia que avançava a grande velocidade, mas não sentia nenhum movimento. Ouvia e recebia a procela; e era só. Tinha a consciência de um grande perigo, mas este não era tangível. Uma espécie de alegria selvagem dominava os meus nervos. Como explicar isto? Como descrevê-lo? Lá no alto, na solidão negra, entre o fulgor dos relâmpagos que a rasgavam e o faiscar dos raios, eu me sentia como parte integrante da própria tempestade.

Passou boa parte da noite assim, arrastado pela borrasca, sem nenhum controle do balão, até que subiu acima das nuvens, deixando-se levar pela noite, sob um manto de estrelas. Nos primeiros raios de sol, aterrissou com suavidade, sem acidentes. Na Bélgica. Esse era um dos aspectos que mais fascinava Santos Dumont nos aeróstatos, os balões livres, que ascendiam com a leveza do hidrogênio, sem que o piloto pudesse prever quando e onde iria aterrissar. Em seus escritos, aconselhava o balonismo a todos que tivessem uma vida sedentária e monótona em Paris. Era a aventura que lhes faltava. E ele não via a hora de se deixar levar em seu próprio balão.

Às cinco da tarde do dia 4 de julho de 1898, o pequeno balão individual de Santos Dumont era batizado: "*Brazil* te chamarás. Seja feliz! Voe pelos ares, e que Deus te proteja!", bendizia uma senhorita, cujo nome Santos Dumont jamais revelou, mas seus biógrafos descobriram: Hélène de Raoul. Amigos e curiosos cercavam o cesto do balão, pronto para a ascensão no **Jardin d'Acclimatation**. Sua localização privilegiada, cercado pelos imensos gramados do **Bois de Boulogne**, fazia do Jardim um ponto de ascensão ideal para os balões, ao mesmo tempo que atraía a atenção das famílias que visitavam os animais e as famosas "exibições antropozoológicas". Ali Lachambre havia instalado uma pequena usina de hidrogênio, com o qual inflava os balões dos seus fregueses.

Para sua surpresa, o balãozinho de Alberto, com 6 metros de diâmetro, isto é, um terço do tamanho do menor balão individual, não só ascendeu sem problemas, como viajou a 2 mil metros de altitude. Lá em cima, Alberto jantou, com trufas e champanhe, assistindo ao pôr do sol e ao nascer de uma imensa lua escarlate. Aterrissou silenciosamente, às 22h, em Pithiviers, a 85 quilômetros ao sul de Paris.

Agora, um recado para a turma que gosta de ser do contra: é verdade, Santos Dumont não inventou o avião, e muito menos o relógio de pulso. Mas, com certeza, inventou a quentinha cinco-estrelas. Foi o primeiro cliente do sofisticado restaurante **Maxim's** a pedir trufas, caviar e champanhe *para viagem*. Colocava tudo numa cestinha de piquenique, embarcava no cesto do balão e lá ia, todo satisfeito, jantar ou almoçar no seu ambiente predileto, a abóbada infinita do céu, forrada por um tapete de brancas nuvens lá embaixo.

Mas, voltando ao *Brazil*, com o êxito do seu pequeno balão, que mereceu notas na imprensa francesa, Santos Dumont começava a conquistar a admiração e credibilidade dos amantes do balonismo. Três meses depois da ascensão inaugural do seu balão, tornou-se membro fundador do **Aéro-Club de France**, o primeiro clube de balonismo e aviação do mundo, formado por uma confraria de *sporstmen* e magnatas de Paris, na rue du Colisée, 48.

Na *L'Aérophile*, revista do aeroclube, Santos Dumont logo ganharia destaque, não só por sua engenhosidade, mas também por seu sangue-frio e coragem nas corridas de automóveis e competições de balões livres das quais participava. Os confrades do aeroclube ainda não tinham visto nada. Voar no pequeno *Brazil* fora apenas o primeiro passo de uma longa e perigosa jornada: a conquista da navegação aérea, com a instalação de um motor, uma hélice e um leme num balão, transformando-o num dirigível.

NAVEGANDO PELOS ARES

O desenvolvimento da dirigibilidade dos balões vinha sendo negligenciado havia quinze anos, após sucessivos fracassos, fosse com motores elétricos ou a vapor. O último dirigível francês fora

construído em 1884 pelos engenheiros militares Charles Renard e Arthur Krebs. O gigantesco *La France*, com armação de bambu revestida com seda chinesa, tinha a forma de um charuto de 52 metros de comprimento, com um bojo de 8 metros de diâmetro. Chegou a ascender e voltar ao ponto de partida em cinco dos sete testes realizados. Num deles, no dia 9 de agosto de 1884, voou 8 quilômetros em 23 minutos, numa velocidade média de 21 quilômetros por hora. Era o primeiro voo controlado da história, com um motor elétrico de oito cavalos. A solução, contudo, era também o problema: as baterias elétricas pesavam 400 quilos, fora o peso do próprio motor somado aos acessórios, à tripulação e ao cesto de 32 metros de comprimento. Grande e pesado, o *La France* revelava-se um alvo fácil, demasiadamente lento para missões militares. Pior: o governo imperial do Brasil apresentou queixa junto à República francesa, alegando que o *La France* era uma cópia pirata do *Santa Maria de Belém*, a aeronave projetada por Júlio César Ribeiro de Sousa. O plágio nunca foi confirmado, mas o projeto de Renard e Krebs, de qualquer modo, foi abandonado. Paris teria que esperar pela chegada de Santos Dumont para voltar a ver alguém tentando dirigir um balão motorizado pelos céus da cidade.

Descartando os motores elétricos e a vapor, Santos Dumont voltou aos seus preceitos de simplicidade e leveza. Deu-se conta num estalo de que poderia estar, literalmente, sentado na solução. Olhou para o seu triciclo De Dion-Bouton, equipado com aquele motorzinho trepidante de pouco menos de dois cavalos. Não, não poderia usar aquele motor. Sua própria trepidação provavelmente destruiria o balão. Mas Santos Dumont não era um homem de conjecturas, e, sim, de ação através de experiências práticas. Intuía, deduzia, testava e corrigia até acertar, com uma tenacidade inabalável.

Na calada da noite, com a ajuda de dois assistentes, levou o triciclo para o Bois de Boulogne. Procurou uma árvore centenária, amarrou três cordas ao veículo, lançando-as sobre um galho baixo e robusto. Montou no triciclo e, para espanto dos dois franceses, pediu que o içassem a uma altura de alguns palmos do chão. Deu partida no motor e ficou maravilhado: solto, balançando no ar, o motor trepidava menos do que quando apoiado no solo. E quanto maior a velocidade, mais suave ele girava. Próximo passo: fazê-lo mais potente.

Nessa época, Santos-Dumont já morava no número 114 da avenue des Champs-Élysées, esquina com rue Washington. Procurou uma **oficina mecânica** nas redondezas, encontrando-a a três quadras dali, no número 43 da rue du Colisée, quase em frente ao recém-fundado Aéro-Club de France. Explicou ao mecânico, Albert Chapin, o que pretendia: unir o motor do seu triciclo a outro que havia comprado separadamente. Assim, transformaria dois motores de 1,75 cavalo num de 3,5 cavalos, pesando apenas 30 quilos. Chapin coçou o bigode e topou o desafio. Sem desconfiar, estava dando início a uma longa e bem-sucedida parceria com o inventor brasileiro.

Deixando o mecânico ocupado com os motores, Santos Dumont voltou ao ateliê de Henri Lachambre em Vaugirard. Agora mais confiante na engenhosidade do seu exótico cliente, Lachambre o recebeu de braços abertos. Mas eles caíram inertes tão logo o francês escutou o novo pedido do brasileiro: queria uma balão em forma de charuto, um dirigível, no qual seria instalado um motor a gasolina. Lachambre recusou veemente a encomenda. "Por que não se senta num barril de pólvora fumando um charuto?", perguntou. "Seria mais seguro!" Argumentos como esse, Santos Dumont ouviria por toda parte onde mencionasse seu projeto de construir um balão de hidrogênio impulsionado por um motor a combustão interna. Explosão na certa – fosse por um escapamento de hidrogênio do balão ou por uma fagulha do motor que o atingisse. O inventor lembrou a Lachambre da discussão que tiveram sobre a construção do minúsculo *Brazil*, e como, por fim, tivera razão. A Lachambre não caberia mais que seguir suas instruções.

Enquanto o balão era costurado, Santos Dumont se impacientava com o novo motor de dois cilindros montado por Chapin. Estava ansioso para testá-lo numa situação real. A oportunidade surgiu com uma corrida de automóveis entre Paris e Amsterdã. Ainda que a corrida não fosse aberta a triciclos, Santos Dumont reinstalou o motor no seu velho De Dion-Bouton, e esperou pela primeira bateria de concorrentes na estrada. Quando passaram, disparou atrás e, para seu deleite, descobriu que o seu motor de 3,5 cavalos corria tanto quanto os automóveis de última geração. Não chegou, porém, a Amsterdã. Temia que as estradas esburacadas danificassem a sua pequena invenção, o que poderia retardar o voo inaugural do seu dirigível.

Com a ajuda de Chapin, voltou a desmontar o triciclo, limpando e guardando o motor. Não podendo ficar a pé, comprou um carro zero – um Panhard-Levassor de seis cavalos, com o qual fez uma pequena viagem. Foi até Nice, a 940 quilômetros de Paris, em 54 horas de estrada empoeirada. Reza a lenda que, correndo como uma flecha, a 17 quilômetros por hora, não teve tempo sequer de descansar na estrada. De volta a Paris, chegou à conclusão de que essas aventuras lhe tomavam muito tempo, e manter um automóvel tão em voga lhe custava caro. De agora em diante focaria suas energias nos dirigíveis. Trocou o bólido francês por um modesto buggy elétrico, importado dos Estados Unidos. "Recomendava-se aos meus olhos, às minhas conveniências e à minha razão: comprei-o. Não me arrependi. Com ele corro Paris. É rápido e silencioso, e não desprende odor algum", exaltava as qualidades do carrinho, que não cheirava a cavalo, nem a óleo queimado.

O dirigível *Santos Dumont Número 1* ficou pronto três meses e meio depois da primeira ascensão do pequeno *Brazil*. De volta ao Jardin d'Acclimatation no dia 18 de setembro de 1898, a aeronave de Santos Dumont atraía um pequeno grupo de curiosos, que esperava testemunhar um momento histórico ou, mais provavelmente, assistir a outro maluco arriscando o pescoço em nome da ciência. Não há dados precisos, mas é certo que, no final do século XIX, o número de mártires do balonismo e da aviação na Europa já ultrapassava duas centenas. Santos Dumont não ignorava o perigo, mas a obsessão de voar numa máquina que ele pudesse controlar falava-lhe mais alto. Sem capacete ou cinto de segurança, inventados décadas depois, o brasileiro confiava na segurança do seu método de trabalho. Tudo era feito por etapas, seguindo uma sequência lógica. Antes de tentar um voo solo num balão, ele o fizera acompanhado. E só depois de muita experiência com balões livres, passou à etapa seguinte: o primeiro de uma série de dirigíveis, que se tornariam paulatinamente mais possantes e complexos.

O *Número 1*, portanto, seria o mais básico dos seus aparelhos. O balão, sem nenhum armação interna, tinha um formato cilíndrico, com extremidades em cone, como um gigantesco charuto. Media 25 metros de comprimento, com um bojo de 3,5 metros de diâmetro, o que demandava 180 metros cúbicos de hidrogênio para inflar

totalmente o invólucro de seda japonesa. Como novidade, Santos Dumont abria mão da rede que, cobrindo os balões, os prendia ao cesto. Para reduzir o peso, substituíra a rede por um sistema de hastes de madeira, costuradas horizontalmente nas laterais do balão, de onde desciam os cabos que sustentavam a barquinha de vime. O motor de dois cilindros era anexado diretamente ao cesto, acionando uma hélice de alumínio com 2 metros de diâmetro. Otimista, Santos Dumont esperava que o dirigível pudesse atingir a velocidade de 29 quilômetros por hora. O mais engenhoso, no entanto, era o sistema de subida e descida na diagonal. Dois sacos de areia, pendurados numa corda horizontal acima do piloto, eram puxados para a frente ou para trás, deslocando o centro gravitacional do balão. Isto é, quando os dois sacos estavam na frente, o aparelho embicava para baixo, e a força do motor o fazia descer. Puxados para trás, o balão apontava para o céu, ganhando altitude. O leme, por outro lado, ficava aquém do conjunto. Feito com uma pequena armação triangular de aço, forrada com seda, fora instalado numa das cordas de sustentação do balão, sendo manipulado por um sistema de cabos. Seu tamanho diminuto, de efeito quase irrelevante, revelava a inexperiência de Santos Dumont no domínio da aerodinâmica.

Com todo esse emaranhado de cabos e cordas, e uma hélice que zunia a menos de um metro do seu braço, Santos Dumont estava pronto para ascender a bordo do *Número 1*. Vestido para a ocasião, o piloto trajava um elegante paletó cinza-claro, com colete da mesma cor, camisa branca de gola alta, fechada por uma gravata vermelha. Na cabeça, uma proteção fundamental: um chapéu palheta, seguro, claro, por um barbante sob o queixo. Posou ao lado de amigos para a foto oficial e embarcou no cesto: *“Laissez tout!”*, comandou aos assistentes. Com um vento mais forte do que esperava, o *Número 1* ascendeu alguns metros, cruzou o gramado do Jardin d’Acclimatation como uma flecha e, antes que pudesse ganhar mais altura, espatifou-se contra o arvoredo. A multidão correu aos gritos em socorro do aeronauta, mas Santos Dumont escapou ileso. Feriu apenas o orgulho. A seda do balão, entretanto, rasgou-se, adiando uma segunda tentativa.

Dias depois, o remendado *Número 1* apresentava-se ao público do Jardin d’Acclimatation, pronto para uma nova partida. Escolado,

Santos Dumont ascendeu dessa vez contra o vento, neutralizando-o com a força do seu próprio motor. Subiu na vertical e, uma vez passada a altura da copa das árvores, meteu-se a favor do vento, sobrevoando o bosque com tranquilidade. O público aplaudia entusiasmado enquanto o piloto fazia manobras para a direita, para a esquerda, para cima e para baixo, exibindo a dirigibilidade do seu aparelho. Com o ego inflado pelos gritos e aplausos, permitiu que o balão subisse a 400 metros de altura, de onde via a Torre Eiffel e toda Paris. Logo se arrependeria.

E aqui vale uma rápida explicação técnica: nas alturas a baixa pressão atmosférica faz com que o hidrogênio do balão se expanda. Uma válvula de segurança permite que o gás escape, antes que o balão exploda. Com menos hidrogênio o balão começa a descer. A pressão volta ao normal, o hidrogênio que sobrou se contrai e o balão, naturalmente, murcha. No caso dos balões esféricos e livres, não há problema, pois a perda de altitude pode ser compensada com a perda de lastro. Joga-se fora um saco de areia (aos punhados para não matar ninguém lá embaixo), e o balão volta a subir. Mas no caso dos dirigíveis, sem armação interna, a perda de hidrogênio fazia o balão se dobrar em dois, perdendo seu formato e, consequentemente, a aerodinâmica. Uma bomba de ar ligada ao motor deveria encher um pequeno balão interno, chamado balonete, que, substituindo o hidrogênio perdido, restabeleceria a rigidez do balão principal.

Naquele caso, porém, a bomba de ar não funcionou. Sem aerodinâmica, Santos Dumont tornava-se presa do vento. Sem hidrogênio, caía cada vez mais rápido. Lá embaixo, no **Campo de Jogos de Bagatelle,** um grupo de meninos soltava pipas. Santos Dumont jogou-lhes a corda-pendente do balão, gritando-lhes para que a pegassem e puxassem o balão contra o vento. “Eram garotos inteligentes”, lembra Santos Dumont. “Pegaram no instante propício a ideia e a corda. E o resultado deste auxílio *in extremis* foi imediato, e tal qual eu esperava. A manobra amorteceu a violência da queda e evitou-me, pelo menos, um choque perigoso. Estava eu salvo pela primeira vez!” Sacudindo a poeira do paletó, entre risos nervosos, diria aos jornalistas: “Subi num balão, e desci numa pipa!”

OS DIRIGÍVEIS NÚMERO 2 E 3

Oito meses depois de descer dos céus como homem-pipa, Santos Dumont estava pronto para testar o seu aparelho *Número 2*. Com o mesmo comprimento, mas um pouco mais bojudo do que o primeiro dirigível, demandava 200 metros cúbicos de hidrogênio, sendo equipado com o cesto e o motor salvos do *Número 1*. Uma importante modificação, porém, fora feita na bomba de ar que falhara no primeiro balão. Agora, um pequeno ventilador de alumínio deveria garantir o fluxo de ar para o balonete, que manteria o envelope rígido caso houvesse perda de hidrogênio. No dia 11 de maio de 1899, ironicamente, Dia da Ascensão, Santos Dumont estava de volta à estação de balões do Jardin d'Acclimatation. O céu estava encoberto e, depois de inflado o balão, a chuva caiu forte, deixando o envelope de seda encharcado. Inflar um balão de hidrogênio dava muito trabalho, e custava caro: 500 dólares por ascensão. Diferentemente do gás de iluminação, que era barato e mais acessível (porém menos leve), o hidrogênio precisava ser produzido no próprio local, derramando-se ácido sulfúrico sobre limalha de ferro. Um processo demorado que tomava uma manhã inteira para inflar um balão do tamanho do *Número 2*. Desistir daquela ascensão significava desinflar o balão e perder todo o hidrogênio que havia comprado. Além do mais, havia um público à espera e, como sempre, Santos Dumont não poderia decepcioná-lo. Resolveu ascender assim mesmo, com a seda do balão molhada e pesada. Mal levantou do chão, o hidrogênio contraiu-se, dobrando o balão em dois, como um canivete. Empurrado pelo vento, foi terminar seus dias pendurado numa árvore. O piloto pulou do cesto e, com sua fleuma costumeira, avisou: "Precisamos construir o *Número 3*!"

Santos Dumont passou o verão de 1899 trabalhando no desenho e construção da sua terceira aeronave. O fiasco do *Número 2* trouxera-lhe importantes lições: o novo aeróstato não poderia dobrar-se em dois; seria mais curto e mais largo, com 20 metros de comprimento e 7,5 metros de diâmetro – em vez de um charuto, uma bola de rugby. Para garantir sua aerodinâmica, acrescentou-lhe uma haste de bambu de 10 metros de comprimento, que, pendurada horizontalmente entre o balão e o cesto, manteria o envelope alongado, mesmo no caso de

perda de gás. Além disso, serviria como trilho para os sacos de areia que faziam o dirigível subir e descer na diagonal. Com essas novidades, o aeronauta abria mão do balonete interno e da bomba de ar que o alimentava. E, não menos importante, com a força ascensional de 500 metros cúbicos de gás (três vezes maior que a do *Número 1*), poderia dar-se ao luxo de trocar o raro hidrogênio pelo gás de iluminação pública, menos leve, porém mais barato.

A primeira ascensão do *Número 3* foi realizada na manhã de segunda-feira, dia 13 de novembro de 1899. Desta vez, prescindindo do hidrogênio do Jardin d'Acclimatation, partia do ateliê de Lachambre, na rue des Favorites. O balão ascendeu facilmente, navegando até o **Champ-de-Mars**, em frente à Torre Eiffel, onde executou várias manobras, comprovando sua dirigibilidade. "No curso destas evoluções sobre o Champ-de-Mars, meu espírito não se deteve especialmente sobre a Torre Eiffel", conta Santos Dumont. "Quando muito, considerei-a um monumento interessante para contornar, e contornei-a, com efeito, muitas vezes, a uma distância prudente." Na própria torre e lá embaixo, nas avenidas, turistas e parisienses apontavam o dirigível, atraídos pelo som de um motor que roncava sobre suas cabeças. Era um pássaro? Um balão? Não, era *Le Petit Santôs*! O mesmo homem que havia voado no diminuto balão *Brazil*.

Satisfeito com o desempenho da aeronave, Santos Dumont embicou na direção sudoeste, sobrevoando o Bois de Boulogne, chegando ao velódromo do Parc des Princes, de onde partiu em busca de um lugar aberto e seguro para terminar o passeio inaugural do *Número 3*: "A aterrissagem em Paris é geralmente perigosa para qualquer balão, por causa das chaminés que ameaçam rasgar-lhe o flanco, e das telhas, sempre prontas a cair na cabeça dos transeuntes." Encontrou seu porto seguro no Campo de Jogos de Bagatelle, o mesmo onde havia aterrissado como uma pipa a bordo do *Número 1*. O voo inaugural do *Número 3* fora um triunfo. "A partir desse dia não guardei mais a menor dúvida a respeito do sucesso da minha invenção", concluía Santos Dumont. "Reconheci que iria, para toda a vida, dedicar-me à construção de aeronaves."

Tendo aterrissado com toda a segurança, e sem perder um centímetro cúbico de gás, Santos Dumont lamentava ter que esvaziar

o balão por não ter onde guardá-lo. O problema, no entanto, seria logo resolvido pelo Aéro-Club de France. Seus sócios compraram um terreno no platô de Saint-Cloud, subúrbio na zona oeste de Paris, que se tornaria o primeiro aeródromo da cidade. Sendo um dos seus membros fundadores, Santos Dumont não perdeu um minuto: mandou construir um hangar para seus balões, equipando-o com uma pequena usina de hidrogênio. Teria livre acesso ao gás raro e essencial, além de poder poupá-lo, guardando seus balões no hangar sem precisar desinflá-los.

O PRÊMIO DEUTSCH DE LA MEURTHE

O êxito da dirigibilidade do *Número 3*, com o qual Santos Dumont faria várias ascensões públicas, despertou o interesse dos membros do aeroclube e, em especial, do barão Henry Deutsch de la Meurthe, empresário, milionário e compositor de valsas nas horas vagas. Um dos primeiros magnatas do petróleo, Deutsch de la Meurthe era proprietário da Pétroles Jupiter, que, mais tarde, seria incorporada à Shell France. Com um olhar aguçado para os negócios, o barão via nas experiências de Santos Dumont uma oportunidade de ouro para incentivar o desenvolvimento do motor a gasolina, que disputava espaço com os motores elétricos na nascente indústria automobilística. Com coragem e obstinação, o brasileiro havia provado que o motor a gasolina, usado com precaução, era eficiente e seguro nos dirigíveis. Logo, o petróleo estava inexoravelmente ligado ao futuro da aerostação e da aviação. Já imaginou um avião elétrico ou movido a vapor? Pois havia quem tentasse.

Impressionado com o intrépido Santos Dumont, o melhor garoto propaganda do motor a gasolina, Deutsch de la Meurthe resolveu dar um empurrãozinho ao desenvolvimento dos dirigíveis. Ofereceu um fabuloso prêmio de 100 mil francos (o suficiente para comprar dezesseis automóveis) para o primeiro aeronauta que conseguisse perfazer 12 quilômetros de voo ininterrupto, decolando do aeródromo de Saint-Cloud, contornando a Torre Eiffel e voltando ao ponto de partida em, no máximo, trinta minutos. Em dar a volta à torre, Santos Dumont não via muitas dificuldades. Mas retornar ao aeródromo em

trinta minutos significava voar a uma velocidade média de 24 quilômetros por hora, ou 25, contando-se o tempo perdido ao contornar a torre. Ainda que confiasse no seu motor de 3,5 cavalos, achava que qualquer vento contrário diminuiria a velocidade do seu bojudo balão. Estava na hora de construir um *Número 4*, mais arrojado, e aproveitar para exibi-lo em Paris, pois o ano de 1900 prometia.

O último ano do século XIX em Paris entrou para a história como um daqueles momentos em que colossais eventos cívicos ou esportivos arrebatam o imaginário de uma população inteira. Enquanto o povo se mobiliza ativamente como voluntário e consumidor, os empresários faturam, e os políticos celebram. Assim foi o inverno de 1950 no Brasil (com a Copa do Mundo) e o verão de 2012 em Londres (com os Jogos Olímpicos coincidindo com o Jubileu da Rainha Elizabeth). Em 1900, Paris também sediava os Jogos Olímpicos, os segundos da era moderna. Mas pouca gente se deu conta disso. Passaram despercebidos, eclipsados dentro do contexto em que foram organizados: a gigantesca Exposição Universal, realizada entre abril e novembro daquele ano.

As Exposições Universais começaram em Londres, em 1851, com intuito de celebrar e divulgar as conquistas tecnológicas da Revolução Industrial. A Expo de 1900, a quinta realizada em Paris, seria a maior de todos os tempos, com 83 mil expositores, distribuídos pelo Champ-de-Mars, à sombra da Torre Eiffel, e pelo Bois de Vincennes (o grande parque da zona leste de Paris). Naquele ano a exposição fazia um balanço das conquistas tecnológicas do século XIX, lançando um trailer do que seria o século XX. Havia pavilhões dedicados a todos os ramos da tecnologia, sendo o Palácio da Eletricidade uma das principais atrações. Nas margens do rio Sena foram construídos mais de quarenta pavilhões nacionais, em estilos tradicionais, numa salada arquitetônica que, para o bem de Paris, foi demolida logo após o evento. Como legado, ficou de pé o que realmente interessava do ponto de vista urbanístico: a **Ponte Alexander III**, os pavilhões de exposição do Grand Palais e Petit Palais, a Gare d’Orsay (hoje, **Musée d’Orsay**) e a linha 1 do metrô de Paris (o segundo do mundo, depois de Londres).

Era nesse ambiente de euforia, na virada do século, que Santos Dumont queria demonstrar publicamente o seu domínio da navegação aérea, sobrevoando os chapéus de milhões de visitantes da Expo a bordo do seu dirigível *Número 4*. Nos seus sete meses de duração, a exposição foi visitada por 50 milhões de pessoas, quando toda a França não contava mais que 38 milhões de habitantes. O balonismo, esporte radical, era uma das principais atrações da feira. No programa dos Jogos Olímpicos, o aeroclube organizara competições de balões livres. Quem aterrissasse mais longe de Paris venceria – o ganhador da medalha de ouro foi parar em Kiev, na Ucrânia. Um cinema de 360 graus, o Cinéorama, simulava a ascensão num balão sobre Paris, com o público de pé num cesto, cercado de telas por todos os lados (pena que os projetores tenham entrado em pane no primeiro dia, e o Cinéorama tenha fechado as portas antes da decolagem). Mais importante para Santos Dumont, contudo, seria a realização, no contexto da Expo, do Congresso Internacional de Aeronáutica, no qual ele planejava exibir a sua aeronave.

O DIRIGÍVEL NÚMERO 4

O novo aparelho ficou pronto no dia 1 de agosto de 1900, com mudanças radicais em relação ao bem sucedido *Número 3*. De olho no prêmio Deutsch de La Meurthe, Santos Dumont e seu fiel mecânico Chapin apostavam agora na velocidade. Assim, o quarto dirigível teria um balão alongado, com 29 metros de comprimento, e fino, com 5 metros de diâmetro – um meio-termo entre o bojudo *Número 3* e os primeiros dirigíveis em forma de charuto. Voltavam o balonete e a bomba de ar, bem como o hidrogênio, 420 metros cúbicos, agora produzido no seu próprio hangar. Pela primeira vez descartavam o motor improvisado do triciclo, equipando o dirigível com um novo motor de dois cilindros, com uma potência de sete cavalos. Com 4 metros de diâmetro, a hélice deixava de ser propulsora (atrás do piloto) para ser tratora (colocada à frente), puxando a aeronave. Curiosamente, Santos Dumont abria mão do cesto de vime como cabine de comando: pilotava o dirigível precariamente escarranchado num quadro de bicicleta. Com o guidão direcionava o leme, usando os

pedais para dar novo arranque ao motor em caso de pane. Uma infinidade de cabos permitia-lhe controlar as válvulas de segurança do balão, e a torneira do reservatório de água que, como inovação, servia de lastro, em vez de areia.

Durante sete semanas, o *Número 4* fez várias ascensões no Aeródromo de Saint-Cloud, até que Santos Dumont se sentiu confiante para convocar os membros do Congresso Internacional de Aeronáutica, reunidos na Exposição Universal. Por azar, no dia da apresentação, 19 de setembro, sofreu um pequeno acidente com o leme da aeronave. Limitou-se, então, a fazer uma ascensão cativa (com o balão preso a uma corda) na qual demonstrou a eficiência do motor a gasolina contra a força do vento. Entre os congressistas estava o cientista americano Samuel Langley, que já fazia, nos Estados Unidos, experiências com pequenos planadores a vapor, não tripulados, cujos resultados inspirariam os irmãos Orville e Wilbur Wright – os "Pais da Aviação" dos americanos. Langley, que não fazia fé nos balões dirigíveis como solução para a navegação aérea, impressionou-se, contudo, com as experiências de Santos Dumont.

Segundo alguns historiadores, a visita de Langley ao hangar de Saint-Cloud, onde os dois homens conversaram, explicaria, anos depois, a mudança de interesse de Santos Dumont do balão dirigível para o aeroplano, o *mais-pesado-que-o-ar*. Ninguém então falava em "avião", uma palavra inventada pelo engenheiro francês Clément Ader. Em 1890, ele teria voado 50 metros com seu aparelho, o *Avion Éole*, a uma altura de 20 centímetros do solo – tornava-se o "Pai da Aviação" dos franceses. Só tardiamente, porém, o pulinho do Avion, que parecia um morcegão, seria conhecido publicamente. Afinal, seus experimentos foram realizados em sigilo, com o apoio financeiro do Ministério da Guerra. Sete anos depois do primeiro teste, sem jamais conseguir um novo salto, Ader e seu Avion foram finalmente abandonados pelos militares. O projeto, no entanto, foi arquivado como segredo de Estado, para ocultar o prejuízo do ministério numa empreitada tão estrambólica.

50 Dos três mais famosos cabarés de Montmartre na *Belle Époque*, somente Le Chat Noir não está mais em operação.

Le Petit Journal

Le Petit Journal

Le Supplément illustré

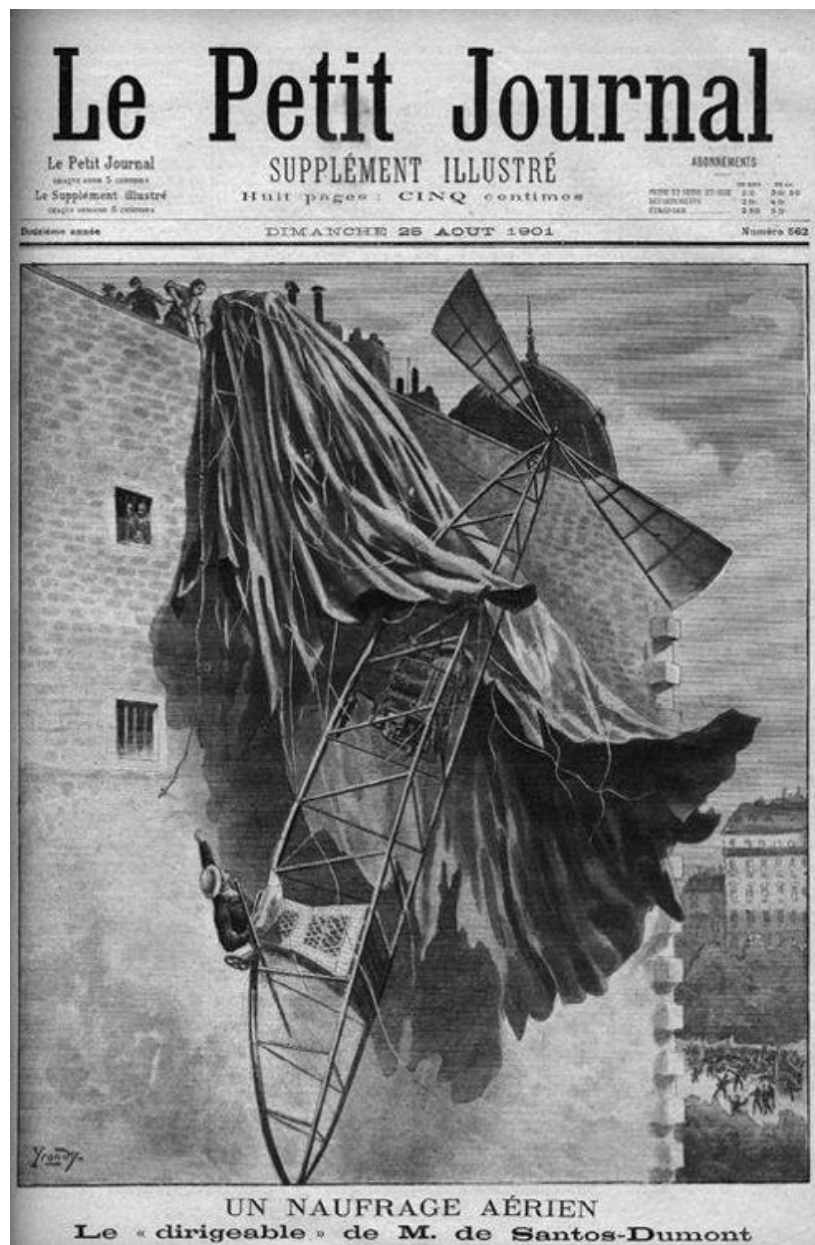
SUPPLÉMENT ILLUSTRÉ

Huit pages : CINQ centimes

ABONNEMENTS

Douzième année — DIMANCHE 25 AOUT 1901 — Numéro 562

UN NAUFRAGE AÉRIEN

Le « dirigeable » de M. de Santos-Dumont

O resgate de Santos Dumont, que ficou pendurado a vários metros de altura na quilha do dirigível nº 5, após o choque da aeronave contra um prédio, em 8 de agosto de 1901. Ilustração publicada na edição de 25 de agosto de 1901 do periódico francês *Le Petit Journal.*

Entusiasmado com o desempenho do *Número 4*, e estimulado pelos cumprimentos dos membros do congresso aeronáutico, Santos Dumont sentiu-se seguro para aumentar a potência do motor do dirigível, tendo em vista os 25 quilômetros por hora que precisaria

alcançar para contornar a Torre Eiffel e ganhar o prêmio Deutsch de la Meurthe. Instalou na aeronave um motor de quatro cilindros, com uma potência de dezesseis cavalos. Seu peso, entretanto, demandava uma força ascensional maior. O balão foi, então, alongado, passando a ter 33 metros de comprimento, com capacidade para 480 metros cúbicos de hidrogênio.

Contudo, com a chegada do outono e o fim da temporada de balões, Santos Dumont foi obrigado a desinflar o invólucro antes mesmo de testá-lo. De volta ao hangar, continuou a trabalhar no aperfeiçoamento do motor, pela primeira vez refrigerado a ar – uma novidade então. Assistido por Chapin, trabalhou dia e noite com tanto afinco que acabou adoecendo. Exposto ao vento frio e constante gerado pela hélice, contraiu uma pneumonia e, como todo *sportsmen* de Paris, foi se curar num local apropriado. Na Côte d'Azur.

O ACIDENTE DE PASSY

Em 1900, Santos Dumont não teve tempo, nem confiança suficiente na vitória, para tentar ganhar o prêmio Deutsch, cuja período de vigência só expiraria em 1904, se ninguém o vencesse antes. Para seu alívio, nenhum concorrente apareceu em 1900, e poucos se inscreveriam no ano seguinte. Não havia muita gente com a coragem e o sangue frio daquele sujeito teimoso e obstinado, que desenhava, construía e pilotava suas próprias invenções, testando-as ao custo da sua própria segurança.

Enquanto curava sua pneumonia em Nice, não conseguia parar de trabalhar. Alugou uma carpintaria, desenhou e construiu sozinho a inovação que transformaria o *Número 4* no dirigível *Número 5:* uma quilha triangular de 18 metros de comprimento, construída em madeira de pinho, com junções de alumínio, pesando ao todo não mais que 50 quilos. Numa época em que havia controle aduaneiro entre as províncias da França, a quilha acabou retida pela alfândega na chegada a Paris. Pouco adiantaram as solícitas explicações de Santos Dumont. Os oficiais estudaram a quilha durante uma semana para, enfim, classificá-la e taxá-la como "mobiliário de fino acabamento".

Se 1900 foi o ano de Paris, 1901 seria o ano da consagração de Alberto Santos Dumont. De volta ao seu hangar, pagou as taxas alfandegárias da quilha, e começou imediatamente a montagem do dirigível *Número 5*. Ganhar o prêmio Deutsch era a meta, e o tempo voava. Como no primeiro ano ninguém tentou vencer o desafio, no dia 1º de abril de 1901, o Aéro-Club de France decidiu premiar Santos Dumont com 4 mil francos, correspondentes aos juros dos 100 mil francos depositados em banco. A quantia era atribuída ao brasileiro como reconhecimento à sua contribuição para o desenvolvimento da navegação aérea no ano anterior.

Santos Dumont, no entanto, surpreendeu o aeroclube e o magnata Deutsch de la Meurthe. Devolveu-lhes o dinheiro, pedindo que com os 4 mil francos fosse estabelecido o prêmio Santos Dumont, que repetia todas as condições do prêmio Deutsch, mas com uma diferença fundamental: ganharia o dinheiro quem fizesse o percurso de ida e volta do Aeródromo de Saint-Cloud à Torre Eiffel, *sem limite de tempo*. Como patrocinador do prêmio e único balonista que já conseguira contornar a torre, o próprio Santos Dumont abstinha-se de participar. Na verdade, o prêmio de 4 mil francos, que mal dava para encher um balão de hidrogênio, mandava um recado malcriado ao aeroclube: o limite de trinta minutos tornava a prova quase impossível, uma vez que poucos motores a gasolina atingiam tal velocidade, 24 quilômetros por hora, em 1901, sem contar a imprevisibilidade dos ventos, que poderiam retardar o balão. Oferecendo o prêmio a quem desse a volta à torre em qualquer tempo, sem obrigatoriedade de homologação oficial, ele demonstrava que ninguém chegava perto do que ele fazia. E ninguém sequer tentou.

Enquanto isso, no hangar de Saint-Cloud, a quilha recebia o motor do *Número 4* (quatro cilindros com dezesseis cavalos de potência), suspenso por fios de aço no centro da armação. Um longo eixo de transmissão ligava o motor à hélice de 4 metros de diâmetro, dessa vez instalada na popa. Santos Dumont não vira vantagem em tê-la à sua frente, sujando o seu paletó. O piloto voltava a ocupar o cesto de vime na proa da aeronave, abandonando de vez o arriscado quadro de bicicleta. A quilha levava ainda o tanque de combustível, a ventoinha que alimentava o balonete, dois reservatórios de cobre, com um lastro de 54 litros de água, e a corda-pendente do balão, que, substituindo os

sacos de areia, deslizava para trás e para a frente deslocando o eixo gravitacional do aparelho.

Castelo do barão Edmond Rothschild: raro caso de abandono no patrimônio histórico da França.

Quanto à costura do novo envelope de seda, de 34 metros de comprimento, com capacidade para 550 metros cúbicos de gás, os trabalhos não andariam tão rápido no ateliê de balões em Vaugirard. Alexis Machuron andava doente, e Henri Lachambre teve que coordenar sozinho a confecção do novo balão, que também apresentava novidades. Todo o cordame que prendia o envelope à quilha seria substituído por cordas de piano, mais leves e menos resistentes ao vento. O *Número 5* só ficou pronto no início de março de 1901, mas Machuron, companheiro e primeiro instrutor de Santos Dumont, não o veria no ar. Faleceu, aos 29 anos, no dia 16 daquele mês, deixando uma viúva e uma criança de 2 anos.

Depois dos primeiros ensaios bem-sucedidos, Santos Dumont ascendeu com o *Número 5* no dia 12 de julho de 1901, fazendo um dos seus melhores voos até então. Às quatro e meia da manhã, horário ideal para a ascensão de balões, levou o dirigível para o **Hipódromo de Longchamp**, no Bois de Boulogne, e lá completou dez voltas

sobre a pista, num percurso total de 35 quilômetros. Sem pousar, seguiu direto para Puteaux, de onde voltou para a Torre Eiffel. Tendo rompido um cabo do leme, fez uma aterrissagem suave no gramado do Trocadero e, ajudado por operários de uma obra, emendou o cabo e voltou a ascender. Contornou a Torre Eiffel, seguindo para Saint-Cloud, depois de navegar mais de 40 quilômetros em pouco mais de uma hora. Satisfeito com o desempenho do dirigível, notificou a comissão científica do aeroclube: estava preparado para a primeira tentativa de ganhar o prêmio Deutsch.

No dia seguinte, sábado, 13 de julho de 1901, os nobres membros do aeroclube, incluindo o barão Deutsch de la Meurthe, madrugaram para testemunhar e cronometrar a ascensão do *Número 5*. Às 6h40 da manhã, Santos Dumont ajeitou seu chapéu palheta e, a bordo do cesto, gritou para que seus assistentes largassem os cabos. *Laissez tout!* Subiu com segurança, e em dez minutos já tinha chegado à Torre Eiffel. Pudera: com vento em popa a ida fora um passeio, mas a volta lhe tomou mais de meia hora de luta contra o vento, a uma altitude de 200 metros. Não ganharia o prêmio. Pior: depois de cruzar a linha de chegada, o motor entrou em pane, deixando o dirigível à mercê do vento, que o empurrava para trás, em direção aos edifícios de Paris. Santos Dumont puxou o cabo que abria a válvula de emergência, liberando hidrogênio para uma aterrissagem forçada na área livre mais próxima: as dependências do **Castelo do barão Edmond Rothschild**, irmão de Alphonse.[51] Caindo rapidamente, o *Número 5* foi se chocar contra as árvores do parque, deixando Santos Dumont pendurado nos galhos mais altos, sem ter sofrido um arranhão. Lá em cima, enquanto estudava como resgatar o balão sem causar-lhe maiores danos, recebeu dos empregados da propriedade uma cesta com algo para comer – um agrado enviado pela vizinha do barão de Rothschild, a condessa d'Eu, ou ex-princesa Isabel. Assustada, a condessa havia testemunhado a queda do dirigível, que passara sobre o seu palacete, e queria ter notícias do valente conterrâneo de quem tanto se falava. Pediu-lhe, em nota, que a fosse visitar assim que possível, para contar-lhe sobre o acidente e suas aventuras nos céus.

51 Edmond de Rothschild era irmão mais novo de Alphonse, em cuja propriedade Santos Dumont aterrissara na sua primeira ascensão em balão livre. O castelo de Edmond, em Boulogne-Billancourt, foi abandonado pela família Rothschild na Segunda Guerra

Mundial, quando os nazistas ocuparam Paris, saqueando a propriedade. Com a liberação de Paris, as tropas americanas ocuparam o castelo, acentuando os estragos causados durante o conflito. Em 1979, os Rothschild doaram a propriedade, com 15 hectares de terreno, à prefeitura de Boulogne-Billancourt, que ali criou um parque público. O castelo, entretanto, foi vendido a um xeque saudita por 48 milhões de francos. Infelizmente, o xeque nunca investiu um centavo no imóvel, atualmente em ruínas. Um raro caso de abandono no patrimônio histórico da França.

Palacete da condessa d’Eu, no atual boulevard Anatole France.

Depois de recolher o balão e despachá-lo para o hangar, Santos Dumont bateu a poeira do paletó, desamassou o chapéu de palha e foi imediatamente visitar a condessa como se nada lhe houvesse acontecido. Atento ao protocolo, trocou de gravata com um amigo, pois a vermelha que normalmente usava poderia lembrar à condessa dos *communards* franceses e, por tabela, dos republicanos brasileiros. Desde a morte de D. Pedro II, Isabel dividia seu tempo entre o castelo d’Eu, da família do marido, na Normandia, e o palacete de Paris, no número **7** do boulevard de Boulogne (atual **boulevard Anatole France**), no nobre subúrbio de Boulogne-Billancourt.

Isabel interessava-se por Santos Dumont não só pelo que lia nos jornais a respeito do intrépido brasileiro, mas também por ter o coração preocupado de mãe. O aeronauta era apenas dois anos mais velho que seu primeiro filho, Pedro de Alcântara. A princesa encantou-se com a cortesia e elegância tão naturais no aeronauta, lamentando, contudo, os sustos que Alberto devia dar à sua pobre

mãe. Tomaram chá, enquanto Santos Dumont explicava suas ideias e invenções para a conquista da navegação aérea. Emocionada pela coragem e determinação do conterrâneo, a princesa comentou: "Suas evoluções aéreas fazem-me recordar o voo dos nossos grandes pássaros no Brasil. Oxalá possa o senhor tirar do seu propulsor o partido que aqueles tiram das próprias asas e triunfar, para glória da nossa querida pátria."

Dias depois, Santos Dumont recebeu uma carta da princesa, sempre muito beata:

> 1.º de agosto de 1901.
>
> Senhor Santos Dumont,
>
> Envio-lhe uma medalha de São Bento que protege contra acidentes. Aceite-a e use-a na corrente do seu relógio, na sua carteira ou no seu pescoço. Ofereço-lha pensando na sua boa mãe, e pedindo a Deus que lhe socorra sempre e que lhe ajude a trabalhar pela glória de nossa pátria.[52]
>
> Isabel, condessa d'Eu.

Supersticioso, Santos Dumont pendurou a medalha numa pulseira fina de ouro, usando-a no pulso esquerdo. Nunca mais a tiraria do braço. Eternamente louvado por sua coragem e sangue-frio, o aeronauta admitiria seus medos anos depois, ao comentar o prêmio Deutsch de La Meurthe:

> (...) contornar a Torre Eiffel imprimia à prova um elemento capital de perigo. Meu temor em terra era que, na minha impaciência, um erro de direção ou qualquer vento de lado me atirasse contra o monumento. O choque faria rebentar o balão; eu iria ao solo como uma pedra. Nem a mais extrema prudência, nem o cuidado que eu tomava, descrevendo um círculo muito largo, poderiam livrar-me do perigo. (...) A Torre Eiffel era, repito-o, o mais grave de todos os meus perigos: e representava o meu objetivo.

No dia 8 de agosto, três semanas depois da queda nos jardins do barão de Rothschild, Santos Dumont estava pronto para a segunda tentativa de ganhar o prêmio Deutsch contornando a Torre Eiffel. Convocou a Comissão de Aerostação Científica do Aéro-Club de France e, às 6h, ascendeu do aeródromo de Saint-Cloud, com o céu limpo e sem nuvens, sob os aplausos de uma multidão de duzentas pessoas que se levantou cedo para assistir a suas proezas. Outra vez ajudado pelo vento, o *Número 5* cobriu os 6 quilômetros do percurso

de ida em apenas nove minutos. Contornou a torre e, na volta, começaram os problemas.

Inexplicavelmente, o balão perdia hidrogênio. A bomba de ar que deveria encher o balonete de compensação não funcionava, e a aeronave começava a cair. Sem a rigidez do envelope, um cabo de sustentação afrouxou-se, sendo destruído pela hélice do dirigível. Santos Dumont só tinha uma opção. A 200 metros de altura, cortou o motor, enterrou o chapéu na cabeça e se preparou para o que mais temia: empurrado pelo vento, o balão voltava para trás, entrando em rota de colisão com a Torre Eiffel. Por sorte, ou azar, a queda também se acelerava, e o piloto calculava que se chocaria contra o solo, às margens do Sena, antes de se esborrachar contra as vigas de aço da torre. Com menos hidrogênio, a aeronave caía empinando a proa. A tensão desigual exercida sobre os cabos de sustentação ameaçava rompê-los um a um. Santos Dumont despencaria de uma altura de mais de cem metros, estatelando-se nas ruas de **Passy**, na margem direita do Sena, em frente à Torre Eiffel. Lá embaixo, a multidão, aos gritos, acompanhava aterrorizada a queda do aparelho, que finalmente se chocou contra a quina de um telhado. O balão explodiu com um estrondo, como um gigantesco saco de papel. A quilha despencou, mas, presa pelo balão, ficou pendurada num ângulo de 45 graus entre a parede do edifício e o telhado de um restaurante vizinho, que ficava no número **8** da **avenue du Président-Kennedy**. Salvo por São Bento, Santos Dumont permanecia amarrado ao cesto, imóvel, sem saber o que se romperia primeiro, os cabos ou a quilha, deixando-o cair de uma altura de 15 metros nos fundos do restaurante.

> Após uma espera que não me pareceu nada divertida, *lembra Santos-Dumont*, chegou-me uma corda, lançada do telhado mais alto. Amarrei-me a ela, e fui içado. Constatei então que os meus salvadores eram os bravos bombeiros de Paris. Da sua estação de Passy haviam observado o meu voo; haviam visto minha queda e tinham acorrido. Após tirarem-me do embaraço, empregaram-se no salvamento do aparelho.

Mas o aparelho não tinha salvação. Fora a quilha e o motor, o balão estava em frangalhos.[53]

De volta ao chão são e salvo, Santos Dumont foi recebido por milhares de pessoas que testemunharam sua coragem (e inacreditável sorte) no desastre. Beijou a medalha de São Bento, mostrando o pulso

descoberto para a multidão. Ajudado por uma barreira de policiais, conseguiu afastar os curiosos para verificar se o motor do dirigível fora danificado. Nada. Funcionava perfeitamente. Perdera somente o balão. Mais tarde, pagaria, sem reclamar, 150 francos pelo conserto do telhado. Por ora, acendia um cigarro para se acalmar. Perguntado por um repórter se ainda tentaria ganhar o prêmio Deutsch, Santos Dumont não hesitou: começaria a construção do dirigível *Número 6* imediatamente. Voltou para casa, desenhou um novo balão e, naquela mesma noite, deixou o projeto no ateliê de Henri Lachambre. Depois, foi ao **Maxim's** para relaxar.

O MAXIM'S

Quando não estava em casa, ou pendurado num balão sobre Paris, Santos Dumont podia ser encontrado com frequência no número 3 da rue Royale, endereço do Maxim's – a meca do *tout-Paris*, a alta sociedade da *Belle Époque*. Vale lembrar que a *Belle Époque* só era bela para quem tinha dinheiro, e a situação dos pobres de Paris não era muito melhor do que a dos miseráveis de Victor Hugo. O nível de desigualdade social seria alarmante se não fosse considerado normal. Os empresários, banqueiros e aristocratas que frequentavam o Maxim's faziam parte de uma minoria que habitava seu próprio mundo, obscenamente abastado. Mas o restaurante nem sempre fora assim.

Inaugurado em 1893 com as economias do ex-garçom Maxime Gaillard, o Maxim's Bar abrira suas portas como pé-sujo, atendendo a uma clientela composta em sua maioria por cocheiros. Os taxistas da época regalavam-se com um menu caseiro de primeira, como todo pé-sujo francês o fazia, e ainda o faz. Poucas semanas depois de aberto, contudo, o socialite Arnold de Contades e sua cortesã Irma de Montigny aventuraram-se a entrar no estabelecimento, para espanto dos seus modestos clientes. Almoçaram e ficaram tão satisfeitos que retornaram, levando amigos, que, por sua vez, convidaram conhecidos, namoradas e amantes. De boca em boca, o Maxim's ganhava espaço na seleta programação do *tout-Paris*.

Nos últimos suspiros do século XIX, o restaurante já misturava, sem desandar, dois ingredientes pouco compatíveis: a nata da aristocracia decadente e a base da burguesia em ascensão. Os primeiros faziam do Maxim's seu Baile da Ilha Fiscal; os segundos, um palco de ostentação despudorada do dinheiro novo que dominaria o século XX. Tradição, heranças e títulos nobiliárquicos davam lugar, na Europa, à engenhosidade, investimento e especulação. Sentados à mesa, no entanto, o dinheiro novo e o velho pouco se diferenciavam. Usavam as mesmas cartolas, fraques, estolas de pele e diamantes. Pena que *Monsieur* Gaillard não estivesse predestinado a desfrutar o sucesso do seu estabelecimento. Morreu dois anos depois da inauguração, legando o Maxim's ao seu *maître*, Eugène Cornuché. Contratando arquitetos de vanguarda e artistas da moda, Cornuché transformou o pé-sujo num elegantíssimo restaurante art nouveau – o movimento arquitetônico que dominou a *Belle Époque*. Em 1900, durante a Exposição Universal, o restaurado Maxim's triplicava seu faturamento com a afluência de uma nova clientela. Deixava de ser um clube exclusivo da alta sociedade francesa para abraçar a elite internacional, visitante da Expo. Sem perder seus clientes tradicionais, o restaurante ganhava fama na boca de magnatas americanos, barões brasileiros e nobres do leste europeu. Sem Twitter ou Facebook, o Maxim's se transformava no restaurante mais famoso do planeta.[54]

52 São Bento ou São Benedito? Alguns biógrafos acreditam que a medalha oferecida pela ex-princesa Isabel a Santos Dumont era, na verdade, de São Benedito, o Negro, o que daria um charme maior à história, tendo em vista o papel de Isabel na abolição da escravatura. Mas, na tradição católica, é São Bento de Núrsia o patrono da Cruz-Medalha de proteção. Um erro de tradução pode estar na raiz do mal-entendido. Santos Dumont escreveu o seu primeiro livro (*Dans l'air*) em francês, e tanto Bento como Benedito respondem, em francês, por *Benoît*.

53 O prédio moderno que hoje ocupa os números 8 e 10 da *avenue du Président-Kennedy* não permite que se tenha uma visão clara do acidente. Para entendê-lo melhor, salte na estação de metrô de Passy, suba as escadas até a rue de l'Alboni e localize a Torre Eiffel à sua direita. O dirigível de Santos Dumont passou em queda sobre a estação do metrô, caindo atrás dos edifícios que estão entre você e a torre. Depois, você pode descer as escadas que levam ao rio Sena e lá ver o prédio número 8 da avenue du Président-Kennedy, construído no terreno onde estava o restaurante. Se tiver tempo, consulte a detalhada reconstituição do acidente feita pelo ilustrador Luiz Pagano, no seu blog "A maravilhosa vida de Santos Dumont":

www.santosdumontvida.blogspot.fr/2010/09/desvendando-o-acidente-de-08-de-agosto.html

54 Em 1981, o Maxim's de Paris foi comprado pelo estilista franco-italiano Pierre Cardin, apaixonado pelo estilo art nouveau. Além de manter o restaurante intacto, Cardin transformou os dois andares superiores no Musée Art Nouveau – um apartamento de doze cômodos com mobiliário original de 1900, coleção particular do próprio estilista.

Fachada do restaurante Maxim's, na rue Royale.

Entre os brasileiros que o frequentavam, estava um jovem franzino e cabeçudo, que compensava sua falta de atributos físicos com uma elegância incomum. Santos Dumont era um grã-fino diferente. Encaixava-se de maneira curiosa nesse ambiente do *tout-Paris*. Não obstante a popularidade, e ser frequentemente adulado por celebridades, milionários e aristocratas, continuava a manter sua postura discreta, fruto de uma timidez inata. Da sua mesa cativa no Maxim's, apreciava o ambiente de sofisticação e glamour, enquanto gozava do seu status de *sportsman*, o *playboy* dos pegas automobilísticos e, sobretudo, das proezas aéreas. Saboreava os olhares indiscretos e comentários à boca pequena que o apontavam como um homem rico, "riquíssimo, filho do rei do café". Nesse ambiente de pompa e vaidade desenfreada, pleno de futilidades, o reservado Santos Dumont sentia-se protegido, podendo manter relações sociais tão leves quanto o ar.

O acidente com o dirigível *Número 5* foi manchete de primeira página na imprensa francesa, com destaque no suplemento dominical

de *Le Petit Journal*. O conservador jornal *Le Figaro*, por sua vez, exaltava as aventuras do brasileiro em editorial:

> Santos Dumont não se contentou em ser um sábio, em perseguir com paixão a solução do problema equacionado por seus precursores e de trazer à obra comum o benefício precioso das suas ideias, de suas pesquisas, da sua experiência pessoal: ele aí consagrou sua fortuna e, o que é mais importante, arriscou várias vezes sua vida.

Se Santos Dumont já atraía centenas de curiosos nas suas ascensões, o desastre em Passy lançou-o à condição de celebridade nacional. O "intrépido", o "corajoso", o "destemido", era uma enxurrada de adjetivos na boca do povo, complementando o apelido *Le Petit Santôs*. Como celebridade e *habitué* do Maxim's, não se salvaria do traço irônico do escritor e cartunista mais famoso de Paris. Ninguém que era alguém na alta sociedade da *Belle Époque* escapava do lápis de Georges Goursat, mais conhecido como Sem. E ninguém ficava ofendido. Pelo contrário, tornar-se alvo do caricaturista era uma honra para os grã-finos que frequentavam o Maxim's – uma espécie de autenticação do seu status de celebridade.[55]

Ao caricaturar Santos Dumont, Sem logrou entrar numa intimidade aberta para poucos. Ao lado de Antônio Prado Júnior, outro herdeiro da aristocracia cafeeira paulista, Sem tornou-se um dos raros amigos de Santos Dumont em Paris. Solteirão, charmoso e tão zeloso do seu elegante guarda-roupa como o amigo brasileiro, transitava com facilidade pelos salões da elite parisiense. No Maxim's, Santos Dumont pegava carona na sua extroversão para chegar àquelas celebridades que, por conta própria, ainda não lhe haviam procurado.

Entre elas, o joalheiro Louis Cartier, a quem Santos Dumont pediu conselhos. Tinha dificuldade em cronometrar seus voos, pois tinha as mãos muito ocupadas puxando cabos e manetes nos seus dirigíveis, não conseguindo abrir o relógio de bolso que usava em seu colete. Algumas semanas depois, Cartier apresentou-lhe a solução: um pequeno relógio quadrado, com algarismos romanos, seguro por um bracelete de couro. Agora, o aeronauta poderia cronometrar seus voos, sem tirar as mãos do comando da aeronave. Surgia o relógio de pulso modelo Santos Dumont, até hoje um dos maiores êxitos da **Joalheria Cartier** (você pode ver o modelo na vitrine da Cartier na

avenue des Champs-Élysées. Pode comprá-lo também, claro, se tiver 5 mil euros sobrando).[56] Daí a lenda sobre Santos Dumont ter inventado o relógio de pulso – que já era usado havia anos por militares em combate, e, em versões mais delicadas, por senhoras da alta sociedade.

Por outro lado, Santos Dumont inventou, com certeza, para além da quentinha cinco estrelas, os jantares aéreos – uma das excentricidades reservadas aos raros conhecidos que conseguiam privar da sua intimidade. Convidados ao apartamento da avenue des Champs-Élysées, 114, os amigos espantavam-se, divertidos, com a altura da mesa de jantar, a quase 2 metros do chão. Por um escadote, subiam em cadeiras altíssimas, acomodando-se à mesa circular para quatro pessoas. Santos Dumont chamava, então, o mordomo, que, na ponta dos pés, ainda precisava erguer os braços para lhes entregar os pratos. Era a versão doméstica dos piqueniques aéreos, que o inventor tanto apreciava fazer sobre as nuvens.

O BRASILEIRO MAIS FAMOSO DO MUNDO

O dirigível *Número 6* ficou pronto no início de setembro, três semanas depois do desastre em Passy. Seu voo inaugural, contudo, foi adiado depois de um pequeno acidente, que rasgou o balão. Somente em 19 de outubro o novo aparelho faria sua primeira tentativa de ganhar o prêmio Deutsch, se as condições meteorológicas assim o permitissem. Desde que foi inaugurada, em 1889, a Torre Eiffel abrigava, no seu topo, o serviço de meteorologia de Paris, instalado pelo físico Éleuthère Mascart, confrade e amigo de D. Pedro II. Em 1901, seus relatórios meteorológicos eram infalíveis. Podiam informar, com precisão absoluta, a temperatura do ar, a direção e a força do vento – que soprara no dia anterior. Ou, na melhor das hipóteses, no aqui e agora. Que tempo faria dali a um minuto já era um trabalho para astrólogos e videntes. Com essa miopia meteorológica, Santos Dumont tropeçava nas regras do prêmio Deutsch. De acordo com o regulamento, a Comissão de Aerostação Científica do aeroclube deveria ser convocada para cada nova tentativa com 24 horas de antecedência. Ora, quem poderia prever

que, em 24 horas, o tempo não se fecharia com um baita temporal? Chegou a cogitar a possibilidade de convocar a comissão para uma sequência de sete dias consecutivos, avisando que só apareceria nos dias em que fizesse bom tempo. Mas os membros da comissão não engoliram a manobra, insistindo na convocação em 24 horas. A solução seria convocá-los para o fim da madrugada, quando a brisa do alvorecer soprava suave. Santos Dumont, porém, sentia-se constrangido por tantas vezes ter tirado os confrades da cama, no meio da noite, sem jamais ter conseguido um bom resultado. Resignou-se, então, a convocá-los para as duas horas da tarde.

O horário mais conveniente não chegou a impressionar a Comissão de Aerostação Científica do aeroclube. Escolados nessas ascensões do brasileiro, somente cinco dos seus 25 membros compareceram ao Aeródromo de Saint Cloud: o presidente do clube, o marquês Jules-Albert de Dion; o presidente da comissão científica, o príncipe Roland Bonaparte, sobrinho-neto de Napoleão; o secretário Emmanuel Aimé; o editor da *L'Aérophile*, Georges Besançon; e o jornalista, especializado em ciências, Wilfrid de Fonvielle (o mesmo que apresentara o pêndulo de Foucault ao imperador Pedro II). O horário, em compensação, permitiria a presença de um público maior, o que sempre motivava Santos Dumont. Entre os presentes, a ex-princesa Isabel, que, desde que conhecera o brasileiro voador, não perdia nenhuma das suas ascensões públicas.

O *Número 6* pouco diferia do dirigível anterior, destruído no acidente de Passy. Equipado com o mesmo motor, o balão, em forma de charuto, media 36 metros de comprimento, por 6 de diâmetro, com uma capacidade de 630 metros cúbicos de gás, podendo levantar 690 quilos. Investigando o desastre com o *Número 5*, Santos Dumont encontrara a sua causa: primeiro, uma válvula de escape funcionara mal, provocando a perda de hidrogênio. Depois, o balonete de compensação não funcionara. Fora preparado às pressas, sem que o verniz tivesse tempo de secar. A seda grudou-se à face interna do balão, impedindo que o balonete se inflasse quando devia. Por conta disso, o *Número 6* apresentava um novo sistema: o balonete ficaria permanentemente inflado, num engenhoso jogo de compensação com o hidrogênio do balão – tudo calibrado por válvulas de escape, com maior ou menor sensibilidade.

55 As caricaturas originais de Sem, incluindo algumas de Santos Dumont, podem ser vistas no Musée Art Nouveau, de Pierre Cardin, instalado sobre o restaurante Maxim's.

56 O preço do relógio de pulso modelo Santos Dumont da Cartier varia entre 5 mil e 20 mil euros, dependendo do acabamento. Pode ficar mais caro, sem dúvida, pois sempre haverá espaço para mais um diamante, ao gosto do freguês.

O dirigível *Número 6*, pilotado por Santos Dumont, contorna a Torre Eiffel.

Às duas da tarde daquele sábado, Santos Dumont telefonou para o serviço de meteorologia da Torre Eiffel, sendo informado que, naquele instante, a velocidade do vento atingia 20 quilômetros por hora. Nada a fazer. A comissão do aeroclube já estava lá e, como ou sem vento, ele deveria partir. Às 14h42, o *Número 6* ascendeu, aplaudido pelo público, rumo à história da aviação. Em oito minutos e 45 segundos conclui o percurso de ida, a uma vertiginosa velocidade de 36 quilômetros por hora, graças ao forte vento que o empurrava. Contornou o topo da torre, passando entre ela e o rio Sena, a uma distância de 50 metros do seu para-raios. Lá embaixo, o trânsito de carruagens dera um nó. Cocheiros e passageiros esticavam o pescoço olhando para o céu, acenando com chapéus e lenços para o

brasileiro voador. Nos jardins do Trocadero, cerca de 5 mil pessoas observavam excitadas a proeza do pequeno aeronauta. *Vive Santôs!*

O percurso de volta, no entanto, não seria fácil. O vento que o acelerara na ida o freava na volta. Pior: a história se repetia. O motor engasgou, fazendo com que o dirigível perdesse velocidade. Sem piloto automático, e correndo o risco de perder o rumo e a prova, Santos Dumont viu-se forçado a abandonar os cabos da direção para dar novo arranque ao motor. Ao mesmo tempo, já sobrevoando as árvores do Bois de Boulogne, sentia o ar fresco do bosque esfriando o balão, fazendo-o perder altitude. Para compensar a queda, puxou a corda-pendente para trás, mudando o eixo gravitacional do dirigível, embicando-o para cima. Por um instante, pensou ter a situação sob controle. Mas faltando menos de 1 quilômetro para a chegada à Saint Cloud, o motor voltou à sua força normal, fazendo o balão subir como um foguete. Sabendo que tentar descer seria perda de tempo, limitou-se a estabilizar o aparelho na horizontal, cruzando a linha de chegada a 150 metros de altitude. O cronômetro da comissão cravava, então, 29 minutos e 15 segundos. Mas Santos Dumont ainda levou 1 minuto e 25 segundos para conseguir baixar a altitude e retornar ao ponto de partida. Só então seus assistentes agarraram a corda-pendente, parando o dirigível. A poucos metros do solo, gritou eufórico para os espectadores: “Ganhei?” Sim! Todos corriam em sua direção para comemorar o seu feito. Menos a comissão do aeroclube. Desembaraçando-se da multidão, o marquês de Dion, encarregado da cronometragem, aproximou-se do aeronauta. “Lamento”, disse consternado, “mas o senhor perdeu o prêmio por quarenta segundos”. A turba revoltou-se. Não era possível. Que lhe dessem o prêmio imediatamente. Que piada era aquela? Não era piada, e Santos Dumont sabia.

Algumas semanas antes, o aeroclube mudara as regras do jogo, deixando o brasileiro furibundo. Não bastava cruzar a linha de chegada. Era agora necessário parar no mesmíssimo ponto de partida em, no máximo, trinta minutos. Santos Dumont redarguira: um cavalo vence a corrida quando cruza a linha de chegada, e não quando volta à cocheira. Não adiantou. O aeroclube ignorou seus protestos e, agora, confirmava a nova regra. Despeitado, Santos Dumont ainda se ofereceu a repetir o feito imediatamente. A multidão, porém, não o

permitiu. Gritavam que ele ganhara o prêmio, e que não tinha nada mais a provar. Diante da intransigência da comissão do aeroclube, o brasileiro deixou escapar um desabafo misterioso: quem mais perderia com a sua derrota seriam os pobres de Paris.

Só o caso do capitão Alfred Dreyfus, que dividira a opinião pública em torno de um escândalo de traição militar e antissemitismo, ganharia tanto espaço nos jornais franceses como a disputa que agora começava entre Santos Dumont e o aeroclube. Passaram-se semanas de discussões acaloradas nas ruas, no bonde, nos cafés, no Maxim's. Para os parisienses, a questão do momento era se o inventor deveria ou não receber os 100 mil francos do prêmio Deutsch de la Meurthe. Um grupo contrário a Santos Dumont formou-se no seio do aeroclube. Charles Renard desdenhava do prêmio Deutsch desde o começo. Alegava que as supostas proezas do brasileiro não se comparavam ao histórico voo do seu dirigível, *La France*. Santos Dumont não passava de um "*sportsman* da aerostação", um *playboy*, amador do balonismo.

O despeito e azedume do velho Renard, porém, não encontraram eco em todos os membros da confraria. Havia quem defendesse Santos Dumont. Entre eles, o influente príncipe Bonaparte, o secretário Emmanuel Aimé, e o próprio Henry Deutsch de la Meurthe, instituidor do prêmio. Na imprensa, os editoriais e artigos corroboravam a opinião do povo: *Le Petit Santôs* ganhara o prêmio, e o Aéro-Club de France deveria se envergonhar. No dia 1º de novembro, a Comissão de Aerostação Científica do aeroclube reuniu-se a portas fechadas, em busca de uma solução. Depois de um acalorado debate entre detratores e defensores de Santos Dumont, foi anunciado o resultado. Em votação secreta, a comissão concedia-lhe a vitória pela margem de treze votos a favor, e nove contra. Num aparente sinal de paz e boa vontade, Henry Deutsch de la Meurthe acrescentou mais 25% ao prêmio, totalizando 125 mil francos.

Recebido o cheque, Santos Dumont foi pessoalmente à agência bancária para trocá-lo por 125 notas de mil francos. Generosamente, ofereceu 50 mil aos seus colaboradores, entre eles, o mecânico Albert Chapin e seus assistentes. Os 75 mil restantes foram entregues, para espanto geral, ao chefe de polícia de Paris. Que o dinheiro fosse distribuído aos pobres. Primeiro, que se resgatasse todas as

ferramentas penhoradas por trabalhadores em dificuldades. Havendo troco, com certeza, que fosse distribuído entre os necessitados registrados na prefeitura da cidade – que não eram poucos. Generosidade ou golpe de mestre, pouco importa. Santos Dumont passava de *playboy* do balonismo a grande filantropo do povo parisiense. *Le Petit Santôs* não era somente audacioso, corajoso e genial. Tornava-se, na visão popular, um homem de grande espírito, desinteressado, trabalhando pelo bem da humanidade. *Vive Santôs!*

O desinteresse de Santos Dumont por dinheiro era autêntico. No decorrer da vida, ele perderia muito mais do que os 125 mil francos do prêmio, na medida em que se recusava a patentear qualquer uma de suas invenções. Enquanto os irmãos Wright faziam todos seus experimentos às escondidas, por temer que a pirataria pudesse ameaçar seus lucros, Santos Dumont publicava na imprensa especializada desenhos detalhados dos seus inventos, assim que os houvesse testado e aprovado. O brasileiro acreditava que o conhecimento deveria ser de domínio público, para que todos pudessem cooperar, acelerando assim o progresso da ciência. Era o Pai do *Open Source*, ou do Código Aberto.

Por ironia do destino, Santos Dumont não sabia que, ao mesmo tempo que abria mão dos 125 mil francos, o deputado potiguar Augusto Severo conseguia que a Câmara dos Deputados no Brasil aprovasse um prêmio do mesmo valor (cem contos de réis) para que o inventor pudesse dar continuidade aos seus bem-sucedidos experimentos na França. Santos Dumont gentilmente recusou a oferta, mas outras homenagens seriam prestadas em Paris, como o jantar organizado por seus amigos no dia 9 de novembro, reunindo 120 convidados, entre eles, Gustave Eiffel e Henry Deutsch de la Meurthe, que, embalado pelo champanhe, tomou de assalto a orquestra para executar sua valsa *Santôs*, composta em homenagem ao brasileiro.

O regabofe continuou no dia seguinte, desta vez com o jantar oficial do aeroclube, no Café de Paris, que, na avenue de l’Opéra, 41, disputava a preferência da elite com o Maxim’s. Os comensais fartaram-se com ostras de Oostende, consomê de frango, filé de linguado à florentina, lombo de cordeiro de Chezelles, perdiz de Sologne no espeto, salada de legumes, sorvete Viviane com wafer,

frutas da estação e muito vinho. Alegres e empanturrados, passaram aos discursos intermináveis. Tomando a palavra, Emmanuel Aimé, o secretário do aeroclube e eventual colaborador de Santos Dumont, lembrou a todos que fora o brasileiro quem havia feito renascer o interesse pelo balão dirigível na França e no mundo. "Bravamente", declamava Aimé, "este verdadeiro campeão dos dirigíveis e, em breve, provavelmente da máquina voadora, tornou-se o líder deste movimento, conclamado a revolucionar as condições de locomoção em nosso planeta". Prolongada salva de palmas.

Interessante que nesse discurso de 1901, Aimé tenha feito referência a Santos Dumont como líder, "em breve", das experiências em máquinas voadoras. Talvez, com uma piscada de olho marota para o amigo, Aimé fizesse referência a alguma conversa que os dois teriam tido no hangar dos balões. Mas os céus ainda teriam que esperar cinco anos, antes que Santos Dumont fizesse a passagem dos dirigíveis para a sua primeira máquina voadora, o *14-Bis*. Agora, o franzino inventor estava mais interessado em desfrutar a sua nova posição de brasileiro mais famoso do mundo.

Em Paris, a imagem do *Petit Santôs*, já popularizada pelo amigo e caricaturista Sem, passava a estampar cartões postais, enquanto as fábricas de brinquedos se apressavam em produzir miniaturas do dirigível *Número 6*, em alta demanda no Natal de 1901. Nas padarias, as crianças batiam o pé: só queriam o *Petit Santôs*, um biscoito de gengibre com o perfil do aviador.

Enquanto sua popularidade aumentava, a temperatura diminuía com a chegada do inverno. Sem poder fazer novas ascensões em Paris, devido ao vento e à chuva, Santos Dumont aceitou o convite do príncipe Alberto I de Mônaco, outro confrade de D. Pedro II, para que continuasse seus experimentos no clima ameno da Côte d'Azur. A pedido do inventor, o príncipe mandara construir um hangar na baía de Monte Carlo, de onde o brasileiro passou a fazer suas ascensões, para o deleite dos milionários e aristocratas que frequentavam o balneário – entre eles, a ex-imperatriz Eugênia de Montijo, viúva de Napoleão III, que deixou o seu retiro para visitá-lo em seu hangar, criando alvoroço da imprensa.

No dia 13 de fevereiro de 1902, entretanto, o *Número 6* fez seu último voo. Distraído, Santos Dumont ascendeu com pouco

hidrogênio, fazendo com que a aeronave perdesse altitude assim que começou a sobrevoar o mar. Tentou compensar a queda empinando o aparelho, mas a rápida subida fez o hidrogênio se expandir, escapando pelas válvulas e desinflando ainda mais o envelope. Receando que a hélice atingisse a parte desinflada do balão, o piloto cortou o motor, deixando a aeronave à deriva. O vento começou a empurrá-lo para a costa, na direção dos prédios de Monte Carlo. Santos Dumont puxou o cabo de emergência que rasgava o balão, deixando que o hidrogênio escapasse por completo. O *Número 6* caiu lentamente, afundando nas transparentes águas da Côte d'Azur.

O *PAX* DE AUGUSTO SEVERO

Acidentes como aquele eram comuns nas experiências de Santos Dumont. Incomum era sua sorte. Naufragou no Mediterrâneo, despencou-se das alturas, esborrachou-se em árvores, estatelou-se contra paredes de tijolos, sem jamais sofrer mais do que leves escoriações. Fosse a medalha de São Bento ou pura sorte, Santos Dumont parecia ter o corpo fechado.

O mesmo não poderia ser dito de tantos outros. Entre eles, o deputado Augusto Severo, aquele mesmo que o havia homenageado com o prêmio de 100 contos, pela proeza do dirigível *Número 6*. Inventor, jornalista e político, Severo já fazia experiências com dirigíveis no Brasil, antes mesmo de Santos Dumont. Inspirado pelo inventor paraense Júlio César Ribeiro de Sousa, que desde 1881 era freguês de Henri Lachambre, Severo recorreu ao experiente construtor francês para fazer seu primeiro dirigível. Levado ao Brasil em 1892 por Alexis Machuron, o balão de Augusto Severo, *Bartholomeu de Gusmão*, só pôde ser inflado em 1893, mas não voou longe, antes de ser destruído num choque contra uma árvore.

Não obstante o resultado pouco promissor, Severo voltou a insistir nos dirigíveis, inspirado agora pelo triunfo do conterrâneo. No final de 1901, depois que Santos Dumont havia contornado a Torre Eiffel, Severo mudou-se para Paris, alugando um apartamento na **rue Léopold Robert**, número **2**. Assim que se acomodou, visitou Lachambre para lhe encomendar uma nova aeronave, o *Pax*.

O deputado acalentava ideias grandiosas e, apesar dos maus resultados que obtivera até então, considerava o *Pax* apenas um protótipo do que seria a sua grande contribuição para o progresso da locomoção aérea controlada. Um enorme dirigível de 100 metros de comprimento chamado *Jesus*, que voaria sobre as águas, sendo a primeira aeronave a cruzar o oceano Atlântico. Com capacidade para cem passageiros, o dirigível faria a travessia em quatro ou cinco dias, ligando Dacar, no Senegal, a Natal, no Rio Grande do Norte.

Mas, enquanto o *Jesus* não passava de megalomania, o *Pax* ficou pronto em maio de 1902, com capacidade para dois tripulantes. Num período em que Santos Dumont viajava muito, sendo reverenciado em Londres e Nova York, não há registros de que ele e Augusto Severo tenham algum dia se encontrado. Uma pena, pois uma palavrinha do experiente aeronauta poderia ter evitado a tragédia. Com poucos contatos em Paris, Severo teve dificuldades em contratar um copiloto, e acabou optando por Georges Saché, um bom mecânico de motores que se entusiasmara pelos dirigíveis e se oferecia para ajudá-lo. O francês, contudo, jamais efetuara uma viagem em balão, muito menos num dirigível. Severo chegou a propor-lhe uma ascensão em balão livre, para que ganhasse alguma experiência. Saché, porém, desdenhava, alegando que sangue-frio não lhe faltaria nas alturas.

No dia 12 de maio, às 5h, o *Pax*, arvorando a bandeira do Brasil, estava pronto para sua primeira ascensão no parque de aeróstatos do ateliê de Henri Lachambre, em Vaugirard. Apressado, Severo decidiu começar a ascensão sem esperar por Lachambre que, àquela hora da manhã, chegava um pouco atrasado. Despediu-se dos amigos, beijou a mulher e os filhos, e embarcou como piloto, na proa da quilha, tendo Georges Saché como copiloto, na popa, ao lado do motor.

A aeronave ascendeu, fez algumas rápidas manobras, mas, ao contrário do que se esperava, um vento forte a impulsionou em direção ao centro de Paris. Precipitado, Saché jogou lastro demais, esperando, provavelmente, subir acima dos telhados da cidade. A partir daquele momento, segundo as testemunhas, o *Pax* parecia desgovernado, rodopiando sem direção. Ao mesmo tempo que a aeronave alcançava maior altitude, a pressão atmosférica caía e o hidrogênio do balão se expandia, escapando pela válvula de segurança. Girando sobre si mesma, a aeronave permitiu que o

hidrogênio misturado com o ar se acumulasse ao seu redor, entrando em contato com o cano de descarga do motor.

Treze minutos haviam se passado desde a decolagem quando, do solo, viu-se o primeiro clarão – uma combustão de gás na popa, cujas chamas logo atingiriam o reservatório de gasolina. Uma nova explosão lançou o *Pax* e seus tripulantes em queda livre, de uma altura de 400 metros. Em poucos segundos, o aparelho estatelou-se na **avenue du Maine**, a poucos metros do cemitério de Montparnasse. A popa chegou ao chão primeiro, jogando o corpo carbonizado de Saché em frente ao prédio número **79**, enquanto Augusto Severo chocou-se contra o solo no outro lado da avenida, em frente ao número **84**.

Segundo o relato do médico que os socorreu, Saché provavelmente chegou ao chão inconsciente, devido à asfixia e graves queimaduras provocadas pela explosão. Já o brasileiro, que escapou ileso do fogo, caiu de pé, assistindo a tudo conscientemente, até ser morto pelo impacto. Testemunhas de tamanha tragédia, os pobres de Paris não precisaram de muito tempo para se recompor. Avançaram sobre os destroços, pilhando tudo o que podiam do dirigível. Enquanto a bandeira do Brasil trocava de mãos por 22 francos, outras mãos cortavam a seda do balão em pedaços, e guardavam fragmentos da quilha como relíquias a serem vendidas. Do céu, caíam lentamente centenas de impressos ilustrados com as bandeiras do Brasil e da França. Severo planejava lançá-los do ar sobre Paris: *A bordo do dirigível* Pax*, o Brasil saúda a França*, diziam os papéis pisoteados pela multidão. No número **81** da **avenue du Maine**, ocupado por um hotel Holiday Inn, uma placa de mármore celebra hoje a morte de Augusto Severo. Mais adiante, duas ruas homenageiam os aeronautas: **rue Severo** e **rue Georges Saché**, mártires da navegação aérea.

Informado sobre o ocorrido, Santos Dumont não demonstrou publicamente nenhuma reação. Talvez porque, em seguida ao acidente do *Pax*, a tragédia tenha lhe batido à própria porta: depois de uma crise de depressão, sua mãe, Francisca, cometera suicídio em Portugal, aos 66 anos. Um augúrio do que o esperava pela frente. De qualquer modo, doze anos após a morte de Augusto Severo, quando publicou o livro de memórias *Os meus balões*, Santos Dumont fez sua análise do desastre:

Parece que no mesmo instante em que o *Pax* deixou a terra, seus passageiros perderam a cabeça. Em lugar de moderar a ascensão, um deles jogou lastro, de que um só punhado chega para fazer subir sensivelmente um balão esférico! Há quem diga ter visto o mecânico, na sua precipitação, atirar de uma só vez um saco cheio. O *Pax* parecia um foguete, e a dilatação, e explosão e a horrorosa queda não foram senão um encadeamento de consequências.

A *BALADEUSE*

Depois do naufrágio do *Número 6*, Santos Dumont exibia ao mundo sua nova invenção: o portentoso *Número 7*, uma “aeronave de corrida”. Um balão de desenho arrojado, extremamente alongado, com 49 metros de comprimento, e um bojo de 7 metros de diâmetro. Com 1.257 metros cúbicos de hidrogênio, o novo dirigível apresentava o dobro da força ascensional do *Número 6*, sendo equipado por um potente motor de sessenta cavalos, que girava duas hélices de 4 metros de diâmetro (uma à frente da quilha, outra atrás).

Placa de mármore instalada no número 85 do boulevard du Général-Koenig, onde Santos Dumont construiu seu hangar. A placa diz: "Foi aqui que Santos Dumont criou seu aeroplano *14-Bis*."

Afastado do aeroclube desde a polêmica sobre o prêmio Deutsch, Santos Dumont construíra o seu próprio **hangar**, no terreno delimitado pela rue de Longchamp e pelo boulevard du Général-Koenig, em Neuilly-sur-Seine, atualmente um rico subúrbio de Paris, curral eleitoral da família Sarkozy. Uma **placa de mármore,** instalada no número 85 do boulevard du Général-Koenig, lembra hoje a localização exata do galpão que entraria para a história da aviação. A mil metros do Campo de Jogos de Bagatelle, onde aterrissara duas vezes com seus dirigíveis, o novo hangar ficava bem longe do aeródromo de Saint-Cloud. Lá, Santos Dumont se sentira incomodado quando Henry Deutsch de la Meurthe começou a construção de um hangar em frente ao seu, o que dificultava a movimentação e, sobretudo, a aterrissagem de dirigíveis em tão exíguo espaço.

Em Neuilly, ele encontrou o terreno ideal, já murado, e não precisou de muitos argumentos para obter uma licença especial da

prefeitura. Tampouco teve problemas com os vizinhos, que foram convencidos de que sua pequena usina de hidrogênio era segura e não mandaria o bairro todo pelos ares. Nos seus primeiros anos, contudo, o hangar não produziu nada relevante. Depois de uma fracassada viagem aos Estados Unidos, onde o *Número 7* teria sido vandalizado na calada da noite, sem que os culpados fossem jamais encontrados, o balão de corrida acabou precocemente aposentado por falta de competidores. Santos Dumont era o indiscutível campeão de um esporte que só ele praticava.

Pela lógica, o *Número 7* seria seguido pelo dirigível *Número 8*. Porém, em tudo que Santos Dumont, publicou não há, misteriosamente, uma única referência a esse invento. Ainda que seu método de trabalho fosse pautado pela lógica, o inventor era notoriamente supersticioso – não pegava o saleiro da mão de ninguém. O grande acidente de Passy, no qual o *Número 5* fora destruído, e ele por muito pouco não perdera a vida, acontecera no dia 8 de agosto (08/08). Fora também em agosto (30/08) que seu pai morrera. Portanto, nada mais natural que Santos Dumont saltasse o algarismo fatídico.[57] Seus próximos inventos seriam os dirigíveis números 9 e 10, construídos quase simultaneamente, ainda que seguissem desenhos radicalmente diferentes.

O *Número 10*, o Ônibus Aéreo, apresentava capacidade para doze passageiros e dois tripulantes. No *Número 9*, em contrapartida, Santos Dumont voltava ao que sabia fazer de melhor: um aparelho simples, pequeno e leve. Se o Ônibus não chegou a transportar ninguém, fazendo apenas alguns voos experimentais, o *Número 9*, por sua vez, se tornaria a grande vedete na sua galeria de dirigíveis. Com apenas 12 metros de comprimento por 5,5 de diâmetro, comportava 220 metros cúbicos de hidrogênio. Na reduzida quilha, o inventor instalara o cesto de vime e um pequeno motor de dois cilindros com 3 cavalos de potência, girando uma hélice de 2,8 metros de diâmetro.

Batizado pela população de Paris como a *Baladeuse* (*Passeadora*), o dirigível *Número 9* foi aquele que mais próximo chegou do sonho de Jules Verne compartilhado por Santos Dumont: o automóvel dos céus, um meio de transporte aéreo, urbano e individual. A bordo da *Baladeuse*, Santos Dumont aterrissava na frente dos seus cafés e restaurantes prediletos, provocando um verdadeiro caos nas avenidas,

onde os curiosos paravam para vê-lo e cumprimentá-lo. Na imprensa, ninguém melhor para descrever essa fase do que o cronista André Fagel, em artigo publicado no dia 4 de julho de 1903, em *L'Illustration*, a mais popular revista francesa da época:

> Lá estou sentado na varanda de um café, deliciando-me com uma laranjada gelada, quando, de repente, eu me arrepio ao ver um dirigível. A corda-pendente enrosca-se ao pé da minha cadeira. O bolão já está praticamente sobre os meus joelhos, quando Santos Dumont desembarca. A multidão corre para aplaudi-lo, pois ama a coragem e o esporte. Santos Dumont pede desculpas por ter me incomodado. Pede uma bebida ao garçom, volta a montar em seu corcel alado, e parte voando. Eu o sigo com os olhos, feliz por ter sido capaz de contemplar o homem-pássaro. (...) No dia seguinte, eu estava a caminho do Bois de Boulogne. Quando meu carro cruzava a Porte Dauphine, o homem-pássaro aterrissa na calçada. Por alguns minutos, o tráfego estanca-se até o Arco do Triunfo. Os cavalos empinam-se, os automóveis sacolejam e param de funcionar. Na avenida des Champs-Élysées, as babás estão preocupadas. O que estará acontecendo? Será um motim? O rei da Inglaterra estará de volta a Paris? Não, é Santos Dumont que retoma o seu passeio aéreo.

Por sua vez, o deputado Jean Jaurès, um dos maiores nomes do socialismo francês e fundador do jornal comunista *L'Humanité*, assim testemunhava, em artigo, as aventuras de Santos Dumont: "Outro dia, o acaso fez-me presenciar, dos arredores do moinho de Longchamp, a feliz tentativa aeronáutica de Santos Dumont. (...) Agora é o homem que, com sua consciência imperiosa, com seu pensamento claro e dominador, se afirma lá em cima, nas alturas."

57 Talvez o dirigível *Número 8* tenha, afinal, existido, ainda que Santos Dumont jamais o tenha mencionado no seu livro de memórias *Os meus balões*. A revista do aeroclube da França, *L'Aérophile*, no seu número de abril de 1904, informa, *en passant*, que o oitavo dirigível de Santos Dumont fora vendido ao americano Edward C. Boice, que o destruiu no seu primeiro voo. A imprensa norte-americana da época confirma que Boice realmente comprara um dirigível de Santos Dumont e, com ele, teria voado em Coney Island, Nova York, em setembro de 1902. O mesmo jornal, no entanto, registra que o balão era uma cópia do modelo *Número 6*. Dedução: ao vender uma segunda unidade do modelo *Número 6* a Edward C. Boice, Santos Dumont o teria considerado como o *Número 8*. Mas, se você preferir, fica valendo, por ser mais divertido, o mito da maldição do algarismo 8 na vida de Santos Dumont.

Placa de mármore que celebra o dia em que Santos Dumont aterrissou a *Baladeuse* em frente de casa, no número 114 da avenue Champs-Élysées.

Ansioso para sobrevoar a avenue des Champs-Élysées com a *Baladeuse*, Santos Dumont reconhecia que seria arriscado fazê-lo em pleno dia, na mais movimentada avenida de Paris. Decidiu-se então pelo fim da madrugada. Na terça-feira, 23 de junho de 1903, às 2h, já estava no hangar de Neuilly. Acordou seus funcionários, que lá sempre dormiam em vésperas de ascensão, e partiu na calada da noite, sobrevoando o Bois de Boulogne até a Porte Dauphine. De lá, seguiu pela antiga avenue du Bois de Boulogne, hoje avenue Foch, até chegar à gigantesca rotatória do **Arco do Triunfo**, na place de l'Étoile, hoje **place Charles-de-Gaulle**, onde desembocam doze grandes avenidas. Voava a apenas 25 metros do solo, abaixo da linha dos telhados e, por um instante, teve a tentação de passar por dentro do Arco do Triunfo. Mas preferiu contorná-lo pela direita, como o obrigavam as regras de trânsito para carruagens e automóveis.

Mas aí se apresentou um embaraço, *lembra Santos-Dumont*. Da aeronave, todas as avenidas que se cruzam na Étoile se assemelham. Todas pareciam estreitas. Experimentei surpresa, um momento de confusão. Só olhando para trás, para consultar o Arco do Triunfo, é que encontrei a minha avenida.

Àquela hora da manhã, a avenue des Champs-Élysées ainda estava deserta. Aproximando-se do número 114, no lado esquerdo de quem a desce, Santos Dumont preparou-se para a aterrissagem:

Eu acabava de atingir a esquina da minha rua. Inclinei em sua direção e, docemente, comecei a baixar. Dois ajudantes puxaram a aeronave, mantiveram-na no lugar enquanto eu subia a minha casa para tomar uma xícara de café. Da abertura arredondada da minha janela olhava, em baixo, a aeronave. Que a cidade me permitisse, e num instante eu faria construir no prolongamento dessa janela uma plataforma ornamental para as minhas descidas.

Já com o dia claro, curiosos cercavam a *Baladeuse* quando Santos Dumont desceu do seu apartamento para continuar o seu passeio aéreo matinal. Cem anos depois, inaugurou-se ali a placa de mármore que celebra essa escala de Santos Dumont para tomar uma cafezinho em casa, no número **114** da **Champs-Élysées**.

O CORAÇÃO NAS NUVENS

Esbanjando confiança no comando do *Número 9*, Santos Dumont permitiu, pela primeira vez, que outras pessoas voassem no seu dirigível. Em 26 de junho de 1903, aterrissou no Campo de Jogos de Bagatelle, onde se organizava uma festa da comunidade norte-americana em Paris. Cercado pela criançada curiosa e excitada, perguntou quem gostaria de subir no balão. Todos levantaram o dedo e, no meio do alarido geral, selecionou, ao acaso, um menino de 7 anos, chamado Clarkson Potter. Juntos, fizeram um curto passeio com a *Baladeuse*, antes que Clarkson voltasse são e salvo para os braços dos preocupados pais. Três dias depois, seria a vez da bela Aída Acosta, uma cubana de 19 anos, senhorita da alta sociedade nova-iorquina que estudava em Paris. Curiosa, Aída foi conhecer Santos Dumont no seu hangar, como muitas celebridades o faziam. A diferença é que a beleza de Aída deve ter deixado o aeronauta nas nuvens, pois, pela primeira vez, ele perguntava a um visitante se não

gostaria de experimentar um voo no dirigível. Para sua surpresa a donzela respondeu que sim, mas, com uma condição: gostaria de ir sozinha, pilotando ela mesma o aparelho. Sem defesa, Santos Dumont hesitou, mas acabou aceitando.

Depois de três aulas práticas, permitiu que Aída ascendesse do hangar de Neuilly, de onde ela voou sem sobressaltos até o prado de Bagatelle, a cerca de 1 quilômetro de distância. Lá, foi aplaudida por uma multidão que se preparava para assistir a uma partida de polo, enquanto Santos Dumont chegava sem fôlego na sua bicicleta. “A primeira aeromotorista do mundo”, dizia o brasileiro, congratulando a pequena. Eufórica com a sua proeza, ainda que entalada no cesto construído para a magreza do seu dono, Aída não queria largar o brinquedo. Pediu a Santos Dumont que a deixasse fazer o percurso de volta. Pressionado pela multidão que a congratulava, o brasileiro cedeu: voltou de bicicleta, acompanhando o voo da sua destemida pupila. Aída Acosta tornava-se, assim, a primeira mulher da história a pilotar um dirigível, num percurso total de quase 2 mil metros. Como prêmio, ganhou de Santos Dumont um anel de brilhantes Cartier; e do pai, uma baita descompostura.

Discreto toda a vida, Santos Dumont nunca divulgou em seus escritos o nome da donzela que pilotou a *Baladeuse*. Sua identidade só seria conhecida três décadas mais tarde quando, já casada e morando em Nova York, Aída Acosta confidenciou a sua proeza durante um jantar entre seu marido e um oficial da Marinha americana, interessado em balonismo militar. Um colunista de jornal pegou a informação no ar, e revelou ao mundo o nome da beldade que enternecera o coração do inventor brasileiro. Alguns biógrafos atribuem à Aída a fotografia com dedicatória que decorava a mesa de trabalho de Santos Dumont em Paris. Mas, sob uma boa lupa, a foto autografada revela a assinatura de Edna Powers, uma amiga americana, três anos mais nova, de quem, segundo rumores, ele teria ficado noivo em 1904. Boato imediatamente desmentido pelo suposto noivo na imprensa francesa.

Outra americana, Lurline Spreckels, talvez tenha sido aquela que mais perto chegou de fazer aterrissar o coração aéreo de Santos Dumont. Segundo os jornais, os dois teriam ficado noivos depois que ele a conheceu num jantar com o presidente Theodore Roosevelt, na

Casa Branca. Meses depois, feitas as apresentações em Paris, a família da noiva desaprovou a união, supondo que o brasileiro estivesse interessado no dote da menina, herdeira de uma dinastia milionária da Califórnia. A reação do ricaço Santos Dumont àquela acusação descabida nunca foi registrada por nenhum dos seus biógrafos.

Ainda que sempre fosse visto na companhia de belas amigas, como Edna Powers, Lurline Spreckels e até jovens atrizes francesas, Santos Dumont jamais assumiu publicamente qualquer relacionamento. Irritava-o a curiosidade da imprensa, que insistia em lhe perguntar sobre sua vida amorosa, quando ele só queria falar de balões. Isso levou seus pesquisadores às mais estapafúrdias deduções.

Seu primeiro biógrafo de renome, o jornalista carioca Gondin da Fonseca jurava pelos céus que Santos Dumont morrera virgem, pois sofria de um “evidente disgenitalismo”, que lhe legara um corpo franzino e modos delicados. Deixando de lado a pilha de biografias míopes e ufanistas escritas no Brasil, chegamos ao trabalho do americano Paul Hoffman, que, em 2003, cita uma reportagem da imprensa americana na qual Santos Dumont é retratado como um dândi afeminado – quando não sugere explicitamente que ele tivera um caso amoroso com o cartunista Georges Goursat, o Sem. Ao que tudo indica, o artigo não passara de calúnia vingativa, pois Santos Dumont era amigo de Gordon Bennett, um milionário americano, proprietário de um jornal concorrente, o *New York Herald*, que lhe dava ampla cobertura, como antes fizera com o imperador Pedro II.

Em contrapartida, o brigadeiro Peter Wykeham, da Royal Air Force, autor da primeira biografia de Santos Dumont em inglês, em 1962, não hesita em lançar mão da psicologia de botequim para iluminar o debate. Santos Dumont não podia ser gay, pois “nutria profunda devoção ao pai, era indiferente às artes e demonstrava um grande interesse pelas ciências e pela mecânica”. Além disso, manteve, por dezesseis anos, sua reputação ilibada em Paris, uma cidade onde nada poderia ser mantido em segredo por muito tempo. Já na França, Michel Bénichou, em seu livro *La demoiselle et la mort*, argumenta que Santos Dumont tinha motivos de sobra para esconder sua homossexualidade, mesmo numa cidade liberal como Paris. O autor cita, como exemplo, o escândalo do dramaturgo irlandês Oscar

Wilde, contemporâneo de Santos Dumont, que, condenado na Inglaterra por homossexualismo, passara dois anos na prisão antes de se exilar em Paris, onde morreu pobre e decadente.

Em 2009, o biógrafo brasileiro Cosme Degenar Drumond contra-atacou: no seu livro *Alberto Santos Dumont: novas revelações*, publicou cartas inéditas, datadas de 1901. Nelas, o inventor revela ao amigo Pedro Guimarães estar apaixonado por uma jovem americana na França (possivelmente Edna Powers). Fora toda essa especulação, de evidência concreta, nada há sobre sua sexualidade.

Santos Dumont, de fato, era um homem extremamente tímido e reservado, consequência, talvez, de uma educação austera num universo marcadamente feminino. Se do pai herdou o amor pelas máquinas, da mãe e das cinco irmãs (!) herdou o hábito de tricotar para descontrair os nervos. Consultada por Degenar Drumond, a psicóloga Angela Schnoor, casada com um sobrinho-neto de Santos Dumont, ofereceu uma interpretação privilegiada pela intimidade que priva da família: "O ambiente feminino de sua infância encontrou um espelho na Paris da *Belle Époque*. Assim, Alberto se preocupava com sua aparência, lançava moda e estava à vontade em sua residência, decorada nos moldes da época." Seu guarda-roupa elegante e modos delicados deixavam, portanto, as vias abertas para todo tipo de conjectura sobre sua vida amorosa. Quando de bom humor, esquivava-se do assunto de forma graciosa, como numa entrevista concedida ao jornalista Fernand Fos, enviado ao hangar de Saint-Cloud pelo jornal francês *Monde illustré,* em agosto de 1901, dois anos antes do voo de Aída Acosta:

> E as mulheres, *perguntava o repórter*, tão admiradoras dos audaciosos, que pensam elas das suas experiências? Apaixonam-se? Elas o perseguem?
>
> Esta pergunta imprevista deixou o simpático inventor embaraçado. Ele sorri, ruboriza-se um pouco mais do que antes, e finalmente responde:
>
> "As mulheres! Elas só têm asas às costas quando estão no lar, quando fazem seus maridos felizes. A aerostação as deixa indiferentes; e os aeronautas, pelo que posso dizer da minha experiência, só podem lhe inspirar o medo. Até agora nenhuma se dispôs a voar comigo. Nenhuma me escreveu cartas apaixonadas. As únicas cartas apaixonadas que eu recebo são de inventores, meus confrades, que têm sempre algo de revolucionário a me oferecer."

Não obstante a modéstia e discrição, pode-se acreditar que sua celebridade internacional e posição social atraíssem a atenção de

muitas senhoritas e cortesãs da época. Santos Dumont, contudo, acabaria solteirão. Apesar de toda a elegância, seu dandismo não ocultava o pensamento monotemático, sua obsessão pelo trabalho, e sua paixão pelas aventuras aéreas. Santos-Dumont era um nerd da aviação. Faltava-lhe paciência e arte para as aventuras mais sutis do amor.

Sua namorada era a *Baladeuse*. Com ela, continuava a sobrevoar Paris. Com ela, foi aterrissar numa bela manhã de verão num dos seus restaurantes prediletos, **La Grande Cascade**, aberto até hoje, no Bois de Boulogne. Antiga *maison* de caça do imperador Napoleão III, o Grande Cascade foi transformado em restaurante art nouveau por ocasião da Exposição Universal de 1900. Santos Dumont dava preferência ao restaurante por estar isolado no parque, o que facilitava a aterrissagem do seu dirigível. No sábado, 11 de julho de 1903, ali aterrissou para almoçar com amigos. Para sua surpresa, foi abordado por três oficiais do exército que trabalhavam nos preparativos da parada militar do 14 de Julho. Queriam saber mais sobre a *Baladeuse*, como Santos Dumont conseguia navegar pelos céus de Paris com tanta segurança. Ao fim da conversa, perguntaram se ele não gostaria de participar da parada, a ser realizada dentro de alguns dias, ali em frente, no Hipódromo de Longchamp. Honrado com o convite, Santos Dumont disse que pensaria no assunto, pois, dependendo do tempo, talvez não fosse possível ascender com o dirigível.

Restaurante La Grande Cascade, no Bois de Boulogne.

A parada do 14 de julho ainda não tinha a dimensão da festa atual, que leva milhares de pessoas todos os anos à avenue des Champs-Élysées. Era uma celebração quase exclusivamente militar, com um público composto por autoridades da França e do exterior. Santos Dumont, nessa época, ainda nutria esperanças de que os seus dirigíveis pudessem ser empregados pelo Exército. Havia escrito várias vezes sobre o assunto, detalhando como as aeronaves poderiam ser úteis no rastreamento e destruição de submarinos inimigos.

A ideia, muita difundida no Brasil, de que Santos Dumont teria cometido suicídio porque, entre outras razões, não suportava ver sua invenção usada como arma de guerra é, porém, verdadeira. Mas ela tem muito mais a ver com o quadro de depressão que o afligia nos últimos anos de vida, do que com uma postura convictamente pacifista. Pelo contrário, Santos Dumont sempre fora a favor do uso militar dos seus inventos. Somente na década final da sua vida, quando a depressão o abalava fortemente, ele teria crises de culpa pelas mortes e destruição causadas pelos ataques aéreos – como se fosse o culpado por tudo aquilo.

Antes disso, contudo, lá estava ele no dia 14 de julho, voando sobre as tropas francesas, excitado por poder mostrar aos militares a engenhosidade do seu invento. Em homenagem ao presidente da República Émile Loubet, Santos Dumont parou o balão na frente do palanque presidencial, sacando um revólver para homenageá-lo com uma salva de 21 tiros. Por sorte os soldados encarregados da segurança do presidente não interpretaram mal seu gesto. O *Número 9* poderia ter sido mandado pelos ares.

Depois do sucesso da *Baladeuse*, e da aposentadoria precoce do Ônibus, Santos Dumont começou a diversificar seus experimentos. A partir de 1904, voltava sua atenção, pela primeira vez, ao mais-pesado-que-o-ar. O *Número 11* não seria um balão dirigível, mas um modelo de planador, não tripulado, que nunca chegou a ser construído. O *Número 12* seria um helicóptero, logo abandonado – os helicópteros apresentavam desafios técnicos infinitamente mais complexos do que os aeroplanos e, por isso, só levantariam voo trinta anos depois dos primeiros aviões.

Quando chegou ao simbólico *Número 13*, o supersticioso Santos Dumont não teve receio de abusar da sorte. Projetou um balão dirigível que poderia passar semanas no ar, graças a uma solução arriscada. Combinava no mesmo balão uma seção de hidrogênio e outra de ar quente, alimentada por dois queimadores a gasolina. Assim, se sofresse um escape de hidrogênio, poderia compensar a perda de altitude com a seção de ar quente do balão. Problema: bem protegido das fagulhas do motor, como todos os seus dirigíveis, o balão estaria, por outro lado, exposto às fagulhas dos queimadores. Se vivo estivesse, o pragmático Henri Lachambre teria sido o primeiro a

alertar Santos Dumont da sua imprudência. Mas o amigo e construtor de balões morrera em janeiro daquele ano, aos 58 anos. Assim, o 13 chegou a ser construído e inflado, mas, por sorte, acabou destruído no dia 31 de dezembro de 1904, quando o hangar de Neuilly foi atingido por um forte vendaval.

Santos Dumont passou aquela noite de réveillon no Maxim's, dividindo a mesa com amigos ilustres: o visconde Florens de Castellane, cuja vinícola produzia o tradicional champanhe do mesmo nome; o marquês Jules-Albert de Dion, que fabricava automóveis e o popular triciclo De Dion-Bouton; e uma beldade francesa jamais identificada. Afogando a perda do *Número 13* em champanhe, o brasileiro relativizava os maus resultados do ano. Se, por um lado, não conseguira voar com nenhum dos seus novos inventos, por outro, obtivera o reconhecimento oficial dos seus esforços, sendo condecorado com a insígnia de Cavaleiro da Legião de Honra da França por sua contribuição ao desenvolvimento da navegação aérea. *Santé*!

DO BALÃO AO AVIÃO

No ano novo, voltava à ideia de projetar um dirigível de corrida. Construiu o *Número 14*, que ficou pronto em abril de 1905. Com um desenho surpreendente, o balão media 41 metros de comprimento, com apenas 3,4 metros de diâmetro na sua seção mais larga. Era o mais cilíndrico dirigível de todos os que construíra – quase um foguete na horizontal –, com apenas 186 metros cúbicos de gás. Uma pequena quilha de bambu dava sustentação ao motor Peugeot de 14 cavalos, anexado diretamente à cesta de vime, como nos seus primeiros dirigíveis. Bastou um ensaio, no entanto, para que o arrojo aerodinâmico do *Número 14* se revelasse um estorvo para a sua manobrabilidade. Tão logo ascendeu, voltou ao hangar para ser modificado.

O novo desenho teria então um aspecto mais bojudo, com somente 20 metros de comprimento por 6 metros de diâmetro, armazenando 200 metros cúbicos de hidrogênio – quase uma versão melhorada do *Número 9*, a *Baladeuse*. Desta vez, porém, Santos Dumont não testou

seu novo invento em Paris. Fugindo de um verão lúgubre, cujo mau tempo lhe impedia de voar, levou o novo dirigível para Trouville, cidade de veraneio chique, na Baixa Normandia. Na segunda-feira, 21 de agosto de 1905, o *Número 14* ascendeu na praia, sobrevoando os banhistas que o aplaudiam entusiasmados. Voou durante trinta minutos, a uma altura de 50 metros, ora sobre a areia, ora sobre o mar. Aproveitando o bom tempo da costa, Santos Dumont passou uma semana no balneário, repetindo diariamente suas ascensões para um público cada vez numeroso. O êxito, porém, era ilusório.

Na volta a Paris, encontrou um cenário em rápida transformação. A solução definitiva para o problema da navegação aérea apontava, cada vez mais, para os aeroplanos, em detrimento dos balões dirigíveis. Na Torre Eiffel, Gustave Eiffel instalara um dos primeiros laboratórios aerodinâmicos do mundo. Em princípio, buscava soluções para a construção de enormes pontes e viadutos, mas os resultados do laboratório se tornariam preciosos no desenvolvimento da aviação. Além disso, desde 1903 ouvia-se falar das experiências dos irmãos Wright nos Estados Unidos, ainda que poucos lhes dessem crédito.

De qualquer modo, os franceses, que sempre estiveram na vanguarda da navegação aérea, não queriam perder o avião da história. Enquanto Santos Dumont passeava com seus dirigíveis, o Aéro-Club de France oferecia, desde 1904, um prêmio de 1,5 mil francos para o primeiro aeronauta que conseguisse voar mais de 100 metros com um aparelho mais pesado que o ar, sem nenhum tipo de apoio externo. Já a Copa de Aviação Ernest Archdeacon, oferecida por um rico advogado de Paris, grande incentivador da aviação, era mais generosa e menos exigente: oferecia um troféu, no valor de 3 mil francos, para quem conseguisse voar somente 25 metros, sob as mesmas condições.

Entre os novos aeronautas que despontavam no horizonte, exibindo tanta coragem como Santos Dumont, estava o francês Gabriel Voisin, que, em 1907, se tornaria o primeiro fabricante de aviões do mundo. Voisin introduzira na França um estranho modelo de asas, construídas com células de Hargrave – pipas-caixotes que, dispostas contiguamente, formavam as asas de um biplano.

Inspirado pelas experiências do colega francês, Santos Dumont enfurnou-se em seu hangar, de onde só saiu meses depois,

empurrando uma engenhoca inusitada. Um biplano de bambu, com juntas de alumínio, todo revestido com seda japonesa. Entre as asas, formadas por seis pipas-caixotes, havia um cesto de balão, servindo como cabine de comando, na qual o piloto ficava em pé. Um motor de 24 cavalos era anexado ao cesto, acionando a hélice propulsora (atrás da aeronave), enquanto a fuselagem se esticava como um longo pescoço, terminado com outra pipa-caixote, que exercia a função de leme. Comparado às aeronaves modernas, seu aparelho parecia voar para trás. Mas, obviamente, os contemporâneos de Santos Dumont não tinham essa referência. Para eles, o invento lembrava um pato em pleno voo, com asas apontadas para trás, e o pescoço bem esticado para frente. Esse modelo *canard* ("pato", em francês), criado por Santos Dumont, denomina, ainda hoje, qualquer avião que tenha as asas traseiras maiores que as dianteiras, como alguns caças supersônicos.

No dia 23 de julho de 1906, o *canard* de Santos Dumont, com 10 metros de comprimento por 12 de envergadura, saiu de Neuilly para fazer seu primeiro teste em público no Campo de Jogos de Bagatelle. Uma experiência, no mínimo, bizarra: Santos Dumont amarrou o balão *Número 14* ao aeroplano, anulando, assim, boa parte dos seus 300 quilos. Chapin rodou a manivela que dava arranque ao motor e, apesar dos solavancos, conseguiram fazer o aparelho dar alguns saltos no ar. Com a potência de 24 cavalos, o motor roncava forte, arrastando o balão contra o vento. Temendo um acidente, Santos Dumont preferiu não insistir na arriscada manobra. Valeu-lhe, pelo menos, um nome de batismo para o aparelho anexado ao balão *Número 14*: o *14-Bis*.

Seis dias depois, um novo teste, ainda mais original. Santos Dumont mandou erguer dois postes, de alturas diferentes, no seu terreno de Neuilly. Amarrou um cabo de aço de um poste a outro, com uma extensão de 60 metros. Depois, pendurou o *14-Bis* na parte mais baixa do cabo, e mandou trazer um burro, cujo nome, Kuigno, entrou para a história da aviação. Puxando um segundo cabo que passava por uma roldana, Kuigno elevou o *14-Bis* até o poste mais alto. Lá em cima, Santos Dumont, que subira por uma escada, embarcou no aparelho. Soltando as amarras, deixou o *14-Bis* deslizar pelo cabo de aço, enquanto testava a eficácia do leme. Era o primeiro simulador de

voo da história, inventado por Santos Dumont, com o auxílio de um burro. Assim o consideram, pelo menos, os seus mais patrióticos biógrafos.

Testes concluídos, imagine a surpresa dos membros do aeroclube quando receberam o telegrama de Santos Dumont convocando-os para a sua primeira tentativa de ganhar os prêmios de aviação então oferecidos. O pequeno brasileiro, que já demonstrara toda sua audácia e engenhosidade nos dirigíveis, invadia, agora, a pista dos aeroplanos. Claro que já tinham ouvido falar das estranhas experiências em Neuilly e Bagatelle, mas não acreditavam que Santos Dumont se apresentasse tão cedo, antes de qualquer outro piloto, numa categoria na qual ele possuía pouca ou nenhuma experiência. Essa era, justamente, a diferença entre o brasileiro e seus contemporâneos. Enquanto eles especulavam, desenhavam, e voltavam a especular, Santos Dumont desenhava, construía e voava – sem perder tempo com teorias. Na pior das hipóteses, esborrachava-se outra vez, com a proteção de São Bento.

Na sexta-feira, 7 de setembro de 1906, às 17h, a comissão de aviação do aeroclube, representando a recém-fundada Federação Internacional de Aeronáutica, reuniu-se no Campo de Jogos de Bagatelle, onde centenas de pessoas já esperavam para assistir ao novo desafio do *Petit Santôs*. Agora portando seu icônico chapéu-panamá, Santos Dumont vestia um paletó escuro, com camisa branca de gola alta, fechada por uma elegante gravata; tudo protegido por um prosaico macacão azul, do tipo usado por mecânicos de automóveis. Alfinetada ao macacão, portava, com orgulho, a fita vermelha de Cavaleiro da Legião de Honra da França. Montou no aparelho com a ajuda de um escadote, embarcando no estreito cesto de vime que lhe servia de *cockpit*. Testou os cabos de comando e fez o sinal para que Chapin desse arranque ao motor. Desde que fora suspenso pela força de um burro, o *14-Bis* sofrera poucas modificações. Não satisfeito com o motor de 24 cavalos, Santos Dumont o substituíra por um de 50, que deveria ter força suficiente para fazer o aparelho sair do chão sem a ajuda de balões. Taxiando no lado norte de Bagatelle, próximo ao hangar de Neuilly, o *14-Bis* avançou pelo gramado, ganhando velocidade, levantou as duas rodas dianteiras, e já estava quase decolando quando o motor parou de repente. Santos Dumont acenou

com a mão para a comissão: “Minha culpa! Meu pé escorregou do pedal.” Ainda fez mais duas tentativas ao cair da noite, mas acabou desistindo por aquele dia.

A nova convocação da comissão de aviação só seria feita uma semana mais tarde, tempo em que o *14-Bis* passara por novos ajustes. No dia 13 de setembro, às 7h, estavam todos de volta a Bagatelle. No extremo norte do campo, Santos Dumont ajustou seu chapéu-panamá e acelerou o motor. O aparelho correu bem, mas não se elevou um milímetro do solo. No lado sul do imenso gramado, voltou a acelerar na direção contrária. O motor roncou forte, o aparelho ganhou velocidade e, depois de 200 metros, deu um pequeno salto de 7 ou 8 metros, antes de bater com força no chão. Com o impacto, o suporte de bambu que abrigava o motor se partiu, espatifando a hélice contra o chão. Aplaudido pelo público, Santos Dumont saiu ileso do aparelho, prometendo uma nova tentativa para breve. Ainda que essa primeira decolagem não passasse de um pulinho, sentia que estava no caminho certo. Decolara a 35 quilômetros por hora e, agora, só precisava manter o aparelho no ar.

Você pode achar que, àquela altura dos acontecimentos, Santos Dumont já se tornara um devoto dos aeroplanos, tendo se esquecido dos balões. Ledo engano. Enquanto o *14-Bis* voltava ao hangar para ser consertado, ele construía um balão livre, para dois passageiros, *Les Deux Amériques*, com o qual participou da primeira edição da Copa Gordon Bennett de balonismo, disputada anualmente até hoje. No dia 30 de setembro de 1906, milhares de pessoas reuniram-se nas proximidades do **Jardin des Tuileries** para assistir à ascensão dos dezesseis balões concorrentes. Como as regras da competição ainda não eram muito claras, Santos Dumont aproveitou a brecha para inovar. Equipou seu balão com um motor e duas hélices horizontais, instaladas na lateral do cesto de vime. Não, não era um dirigível, mas, sim, um balão livre, que subia e descia, verticalmente, auxiliado por dois ventiladores. Como seus concorrentes aceitaram tal inovação é um mistério que resiste ao tempo. De qualquer modo, tiveram o seu momento de “não-falei-que-não-ia-dar-certo” quando a manga do casaco de Santos Dumont se prendeu às engrenagens do motor, torcendo o seu braço violentamente. O brasileiro foi obrigado a fazer um pouso de emergência, a 140 quilômetros de Paris. Enquanto os

outros concorrentes seguiam em frente, Santos Dumont voltava ao hangar de Neuilly, com o braço numa tipoia.

O "PAI DA AVIAÇÃO", DOS BRASILEIROS

Mesmo sem gravidade, o acidente, somado ao conserto do *14-Bis*, fez com que a comissão de aviação do aeroclube só voltasse a ser convocada para a terça-feira, 23 de outubro de 1906. A nova tentativa deveria ser feita às 8h30, quando a multidão já começava a crescer em Bagatelle. Contudo, um problema no motor fez com que o teste fosse adiado para a parte da tarde. Depois de algumas partidas abortadas por um motivo ou por outro, pacientemente observado pela comissão, Santos Dumont insistia na última tentativa do dia às 16h45. O *14-Bis* correu umas centenas de metros, o pato ergueu a cabeça e o corpo todo levantou voo, atingindo uma altura de 3 metros. Aterrissou do outro lado do campo, para o delírio do público.

A multidão, admirando tudo em silêncio, solta, então, um clamor de entusiasmo, e todos, jovens e velhos, homens e mulheres, correm juntos em direção ao cesto intacto, de onde um americano muito alto, Mister Huntington, retira Santos Dumont, carregando-o em triunfo. Uma cena indescritível, com gritos e aplausos vindos de toda parte. Saudamos o vencedor, e a nova era que se abre diante de nós, *relatava o capitão Ferdinand Ferber, secretário da comissão de aviação, na revista* L'Aérophile.

Santos Dumont ganhou a Copa Ernest Archdeacon, e entrou para a história. Porém, ninguém sabia dizer quantos metros ele havia voado. Mesmerizados pela decolagem do aparelho, os membros da comissão esqueceram-se de marcar o local onde as rodas voltaram a tocar o solo. Concordaram, porém, que o aparelho voara mais de 50 metros, e menos de 100. Nos jornais de todo o mundo, Santos Dumont ganhava destaque de primeira página. O homem podia, finalmente, voar.

Depois de um banquete oferecido pela ex-princesa Isabel, com a presença da combalida aristocracia brasileira, o aeroclube organizou um novo jantar em homenagem a Santos Dumont no Café de Paris. Entre as dezenas de convidados que se amontoaram no salão, estavam o amigo Antônio Prado Júnior, futuro prefeito do Rio de Janeiro; o ministro da legação brasileira na França, João Belmiro Leoni; e o escritor Afonso Arinos (tio do outro Afonso Arinos – ambos imortais

da Academia Brasileira de Letras). A confraria do aeroclube, que compareceu em massa, era liderada pelo barão Henry Deutsch de la Meurthe e pelo advogado Ernest Archdeacon, que instituiu o prêmio ganho por Santos Dumont.

> Eis aqui um homem jovem e rico que, em vez de gastar suas energias e o seu dinheiro com os prazeres fáceis oferecidos em cada esquina aos afortunados da vida, coloca toda sua energia e toda sua fortuna ao dispor do progresso da ciência e das grandes ideias, *discursava Archdeacon*. Se algum dia fosse eu capaz de pecar pela inveja, eu invejaria hoje o amigo Santos Dumont, que acaba de conquistar, provavelmente, uma das maiores glórias que um homem pode ambicionar neste mundo. E conquistou-a, não em segredo ou perante testemunhas hipotéticas ou complacentes [alfinetada nos irmãos Wright], mas *à luz do dia*, perante mil pessoas, num grande voo de mais de 60 metros, a 3 metros de distância do solo, o que é um passo crucial na história da aviação. Para isso, ele lançou mão apenas, como nós havíamos previsto, de tecnologia já bem conhecida, porém empregada de maneira correta, com uma simplicidade de execução extraordinária. (...) Santos Dumont voou 60 metros em 23 de outubro, mas esses primeiros 60 metros foram os mais difíceis, e eu não ficaria surpreso, senhores, se, em um mês ou dois, ele venha a triunfar, também, no prêmio Deutsch-Archdeacon.

O Grande Prêmio de Aviação Deutsch-Archdeacon, de 50 mil francos, representava, naqueles primeiros pulinhos da aviação, um salto bem maior do que as pernas. O regulamento exigia que o aeroplano voasse 1 quilômetro em circuito fechado. Isto é, que aterrissasse com segurança no mesmo local da decolagem, numa viagem de ida e volta, em vez de dar um pulinho para a frente. Santos Dumont sabia que a natureza não dava saltos (e ainda não dá). Focava, portanto, num objetivo mais realista: ganhar o prêmio simbólico do aeroclube, de apenas 1,5 mil francos, que exigia tão somente um voo de mais de 100 metros – 40 metros a mais do que fizera em outubro.

Dois dias depois do jantar em sua homenagem, em 12 de novembro, o brasileiro estava pronto para uma nova tentativa. No hangar de Neuilly, o *14-Bis* ganhara um pouco mais de estabilidade com a introdução de ailerons – pequenas asas de apoio que, instaladas na borda das asas, impedem que o avião se incline para os lados depois de alçar voo. Seus ailerons eram controlados por cabos, amarrados a argolas que Santos Dumont enfiava pelos braços até a altura dos ombros. Puxando os cabos com trejeitos do corpo, ele tentaria dar mais estabilidade ao aparelho, mantendo-o no ar por mais

tempo. Às oito horas da manhã, com o gramado de Bagatelle coberto pela geada, o *14-Bis* fez sua entrada em campo através da bruma.

Dessa feita, entretanto, Santos Dumont não competiria só. Pela primeira vez, um piloto francês taxiava seu aeroplano ao lado do *14-Bis*. O aparelho, o *Blériot 4-Bis*, fora construído por Gabriel Voisin, em parceria com Louis Blériot – o piloto que, três anos mais tarde, faria a primeira travessia do canal da Mancha num aeroplano.[58] A tentativa daquela manhã não fora noticiada na imprensa. Os organizadores queriam evitar a presença de uma multidão de curiosos. Em outubro, o brasileiro já se aborrecera com o excesso de gente atravessando o campo na frente do seu aparelho. Mesmo assim, no boca a boca, a notícia espalhou-se e centenas de pessoas vieram a pé, em carro ou bicicleta para assistir à competição. Mais de cem automóveis estacionados ao longo do Campo de Jogos de Bagatelle evidenciavam a popularidade da aviação entre as classes mais abastadas. Um deles, um Charron, foi prontamente requisitado pela comissão de aviação do aeroclube. Nele embarcariam Ernest Archdeacon, na qualidade de presidente da comissão, e três assistentes carregando uma pilha de pratos. Mais atentos desta vez, os membros da comissão improvisavam uma maneira de medir, com precisão, a distância percorrida em voo: arrancariam paralelamente ao *14-Bis*, jogando pratos no gramado, marcando o lugar exato onde as rodas se erguessem e voltassem a tocar o chão.

58 No dia 25 de julho de 1909, Louis Blériot realizou a primeira travessia aérea do canal da Mancha, pilotando seu aeroplano *Blériot XI*, hoje exposto no Musée des Arts et Métiers, em Paris.

Le Petit Journal

Le Petit Journal

Le Supplément illustré

5 Centimes SUPPLÉMENT ILLUSTRÉ 5 Centimes

Le Petit Journal Militaire, Maritime, Colonial... 10 cent.

Le Petit Journal agricole, 5 cent. | La Mode du Petit Journal, 10 cent.

Le Petit Journal illustré de la Jeunesse... 10 cent.

ABONNEMENTS

Dix-septième année — DIMANCHE 25 NOVEMBRE 1906 — Numéro 836

UNE SENSATIONNELLE EXPÉRIENCE D'AVIATION AU BOIS DE BOULOGNE

M. Santos-Dumont à bord de son aéroplane

Primeira página do diário *Le Petit Journal* mostrando a decolagem do *14-Bis*.

Às dez horas da manhã, Santos Dumont fez a primeira tentativa, voando uma distância de 40 metros a 40 centímetros do solo. Meia hora depois, nova experiência, conseguindo tão somente dar dois pulinhos de 40 e 60 metros. O forte vento a favor não ajudava o aparelho a decolar. Enfim, cedeu a pista a Blériot, que sequer tentou. Seu mecânico distraiu-se, permitindo que a hélice do aparelho se espatifasse ao tocar o chão em plena rotação. Pausa para o almoço,

uma pequena sesta, um vento que não parava, enfim, a comissão só voltaria a se reunir, sem muita esperança, às 16h. Com um aceno de Santos Dumont, o mecânico Albert Chapin rodou uma vez mais a manivela que dava arranque ao motor do *14-Bis*. Partindo do lado norte do longo gramado, Santos Dumont executou dois saltos de 50 e 82 metros, batendo seu próprio recorde de 60 metros, a 40 quilômetros por hora. Às 16h45, preocupado com o avançar das horas, e o sol que se punha rapidamente, pediu a Chapin que trouxesse a manivela de arranque para o lado sul do gramado, pois tentaria decolar dali mesmo, contra o vento. Sem chapéu, ajeitou o penteado, mirou o horizonte verde do parque, fez sinal para que o público se afastasse. Sentiu a medalha de São Bento no pulso esquerdo e acelerou fundo. O *14-Bis* avançou, ganhou velocidade, ergueu a cabeça e decolou. Trinta, 40, 50, 100 metros no ar, e a multidão corria alvoroçada para comemorar a vitória, jogando-se na frente do aeroplano. Para evitar o público, Santos Dumont acelerou ainda mais, empinando a frente do aparelho, que atingiu 6 metros de altura até perder o fôlego. No fim do campo, tentou uma manobra para a direita, mas a ponta da asa tocou o chão, derrubando o aeroplano e encerrando o seu mais longo voo até então. Duzentos e vinte metros, em 21 segundos. Santos Dumont ganhava o prêmio do Aéro-Club de France. Um momento histórico registrado pela câmera da então recém-fundada companhia cinematográfica Pathé, cujo filme você pode ver no YouTube.[59]

O Campo de Jogos de Bagatelle sobrevive, com a mesma paisagem que apresentava em 1906. Um gigantesco gramado demarcado por campos de futebol e rugby, ao lado do Parque de Bagatelle, no Bois de Boulogne. Um monólito de 4 metros de altura, no lado sul do campo, comemora o voo histórico. “Aqui, em 12 de novembro de 1906, sob o controle do Aeroclube da França, Santos Dumont estabeleceu os primeiros recordes da aviação mundial. Duração: 21 segundos. Distância: 220 metros.” Melhor ainda, todos os finais de semana um grupo de pais e filhos presta uma homenagem involuntária a Santos Dumont. São aeromodelistas que fizeram do espaço em frente ao monólito o campo de provas dos seus pequenos aviões. Naquele gramado, eles decolam e aterrissam aos saltos e solavancos, como fez o *14-Bis* há mais de cem anos.

59 Voo do *14-Bis* no YouTube: www.youtube.com/watch?v=fi4uEs5AI-4

Ilustração de Georges Goursat para campanha publicitária do licor Bénédictine.

O ano de 1906 marcou o segundo pico de celebridade na vida de Santos Dumont. Cinco anos depois de contornar a Torre Eiffel num balão dirigível, tornava-se, uma vez mais, o herói do povo e da elite parisiense. Dos cabarés de Montmartre ao Maxim's, *Le Petit Santôs* voltava ao repertório de conversas à mesa. Reconhecido na rua e, sobretudo, na sofisticada Champs-Élysées, gozava de fama e prestígio que transcendiam em muito os círculos aeronáuticos. Generosamente

cedia seu nome, sua imagem, e a das suas invenções a campanhas publicitárias. Seu amigo Léon Levavasseur, que então fabricava seus motores, não perdeu um segundo: “Foi com o motor Antoinette que Santos Dumont, voando, ganhou o Prêmio da Aviação”, lembrava aos leitores num reclame publicado na *L’Aérophile*. Mais sofisticada foi a campanha publicitária do centenário licor Bénédictine, que contratou Sem para ilustrar o anúncio com uma caricatura de Santos Dumont ao lado do *14-Bis*: “Se fosse necessário subir às nuvens para beber Bénédictine, há muito tempo o problema da locomoção aérea estaria resolvido”, dizia o personagem, fazendo um brinde ao aeroplano.

Monólito em comemoração ao voo do *14-Bis*, no Campo de Jogos de Bagatelle.

A repercussão dos seus feitos ganhava então dimensão global. Tornava-se o Neil Armstrong da sua época. Se não foi o primeiro a voar num aparelho mais pesado que o ar, foi, com certeza, o primeiro a fazê-lo da forma mais oficial e pública possível. Perante centenas de testemunhas, seu voo fora medido com pratos quebrados e homologado pela Federação Internacional de Aeronáutica. Nos dois

anos seguintes, Santos Dumont seria aclamado como o “Pai da Aviação”. As celebrações só começaram a rarear na medida em que outros aeronautas franceses obtinham resultados semelhantes e até melhores do que os do brasileiro. Menos de um ano depois do segundo voo do *14-Bis*, o francês Louis Blériot voltava ao ataque, conseguindo, finalmente, voar mais de 50 metros. Paris confirmava sua primazia como capital mundial da aviação. Toda uma geração de inventores, construtores e pilotos começava a dar, com seus curtos voos, passos gigantescos para a humanidade.

Aos 34 anos, mundialmente consagrado, Santos Dumont pressentia que seu reino seria de curta duração se não trabalhasse intensamente para melhorar o seu desempenho. O ano de 1907 marcaria um período de muita atividade, e frustração. Tentando ignorar o zum-zum-zum aéreo ao seu redor, voltou à prancheta, decidido a recuperar a liderança na corrida pelo domínio dos ares. Trabalhou febrilmente, desenhando, construindo e testando vários modelos, com poucos resultados. Começou pelo *Número 15*, um biplano que apresentava muitas das características que definiriam os aviões modernos – motor de tração, asas na frente e leme atrás, o oposto do *14-Bis*. O motor de 50 cavalos fora instalado sobre a junção das asas de madeira, acionando uma hélice de metal com 2 metros de diâmetro. Logo atrás, sentado rente ao chão, o piloto equilibrava todo o peso do aparelho numa única roda. Depois dos testes preliminares, quando chegou a atingir 40 quilômetros por hora, sem sair do chão, Santos Dumont convocou uma demonstração pública no dia 27 de março. No recém-inaugurado **aeródromo de Saint-Cyr**, próximo a Versailles, apareceu vestindo camisa branca de gola alta, gravata, luvas de couro e um pesado sobretudo de lã. Na cabeça, em vez do panamá, um chapéu-coco, comprado em Londres. Apesar da elegância do piloto, o aparelho correu muito sem sair do chão, finalmente quebrando a asa numa manobra mais arrojada. Mas Santos Dumont não desanimava.

Dez semanas depois, ressurgiu a bordo do *Número 16*, com o qual andava uma casa para trás. Ainda influenciado pelos balões, construiu um híbrido de aeroplano e dirigível, com um balão de 21 metros de comprimento, 3 de diâmetro, e 99 metros cúbicos de gás, que aliviavam o peso do motor de 50 cavalos. O primeiro teste foi efetuado no Campo de Jogos de Bagatelle, em 8 de junho, com a

presença dos confrades Louis Blériot e Gabriel Voisin, que observavam divertidos a geringonça do brasileiro. O aparelho taxiou, suavemente, sem jamais passar dos 12 quilômetros por hora. De repente, embicou contra o solo, destruindo a hélice e explodindo o balão. Seria o seu último híbrido.

Com o desenho do *Número 17*, Santos Dumont voltava ao modelo 15, um biplano, com asas de madeira, porém equipado com um motor mais forte, de 100 cavalos. Por alguma razão, perdida na fogueira dos seus papéis, o projeto não saiu da prancheta. Finalmente, com o *Número 18*, o brasileiro dava uma guinada radical: não se tratava de um aeroplano, e muito menos de um dirigível, mas de um hidroplano, com um motor de 100 cavalos e uma hélice que girava acima da linha d'água. O estranho aparelho era fruto de um desafio entre Santos Dumont e um amigo, que apostara 50 mil francos contra 5 mil que o brasileiro não conseguiria construir um hidroplano que navegasse a 100 quilômetros por hora. Os testes foram realizados no rio Sena. Santos Dumont perdeu a aposta, e ficou encharcado. Por outro lado, o experimento deve ter lhe ensinado algo, pois no próximo ele acertaria a mão.

Em novembro de 1907, o inventor voltava à sua tríade vencedora de pequenez, leveza e simplicidade a bordo do *Número 19*. Um monoplano de 8 metros de comprimento por 5 de envergadura, equipado com um motor de vinte cavalos, acionando uma hélice de metal de apenas 1,3 metro de diâmetro. Com armação de bambu revestida de seda japonesa, o aparelho não chegava a pesar 60 quilos. Com essa leveza, Santos Dumont mirava o prêmio de 50 mil francos para o primeiro voo em circuito fechado. Mas, então, a concorrência aumentara consideravelmente. Pelo menos sete outros aviadores já haviam conseguido voar em suas máquinas na Europa. Apesar dos acertos do *Número 19*, que voou centenas de metros com muito mais estabilidade que o *14-Bis*, Santos Dumont acabou sofrendo um acidente com o aparelho em 21 de novembro. Em terra, veria o Grande Prêmio de Aviação ser ganho pelo confrade Henri Farman, em 13 de janeiro de 1908.

O cenário mudaria radicalmente a partir daquele ano. Após a vitória de Farman, os irmãos Wright foram pessoalmente à França. Frustrados com a falta de interesse dos militares americanos e

franceses por seus aparelhos – dos quais muito se falava, mas nada se via – os dois irmãos, finalmente, demonstraram publicamente que estavam bem à frente dos europeus no que dizia respeito ao voo controlado. Enquanto a imprensa francesa se rendia às evidências, e o nome Wright começava a conquistar a adoração pública antes território do *Petit Santôs*, a estrela do brasileiro ofuscava-se nos céus de Paris. Em 1909, voava-se por toda parte, com bons ou maus resultados, nas mais eficientes ou desengonçadas máquinas voadoras.

A evolução da aeronáutica seguia de perto o desenvolvimento dos motores a gasolina que equipavam os automóveis. O petróleo ganhava a corrida, e as pesadas baterias dos motores elétricos eram abandonadas. Naquela primeira década do século XX, a vertiginosa evolução da aviação só poderia ser comparada à revolução digital do final do século. Com motores mais potentes e melhor desenho aerodinâmico, os aeronautas faziam voos cada vez mais longos, seguros e controlados. Em menos de uma década, a aviação evoluiu dos pulinhos do *14-Bis* às proezas do Barão Vermelho que, na Primeira Guerra Mundial, aterrorizava os céus da França.

A *DEMOISELLE*

Depois de um período ausente da mídia, no qual trabalhou arduamente no seu hangar, Santos Dumont ressurgia em 1909 com seu último invento. Usando o bem-sucedido *Número 19* como base, apresentava um novo monoplano, equipado com um motor de 35 cavalos. O *Número 20* era o menor aeroplano desenvolvido até então – um protótipo dos atuais ultraleves. Melhor ainda, ele voava, e muito bem. Apelidado de *Demoiselle* (“Libélula”, em francês), por seu tamanho reduzido e asas diáfanas, o 20 seria a mais eficiente de todas as invenções de Santos Dumont. Com ela, o brasileiro voou 3 quilômetros a 30 metros de altitude, em abril de 1909. No dia 13 de setembro, voou a 80 metros de altura, perfazendo 8 quilômetros entre Saint-Cyr e Buc em cinco minutos. Quebrava, assim, o recorde de velocidade de uma aeronave, atingindo 96 quilômetros por hora. Dois dias depois, quebrou outro recorde: a menor distância para decolagem. Alçou voo em seis segundos, depois de correr apenas 70

metros. A *Demoiselle* era um sucesso, pelo menos nas mãos do seu inventor.

Sem jamais se preocupar com patentes, Santos Dumont cedeu gratuitamente o desenho do seu invento a Clément-Bayard, que fabricava o seu motor, e a quem mais pudesse se interessar. Só na Europa trezentas unidades do aparelho foram produzidas, sendo vendidas no varejo por preços que variavam entre 5 mil e 7 mil francos, dependendo do fabricante.[60] Nos Estados Unidos, seus desenhos foram publicados, em 1910, pela revista de bricolagem *Popular mechanics*, cujos leitores saíram voando nas asas de dezenas de *Demoiselles* de fundo de quintal. Com sua engenhosidade e desinteresse, Santos Dumont havia conseguido o que ninguém cogitara: deu asas para todos, democratizando a aviação.

Mas havia um problema: de todas as precárias engenhocas que então decolavam aos trancos, a *Demoiselle* era uma das mais baratas e, provavelmente, menos seguras. O futuro herói de guerra Roland Garros começou sua carreira de piloto com uma delas. Depois de se esborrachar três vezes, acabou optando por outro avião.[61] Desses sobressaltos, a imprensa carioca já fazia piada. A nota é do jornal *Correio da Manhã*, de 4 de outubro de 1909: “Os industriais Clément-Bayard annunciam *Demoiselles* de Santos Dumont a 7 mil francos. O que vale é que são as de Santos Dumont. As *Demoiselles*, em geral, são caras por esse preço; e, além de tudo, em vez de subirem aos ares, fazem a gente ir às nuvens.”

Santos Dumont, por sua vez, esbanjava confiança no seu invento. Ainda em 1909, cometeu uma imprudência que quase lhe custou a vida. No dia 17 de setembro, decolou do campo de Saint-Cyr a bordo da *Demoiselle*, sob um céu que anunciava tempestade. Voou a 70 metros de altura, em linha reta, até desaparecer no horizonte. Partira com 13 litros de gasolina, o que lhe garantia uma autonomia de noventa minutos de voo. Duas horas depois da decolagem, seus mecânicos soaram o alarme. Os bombeiros foram acionados. Ninguém havia visto onde Santos Dumont aterrissara. Todos imaginavam o pior. Só na manhã seguinte descobriram que ele fora pego pela tempestade, se perdera entre as nuvens e fizera uma aterrissagem de emergência nos jardins do Castelo de Wideville, a 12

quilômetros de Versalhes, onde aceitou o convite para jantar dos seus estupefatos anfitriões, o conde e a condessa de Galard.[62]

Inabalável, organizou uma nova exibição para o dia seguinte. Desta vez, com a presença da ex-princesa Isabel, que fora a Saint-Cyr prestigiar o amigo. Santos Dumont pediu um lenço emprestado e decolou a bordo da *Demoiselle*. Com voos rasantes sobre a multidão que o aplaudia, demonstrou a estabilidade do seu aparelho, abrindo os braços e exibindo um lenço em cada mão. Depois, deixou cair os lenços sobre os amigos, que os guardaram como preciosas relíquias. Num gesto premeditado ou não, Santos Dumont dava adeus à sua carreira de inventor e piloto de máquinas aéreas.

Quatro meses mais tarde, no dia 4 de janeiro de 1910, o brasileiro planejava testar a oitava versão da *Demoiselle*, em Saint-Cyr. Equipara-a com um motor mais potente, de 40 cavalos, com o qual esperava ganhar ainda mais velocidade. Decolou com segurança, mas um cabo de sustentação da asa esquerda se partiu em pleno voo. O aparelho rodopiou no ar, caindo de uma altura de 25 metros, segundo os jornais da época. Foi o seu maior desastre depois da explosão do dirigível *Número 5* nos telhados de Paris. Escapou por milagre, mas sabia que a hora havia chegado. Convocou amigos e jornalistas para anunciar que, aos 37 anos, estava se aposentando. “Durante dez anos, recebi os choques mais terríveis; sentia-me com os nervos cansados”, explicou em 1918, no livro *Os meus balões*. Anos de tensão e estresse, voando em balões e máquinas precárias, haviam, finalmente, apresentado sua conta. Era hora de pousar, de uma vez por todas.

O inesperado anúncio da sua aposentadoria marca, ainda hoje, um dos capítulos mais nebulosos na biografia de Santos Dumont. O acidente de 1910, entre tantos outros que sofrera, não justificava sua aposentadoria precoce. Por muito tempo se aceitou a versão segundo a qual ele abandonara suas experiências por recomendação médica, pois teria sido diagnosticado com esclerose múltipla, uma doença sobre a qual pouco se sabia então. Em 2003, o biógrafo americano Paul Hoffman registrou essa versão no seu livro *Asas da loucura*, lembrando que, de fato, ela nunca foi confirmada.

Já em 2007, o repórter Marcelo Bortoloti, da revista *Veja*, reuniu cartas, receitas médicas e tudo que pudesse ser encontrado sobre as consultas de Santos Dumont aos médicos nos últimos anos da sua

vida. Submeteu o dossiê a uma junta compostas por psiquiatras e psicanalistas, pedindo-lhes um diagnóstico à luz da medicina moderna. Nada foi comprovado, mas a hipótese de esclerose múltipla foi afastada. Para os médicos, Santos Dumont, provavelmente, sofria de transtorno bipolar, cujas vítimas alternam momentos de profunda depressão e picos de euforia.

À época do seu afastamento, Santos Dumont não morava mais na Champs-Élysées. Quando não estava no litoral, na Baixa Normandia, podia ser encontrado em Paris, no apartamento térreo do número **58** da avenue du Bois de Boulogne (hoje, **avenue Foch**). Ali, recebia amigos e jornalistas que, depois da sua retirada, ainda o achavam no mais perfeito equilíbrio mental. Em outubro de 1913, numa entrevista à revista *Lecture pour tous*, Santos Dumont fazia um balanço da sua carreira, cogitando até mesmo voltar a voar com uma nova versão da *Demoiselle*. No mesmo mês, foi promovido a comendador da Legião de Honra da França, recebendo a insígnia durante a cerimônia de inauguração do monumento em sua homenagem em Saint-Cloud. Na hoje chamada **place Santos-Dumont**, próxima ao antigo aeródromo do clube, seus confrades erigiram uma estátua de Ícaro sobre um pedestal de granito com a efígie do brasileiro: “Este monumento foi erguido pelo Aeroclube da França para comemorar as experiências de Santos Dumont, pioneiro da locomoção aérea”, registra o monumento.

60 Há uma réplica em tamanho real da *Demoiselle* no Musée de l’Air et de l’Espace de Le Bourget, assim como uma maquete do *14-Bis*.

61 Roland Garros comprou um aeroplano Morane-Saulnier, com o qual se tornaria o primeiro aviador a cruzar o mar Mediterrâneo, antes de ser abatido pelos alemães na Primeira Guerra Mundial. Jogador de tênis amador, Garros dá nome ao clube que organiza anualmente o Aberto da França, vencido três vezes pelo brasileiro Gustavo Kuerten.

62 O Castelo de Wideville pertence hoje ao estilista italiano Valentino (Garavani) e não está aberto para visitação.

Estátua de Ícaro na place Santos-Dumont, construída em homenagem ao aviador brasileiro.

Se na mitologia grega Ícaro teve as asas derretidas pelo sol, aquele Ícaro de Saint-Cloud seria derretido pelos nazistas durante a ocupação da França na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na década de 1950, por iniciativa do governo brasileiro, uma réplica foi instalada no local. Mas monumentos e honrarias não poderiam evitar o pior. Desde o seu afastamento, os surtos de depressão tornavam-se mais frequentes. Logo uma sequência de infortúnios abalaria a sua vida, acelerando a deterioração de sua saúde.

As atribulações começaram com um incidente em Bénerville, a 200 quilômetros a noroeste de Paris, onde Santos Dumont construíra uma casa de veraneio. A ideia de ali se retirar, perto de Deauville, fazia sentido. Outros *sportsmen* de Paris, seus amigos e confrades do aeroclube, já possuíam casas naquela faixa litorânea, a Côte Fleurie – a Ilha Bela dos milionários parisienses (Yves Saint-Laurent, por exemplo, tinha casa lá). Antenado com a vanguarda arquitetônica, Santos Dumont construíra uma casa quadrada que, no alto da colina, se destacava do cenário arquitetônico típico da Normandia.

Apelidada *"la Boîte"* (a Caixa), o projeto fazia referência, intencionalmente ou não, à nova arquitetura que surgia na Alemanha, o Bauhaus, de Walter Gropius. No terreno ao lado, mandara construir uma quadra de tênis, com fabulosa vista para o mar. À noite, se instalava no terraço com um possante telescópio Zeiss, de fabricação alemã, com o qual estudava as estrelas sobre o canal da Mancha.

Ali se refugiou durante três verões, até que, em fins de 1913, seu sossego foi brutalmente interrompido pelo clima de tensão que prenunciava a Primeira Guerra Mundial. E aqui seus biógrafos divergem: cada um conta sua versão do que aconteceu na *"Boîte"*. Em comum, todos apontam para um vizinho, um *monsieur* Goujon, que teria denunciado Santos Dumont à polícia, por estar espionando a costa com seu telescópio e enviando mensagens aos submarinos alemães. Os gendarmes invadiram a casa, confiscando equipamentos, documentos e, sobretudo, o precioso telescópio. Dependendo da versão, o brasileiro teria sido informado da ação policial por telegrama, ou teria sido mantido em prisão domiciliar até que a situação fosse esclarecida pela legação do Brasil na França.

De um modo ou de outro, a verdade é que operação da gendarmaria lançou Santos Dumont numa profunda depressão. Amargurado, queimou todo o acervo devolvido pela polícia: papéis, projetos, diários, fotografias e cadernos de anotações. Destruía assim registros de valor inestimável para os biógrafos e historiadores que, anos mais tarde, trabalhariam pela preservação da sua memória. Da casa quadrada, bombardeada na Segunda Guerra, sobraram apenas fotografias. Desde 1952, em tardia reparação, Santos Dumont dá nome à rua onde morava em Bénerville.

Depois de tudo queimar, o inventor partiu para o Brasil, sem jamais encontrar a tranquilidade que buscava na Côte Fleurie. Passou tempos em São Paulo e Minas Gerais; viajou pelos Estados Unidos e pela América do Sul, participando de congressos científicos e aeronáuticos. Em 1918, antes do fim da guerra, comprou em Petrópolis um terreno, no morro do Encanto, onde mandou construir a Encantada, uma pequena e engenhosa residência, que hoje abriga o Museu Casa de Santos Dumont. Mas nela não moraria por muito tempo. Inquieto, e cada vez mais angustiado, voltou a Paris em 1922. No dia 10 de maio, às 23h, chegou à estação de Orsay, onde era esperado por um grupo de jornalistas e antigos companheiros da aviação. Por acidente ou estratégia para evitar os conhecidos, Santos Dumont saltou incógnito do trem, escapando à recepção. Três dias mais tarde matou saudades dos seus dias de balonista, fazendo sua última ascensão em balão livre, a convite dos confrades do aeroclube. Mas seu encantamento com a vida e as alturas já não eram os mesmos. No ano seguinte, exumou o corpo da mãe, que cometera suicídio em Portugal, em 1902. Levou os restos mortais ao Brasil, enterrando-os ao lado do pai no jazigo da família, que mandara construir no Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro. Aos 50 anos, precocemente envelhecido, Santos Dumont preparava sua própria sepultura, velada por uma réplica do Ícaro de Saint-Cloud.

De volta à Europa, o inventor parecia procurar alhures a paz de espírito que sua mente enferma lhe negava. Começava o calvário das clínicas em que se internou na França e na Suíça, marcando os últimos anos da sua vida. Em 1926, numa visita a Paris, expôs seu desequilíbrio ao visitar o velho companheiro Gabriel Voisin. Inquieto e embaraçado, Santos Dumont, aos 53 anos, surpreendeu o amigo, pedindo a mão da sua filha, de 17 anos, em casamento. Delicadamente, Voisin explicou-lhe a impropriedade do pedido, mas, num lapso de indiscrição, tornou-o público anos mais tarde. De volta às clínicas, Santos Dumont passava seu tempo entre trabalhos manuais, como encadernação de livros e o desenho de engenhocas inusitadas, até ser resgatado pelo sobrinho Jorge Dumont Villares.

Juntos, partiram para o Brasil em 1928, desta vez com a intenção de ficar. O projeto, contudo, seria abortado pela tragédia. A bordo do *Cap Arcona*, no dia 3 de dezembro, Santos Dumont aproximava-se da

baía de Guanabara, onde seria, como sempre, recebido como herói nacional. Um grupo de professores da prestigiosa Escola Politécnica, acompanhado por jornalistas e políticos, alugou o hidroavião *Santos Dumont,* do Syndicato Kondor, para sobrevoar o navio, homenageando o inventor. Mal levantou voo, o hidroavião entrou em rota de colisão com outra aeronave da mesma companhia, forçando o piloto a uma manobra brusca. O aparelho entrou em parafuso, espatifando-se nas águas da baía. Ninguém se salvou. Entre tripulantes e passageiros, morreram catorze pessoas. Abalado, Santos Dumont fez questão de acompanhar as operações de resgate dos corpos e o funeral de todas as vítimas. Cancelou todas as cerimônias, jantares e discursos em sua homenagem, sentindo-se mais do que nunca culpado por tudo aquilo.

Na Europa, entretanto, outras homenagens lhe aguardavam. Em 1929, foi elevado a Grande Oficial da Legião de Honra da França. Em julho do ano seguinte, recebeu a condecoração numa solenidade organizada pelo Aéro-Club de France, no **Hôtel Claridge**, na rue François Ier, 37, em Paris. No discurso de agradecimento, mais balbuciado do que proclamado, chorou copiosamente. Nem a notícia da primeira ligação aérea entre a França e o Brasil, pela companhia francesa Aéropostale, parecia lhe reanimar. A morte, naquele mesmo ano de 1930, de um cunhado e dois de seus irmãos, deu-lhe o empurrão final para o abismo da depressão. Três meses depois da condecoração, voltava a se internar, desta vez na clínica do Castelo de Préville, em Orthez, nos Pirineus, onde foi visitado pelo embaixador brasileiro na França, Luís Martins de Souza Dantas. O diplomata soou o primeiro alarme: a saúde mental de Santos Dumont deteriorava-se a passos largos.

De Orthez, Santos Dumont transferiu-se para outra clínica em Biarritz, onde, segundo seus biógrafos, teria tentado o suicídio pela primeira vez, ingerindo uma overdose de antidepressivos. “Eu caí doente com as notícias do Brasil e tenho medo de ficar louco”, desabafava em carta à mulher de Antônio Prado Júnior, que, no cargo de prefeito do Rio de Janeiro, fora cassado pela Revolução de 1930. Exilado na França, Prado Júnior não demorou a visitar o aeronauta. Encontrou-o num estado de extremo desequilíbrio, ora aos prantos, ora se martirizando por ter inventado máquinas diabólicas, os aviões,

que bombardeavam cidades, matando gente por toda parte. Alarmado com a fragilidade mental do amigo, Prado Júnior entrou em contato com a sua família. Uma vez mais, Jorge Villares socorria o tio Alberto. Juntos, partiram definitivamente para o Brasil, a bordo do vapor francês *Lutetia*, no dia 28 de maio de 1931. Ainda no Atlântico, cometeu uma nova tentativa de suicídio, desta vez abortada pelo sobrinho.

Desde a sua triste chegada, sem festejos ou homenagens, até os seus últimos dias, Santos Dumont foi acompanhado por parentes que temiam pela sua vida. Por recomendação médica, foi descansar no Guarujá, hospedando-se com Jorge Villares no Grand Hotel La Plage. Ali, ainda recebia visitas de velhos e novos amigos, como a cantora lírica Bidu Sayão e o piloto Edu Chaves, pioneiro da Ponte Aérea, que, em 1914, fizera o primeiro voo direto entre São Paulo e o Rio de Janeiro.

Seu repouso no Guarujá, porém, não seria longo. Em 9 de julho de 1932 eclodiu a Revolução Constitucionalista contra o governo de Getúlio Vargas, levando a guerra ao litoral paulista. Enquanto a Marinha bloqueava o porto de Santos, Jorge impedia o acesso do tio aos jornais. Não poderia evitar, contudo, que Santos Dumont ouvisse comentários sobre os aviões rebeldes e legalistas, que sobrevoavam o litoral. Sim, sua invenção tinha agora amplo uso militar, semeando a morte entre brasileiros. “Inventei uma desgraça para o mundo”, desabafava em conversa com Edu Chaves.

Sem festa ou comemoração, Santos Dumont completou 59 anos no dia 20 de julho. Três dias depois, conseguindo escapar da vigilância do sobrinho, tomou o elevador na recepção do hotel, trancou-se em seu quarto, e, com a gravata, enforcou-se no banheiro. Heróis nacionais, porém, não se suicidam. Por ordem do governador de São Paulo, Pedro de Toledo, seu atestado de óbito acusava “parada cardíaca” como *causa mortis*.

O “Pai da Aviação” dos brasileiros partira pela última vez. Alberto Santos Dumont não inventara o avião, nem o relógio de pulso, quiçá coisa alguma, pois nada se inventa. Tudo evolui. Santos Dumont, assim como Clément Ader, o conde Zeppelin, os irmãos Wright, e todos os outros que participaram dessa aventura, não passara de um colaborador na evolução da navegação aérea. Fez parte de uma

geração de bravos que botava a cabeça para funcionar e arriscava o pescoço testando suas ideias na prática. Mais importante do que debates pueris sobre a paternidade deste ou daquele invento, Santos Dumont fez pela imagem do Brasil no mundo o que, até então, nenhum outro brasileiro jamais sonhara: associou o nome “Brasil” à engenhosidade, à audácia e à perseverança.

Um ano após a sua morte, virou nome de rua no 15.º arrondissement de Paris. Nela, os atuais moradores do prédio número 5 pintaram um afresco em homenagem ao inventor. Dando continuidade ao seu legado, as máquinas voadoras não param de nos surpreender, levando sondas a Marte e o homem à Lua, onde uma cratera porta hoje o nome Alberto Santos Dumont.

COMO CHEGAR LÁ

TORRE EIFFEL
Champ-de-Mars
7° arrondissement
Horários: das 9h30 às 23h. De 15 de junho a 1º de setembro, das 9h à meia-noite.
Ingresso: adultos, € 14,50; de 12 a 24 anos, € 13,00; de 4 a 11 anos, € 10,00; gratuito para menores de 4 anos.
Metrô: linha 6, estação Trocadero ou Bir-Hakeim; linha 9, estação Trocadero.
Trem: linha RER C, estação Pont de l'Alma ou Champ-de-Mars-Tour Eiffel.
Barco: Batobus, estação Tour Eiffel/Port de la Bourdonnais.
www.tour-eiffel.fr

(GRAND) HÔTEL DU LOUVRE
Place André Malraux
1° arrondissement
Tel.: 01 73 11 12 34
Metrô: linha 1 ou 7, estação Palais Royal-Musée du Louvre; ou linha 7 ou 14, estação Pyramides.
www.hoteldulouvre.com

AVENUE DES CHAMPS-ÉLYSÉES
8° arrondissement
Metrô: linha 1, estação Champs-Élysées-Clemenceau (começo da avenida), Franklin-D.-Roosevelt, George V (meio da avenida) ou, ainda, Charles de Gaulle-Étoile (fim da avenida, no Arco do Triunfo); linha 9, estação Franklin-D.-Roosevelt; linha 13, estação Champs-Élysées-Clemenceau; linha 2 ou 6, estação Charles de Gaulle-Étoile.

PLACE DE L'OPÉRA
Quartier de l'Opéra, no 9° arrondissement
Metrô: linha 3, 7 ou 8, estação Opéra.

CAFÉ DE LA PAIX
Intercontinental Paris Le Grand
Boulevard des Capucines, 12, esquina com a place de l'Opéra
Quartier de l'Opéra, no 9º arrondissement.
Horários:
Café aberto das 7h à 0h30.
Restaurante, das 12h às 15h, e das 18h às 23h30.
Almoço a partir de € 30,00 por pessoa. Jantar, € 82,00.
Brunch dominical das 12h15 às 15h30, a partir de € 85,00. 50% de redução para menores de 12 anos. Menores de 3 anos não pagam.
Metrô: linha 3, 7 ou 8, estação Opéra.
www.cafedelapaix.fr

GRAND PALAIS, GALERIES NATIONALES
Exposições temporárias com horários e preços variados.
Avenue du Général Eisenhower, 3
8º arrondissement
Metrô: linha 1 ou 9, estação Franklin D.Roosevelt ; linha 1 ou 13, estação Champs-Élysées-Clemenceau.
Trem: linha RER C, estação Invalides (saia da estação e atravesse a ponte Alexandre III).
Barco: Batobus, estação Champs-Élysées.
Programação, preços e reservas: www.grandpalais.fr

PETIT PALAIS, MUSEU DE BELAS-ARTES DA CIDADE DE PARIS
Exposições de Belas-Artes. Checar programação pelo website
Avenue Winston Churchill
8° arrondissement
Horários: de terça-feira a domingo, das 10h às 18h.
Entrada franca para a exposição permanente. Tarifa variada para as exibições temporárias.
Metrô: linha 1 ou 13, estação Champs-Élysées-Clemenceau.
Trem: linha RER C, estação Invalides (saia da estação e atravesse a ponte Alexandre III).
Barco: Batobus, estação Champs-Élysées.
Programação e reservas: www.petitpalais.paris.fr

CABARÉ AU LAPIN AGILE
Rue des Saules, 22
Quartier de Montmartre, no 18° arrondissement.
Espetáculo de cabaré a € 24,00 por pessoa, com uma bebida incluída (o Lapin Agile não serve refeições).
Metrô: linha 12, estação Lamarck-Caulaincourt.
www.au-lapin-agile.com

CABARÉ MOULIN ROUGE
Boulevard de Clichy, 82
Quartier de Montmartre, no 18° arrondissement.
Espetáculo e jantar com champanhe a partir de € 180,00 por pessoa.
Metrô: linha 2, estação Blanche.
www.moulinrouge.fr

PRIMEIRA RESIDÊNCIA DE SANTOS-DUMONT
Rue d'Edimbourg, 26
8° arrondissement
Metrô: linha 2 ou 3, estação Villiers; linha 3, estação Europe.

ESTÁDIO DE FUTEBOL DO PARC DES PRINCES (PARIS-SAINT-GERMAIN)
Rue du Commandant Guilbaud, 24
16° arrondissement
Visita guiada fora dos horários de treino da equipe. Consulte o website do Paris-Saint-Germain para saber os horários de cada semana.
Metrô: linha 9, estação Porte de Saint-Cloud.
www.psg.fr

ATELIÊ DE BALÕES DE HENRI LACHAMBRE
Terreno hoje ocupado por um prédio residencial.

Rue des Favorites, 24
15° arrondissement
Metrô: linha 12, estação Vaugirard.

JARDIN D'ACCLIMATATION
Bois de Boulogne
16° arrondissement
Horários: todos os dias, das 10h às 19h. De outubro a março, fecha às 18h.
Ingresso: € 3,00. Gratuito para menores de 3 anos.
Metrô: linha 1, estação Les Sablons.
www.jardindacclimatation.fr

BOIS DE BOULOGNE
16° arrondissement
Aberto 24 horas por dia
Entrada franca
Metrô: linha 1, estação Porte Maillot; linha 2, estação Porte Dauphine; linha 10, estação Porte d'Auteuil.
Trem: linha RER C, estação Avenue Henri Martin, Avenue Foch ou, ainda, Neuilly-Porte Maillot.
www.paris.fr/pratique/paris-au-vert/bois-de-boulogne/p6567

PRIMEIRA SEDE DO AÉRO-CLUB DE FRANCE
Rue du Colisée, 48
8° arrondissement
Metrô: linha 9, estação de Saint-Philippe-du-Roule.

ATUAL SEDE DO AÉRO-CLUB DE FRANCE
Rue Galilée, 6
16° arrondissement
Metrô: linha 6, estação Boissière.
www.aeroclub.com

SEGUNDA RESIDÊNCIA DE SANTOS-DUMONT (HÁ PLACA COMEMORATIVA AO DIRIGÍVEL N° 9)
Avenue des Champs-Élysées, 114
8° arrondissement
Metrô: linha 1, estação George V.

OFICINA DE ALBERT CHAPIN
Rue du Colisée, 43
8° arrondissement
Metrô: linha 9, estação de Saint-Philippe-du-Roule.

CAMPO DE JOGOS DE BAGATELLE (HÁ MONÓLITO COMEMORATIVO AO VOO DO *14-BIS*)
Não confundir com o Parque de Bagatelle, que fica ao lado do campo.
Allée du Bord de l'Eau
16° arrondissement
Espaço público. Entrada franca.
Metrô: linha 1, estação Pont de Neuilly (caminhada de 2 quilômetros até o campo).

Bonde: linha T2, estação Suresnes Longchamp (você pode pegá-lo na estação de metrô de La Défense, linha 1).
Trem: SNCF Transilien, saindo da Gare de Saint-Lazare, salte na estação de Suresnes-Mont-Valérien; ou, ainda, linha U, saindo da estação de La Défense, saltar também em Suresnes-Mont-Valérien.
De bonde ou de trem, saia da estação e ande aproximadamente 2 quilômetros, atravessando o Sena, voltando a Paris. O monumento a Santos Dumont está no lado sul do Campo de Jogos de Bagatelle, próximo ao Hipódromo de Longchamp.
www.equipement.paris.fr/plaine-de-jeux-de-bagatelle-6687

CHAMP-DE-MARS
7° arrondissement
Metrô: linha 8, estação École Militaire; ou linha 6, estação La-Motte-Picquet-Grenelle, Dupleix ou Bir-Hakeim.
Trem: linha RER C, estação Pont de l'Alma.
www.equipement.paris.fr/jardin-du-champ-de-mars-1807

PONTE ALEXANDRE III
8° arrondissement
Metrô: linha 8 ou 13, estação Invalides.
Trem: linha RER C, estação Invalides.

MUSÉE D'ORSAY
Rue de la Légion d'Honneur, 1
7° arrondissement
Horários: de terça-feira a domingo, das 9h30 às 18h, fechando às 21h45, às quintas-feiras.
Ingresso: adultos, € 9,00; estudantes, € 6,50; grátis para menores de 18 anos.
Metrô: linha 12, estação Solférino ou Assemblée National.
Trem: linha RER C, estação Musée d'Orsay.
www.musee-orsay.fr

HIPÓDROMO DE LONGCHAMP
Route des Tribunes
16° arrondissement
Consulte o website para saber do programa das corridas.
Ingresso: adultos, de € 3,00 a € 8,00, dependendo do programa; estudantes, de € 1,50 a € 4,00; grátis para menores de 18 anos.
Metrô: linha 10, Porte d'Auteil, com ônibus que faz a ligação entre a estação e o hipódromo nos feriados e finais de semana.
Bonde: linha T2, estação Suresnes-Longchamp (a linha T2 passa pela estação de metrô de La Défense, linha 1).
www.france-galop.com/Hippodrome-de-Longchamp.2830.0.html

CASTELO ROTHSCHILD
Parc de Boulogne-Edmond de Rothschild
Rue des Victoires, 3
Boulogne-Billacourt
Horários: inverno das 9h às 17h30, e no verão das 8h30 às 20h.
Entrada Franca.
Metrô: linha 10, estação Boulogne-Jean Jaurès ou Boulogne-Pont de Saint-Cloud.

PALACETE DA EX-PRINCESA ISABEL (CONDESSA D'EU)
Boulevard Anatole France, 7
Boulogne-Billancourt
Metrô: linha 10, estação Boulogne-Jean Jaurès (caminhada de um quilômetro).

ACIDENTE COM O DIRIGÍVEL N° 5 NO BAIRRO DE PASSY
Avenue du Président-Kennedy, 8 e 10.
16° arrondissement
Metro: linha 6, estação Passy.

RESTAURANTE MAXIM'S
Rue Royale, 3
8° arrondissement
Tel. para reservas: 01 42 65 27 94
Metrô: linha 1, 8 ou 12, estação Concorde; linha 8, 12 ou 14, estação Madeleine.
www.maxims-de-paris.com

MUSÉE ART NOUVEAU
Rue Royale, 3
8° arrondissement
Horários: de quarta-feira a domingo. Visitas guiadas às 14h (em inglês), 15h15 e 16h30 (em francês). Duração da visita: uma hora.
Ingresso: € 15,00 por pessoa.
Tel.: 01 42 65 30 47
Metrô: linha 1, 8 ou 12, estação Concorde; linha 8, 12 ou 14, estação Madeleine.
www.maxims-musee-artnouveau.com

JOALHERIA CARTIER
Avenue des Champs-Élysées, 154
8° arrondissement
Metrô: linha 1, 2 ou 6, estação Charles de Gaulle-Étoile.
Trem: linha RER A, estação Charles de Gaulle-Étoile.
www.wwwwww.cartier.fr

RESIDÊNCIA DE AUGUSTO SEVERO
Rue Léopold Robert, 2
14° arrondissement
Metrô: linha 4, estação Vavin.

ACIDENTE DE AUGUSTO SEVERO (HÁ PLACA COMEMORATIVA NA ENTRADA DO HOTEL)
Hôtel Holiday Inn
Avenue du Maine, 79-81
14° arrondissement
Metrô: linha 13, estação Gaîté.

ESQUINA DE RUE (AUGUSTO) SEVERO COM RUE GEORGES SACHÉ
14° arrondissement
Metrô: linha 13, estação Pernety; linha 4, estação Mouton-Douvernet.

HANGAR DO *14-BIS* EM NEUILLY (HÁ PLACA COMEMORATIVA A SANTOS DUMONT)

Boulevard du Général Koenig, 85
Neuilly-sur-Seine
Metrô: linha 1, estação Pont de Neuilly.

ARCO DO TRIUNFO (PLACE CHARLES-DE-GAULLE)
8° arrondissement
Horários: todos os dias, das 10h às 22h30 (até 23h no verão)
Ingresso: adultos, € 9,50; estudantes, € 6,00; gratuito para menores de 10 anos.
Metrô: linha 1, 2 ou 6, estação Charles de Gaulle-Étoile.
Trem: linha RER A, estação Charles de Gaulle-Étoile.
www.arc-de-triomphe.monuments-nationaux.fr

RESTAURANTE LA GRANDE CASCADE
Bois de Boulogne
Allée de Longchamp
16° arrondissement
Horários: todos os dias para almoço e jantar. Menu a partir de € 75,00 por pessoa, sem bebida.
Tel. para reservas: 01 45 27 33 51
www.restaurantsparisiens.com/restaurant-la-grande-cascade

JARDIN DES TUILERIES
1° arrondissement
Horários: em abril, maio e setembro, das 7h às 21h. Em junho, julho e agosto, das 7h às 23h. De outubro a março, das 7h30 às 19h.
Entrada franca.
Metrô: linha 1, estação Tuileries ou Concorde.
www.parisinfo.com/musee-monument-paris/71304/Jardin-des-Tuileries

MUSÉE DES ARTS ET MÉTIERS (AEROPLANO ORIGINAL DE LOUIS BLÉRIOT, O *BLÉRIOT XI*)
Rue Réaumur, 60
3° arrondissement
Horários: de terça-feira a domingo, das 10h às 18h. Às quintas-feiras, aberto até 21h30.
Ingresso: adultos, € 6,50; estudantes, € 4,50; entrada gratuita para menores de 18 anos.
Entrada franca no primeiro domingo do mês.
Metrô: linha 3 ou 11, estação Arts et Métiers; ou linha 4, estação Réaumur-Sébastopol.
www.arts-et-metiers.net

MUSÉE DE L'AIR ET DE L'ESPACE DE LE BOURGET
Aéroport du Bourget
Le Bourget
Horários: de terça-feira a domingo, das 10h às 18h. Fecha às 17h, de outubro a março.
Ingresso: de € 8,00 a € 16,00, em função das atrações visitadas.
Entrada franca para a exposição permanente.
Ônibus: pegue a linha 350 na Gare de l'Est, ou a linha 152, saindo da Porte de la Villete. Salte na parada Musée de l'Air et de l'Espace.

TERCEIRA RESIDÊNCIA DE SANTOS DUMONT
Avenue Foch, 58/Térreo
16° arrondissement

Metrô: linha 2, estação Victor Hugo.

ÍCARO DE SAINT-CLOUD (HOMENAGEM A SANTOS DUMONT)
Place Santos-Dumont
Saint-Cloud
Bonde: linha T2, estação Les Coteaux (você pode pegá-lo na estação de metrô de La Défense, linha 1).
Trem: SNCF Transilien, linha L, saindo da estação de Saint Lazare, saltar na estação Le Val d'Or; ou linha U, saindo da estação de La Défense, saltar também em Le Val d'Or.

HÔTEL CLARIDGE
Rue François Premier, 37
8° arrondissement
Metrô: linha 1, estação Franklin D. Roosevelt ou George V; linha 9, estação Franklin D. Roosevelt ou Alma-Marceau.
www.hotelclaridgeparis.com

AÉRODROME DE SAINT-CYR
Saint-Cyr-l'École, Yvelines
Trem: linha RER C, estação Saint-Cyr.

RUE SANTOS DUMONT (E VILLA SANTOS DUMONT)
15° arrondissement
Metrô: linha 13, estação Plaisance; linha 12, estação Convention.

Place Saint-Michel.

HEITOR VILLA-LOBOS:
O SELVAGEM DE PARIS

Não vim estudar com ninguém. Vim mostrar o que fiz.

HEITOR VILLA-LOBOS, NA CHEGADA A PARIS, EM 1923

Villa-Lobos acaba de chegar de Paris. Quem chega de Paris espera-se que chegue cheio de Paris. Entretanto, Villa-Lobos chegou de lá cheio de Villa-Lobos.

MANUEL BANDEIRA, EM 1924

Salle Gaveau.

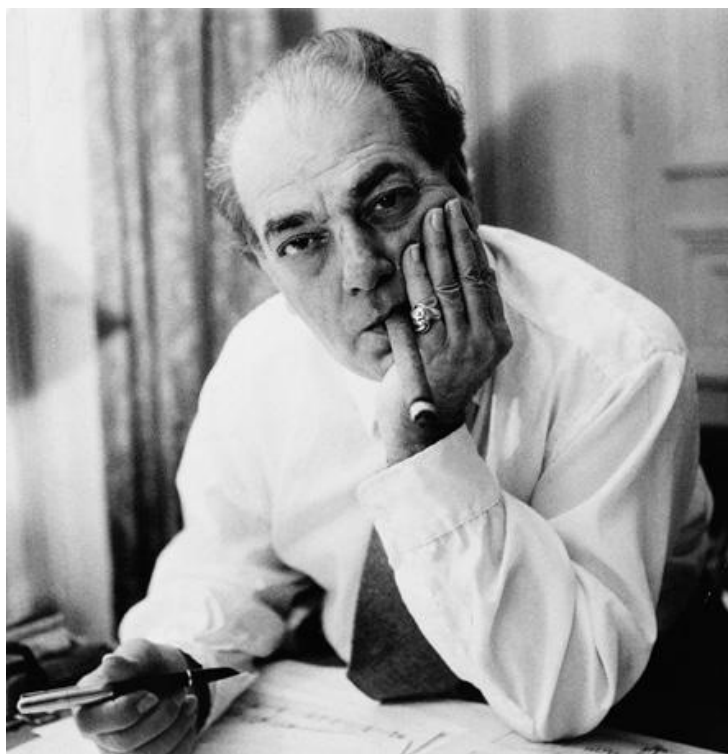
Em 1903, quando sobrevoava Paris, deixando os franceses boquiabertos com a versatilidade do seu dirigível *Número 9*, Santos Dumont apeou da *Baladeuse* para embarcar num navio rumo ao Brasil. Era a primeira vez que voltava para casa desde que se tornara uma celebridade mundial, contornando a Torre Eiffel com um balão dirigível em 1901. Nas duas semanas que passou entre o Rio de Janeiro e São Paulo, foi recebido como herói nacional. Desfilou em carro aberto, recebendo chuvas de papel picado e pétalas de flores por onde passava; compareceu a dezenas de solenidades e jantares em sua honra. Ouviu discursos intermináveis de autoridades, jornalistas e políticos, incluindo do colega inventor José do Patrocínio e do presidente da República Rodrigues Alves. Tarde da noite, quando finalmente se preparava para se recolher, hospedado num palacete no bairro do Catete, Santos Dumont ainda era saudado por seresteiros, os chorões do Rio de Janeiro, que lhe vinham prestar a homenagem da gente mais simples da cidade. Cantavam a modinha "A conquista do ar", composição de Eduardo das Neves, em tributo ao brasileiro voador.[63] Entre aqueles chorões, um menino de 16 anos já se destacava pelo excepcional talento musical. Sua trajetória de vida seguiria os passos de Santos Dumont: a conquista do mundo, via Paris. Seu nome era Heitor Villa-Lobos, mas preferia que o chamassem, simplesmente, de Villa.

Envolver-se com os chorões do Rio de Janeiro na primeira década do século XX foi o azar e a sorte que ironicamente abençoaram a carreira do jovem Villa-Lobos. Azar, porque os músicos que tocavam para garantir o jantar, numa mistura de boemia e ocupação, não eram bem-vistos pela alta sociedade carioca. Não faziam música: faziam choro, modinha, maxixe, samba, schottisch, gêneros populares que nada tinham a ver com o que a elite considerava música de verdade, a música clássica. Teve sorte, também, pois foi justamente a influência desses músicos de rua que fez de Villa-Lobos um compositor original no universo da música erudita. Se, por um lado, enfrentou preconceitos por tocar violão (um instrumento de malandros!) e não ter tido uma educação formal, por outro, soube se beneficiar da

experiência com os chorões quando chegou a hora certa. Jamais o saberia, contudo, se permanecesse cercado pelos preconceitos da elite carioca, conservadora e provinciana. Somente em Paris Villa se daria conta do prestígio que os ritmos autenticamente nacionais teriam na Europa, sobretudo entre os músicos eruditos de vanguarda.

UM CHORÃO NO TEATRO MUNICIPAL

Nascido numa família modesta, em 1887, Tuhu, como Villa era chamado em casa, aprendera a tocar clarinete e violoncelo com o pai, Raul Villa-Lobos, músico amador, funcionário público da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Severo e exigente, Raul não pôde, contudo, acompanhar o desenvolvimento do filho. Morreu de varíola aos 37 anos, deixando a mulher e quatro crianças em sérias dificuldades. Tendo que sustentar a família, Dona Noêmia, mãe de Villa, encontrou trabalho, lavando e passando os guardanapos da tradicional Confeitaria Colombo. Em casa, porém, enfrentava problemas com o filho mais velho. Sem a autoridade do pai, Villa, aos 13 anos, agarrava-se aos instrumentos musicais, entrando em conflito com a mãe. Que o filho estudasse para ser médico, ou que tivesse outra profissão respeitável, pois a música nada lhe daria. Villa, no entanto, insistiu. Foi morar com uma tia, mais flexível que sua mãe, e aos 16 anos já começava a trabalhar, tocando o violoncelo como música de fundo em cinemas, teatros e restaurantes. Nas horas de folga compunha suas primeiras peças musicais, quando não frequentava os chorões em bares e festas. Pensando em aperfeiçoar sua técnica, chegou a se inscrever no Instituto Nacional de Música, mas não passou do primeiro ano. Não tinha paciência nem disciplina para os rigores de uma educação formal. Era autodidata, e às lições deixadas pelo pai juntava as leituras que, por iniciativa própria, fazia do “Cours de Composition Musicale”, do francês Vincent d’Indy.

63 Quase todas as peças musicais citadas neste capítulo, sejam de Villa-Lobos ou de outros compositores, estão disponíveis, em várias versões, na internet, principalmente no YouTube.

Heitor Villa-Lobos, compositor brasileiro que conquistou o mundo, via Paris.

Depois de muito choro e boemia, aos 26 anos, Villa-Lobos casou-se com Lucília Guimarães, pianista profissional, que passou a auxiliá-lo, fazendo aquilo que Villa não sabia fazer: executar suas próprias peças ao piano. Além do apoio prático, a vida de casado trouxe-lhe a tranquilidade e o foco necessários para, finalmente, apresentar em público as suas primeiras composições. Entre 1915 e 1919, Villa-Lobos organizou, com o apoio dos amigos, cinco audições das suas obras. Nas quatro primeiras, em Friburgo e no Rio de Janeiro, apresentou música de câmara, tocando o violoncelo ao lado de Lucília, ao piano, sendo relativamente bem acolhido pela crítica.

Já em 1918 conseguiu promover seu primeiro concerto de orquestra no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Sem recursos, propusera à Associação Brasileira de Imprensa fazer um concerto beneficente para os jornalistas aposentados. Não participaria da renda da bilheteria, mas teria a oportunidade de reunir 85 músicos, interpretando suas obras orquestrais para o grande público. Apresentava um programa variado, que deixava transparecer a forte

influência que sofria dos compositores franceses, sobretudo Camille Saint-Saëns e Claude Debussy.

Apesar do retumbante fracasso de público, em consequência da má divulgação do evento, o concerto serviu para consolidar o nome de Villa-Lobos enquanto jovem promessa da música erudita nacional. Já no ano seguinte a Sociedade de Concertos Sinfônicos do Teatro Municipal incluía o "Grande concerto no 1 para violoncelo e orquestra" em seu programa. A crítica, se não positiva, foi pelo menos benevolente com as ousadias modernistas do compositor:

> Pensamos que o "*Concerto*", como todas as composições conhecidas do sr. Villa-Lobos, nada mais é que o desperdício de um extraordinário talento, a que falta única e exclusivamente a necessária disciplina na observância das regras da estética, e a sinceridade nos desenvolvimentos das ideias. (...) Dispondo de vastos conhecimentos de instrumentação; possuidor de precioso cabedal inventivo, ao senhor Villa-Lobos estará reservado proeminente lugar como compositor, no dia em que seguir a sua inspiração desprezando a nefasta influência do modernismo, que nada mais é do que o pedantismo mascarado..., *criticava Júlio Reis, no jornal* A rua, *em maio de 1919*.

Pouco meses depois, a coincidência do acaso com o talento daria novo impulso à carreira de Villa-Lobos. Em julho, seria realizado no Teatro Municipal um concerto em homenagem ao presidente eleito Epitácio Pessoa. O político acabava de voltar de Paris, onde representara o Brasil na Conferência de Paz que aprovou o Tratado de Versalhes, selando os acordos relativos ao fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Três peças sinfônicas foram encomendadas para o programa do concerto em sua homenagem: "A vitória", a cargo de J. Octaviano Gonçalves; "A paz", confiada ao maestro e compositor Francisco Braga; e "A guerra", que seria composta pelo consagrado Alberto Nepomuceno. O compositor, no entanto, recusou o convite, alegando divergências com o organizador do evento. Sobrou para o jovem Villa-Lobos, que teria pouco menos de um mês para compor a peça. Aceito o desafio, Villa, no entanto, procrastinou. Lucília se desesperava ao vê-lo sair para jogar bilhar, deixando a partitura intocada sobre o piano. Se cobrado, respondia à mulher que não havia problema, pois já tinha a música pronta na cabeça. Entre a cabeça e a partitura, passaram-se semanas antes que o poema sinfônico fosse finalizado, às vésperas dos ensaios. Para surpresa

geral, dentre as três peças encomendadas, "A guerra" foi aquela que mais agradou ao público e à crítica.

Novamente, Júlio Reis, no jornal *A rua*:

> "A guerra", poema sinfônico do maestro Villa-Lobos, revela em todas as suas frases, em todo o seu desenvolvimento um formidável poder de concepção, riqueza de símbolos, magia de sugestão, vigor, imponência e fascinação. O compositor está à vontade nesse gênero... Trabalhando a orquestra com muito critério, tendo diante de si vasto campo para a explanação de suas ideias modernistas em que a sensação procura encobrir a emoção, o autor d'A guerra, com todas as excentricidades musicais, conseguiu impressionar o numeroso e escolhido auditório, e, a nosso ver, saiu-se brilhantemente da prova terrível...

Ovacionado calorosamente, Villa-Lobos precisou voltar ao palco cinco vezes para agradecer ao público que lotava o Teatro Municipal.

Com "A guerra", Villa ganhava sua primeira batalha. A partir daquele concerto suas obras passariam a integrar regularmente o programa de vários regentes e intérpretes conceituados. Entre eles, o maestro italiano Gino Marinuzzi, que, em turnê pelo Brasil, incluía em seu programa dois movimentos da "Sinfonia no 1, o imprevisto", composta em 1916. Um claro sinal de que sua música moderna, com forte sotaque francês, começava a ser aceita na cena erudita carioca, onde ainda imperava o romantismo do italiano Giacomo Puccini e do alemão quase moderno Richard Wagner. Com a projeção do seu nome no meio musical, Villa-Lobos em breve conquistaria um aliado de peso que o apoiaria pelo resto da vida: o pianista Arthur Rubinstein.

O INTÉRPRETE E O COMPOSITOR

Rubinstein, um dos maiores pianistas do século XX, nascera na Polônia, mas fez de Paris a sua base. Durante a Primeira Guerra Mundial descobriu a América do Sul, para onde voltaria com frequência nas décadas seguintes. O Brasil, principalmente, se tornaria o seu maior seguro-desemprego. Sempre que precisava de dinheiro, o pianista pedia a seu agente que organizasse uma turnê pelo Brasil. Recebido com as honras devidas a uma estrela internacional, Rubinstein passou a frequentar o corpo diplomático baseado no Rio de Janeiro, os maiores nomes da música erudita no Brasil e, sobretudo, a elite carioca. Hospedava-se nos hotéis da

família Guinle, onde conheceu e se tornou amigo dos irmãos magnatas Carlos e Arnaldo Guinle.

Na sua segunda viagem ao Brasil, em 1920, Rubinstein foi informado por estudantes do Instituto Nacional de Música que um novo compositor, de talento extraordinário, surgira no Brasil. Quem sabe ele não comporia algo exclusivo para o célebre pianista? Rubinstein precisava conhecê-lo. Hesitantes, os estudantes explicaram que, infelizmente, esse grande compositor, Heitor Villa-Lobos, ainda precisava tocar violoncelo em restaurantes, cinemas e teatros para sobreviver. O pianista não se fez de rogado: iriam ao cinema assistir a Villa-Lobos executando o acompanhamento musical dos filmes mudos, com mocinhas e caubóis. "Vamos escutar esses galopes e baladas!", propunha Rubinstein.

Naqueles dias Villa-Lobos trabalhava no Cinema Odéon, que ficava na esquina da avenida Rio Branco com rua Sete de Setembro. Rubinstein e seus cicerones chegaram quando o grupo musical do cinema entretinha o público na sala de espera.

> A orquestra tocava peças do repertório internacional, como se faz por toda parte, *lembra o pianista em sua biografia*. Começava a aborrecer-me quando se deu um fato inesperado: um dos músicos da orquestra, olhando para a sala, percebeu-me no meio do público. Quando começou a segunda parte, ouvi uma música que não se parecia nada com a que ouvira na primeira parte. Era uma dança exótica, muito rítmica e muito expressiva em sua harmonia.[64] Percebi imediatamente nessa música a marca de uma grande talento, que não se encontra todos os dias. Resolvi dar o primeiro passo e travar conhecimento com o compositor. Fui aos bastidores. Encontrei-o, apresentei-me e pedi-lhe pormenores da sua obra, que acabava de ser executada. Sua reação, porém, foi completamente inesperada: "Essas coisas não podem vos interessar", respondeu-me Villa-Lobos, virando as costas para mim.

Chocado, o pianista deixou o cinema, seguido pelos estudantes que, vexadíssimos, lhe pediam que desculpasse Villa-Lobos, obrigado a tocar "aquela música estúpida de cinema" diante de um virtuose como Rubinstein. Dias depois, em jantar na casa do compositor Henrique Oswald, Rubinstein sondou os outros convidados sobre Heitor Villa-Lobos. Para sua surpresa, Alberto Nepomuceno desdenhou: "Ele se considera o maior compositor brasileiro." Discreto, Rubinstein preferiu mudar de assunto, não comentando o desafinado encontro que tivera com Villa no cinema Odéon.

Já naquela época, os intérpretes lucravam muito mais do que os compositores. O próprio Rubinstein aconselharia o compositor russo Igor Stravinski a compor menos e reger mais, se quisesse, finalmente, sair da miséria. Ainda no cinema, Villa-Lobos teria dito a Rubinstein que "os pianistas pouco se importam com os compositores. Só se preocupam em fazer sucesso e ganhar dinheiro". Era compreensível o azedume de um modesto compositor contra um pianista estrangeiro, que fazia fortunas no Brasil graças à adoração acrítica de uma elite provinciana. Mais do que um grande pianista, a fama de Rubinstein era legitimada pelo enorme reconhecimento do qual gozava em Paris, centro de referência mundial para o que devia ser apreciado em qualquer ramo da arte.

Villa-Lobos, por outro lado, podia ter rompantes destemperados, mas não era burro. Depois da deselegância com a qual tratara Rubinstein, deu-se conta da oportunidade perdida. A emenda seria feita de modo surpreendente, como lembra o pianista:

> Alguns dias depois, de manhã cedo, eu dormia sob o mosquiteiro quando bateram à porta. Deve ser um telegrama, eu me dizia, saindo debaixo do mosquiteiro para atender ao chamado. Para minha surpresa, deparei-me com dez ou doze jovens portando instrumentos variados. Um deles era Villa-Lobos, que tentava me explicar, na sua mistura de português e francês, que havia decidido atender ao meu desejo de escutar sua música. "Meus companheiros trabalham durante o dia. É o único momento em que estão livres para tocar" (eram oito horas da manhã). Eu receei que meus vizinhos pudessem ser incomodados; assim, telefonei para a recepção [do hotel], de onde me disseram que não havia problema, pois àquela hora já estariam todos acordados, e que as pessoas ficariam certamente contentes de ouvir a música.

Depois de escutar o improvisado concerto, Rubinstein não tinha mais dúvidas: "Eu tinha à minha frente um grande compositor, que tinha algo de importante a expressar. Eu não precisava lhe dizer isso. Ele percebia os meus sentimentos."

Estava selada a amizade entre os dois músicos, que renderia frutos para os dois lados. Naquela mesma turnê sul-americana, Rubinstein incorporaria em seu repertório "A prole do bebê (As bonecas)", sequência de peças para piano que Villa-Lobos compusera para sua mulher, Lucília, em 1918.

Ao se despedir do público carioca, Rubinstein encontrou em Villa-Lobos a figura ideal para afagar o ego dos seus generosos anfitriões. Em entrevista ao jornal *A notícia*, dizia: "Dessa audição (no quarto do

hotel) ficou-me a convicção de que seu país tem nesse compositor um artista eminente, em nada inferior aos maiores compositores modernos da Europa. Tem todas as características de um gênio musical.” Estava ganha a segunda batalha de Villa-Lobos. Obtivera o reconhecimento público de um intérprete mundialmente consagrado.

Naquele mesmo ano, o maestro Felix Weingartner incluiria o poema sinfônico “O naufrágio de Kleônicos” num concerto da sua temporada no Teatro Municipal, sendo Villa-Lobos o único compositor brasileiro no programa, ao lado de Berlioz e Beethoven. Melhor do que a chancela do famoso regente austríaco, entretanto, foi a inclusão da canção “Sino da aldeia” no repertório da cantora lírica brasileira Vera Janacópulos. Radicada na França, Vera seria a primeira intérprete a executar a obra de Villa-Lobos na Europa, já em maio de 1921. Assim como Rubinstein, exerceria um papel-chave nos primeiros tempos de Villa-Lobos em Paris.

A SEMANA DE 1922

O triunfo de “A guerra” e o efeito Rubinstein abriram as cortinas dos grandes palcos para a obra de Villa-Lobos, bem como os cofres dos mecenas e as portas dos salões aristocráticos do Rio de Janeiro. Sobretudo o de Laurinda Santos Lobo, milionária, herdeira única do empresário e senador Joaquim Murtinho, conhecida nas colunas sociais como a “Marechala da moda” ou “Princesa dos mil vestidos” – 999 deles vindos diretamente de Paris, onde Madame Santos Lobo passava temporadas anuais, mantendo seu próprio salão. Ainda no Rio de Janeiro, no bairro de Santa Teresa, Laurinda recebia políticos, intelectuais e artistas, brasileiros e franceses, no Palacete Murtinho, que entraria para a história da arte brasileira como ponto de encontro dos modernistas cariocas. Laurinda passou a patrocinar os concertos de Villa-Lobos, que, agradecido, lhe dedicava suas composições. Foi assim na apresentação do terceiro e quarto atos da ópera *Izaht*, em junho de 1921, no Teatro São Pedro (hoje João Caetano), e, quatro meses depois, num concerto de música de câmara no Salão Nobre do *Jornal do Commercio*.

Se o prestígio e a fama ascendentes de Villa-Lobos angariavam amigos, o êxito também lhe traria inimigos. O mais ferrenho deles chamava-se Oscar Guanabarino, o grande vilão na história de Villa-Lobos. Pianista e dramaturgo, Guanabarino, aos 70 anos de idade, pertencia a uma geração romântica que não conseguia se adaptar ao modernismo do século XX. Pior: reprovado no concurso para professor do Instituto Nacional de Música, Guanabarino fez carreira como crítico musical na imprensa, capitaneando a corrente conservadora que fazia de Villa-Lobos, entre outros, o Judas da música:

> (...) Ultimamente há manifesta tendência para, com o mesmo material, isto é, com os sons musicais e os seus timbres, criar uma outra arte completamente alheia à "arte musical" e que ainda não tem denominação precisa, tomando, por analogia, o título de "música moderna". A essa nova arte filiou-se o senhor Villa-Lobos, que realizou ontem, no salão do *Jornal do Commercio*, um concerto dedicado à Sra. Santos Lobo e organizado com peças de sua lavra (...), essa mistura de sons sem nexo, sem melodia e sem harmonia. As composições do senhor Villa-Lobos foram aplaudidas, e isso quer dizer que foram compreendidas. Nós não chegamos a compreender nada absolutamente, *achincalhava Guanabarino nas páginas do* Jornal do Commercio.

No salão de Laurinda Santos Lobo, Villa-Lobos conheceu o escritor José Pereira da Graça Aranha, que se tornaria um dos maiores incentivadores do modernismo brasileiro. Graça Aranha convidou o compositor a participar de um evento que seria realizado em São Paulo em fevereiro de 1922 – a Semana de Arte Moderna, bancada pela aristocracia cafeeira de São Paulo, principalmente pelos clãs Prado e Penteado. Considerada por muitos um divisor de águas na história da arte brasileira, a Semana de 22 reuniu no Teatro Municipal escritores, músicos e artistas plásticos que, no centenário da Independência, bradavam o grito do Ipiranga da arte genuinamente brasileira – ainda que, ironicamente, fossem todos, inclusive Villa-Lobos, fortemente influenciados pela estética da vanguarda parisiense.

Entres os modernistas estavam os escritores Oswald de Andrade, futuro autor do *Manifesto antropofágico*, que vivia com um pé em Paris e outro em São Paulo; Mário de Andrade, musicólogo e futuro autor de *Macunaíma*; o jornalista e futuro deputado Menotti del Picchia; a pintora Anita Malfatti, que dera a pincelada inicial no

modernismo brasileiro, ainda em 1917; o pintor Di Cavalcanti, idealizador da Semana, inspirada na *Semaine de Fêtes* de Deauville; e o escultor Victor Brecheret, autor do *Monumento às bandeiras*, que deixou obras expostas na Semana de 22, enquanto ia a Paris receber o primeiro prêmio do Salão de Outono com a escultura *Templo da minha raça*.

Representando a música foram convidados Ernani Braga e Guiomar Novaes, ambos pianistas, e Heitor Villa-Lobos, único compositor brasileiro a ter sua obra incluída no programa. Graça Aranha, organizador da Semana, abriu a terceira noite com a conferência "A emoção estética na arte moderna", ilustrada por Ernani Braga ao piano, executando peças dos modernistas franceses Erik Satie e Francis Poulenc. A plateia, que já sinalizava a rivalidade entre modernistas e conservadores em São Paulo, não reagiu bem às ideias expostas. Antes que a apresentação fosse concluída, começaram os apupos e piadas. Inabalado, Graça Aranha deu continuidade à programação com a apresentação da obra de Villa-Lobos, com Lucília ao piano, acompanhada pelo violoncelista Alfredo Gomes, executando a "Sonata no 2", de 1916. A chegada de Villa-Lobos ao palco só piorou as coisas. Pouco antes da viagem a São Paulo, Villa sofrera uma crise de gota e, agora, sem poder usar sapatos, entrava em cena vestindo casaca, gravata e chinelos. Para muitos na plateia, mais uma óbvia provocação daqueles insolentes modernistas.

> Quando chegou a vez da música, *lembra Villa-Lobos em carta*, as piadas das galerias foram tão interessantes, que quase tive a certeza que a minha obra atingia um ideal, tais foram as vaias que me cobriram de louros. (...) Na segunda parte desse Quarteto, lembraste?, o conjunto esclarece um ambiente elevado, cheio de sensações novas. Pois bem. Um gaiato qualquer, no mais profundo silêncio, canta de galo com muita perícia. Bumba... Pôs abaixo toda a comoção que o auditório possuía, provocando hilaridade tal que a polícia (finalmente) interveio, prendendo os graçolas e mais duas latas grandes de manteiga cheias de ovos podres e batatas.

Muita tinta já foi gasta na discussão sobre a importância da Semana de 22 na carreira de Villa-Lobos. Mário de Andrade, como crítico e musicólogo, foi o primeiro a alegar que Villa só se tornou moderno, apresentando uma obra de caráter nacionalista, depois da Semana. O próprio Villa-Lobos, contudo, modestamente corrigia:

“Quando o modernismo apareceu, eu já era Villa-Lobos. Desde 1914 vinha desenvolvendo intenso trabalho de renovação.” Villa detestava “ismos”, e abominava ser rotulado dentro deste ou daquele movimento artístico. Anos depois revelaria que fora o único artista a receber cachê na Semana de 22 (12 contos de réis). Apresentara-se como convidado, sem jamais aderir à militância modernista. Villa, realmente, não compusera nada de novo para o evento. Com exceção da peça para piano “A fiandeira”, de 1921, que deixava transparecer uma evidente influência de Claude Debussy, todas as outras composições apresentadas datavam da década de 1910. Todas, de certo modo, já ultrapassadas pelo que se fazia na matriz, em Paris, onde Stravinski apresentara a revolucionária *“Sacre du printemps”* (Sagração da Primavera), no longínquo ano de 1913.

De qualquer modo, se a Semana não teve influência alguma sobre a estilo de composição de Villa-Lobos, ela, com certeza, impulsionou sua carreira, lançando seu nome em São Paulo. A polêmica criada em torno do evento, com as bravatas encenadas na plateia do Municipal, foi tão grande quanto o acolhimento da crítica paulistana a seu favor. Em março e abril de 1922, três concertos foram consagrados às obras de Villa-Lobos. “São Paulo fez, afinal, justiça ao grande artista patrício. São Paulo é uma grande terra! Amanhã fará essa mesma justiça aos outros irmãos de arte de Villa-Lobos, aos belos e gloriosos artistas da falange moderna. E o sr. Guanabarino estourará de ódio... E o Brasil se livrará de um cacete”, tripudiava Hélios no *Correio paulistano*.

NOS PASSOS DOS OITO BATUTAS

De volta ao Rio, Villa começava uma nova batalha. Até a década de 1930, a Europa, sobretudo Paris, era para qualquer artista brasileiro a meca, para a qual todos deveriam peregrinar pelo menos uma vez na vida, fosse para expor suas obras ou se aperfeiçoar. Assim o fizeram grandes pintores, escritores e músicos, como Leopoldo Miguez, Alberto Nepomuceno, Henrique Oswald e Antônio Francisco Braga, que de lá voltaram cheios de ideias wagnerianas, para dar novo rumo à música clássica produzida no Brasil.

Nos jornais cariocas, alguns críticos e articulistas mais avançados faziam coro com Vera Janacópulos e Arthur Rubinstein, outra vez de passagem pelo Brasil: Villa-Lobos precisava ir a Paris para desenvolver seu talento e apresentar ao mundo a sua obra. No Congresso Nacional, o deputado paraense Arthur de Souza Lemos, pai do pianista Arthur Iberê de Lemos, amigo de Villa-Lobos, apresentou um projeto de subvenção de 108 contos de réis para que o compositor pudesse passar dois anos na Europa, com a missão de divulgar a música erudita brasileira em 24 concertos. O projeto foi rejeitado, até que o escritor e deputado sergipano Gilberto Amado fizesse um discurso apaixonado em prol de Villa-Lobos. Propunha uma emenda que reduzia a verba para 40 contos de réis, em troca de doze concertos na Europa.

> Negar a Heitor Villa-Lobos apenas 40:000$000 para que possa tomar passagem e ir à Europa, que nos manda, todos os anos, maestros e pseudomaestros, às vezes abaixo de nossa cultura – negar a Villa-Lobos o direito de ir à Europa mostrar que não somos apenas Os Oito Batutas que lá sambeiam é negar que não pensamos musicalmente, é uma atitude não digna da Câmara dos Senhores Deputados Brasileiros, *bradava Amado do púlpito*.

O discurso acalorado dobrou a assembleia. Os deputados aprovaram o projeto com a emenda de 40 contos de réis, em troca de uma dúzia de concertos em apenas um ano na Europa. Amado não precisava, contudo, menosprezar “Os Oito Batutas que lá sambeiam”. Essa discussão, porém, já tomara conta dos salões e do meio político. Entre fevereiro e agosto de 1922, o Brasil estava sendo representado em Paris por um grupo de músicos, quase todos negros, que apresentava o maxixe e o samba como música nacional. Um acinte para a ala conservadora da elite brasileira, que se cria branca e europeizada. Formados em 1919 pelos chorões Donga e Pixinguinha, Os Oito Batutas viajaram à Europa por iniciativa do baiano Antônio Lopes de Amorim Diniz, o Duque, um premiado dançarino de salão que introduzira o samba em Paris em 1921. Com o apoio do senador Lauro Müller e a generosidade de Arnaldo Guinle, fã dos músicos que animavam o ambiente do cabaré Assírio, no Teatro Municipal, sete dos Oito Batutas embarcaram para a França. Durante seis meses, botaram os parisienses para dançar ao som do samba e do maxixe nas casas noturnas **Le Shéhérazade** e **Chez Duque**. A temporada do *Les*

Batutas, como eram chamados em Paris, teria profundas consequências na história da música popular brasileira. Da França, Pixinguinha voltaria tocando saxofone, após ter confraternizado com outros músicos estrangeiros, principalmente os negros americanos que introduziam o jazz em Montmartre.[65] Portanto, o maior equívoco do deputado Gilberto Amado foi contrapor a música erudita de Villa-Lobos ao samba dos Oito Batutas. Afinal, a formação autodidata de Villa tinha um pé no clássico e outro na rua, ao lado dos chorões, entre eles, o próprio Donga, e Pixinguinha, de quem mais tarde se tornaria amigo.

Quanto à bolsa do governo, Villa sabia que os 40 contos de réis não dariam para passar um ano na Europa, e muito menos organizar 12 concertos. Precisava captar mais recursos para complementar o orçamento da viagem. Tendo já recebido vinte contos, como primeira parcela da dotação, investiu-os na organização de uma série de quatro concertos sinfônicos no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Apresentaria uma espécie de retrospectiva da sua obra, para celebrar sua despedida do Brasil. O primeiro concerto, realizado em 11 de novembro de 1922, foi dedicado ao presidente Epitácio Pessoa, que terminava seu governo, cedendo a cadeira, na política do Café com Leite, ao mineiro Artur Bernardes. Apresentando exclusivamente música sacra, o programa do concerto deveria atrair o clero da capital. Da Igreja Católica, porém, não apareceu nem um coroinha para prestigiar o evento. Se o repertório já não interessava muito ao público em geral, o temporal de proporções bíblicas que se abateu sobre a cidade no início da noite só piorou as coisas. Segundo Oscar Guanabarino, 44 testemunhas compareceram ao Teatro Municipal. O fracasso de bilheteria repetiu-se na segunda noite, em que Villa apresentou um repertório eclético, com cenas da ópera *Izaht*, com Vicente Celestino no papel do Conde Makian; o poema sinfônico "O naufrágio de Kleônicos", com nítida influência do compositor francês Camille Saint-Saëns;[66] e a "Dança frenética", que fazia Guanabarino estrebuchar:

O público (...) com certeza não compreendeu a "Dança frenética", de Villa-Lobos, talvez por estar errado o título, que deveria ser "Dança de São Guido" (coreia) com uma nota explicativa que dissesse: para ser executada por músicos epilépticos e ouvida por paranoicos.[67] Em regra as suas composições não têm nem pés nem cabeça, são

amontoados de notas que chocalham canalhamente como se todos os músicos da orquestra, atacados de loucura, tocassem pela primeira vez aqueles instrumentos, que se transformam em mãos doidas, em guizos, berros e latidos.

Duas semanas depois, Villa-Lobos organizou o terceiro concerto, sem obter melhor resposta do público. Desiludido, cancelou a quarta e última apresentação, vendo-se em sérias dificuldades financeiras, e morais. Não obstante a generosidade do governo que lhe cedera o Teatro Municipal gratuitamente, Villa gastara quase toda a primeira parcela da bolsa na organização dos malogrados concertos. Pior: na transição de governo, entre Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes, houve corte orçamentário. O compositor, definitivamente, não receberia a segunda parcela da bolsa. Sem recursos e já vislumbrando a humilhação pública pelo cancelamento da viagem à Europa, Villa-Lobos recorreu aos mecenas. Da oligarquia cafeeira paulista, que o apoiava desde a Semana de 22, socorreram-no o conselheiro Antônio Prado, seu filho Paulo Prado e a socialite Olívia Guedes Penteado, madrinha dos modernistas, a quem Mário de Andrade chamava de "Nossa Senhora do Brasil". No Rio, seus benfeitores foram a "marechala" Laurinda Santos Lobo, o escritor Graça Aranha e o milionário Arnaldo Guinle, que lhe emprestou o apartamento que mantinha alugado em Paris.

Em 30 de junho de 1923, Villa-Lobos finalmente embarcava para a França a bordo do vapor francês *Groix*. Com um orçamento apertado, sua mulher, Lucília, ficaria no Rio de Janeiro. Em compensação, não tendo recebido integralmente a dotação aprovada pelo governo anterior, Villa desvencilhava-se da obrigação de organizar uma dúzia de concertos para divulgar a música erudita brasileira: "Infelizmente, não serei verdadeiro se lhe afirmar que a minha excursão artística ao Velho Mundo é oficial, porque a expendiam, apenas, alguns amigos, patriotas sobretudo, e que me quiseram poupar e ao país uma situação de vexame em que ia me encontrando", declarava em sua última entrevista antes da partida, ao jornal *A noite*.

OS ANOS LOUCOS

Paris na década de 1920 vivia aquele período que os historiadores chamam de *Années Folles*, os Anos Loucos, que se sucederam à Primeira Guerra Mundial. Entre 1914 e 1918, a Grande Guerra deixara vinte milhões de mortos entre civis e militares na Europa, na África e no Oriente Médio. Somente entre os franceses morreram 300 mil civis e mais de 1,3 milhão de soldados, isto é, um em cada quatro rapazes, entre 18 e 27 anos de idade. Quando o pesadelo parecia chegar ao fim, o mundo foi surpreendido pela gripe espanhola. A maior pandemia de todos os tempos alcançou os cinco continentes, deixando um saldo de mais de 40 milhões de mortos. Entre eles, o poeta francês Guillaume Appolinaire e o presidente do Brasil, Rodrigues Alves, morto antes de dar início ao seu segundo mandato.

Portanto, não faltavam razões para se celebrar a vida, numa espécie de catarse geral, depois de uma década tão desgraçada. Melhor ainda, os anos 1920 seriam marcados pelo forte crescimento econômico em todo o mundo, sobretudo na França, onde o Produto Interno Bruto daria um salto de 50% em dez anos. A indústria, entretanto, carecia de mão de obra, perdida aos milhões na Grande Guerra. A solução foi abrir os braços para a chegada de 3 milhões de imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, poloneses, armênios e judeus do leste europeu. A França se tornava a terra do acolhimento e da oportunidade. Paz, bonança e otimismo eram os ingredientes certos que condimentavam o caldo cultural de Paris naquela década.

Ainda que grande parte da classe operária estivesse alienada de todo aquele frisson econômico, no campo das artes sobravam recursos que transformavam Paris num eldorado da vanguarda artística. Desde o Antigo Regime (a monarquia dos Bourbon), o mecenato das artes era uma tradição entre os franceses, emulada por D. Pedro II, como você viu no capítulo 3. Com a abundância de capital disponível na década de 1920, Paris tornava-se um polo de produção cultural, atraindo artistas de todo o mundo.

Esse caldeirão de culturas e tendências de origens tão diversas fermentava a evolução estética da vanguarda, presente no cenário artístico francês desde o início do século XIX. Mesmo gerando controvérsia na imprensa, a vanguarda parisiense era relativamente bem recebida, graças a um público tradicionalmente mais liberal do que o de outras capitais europeias. Afinal, depois da Revolução

Francesa e, mais tarde, da experiência da Comuna, pode se dizer que nenhum povo na Europa era mais irreverente e iconoclasta do que os franceses, sobretudo em Paris.

Na década anterior, apesar da Grande Guerra, já estavam presentes nas artes plásticas nomes como Marcel Duchamp, Pablo Picasso e Georges Braque; na literatura, Guillaume Appolinaire; na dramaturgia, Jean Cocteau; e na música erudita, Erik Satie e os russos Serguei Prokofiev e Igor Stravinski. Em 1913, no Théâtre des Champs-Élysées, Stravinski escandalizara os mais conservadores com a apresentação do balé "Sagração da primavera", coreografado por Vaslav Nijinski para a célebre companhia dos Balés Russos, de seu amante Serguei Diaguilev.

Quatro temporadas depois, em plena guerra, Diaguilev se superou: reuniu a nata da vanguarda artística no balé *Parade*, com tema desenvolvido por Jean Cocteau, música de Erik Satie, cenografia de Pablo Picasso e coreografia de Léonid Massine, que substituía Nijinski, afastado definitivamente por insanidade mental. Revolucionário na música, na coreografia e na cenografia, *Parade* chocou o público por sua irreverência em plena guerra, entrando para a história da arte como o primeiro balé "surrealista", segundo o poeta Guillaume Apollinaire, que então cunhava o termo anos antes de André Breton.

A "loucura" dos anos 1920 na Europa devia muito, também, à pujança econômica dos Estados Unidos, onde a década entraria para a história como *The Roaring Twenties*. Dando continuidade à saga de Santos Dumont, o piloto Charles Lindbergh fazia, em 1927, a primeira travessia aérea de Nova York a Paris sem escalas. Antes e depois dele, atraídos pelo câmbio favorável ao dólar, artistas e escritores americanos desembarcavam em Paris em busca de inspiração, sobretudo no bairro de Montparnasse, o "umbigo do mundo". Enquanto a América amargava a Lei Seca e o racismo da Ku Klux Klan, o escritor Ernest Hemingway fazia de Paris uma festa. Entre as cabeças bem pensantes que o seguiam, destacavam-se o fotógrafo Man Ray e o casal de escritores Zelda e F. Scott Fitzgerald. Enfim, toda uma "Geração Perdida" que frequentava o salão da escritora e mecenas Gertrude Stein, em torno de quem orbitavam também muitos artistas franceses – um ambiente de arte e boemia

mapeado com apuro pelo jornalista Sérgio Augusto, no seu livro *E foram todos para Paris*, publicado em 2011.

Entre os franceses não menos "perdidos" daquela geração, André Breton lançava o *Manifesto do Surrealismo*, que influenciaria a obra de Pablo Picasso e Salvador Dalí. Na dança, uma dissidência dos Balés Russos formava os Balés Suecos, que daria continuidade às propostas modernistas de Diaguilev. Patrocinado pelo milionário sueco Rolf de Maré, o novo balé juntava aos nomes já consagrados aqueles dos poetas Paul Claudel e Blaise Cendrars, além do pintor e poeta Francis Picabia. Enquanto Jean Börlin se encarregava da coreografia, a música era encomendada a Erik Satie e seus discípulos: Arthur Honegger, Francis Poulenc e Darius Milhaud, metade do Grupo dos Seis, batizado por Jean Cocteau, em contraposição estética à música impressionista de Claude Debussy e Maurice Ravel.

O INTERCÂMBIO CULTURAL

Era nesta Paris de grande efervescência cultural, alimentada por um surto de crescimento econômico, que Heitor Villa-Lobos chegava aos 36 anos sozinho e desconhecido. Se o samba dos Oito Batutas havia deixado sua marca na vida noturna, em cabarés e dancings populares, disputando a preferência do público com o jazz dos americanos e o tango dos argentinos, Villa-Lobos, por outro lado, travaria uma batalha tão renhida quanto no meio da música erudita. Curiosamente, lutaria para conquistar seu espaço ao mesmo tempo em que construía a própria identidade artística. "Eu não vim aqui para aprender; vim mostrar o que fiz. Se gostarem, ficarei. Senão, voltarei para a minha terra", declarava a quem quisesse ouvir quando chegou a Paris. Enganava-se, porém.

Depois que se aboletou no **apartamento de Arnaldo Guinle**, no terceiro andar do número 11 da place Saint-Michel, no Quartier Latin, Villa-Lobos precisava trabalhar. Com a vida cultural parisiense entrando em ritmo lento no verão, aquele era o momento de fazer contatos, sobretudo com os conterrâneos já estabelecidos na cidade. Dos brasileiros que Villa conhecia, vários jovens participantes da Semana de 1922 já moravam ou passavam temporadas na cidade.

Havia o escritor Sérgio Milliet, de 24 anos; os pintores Vicente do Rego Monteiro, de 23, Di Cavalcanti, 24, Anita Malfatti, 33, e o escritor Oswald de Andrade, também de 33 anos. Quase todos orbitavam ao redor do **ateliê da pintora Tarsila do Amaral**, no quinto andar do número 9 da rue Hégésippe Moreau, no bairro de Clichy. Aos 36 anos, ainda na sua fase de formação, Tarsila estudava o cubismo com pintores consagrados, como André Lhote, Fernand Léger e Albert Gleizes. Bela, carismática e rica, Tarsila, a "princesa do café", como Carlos Drummond de Andrade a chamava, passara por São Paulo em 1922, destroçando corações. Não participou da Semana de Arte Moderna, mas, através de Anita Malfatti, conheceu Mário de Andrade, Menotti del Picchia e Oswald de Andrade, com quem formou o célebre Grupo dos Cinco. De volta a Paris, foi seguida por Oswald, outro ricaço, com quem passou a dividir o apartamento de Clichy. Em março de 1923, Oswald já provocava Mário, por carta, avisando que estava "amigado" com Tarsila.

Os modernistas brasileiros, sobretudo Oswald e Tarsila, mantinham boas relações com Luís Martins de Souza Dantas, primeiro diplomata a ocupar a função de embaixador do Brasil em Paris, a partir de 1922. Souza Dantas, que passaria 22 anos no cargo, entraria para a história do Itamaraty por desafiar Getúlio Vargas, salvando centenas de judeus durante a ocupação nazista da França.[68] Já na sua chegada a Paris, dava provas de ser um homem culto e refinado, promovendo o intercâmbio cultural entre os artistas franceses e brasileiros residentes na cidade. Enquanto o paquete de Villa-Lobos ainda cruzava o oceano Atlântico, Souza Dantas e o diplomata francês Jean Girandoux, também escritor, organizaram um jantar de confraternização, reportado em detalhes por Sérgio Milliet. À mesa, sentaram-se, entre outros, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, o poeta francês Blaise Cendrars, os pintores André Lhote e Fernand Léger, e o compositor Darius Milhaud, do Grupo dos Seis.

64 Rubinstein ditou a sua biografia em 1980, isto é, seis décadas depois dos eventos narrados, quando já tinha 92 anos (!). Segundo ele, a peça executada pelo grupo de Villa-Lobos no cinema Odéon era "Amazonas", composta em 1917. O antropólogo Paulo Renato Guérios, biógrafo de Villa-Lobos, alega, contudo, que a memória de Rubinstein pode ter falhado. Guérios lembra que Villa-Lobos tinha o mau hábito de antedatar suas obras, para evitar comparações com outros compositores. Assim, o moderno "Amazonas" teria sido composto anos depois do encontro com o famoso pianista. Guérios aposta que a

peça executada para Rubinstein foi, provavelmente, a versão para orquestra das "Danças características africanas". Esta, sim, composta em 1916.

65 O antropólogo baiano Rafael Menezes Bastos defende a tese de que a temporada dos Oito Batutas em Paris teria contribuído, nos anos seguintes, para a formação da identidade musical brasileira, na medida em que o samba dos Batutas se confrontara e disputara espaço na noite parisiense com o "Outro", naquele caso, o jazz americano e o tango argentino.

66 Compare já. Ouça no YouTube:
"O canto do cisne negro" (movimento de "Naufrágio de Kleônicos", de 1916), de Villa-Lobos: www.youtube.com/watch?v=iqlkwgOqiMk

"Le Cygne" de Camille Saint-Saëns, composto trinta anos antes:
www.youtube.com/watch?v=b44-5M4e9nI

67 Dança de São Guido é o nome vulgar da coreia de Sydenham, uma enfermidade cujos sintomas se assemelham aos da epilepsia. Por associação, São Guido é também considerado o santo protetor dos epiléticos.

68 O embaixador Luiz Martins de Souza Dantas tinha a quem puxar: era neto do senador do Império Souza Dantas, liberal abolicionista que você conheceu no capítulo sobre D. Pedro II. Em 1884, enquanto presidente do Conselho de Ministros, o senador Dantas apresentou o projeto da Lei dos Sexagenários, que, não aprovado, derrubou o governo. Reapresentado com emendas, o projeto foi aprovado no ano seguinte, alforriando os escravos com mais de 65 anos.

Número 11 da place Saint-Michel: apartamento de Arnaldo Guinle, casa de Villa-Lobos.

Dois daqueles franceses foram fortemente influenciados pela experiência adquirida em viagens ao Brasil. Blaise Cendrars, cujo bife era cortado por Tarsila do Amaral (o poeta perdera o braço direito na Grande Guerra), conheceria o Brasil em 1924. Patrocinada por Paulo Prado, por sugestão de Oswald de Andrade, sua viagem renderia o livro de poesias *Feuilles de Route*, com capa ilustrada por Tarsila. Já o compositor Darius Milhaud, sentado próximo a Sérgio

Milliet durante o jantar, poderia ser considerado um precursor da absorção de elementos musicais brasileiros na música francesa. Ainda em 1917, Milhaud foi trabalhar na legação francesa no Rio de Janeiro, a convite do diplomata e escritor Paul Claudel. No Rio, Milhaud conheceu Villa-Lobos, mas não ficou impressionado pelo jovem músico que compunha peças fortemente influenciadas por compositores franceses ultrapassados. O que lhe deslumbrou, de fato, foi o carnaval do Rio de Janeiro, sobretudo a sua musicalidade.

O BOI NO TELHADO

O grande sucesso do carnaval de 1917 foi “Pelo telefone”, composto por Donga, considerado o primeiro samba gravado no Brasil. Sambas, maxixes e, sobretudo, a música de Ernesto Nazareth surpreenderam Milhaud, que, vindo do inverno europeu, desembarcava no Rio de Janeiro em pleno carnaval.

> Os ritmos dessa música popular intrigavam-me e fascinavam-me, *conta o compositor em sua biografia*. Havia na síncope uma imperceptível suspensão, uma respiração inconsciente, uma leve pausa que me era difícil compreender. Eu comprei então alguns maxixes e tangos; e esforcei-me para tocá-los com as suas síncopes que passam de uma mão à outra. Meus esforços foram recompensados, e eu pude finalmente exprimir e analisar esse “pequeno nada” tão tipicamente brasileiro.

Naquele momento, a legação francesa costurava um acordo com Paulo Prado para a compra de milhões de sacas de café em troca do apoio do governo brasileiro aos Aliados na Grande Guerra. Na pausa do cafezinho, Milhaud e seu chefe, Paul Claudel, deixavam as confabulações de lado para escrever e compor. Inspirados pelo encontro que tiveram com Diaguilev e Nijinski, em turnê pelo Rio de Janeiro, compuseram o balé *“L’Homme et son Désir”* em 1918. Qual não foi a surpresa de Sérgio Milliet quando, em 1921, assistiu ao bailado:

> (...) entrando um pouco atrasado no Théâtre des Champs-Élysées de Paris, para ver e ouvir “L’Homme et son Désir”, de Claudel e Milhaud, tive um arrepio, porque oitenta vozes masculinas cantavam “O meu boi morreu”. Fazia três anos que não tinha notícias do Brasil e esta melodia transportou-me por um instante para um sertão misterioso que havia

conhecido, quando o que eu queria era esquecer tudo, e que me lembrava os longos dias a cavalo através das montanhas de Minas Gerais.

De volta a Paris, em 1919, Milhaud continuou brincando ao piano com os ritmos brasileiros. Compôs a série para piano “Saudades do Brasil”, e uma colagem de 24 maxixes e sambas, cujas partituras ele comprara no Rio de Janeiro. Batizou-a “Le bœuf sur le toit”, nome de um dos sambas utilizados na montagem, “O boi no telhado”, composto por José Monteiro – um dos Batutas que, em 1922, acompanharia Pixinguinha e Donga a Paris. Milhaud pensava que, com esse *pot-pourri*, poderia fazer a trilha sonora para um filme mudo de Charles Chaplin. Encontrando Jean Cocteau no restaurante La Gaya, expôs-lhe o projeto. Cocteau ouviu a música, e deu-lhe outra ideia. Fariam um espetáculo para os Balés Russos de Serguei Diaguilev.

Na sua biografia, o pianista Arthur Rubinstein não perdoa o francês. Lembra que estava presente ao jantar em que Milhaud, incomodado com a sua presença, apresentou “Le bœuf sur le toit” para Diaguilev. O empresário russo já estava farto de pagar direitos autorais a estrangeiros que reclamavam a apropriação indébita de suas obras nos balés compostos por Stravinski. Antes que Milhaud se sentasse ao piano, Jean Cocteau chamou Rubinstein à parte:

Arthur, por favor, não faça nenhum comentário depois de ouvir a composição. Milhaud compôs esse balé, que ele batizou “Le bœuf sur le toit”, utilizando somente canções brasileiras, a maioria composta por ele mesmo, mas há também algumas que ele colheu pelas ruas do Brasil, e ele teme que você deixe escapar algo na frente de Diaguilev.

Rubinstein prometeu não fazer comentários e, após executada a peça ao piano, Diaguilev perguntou ao francês:

“Foi você mesmo quem compôs tudo isso?” Milhaud, com cara de estudante pego fazendo cola, respondeu com uma voz fraquinha: “Praticamente tudo...”

Mantida a discrição de Rubinstein, que reconhecera na composição vários sambas cariocas, Diaguilev aprovou a música e Cocteau foi tratar da produção. Escandalizando o meio teatral, contratou mais artistas circenses do que bailarinos. Em fevereiro de 1920, “Le bœuf

sur le toit" estreava no Théâtre des Champs-Élysées, como farsa musical surrealista, na esteira do aclamado *Parade*.

Quando, em fins de 1921, o bar La Gaya, um dos mais importantes pontos de encontro da geração de artistas liderada por Jean Cocteau, mudou de endereço, seus donos aproveitaram para mudar-lhe também o nome. O restaurante passava a se chamar **Le Bœuf sur le Toit**, em homenagem aos seus ilustres frequentadores. No restaurante, ainda hoje em funcionamento, apresentavam-se nos decênios de 1920 e 1930 o pianista Jean Wiéner e grandes nomes da música popular e erudita, "dando canjas" noite adentro. No Le Bœuf, sobretudo, desenvolveu-se o jazz em Paris, criando-se a expressão francesa *"fair un bœuf"*, ou "fazer um boi", até hoje utilizada por músicos franceses ao planejarem uma noitada de jazz. O compositor do "Boi", o chorão carioca José Monteiro, morreu no anonimato, com certeza, sem saber nada disso.

Além dos jazzistas, jantava no Bœuf toda a vanguarda artística parisiense: os compositores Erik Satie e Igor Stravinski; os pintores Pablo Picasso, Juan Gris e Georges Braque; as vedetes Mistinguett e Joséphine Baker; os estilistas Christian Dior e Coco Chanel; o ator Maurice Chevalier; o escritor Ernest Hemingway; o dramaturgo Paul Claudel; o poeta André Gide; e os amigos do Brasil Arthur Rubinstein e Blaise Cendrars. Naquele ambiente fortemente carregado de Chanel No 5, o perfume da moda, Cendrars se encontrava com os modernistas Oswald de Andrade e Sérgio Milliet. Em carta a Mário de Andrade, Oswald deslumbrava-se com a frequência do Bœuf: "Acaso Providência! Na mesa, ao meu lado, Cocteau – um magricela moço, com expressivos pés de galinhas e insistentes telefonadas de Serge Diaghilev que o *chausser* transmitia. Atraquei-o. Mais autógrafo."

Número 9 da rue Hégésippe Moreau, onde ficava o ateliê da pintora Tarsila do Amaral.

DESCOBRINDO O BRASIL EM CLICHY

Emoção maior Oswald teria quando o escritor e mecenas Paulo Prado lhe apresentou, na França, à Dona Olívia Guedes Penteado. Convidado pela primeira vez ao salão de Dona Olívia em Paris,

Oswald chorava de emoção ao lado de Tarsila. Mais tarde, novos deslumbres, quando Tarsila passou a convidar Jean Cocteau para as feijoadas que organizava no seu apartamento/ateliê da rue Hégésippe Moreau. Era sábado, e lá estavam Cendrars, Satie, Gleizes, Léger e o jovem pianista brasileiro João de Souza Lima, premiado no Conservatório de Paris.

Restaurante Le Bœuf sur le Toit: aberto até hoje, em novo endereço.

Souza Lima, ao piano Érard, chamou o Brasil para aquele ambiente, no ritmo nostálgico das suas composições, *narra Tarsila*. Uma bebida estranha reforçou o traço de união entre a França e a nossa terra. A "caninha" cheirosa, que havia passado pela alfândega como produto de beleza, lembrava, ao paladar de Erik Satie, um gole de tintura de iodo; enquanto Cocteau, sentindo-se um fogareiro cheio de espírito de vinho, recusava, previdente, para evitar uma explosão, o esquisito cigarro de palha que eu acabava de preparar. Mas um pedaço do fumo de corda e algumas palhas escorregaram-se no seu bolso. Aprendeu a preparar um cigarro caipira, dizendo: "Quero espantar Stravinski!"

Foi numa dessas feijoadas no ateliê de Tarsila que Villa-Lobos fez a sua entrada nos bastidores da cena artística parisiense, sendo apresentado a Blaise Cendrars, Erik Satie, Jean Cocteau e ao pianista Souza Lima.

Fato curioso se deu ao terminar o almoço, quando nos achávamos naquele bate-papo, entremeado de uns goles de finíssimo chartreuse, *lembra o pianista brasileiro*. Veio à baila a arte de "improvisar". Villa-Lobos, que sempre cultivou com prazer essa maneira de expansão musical, prontificou-se a uma demonstração. Sentou-se ao excelente Érard, que fazia parte do ateliê revestindo-se de uma atmosfera verdadeiramente artística, iniciando uma daquelas criações de momento, cheias das mais imprevistas linhas melódicas e dentro de uma rítmica inteiramente pessoal e inédita. O grande Cocteau, querendo saborear mais

intensamente aqueles momentos de uma música assim tão especial, sentou-se no chão, debaixo do piano, e ali ficou até o término da improvisação. Finda aquela demonstração da inventiva do nosso músico, Cocteau voltou a sua poltrona, encetando um ataque ferrenho ao nosso Villa, por achar que uma improvisação não poderia ser feita naquelas condições, quase de encomenda.

A versão de Tarsila, por sua vez, é mais direta:

> Cocteau não gostou da música de Villa-Lobos daquele tempo: achava nela um parentesco com Debussy e Ravel. O nosso grande maestro, recém-chegado a Paris, improvisava outra coisa, mas Cocteau continuava intransigente e por pouco não brigaram.

Como aponta o antropólogo, e biógrafo de Villa-Lobos, Paulo Renato Guérios, aquela discussão com Cocteau teria sérias consequências no rumo que o compositor brasileiro daria a sua carreira. Desde 1920, Darius Milhaud achava que Villa-Lobos, "um jovem de temperamento robusto, cheio de ousadias", desperdiçava o seu talento imitando o ultrapassado Claude Debussy. Milhaud conclamava os músicos eruditos brasileiros a buscarem inspiração em casa:

> Seria desejável que os músicos brasileiros compreendessem a importância de compositores de tangos, maxixes, sambas e cateretês como [Marcelo] Tupinambá e [Ernesto] Nazareth. A riqueza rítmica, a fantasia indefinidamente renovada, a verve, o ânimo, a invenção melódica de uma imaginação prodigiosa, que se encontram em cada obra desses dois mestres, fazem deles a glória e a alegria da arte brasileira.

Se no cenário da música popular os Oito Batutas conquistaram o seu quinhão de Paris graças ao seu exotismo, na música erudita e nas artes em geral o fenômeno se repetia. O que os franceses desejavam era o diferente, exótico, autêntico – enfim, o *Outro*. Não era à toa que, como Tarsila do Amaral observava, o príncipe negro Tovalu, do Reino do Daomé, se tornara, ao visitar Paris, "um fetiche disputado em todos os meios artísticos de vanguarda". Ser moderno, naquele contexto, significava para o artista estrangeiro olhar para o próprio umbigo, buscar inspiração na arte popular do seu próprio país, como já o haviam feito os compositores russos em Paris e, principalmente, o espanhol Manuel de Falla (que se inspirara na música flamenca por sugestão de Debussy). Os brasileiros, afinal, estavam atrasados: se, em 1923, Tarsila ainda imitava os cubistas, a vanguarda francesa já estava no surrealismo. Se Villa-Lobos imitava Debussy, Milhaud já

garimpava a música popular (e exótica) dos chorões do Rio de Janeiro, para transformá-la em composições de vanguarda.

Mário de Andrade, que, diferentemente de Tarsila e Oswald, não tinha condições financeiras de viajar a Paris, já sugeria a Tarsila o mesmo que Milhaud receitava a Villa-Lobos:

> Vocês foram a Paris como burgueses. Estão épatés [impressionados]. E se fizeram futuristas! hi! hi! hi! Choro de inveja. Mas é verdade que considero vocês todos uns caipirinhas em Paris. Vocês se parisianizaram na epiderme. Isso é horrível! Tarsila, Tarsila, *volta para dentro de ti mesma* [grifo do autor]. Abandona o Gris e o Lhote, empresários de criticismos decrépitos e de estesias decadentes! Abandona Paris! Tarsila! Tarsila!

O chamado só confirmou o que a pintora já percebia ao seu redor. Em abril daquele ano, 1923, quando pintava a tela *A caipirinha*, Tarsila declarava em carta à família no Brasil:

> Sinto-me cada vez mais brasileira: quero ser a pintora da minha terra. Como agradeço por ter passado na fazenda a minha infância toda. As reminiscências desse tempo vão se tornando preciosas para mim. Quero, na arte, ser a caipirinha de São Bernardo, brincando com bonecas de mato, como no último quadro que estou pintando. Não pensem que essa tendência brasileira na arte é mal vista aqui. Pelo contrário. O que se quer aqui é que cada um traga contribuição do seu próprio país. Assim se explicam o sucesso dos bailados russos, das gravuras japonesas e da música negra [o jazz]. Paris está farta de arte parisiense.

Já Oswald de Andrade, que voltaria com Tarsila ao Brasil em 1924, lançaria um manifesto pela estética literária nacionalista, a *Poesia Pau-Brasil*: "Pensei em fazer uma poesia de exportação", como fora o pau-brasil, explicava. No prefácio do manifesto, Paulo Prado sintetizava: "Oswald de Andrade, em uma viagem a Paris, do alto de um ateliê da praça Clichy – umbigo do mundo – descobriu, maravilhado, seu próprio país."

O crítico de arte Paulo Herkenhoff, por outro lado, seria menos poético: "O projeto de Tarsila e Oswald de Andrade surgiu em Paris como estratégia, via adaptação à voga do exótico, para aceitação pelo meio francês." Curto e grosso: Tarsila e Oswald passariam a fazer arte para francês ver – o que lhes garantiria o reconhecimento do público e da crítica francesa. Com Villa-Lobos, não seria diferente.

OS PRIMEIROS CONCERTOS

Além dos modernistas da Semana de 22, Villa ainda guardava em sua agenda o contato de Vera Janacópulos. Nascida em Petrópolis em 1892, Vera fizera carreira como cantora lírica na Europa, tornando-se uma das maiores intérpretes de Manuel de Falla. Aos 31 anos, estava casada com um advogado russo, vinte anos mais velho. Alexei Stahl fugira da Rússia durante a Revolução Bolchevique em 1917, exilando-se nos Estados Unidos e, mais tarde, na França. Através do marido, Vera tornara-se amiga dos compositores russos em Paris, sobretudo, Serguei Prokofiev.

Antes da chegada de Villa-Lobos, Vera fora a primeira artista a interpretar suas canções na Europa. Sua interpretação de "Miniaturas" ("Cromo no 2", "Viola" e "Sino da aldeia") receberia do amigo Prokofiev atenção especial. "Desprende-se desta música, bruta e apurada ao mesmo tempo, muito sincera e que parece brotar de um só jato, um encanto muito especial, realmente exótico, estranho a toda fórmula. É certo que a arte de Villa-Lobos, profundamente nacional, inspira-se em danças e cantos populares", resenhava o compositor russo em *La Revue Musicale*, então a porta-voz da vanguarda musical europeia.

Em 1923, Vera voltava a interpretar canções de Villa-Lobos, no único concerto organizado com obras suas naquele ano. No dia 23 de outubro, na **Salle des Agriculteurs,** que ficava no número 8 da rue d'Athènes (hoje demolida), a soprano cantou "Melodie sans parole" e *"La fillette et la chanson"*, acompanhada pelo violino de Yvonne Astruc. Em seguida, Astruc juntou-se ao pianista Daniel Jeisler para executar a "Sonata fantástica". No programa, o nome Heitor Villa-Lobos aparecia ao lado de Serguei Prokofiev e Igor Stravinski, e dos franceses Darius Milhaud e Gabriel Fauré.

Uma nota crítica publicada no *Le Courrier Musical* de 15 de novembro não deixou a audição passar despercebida: "A Sonata do Sr. Villa-Lobos (para piano e violino) não surpreende, nem desafina. Evidentemente as peças para voz e violino do mesmo autor são muito mais atuais, digo-o sem má intenção para com esta música que se pretende curiosa, conseguindo sê-la algumas vezes", registrava René Doire.

A REDE SOCIAL

Três linhas sobre a sua música numa crítica feita ao concerto de Vera Janacópulos foi tudo que Villa-Lobos conseguiu como divulgação da sua obra naquele ano de 1923. Mais do que nunca, precisava trabalhar para expandir a sua rede de contatos sociais em Paris, sobretudo com intérpretes que poderiam executar suas composições. No fim do ano, foi convidado a um jantar organizado por Dona Olívia para os artistas brasileiros, no restaurante Le Cabaret, que ficava no número 4 da avenue Victor-Emmanuel III, hoje avenue Franklin D. Roosevelt.[69] Além de Villa, foram convidados Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Victor Brecheret, Sérgio Milliet e Anita Malfatti. Tarsila e Oswald partiriam em breve para São Paulo, levando consigo o poeta Blaise Cendrars, que, por sua vez, iria descobrir o Brasil. Sem os encontros promovidos no ateliê de Clichy, Villa passaria a contar com o afável pianista João de Souza Lima, arroz de festa nos salões aristocráticos da cidade.

> Há vários anos, eu já residia em Paris, *lembra Souza Lima, referindo-se ao apartamento onde morava, na rue du Delta*. Para lá eu seguira logo após o fim da guerra de 18, e meus conhecimentos com os ambientes artísticos e com os artistas da Cidade-Luz eram já bem grandes. A Villa-Lobos pareceu de certa utilidade aqueles nossos encontros, dos quais poderiam surgir seus primeiros contatos com personalidades de projeção, tais como Madame [Marguerite] Long, Madame Debussy, [o flautista] Philippe Gauber, [o pianista Alexander] Brailowsky, Maurice Ravel.

No salão de uma "baronesa brasileira", conta o musicólogo Eurico Nogueira França, Villa conheceu o pianista espanhol Tomás Terán, que se tornaria seu intérprete e amigo por toda a vida. O primeiro encontro, porém, não foi dos mais afinados. Terán já conhecia a obra de Villa-Lobos desde 1922, quando, em Buenos Aires, se encontrara com Arthur Rubinstein. Agora, para seu espanto, tinha a chance de conhecer o homem atrás da obra. Com o charuto no canto da boca e os cabelos desgrenhados, Villa-Lobos foi-lhe apresentado pela baronesa. Com a sutileza de um trombone, o compositor cumprimentou Terán, logo soltando uma das suas diatribes contra os pianistas, homens vaidosos, que se apoiavam no repertório clássico,

sem mostrar interesse pelos compositores modernos. Sem perder a pose, Terán respondeu:

Pois quando compro música de qualquer um dos compositores que estão hoje vivos tenho que tocar centenas de notas antes de encontrar uma que preste. Toco, analiso, esmiúço e destruo essas músicas. Espremo, e não resta nada.

– Mas o senhor não conhece a minha música, ruge Villa-Lobos.

– Conheço.

– Conhece?

– Conheço (...).

– E o senhor não gostaria de tocar algo da minha música?

– Com muito prazer.

Atônito, Villa ouviu Terán executar algumas peças da “Prole do bebê” com grande sensibilidade, conquistando de uma vez por todas o seu respeito e amizade. Já em fevereiro de 1924, Terán incluiria “Prole do bebê” no recital organizado na **Salle Érard**, no número 13 da rue du Mail, com um repertório de peças barrocas, românticas e modernas, alinhando Bach, Schubert, Manuel de Falla e Villa-Lobos.

Com Terán, Villa passou a frequentar o salão de Olga de Moraes Sarmento, escritora e militante feminista portuguesa. A pedido de uma amiga, Olga organizara um sarau para introduzir um jovem violonista espanhol, Andrés Segóvia, no meio musical parisiense.

Encontrei Segóvia em 1923 ou 24, não me lembro bem, na casa de Olga Moraes Sarmento Nobre, *lembra Villa-Lobos*. Havia uma princesada lá. Vi um moço de vasta cabeleira, rodeado de mulheres. Achei-o besta, pretensioso, apesar de simpático. O violinista português Costa perguntou ao Segóvia se conhecia o Villa-Lobos, mas sem dizer que eu estava ali. (...) Segóvia falou que achava minhas obras antiviolonísticas e que eu tinha usado uns recursos que não eram do instrumento. O Costa falou, “pois é, Segóvia, o Villa-Lobos está aqui”. Eu fui logo me chegando e logo dizendo: “Por que é que você acha as minhas obras antiviolonísticas?” Segóvia, meio surpreso – claro que ele nem poderia supor que eu estivesse ali – explicou que, por exemplo, o dedo mínimo direito não era usado no violão clássico. Eu perguntei: “Ah, não se usa? Então, corta fora, corta fora.” Segóvia ainda tentou rebater, mas eu avancei e pedi: “Me dá aqui seu violão, me dá.” O Segóvia não empresta seu violão a ninguém, e fez força. Mas não adiantou. Eu sentei, toquei e acabei com a festa. Segóvia depois veio me perguntar onde eu tinha aprendido. Eu lhe disse que não era violonista mas sabia toda a técnica de Carulli, Sor, Aguado e Carcassi, etc. Segóvia disfarçou, guardou o violão e – ptichiu – deu o fora.

Andrés Segóvia costumava narrar uma versão menos fantasiosa, ainda que mais literária, daquele primeiro encontro:

Dentre todos os convidados daquela noite, o que causou maior impressão ao entrar na sala foi Heitor Villa-Lobos. A despeito de sua baixa estatura, era bem-proporcionado e tinha um porte viril. Sua cabeça vigorosa, coroada com uma floresta selvagem de cabelos rebeldes era altiva e sua fronte, dotada pela providência com uma profusão de sementes musicais destinadas a produzir, mais tarde, uma esplêndida colheita, era larga e nobre. Seu olhar brilhava com uma centelha tropical, que logo se transformou em uma chama quando ele aderiu à conversação entretida ao seu redor (...).

Eu mal conhecia, naquele tempo, alguma composição sua, porém seu nome me era familiar. Paris o havia recebido em seu coração, e a fama de Villa-Lobos já se espalhava por outros países.

Quando terminei minha apresentação, Villa-Lobos aproximou-se e disse-me em tom confidencial: “Também toco violão” – “Maravilha!”, respondi. “Você é, então, capaz de compor diretamente para o instrumento.” Estendendo as mãos, ele pediu-me o violão. Sentou-se, atravessou o violão nos joelhos e segurou-o firmemente, de encontro ao peito, como se temesse que o instrumento fugisse. Olhou severamente para os dedos da mão esquerda, como impondo obediência às crianças, em seguida os dedos da mão direita, como ameaçando-os de castigo por ferir erroneamente alguma corda. E quando menos se esperava, desferiu um acorde com tal força, que deixei escapar um grito, pensando que o violão tinha-se despedaçado. Ele deu uma gargalhada e, com uma alegria infantil, disse-me: “Espere, espere...” Esperei refreando com dificuldade o meu primeiro impulso, que era o de salvar meu pobre instrumento de tão veemente e ameaçador entusiasmo. Após várias tentativas para começar a tocar, ele acabou por desistir. Por falta de exercício diário, algo que o violão perdoa menos do que qualquer outro instrumento, os movimentos de seus dedos haviam se tornado canhestros. Apesar da sua incapacidade para continuar, os poucos compassos que tocou foram suficientes para revelar, primeiro, que aquele mau intérprete era um grande músico, pois os acordes que conseguiu produzir encerravam fascinantes dissonâncias, os fragmentos melódicos possuíam originalidade, os ritmos eram novos e incisivos, e até a dedilhação era engenhosa; segundo, que ele era um verdadeiro amante do violão.

Nos dias seguintes ao sarau na casa da intelectual portuguesa, Villa-Lobos e Segóvia voltaram a se encontrar, dando início à parceria entre compositor e intérprete que mudaria a história do violão na música erudita. “Hoje o mundo da música reconhece que a contribuição desse gênio para o repertório violonístico constitui uma benção tanto para o instrumento quanto para mim”, encerrava Segóvia.

O STRAVINSKI TUPINIQUIM

Entre março e abril de 1924, a **Maison de l’Amérique Latine** e a Académie Internationale de Beaux-Arts organizaram um evento que faria história. Pela primeira vez era realizada uma mostra de arte sob

a denominação “latino-americana”. Paris não atraia somente os brasileiros, estudavam e trabalhavam na cidade dezenas de artistas plásticos argentinos, chilenos, uruguaios, cubanos, mexicanos. A mostra reunia 260 obras de 42 artistas, entre eles, os pintores brasileiros Anita Malfatti, Vicente do Rego Monteiro e Toledo Piza, e os escultores Victor Brecheret, Celso Antônio e Adriana Janacópulos (irmã de Vera Janacópulos). Realizada no Palais Galliera, hoje **Musée de la Mode de la Ville de Paris**, a mostra contou com a ilustração musical da Orquestra Colonne, cujo pianista era João de Souza Lima. No primeiro recital, Souza Lima interpretou o “Trio no 3”, de Villa-Lobos (piano, violino e violoncelo). No segundo, Vera Janacópulos cantou “Miniaturas”, seguidas por um octeto interpretando “Danças características africanas – Farrapós, Kankukus e Kankikis”. Subindo ao palco como regente em duas apresentações, Villa-Lobos não executou nenhuma peça sua, dando preferência à obra de Alberto Nepomuceno.

Entre um concerto e outro da Exposição de Arte Latino-Americana, a obra de Villa-Lobos estava de volta à Salle des Agriculteurs, desta vez integrando o programa do badalado regente Jean Wiéner (pianista do Le Bœuf), que se dedicava à execução e divulgação da música contemporânea. No programa do recital, com vocal de Vera Janacópulos, três nomes se destacavam: Darius Milhaud, Igor Stravinski e Heitor Villa-Lobos. Um claro sinal de que a música de Villa começava a ser notada, como registrou Sérgio Milliet na revista modernista *Ariel*: “Não é possível desejar-se maior consagração para o brasileiro. Quem conhece o atual movimento artístico e sabe a significação dos nomes que o acompanham pode medir a altura alcançada.”

Segundo Paulo Renato Guérios, esse concerto ilustra bem a virada de rumo na carreira de Villa-Lobos. O “Trio para oboé, clarinete e fagote” apresentado por Jean Wiéner sugere que a influência sofrida por Villa migrava de Debussy para Stravinski. Ainda que Villa-Lobos declarasse que o “Trio” fora composto em 1921, antes da viagem a Paris, Guérios acredita que o compositor o antedatara, justamente para evitar que fosse comparado a Stravinski. “Logo que sinto a influência de alguém, me sacudo todo e pulo fora”, alegava Villa-Lobos, acreditando em si mesmo.

O concerto mais importante desta primeira fase de Villa-Lobos em Paris aconteceria em maio de 1924, depois de ter assinado o seu primeiro contrato de cessão de direitos com a **editora Max Eschig**. Através de Arthur Rubinstein, Villa-Lobos conhecera o compositor franco-polonês Alexandre Tansman, que, por sua vez, levou o brasileiro à Eschig, na rue de Rome, no 48. Uma escolha coerente, uma vez que a casa já se destacava no cenário da música moderna, editando obras de Manuel de Falla e Darius Milhaud. No seu primeiro contrato, Villa-Lobos cedia os direitos da “Suíte para canto e violoncelo” e “Prole do bebê no 2 (Os bichinhos)”. Para divulgar a edição, o brasileiro organizou o primeiro concerto de obras exclusivamente suas, com o apoio do embaixador Souza Dantas e da Max Eschig, que bancaram os custos do recital. Na Salle des Agriculteurs, reuniu a elite dos músicos eruditos parisienses: Vera Janacópulos no vocal, e Arthur Rubinstein ao piano, com o apoio de João de Souza Lima, da Sociedade Moderna de Instrumentos de Sopro e do Coro Misto de Paris, todos sob a regência do próprio Villa-Lobos. No programa, entre outros, a favorita de Rubinstein, “Prole do bebê”, o “Quarteto simbólico”, dedicado a Laurinda Santos Lobo, e o recém-composto “Noneto”, dedicado a Olívia Guedes Penteado.

69 Note como, apesar de toda a tradição, os logradouros de Paris mudam de nome ao sabor da história. A avenue d’Antin, onde morava Dona Francisca, irmã de D. Pedro II, tornou-se avenue Victor-Emmanuel III, em homenagem ao rei da Itália que se aliou aos franceses na Primeira Guerra Mundial. Mais tarde, quando o mesmo rei apoiou o movimento fascista de Benito Mussolini, seu nome caiu em desgraça entre os franceses. Em 1945, a avenida foi renomeada Franklin D. Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, cujas tropas haviam livrado Paris da ocupação nazista, durante a Segunda Guerra Mundial.

Número 9 da place de la Madeleine: o endereço chique do salão de Laurinda Santos Lobo.

O “Noneto”, composto em Paris, levaria a crítica a apontar a forte influência da estética de Stravinski na obra de Villa-Lobos. Em retrospecto, Henry Prunières, editor de *La Revue Musicale*, concluiria:

Perfeitamente se percebe que foi nele grande a influência de Debussy, antes de dar lugar ao vício de Stravinski. Este último é que parece tê-lo revelado a si próprio. Nada mais curioso, a tal respeito, do que o começo do formidável “Noneto”. A disposição dos instrumentos nos primeiros compassos é quase idêntica à do “Sacre du printemps”. O mesmo emprego do fagote em notas agudas, a mesma resposta da flauta; contudo, como o “Sacre” nos dá uma impressão pré-histórica e por assim dizer glacial, assim o “Noneto” nos arrasta ao meio da imensa floresta tropical.

No Rio de Janeiro, o arquicrítico Oscar Guanabarino aproveitava a deixa dos colegas franceses:

E, quando se sabe que as pipocas de Villa-Lobos estão sendo impingidas ao paladar parisiense, misturadas com melado de rapadura quebra-queixos, fica-se a lamentar a Cidade-Luz, ora convertida em mojolo musical, ou machina de debulhar espigas... Que

não dirá Paris das pipocas brasileiras sapecadas nuns vagos recaldos de Stravinsky?, *enxovalhava o crítico na revista* Fon-Fon, *em julho de 1924*.[70]

Partindo da Salle des Agriculteurs a trupe foi comemorar o êxito do concerto no **salão de Laurinda Santos Lobo,** no número 9 da place de la Madeleine, onde a anfitriã entretinha seus convidados com iguarias da tradicional casa **Fauchon**, aberta até hoje, do outro lado da praça. Villa-Lobos precisava garantir o apoio dos mecenas brasileiros, entre eles, Laurinda, Dona Olívia, e os irmãos Guinle. Desde abril, Villa já escrevia cartas a Arnaldo Guinle, pedindo-lhe que enviasse mais recursos para que ele pudesse prolongar sua estada na Europa. As negociações continuaram até agosto, quando Guinle respondeu:

Recebi tua carta de 11 do corrente pela qual vi que já te faltavam fundos para te manteres em Paris e que já havias pedido 200 francos emprestados a amigos teus. (...) Voltarei para Paris no dia 30 de agosto (...) no dia 1º de setembro poderás me procurar para vermos qual solução se poderá dar a teu caso. Acho entretanto, e é um conselho que te dou, que devias providenciar sem perda de tempo para a tua volta ao Brasil já que os teus amigos te abandonaram assim desta forma. Os negócios que tens em mãos são todos incertos, e as despesas, todas certas. Aposto que a um dado momento te encontrarás em piores apertos do que os que te embaraçam presentemente.

Em setembro de 1924 Villa seguiria, a contragosto, o conselho de Guinle. Voltava ao Brasil, frustrado por não ter tido mais tempo para divulgar a sua obra. Estava encerrado o primeiro ato da sua aventura parisiense, que durou pouco mais de um ano. Seria uma partida temporária, contudo. Enquanto estivesse no Rio continuaria batalhando para voltar a Paris.

O poeta Manuel Bandeira, que frequentava a casa do compositor na Lapa carioca, saudava a chegada do amigo:

Villa-Lobos acaba de chegar de Paris. Quem chega de Paris espera-se que venha cheio de Paris. Entretanto Villa-Lobos chegou de lá cheio de Villa-Lobos. (...) Todavia uma coisa o abalou perigosamente: o “Sacre du printemps”, de Stravinsky. Foi, confessou-me ele, a maior emoção musical da sua vida.

OS CHOROS

A música de Igor Stravinski definitivamente deixara sua marca naquela fase da obra de Villa-Lobos. Mais do que isso, no entanto, a viagem a Paris o ajudara a descobrir o Brasil, fosse através do contato com os modernistas brasileiros que lá residiam, ou pelas críticas na imprensa, como a de Prokofiev em 1921, que enalteciam o seu exotismo. Na prática, Villa traduzia essa descoberta do Brasil, selvagem e urbano, na série de composições que faria na década de 1920, os Choros, considerada por muitos a coluna vertebral de toda a sua obra.

> Para representar o Brasil musicalmente, Villa-Lobos achava necessário sintetizar a música popular e a música indígena. Fica claro que o Brasil que Villa-Lobos representa em sua música é o Brasil selvagem e exótico – não qualquer Brasil, mas o Brasil concebido pelos parisienses. Nos Choros, Villa-Lobos transportava para a linguagem musical as imagens europeias sobre a nação brasileira: a nação da natureza, dos índios e também dos personagens da música popular. Villa-Lobos tornou-se um músico brasileiro conforme a imagem que o espelho europeu lhe mostrava, *conclui o biógrafo Paulo Renato Guérios*.

Composta por catorze peças independentes, a série “Choros” não apresenta nenhuma coerência estrutural. Se o “Choros no 1”, um sincopado solo de violão dedicado a Ernesto Nazaré, dura cinco minutos, o “Choros no 11”, por sua vez, demanda piano e orquestra sinfônica, executando três movimentos em mais de uma hora. Em comum, somente a inspiração popular e indígena, que poderia justificar a ordenação dos Choros em série, quase toda composta nos anos seguintes à sua primeira viagem a Paris.

> O Choro representa uma nova forma de composição musical, na qual ficam sintetizadas várias modalidades da nossa música selvagem e popular, tendo como principais elementos o ritmo e qualquer melodia típica popularizada, que aparece de quando em quando, acidentalmente. Os processos harmônicos são também quase que uma estilização completa do próprio original, *explicava o compositor*.

Seis meses após sua volta ao Rio de Janeiro, a revista *Fon-Fon* publicou o resultado de uma enquete que realizara entre os seus leitores. Quem seria o “maior brasileiro vivo”, em diversas áreas da vida pública? Entre os *sportsmen*, Arnaldo Guinle, presidente do Fluminense F.C. e homem forte do futebol brasileiro, deu uma goleada na concorrência; Santos Dumont foi eleito o maior inventor; e Bidu Sayão, a maior cantora do Brasil. Entre os músicos, a pianista

Guiomar Novaes era a preferida dos leitores, com mais de 20 mil votos, seguida pelo maestro Francisco Braga, com 13 mil, e Villa-Lobos, num honroso terceiro lugar, com doze mil votos. Sua imagem pública começava a refletir suavemente a luz de Paris. Mas sua curta temporada na França, sem maiores consequências, ainda não lhe garantia o reconhecimento desejado.

Insatisfeito com a recepção de suas obras no Rio de Janeiro, Villa-Lobos refugiou-se em São Paulo, onde podia contar com a lealdade dos padrinhos do modernismo brasileiro Paulo Prado e Olívia Guedes Penteado. Em carta a Manuel Bandeira, Mário de Andrade exaltava a nova fase de Villa-Lobos:

> Estive ouvindo umas coisas do "Noneto" e da peça para piano e orquestra. Fantástico. Se estiveres aqui te mostrarei as maravilhas que tem lá dentro. O que é mais engraçado é que o Villa está fazendo justamente o que nós queremos e o Z... [Graça Aranha] não quer – Primitivismo pau-brasil. Não conte pro Villa isso. Era capaz de fazer música universal e integrar-se no Cosmos.

RUBINSTEIN E OS GUINLE

De volta ao Rio, Villa-Lobos encontrou-se com Arthur Rubinstein em mais uma de suas turnês sul-americanas. Villa ciceroneava o pianista polonês em incursões pela vida noturna carioca a fim de escutar a música popular, sobretudo o samba, que se produzia na cidade. De boteco em boteco, quando Rubinstein parecia se dar por satisfeito, Villa-Lobos o cutucava: "Tu ainda não viste nada..." E partiam em busca de outro bar pela noite da Lapa. Depois, almoçando no Hotel Glória, onde se hospedava, Rubinstein ouvia o compositor desfiar seu rosário de lamentos por ser um músico mal compreendido na sua própria terra:

> Eu componho, e componho, só para ter uma pilha de partituras no chão, jamais executadas em público. E contudo estou seguro de que se trata de boa música. Se pelo menos eu pudesse sair do Brasil e fazer a minha música ser ouvida num lugar como Paris. Tenho a certeza de que lá eu seria compreendido, *queixava-se Villa-Lobos*.

Sem se ter esquecido das lamúrias do amigo, Rubinstein encontrou-se com Carlos Guinle, irmão de Arnaldo.

> Depois de um bom jantar na casa dos Guinle, degustando o delicioso café brasileiro e fumando um excelente havana (...), eu abordei o meu anfitrião a queima-roupa: "Diga-me, Carlos, você gostaria de ser célebre após a sua morte? O arquiduque Rodolphe, o príncipe Linchnowski e o conde Waldstein estariam completamente esquecidos se não tivessem tido a oportunidade de conhecer e amar a música de Beethoven e de se tornarem seus benfeitores. Aquela ajuda financeira permitiu a um grande gênio compor as suas obras primas sem se preocupar muito com o resto. Seus nomes e de alguns outros mecenas entraram assim para a história da música. Carlos, no Brasil, aqui mesmo, vive um autêntico gênio, sem dúvida o único da sua espécie em todo o continente americano. O seu país ainda não compreende a sua música, mas o dia virá em que o Brasil terá orgulho dele. Como todos os grandes criadores, ele não dispõe de meios para tornar a sua obra conhecida em todo o mundo, a não ser que seja auxiliado por um grande mecenas. Eu pensei em você, em primeiro lugar, pois sei da sua compreensão, generosidade e patriotismo. O compositor é o Villa-Lobos, um nome que, um dia, será famoso na história do Brasil. E, se você estiver disposto a ajudá-lo, o seu nome estará eternamente ligado ao dele."

Rubinstein explicou que Villa-Lobos precisava voltar a Paris para passar uma nova temporada de um ou dois anos, organizando concertos e procurando um editor. Vale lembrar que, na década de 1920, a indústria fonográfica ainda ensaiava os seus primeiros acordes. A receita de um compositor vinha da sua participação na venda de partituras das suas obras e dos direitos autorais pagos pela sua execução e gravação. Fechar contrato com um editora de renome na França era, portanto, condição essencial para que Villa-Lobos pudesse divulgar sua obra em grande escala, dela recebendo alguma remuneração.

Depois de ouvir atentamente à exposição de Rubinstein, Carlos Guinle rebateu: "E de quanto ele precisaria para isso?" Sem ter a resposta na ponta da língua, Rubinstein sugeriu que Guinle falasse diretamente com Villa-Lobos para resolver a questão.

> Heitor era muito orgulhoso, *lembra Rubinstein*. Não se debulhou em lágrimas de gratidão quando lhe contei minha história. "Essa gente não sabe o que fazer com o seu dinheiro", disse-me ele. Mas, no dia seguinte, depois do seu encontro com Guinle, ele havia mudado de tom. Guinle tinha lhe oferecido uma soma inesperada, sem impor nenhuma condição. Era o suficiente para se viver largamente por um ano, pelo menos. Tendo-me dado as boas novas, Heitor abraçou-me pela primeira vez.[71]

A CONSAGRAÇÃO

Em dezembro de 1926, às portas do inverno, Villa-Lobos, agora acompanhado por sua mulher Lucília, desembarcava numa Paris escura e fria. Voltava para o apartamento de Arnaldo, na place Saint-Michel, com o dinheiro de Carlos Guinle no bolso. Na mala, trazia as partituras dos seus primeiros Choros, com os quais fizera o seu dever de casa. Tornara-se um compositor genuinamente brasileiro, como explicaria num artigo enviado de Paris para o jornal carioca *O Paiz*:

> Atualmente, porém, graças à revolta da nossa mocidade, talvez não propriamente contra os preconceitos das velhas tradições estrangeiras que nossos avós adotaram, mas contra esta vergonha que temos de nos mostrar como somos, começamos a descobrir-nos, a nós mesmos.

E que ninguém viesse denunciá-lo por sofrer a influência de estrangeiros:

> Alguns críticos e cronistas europeus, ao ouvirem em Paris certa obra musical escrita por um brasileiro [o próprio] sobre tema dos nossos índios e do tradicionalíssimo carnaval carioca, dos quais os últimos eram inteiramente criados pelos nossos compositores populares, Sinhô, Donga e outros (...), que essa obra sofria influência de Stravinski, porque continha frases, processos e exagerados acentos rítmicos, peculiares ao compositor russo. (...) É bem natural que os críticos estrangeiros assim julguem a nossa originalidade, pois não temos até hoje um perfeito sistema de propaganda que possa mostrar a esses cronistas ignorantes de enorme parte do globo esses detalhes de afinidade, sobretudo artística, entre os povos, como fizeram os russos em Paris, por intermédio do Grupo dos Cinco, que implantou música própria, formada dos elementos do seu *folk-lore*. Suas artes eram também consideradas como simples continuação do espírito clássico italiano, impregnadas do mourismo.

Curiosamente, esse artigo foi publicado no Brasil em janeiro de 1927, logo após a chegada de Villa-Lobos à Europa, mas os Choros 3 e 10, que se encaixam perfeitamente na descrição acima, só seriam apresentados ao público parisiense onze meses depois. O compositor precavia-se, então, da crítica, que, seguramente, o alvejaria. Depois de já ter feito música europeia no Brasil, imitando Claude Debussy e Camille Saint-Saëns, Villa, aos 40 anos, chegava ao período de maturidade da sua carreira. Sua inspiração não vinha mais de compositores europeus, mas, sim, da sua própria brasilidade, ou daquilo que o meio musical parisiense esperava dela. Stravinski, portanto, não era fonte de inspiração, e sim apenas um modelo de técnica a ser seguido:

Villa-Lobos destaca a semelhança realmente existente entre o "primitivo" retratado pelo compositor russo e a música ameríndia; no entanto, o problema reside em transpor essa imagem primitiva para uma orquestra erudita, e é aí que as técnicas desenvolvidas por Stravinski foram necessárias para Villa-Lobos, *explica Paulo Renato Guérios*.

Em São Paulo, Mário de Andrade e Oswald de Andrade celebravam a maturidade de Villa-Lobos no poema *Homenagem aos homens que agem*, assinado por Marioswald, em saudação à *Revista verde*, dos modernistas de Cataguases.

Villa-Lobos
Não compõe mais
Com dissonâncias
De estravinsquí
NUNCA!
Ele é a mina Verde
Cataguazes.

A segunda estada em Paris confirmaria, assim, a posição de Villa-Lobos como compositor moderno, que incorporava elementos da música nativa e urbana do seu país numa obra de carácter erudito. Com uma identidade artística melhor definida, voltava à editora Max Eschig. Desta vez contava com a assessoria do advogado russo Alexei Stahl, marido de Vera Janacópulos, que, segundo Villa, também assessorava Stravinski. O brasileiro, entretanto, era ainda um compositor relativamente desconhecido e pouco poder de barganha teria à mesa.

De acordo com o contrato proposto, o compositor abria mão de todos os seus direitos sobre um pacote de catorze peças musicais, incluindo o "Noneto" e os Choros nos 2, 7 e 10. Em troca, receberia 20% do preço de cada exemplar vendido; 10% do aluguel de instrumentos de orquestra; e outros 10%, como direitos autorais, pelas gravações fonográficas. Contudo, a editora botava-lhe numa sinuca de bico – só editaria tantas obras de um músico desconhecido, de uma só vez, se recebesse uma contrapartida de sessenta mil francos para complementar os 300 mil (12 mil dólares) que custariam as edições.

Villa-Lobos, um reputado jogador de bilhar, voltou a escrever a Carlos Guinle, mirando duas bolas numa tacada só. Pedia os 60 mil francos (20 contos de réis, ou 2,4 mil dólares) para editar a sua música e aproveitava para abordar a necessidade de prolongar sua estada em Paris até que todas as edições ficassem prontas:

> Agora, devo vos explicar as razões por que preciso seguir e observar a ordem destas publicações. Como a minha técnica e processos de compor são inteiramente diferentes das habituais e ainda no propósito de auxiliar aos impressores e gravadores com prontas informações do que eles desconhecem, será forçoso que eu fique aqui pelo menos até findo o prazo dos dois contratos [já supunha que haveria um segundo], que representa mais ou menos vinte meses a contar do dia que terminarem a publicação da primeira obra. (...) Como deveis imaginar, vos sou gratíssimo por tudo o que tem [sic] feito em favor de minha modesta obra de artista, que se algum dia ela retumbar no mundo, vós sereis o profeta.

Obtido o aval de Carlos Guinle, Villa-Lobos assinou o contrato no dia 8 de abril de 1927. Seguindo a estratégia de marketing da Max Eschig, precisava então divulgar sua música em recitais. Planejou dois concertos de obras exclusivamente suas, com o apoio da editora. O espaço não seria problema: a Gaveau, fabricante de pianos, cedia a sua histórica sala de concertos (hoje ainda em funcionamento), beneficiando-se da celebridade dos intérpretes que tocariam seus pianos. Mas como contratar orquestra e coral, reunindo um elenco de 280 pessoas, sem ter o restante do dinheiro? A Carlos Guinle, obviamente, Villa não poderia mais recorrer. Apelou, então, aos mecenas de São Paulo. Escreveu várias cartas, explicando a situação ao casal modernista Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, a quem dedicara o "Choros no 3" (o pica-pau).

> Juntamente a esta seguem dois planos de programas para os meus concertos que aqui já estão totalmente deliberados, por iniciativa da Casa Max Eschig, O., que vai concorrer com a metade das despesas, e a outra metade eu fiz um apelo aos meus amigos, dos quais, alguns já tive a agradável resposta.
>
> Escolhi oito dos meus amigos (que justamente são a estes que dediquei a maior parte das minhas obras que serão executadas) para não ser pesado a um ou dois que quisessem patrocinar-me. Por conseguinte, coube a cada um 2:500$ [2 contos e 500 mil-réis, ou 300 dólares], porque o total que precisa a minha parte é de vinte contos [2,4 mil dólares], para justificar o total de todas as despesas desses dois concertos monstros, pois no segundo teremos 280 executantes, assim divididos: duzentos cantores e oitenta professores [músicos] da Orquestra Colonne.

Vocês terão a ocasião de ouvir “Pica-pau Brasil” [“Choros nº 3”], com cem vozes de verdadeiros artistas profissionais, metendo medo à plateia de Paris com aquelas inflexões selvagens que vocês já conhecem. Lembrei-me de vocês dois para uma parte englobada, se por acaso acharem que mereço esse sacrifício.

Não paro nunca de trabalhar. É essa a minha divisa que animou-me a apelar para os meus amigos dos que sei que reconhecem o meu esforço.

Já escrevi neste sentido ao Paulo Prado [a quem dedicou o “Choros nº 10”] e à D. Olívia, contando certo com eles.

Para facilidade de transporte para Paris das somas arrecadadas, lembrei-me da minha maior amiga e sincera admiradora de todos os artistas verdadeiros, que é D. Olívia, como muito bem vocês sabem.

Já mandei pedi-la para arrecadar (o dinheiro) e enviar-me por intermédio do seu correspondente aqui.

No programa dos concertos, Villa não homenageava somente seus mecenas. Lembrava-se também dos amigos que interpretavam a sua obra e que, assim, o ajudavam em Paris. Naquele ano, 1927, Arthur Rubinstein melindrava-se com o surgimento de um jovem pianista ucraniano, Vladimir Horowitz, que acabara de chegar da União Soviética, dando o que falar no meio musical. Sorumbático, recebeu em casa, na **rue Ravignan**, **15**, a visita inesperada do compositor.

Na figura de Villa-Lobos um pequeno deus ex machina veio levantar-me um pouco a moral, *conta em sua biografia*. Ele chegou de manhã, gritando à porta, com um manuscrito à mão: “Rubsten, Rubsten! Compus para ti uma longa peça, de tal modo parecida contigo que tu mesmo a poderias ter composto.” A afirmação era exagerada, e me fez rir, mas quando vi sua dedicatória na capa da partitura, fiquei profundamente emocionado. “Meu sincero amigo, não sei se pude assimilar inteiramente tua alma com este ‘Rudepoema’, mas, juro, de todo o meu coração, que tenho a impressão no meu espírito de ter gravado teu temperamento e que maquinalmente eu o transcrevi sobre o papel, como uma Kodak íntima. Por conseguinte, se eu tiver sucesso, tu serás o verdadeiro autor desta obra.”

Heitor arrancou o manuscrito da minha mão, depois do grande abraço que eu lhe dei, e correu para tocar a peça ao piano. Era uma peça muito longa e muito complexa. Rude em português não tem o mesmo sentido que em francês – quer dizer selvagem. Eu perguntei-lhe se ele me considerava um pianista selvagem. Ele respondeu, cheio de excitação: “Nós dois somos selvagens! Nós menosprezamos esses detalhes para pedantes. Eu componho como tu tocas, com o coração, nós fazemos a música viva, e é isto que eu tento exprimir na minha obra.”

Na noite de 24 de outubro, Arthur Rubinstein estreava na **Salle Gaveau** o “Rudepoema”. Era o primeiro dos dois concertos, ou Festivais Villa-Lobos, que marcariam 1927 como o ano da consagração de Villa em Paris. Ao lado dos socialites brasileiros e

dos críticos de renome, os compositores Serguei Prokofiev e Maurice Ravel destacavam-se no meio do público que lotava a sala. No programa da primeira apresentação, além do "Rudepoema", o "Choros no 2", duo para flauta e clarinete, dedicado a Mário de Andrade; "Choros no 4", um quarteto de metais, dedicado a Carlos Guinle; "Choros no 7", o "Setemino", dedicado a Arnaldo Guinle; as "Serestas", para voz e orquestra, interpretadas pela cantora brasileira Elsie Houston; e "Choros no 8", para orquestra com dois pianos, dedicado a Tomás Terán, que se apresentou ao lado da pianista americana Aline van Barentzen, com regência do próprio Villa-Lobos.

70 Villa-Lobos chamava de "Pipocas e potocas" o segundo movimento do "Quarteto de cordas no 3", o que levou a peça a ser vulgarmente conhecida como "Quarteto das pipocas".

71 Segundo o jornalista Marco Antônio de Rezende, no sexto volume da coleção *Presença de Villa-Lobos*, Carlos Guinle teria oferecido um cheque de 25 mil dólares para bancar a segunda viagem de Villa-Lobos a Paris.

Salle Gaveau, palco do primeiro Festival Villa-Lobos, em outubro de 1927.

No dia 5 de dezembro, o segundo concerto apresentava o “Choros no 3”, com canção dos índios pareci, dedicado ao casal Tarsila e Oswald; a “Prole do bebê no 2”, dedicada à Aline van Barentzen e executada pela própria; o “Noneto”, dedicado à Dona Olívia Guedes Penteado; “Três poemas indígenas”, cantados por Vera Janacópulos; e, para fechar os festivais com uma nota memorável, o portentoso “Choros no 10” (o “Rasga o coração”), fazendo tremer a Salle Gaveau com seu coro e batucada. Bravo! Paris, finalmente, curvava-se aos pés do maestro Heitor Villa-Lobos. Naquele ano, Menotti del Picchia atribuía-lhe, mais do que um apelido, um título: o Índio de Casaca.

Melhor ainda: a crítica francesa corroborava a aprovação do público. Os dois concertos na Salle Gaveau receberam críticas positivas dos mais importantes periódicos musicais. “Apesar das suas influências, esse Choros (no 10) revela uma originalidade rigorosa e mostra uma capacidade de imaginação do seu autor, um domínio técnico, um ímpeto de liberdade remarcáveis”, declarava o

compositor e crítico Paul Le Flem no jornal *Comœdia*. Na revista *Lyrica*, Pierre Lucas escrevia:

> "Este jovem artista [Villa-Lobos], excepcionalmente dotado, está em possessão de um talento vigoroso (...) o 'Choros nº 10, rasga o coração', parece-nos definitivo e mostra-nos a gênese truculenta de uma nova América cheia de ímpeto e fonte de onde brotam tesouros melódicos e rítmicos, transmitidos há milênios entre negros e indígenas."[72]

Entre todos os críticos musicais, porém, ninguém era mais temido do que o compositor Florent Schmitt, uma espécie de Oscar Guanabarino francês. Famoso por sua crítica impiedosa, rica em sarcasmo e ironia, Schmitt possuía alta credibilidade entre os leitores, o que lhe dava o poder de alavancar ou destruir carreiras. À procura do artigo de Schmitt, Villa-Lobos deve ter folheado a *Revue de France* com certo temor. Uma surpresa, porém, o aguardava:

> (...) esse jovem três quartos de Deus com olhos de brasa e dentes de crocodilo, *descrevia-o Schmitt, no seu estilo peculiar*. Paralelamente à orquestra, já com os seus oitenta executantes enfim reunidos, vemos desencadear-se, sem hipocrisia, todos os piores instintos desse sobrevivente da idade da pedra. A fantasia se mistura à selvageria, mas uma selvageria estilizada de homem honesto e de alma nobre, que não está ao alcance de qualquer um e que pertence, apesar de tudo, ao domínio da beleza.[73] (...) Você pode adorar ou detestar, mas não poderá se sentir indiferente. Irresistivelmente você sentirá que desta vez um vento novo acabou de passar.

O reconhecimento da obra de Villa-Lobos pela crítica francesa não significava que, no Brasil, Oscar Guanabarino lhe desse trégua. Pelo contrário, a execução do "Choros no 10", que cita a canção "Rasga o coração", do chorão Anacleto de Medeiros, com letra de Catullo da Paixão Cearense[74], levou Guanabarino ao clímax da sua apoplexia conservadora:

> Se formos expor aos olhos estrangeiros todas as nossas vergonhas – ai de nós. Basta o que acaba de fazer em Paris o "barulhista" Villa-Lobos com sua música carnavalesca. Esse brasileiro que se proclama propagandista do que é nosso, em matéria de arte nacional, publicou o "Choros nº 10", composição cujo ritmo é africano e a letra tola ou africana, não sabemos de que nação, mas que o célebre introdutor do reco-reco brasileiro em Paris nos dirá se é cabinda ou nagô. E é por essa forma que o propagandista nos desmoraliza em Paris, procurando fazer crer que somos um povo de negros e que a nossa arte não vai além da borracheira africana.

Dano maior, no entanto, seria provocado por uma crítica positiva, porém fantasiosa, da poetisa francesa Lucie Delarue-Mardrus, amiga de Villa-Lobos. Uma semana depois do segundo concerto na Salle Gaveau, o jornal *L'Intransigeant* publicava seu artigo "Música canibal, a aventura de um compositor":

> Para além do interesse musical, há muito a ser dito sobre Villa-Lobos e seu concerto na Salle Gaveau, realizado na última segunda-feira e regido parcialmente por ele mesmo. Pois este jovem compositor brasileiro, exatamente como o sobrinho do Sr. Steeg, foi capturado por selvagens – dos verdadeiros, com penas na cabeça – e é dos seus dias com os índios que ele traz a sua impressionante música. Que publicidade! Se ele disso quisesse se servir.
>
> Ter nos feito desta magnífica música um presente, ao permitir-nos escutá-la, é o que faz toda a diferença. Pois, enquanto o seu governo não pagou resgate algum por sua liberação, o prisioneiro ainda teve a presença de espírito de coletar os ritmos e os cantos que escutou durante três dias: sangue-frio que nos dá vertigem, quando pensamos que se tratava das Danças da Morte, que precediam o seu sacrifício iminente.
>
> Enviado em missão com outros artistas para os lados do Paraguai e das florestas virgens para pesquisar o folclore do seu país, Villa-Lobos deu-se conta, na volta, que seu cão não estava mais ao seu lado. Corajosamente, partiu só, em busca do seu fiel amigo... e não mais voltou. Os índios o capturaram.
>
> Despido, amarrado ao tronco de uma árvore, ele teve, antes de ser comido, as honras de três dias de cerimônias fúnebres.
>
> Tentavam aqueles indígenas sublimar o seu canibalismo através de rituais que os impedissem de confundir um ser humano com um frango qualquer? Ou se tratava simplesmente de fazer a presa jejuar antes de assá-la, usando toda aquela cadência e coreografia como aperitivo?
>
> O que quer que seja, Villa-Lobos conta que foi, durante aqueles três dias de horror, literalmente incapaz de pensar. E, entretanto, seu cérebro, moldado pela música, registrava tudo o que ouvia ao seu redor.
>
> Liberto pelos brancos antes do fim dos três dias, ele nos chega desta assustadora aventura munido de uma bagagem de ritmos e modulações com as quais tem, desde então, nutrido as suas composições.

Ironia da autora ou jogada de marketing de Villa-Lobos, reconhecido contador de causos e vantagens inverossímeis, o artigo repercutiu na imprensa francesa, que passou a citar as aventuras do intrépido compositor em vários jornais e revistas. No Brasil, porém, o texto deixou muita gente sarapantada, principalmente entre os modernistas, que começavam a suspeitar do exotismo exacerbado do compositor. Se del Picchia o aclamava o Índio de Casaca, Mário de Andrade, por outro lado, ironizava a imagem que Villa-Lobos construía de si mesmo e, consequentemente, do Brasil.

A Sra. Delarue-Mardrus, espaventada com as aventuras de Villa-Lobos em Paris, escreveu sobre ele um artigo tão furiosamente possuído da água possivelmente alcoólica de Castalia, que o nosso músico virou plagiário de Hans Staden. Foi pegado pelos índios e condenado a ser comido moqueado. Preparavam as índias velhas a famosa festa da comilança (o artigo não diz se ofereceram primeiro ao Villa a índia mais formosa da maloca) e o coitado, com grande dança, trons de maracás e roncos de japurutus, foi introduzido no lugar do sacrifício. Embora não tivesse no momento nenhuma vontade para dançar, a praxe da tribo o obrigou a ir maxixando até o poste de sacrifício. E a indiada apontava pra ele, dizendo: "Lá vem a nossa comida, pulando!" E as danças mortuárias principiaram. Era uma ronda horrorífica prodigiosamente interessante que, devido ao natural estado de nervos em que o músico se achava, se ia gravando inalteravelmente na memória dele. Felizmente para nós, e infelizmente para a etnografia brasílica, a dança parou no meio. Simplesmente porque, por uma necessidade histórica, os membros da missão alemã, já muito inquietos com as quatro semanas de ausência do jovem violoncelista, deram de chofre na maloca, arrasaram tudo e salvaram uma ilustre glória do Brasil.

PARIS É UMA FESTA

Não obstante as reservas de caráter pessoal, Mário de Andrade ainda apreciaria o talento musical de Villa-Lobos por algum tempo. O compositor, por sua vez, se afastaria paulatinamente dos modernistas à medida que sua posição se consolidava no meio musical parisiense. Se, no primeiro ano, frequentara o almoço brasileiro no ateliê de Tarsila, agora, com a presença da mulher, Lucília, ao piano e ao fogão, Villa organizava as feijoadas em casa. Reencontrando Arthur Rubinstein, mostrou-lhe o cartão de visitas que mandara fazer:

"Sr. Heitor Villa-Lobos recebe ao segundo domingo de cada mês", estava finamente gravado no cartão. Abaixo, à mão, acrescentara "Traga o que comer", *lembra Rubinstein em sua biografia*. [Villa], então, explicou-me o porquê daquilo: "Carlos Guinle me disse, da última vez em que nos vimos no Rio de Janeiro, que eu deveria ter um belo apartamento e 'um dia'. Em princípio, eu não entendi o que ele queria dizer, mas ele dizia que isso era indispensável para se fazer amigos em Paris. Quando chegou a Paris, ele mandou que eu fizesse cartões e envelopes, dando-me os endereços de todas as pessoas que eu deveria receber. Quando eu vi a quantidade de gente na lista, entrei em pânico. Todo o dinheiro que eu recebo do Guinle vai acabar com a comida e bebida que eu preciso comprar para as pessoas que ele quer que eu conheça. Então, eu dei um jeito à minha maneira: eu lhes digo para trazer o que comer e beber, e tudo se passa às mil maravilhas". Ele tinha razão, *continua Rubinstein*. A primeira vez que o visitei em seu apartamento, assisti à chegada de vários convidados que traziam frios ou queijos, vinho ou conhaque, em quantidade suficiente para alimentar Villa-Lobos por várias semanas.

Àquelas reuniões de domingo, no apartamento da place Saint-Michel, compareciam amigos, músicos, críticos e compositores. Almoçavam, tocavam e, depois de lavar a louça, iam ao cinema assistir um filme mudo, de preferência de caubóis. Senão, a qualquer dia, durante a semana, a casa estava sempre aberta. “Era raro comparecer a uma noitada musical na casa de Villa-Lobos sem lá encontrar alguma celebridade da música contemporânea”, lembra o violinista belga Maurice Raskin. Entre os frequentadores mais assíduos, estavam os pianistas brasileiros João de Souza Lima e Magdalena Tagliaferro, o espanhol Tomás Terán, a americana Aline van Barentzen e, claro, o polonês Arthur Rubinstein. Das cantoras líricas, recebia a visita da francesa Madeleine Grey, e das brasileiras Vera Janacópulos e Elsie Houston, que naquele apartamento conheceu o seu futuro marido, o poeta surrealista Benjamin Péret. Depois, chegavam os críticos Paul Le Flem, Jules Casadeus e Suzanne Demarquez, que se tornou amiga de Lucília, dedicando-lhe um estudo sobre a obra de Villa-Lobos. Completavam o plantel a poetisa Lucie Delarue-Mardrus, o violinista brasileiro Oscar Borgerth e o compositor francês, radicado nos Estados Unidos, Edgard Varèse, cuja música eletrônica Villa-Lobos jamais conseguiria entender.

O ambiente das tardes de domingo e a posição de Villa-Lobos no cenário musical parisiense foram bem descritos pelo escritor e musicólogo cubano Alejo Carpentier:

> Heitor Villa-Lobos é um dos poucos de nossos artistas que se orgulham de sua sensibilidade americana, e não tratam de desnaturalizá-la. É uma palmeira que pensa como uma palmeira, sem sonhar com pinheiros nórdicos. (...) Domingo à tarde. No *studio* de Villa-Lobos (...) o admirável Tomás Terán senta-se ao piano. Executa prestigiosamente uma sequência de “Cirandas”, de Villa-Lobos... E a voz formidável da América, com seus ritmos de selva, suas melodias primitivas, seus contrastes e choques que evocam a infância da humanidade, se propaga no rubor da tarde de verão através de uma música refinadíssima e muito atual. O encanto surte efeito. Os martelos do piano – baquetas de tambor? – golpeiam mil cipós sonoros, que transmitem ecos do continente virgem. E diante do discurso da palmeira que pensa como palmeira, cala por um momento, como que envergonhada, a fonte da place Saint-Michel.

Com Tomás Terán e sua mulher, a cubana Maria Teresa, Villa-Lobos e Lucília passaram as férias de verão em Lussac-les-Châteaux, no centro da França. Seu editor, Max Eschig, morrera havia um ano, e, agora, Villa enviava um cartão postal a seu substituto na direção da

editora, o compositor Eugène Cools. "Não tenho aqui uma partitura sequer. Estou muito ocupado com as minhas pipas", informava Villa-Lobos, antes de pedir a Cools que lhe enviasse cordas de violão. Nas tardes ensolaradas, antes das partidas de bilhar, Villa ensinava Terán a arte de ser moleque no Brasil: soltavam pipas. Não pipas comuns, mas papagaios enormes, com formato de peixe, que o próprio Villa-Lobos confeccionava com muito zelo e perícia. Depois, empinava-as, fazendo Terán cair na gargalhada vendo o brasileiro ser arrastado pela força do vento. Naquelas férias de 1928, brincando com pipas e com o violão da mulher de Terán, Villa-Lobos deu asas à imaginação, compondo os primeiros dos doze "Estudos para violão", dedicados a Andrés Segóvia – até hoje um dos mais populares estudos entre os amantes do violão clássico em todo o mundo.

De volta a Paris, o ano de 1929 prometia. Carregando consigo Tomás Terán, Villa passou a frequentar a casa de Serguei Prokofiev, onde o pianista apresentava as novas composições do brasileiro para os convidados. Ali Villa-Lobos, finalmente, conheceu Serguei Diaguilev, com quem conversou sobre a possibilidade de criar um bailado brasileiro – um sonho de Oswald de Andrade, que escreveria o libreto, com *décor* de Tarsila do Amaral. Mas o projeto jamais veria a luz da ribalta. Diaguilev morreu alguns meses depois, aos 57 anos, virando nome de praça em Paris.

Em janeiro daquele ano, a musicóloga Suzanne Demarquez publicou uma longa análise da obra de Villa-Lobos em *La Revue Musicale*, que, na opinião do compositor, teria sido perfeita se não houvesse mencionado sua admiração por Stravinski. Se, em 1928, nove recitais haviam apresentado pelo menos uma peça de Villa-Lobos, em 1929 o êxito se repetia, com dez concertos em salas tradicionais, como a **Pleyel**, na **rue du Faubourg Saint-Honoré**, **252**, e a Gaveau. Ali, no dia 30 de maio, o maestro Gaston Poulet e a pianista brasileira Magda Tagliaferro interpretaram *"Amériques"*, do polêmico Edgard Varèse, e, em primeira audição, o poema sinfônico "Amazonas", de Villa-Lobos. "O concerto transformou-se em motim na sala e colocou frente a frente partidários e adversários. Mas a audição contribuiu para difundir o nome de Villa-Lobos entre os melômanos, muitos dos quais iriam se tornar seus partidários decididos", lembra o crítico Paul Le Flem. Se a plateia se dividiu, a

crítica, por sua vez, era uníssona: “Esta obra, evidentemente distante das nossas tradições europeias, denota um temperamento rico de música, poesia e sonho, ao mesmo tempo violento e bárbaro. Excelentemente executada pela orquestra e seu valoroso regente, ela foi calorosamente recebida”, resenhava Adolphe Piriou em *Le Monde Musical*.

A aprovação da crítica, no entanto, não se traduzia em receita. De outubro de 1928 a março de 1930, a Max Eschig editou mais vinte peças de Villa-Lobos. Entre elas, algumas das suas mais famosas composições, como as “Danças características africanas”, o “Noneto” e a série “Francette e Piá”, dez peças para piano encomendadas pela pianista Marguerite Long para os seus alunos do Conservatório de Paris. O balanço final entre a Max Eschig e o compositor, todavia, seria negativo por muitos anos. Além dessa dívida, Villa-Lobos e Lucília continuavam a viver graças à generosidade de Carlos Guinle, que, então, lhes enviava uma “mesada” de 3 mil francos, equivalente a um conto de réis (ou 120 dólares). Até março de 1927, Villa já havia recebido 137 mil francos, cerca de 45 contos de réis (5,4 mil dólares) de Carlos Guinle. Paris era (e ainda é) uma cidade cara e, apesar de não pagar pelo apartamento alugado por Arnaldo Guinle, a situação financeira do casal preocupava. De volta à sinuca, Villa-Lobos matutou uma maneira de, outra vez, encaçapar duas bolas com uma tacada só. Planejou uma grande turnê pelo Brasil, aproveitando a viagem para vender, em consignação, quatro pianos da Casa Gaveau. Como acompanhantes, levaria Lucília e dois músicos amigos. Faturaria com a bilheteria dos concertos e a comissão da venda dos pianos.

72 Se você tiver curiosidade, e se o tempo lhe permitir escutar tão somente uma ou duas composições de Villa-Lobos, recomendo o “Choros no 10”, dedicado ao mecenas Paulo Prado. Há várias versões deste Choros no YouTube: minha favorita é a da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP), sob regência de John Neschling. Preste atenção, sobretudo, na segunda metade da peça, de aproximadamente sete minutos, com um coro e percussão arrepiantes, que lembram a bateria de uma escola de samba carioca. Eis o endereço: www.youtube.com/watch?v=6Xo1AlKALcA

73 Original em francês, traduzido por Paulo Renato Guérios em *Heitor Villa-Lobos: o caminho sinuoso da predestinação*.

74 Em 1926, Villa-Lobos compôs o “Choros no 10”, citando, na sua parte final, o choro “Rasga o coração”, com letra de Catullo da Paixão Cearense sobre um schottisch de Anacleto de Medeiros. Em 1952, isto é, 26 anos depois, o jornalista Martins Guimarães moveu uma ação judicial contra Villa-Lobos por plágio. O jornalista alegava ser o cessionário dos direitos autorais de “Rasga o coração”, cujos autores já estavam mortos. O processo arrastou-se durante anos, com muita discussão e bate-boca pela imprensa, até que a ação de plágio foi considerada prescrita, em 1957, dois anos antes da morte de Villa-Lobos. A partir daquela data, entretanto, os direitos pagos pela execução do “Choros no 10” passariam a ser divididos com o representante de Anacleto e Catullo.

Saguão da Salle Pleyel, na rue du Faubourg Saint-Honoré.

Por falta de apoio, no entanto, a grande turnê, realizada entre julho e outubro de 1929, limitou-se a alguns recitais no Rio e em São Paulo, nos quais Villa-Lobos apresentava o pianista Tomás Terán e o violinista Maurice Raskin como intérpretes. A imprensa, porém, deu pouco destaque à presença de Villa-Lobos. Entre os amigos, sua falta de tato chegou a provocar mal-estar. Depois da sua partida, Manuel Bandeira queixou-se a Mário de Andrade:

Não estive com o Villa. Ele chegou daí [São Paulo] no dia 5 e embarcou no dia seguinte para Barcelona, de onde foi chamado por telegrama. Não se despediu de ninguém. Está tudo danado com ele: Tomás Terán, [Frederico] Nascimento, Elsie [Houston] etc. Ele não deu entrada de favor nem para a mãe do Nascimento, que tomava parte do concerto! Francisco Braga teve de comprar bilhete. Resultado: vazantes desoladoras e antipatias gerais. A gente vai, aplaude, admira, mas reserva-se o direito de esculhambar o gênio... Mas o Villa não faz caso de afeições e simpatias. Ele quer é o cobre e a admiração.

Depois do concerto na Exposição Internacional de Barcelona, bem recebido pela crítica espanhola, Villa-Lobos e Lucília estavam de volta a Paris no final de 1929. Algo, contudo, não ficara bem resolvido. Villa-Lobos levara para o Brasil quatro pianos Gaveau, que não foram vendidos imediatamente. Na volta a Paris, postergou a prestação de contas o quanto pôde. Já planejava uma nova turnê brasileira, começando por Recife, para maio de 1930. Antes de partir, realizaria mais dois Festivais Villa-Lobos na Salle Gaveau, no mesmo molde daqueles que impulsionaram sua carreira internacional em 1927. Dois meses antes do primeiro concerto, porém, recebeu "uma espécie de convite, em termos muito delicados" da Casa Gaveau, cobrando-lhe 80 mil francos (3,2 mil dólares) pela venda dos pianos. Desta vez, Villa-Lobos escreveu, em pânico, para Arnaldo Guinle:

Fiquei tonto, como deves bem imaginar. Estes homens esperaram justamente o momento em que se aproxima a data dos meus festivais para me botarem a faca no peito. Como deves te lembrar, a Casa Gaveau me cede gratuitamente a sala e me faz um bom reclame dos meus concertos, que sem importante auxílio e prestígio eu não poderia realizar nenhum concerto atualmente, pois não tenho nenhuma proteção material nesse momento. Ora, é completamente impossível deixar de realizar estes festivais em Paris neste momento, porque eles representam a minha permanência de destaque artístico em toda Europa. Do contrário, ficarei esquecido e lá se vai todo o esforço que nós tivemos, você, o Dr. Carlos e eu, para que eu chegasse à excelente situação moral e artística que me encontro hoje (...).

Eu, pessoalmente, nada posso pedir a C. Gaveau, pois como já te disse acima, perderei todo o prestígio artístico em Paris. Quer dizer que estou na beira de um precipício imprevisto.

Peço-te para me telegrafar logo que receberes esta tranquilizando-me, porque estou, mais do que nunca, preocupadíssimo.

Garantindo que teria 128 mil francos (5.120 dólares), assim que vendesse os pianos no Brasil, Villa-Lobos conseguiu que os Guinle o resgatassem do precipício uma vez mais. Satisfeita, a Casa Gaveau liberou a sala, e o primeiro concerto foi realizado no dia 3 de abril, com Magda Tagliaferro ao piano, acompanhada por orquestra sob a

regência do próprio Villa-Lobos. Fazendo uma rápida retrospectiva da sua carreira, o programa culminava com o “Momoprecoce – fantasia para piano e orquestra”, dedicado à Tagliaferro. No dia 7 de maio, nova retrospectiva, desta vez destacando o “Choros no 8”, com Janine Cools ao piano, filha do seu editor Eugène Cools. A crítica, uma vez mais, reagiu bem aos concertos.

“Nesta arte (os Choros), o Sr. H. Villa-Lobos, emanação viva do seu país, que tanto lhe inspira, que com tanto amor ele decanta, é verdadeiramente rei, e eis a razão pela qual ele merece tão somente nossa admiração e simpatia”, escrevia Adolphe Piriou, em *Le Monde Musical*.

Nos três anos e meio daquela segunda fase em Paris, Villa-Lobos teve sua obra revista e louvada pelos mais diversos críticos, incluindo o temível Florent Schmitt. Nenhum deles, no entanto, possuía mais autoridade no assunto do que Henry Prunières, fundador de *La Revue Musicale*, revista de estudo e divulgação de música contemporânea, lida com reverência por musicólogos de todo o mundo. Nela, Prunières analisou a passagem de Villa-Lobos por Paris, num artigo definitivo:

> A música coral e orquestral de Villa-Lobos produziu uma impressão profunda nos musicistas franceses e no público escolhido que assistia a esses concertos. É a primeira vez realmente que, em Paris, se faz ouvir música vinda do novo mundo, sem dar a impressão de ser simples reflexo da música europeia. (...) Com estas obras tem-se a impressão de descobrir um novo mundo musical. Não nos dão a impressão de transportar a um céu mais ardente imagens da França ou da Alemanha, mas evocam, com um mágico poder de sugestão, a impenetrável floresta virgem de ruídos misteriosos, as planícies imensas, os grandes rios, todas aquelas paisagens que bem poucos europeus conhecem, mas que de bom grado procuram imaginar como uma espécie de paraíso terrestre onde revoluteiam borboletas e pássaros fascinantes, onde o solo se cobre de florestas estranhas e magníficas. (...) Villa-Lobos trouxe consigo a Paris a alma da floresta virgem. (...) Estamos em presença de uma força da natureza, de um ciclone, de uma erupção vulcânica, e ficamos transtornados tanto por essa audição como pelo espetáculo cataclismo.

Em maio de 1930, Villa-Lobos, finalmente, estava de malas prontas para mais uma turnê pelo Brasil, incluindo concertos na primeira escala do navio, no Recife, e, mais tarde, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Outra vez tentava se recuperar financeiramente com o faturamento da bilheteria, além de resolver, de uma vez por todas, a questão dos pianos da Casa Gaveau. Levava consigo Lucília e seus

fiéis intérpretes, o violinista Maurice Raskin e o pianista Tomás Terán, que se radicaria no Brasil, tornando-se um dia professor de piano de um rapazinho chamado Antônio Carlos Jobim. Depois de ajudar Lucília a colocar as malas no corredor, Villa-Lobos fechou a porta do apartamento da place Saint-Michel, planejando retornar a Paris dali a alguns meses. Só voltaria dezessete anos depois.

A TRILHA SONORA DA ERA VARGAS

Após os concertos no Recife, no Teatro Santa Isabel, Villa-Lobos viajou para São Paulo, enquanto Lucília voltava para o Rio de Janeiro. Sentindo-se novamente desprestigiado pelo público e pela crítica carioca, que pareciam ignorar o seu triunfo em Paris, Villa-Lobos preferia exilar-se em São Paulo, que melhor o acolhia. Em carta à Lucília, que lhe consultara sobre a possiblidade de um concerto no Rio, Villa-Lobos deu vazão à sua frustração:

> Não quero absolutamente que tomes parte em nenhum concerto sem ganhares pelo menos uns 200$ [duzentos mil-réis]. Se quiserem fazer algum festival, façam sozinhos, pois eu não tenho nenhum empenho em nada de minhas obras aí no Rio, a não ser ganhando dinheiro. Estou farto de "bromas" e injustiças, e o Rio para mim já morreu artisticamente. Nada... Nada e nada!...

São Paulo, porém, não lhe daria tudo. Sua obra era bem recebida, mas os concertos não remediavam sua situação financeira. Pior: Villa envolvera-se numa disputa interminável com a alfândega por causa das taxas pagas pela importação dos malfadados pianos da Casa Gaveau. Sem dinheiro para as despesas mais triviais, passava por um dos momentos mais difíceis da sua vida. Depois de ter suas obras editadas e executadas na Europa, depois de ter sido aclamado pela crítica francesa, Villa-Lobos via-se forçado a uma dramática regressão profissional: voltava a tocar o violoncelo para sobreviver. Em carta a Carlos Guinle, em dezembro de 1930, desabafava: "Quanto a mim, vivo lutando como um leão (...). Armei-me de um violoncelo, e vivo dando concertos por todas as cidades de São Paulo, até obter o necessário para partir para a Europa." Guinle, pouco sensibilizado, recomendava: "Ficar de olho e lutar, como está lutando atualmente, porque mesmo as coisas imprevisíveis são férteis, e

talvez você esteja na véspera de alguma compensação por seus esforços.”

A compensação viria de modo inesperado. Desde a crise de 1929 na bolsa de Nova York, o preço do café despencara, acelerando a decadência da República Velha, dominada pela política do Café com Leite. Uma vez encerrada a sua temporada de concertos em São Paulo, Villa assistia à entrada em cena de Getúlio Vargas e seus tenentes na revolução de outubro de 1930. Sem hesitar, o Índio virava casaca. Depois de ter sido apoiado e patrocinado durante anos pela oligarquia cafeeira, sobretudo pelos clãs Prado e Penteado, Villa-Lobos abraçava com entusiasmo a revolução que os afastava do poder.

Frequentando a casa do interventor tenentista no estado de São Paulo, João Alberto Lins de Barros, pianista amador, Villa-Lobos propôs-lhe a realização de uma caravana educacional pelo interior. Pelos jornais, já exortara o governo provisório de Getúlio Vargas a investir na educação artística e musical do povo brasileiro. Agora, com o apoio de João Alberto, a Excursão Artística Villa-Lobos estava pronta para partir. Entre janeiro e abril de 1931, a trupe viajou em trem, fazendo escala em 54 cidades paulistas. Lucília Villa-Lobos, João de Souza Lima e Antonieta Rudge revezavam-se ao piano, formando um elenco de primeira linha com o violinista Maurice Raskin, a soprano Nair Duarte, e o próprio Villa-Lobos, proferindo conferências e tocando o violoncelo.

De volta à capital, Villa-Lobos idealizou e produziu, outra vez com a chancela dos tenentistas, uma “Exortação Cívica”, que reuniu um coral de 12 mil vozes para cantar o Hino Nacional e outras peças de profundo ardor patriótico. O sucesso do evento parecia abrir novas oportunidades para Villa, mas a saída voluntária de João Alberto da política levou o compositor de volta à estaca zero. Depois de um concerto de despedida em São Paulo, com uma orquestra de quinhentos executantes interpretando obras suas, de Carlos Gomes e Richard Wagner, Villa-Lobos voltava para o Rio de Janeiro sem muitas esperanças. Em carta a Eugène Cools, em setembro de 1931, lamentava-se: “Estou tentando, de todos os modos, sair daqui o mais breve possível, pois me encontro cansado neste momento, e preciso, sobretudo, de um pouco de repouso com os meus amigos em Paris.”

Mais tarde, em novembro, afirmou: “Você não pode imaginar como é difícil a vida material do artista aqui, sobretudo atualmente. Apesar de tudo, eu continuo a trabalhar, sempre arrumando as malas para voltar a Paris. É uma questão de três ou quatro meses.”

Em fevereiro de 1932, a Diretoria-Geral de Instrução do Distrito Federal criou o Serviço Técnico e Administrativo de Música e Canto Orfeônico. Já tendo demonstrado publicamente, em mais de uma ocasião, sua fervorosa adesão à causa revolucionária, Villa-Lobos foi procurado pelo secretário de Educação do Distrito Federal. Anísio Teixeira o convidava a assumir a chefia do Serviço de Música e Canto Orfeônico, organizando a educação musical das escolas públicas do Rio de Janeiro. Pela primeira vez na vida, aos 45 anos, Villa-Lobos recebia a proposta de um emprego, com salário modesto, mas garantido. Aceitaria o convite por falta de opção. O projeto de voltar a Paris começava a esmorecer. “Encontro-me num desespero inacreditável”, escrevia a Eugène Cools, em abril daquele ano. “Se você acredita que a melhor solução para esta triste situação seria desfazer-me do apartamento da place Saint-Michel, você pode fazê-lo, pois eu não vejo nenhuma outra saída neste momento.”

Já no ano seguinte, Villa-Lobos foi promovido a superintendente de Educação Musical e Artística do Distrito Federal, consolidando a sua posição no governo. Em dezembro de 1933, voltava a escrever a Eugène Cools, que se encarregara de desocupar o apartamento da place Saint-Michel. Villa-Lobos reclamava do extravio de uma caixa que lhe fora enviada de Paris, contendo manuscritos de novas composições e livros. Entre eles, perdiam-se os Choros 13 e 14, e os clássicos *Voyage au Brésil*, do explorador francês Jean de Léry, e *Mon esclavage entre les sauvages du Brésil*, do alemão Hans Staden, o que confirma a suspeita de Mário de Andrade: da narrativa de Hans Staden, Lucie Delarue-Mardrus, ou o próprio Villa-Lobos, teria extraído a história dos canibais brasileiros.[75]

Agora, Mário de Andrade ia mais longe. Em correspondência privada, criticava Villa-Lobos por seu adesismo oportunista ao regime Vargas:

> Nem bem a revolução venceu, esse indivíduo publicou uma entrevista de insultos aos vencidos, dizendo que fora revolucionário desde 1500 e até compusera *avant-la-lèttre* um hino à revolução que a polícia carioca proibira. Escreveu algumas musiquices patrióticas, e

diariamente, aqui, largava da inocência, para ir ilustrar as esporas com que João Alberto estragou irremediavelmente os tapetes civilizados dos Campos Elísios [então, sede do governo de São Paulo]. Bem, o Villa, de amoral inconsciente que sempre fora, e delicioso, virara canalha com sistema, e nojento.

Sua obra, acreditava Mário, não sairia incólume desta "mudança tão violenta assim, de contextura moral". Entrava em inexorável decadência, na medida em que tentava agradar a todos. "O Villa se escondeu. Se disfarçou. Quer conciliar as coisas, e, pois que se tornou um sistematizado lambedor de cus, lambe os ditos do acadêmico criticante como do burguês ouvinte, do modernista embandeirado como do passadista louco para se rever no novo."

Nos doze anos seguintes, Villa-Lobos permaneceria estreitamente ligado ao governo e à ditadura Vargas, recebendo total apoio do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Villa tornava-se o músico oficioso do regime, compondo e regendo a trilha sonora nacionalista da Era Vargas. Começava a fase das Concentrações Orfeônicas, eventos de massa que cultuavam a imagem de Getúlio Vargas, não muito diferentes daqueles que exaltavam Benito Mussolini na Itália e Adolf Hitler na Alemanha. Em 7 de setembro de 1940, o projeto atingia o seu ápice com uma Concentração Orfeônica de 42 mil vozes infantis cantando para o presidente Vargas, no estádio de futebol do Vasco da Gama. Questionado anos depois sobre sua colaboração com a ditadura do Estado Novo, Villa-Lobos desconversava: "Eu não tenho interesse em regime nenhum. Eu não tenho interesse em sentido político, nem tenho ideais. Eu quero é disciplina e amor à arte."

A intensa atividade de educador e regente não impedia que Villa-Lobos desse continuidade a seus projetos pessoais. Entre 1930 e 1945, período que encerra com precisão a Era Vargas, o compositor dedicou-se às "Bachianas brasileiras". Assim como Stravinski fizera em 1920, compondo o balé "*Pulcinella"* sob inspiração da música barroca italiana, Villa-Lobos voltava-se agora para o barroco alemão de Johann Sebastian Bach. Como bem definiu a pianista Anna Stella Schic, se com os Choros Villa-Lobos transformara o popular em erudito, com as "Bachianas" ele tornava o erudito popular. Até 1945 comporia as nove "Bachianas brasileiras", entre elas a no 5, com a ária "Cantilena", imortalizada pela voz de Bidu Sayão; e a

“Bachianas no 2”, com a populraríssima tocata “O trenzinho do caipira”, inspirada numa viagem em locomotiva, como já fizera o suíço Arthur Honegger, do Grupo dos Seis, com *“Pacific 231”*, em 1923.

Se, comparadas aos Choros, as Bachianas sinalizavam um recuo na audácia modernista de Villa-Lobos, essa virada de rumo não lhe concederia favor algum junto à crítica conservadora: “Não é preciso muita retórica para demostrar que essa heresia é um ultraje a Bach, um achincalhe intolerável”, denunciava Oscar Guanabarino, aos 81 anos. Pelo lado modernista, Mário de Andrade tampouco lhe dava quartel: Villa-Lobos “compôs uns hinos, uns coros, umas transcrições de fugas de Bach para celo e piano e umas pecinhas pianísticas, tudo simplesmente porco”. As críticas negativas eram compensadas pelo positivista Oscar d’Alva, da revista *Fon-Fon*, que percebia uma influência de Auguste Comte nas “Bachianas”:

> Villa-Lobos surpreendeu-nos com a sua composição, onde parece que observou, inconscientemente talvez, o princípio filosófico dos construtores de obras que não morrem: fazer o novo sem repudiar o antigo; construir o futuro baseado no passado. Foi a impressão que tivemos ouvindo as “Bachianas”, principalmente a primeira. Sente-se que o autor impregnou-se das lições do passado musical, simbolizado em Bach, e foi novo sem ser extravagante.

Nos estertores da Era Vargas, em 1944, Villa-Lobos já começava a se desengajar do governo, pedindo permissão para dedicar mais tempo a sua carreira pessoal. Naquele ano compôs a “Bachianas brasileiras no 8”, a “Sinfonia no 6”, e harmonizou para coro a três vozes a marchinha “A conquista do ar”, de Eduardo das Neves, com a qual saudara Alberto Santos Dumont quarenta anos antes. Em novembro, depois de muitos convites diplomaticamente recusados, Villa-Lobos fez a sua primeira viagem aos Estados Unidos. Desconfiava da Política de Boa Vizinhança da administração americana, que havia levado Carmen Miranda para Hollywood e inventado o personagem de cinema Zé Carioca. “Irei aos Estados Unidos somente quando os americanos quiserem me receber como eles recebem a um artista europeu, isto é, em razão das minhas próprias qualidades, e não por considerações políticas”, explicava o compositor, temendo ser usado como uma espécie de Carmen Miranda da música erudita, com charuto em vez de balangandãs.

Depois da Segunda Guerra Mundial, contudo, o apelo americano se tornaria irresistível para qualquer artista que quisesse alcançar fama mundial.

Ocupada e humilhada durante a guerra, quando não colaborando diretamente com os nazistas, a França perdera sua proeminência no mundo das artes. A hegemonia econômica e o refúgio oferecido aos artistas europeus durante o conflito transformaram os Estados Unidos no novo centro catalisador da vanguarda artística. Em harmonia com o seu tempo, Villa-Lobos substituiria Paris por Nova York, como base do seu trabalho internacional. Seu primeiro concerto nos Estados Unidos, porém, foi realizado em Los Angeles, onde regeu a Orquestra Sinfônica Janssen, apresentando a "Sinfonia no 2", o "Choros no 6" e a versão orquestral do "Rudepoema".

Daí em diante, passaria os últimos anos da sua vida viajando intensamente para executar e gravar suas obras nas Américas, na Europa e em Israel, sempre na companhia de Arminda Neves de Almeida, a Mindinha, sua nova companheira. Em 1936, Villa-Lobos pedira a separação à Lucília por carta enviada da Europa, onde participava de uma conferência internacional sobre educação musical. Mindinha, 25 anos mais nova, se tornaria a principal defensora e propagadora do nome Villa-Lobos pelo resto da sua vida.

A PARIS DO PÓS-GUERRA

Em 1947, Villa-Lobos estava de volta a Paris pela primeira vez desde que, sem saber, fechara para sempre a porta do apartamento da place Saint-Michel. Nesta primeira turnê europeia do pós-guerra, com concertos agendados em Roma e Lisboa, Villa passou pela cidade, hospedando-se no **Hôtel Roblin**, no número 6, da rue Chauveau-Lagarde, atrás da Église de la Madeleine. Paris ainda se recuperava do trauma da ocupação, ao mesmo tempo em que questionava sua colaboração com os nazistas, quando milhares de judeus franceses foram enviados para a morte nos campos de concentração. Entre os artistas judeus que conseguiram escapar para os Estados Unidos estavam o compositor Darius Milhaud, que voltaria a Paris após a

guerra, e os pianistas Alexandre Tansman e Arthur Rubinstein, que se nacionalizariam americanos.

Dos judeus menos célebres, 425 foram salvos graças aos vistos concedidos pelo embaixador brasileiro Luiz Martins de Souza Dantas. Entre eles, o polonês Zbigniew Ziembinski, que se tornaria um dos mais consagrados diretores de teatro no Brasil. Souza Dantas, amigo de Villa-Lobos, acabou detido pelos nazistas, permanecendo internado na Alemanha até março de 1944. Se a ditadura Vargas o ignorou, seu nome seria recuperado no pós-guerra, quando foi apontado embaixador brasileiro na recém-fundada Organização das Nações Unidas. Em Paris, seu gesto corajoso e humanitário é hoje celebrado com uma **placa de mármore**, no número 45, da avenue Montaigne, antiga sede da embaixada brasileira.

Portanto, no dia 5 de março de 1948, quando Villa-Lobos celebrou seu aniversário de 61 anos com uma feijoada na **Maison de l'Amérique Latine**[76], poucos velhos amigos poderiam estar presentes. Se Souza Dantas estava na ONU, muitos outros estavam mortos, como o diretor da editora Max Eschig, Eugène Cools, o compositor Maurice Ravel, e o editor de *La Revue Musicale*, Henry Prunières. Sobrevivia o compositor e crítico Florent Schmitt, caído em total ostracismo. Durante a ocupação da França, Schmitt, sempre irônico, assumira posições pró-nazistas, aliando-se ao Grupo Colaboração, que reunia intelectuais anticomunistas. Depois da guerra, tachado de "colaborador", a pior ofensa que se pode fazer a um francês, Schmitt foi varrido da cena musical por aqueles que haviam suportado o sofrimento e a humilhação causados pela ocupação. Villa-Lobos, por outro lado, não abandonaria o amigo, que, no seu difícil começo em Paris, o protegera e incentivara através da imprensa. Interpretava a obra de Schmitt em seus concertos, além de recomendar-lhe os seus pupilos, jovens músicos brasileiros em busca de reconhecimento na França, como o pianista Arnaldo Estrella, que Villa-Lobos conhecera em São Paulo, na casa do interventor tenentista João Alberto.

Schmitt, no entanto, não foi o único artista a ter colaborado ostensivamente com os nazistas. Em março de 1936, o bailarino franco-ucraniano Serge Lifar apresentara na Ópera de Paris o bailado "Jurupari", que concebera para o "Choros no 10" de Villa-Lobos.

Quatro anos depois, quando os alemães ocuparam a França, Lifar, mestre de balé da Ópera, recebeu-os de braços abertos, guiando o ministro da Propaganda Joseph Goebbels numa visita ao Palais Garnier. A fascinação dos alemães pelo balé, sobretudo pelas bailarinas, era notória. E Lifar não hesitou em propagar sua posição antissemita para ganhar os favores do oficialato nazista, que não só o manteve na sua posição, como triplicou o seu salário.

Finda a guerra, Lifar teve mais sorte do que Florent Schmitt. Desapareceu por uns tempos, exilando-se no Balé de Monte-Carlo, mas em 1947 já estava de volta à Ópera de Paris, exercendo até 1958 a mesma função de prestígio que tivera durante a ocupação. Ciente ou não da colaboração de Lifar com os nazistas, Villa-Lobos não teria mais contato com o bailarino. Sua proximidade com Florent Schmitt, por outro lado, não o impediria de se apresentar em Haifa, em 1954, quando a Orquestra Filarmônica de Israel executou o seu poema sinfônico "Odisseia de uma raça", dedicado ao Estado de Israel.

Ainda em 1948, Villa-Lobos voltou pela primeira vez à Salle Gaveau para reger a Orquestra Sinfônica Pasdeloup, estreando o bailado sinfônico "O papagaio do moleque". Seguindo os passos de D. Pedro II, foi eleito membro correspondente da Academia de Belas-Artes do Institut de France, na cadeira antes ocupada pelo compositor espanhol Manuel de Falla. Enquanto isso, nos Estados Unidos, seu primeiro e único musical, *Magdalena*, estreava em julho, em Los Angeles, logo seguindo para uma temporada de três meses na Broadway, com fria recepção por parte da imprensa. Se a música era boa, o libreto de Frederick Hazlitt Brennan e Homer Curran, por sua vez, decepcionava. Isso não impediu, porém, que o musical fosse ressuscitado pelos franceses em 2010, com uma temporada bem-sucedida no **Théâtre du Châtelet**, em Paris.

Villa, contudo, não pôde assistir à estreia de *Magdalena*. Naquele momento, sofria o primeiro golpe da doença que o levaria à morte onze anos depois. No dia 9 de julho, com ajuda financeira do governo brasileiro, Villa-Lobos internou-se no Memorial Hospital de Nova York, onde foi imediatamente operado para o tratamento de um câncer. Numa cirurgia de treze horas, foi-lhe retirada a bexiga, a próstata e parte do intestino grosso. Sem jamais se render à doença, Villa não diminuiria seu ritmo de trabalho. Assim que se pôs de pé,

voltou a compor e viajar, visitando Paris uma vez por ano, sempre na primavera europeia. Em 1949, compôs o “Cortejo nupcial” para a filha do embaixador brasileiro em Paris, Nora Pereira e Souza, que se casou com muita pompa na Cathédrale Notre-Dame. No mesmo ano, Villa-Lobos era condecorado com a insígnia de Cavaleiro da Legião de Honra da França, por indicação de seus confrades da Academia de Belas-Artes.

O MOVIMENTO FINAL

A década de 1950 seria marcada pelo triunfo de Villa-Lobos como compositor e regente internacional. Gravou várias de suas peças na Europa e nos Estados Unidos, com a participação de grandes intérpretes, como Victoria de Los Angeles e Bidu Sayão. Conquistava, enfim, o seu lugar no panteão dos grandes compositores e, agora, só lhe restava ouvir os aplausos. Voltou à Salle Gaveau em 1951 para reger a Orquestra da Sociedade de Concertos do Conservatório de Paris, apresentando aos parisienses a “Bachianas brasileiras no 1”, de 1930, e sua “Sinfonia no 6”.

Composta em 1944, a sexta sinfonia surpreendia pelo inusitado método de composição, “Melodia das montanhas”, criado por Villa-Lobos para incentivar crianças a compor usando a paisagem ao seu redor. Ainda em 1939, o músico compusera “New York skyline melody”, transpondo para o pentagrama o traçado do horizonte formado pelos arranha-céus de Nova York. Na “Sinfonia no 6” repetia o método, com o contorno das montanhas do Rio de Janeiro.

Em 1952, Villa-Lobos celebrou seus cinquenta anos de carreira musical em Paris. Na casa da pianista Marguerite Long foi agraciado com uma medalha de bronze cunhada com a sua efígie, entregue por Louis Joxe, diretor de relações culturais do Ministério das Relações Exteriores da França. No **Théâtre des Champs-Élysées**, gravou com a Orquestra Nacional da Radiodifusão Francesa (atual Orquestra Nacional da França) a primeira audição integral das quatro suítes de “Descobrimento do Brasil”, compostas em 1937 como trilha sonora para o filme homônimo de Humberto Mauro. Pelo testemunho do

regente da Orquestra Nacional, René Batard, Villa-Lobos deixou saudades:

75 Na França, o livro de Hans Staden, do século XVI, tem por título: *Nus, féroces et anthropophages*. No Brasil, intitula-se *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens*, na versão editada pela Dantes Editora e Livraria em 1998.

76 A Maison de l'Amérique Latine, instalada no Hôtel de Varengeville, no boulevard Saint-Germain, 217, ocupa o mesmo imóvel onde residia o médico Jean-Martin Charcot, visitado por D. Pedro II. Vale a pena conferir o restaurante onde Villa-Lobos comemorou seu aniversário, com mesas no jardim, durante o verão.

Fachada do Théatre des Champs-Élysées.

Era como se uma atmosfera de festa fizesse, de repente, a sua erupção. Quando eu chegava ao trabalho, sabia que ele já estava lá pelo odor do seu enorme charuto; havia também o aroma do seu perfume fabricado no Brasil, que se chamava "Royal Briar". Quando ele vinha apertar a sua mão, você se sentia imediatamente perfumado de Villa-Lobos! E depois, havia a sua cordialidade, as suas camisas um pouco extravagantes, sua evidente satisfação por estar entre nós. Durante o inverno parisiense, nós o víamos chegar, trazendo aquilo que nós imaginávamos ser o sol do Rio de Janeiro.

A partir daquele ano, 1952, Villa-Lobos passou a se hospedar no **hotel Bedford**, na rue de l'Arcade, número 17, sua nova morada e

base de operações na Europa. Lá estão as duas placas que comemoram as estadias do imperador Pedro II e do músico. “Neste hotel morou de 1952 a 1959 o compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos, grande intérprete da alma do seu país”, diz a placa, inaugurada em 1971 pelo embaixador do Brasil, o general Aurélio de Lira Tavares.[77] No terceiro andar, a Casa Gaveau instalou um piano em seu quarto, exatamente acima daquele onde D. Pedro II vivera suas últimas semanas. Tornando-se amigo da família Berrut, proprietária do hotel, Villa a convenceu a doar ao governo brasileiro a mobília do quarto de D. Pedro, atualmente exposta no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Sentindo-se em casa, o brasileiro fazia do saguão do hotel a sua sala de visitas. Recebia amigos, diplomatas, jornalistas e músicos, como Andrés Segóvia e a novata campineira Anna Stella Schic, que se tornaria os braços direito e esquerdo de Villa-Lobos ao piano.

No dia 23 de abril de 1953, voltava a reger a Orquestra da Sociedade de Concertos do Conservatório, para estrear, na Salle Gaveau, o “Concerto no 2 para piano e orquestra”, com solo de Anna Stella Schic, seguido pelo poema sinfônico “Erosão”. Apesar do grande êxito da noite, aquele seria um dos últimos recitais de Schic antes de ser expulsa da França. Ainda em 1950, a pianista de 25 anos pedia conselhos a Villa-Lobos: fora convidada para uma turnê na União Soviética e queria saber a opinião do maestro. Villa, que aprendera a ser apolítico em benefício da sua própria carreira, ainda tinha fresca na memória a prisão de Tarsila do Amaral, em São Paulo, por suspeita de subversão, após uma viagem à União Soviética em 1931. Logo, em plena Guerra Fria, aconselhava Schic: “Jamais faça isso! Se você for à União Soviética, nunca mais poderá entrar nos Estados Unidos.” Depois exagerou: “Veja o meu caso: eu acabo de ser convidado pelo próprio Lenin, que me enviou um telegrama, para ir à União Soviética. Mas, claro, eu não aceitei.” Que Lenin estivesse morto havia quase trinta anos não fazia a menor diferença para aquele extraordinário contador de causos que era Villa-Lobos. A pianista desculpou o exagero do mestre, aceitou o conselho de bom grado, mas não abriu mãos das suas convicções políticas.

Frequentando intelectuais e estudantes de esquerda, Schic acabou se envolvendo no movimento pela independência da Argélia, que

levaria a França à guerra colonial que se arrastou durante oito anos (1954-1962). O serviço de inteligência francês, que monitorava as atividades da esquerda, não demorou a detectar Schic, entre outros artistas brasileiros. Logo seriam todos convidados a deixar o país. Abalados com a notícia, Villa-Lobos e Mindinha propuseram vender algumas das suas joias para ajudar a pianista naquele momento de dificuldade. "Mas Villa-Lobos foi mais longe", lembra Schic na biografia que escreveu sobre o compositor:

> Como ele era membro correspondente da Academia de Belas-Artes, alertou seus confrades do Institut de France e lhes pediu que agissem coletivamente, que se opusessem à minha expulsão. Se muitos o aceitaram fazer, a verdade obriga-me a dizer que a reação ao meu caso não chegou a ser unânime.

De volta ao Brasil, Anna Stella Schic seria eternamente grata a Villa-Lobos, que apadrinharia sua filha. Além de escrever a sua biografia em 1987, ano do centenário do compositor, Schic seria a primeira pianista a gravar a obra integral de Villa-Lobos para piano solo.

A partida de Schic entristeceu Villa-Lobos. Gregário desde a juventude, adorava estar cercado de amigos, chegando a compor, sem incômodo algum, no meio de grande algazarra. Em Paris, demonstrava imensa euforia quando encontrava um brasileiro. Na temporada de 1955, esbarrou com um grupo de jornalistas, entre eles, Paulo Mendes Campos, na embaixada do Brasil. Mendes Campos lembra que, sendo informado que um jornalista acabara de entrevistar Andrés Segóvia na Alemanha, Villa-Lobos perguntou-lhe o que o violonista havia dito a seu respeito.

> "Ele disse que gosta de tocar suas composições porque o senhor entende de violão." O maestro sorriu: "Que mais? O Segóvia não disse mais nada sobre mim?" Com o silêncio meio embaraçado do repórter, Villa-Lobos retomou a palavra: "Então, o Segóvia encontra rapazes brasileiros e não fala de mim por mais tempo? Só falou dele mesmo, não foi? Pois ele poderia dizer muitas coisas sobre mim... Mas, também, agora, quando me perguntarem por Segóvia, vou dizer que não o conheço..."

Falante e animado com o sucesso que fazia em Paris, Villa convidou Mendes Campos para jantar no L'Acropole,[78] um restaurante grego em frente ao hotel, que exibia orgulhosamente uma foto do seu mais ilustre frequentador e oferecia no cardápio um "café

à Villa-Lobos”, uma overdose de cafeína servida numa xícara pequena e fumegante. Villa-Lobos não bebia “mijo de gato”, como ele classificava o café servido nos restaurantes parisienses.

Comemos muito, conversamos muito, brincamos muito. Contrariando amáveis admoestações [de Mindinha] o maestro entrou de rijo no patê e no vinho: “Hoje eu não faço regime!”, *conta Paulo Mendes Campos*.

A televisão da casa passou a mostrar trailers de fitas de mocinho (o filme de caubóis era uma de suas paixões juvenis). Nunca vi uma criança tão entusiasmada com um soco bem-aplicado na cara do bandido.

Depois de uma sessão de piano no saguão do hotel, fomos ver o quarto de D. Pedro II. O imperador ficou olhando do alto da parede, com gravidade e bonomia, a alegria de Villa-Lobos.

O maestro tinha boas razões para estar contente. Naquela temporada fora elevado a Comendador da Legião de Honra da França e, melhor de tudo, regeria novamente a Orquestra da Radiodifusão Francesa no Théâtre des Champs-Élysées. No ano anterior gravara, com a mesma orquestra, a estreia do bailado ameríndio “Rudá, o deus do amor”, dedicado à Mindinha. Agora, no repertório, apresentava uma retrospectiva da sua carreira: “Danças características africanas”, de 1916; “Sinfonia no 4, a vitória”, de 1920; “Bachianas brasileiras no 8”, de 1944; e o recém-composto “Concerto no 5 para piano e orquestra”, com solo de Felicja Blumental, polonesa judia que, durante a guerra, se refugiara no Brasil. Para a crítica francesa, a inclusão da “Bachianas” no repertório ilustrava a evolução do compositor, que deixara de ser aquele “selvagem” da Paris dos anos 1920.

Villa-Lobos aparece como uma força da natureza, mas uma força maravilhosamente consciente. A norma de sua “Bachianas brasileiras nº 8” pode servir de exemplo àqueles para quem tudo isto que Villa-Lobos compôs deve reproduzir obrigatoriamente a floresta tropical; enganam-se se esperam encontrar a desordem da natureza, *observava René Dumesnil, no jornal* Le Monde.

Além da “Bachianas”, Villa-Lobos ficara radiante com a possibilidade de estrear a sua “Sinfonia no 4, a vitória” naquele concerto. Havia 35 anos esperava por aquele momento. “A vitória” dava continuidade à “Sinfonia no 3, a guerra”, complementando sua série de três peças sinfônicas que celebrava o fim da Primeira Guerra Mundial. Por um motivo ou por outro, fosse por falta de músicos ou

indisponibilidade dos teatros, “A vitória” nunca fora executada. Tendo agendado a execução da peça com um ano de antecedência, ouvia agora dos empresários que a sinfonia, demandando orquestra e fanfarra, não poderia ser apresentada, uma vez mais, por falta de músicos. Tarde demais, Villa-Lobos já não podia mais esperar. Propôs abrir mão do seu cachê para que a Orquestra Nacional pudesse completar o elenco com músicos extras, sensibilizando, assim, a direção da Radiodifusão Francesa. No dia 6 de junho, “A vitória” estreou em Paris, encerrando o concerto, gravado ao vivo para todo o sempre. Fechava-se o ciclo que começara com “A guerra”, fazendo eclodir sua carreira no Rio de Janeiro.

> Uma espécie de exaltação frenética domina a orquestra, *encerrava Dumesnil no* Le Monde. Os ritmos de alegria cruzam-se com as vozes dos sinos, com fragmentos da “Marseillaise”. E a sinfonia termina deixando uma impressão de força maravilhosa. Nada de grandiloquente nesta força, nesta grandiosidade. Nada senão o simples e o verdadeiro. O músico a quem se deve os dois últimos movimentos dessa sinfonia, “A vitória”, é um mestre. Não o ignorávamos, certamente, mas ele acaba de se nos revelar ainda melhor.

Enquanto o governo de Juscelino Kubitschek decretava 1957 o Ano Villa-Lobos no Brasil, o compositor comemorava os seus 70 anos com concertos em São Paulo, Nova York, Miami, Houston e Paris, recebendo homenagens em toda parte. Em abril, voltou a reger a Orquestra Nacional no Théâtre des Champs-Élysées, executando o “Choros no 6” e o poema sinfônico “Erosão”. No ano seguinte, depois de arrebatar o Grande Prêmio do Disco, o Grammy dos franceses, pela sua gravação de “Descobrimento do Brasil” com a Orquestra Nacional da Radiodifusão Francesa, Villa estava de volta ao Brasil. Em casa, compôs a trilha sonora do filme *Green mansions* (*A flor que não morreu*) de Mel Ferrer. Por divergências com a Metro-Goldwyn-Mayer, em Hollywood, a música sofreu profundas modificações, levando Villa-Lobos a não mais reconhecer a sua autoria.[79] Logo transformaria o trabalho original na sinfonia “Floresta do Amazonas”, incluindo as canções que Anthony Perkins e Audrey Hepburn deveriam ter cantado no filme. Entre elas, “Melodia Sentimental”, com letra da diplomata Dora Vasconcelos, eternizada pelas vozes de Bidu Sayão e, mais tarde, Maria Bethânia.

Apesar de enfraquecido pela insuficiência renal, Villa-Lobos continuava a viajar e a compor num ritmo frenético. Em 1959 se

apresentou no México e na Itália, passando por Paris, onde compôs suas últimas peças, “Suítes para orquestra de câmera nos 1 e 2”. Na recém-inaugurada **sede da Unesco**, Villa almoçou com os escritores Fernando Sabino e Érico Veríssimo, que relembra o encontro:

> Villa-Lobos está hoje de muito boa veia. Saboreia com delícia um *encorpa-borgonha*, sob os protestos de Mindinha, seu vigilante anjo da guarda. Em dado momento o maestro ergue o copo e propõe um brinde a Michael, nosso primeiro neto, que dentro em breve vamos ver pela primeira vez em Washington D.C. Apanho a minha câmara e fotografo o grande Villa, sem saber que este talvez venha a ser um dos seus últimos retratos. Depois do almoço minha mulher fotografa um grupo diante do famoso mural de Miró, no jardim da sede da Unesco, sob um límpido e resplandecente céu de primavera, belo como uma Bachiana. Minutos depois nos despedimos dos Villa-Lobos ao pé de uma das pontes do jardim japonês. “Até quando?” – “Ora, rapaz, até qualquer dia...”

Érico Veríssimo jamais reveria Villa-Lobos. Em 12 de julho de 1959, o compositor subiu ao pódio pela última vez, para reger a Symphony of the Air no Empire State Music Festival de Nova York. No programa, “Choros no 6”, “Floresta do Amazonas”, com sua “Melodia sentimental”, e “O papagaio do moleque”. Sem saber, Villa se despedia do seu público, voltando às pipas da sua infância.

De volta ao Rio, já bastante debilitado, assistiu ao seu último concerto em setembro de 1959, durante as comemorações do cinquentenário do Theatro Municipal. Chegou a ser internado no Hospital dos Estrangeiros, mas logo foi liberado para passar os seus últimos dias em casa, na rua Araújo Porto Alegre, no centro da cidade. No dia 17 de novembro de 1959, Heitor Villa-Lobos morreu de insuficiência renal, aos 72 anos, ao lado de Mindinha e dos amigos que o acompanhavam.

Na França, sua morte foi sentida por todos aqueles que conheceram o homem e sua obra. A musicóloga Suzanne Demarquez resume o sentimento geral:

> Cada primavera trazia-o novamente à sua cara cidade de Paris, que ele tanto amou, e que lhe retribuía esse amor. Agora as primaveras sem ele já não têm, para mim, o mesmo encanto. Felizmente, resta-nos a sua obra. Graças a ela, Villa não nos deixou completamente, pois o melhor dele ficou-nos com a sua música.

Se Carlos Gomes foi o maior compositor das Américas no século XIX, Heitor Villa-Lobos, com certeza, mereceu o mesmo título no

século XX. Se a obra acadêmica de Gomes apagou-se, como pastiche de música europeia, a música brasileira de Villa-Lobos é até hoje executada em todo o mundo. Extremamente prolífico, calcula-se que Villa-Lobos tenha composto cerca de mil peças, de todos os gêneros eruditos, de estudos para violão a sinfonias, passando por óperas, balés, trilhas sonoras para o cinema e até um musical da Broadway. Depois de "se tornar brasileiro em Paris", atingiu a maturidade da sua carreira, compondo os Choros e as Bachianas, marcos incontornáveis na história da música contemporânea brasileira. Passada sua fase mais inovadora, após a Segunda Guerra, Villa-Lobos apresentaria sua obra ao mundo, regendo mais de oitenta orquestras, em 24 países.

Em Paris, desde a década de 1920, Villa-Lobos conquistara o público e a crítica, como o "selvagem" que lhes apresentava um novo continente musical. "Daria minha obra inteira em troca de uma só página da música de Villa-Lobos", confessava o compositor e crítico Florent Schmitt à pianista Magda Tagliaferro. Gilberto Freyre, por sua vez, assim avaliara o impacto de Villa-Lobos na França: "Poucas são as pessoas que, no Brasil, têm ideia exata do que seja o renome do maestro H. Villa-Lobos no estrangeiro. Nunca um brasileiro conheceu a glória de modo tão puro como esse nosso compatriota genial: nem mesmo Santos Dumont nos seus grandes dias de Paris. Nem mesmo Santos Dumont nos dias em que foi o homem mais festejado, mais caricaturado, mais fotografado na capital da França."

Ainda em vida, o "jovem três quartos de Deus com olhos de brasa e dentes de crocodilo" fora homenageado com um Festival Villa-Lobos no Théâtre de la Cité Internationale, a Cidade Universitária de Paris. No programa, os estudantes escutaram a "Bachianas brasileiras no 5" e a "Sinfonieta no 1", entre outras peças. Em conversa com Péricles Madureira de Pinho, diretor da Maison du Brésil, na Cidade Universitária, Villa demonstrava interesse em visitar as obras da casa dos estudantes brasileiros, projetada por Lúcio Costa e Le Corbusier. Morreria antes de realizar o desejo, porém.

Você, por outro lado, vai conhecer a Maison du Brésil no próximo capítulo, bem como poderá conferir, em Paris, as placas que celebram a estadia de Villa-Lobos no simpático apartamento da place Saint-Michel e no histórico hotel Bedford. Se der sorte, pode ainda assistir a um recital que inclua uma ou duas peças de Villa-Lobos na Salle

Gaveau, na Salle Pleyel ou no Théâtre des Champs-Élysées, templos da música clássica em Paris, onde Villa-Lobos apresentou a música erudita brasileira "com forte espírito de selvageria", como definia Mário de Andrade, "onde a orquestra avança arrastando-se penosa, quebrando galhos, derrubando árvores, tonalidades e tratados de composição."

77 D. Pedro II e Heitor Villa-Lobos não foram as únicas celebridades a se hospedar no hotel Bedford. Ali estiveram os compositores Camille Saint-Saëns e Gabriel Fauré, o maestro brasileiro Eleazar de Carvalho, e o presidente da Fifa, João Havelange.

78 O L'Acropole ficava no número 20 da rue de l'Arcade, espaço hoje ocupado por um restaurante chinês.

79 Antes de *Green Mansions*, Villa-Lobos já compusera a trilha sonora para *O descobrimento do Brasil*, de Humberto Mauro, em 1937. Contudo, desconhecendo os procedimentos da indústria cinematográfica americana, Villa-Lobos compôs a trilha de *Green Mansions* sem jamais ter visto as cenas filmadas! Se você tampouco viu o filme, não perdeu nada. Grande fiasco de público e de crítica, o longa de Mel Ferrer, pré-politicamente correto, retrata como grandes vilões os índios de uma tribo venezuelana. São canibais da Amazônia que caçam Anthony Perkins a pauladas, ansiosos para degustar Audrey Hepburn, mulher do diretor do filme. Lamentavelmente, o nome de Villa-Lobos foi mantido nos créditos.

COMO CHEGAR LÁ

RESTAURANTE-DANCING SHÉHÉRAZADE (HOJE UM SUPERMERCADO CARREFOUR)
Rue du Faubourg Montmartre, 16
9° arrondissement
Metrô: linha 8 ou 9, estação Grands Boulevards.

CHEZ DUQUE (HOJE HÔTEL LE PERA)
Rue Caumartin, 17
9° arrondissement
Metrô: linha 8, 12 ou 14, estação Madeleine; ou linha 3, 7 ou 8, estação Opéra; ou, ainda, linha 3 ou 9, estação Havre-Caumartin.

RESIDÊNCIA DE HEITOR VILLA-LOBOS, ENTRE 1923 E 1930 (HÁ PLACA COMEMORATIVA NA FACHADA DO EDIFÍCIO).
Place de Saint-Michel, 11
6° arrondissement
Metrô: linha 4, estação Saint-Michel.
Trem: linha RER B ou C, estação Saint-Michel-Notre-Dame.

ATELIÊ E RESIDÊNCIA DE TARSILA DO AMARAL & OSWALD DE ANDRADE, EM 1923
Rue Hégésippe Moreau, 9/5° andar
8° arrondissement
Metrô: Fourche

RESTAURANTE LE BŒUF SUR LE TOIT
Mudou-se em 1941 para:
Rue du Colisée, 34
8° arrondissement
Tel. para reservas: 01 53 93 65 55
Horários: das 12 às 15h, e das 19h às 23h.
Menu a € 36,00 por pessoa (bebidas não incluídas)
Metrô: linha 9, estação Saint-Philippe-du-Roule; linha 9 ou 13, estação Miromesnil; ou, ainda, linha 1 ou 9, estação Franklin D. Roosevelt.
www.boeufsurletoit.com

SALLE ÉRARD
Não funciona mais como sala de concertos. A fachada exibe placa comemorativa ao compositor húngaro François Liszt, que ali morou com a família Érard.
Rue du Mail, 13
2° arrondissement
Metrô: linha 3, estação Bourse ou Sentiers.

PALAIS GALLIERA – MUSÉE DE LA MODE DE LA VILLE DE PARIS

Avenue Pierre-Premier-de-Serbie, 10
16° arrondissement
Horários: de terça-feira a domingo, das 10h às 18h. Até as 21h às quintas-feiras.
Exibições temporárias com tarifas variadas. Consulte o website para saber a programação.
Visita guiada todos os sábados, às 14h30 e 16h.
Metrô: linha 6, estação Boissière; linha 9, estação Alma-Marceau ou Iéna.
Trem: linha RER C, estação Pont de l'Alma.
www.palaisgalliera.paris.fr

ANTIGA SEDE DA MAISON MAX ESCHIG
Rue de Rome, 48
8° arrondissement
Metrô: linha 3, estação Europe.

RESIDÊNCIA DE LAURINDA SANTOS LOBO
Place de la Madeleine, 9
8° arrondissement
Metrô: linha 8, 12 ou 14, estação Madeleine.

GASTRONOMIE FAUCHON
Place de la Madeleine, 24-26
8° arrondissement
Horários: das 9h às 20h. Fechada aos domingos.
Metrô: linha 8, 12 ou 14, estação Madeleine.

RESIDÊNCIA DE ARTHUR RUBINSTEIN
Rue Ravignan, 15
18° arrondissement
Metrô: linha 12, estação Abbesses ou
Lamarck-Caulaincourt.

SALLE GAVEAU
Rue de la Boétie, 45-47
8° arrondissement
Tel. para reservas: 01 49 53 05 07
Metrô: linha 9 ou 13, estação Miromesnil.
Programação: www.sallegaveau.com

SALLE PLEYEL
Rue du Faubourg Saint-Honoré, 252
8° arrondissement
Tel. para reservas: 01 42 56 13 13
Metrô : linha 2, estação Ternes; ou linha 1, 2 ou 6, estação Charles de Gaulle-Étoile.
Trem: linha RER A, estação Charles de Gaulle-Étoile.
Programação : www.sallepleyel.fr

HÔTEL ROBLIN – ONDE VILLA-LOBOS SE HOSPEDAVA ANTES DE 1952
Rua Chauveau-Lagarde, 6
8° arrondissement
Metrô: linha 8, 12 ou 14, estação Madeleine.
www.new-hotel.com/fr/hotels-paris/roblin

ANTIGA EMBAIXADA DO BRASIL (PLACA EM HOMENAGEM A SOUZA DANTAS)
Avenue Montaigne, 45 (hoje, Maison Salvatore Ferragamo).
8° arrondissement.
Metrô: linha 1, estação Franklin D. Roosevelt; ou linha 9, estação Alma-Marceau.

MAISON DE L'AMÉRIQUE LATINE
Hôtel de Varengeville

Antiga residência do médico Jean-Martin Charcot, ali visitado por D. Pedro II.
Boulevard Saint-Germain, 217
7° arrondissement
Horários:
Galeria de exposições aberta de segunda a sexta-feira, das 10h às 20h; e sábado, das 14h às 18h.
Consulte o website da Maison para saber da programação das exibições de artistas latino-americanos.
Entrada franca.
Restaurante da Maison de l'Amérique Latine: menu de almoço a partir de € 39,00.
Tel. para reservas: 01 49 54 75 10
Metrô: linha 12, estação Solférino ou Rue du Bac.
Trem: linha RER C, estação Musée d'Orsay.
www.mal217.org

INSTITUT DE FRANCE
Quai de Conti, 23
6° arrondissement
Horários: aberto somente no segundo domingo de cada mês, para grupo de, no máximo, trinta pessoas, guiado por um conferencista. Para agendar a visita, entre em contato com o instituto pelo website. Aberto também nos dias do patrimônio nacional, no terceiro fim de semana de setembro. Fechado no período de férias escolares.
Metrô: linha 7, estação Pont Neuf; linha 4, estação Saint-Germain-des-Prés; ou, ainda, linha 10, estação Mabillon.
www.institut-de-france.fr/contact-accueil

THÉÂTRE DU CHÂTELET
Place du Châtelet
1° arrondissement
Metrô: linha 1, 4, 7, 11 ou 14, estação Châtelet.
Trem: linha RER A, B ou D, estação Châtelet-Les Halles.
Programação e reservas: www.chatelet-theatre.com

THÉÂTRE DES CHAMPS-ÉLYSÉES
Avenue Montagne, 15
8° arrondissement
Metrô: linha 9, estação Alma-Marceau; ou linha 1, estação Franklin Roosevelt.
Programação e reservas: www.theatrechampselysees.fr

HOTEL BEDFORD (COM PLACA EM HOMENAGEM A D. PEDRO II E HEITOR VILLA-LOBOS)
Rue de l'Arcade, 17

8° arrondissement
Metrô: linha 8, 12 ou 14, estação Madeleine
www.hotel-bedford.com

RESTAURANTE L'ACROPOLE (HOJE, RESTAURANTE CHINÊS-VIETNAMITA LOTUS INDOCHINE)
Rue de l'Arcade, 20 (em frente ao hotel Bedford)
8° arrondissement
Metrô: linha 8, 12 ou 14, estação Madeleine.

SEDE MUNDIAL DA UNESCO
Place de Fontenoy, 7
7° arrondissement
Metrô: linha 8, estação École Militaire; linha 10, estação Ségur; linha 13, estação Saint-François-Xavier; ou, ainda, linha 6, estação Cambronne.
www.unesco.org

Placas que comemoram as estadias de Villa-Lobos e D. Pedro II no hotel Bedford.

Pavilhão Internacional da Cidade Universitária de Paris.

LÚCIO COSTA
E A MAISON DU BRÉSIL

Paris: Oh! Grande cidade! Cidade imensa – é tanta coisa para ver, tanta coisa que fazer, que se fica tonto querendo fazer tudo e tudo ver de uma só vez.

Lúcio Costa

Casa do Japão na Cidade Universitária de Paris.

Se você é estudante e está de férias em Paris, talvez nem cogite a possibilidade de visitar uma cidade universitária. Mas que tal ir a um belo parque, onde se pode fazer um piquenique, tendo ao redor quarenta edifícios dos mais diversos estilos arquitetônicos do século XX? Melhor ainda, um desses imóveis, tombado como monumento histórico da França, conta a história de uma dupla de arquitetos que mudou os rumos da arquitetura brasileira e mundial. Bem-vindo à **Maison du Brésil**, a residência dos estudantes brasileiros na **Cidade Universitária** de Paris – um projeto desenvolvido pelo revolucionário Le Corbusier sobre o risco original de Lúcio Costa, que, antes mesmo de dar asas a Brasília, consolidou a arquitetura moderna brasileira, colocando o país no mapa da arquitetura internacional.

Por acaso, foi na França, em Toulon, que Lúcio Costa nasceu, em 1902. Filho do capitão de fragata Joaquim Ribeiro da Costa, Lúcio passou os quinze primeiros anos da sua vida na Europa, onde recebeu uma educação de elite, estudando no Royal Grammar School de Newcastle, na Inglaterra – o que talvez explique sua postura de lorde inglês, reservada e cordial, enaltecida por todos que mais tarde conviveriam com o arquiteto. Em 1914, seu pai, um engenheiro naval a serviço do governo brasileiro, pediu reforma depois de se indispor com o ministro da Marinha, almirante Alexandrino. Dando adeus à Inglaterra, o capitão levantou âncora rumo a Paris, levando a bordo uma família de oito pessoas.

Mas as nuvens de tempestade da Primeira Guerra Mundial começavam a cobrir os céus da Europa, e o jovem Lúcio não passaria mais do que três meses em Paris, morando no primeiro andar do número **18** da **rue Clément Marot**. Sentindo o cheiro da pólvora, o capitão levou a família para a Suíça, onde permaneceu apenas dois anos antes de voltar definitivamente para o Brasil. Passando por Liverpool, embarcaram todos no *SS Darro*, do Royal Mail, um vapor transatlântico com bandeira da Grã-Bretanha que, a caminho do Rio

de Janeiro, navegava perigosamente às escuras para despistar os submarinos alemães.[80]

80 Na volta à Europa, o *Darro* se envolveria num grande acidente no canal da Mancha, afundando um navio de tropas e causando a morte de 616 soldados sul-africanos a serviço dos Aliados.

Maison du Brésil, residência dos estudantes brasileiros na Cidade Universitária de Paris.

Já no Rio, bem longe da guerra, os Costa foram morar na então remota praia do Leme, onde tinha como vizinha a família do futuro paisagista Roberto Burle-Marx, que mais tarde colaboraria com Lúcio. Quinto e último filho do capitão Costa, Lúcio foi matriculado na tradicional Escola Nacional de Belas-Artes, pois seu pai, estranhamente, sonhava em ter um filho artista. Por sorte, a vontade do pai coincidiu com a vocação do filho: inteligente e sensível, Lúcio mostrava desde cedo sua inclinação para a arte, tornando-se, ainda adolescente, um ótimo desenhista.

Formou-se em arquitetura em 1922, começando logo a trabalhar, ainda que estivesse longe de se tornar o arquiteto que faria história. Muito respeitoso, apesar da pouca idade, Lúcio acomodava-se no espírito arquitetônico da época, que de revolucionário nada tinha. A burguesia carioca recorria aos arquitetos em busca de projetos residenciais de estilo eclético, isto é, inglês, normando, florentino, colonial, quando não um chalé suíço com ornamentos helênicos. Enfim, uma mixórdia de pastiches históricos europeus que se

multiplicavam pela cidade tropical, num vale-tudo ao gosto do freguês.

ENCORE PARIS

Aos 24 anos, com a vida profissional bem aprumada, mas ainda solteiro, Lúcio sentia seu coração dividido entre duas Julietas – Lieta e Leleta. Tendo ganhado um prêmio da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – uma passagem de ida e volta à Europa –, Lúcio aproveitou a deixa para pedir um tempo às Julietas em busca de uma solução. Passaria um ano explorando o velho mundo, e o seu coração.

Agora, sim, Lúcio Costa conheceria Paris. Melhor ainda: a Paris da década de 1920, dos Anos Loucos, que você conheceu com Villa-Lobos. Mal sabia Lúcio que, durante a sua visita, o Ministério da Instrução Pública da França começava a construir a Cidade Universitária, na qual ele próprio, trinta anos depois, deixaria a marca do seu trabalho. Mas, agora, ele flanava pela Paris de Picasso, Braque e Matisse; Breton, Hemingway e Gertrude Stein; onde Tarsila de Amaral, Oswald de Andrade e Villa-Lobos "descobriam o Brasil", nas palavras de Paulo Prado. Era a cidade dos surrealistas, dos shows exóticos no **Folies Bergère**, do jazz recém-chegado, da explosão do rádio e do cinema. Enfim, a cidade dos sonhos de Woody Allen em *Meia-noite em Paris*.

Lúcio não perdeu tempo: viu de tudo um pouco e, com acurada sensibilidade, tudo comentou em longas cartas para a família no Brasil:

> [Em Paris] é como se o fim do mundo se aproximasse, e cada qual procurasse satisfazer um último desejo antes que a vida toda de todo se extinguisse. E temos a impressão que dentro e fora de nós tudo roda e tudo gira. Como o imenso carrossel de uma feira estranha, sombria e monumental. Oh! Grande cidade! Cidade imensa – é tanta coisa para ver, tanta coisa que fazer, que se fica tonto querendo fazer tudo e tudo ver de uma só vez.

Lúcio Costa: um dos responsáveis por consolidar a arquitetura moderna brasileira.

Depois de comentar as dezenas de peças de teatro a que assistiu, das mais populares aos clássicos da Comédie-Française, Lúcio abordava, em suas cartas, o fenômeno dos espetáculos musicais estrangeiros: “O gênero revista domina – cresce e se estende. E são negros, americanos, russos. *Girls* às dezenas, pernas às centenas, nus e danças exóticas. E a mulata Josephine Baker se desdobra num charleston trepidante no Folies Bergère.” Inaugurado em 1869, o Folies Bergère que Lúcio frequentava chegou ao século XXI como o mais antigo teatro de revista ainda em funcionamento, embora não apresente mais os espetáculos que fizeram a sua reputação. Pelo seu palco, passaram os maiores nomes da ribalta no início do século XX: Charles Chaplin, Maurice Chevalier, Mistinguett, Fernandel, Jean Gabin e, claro, a insuperável Josephine Baker, metida em sua saia de bananas – a primeira estrela negra do show business internacional.

Desnorteado no meio de tantas atrações, Lúcio deixou passar despercebido o rebuliço que acontecia na sua área profissional: ao

mesmo tempo que Josephine Baker agitava os quadris no Folies Bergère, um jovem arquiteto suíço sacudia os pilares da arquitetura tradicional. Era Charles-Édouard Jeanneret – assim se chamava o *enfant terrible* da arquitetura antes de se nacionalizar francês, assinando Le Corbusier. Sem jamais ter cursado uma faculdade de arquitetura, Corbu, depois de trabalhar como assistente de grandes mestres como Walter Gropius, teve a insolência de elaborar a sua própria teoria arquitetônica. Mas falaremos dela adiante. Voltemos ao jovem Lúcio, e às suas pernadas em Paris.

Distante dos debates teóricos, Lúcio tentava absorver o máximo da Paris antiga, revitalizada pelos bulevares do barão Haussmann no século XIX. Visitou a Ópera Garnier, de estilo Napoleão III, inaugurada em 1875; o **Musée de Cluny**, ou Museu Nacional da Idade Média, que reúne uma das mais importantes coleções de arte medieval do mundo; e o gigantesco **Musée du Louvre**, onde se aborreceu, já em 1926, com a massa de turistas, sobretudo americanos. Sorte a dele não ter visto o Louvre do século XXI, invadido pelas hordas modernas, que, vendo o mundo através da tela digital, posam para fotos ao lado das pinturas. De qualquer modo, o Louvre era, e continua sendo, uma visita obrigatória: "É tudo muito bem arranjado, as escolas se sucedem, e para um estudo comparativo é esplêndido. Em horas, percorrendo as galerias, percorrem-se séculos de civilização, confrontam-se em salas vizinhas países longínquos e, lado a lado, comparam-se tendências opostas, temperamentos diversos", contou Lúcio à sua mãe, em carta de Paris.

A viagem à Europa deu resultado. Se, pelo lado profissional, Lúcio não se deu conta do tsunami Le Corbusier, que despontava no horizonte da arquitetura, pelo lado amoroso, ele encontrou a solução para o seu dilema: entre Lieta e Leleta, ganhava a parada Julieta Guimarães, a Leleta, com quem ele se casaria em 1929.

Musée de Cluny, ou Museu Nacional da Idade Média.

Naquele ano, Josephine Baker viria ao Brasil a bordo do mesmo navio em que viajava Le Corbusier de Bordeaux ao Rio de Janeiro.[81] Tombado de amores pela mulata americana, o arquiteto não teve pudores em pedir-lhe um retrato a seu lado. Já no Rio, enquanto Josephine dançava o charleston no Teatro e Cassino Beira-Mar, Corbusier era ovacionado por estudantes, arquitetos e madames da elite carioca que atendiam às suas primeiras palestras no Brasil. Lúcio, porém, foi implacável: “Durante sua visita ao Rio, fui ouvir

sua conferência. Ela estava na metade, a sala cheia – cinco minutos mais tarde eu saía escandalizado, sinceramente convencido de ter conhecido um cabotino.” Para um jovem educado nos moldes ingleses, onde o comedimento é uma virtude fundamental, a imodéstia de Le Corbusier o condenava ao panteão dos farsantes – um julgamento, quiçá prematuro, que tornou Lúcio insensível a propostas arquitetônicas revolucionárias que, mais tarde, tanto o atrairiam. De qualquer maneira, ele sentia que seu ecletismo acadêmico estava com os dias contados. Já no ano seguinte, riscava dois projetos para uma mesma casa, do empresário Ernesto Fontes, na Tijuca: um eclético (neocolonial) e um moderno. Tendo o cliente preferido o eclético, Lúcio não hesitou em abrir mão do trabalho.

O SALÃO DOS TENENTES

A Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder anunciavam transformações radicais na sociedade brasileira. Com apoio do amigo e crítico de arte Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa foi nomeado, aos 28 anos, diretor da Escola Nacional de Belas-Artes, onde se formara. Sentindo o clima de mudança, Lúcio propôs uma reforma do ensino de arquitetura e artes plásticas, que deveria afastar a escola do classicismo acadêmico para navegar nos ventos da modernidade vindos da Europa. Com o aval do ministro da Educação, Francisco de Campos, demitiu antigos professores e contratou gente nova que estava agitando o campo das artes. Entre eles, o pintor tirolês Leo Putz, o escultor maranhense Celso Antônio e o arquiteto Gregori Warchavchik, ucraniano nacionalizado brasileiro que construíra a primeira residência modernista do país em 1928, na Vila Mariana, em São Paulo. Depois de nove meses de conflitos entre a ala conservadora da escola e os recém-chegados, o projeto de reforma encalhou. Lúcio Costa viu-se obrigado a entregar o cargo, não obstante uma greve de estudantes que tentava lhe dar sustentação.

A Escola de Belas-Artes, no entanto, nunca mais seria a mesma. Lúcio deixava um forte legado, pivô da sua demissão: a 38.ª Exposição Geral de Belas-Artes, realizada em setembro de 1931, democratizava a exposição anual da escola, abrindo-a para todos os

artistas que quisessem participar, sobretudo os pioneiros do movimento modernista no Brasil. Para compor a comissão organizadora, Lúcio convocara os pintores Anita Malfatti e Cândido Portinari, o escultor Celso Antônio e o poeta Manuel Bandeira. Pela primeira vez, uma instituição oficial de ensino abria suas portas para as polêmicas obras de Cícero Dias, Lasar Segall, Tarsila do Amaral e Emiliano Di Cavalcanti, entre outros que participaram da Semana de Arte Moderna de 1922, ou por ela foram influenciados. Um legado que entrou para a história das artes plásticas como o Salão Revolucionário, ou Salão dos Tenentes, em referência ao movimento militar que levara Vargas ao poder.

Em carta à Tarsila, que estava na Rússia, tendo uma tela sua exposta no salão, Mário de Andrade desdenhava do evento:

> Aqui, ou por outra, aqui perto, no Rio, grande bulha por causa do salão em que o Lúcio Costa permitiu entrada de todos os modernos, e o Cícero Dias apresenta um painel de 44 metros de comprimento, com uma porção de imoralidades dentro. Os MESTRES estão furibundos, o escândalo vai grosso, ouvi contar que o edifício da Escola de Belas-Artes rachou, o que é eminentemente "freudiano", pergunta pro Osório [Osório César, psiquiatra e militante comunista, novo companheiro de Tarsila].

Antes de completar um mês, a polêmica em torno do Salão derrubou o ministro da Educação, Francisco de Campos, e, consequentemente, Lúcio Costa. Pela imprensa, Manuel Bandeira defendia o arquiteto: "Lúcio deixa um ponto luminoso na história daquela casa: reformou em bases decentes o curso de arquitetura e deu o exemplo de uma verdadeira exposição de artes plásticas."

De volta ao mercado de trabalho, Lúcio convidou Gregori Warchavchik para ser seu sócio num escritório de arquitetura no Rio. Porém, se a aventura vanguardista na Escola de Belas-Artes forçara uma abertura dos canais oficiais em relação ao modernismo, o mesmo não acontecia com a clientela carioca. A burguesia continuava a pedir projetos residenciais ecléticos que Lúcio se recusava a fazer. Enquanto isso, exercitava-se riscando casas modernas, projetadas para ninguém – uma série que ele batizou como "Casas sem dono".

Em compensação, a falta de trabalho e a sobra de tempo deram-lhe a oportunidade de mergulhar nas teorias dos mestres da nova arquitetura que ganhava terreno na Europa: Walter Gropius, fundador do Bauhaus, Ludwig Mies van der Rohe e, sobretudo, Le Corbusier,

que abordava o tema de forma abrangente e inovadora. Para Corbu, não poderia haver arquitetura sem se levar em conta a harmonia entre os aspectos econômico, social, técnico e artístico. Uma concepção holística que converteu Lúcio Costa de modo miraculoso: "Esse encontro, essa revelação, me deixou como que em estado de graça", comentou em sua biografia de 1995.

O PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA

Em 1936, o novo ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema,[82] lançou um concurso nacional de projetos para a construção da nova sede do ministério na capital federal. Venceu o veterano Archimedes Memória, considerado por muitos o mais importante arquiteto brasileiro da década de 1920, um mestre do estilo eclético que projetou, entre tantas outras coisas, o Palácio Pedro Ernesto (atual Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro) e o Palácio Tiradentes (atual sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro). Conservador na prancheta e na política, Memória fazia parte do grupo que combatera Lúcio Costa e os modernistas na batalha da renovação do ensino na Escola de Belas-Artes. O arquiteto era também membro da Ação Integralista Brasileira, de coloração fascista, e, sobretudo, amigo do presidente Vargas – credenciais mais do que suficientes para garantir sua primazia no concurso de projetos. Sua vitória, contudo, gerou mal-estar no Ministério da Educação. O próprio ministro execrava o projeto vencedor, de estilo eclético e ultrapassado – um bolo de noiva, no jargão dos arquitetos contemporâneos.

A custo, Capanema cancelou o concurso com a permissão de Vargas, que afinal dava mais crédito a seu ministro do que ao amigo integralista. Pagou-se a Archimedes Memória o prêmio em dinheiro, mas seu projeto foi da prancheta para o fundo do baú. Assessorado por gente de vanguarda, incentivadoras e até participantes diretas do movimento modernista, Capanema pedia-lhes a opinião. Seu chefe de gabinete, o poeta Carlos Drummond de Andrade, não titubeou: Lúcio Costa era a solução. Depois de anos fora do circuito, o arquiteto reemergia das suas leituras corbusianas, bradando o manifesto *Razões*

da nova arquitetura, o texto seminal da arquitetura moderna brasileira. Era o homem certo para a obra certa.

Com o apoio do ministro, Lúcio tinha na prancheta a oportunidade de realizar numa só obra todas as teorias de Le Corbusier, cujo conjunto ele já chamava de *O livro sagrado da arquitetura* – uma demonstração de reverência absoluta, só comparável, segundo o próprio Costa, à devoção que os positivistas brasileiros dedicavam ao filósofo Auguste Comte. A empreitada, entretanto, se revelava tão grande quanto o entusiasmo. Lúcio optou por dividir o projeto com seu sócio Carlos Leão e a equipe que o assessorava no escritório: Afonso Reidy, Jorge Moreira, Ernani Vasconcelos e um jovem tímido, porém muito sério e dedicado, chamado Oscar Niemeyer – todos oriundos da Escola Nacional de Belas-Artes. Juntos, executaram o projeto para a nova sede do ministério, seguindo à risca os ensinamentos de Le Corbusier.

Mas Lúcio não ficou satisfeito. Faltava-lhe a aprovação do mestre; precisava convidar Le Corbusier a passar uma nova temporada no Brasil, já que na primeira o havia ignorado. O ministro Capanema, contente com o projeto apresentado, discordava. Afinal, nas contradições da Era Vargas, o Ministério da Educação dava abrigo a um enxame de modernistas controversos, enquanto Getúlio era assessorado pelo arquiteto favorito de Benito Mussolini, o italiano Marcello Piacentini, encarregado de projetar a Cidade Universitária do Rio de Janeiro. O ministro não tinha cacife político para contratar Le Corbusier, outro estrangeiro, com ideias radicalmente opostas às de Piacentini. Só o presidente poderia resolver a questão, e Lúcio tanto insistiu que Capanema cedeu, levando-o ao Palácio do Catete.

No gabinete de Getúlio, Lúcio Costa fez uma defesa apaixonada das ideias de Le Corbusier e da necessidade de que ele viesse ao Brasil para endossar o projeto do Ministério da Educação e Saúde. Constrangido pela exaltação de Lúcio perante o presidente, Capanema puxou-lhe discretamente a barra do paletó, na vã tentativa de acalmá-lo. Mas o presidente estava ganho: “O Doutor Getúlio, entre divertido e perplexo diante de minha obstinação, acabou por aquiescer, como se cedesse ao capricho de um neto”, lembra Lúcio.

Na fria manhã do dia 13 de julho de 1936, descia dos céus, a bordo do *Graf Zeppelin*, o messias da arquitetura moderna. No aeródromo

de Santa Cruz (hoje, base aérea), onde pousavam os dirigíveis da Alemanha nazista, uma comitiva de arquitetos e funcionários do ministério o esperava. Entre eles, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Drummond de Andrade e Hugo Gouthier, oficial de gabinete do ministro Gustavo Capanema. Em princípio, Le Corbusier demonstrou pouca amabilidade. Na sua versão dos fatos, enturvada por um ego de arranha-céu, ele fora convidado pelo próprio ministro da Educação, e aqueles arquitetos tupiniquins deviam estar enciumados da confiança que o ministro lhe depositava. Com o passar dos dias, Le Corbusier se daria conta de que a coisa não era bem assim e que em Lúcio Costa ele encontraria não só o seu maior discípulo, mas também seu mais fiel escudeiro. Estava cimentada a amizade entre os dois homens, que iria durar uma vida inteira, apesar das intempéries.

Amizade à parte, Le Corbusier refez o projeto da nova sede do Ministério da Educação, riscando dois esboços diferentes. Um à beira-mar, com deslumbrante vista para o Pão de Açúcar, na área onde hoje está o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, e outro para o terreno determinado pelo governo, no centro da cidade. Niemeyer, menos dado às teorias do que Lúcio, absorvia as ideias de Le Corbusier na prática, à medida que o assistia como desenhista dos seus projetos. Num momento de folga, retomou o projeto do edifício à beira-mar, já rejeitado pelo ministério, que não tinha direito ao terreno, e riscou algumas modificações para torná-lo mais atraente e adequado ao terreno no centro da cidade. Carlos Leão, sócio de Costa, viu o croqui e ficou impressionado. Quando voltou acompanhado de Lúcio, Niemeyer já se desfizera do esboço. Lúcio mandou buscá-lo e, ao abrir o papel amarrotado, decretou que todos parassem, pois adotariam as sugestões de Oscar. Assim, transferia-se o projeto de edifício à beira-mar para o centro da cidade, com todas as modificações necessárias.

Nesta altura, Le Corbusier já havia partido de volta à Europa depois de quatro semanas no Rio, onde não só riscou o projeto original do Ministério da Educação, como, em parceria com Lúcio Costa, apresentou uma alternativa à Cidade Universitária do italiano Piacentini, ainda que nenhuma das duas tenha jamais saído do papel. O maior legado de Le Corbusier, contudo, talvez tenha sido, como

Lúcio Costa reconheceu, o despertar de um talento “foi durante esse curto mas assíduo convívio de quatro semanas que o gênio incubado de Oscar Niemeyer aflorou”. Ou, como lembra o próprio Niemeyer em sua biografia: “Nesse momento, senti que não seria um arquiteto medíocre, que compreendia a arquitetura contemporânea e nela podia atuar corajosamente.”

A obra de construção da nova sede do Ministério da Educação e Saúde Pública começou em 1936, mas, atropelada pelo golpe do Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial, só terminaria oito anos mais tarde. Já em setembro de 1937, porém, Lúcio Costa pedia demissão da equipe que trabalhava na realização do projeto. Sentindo-se desgostoso com a política do Estado Novo, que dava uma séria guinada para o lado fascista, Lúcio alegou motivos de saúde para sair de cena, deixando espaço para que Niemeyer assumisse a liderança.

Consultado ocasionalmente sobre o projeto, Lúcio Costa continuava a trabalhar em seu escritório, participando de outras concorrências, como o Pavilhão Brasileiro na Feira Mundial de Nova York, a Expo de 1939. Vencedor, mas insatisfeito com seu próprio projeto, Lúcio convidou Niemeyer, o segundo colocado no concurso, a irem juntos a Nova York, onde trabalhariam numa versão conjunta do pavilhão. Uma demonstração não só da elegância de Lúcio, que reconhecia a qualidade do projeto de Niemeyer, mas também da sua inteligência e generosidade ao dividir o novo projeto com o segundo colocado, estimulando um jovem de futuro promissor.

De volta ao Rio, o esqueleto do ministério continuava a subir sob a ansiosa supervisão do próprio ministro Capanema, que transitava pelos canteiros da obra como um mecenas renascentista. Havia muito em jogo naquela construção. Do outro lado da rua, literalmente, o Estado Novo erguia as novas sedes do Ministério do Trabalho, em estilo art déco, e da Fazenda, em estilo neoclássico – ambas apostavam em modelos sisudos, monumentais, ultrapassados, mas seguros. Capanema apostava no inédito, na modernidade, na imagem de um Brasil que queria sair da periferia agrária para se tornar uma nação industrializada, e relevante no cenário internacional. Para isso, dera carta branca às ousadias técnicas e estéticas de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Na técnica, Costa seguira religiosamente o *Livro sagrado*: a arquitetura moderna deveria apoiar-se sobre os cinco pilares corbusianos: a planta livre, ou estrutura independente, na qual o prédio não se apoia nas paredes, mas sim nas colunas de sustentação, o que permite espaço interior aberto, com divisórias móveis; a fachada livre, que, não fazendo parte da sustentação do prédio, pode ser trabalhada com qualquer material; as janelas em fita, que fazem as fachadas envidraçadas dos edifícios modernos; o pilotis, que deixa o andar térreo aberto para os transeuntes; e o terraço jardim, que transfere para a cobertura a área verde perdida na base do prédio. Hoje tudo isso pode parecer lugar comum, mas foi Le Corbusier quem consolidou essas regras básicas, que se tornariam cânones da arquitetura mundial. E foi no prédio do Ministério da Educação e Saúde, da equipe de Lúcio Costa, em 1936, que todas essas regras foram aplicadas pela primeira vez numa só construção de grande porte, como um protótipo do que viria a ser a arquitetura moderna em todo o mundo.

No plano artístico, Gustavo Capanema participou diretamente da escolha dos elementos que contribuiriam para a decoração do prédio. Mandou chamar a turma modernista que escandalizara a Escola Nacional de Belas-Artes no Salão Revolucionário de 1931. O prédio conta com esculturas de Celso Antônio e Adriana Janacópulos, azulejos e painéis de Cândido Portinari, pinturas de Alberto da Veiga Guignard, além do mobiliário de Oscar Niemeyer e os jardins de Roberto Burle-Marx.

Colaboraram ainda o marinheiro-pintor José Pancetti, Bruno Giorgi, que se tornaria o escultor-mór dos palácios de Brasília, e, por sugestão do próprio Niemeyer, o escultor Jacques Lipchitz, lituano de origem judaica, que mandou de Nova York a escultura *Prometeu estrangulando o abutre*, escolhida por Capanema. E aí há uma história curiosa: Lipchitz recebeu 12 mil dólares para fazer a escultura. Seis meses antes da inauguração do edifício, mandou para aprovação do ministro uma maquete em argila, de 2 metros de altura, cuja versão final teria 6 metros. Capanema fez os cálculos e percebeu que não haveria tempo de esperar pela versão final. As eleições de 1945 aproximavam-se, e ele, seguramente, deixaria o ministério. Mandou fundir em bronze a maquete inacabada, com um terço do

tamanho real, instalando-a numa parede externa do prédio. Um desgosto profundo para Lipchitz, lembrado em sua biografia:

> Foi para mim uma tragédia terrível. Eu simplesmente renego a autoria dessa obra. Se tivesse sido feita em escala correta, ela poderia ter mudado totalmente os padrões de arquitetura na América do Sul. O Prometeu estava projetado para ter 6 metros de altura. A sombra projetada pelo sol, em seu movimento ao redor da parede, era essencial ao seu efeito.

COMO ERA GOSTOSO O MEU FRANCÊS

Oficialmente inaugurado em 1945, o prédio do Ministério da Educação e Saúde Pública, hoje chamado Palácio Gustavo Capanema, se sagraria não só como um marco da arquitetura mundial, mas como a realização em concreto armado do ideário modernista de Oswald de Andrade – o Movimento Antropofágico. Nele, o “outro externo” (neste caso, Le Corbusier) era *deglutido* junto ao “outro interno” (a cultura e a tradição brasileira), para produzir uma obra híbrida, que, no caso da arquitetura, viria a se chamar Escola Carioca, transformada em produto de exportação por Oscar Niemeyer. Ou, ainda, nas palavras de Lúcio Costa:

> Este prédio, esta nobre ‘casa’, este palácio concebido em 1936 (...) é duplamente simbólico: primeiro, porque mostrou que o gênio nativo é capaz de absorver e assimilar a inventiva alheia, não só lhe atribuindo conotação própria, inconfundível, como antecipando-se a ela na realização; segundo, porque foi construído lentamente, num país ainda subdesenvolvido e distante, por arquitetos moços e inexperientes, mas possuídos de convicta paixão e de fé, quando o mundo, enlouquecido, apurava sua tecnologia de ponta para arrasar, destruir e matar, com o máximo de precisão.

Ocupada em arrasar, destruir e matar na Segunda Guerra, a Europa não tinha olhos para o que se construía nos confins do mundo que era o Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. Só depois que a fumaça dos canhões foi varrida pelos ventos é que a imprensa especializada pôde ver a moderna arquitetura que havia aflorado no outro lado do Atlântico. E não se falava somente sobre a nova sede do ministério: havia também o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, de Niemeyer, e a sede da Associação Brasileira de Imprensa, dos irmãos

Roberto, marcos históricos da modernidade brasileira, total ou parcialmente influenciados pelas teorias Corbusianas.

Porém, pouco crédito se dava a Le Corbusier na imprensa, sobretudo no caso do Ministério da Educação e Saúde. Tendo perdido contato com Lúcio Costa durante a guerra, o franco-suíço sentia-se incomodado com o destaque que os colegas brasileiros ganhavam na imprensa internacional. Malandro, divulgou um esboço assinado por ele, evidenciando que o prédio modernista do Rio de Janeiro era de sua autoria. Mas a notícia chegou ao Brasil, deixando Lúcio Costa sarapantado. O esboço apresentado por Le Corbusier fora feito a partir de uma foto do edifício pronto em 1945, bem diferente do projeto original que Le Corbusier riscara anos antes no Rio.

Resumindo, Costa sugeria que o amigo Corbu forjara um croqui para reclamar a autoria exclusiva do projeto. Indignado, sentou-se à máquina de escrever e fuzilou:

> Se é de dinheiro que se trata, permito-me levar ao seu conhecimento que durante as quatro semanas de sua estadia aqui, recebeu mais do que nós outros durante os seis anos que durou o trabalho, pois éramos seis arquitetos, e apesar das contribuições individuais serem desiguais, os honorários sempre foram divididos igualmente entre nós. (...) O esboço feito a posteriori, baseado em fotos do edifício construído e que você publicou como se se tratasse de proposição original, nos causou a todos uma penosa impressão.

Meticuloso, Lúcio anexou à carta uma foto da inscrição gravada na parede do prédio, que justamente reconhecia a contribuição de Le Corbusier, como autor do "risco original" da obra, projetada por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Afonso Reidy e companhia. Mas a missiva indignada ficou sem resposta. Lúcio e Corbu só se reencontrariam alguns anos depois, em Paris.

A SEDE DA UNESCO

Mal havia soado o último tiro de canhão da Segunda Guerra Mundial, representantes de 44 países, incluindo o Brasil, reuniram-se em Londres para fundar a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas – a Unesco, cujo espírito pregava a união moral e intelectual das nações, a fim de que guerras como aquela jamais se repetissem. Remediando-se do trauma da ocupação nazista,

Paris abrigaria a primeira sede da Unesco, provisoriamente sediada no **Hôtel Majestic,**[83] na avenue Kléber, em 1946. A despeito de uma rápida reforma, o edifício, construído para ser um hotel, não atendia às necessidades dos diplomatas e seus assessores. Enquanto os delegados trabalhavam nas suítes, usando guarda-roupas como armários de escritório, os funcionários de médio escalão ocupavam banheiros desativados, servindo-se das banheiras como depósito de pastas e documentos.

No início dos anos 1950, reconhecida a necessidade premente de uma sede própria em Paris, o embaixador do Brasil na Unesco, o positivista Paulo Carneiro, aquele mesmo que salvou o acervo de Augusto Comte, sugeriu o nome de Le Corbusier para o projeto. Entusiasmado com o convite, o franco-suíço vislumbrava a possibilidade de, finalmente, ver reconhecida sua genialidade num projeto de tamanha envergadura. Mas Corbu andava com a reputação abalada junto ao principal financiador da obra, o governo dos Estados Unidos. Alguns anos antes, ele batera de frente com o americano Wallace Harrison, encarregado de executar o projeto da sede das Nações Unidas em Nova York. Corbu atirava pedras para todos os lados, acusando os americanos de terem desvirtuado seu projeto para a ONU, fazendo um fuzuê que não poupou nem Oscar Niemeyer, seu colaborador no projeto vencedor. Vacinados contra a vaidade corbusiana, os americanos fizeram uma pequena concessão: Le Corbusier poderia chefiar o painel de cinco grandes arquitetos, que, por sua vez, escolheria quem faria o projeto da Unesco em Paris.

Além de Le Corbusier, compunham o painel Lúcio Costa, Walter Gropius, representando os Estados Unidos, o sueco Sven Markelius e o italiano Ernesto Rogers. Em princípio, Walter Gropius e Le Corbusier arquitetaram uma manobra astuta: o painel escolheria o próprio Le Corbusier para riscar o projeto. Mas os americanos não caíram nessa, e os cinco arquitetos acabaram apontando o francês Bernard Zehrfuss, o italiano Pier Luigi Nervi e o húngaro-americano Marcel Breuer para projetar a **sede da Unesco**, na place de Fontenoy, no 7.º arrondissement (onde, mais tarde, Villa-Lobos almoçaria com Érico Veríssimo e Fernando Sabino).

A MAISON DU BRÉSIL

Em Paris, Lúcio Costa hospedava-se no **Hôtel Austin's**, na rue d'Amsterdam, número 26, próximo à estação de Saint-Lazare, o mesmo hotel que o hospedara aos 24 anos, quando, entre atônito e deslumbrado, descobrira a Paris da mulata Josephine Baker. Aos 50 anos, contudo, faltava-lhe tempo para desfrutar a Paris do pós-guerra. Muito antes da proliferação das modernas autoestradas europeias, Lúcio fazia ao volante, regularmente, os 2,5 mil quilômetros de asfalto que ligavam Paris a Lisboa.

Ao mesmo tempo em que participava do painel de arquitetos da Unesco, trabalhava em Portugal, em missão da Sociedade do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (o Iphan dos anos 1950). Pior ainda, Leleta estava morando com as duas filhas do casal na Suíça, onde a mais velha fazia um tratamento de saúde no cantão de Berna. Foi nesse período agitado, quando estava permanentemente em trânsito, que o Ministério da Educação encomendou a Lúcio Costa o projeto da Casa dos Estudantes Brasileiros na Cidade Universitária de Paris – a **Maison du Brésil**.

81 Naquela visita ao Brasil, Joséphine Baker tornou-se amiga de Tarsila do Amaral. Convidada pela pintora, Josephine passou alguns dias na fazenda de café da família Amaral, Santa Teresa do Alto, no município de Itupeva, em São Paulo.

82 Gustavo Capanema era bisneto do engenheiro Guilherme Schüch, o barão de Capanema, pensionista do imperador Pedro II, que você conheceu no capítulo 3.

83 Em 2007, o Hôtel Majestic foi vendido pelo Estado francês, por 460 milhões de euros, a um fundo de investimento do Catar.

Sede da Unesco, no 7º arrondissement.

A ideia era antiga. Desde a década de 1920, falava-se no Brasil em construir um pavilhão para os estudantes brasileiros que faziam especialização na Sorbonne (nome genérico da Universidade de Paris). Inaugurada em 1925, a Cidade Universitária fazia parte dos planos do governo francês de tornar Paris a capital mundial da intelectualidade acadêmica. Além do governo, contribuíram para a sua construção banqueiros e industriais, sendo o mais proeminente deles Émile Deutsch de la Meurthe, irmão de Henry, o magnata do petróleo que premiara Santos Dumont.

A Cidade Universitária precisava acolher milhares de estudantes estrangeiros, que colaborariam não só no desenvolvimento intelectual da França, mas também na consolidação da influência cultural francesa em seus países quando para lá retornassem. Mas nem tudo era em causa própria: idealizada após a Grande Guerra (1914-1918), a Cidade promoveria ainda o espírito de união entre os povos, através do intercâmbio cultural entre os estudantes das mais diversas nações. Até hoje faz parte dos estatutos da Cidade que cada casa coloque 30%

dos seus leitos à disposição de estudantes de outras nacionalidades, propiciando o convívio entre jovens de diferentes países.

Os brasileiros, contudo, não tinham casa própria. Aboletavam-se nas casas da Argentina, Espanha ou Portugal. Se estivessem lotadas, acabavam apelando para os hotéis sem estrelas de Paris. Lúcio Costa viu o drama de perto:

> Na estação do metrô em Paris, quando me dirigia à reitoria, percebi duas mocinhas de aparência modestíssima e inadequadamente agasalhadas para o tempo que fazia, falando o nosso português. Indaguei se moravam ali mesmo; elas disseram que não havia lugar, moravam num "hotel" – sabe-se lá como – e se foram na tarde fria em direção ao pavoroso edifício internacional, sem saber que eu levava comigo estes riscos destinados à casa delas.

O "pavoroso edifício internacional", inaugurado em 1936, alberga a administração da Cidade Universitária, tendo posição central no terreno. Sua construção foi paga pelo milionário americano John D. Rockfeller, que, como era de se esperar, impusera um compatriota como arquiteto. Para desespero dos colegas franceses, o americano decidiu projetar uma cópia reduzida do célebre Castelo de Fontainebleau. Como diriam os críticos da época, "um pastiche consciente de uma arquitetura morta", ou, simplesmente, a desastrada visão americana do que seria um castelo francês. Pura Disneylândia.

Mancadas arquitetônicas como essa incentivavam Lúcio Costa a mostrar o que o espírito inventivo brasileiro poderia fazer, apesar da inconveniência do terreno. Desde a sua fundação na década de 1920, a Cidade Universitária havia reservado para a Maison du Brésil um terreno em posição destacada, na alameda principal. Mas, como o governo brasileiro levou trinta anos para se decidir pela construção do prédio, a administração acabou cedendo o espaço para outros países, sobrando para o Brasil um cantinho escondido, lá no fim da rua. Pelo menos a vizinhança seria nobre, pois Le Corbusier chegara primeiro, e, em 1933, inaugurara-se, próxima à futura Maison du Brésil, a **Casa da Suíça (Fondation Suisse)**, um projeto em parceria com seu primo Pierre Jeanneret. Tombada em 1975, a casa dos suíços ilustra os primeiros anos da arquitetura modernista, apoiada sobre os cinco pilares corbusianos – um protótipo do que viria a ser a grande obra de Le Corbusier na França, a Cité Radieuse, um edifício de 340 apartamentos em Marselha.

Ao mesmo tempo que Corbu fazia seus experimentos, Adolf Hitler planejava construir na Cidade Universitária a Casa da Alemanha, uma espécie de Casa da Raça Ariana. Um trabalho que, certamente, seria confiado a Albert Speer, o arquiteto oficial do regime nazista, se a administração da Cidade não houvesse tergiversado até que os alemães abandonassem o projeto. Sem uma casa para a sua “raça”, Hitler não fez por menos: tomou a Cidade inteira. Enquanto a França se rendia, em 1940, e Paris era ocupada pelos nazistas, o Führer ordenou que os vinte edifícios da Cidade Universitária fossem utilizados como caserna e hospital militar.

Fondation Suisse, de 1933: um clássico da arquitetura de Le Corbusier.

Com a libertação de Paris pelos Aliados, em 1944, e o fim da guerra, a Cidade Universitária reabriu as suas portas com novo ânimo. Na década de 1950, doze novos pavilhões foram construídos, inclusive os da Itália e da Alemanha, agora livre de fascistas e nazistas. Cada prédio construído dava ao seu país a oportunidade de mostrar o que a arquitetura nacional fazia de melhor. A Maison du Brésil de Lúcio Costa, ou melhor, o anteprojeto elaborado por ele, previa acomodação para 103 estudantes, em 41 quartos para moças, cinquenta para rapazes e seis para casais. Seguindo os preceitos corbusianos, havia estrutura independente, pilotis, fachada envidraçada e terraço-jardim. Mas, ao apresentar seu trabalho ao Ministério da Educação, em 1953, Lúcio causou espanto: ele delegava ao escritório de Le Corbusier, em Paris, o total desenvolvimento do projeto. Retribuía, assim, a colaboração do franco-suíço no prédio do Ministério da Educação e Saúde, em 1936. A intenção era boa, mas a execução se tornaria um estorvo para o brasileiro.

No ano seguinte, 1954, uma tragédia abalaria a vida de Lúcio Costa para sempre. O arquiteto, que gostava de carros, dirigia um Hillman inglês, cuja alavanca de câmbio ficava atrás do volante. Numa tarde de chuva fina, Lúcio e Leleta subiam a serra de Petrópolis, rumo à casa de campo que mantinham em Correas. O Hillman derrapou numa curva, Lúcio perdeu a direção e o carro se chocou violentamente contra uma árvore. Leleta, apunhalada no peito pela alavanca do câmbio, morreu em seus braços. "A vida não tem piedade", dizia um cartão que Le Corbusier enviara à Leleta dois anos antes, ilustrado com o desenho de um punhal e uma estrela. Depois do acidente, Lúcio consideraria o cartão uma mensagem premonitória do amigo distante.

O DUELO DAS CARTAS

Ainda que Lúcio nunca tenha se perdoado pelo acidente, a vida seguia, como ele assim definia: "Quando tudo muda para você, a natureza é a mesma, e o mesmo sol se levanta sobre os seus dias." O projeto da Maison du Brésil o aguardava e, antes mesmo de começar a obra, os problemas já lhe batiam à porta. Temeroso que Le Corbusier se excedesse nas modificações, Lúcio advertia-lhe amigavelmente sobre o que o Brasil esperava daquele prédio:

> Trata-se de uma casa feita para Paris, sem dúvida, mas destinada ao governo brasileiro e a brasileiros, e, consequentemente, não deve ser concebida nem realizada de maneira a traduzir um espírito e uma intenção que se possa considerar como antibrasileiro ou antibrasileira. Gostamos das soluções claras e naturais, do que é simples e harmonioso, somos sensíveis à graça.

Entre linhas, Lúcio alertava a Le Corbusier que interferências do estilo brutalista, o concreto aparente que caracterizava sua obra nos últimos anos, não seriam bem-vindas. Depois de morder, soprou: pedia a Le Corbusier, pintor nas horas vagas, que doasse uma tela de sua autoria para a decoração do prédio quando ele estivesse pronto.

Le Corbusier respondeu com bom humor, mas aproveitou para dar uma espetada no amigo:

> O Brasil é pobre, mas eu o sou mais ainda. Não me comprometo por enquanto a fazê-lo [o quadro] gratuitamente. Não esqueça que não recebi um centavo pela construção do Ministério da Educação no Rio, e isso durante um período dramático de minha vida.

Se Le Corbusier foi pago ou não é discutível. Pois, como Lúcio Costa lembra: Corbu recebeu uma bolada, não pelo projeto do ministério, mas por palestras que fez na sua visita ao Rio – uma manobra criada pelo governo para pagá-lo, sem correr o risco do escândalo por estar contratando outro arquiteto estrangeiro.

Quanto ao espírito brasileiro que Lúcio defendia para a Maison du Brésil, Corbu argumentou que foi essa visão de arquitetura típica que "fez vibrar a sensibilidade nacional em cada país e que permitiu a construção da salada geral de edifícios da Cidade Universitária". E acrescentou: "Apesar dos gostos particulares de cada nação, o clima de Paris é imperativo, e meu edifício, que é destinado a durar, deve ser construído de maneira a durar." A duração, digamos, do concreto bruto e aparente. Mas Corbu ia além: desconfiava até dos ideais da própria Cidade Universitária, que propunha que o edifício de cada país permitisse ao estudante sentir-se em casa:

> Imagine, meu caro Lúcio, se você me tivesse hospedado no Rio num chalé [francês]? Os americanos em 1935 queriam me colocar, durante minha permanência em Nova York, no Instituto Francês. Respondi-lhes que vinha ver os americanos e aprender alguma coisa dos americanos... e alojei-me à americana.

Lúcio encerrou a discussão, insistindo que Le Corbusier não fizesse algo antibrasileiro, conhecendo o Brasil "suficientemente para saber o que isso queria dizer". Desenterrou mágoas passadas, lembrando o embaraçoso incidente do falso esboço do Ministério da Educação, mas, por fim, como um *gentleman*, fez um esclarecimento de se tirar o capacete:

> E se hoje, quase vinte anos depois [do ministério], ainda confio ao seu ateliê o assunto da Casa do Brasil na Cidade Universitária, é precisamente em vista desses antecedentes, e para que você se considere, de uma vez por todas, compensado no que diz respeito a nós: compensado do ponto de vista dos negócios, porque o que nós, arquitetos do mundo inteiro, devemos a você, não tem preço.

Em 1955, dois anos depois da entrega do anteprojeto de Lúcio Costa, o embaixador Paulo Carneiro instalou a pedra fundamental da

Maison du Brésil. Dentro dela, havia um tubo de metal contendo os atos e acordos assinados entre o governo brasileiro e a Cidade Universitária de Paris. Mas, se da prancheta à pedra fundamental dois anos se passaram, outros quatro ainda seriam necessários para que a Maison fosse finalmente inaugurada. Nesse meio-tempo, a administração da Cidade Universitária fez várias intervenções na obra, o que forçou Le Corbusier a introduzir novas modificações no anteprojeto de Lúcio Costa. Em consequência, por volta de 1958, o brasileiro já abria mão da autoria da Maison, referindo-se a ela como uma obra de Le Corbusier.

De certa forma, ele tinha razão. O atual bloco de cinco andares apoiado sobre pilotis reflete um compromisso entre o anteprojeto do brasileiro e o projeto executado pelo franco-suíço. Porém, como temera Lúcio, o estilo brutalista, com muito concreto aparente, predomina. A Maison du Brésil representa, assim, o diálogo entre dois momentos da arquitetura de Le Corbusier: o dos anos 1930, atualizado no anteprojeto de Lúcio Costa, estilo cuja leveza e transparência tão bem se adaptaram ao clima e à cultura brasileira, e o dos anos 1950, quando Le Corbusier lançou o brutalismo, com suas paredes de concreto aparentemente inacabadas e varandas em vez de fachadas envidraçadas.

ASCENSÃO, QUEDA E REASCENSÃO DA MAISON DU BRÉSIL

A Maison du Brésil na Cidade Universitária de Paris foi inaugurada com muita pompa no dia 24 de junho de 1959. Estavam presentes: Le Corbusier, os ministros da Educação do Brasil e da França, o ministro francês da Cultura, André Malraux, e a primeira-dama Sarah Kubitschek, a madrinha da casa. Lúcio Costa não compareceu, como também estaria ausente da inauguração de Brasília, um ano mais tarde. Dono de uma sensibilidade e inteligência fora do comum, Lúcio sempre fora avesso a bródios e badalações, sobretudo após a morte de Leleta. Seu comedimento prestava um desserviço à sua memória, na medida em que seu nome era relegado a segundo plano depois de uma vida dedicada à arquitetura brasileira. Se vivo estivesse, apesar de não reconhecer a autoria da Maison du Brésil,

dela, com certeza, teria orgulho. A casa dos brasileiros na Cidade Universitária de Paris assumiu vida própria e, depois de muita luta, coloca-se hoje entre as melhores casas da Cidade. Mas nada foi fácil.

O primeiro golpe aconteceu em 1964. Alegava-se, no Brasil, que os estudantes da casa se amotinaram depois do movimento militar de 31 de março. Um boato rapidamente desfeito pelo diretor, em carta à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – a Capes, principal mantenedora do prédio. Contudo, com o endurecimento do regime militar a partir de 1968, alguns refugiados políticos brasileiros hospedaram-se clandestinamente na Maison du Brésil, o que, do ponto de vista moral, lhe dá um crédito positivo, mas, na prática, colocou a existência da própria Casa em risco. Na visão dos militares, a Maison tornava-se um "valhacouto de comunistas".

Em 1971, no auge do governo Médici, veio o segundo golpe: o embaixador brasileiro em Paris, general Aurélio de Lira Tavares, modificou o estatuto da casa, então administrada por brasileiros apontados pelo Itamaraty. A Maison du Brésil, transformada em Fundação Franco-Brasileira, passava a ser administrada por acadêmicos franceses, apontados pela própria Cidade Universitária. Na medida em que, no início dos anos 1980, o cenário político no Brasil se desanuviava, a situação da Maison du Brésil se deteriorava. Nos estertores da ditadura militar, o Itamaraty cortou de 64 mil para dezessete mil dólares anuais sua contribuição para a manutenção do edifício. O corte orçamentário impedia, assim, a execução de reparos inadiáveis, quando as instalações do prédio já davam claros sinais de fadiga.

Não obstante o mau estado de conservação e a fama de precariedade e desconforto que a casa começava a ganhar entre os residentes da cidade, o anteprojeto de Lúcio Costa, desenvolvido por Le Corbusier, foi inscrito, em 1985, na lista de Monumentos Históricos da França, protegidos pelo Ministério da Cultura – o equivalente ao tombamento pelo Patrimônio Histórico Nacional no Brasil. Mas o prêmio não fazia mais do que proteger a casa da demolição, pois não havia verbas para uma grande reforma. O projeto de Le Corbusier, farto em concreto aparente, "destinado a durar", não durava: sem manutenção adequada, começava a mostrar suas

rachaduras. Com a porosidade do concreto, sem acabamento, as armações interiores entravam em contato com a umidade e se corroíam, rachando paredes, que caíam aos pedaços.

Nos meados da década de 1990, a gravidade da situação levou a prefeitura de Paris a interditar o auditório da Casa por razões de segurança. A própria direção, por sua vez, fechou o quinto andar do prédio, ameaçado por curto-circuito provocado por vazamentos que levavam água até o térreo. A casa de Lúcio Costa e Le Corbusier agonizava. Foi nessa época que os residentes enviaram um pedido de socorro ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que mantinha uma estreita relação com a França desde a década de 1960, quando, exilado, lecionara na Sorbonne. FHC reagiu, em fax para a Cidade Universitária:

> Minha preocupação essencial é encontrar uma solução de caráter permanente para a reforma e manutenção da Maison du Brésil, cuja importância para a cooperação cultural entre o Brasil e a França merece pleno reconhecimento. O senhor conhece o meu apreço, enquanto professor universitário e político, pelas questões relativas à nossa presença no quadro universitário da França, do qual eu tive a honra de participar e do qual eu sou particularmente orgulhoso. Esteja seguro que nós faremos os esforços necessários para que o Brasil continue a fornecer excelentes serviços a seus residentes e à Cidade Universitária.

O fax fez efeito, mas a situação iria piorar antes de melhorar, como testemunha a carta do ator e diretor de teatro Luís de Lima, publicada no *Jornal do Brasil*:

> O certo é que não é possível continuar jogando para o fundo da memória curta e complacente a visão horrível de um pavilhão assinado por Le Corbusier e Lúcio Costa, tornado dormitório sinistro, onde cada desamparado estudante residente corre todo dia o risco de ser eletrocutado no banheiro.

Quando o prédio já ameaçava ir a pique, em 1996, a administração da Cidade Universitária apontou a arquiteta brasileira Inez Machado Salim para a direção da casa. Pela primeira vez uma brasileira assumia o cargo desde que os franceses passaram a apontar o diretor. Pura malícia: se o barco ia a pique, que o fosse sob o comando de uma brasileira. Depois, a administração da Cidade encamparia o imóvel, defenestrando o governo brasileiro de uma vez por todas. Mas o que a Cidade Universitária não sabia era que nas veias de Inez Salim corria a poeira vermelha do Planalto Central. Criada em

Brasília desde os tempos em que a cidade não passava de um gigantesco canteiro de obras, Inez formou-se em arquitetura, com doutorado em Paris. A obra de Lúcio Costa fazia parte da sua história pessoal, e ela não permitiria que a Maison du Brésil fosse a pique, maculando o nome daquele que riscou seu projeto original. A situação, contudo, se agravava: andares interditados, vazamentos, infiltrações, instalação elétrica comprometida, calefação inoperante, paredes se despedaçando.

Inez não tinha tempo a perder: partiu para Brasília, levando na mala a experiência de quem fora assessora do ministro da Previdência Social, Antônio Britto, o que lhe garantia uma visão privilegiada do labirinto burocrático da Esplanada dos Ministérios. Foi à Capes para lembrá-los do estado de abandono no qual se encontrava o prédio, pelo qual eles seriam os maiores interessados. Principalmente se, através de um novo estatuto, o Itamaraty e a Cidade Universitária transferissem a responsabilidade pela casa para o Ministério da Educação. Depois, correu pela Esplanada, de quepe na mão, em busca dos sete milhões de dólares que seriam necessários para a reforma. Tarde demais. Com o arrastar das negociações, e por já oferecer risco a seus residentes, que por pouco não queimaram livros para se aquecer no inverno, a Cidade Universitária demitiu os funcionários da Maison du Brésil, fechando as suas portas no dia 30 de junho de 1997. Restou Inez, a capitã do navio, que não poderia abandoná-lo.

As negociações pela reforma e reabertura da casa, no entanto, continuaram. O Ministério da Educação aceitou pagar os custos da obra, desde que os estatutos fossem revistos, passando o controle total da casa para os brasileiros. O acordo assinado entre o ministério e a Cidade Universitária permitiu, ainda em 1997, o lançamento do edital para a reforma. Mas, como todo arquiteto sabe, reformar um imóvel tombado não é obra fácil. O legado de Lúcio Costa e Le Corbusier precisava ser respeitado em todos os seus pormenores. Criou-se um comitê de pilotagem composto por representantes da Fundação Le Corbusier, que zelariam pelo respeito à obra do arquiteto; pelo Patrimônio Histórico da França, que tombara o prédio; e por uma equipe de especialistas em recuperação de concreto aparente.

As obras começaram para valer em 1999. A restauração do concreto rendeu teses de mestrado e doutorado, além de destaque na imprensa especializada, tornando-se referência mundial na reforma do patrimônio arquitetônico moderno. Já em 2000 a Maison du Brésil reabria suas portas para os estudantes brasileiros, com prioridade para os pesquisadores da Capes, que assumia total responsabilidade pela manutenção do prédio.[84]

Inez Salim pendurou o quepe em janeiro de 2013, depois de dezessete anos de serviço dedicados à Maison du Brésil. Hoje, a casa dos brasileiros continua a se destacar no cenário da Cidade Universitária de Paris, não só por ser um monumento histórico que ainda oferece conforto e facilidades a seus residentes, mas também por se ter tornado um polo de atividades culturais, em parceria com a embaixada do Brasil. A Maison organiza exposições, seminários e aulas de português para estrangeiros; mantém uma videoteca pública com um acervo de centenas de filmes e documentários brasileiros; e ainda abriga a biblioteca da embaixada.

O legado de Le Corbusier e Lúcio Costa foi respeitado o tanto quanto possível. Perdeu-se o terraço-jardim, minado por infiltrações; o teto vermelho dos quartos, que tirava o sono de alguns estudantes mais sensíveis; e os móveis originais da designer Charlotte Perriand, substituídos por uma linha exclusiva desenhada por Hubert Rio e Claire Combeau. Em compensação, a administração abriu mão de um quarto, transformado em quarto-museu aberto à visitação, onde foram mantidos o teto vermelho e o mobiliário original.

Subtraindo o quarto-museu, a casa oferece 77 quartos individuais, com ducha, e 22 para casais, com cozinha e banheiro completos. O aluguel, previsto nas bolsas de estudo, varia de acordo com uma tabela progressiva, de 478 euros por mês por um quarto individual, com dezesseis metros quadrados, a 1.240 euros mensais por um quarto para casal, com 32 metros quadrados.[85] Dos 121 moradores da casa, 30% são estrangeiros. Ainda que entre os brasileiros quase todos sejam doutorandos da Universidade de Paris, as portas começaram a se abrir em 2012 para os graduandos do programa Ciência Sem Fronteiras. Uma geração que segue os passos dos grandes nomes que se hospedaram na Maison du Brésil: o pianista Arthur Moreira Lima, o ator Antônio Abujamra, o urbanista e político

Jaime Lerner, o fotógrafo Sebastião Salgado, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, os jornalistas Zuenir Ventura e Zózimo Barroso do Amaral, e o cineasta Joaquim Pedro de Andrade, que dá nome à videoteca da casa (filho de Rodrigo M. F. de Andrade, que apontou Lúcio Costa para a direção da Escola Nacional de Belas-Artes em 1931).

A Cidade Universitária conta hoje com quarenta edifícios, tendo mais dez em construção, nos mais variados estilos. Ao todo são 5,7 mil quartos e uma rotatividade anual de 10 mil pesquisadores, de 130 países. Os doutorandos franceses correspondem a 24% da população, enquanto os europeus perfazem 53%. Estudantes não europeus completam 23% dos moradores, sendo trezentos deles chineses, a segunda maior nacionalidade depois dos donos da casa. O Brasil está entre os melhores da classe: além dos cerca de noventa pesquisadores na Maison du Brésil, há pelo menos outros noventa residindo em casas de outros países. No Hall da Fama da Cidade Universitária deixaram seus retratos os escritores Jean Paul Sartre, Patrick Modiano, Paul Nizan e Julio Cortázar; o artista plástico catalão Antoni Tàpies e o prêmio Nobel da Física de 1992, o francês Georges Charpak.

Quando for à Cidade Universitária, não deixe de visitar outros prédios interessantes: a **Fundação Deutsch de la Meurthe**, primeiro prédio a ser construído, onde se hospedou Jean Paul Sartre; a **Maison Internationale**, o falso castelo que Lúcio Costa classificou de "pavoroso"; a **Casa da Espanha**, fechada pela ditadura Franco em 1968 e reaberta na década de 1980 em todo o seu esplendor; a curiosa **Casa do Japão**, hesitante entre o contemporâneo e o pastiche japonês; e a **Fundação Avicenne (antiga Casa do Irã)**, construída de cima para baixo. Sobretudo, não perca de vista a **Casa da Suíça (Fondation Suisse)**, de 1933, monumento histórico da França que, vizinho à Maison du Brésil, permite a comparação entre a arquitetura corbusiana dos anos 1930 e 1950.

Quanto ao destino dos personagens centrais deste capítulo, antes que você me pergunte, Lúcio Costa foi agraciado com a insígnia de Comendador da Legião de Honra da França na década de 1970, por serviços prestados à arquitetura mundial. Morreu aos 96 anos, no dia 13 de junho de 1998. Um dos seus últimos grandes projetos foi o

plano de urbanização da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Le Corbusier, por sua vez, seguiu semeando seu estilo brutalista pelo mundo afora, chegando a projetar edifícios em Tóquio, Berlim, Bagdá e, sobretudo, na Índia, onde construiu, entre os decênios de 1950 e 60, toda uma cidade – Chandigarh, a Brasília dos indianos. Morreu em 1965, aos 78 anos, tendo seu trabalho reconhecido com a insígnia de Grande Oficial da Legião de Honra da França e, mais tarde, a cara estampada na cédula de 10 francos na Suíça. A **Fundação Le Corbusier**, em Paris, trabalha hoje pela conservação, pesquisa e divulgação da sua obra.

Já a Vênus de Ébano, Josephine Baker, nacionalizou-se francesa e continuou a embasbacar homens e mulheres com seus requebros endiabrados. Tornou-se espiã dos Aliados na Segunda Guerra, ganhou a insígnia no grau de Cavaleiro da Legião de Honra das mãos do general de Gaulle, marchou em Washington ao lado de Martin Luther King e quase morreu na miséria. Foi salva por Grace Kelly, que a acolheu no Principado de Mônaco. Morreu em Paris, em 1975, aos 68 anos.

84 Segundo a atual direção, desde 2010 a CAPES deixou de honrar seus compromissos com a Maison du Brésil, que, em 2014, acumula uma dívida de 850 mil reais com a Cité Universitaire.

85 Valores de aluguel para o ano letivo 2012-2013.

Maison du Brésil .

COMO CHEGAR LÁ

CIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARIS
Boulevard Jourdan, 17
14° arrondissement
Horários: aberta todos os dias.
Entrada franca.
Exposição permanente sobre a história da Cité Universitaire: Espace L'Oblique, na Fondation Avicenne (antiga Casa do Irã): de terça-feira a domingo, das 14h às 18h15.
No primeiro e no terceiro domingo do mês, há visita guiada a três edifícios, partindo da Fondation Avicenne às 14h30.
Preços: adultos, € 10,00; estudantes, € 6,00.
Trem: linha RER B, estação Cité Universitaire.
Bonde: linha T3, parada Charléty.
www.ciup.fr

MAISON DU BRÉSIL
Boulevard Jourdan, 7 L
14° arrondissement
Horários: todos os dias, das 10h às 12h, e das 13h às 20h.
Ingresso: € 1,00.
Visitas guiadas para se ver todo o prédio, inclusive o quarto modelo de Le Corbusier, devem ser marcadas por telefone: 01 58 10 23 00.
Trem: linha RER B, Estação Cité Universitaire
Bonde: linha T3, parada Charléty.
www.maisondubresil.org

RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA COSTA
Atualmente Hotel Franklin Roosevelt
Rue Clément Marot, 18/1° andar
8° arrondissement
Metrô: linha 1, estação Franklin D. Roosevelt ou George V; linha 9, estação Alma-Marceau.

FOLIES BERGÈRE
Rue Richer, 32
9° arrondissement
Espetáculos variados. Consulte o website para saber sobre programação e preços.
Metrô: linha 7, estação Cadet; linha 8 ou 9, estação Grands Boulevards.
www.foliesbergere.com

MUSÉE DE CLUNY
Place Paul Painlevé, 6
5° arrondissement

Horários: de quarta a segunda-feira, das 9h15 às 17h45.
Ingresso: adultos, € 8,50; estudantes, € 6,50.
Entrada franca no primeiro domingo de cada mês.
Metrô: linha 4, estação Saint-Michel; linha 10, estação Cluny-La Sorbonne.
Trem: linha RER B ou C, estação Saint-Michel/Cluny-La Sorbonne.
www.musee-moyenage.fr

MUSÉE DU LOUVRE/PALAIS DU LOUVRE
1° arrondissement
Horários: de quarta a segunda-feira, das 9h às 18h. Às quartas e sextas-feiras, aberto até 21h45.
Ingresso: adultos, € 12,00. Grátis para menores de 18 anos.
Entrada franca no primeiro domingo de cada mês.
Metrô: linha 1 ou 7, estação Palais-Royal-Musée du Louvre.
www.louvre.fr

PRIMEIRA SEDE DA UNESCO
Hôtel Majestic
Avenue Kléber, 19
16° arrondissement
Metrô: linha 6, estação Kléber ; linha 1 ou 2, estação Charles de Gaulle-Étoile.
Trem: linha RER A, estação Charles de Gaulle-Étoile.

SEDE MUNDIAL DA UNESCO
Place de Fontenoy, 7
7° arrondissement
Metrô: linha 8, estação École Militaire; linha 10, estação Ségur; linha 13, estação Saint-François-Xavier; ou, ainda, linha 6, estação Cambronne.
www.unesco.org

HÔTEL AUSTIN'S
Rue d'Amsterdam, 26
8° e 9° arrondissements
Metrô: linha 3, 12, 13 ou 14, estação Saint-Lazare.
Trem: linha RER E, estação Haussmann-Saint-Lazare.
www.austinshotel.com

FUNDAÇÃO LE CORBUSIER (DOIS ENDEREÇOS A VISITAR)
Maison La Roche (casa modernista de 1923)

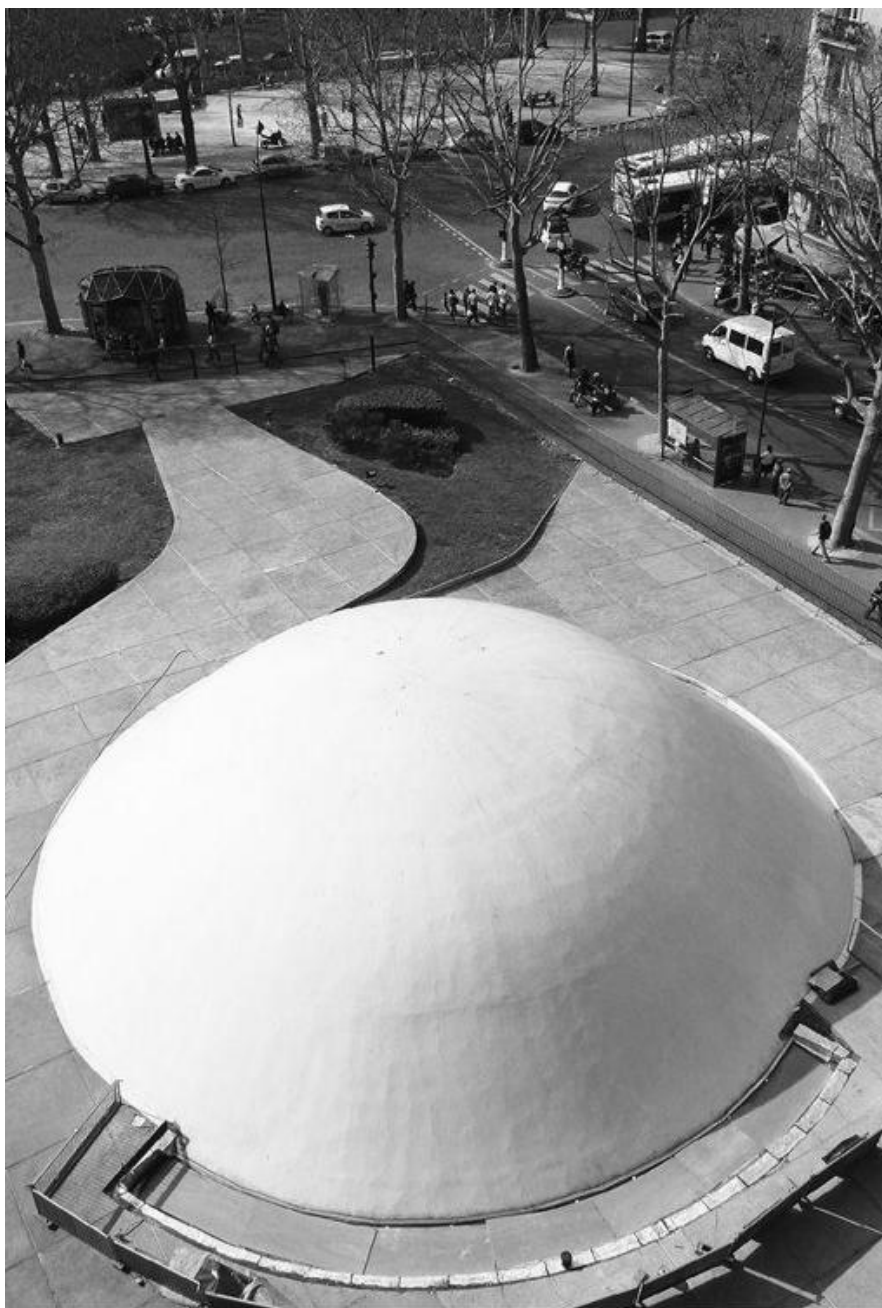
Square du Docteur Blanche, 10
16° arrondissement
Horários: de terça-feira a sábado, das 10h às 18h. Às segundas, só abre às 13h30. Visitas guiadas em francês, às quartas-feiras, das 14h às 15h. Em inglês, às terças-feiras, das 14h às 15h.
Ingresso: adultos, € 5,00; estudantes, € 3,00; gratuito para menores de 14 anos.
Metrô: linha 9, estação Jasmin ou Michel-Ange Auteuil; ou linha 10, estação Michel-Ange Auteuil.
www.fondationlecorbusier.fr
Apartamento/Ateliê de Le Corbusier
Rue Nungesser et Coli, 24

16° arrondissement
Horários: sábados, das 10h às 13h e das 13h30 às 17h.
Ingresso: preço único, € 3,00; gratuito para menores de 14 anos.
Tel.: 01 42 88 75 72 ou 01 46 03 32 90
e-mail: reservation@fondationlecorbusier.fr
Metrô: linha 9, estação Michel-Ange Molitor; ou linha 10, estação Porte d’Auteuil.
www.fondationlecorbusier.fr

Antiga sede do jornal *L'Humanité*.

O CAMARADA OSCAR NIEMEYER

Em Paris, qualquer pessoa circula satisfeita pela cidade. E, se for curiosa, se um dia a história da França a emocionou, com maior interesse ainda percorrerá Paris, onde o passado e o presente se misturam e se valorizam tão bem. E, nesse caso, além das atrações usuais, terá nos museus, nas exposições, nos espetáculos de arte, a distração que só a civilização e a cultura podem oferecer.

OSCAR NIEMEYER

Sede do Partido Comunista Francês.

O 19.º arrondissement não costuma estar na rota turística dos brasileiros que visitam Paris. Uma pena, pois, nessa região mais popular da cidade, você pode flanar pelo vibrante boulevard de la Villette, onde imigrantes chineses, árabes e judeus convivem em quase perfeita harmonia. Ao lado de um restaurante chinês, haverá uma livraria muçulmana, logo seguida por um armazém judeu de secos e molhados, onde se compra a rodo tudo aquilo que você come no Natal, e eles, o ano inteiro. No calçadão central, barbudos vestindo *djellabas* (aquele camisão dos árabes) e judeus portando solidéus transitam entre chinesas suspeitíssimas, de saias curtas e saltos altos. Mas, se nada disso lhe seduz, você vai se surpreender de verdade quando chegar ao fim (ou começo) do bulevar, na **place du Colonel-Fabien**. Ali, um edifício de formas inesperadas domina a paisagem. Tem-se aquela sensação de *déjà-vu* e, após alguns segundos de perplexidade, a ficha finalmente cai: Brasília!

Você está na lateral leste da praça, na esquina entre o boulevard de la Villette e a avenue Mathurin Moreau, onde uma imensa cúpula branca emerge do gramado em frente a um edifício sinuoso, com uma longa fachada de vidro fumê. O conjunto, cercado por altas grades, abriga a **sede do Partido Comunista Francês**, projetada pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer. Seu único edifício em Paris e, provavelmente, sua obra mais importante na França, país que o acolheu durante os anos de chumbo da ditadura militar no Brasil.[86]

Ironicamente, foi o golpe de 1964 que possibilitou, de forma indireta, que o Partido Comunista Francês construísse sua nova sede em Paris. Não uma sede qualquer, mas um edifício ímpar, com a assinatura Niemeyer, hoje tombado como Monumento Histórico da França.

86 Niemeyer projetou vários edifícios na França. Quatro deles estão na região metropolitana da capital. O da sede do Partido Comunista Francês é o único, no entanto, que está dentro do município de Paris.

Sede do Partido Comunista Francês: um pedaço de Brasília encravado em Paris.

Membro do Partido Comunista Brasileiro desde 1945, Niemeyer estava, por acaso, em Lisboa naquele desventurado 31 de março de 1964. Vítima de um medo mórbido de viajar em avião, o arquiteto passava por Portugal num roteiro rocambolesco entre o Brasil e a África. A Universidade de Gana encomendara-lhe um projeto, e Niemeyer enviara de antemão um assistente, que já estava em Acra, capital de Gana, coletando dados para os estudos preliminares. Ele, por sua vez, só chegaria semanas depois, de navio. Mas o transatlântico, que partira do Rio de Janeiro, não fizera escala nas Ilhas Canárias, onde o arquiteto pretendia fazer uma conexão para o continente africano. Acabara desembarcando na Europa e, sem ter muitos planos, aboletou-se em Paris durante um mês, enquanto seu assistente o esperava pacientemente na África.

Depois de muita negociação por telefone, concordaram que Niemeyer viajaria de trem de Paris para Lisboa, de onde embarcaria num voo relativamente mais curto para Acra. Mas a aventura acabou no hotel Victória, em Lisboa, onde o arquiteto escutou a notícia do

golpe de Estado no Brasil. Abalado, passou três dias em seu quarto de hotel, com o ouvido colado ao rádio, sem conseguir, entretanto, saber de mais detalhes. Preocupava-se com seus camaradas do Partido Comunista, e, sobretudo, com o amigo Juscelino Kubitschek.

Cancelada a viagem a Gana, Niemeyer partiu para Israel, onde se comprometera com cinco projetos, incluindo a nova Universidade de Haifa, único realmente a sair do papel. Apesar da preocupação constante com os acontecimentos políticos no Brasil, o arquiteto só conseguiria voltar ao país no final de 1964. No caminho, fez nova escala em Paris, onde encontrou Kubitschek, então senador cassado e autoexilado. Niemeyer e o ex-presidente conheciam-se havia mais de vinte anos, desde quando JK, ainda prefeito de Belo Horizonte, encomendara ao jovem Oscar o conjunto da Pampulha, que se tornaria o primeiro capítulo na saga da construção de Brasília. Agora, a história tomava rumos menos grandiosos, e mais sombrios. Num pequeno escritório alugado por JK na **avenue Paul Doumer**, número **39-Bis**, perto do Trocadero, Oscar ficou chocado com o abatimento do amigo: “Eu me lembro de como ele estava entristecido por aquela ociosidade forçada, que contrastava com o seu temperamento e a sua vida de trabalho contínuo. Senti-me mal ao vê-lo sentado naquele pequeno escritório, sofrendo por não poder terminar aquilo que ele havia planejado, e de não poder realizar tudo o que havia sonhado para o seu país”, conta Niemeyer, em sua primeira biografia.

À tristeza de ver Kubitschek tão amargurado se somaria o susto que Niemeyer tomou ao chegar ao Rio de Janeiro. Seu escritório de arquitetura e a sede da revista *Módulo*, dirigida por ele, foram invadidos e revirados pelos militares. Pior ainda, Niemeyer seria interrogado pela polícia a respeito de sua amizade com JK e sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro. Não era a primeira vez que o arquiteto se defrontava com os inquisidores de uma ditadura. Nem seria a última.

De volta às suas funções na Universidade de Brasília (UnB) e na Novacap, empresa pública encarregada de construir a nova capital, Niemeyer sentia a pressão aumentar na medida em que não escondia suas convicções marxistas e tampouco renegava sua amizade de longa data com Luís Carlos Prestes e outros tantos comunistas notórios. Na UnB, onde dirigia a Escola de Arquitetura, os ânimos continuaram a

se acirrar, até que, em 1965, o campus foi invadido pelos militares pela segunda vez, levando Niemeyer e mais 222 professores a pedir demissão coletiva em protesto, deixando a universidade sem metade do seu corpo docente.

Se Brasília aos poucos se fechava para seu arquiteto, Paris, por outro lado, abria-lhe todas as portas. No mesmo ano de 1965, o **Musée de Arts Décoratifs**, no Palácio do Louvre, organizou uma mostra da sua obra, contendo mais de cem projetos, fotos, maquetes e textos explicativos. Durante duas semanas, a exposição "Oscar Niemeyer, o arquiteto de Brasília" recebeu milhares de visitantes, entre eles, seus camaradas do Partido Comunista Francês e o ministro da Cultura francês, André Malraux, um gigante da intelectualidade francesa. "Oscar, tenho sua arquitetura no meu museu imaginário. Nele guardo tudo o que vi e amei neste mundo", declarava o ministro. Niemeyer era o arquiteto do momento, e Brasília, sua obra-prima, era exaltada até no cinema.

De certo modo, foi o galã Jean-Paul Belmondo quem, antes mesmo da mostra no Louvre, introduziu Brasília aos franceses. Em 1963, Belmondo e a equipe do diretor Philippe de Broca viajaram ao Brasil para rodar *O homem do Rio*, um filme de aventura, no qual o mocinho Adrien Dufourquet, personagem interpretado por Belmondo, passa a maior parte do tempo no encalço de vilões, tendo como cenário os mais importantes marcos arquitetônicos do Rio de Janeiro, incluindo o Palácio Gustavo Capanema, onde Niemeyer começara a sua carreira de arquiteto. Do Rio, Dufourquet segue em disparada pelo cerrado, cruza o Eixo Monumental de Brasília e pendura-se nos andaimes de um prédio em construção na Esplanada dos Ministérios. Tudo isso sem dublê, e num fôlego só. Na França, o filme bateu recordes de bilheteria, atraindo 5 milhões de espectadores; entre eles, o próprio Niemeyer, que, saudoso do Brasil, assistiu a *O homem do Rio* num cinema da avenue des Champs-Élysées, como relembra em seu livro *Meu sósia e eu*: "Quando o avião (do mocinho) sobrevoou os palácios da praça dos Três Poderes, o público, sem saber que eu ali estava, aplaudiu com entusiasmo. Foi o elogio mais espontâneo que recebi até hoje."

De volta ao Brasil em outubro de 1965, Niemeyer foi uma vez mais intimado a depor. Nos primeiros anos de incerteza da ditadura, o

arquiteto revelava-se um paradoxo constrangedor para os militares. Funcionário público da Novacap, Niemeyer não exercia um cargo eletivo, logo, não tinha do que ser cassado. Comunista de carteirinha, andava à vontade pelo país, declarando a quem quisesse ouvir sua amizade por Juscelino Kubitschek, Luís Carlos Prestes e toda uma lista de *personae non gratae* do regime militar. Ao mesmo tempo, sua colaboração com o governo era imprescindível, pois Brasília fora inaugurada, mas não estava pronta. Ainda havia muito a ser feito, inclusive a construção de um aeroporto cujo projeto preservasse a harmonia arquitetônica da cidade. Foi aí que o tempo fechou no Planalto Central.

Fosse para o pior ou para o melhor, não havia unanimidade entre os militares a respeito da obra de Niemeyer. Ao mesmo tempo que os generais lhe permitiam dar continuidade ao projeto do Quartel General do Exército em plena ditadura, a Aeronáutica o perseguia na novela do aeroporto de Brasília. Em 1966, o Ministério da Aeronáutica, responsável pela administração dos aeroportos, rejeitou seu projeto de aeroporto para a capital.

Na verdade, o projeto era uma segunda versão, pois, sabendo da intenção dos militares de construir o aeroporto, Niemeyer modificara e atualizara o projeto original que fizera para JK nos anos 1950. Sempre na vanguarda da arquitetura mundial, ele redesenhou um aeroporto circular, algo inédito até então.

Os brigadeiros, porém, não estavam interessados em novidades arquitetônicas, e muito menos na sensualidade das curvas do concreto armado, marca registrada da obra do arquiteto. Alegaram que o aeroporto seria uma área militar e que o projeto de Niemeyer era “inflacionário, mirabolante e caríssimo”. Depois de muito bafafá na imprensa e troca de hostilidades a portas fechadas, a Aeronáutica decretou: “Lugar de arquiteto comunista é em Moscou.” Assim, Brasília perdia um aeroporto revolucionário, enquanto Niemeyer agradecia a sugestão dos brigadeiros e, fechando sua prancheta, partia para a Europa. Mas, em vez de Moscou, ele, como você, preferia Paris. “Resolvi viajar para o exterior com as minhas mágoas e a minha arquitetura. Os que pretendiam me imobilizar deram-me, sem querer, a maior oportunidade de minha vida, levar para o Velho Mundo a minha arquitetura, fazê-la compreendida com suas formas

mais leves e inesperadas”, conta o arquiteto no seu livro de memórias *As curvas do tempo*.

O CAMARADA OSCAR

Informado da situação de Niemeyer, agora voluntariamente exilado em Paris, o amigo André Malraux conseguiu junto ao presidente Charles de Gaulle uma autorização especial para que o arquiteto pudesse exercer sua profissão na França. Mas a generosidade não parou aí: Niemeyer foi convidado a trabalhar em grandes projetos urbanísticos do governo, sendo contratado pelo Bureau d’Études et Recherches Urbanistiques. Ao mesmo tempo, o deputado e membro do Comitê Central do Partido Comunista Francês (PCF), Georges Gosnat, aprovava em assembleia do partido, em outubro de 1966, a construção da nova sede do PCF encomendada ao camarada Oscar Niemeyer.

Se os grandes projetos urbanísticos do governo francês, confiados a Niemeyer, não foram adiante por um motivo ou por outro, a sede do Partido Comunista Francês, por sua vez, se tornaria a sua grande obra em Paris. Nada poderia ser mais coerente na carreira do arquiteto, que não cobrou um tostão pelo projeto, trabalhando pela causa operária. Desde o nome da praça (Coronel Fabien, um herói comunista da Resistência Francesa) até o terreno onde seria erguida a nova sede, tudo naquele canto de Paris está impregnado da história da Esquerda francesa. O terreno de esquina, adquirido pelo partido, pertencera desde o início do século a organizações políticas e sindicais. Ali tombaram os últimos revoltosos da Comuna de Paris em 1871, e dali partiram os 9 mil voluntários franceses que, na década de 1930, se alistaram nas Brigadas Internacionais para lutar contra os nacionalistas do general Franco, na Guerra Civil Espanhola.

Apaixonado pela história da militância francesa, Niemeyer já havia lido as obras mais importantes de Malraux, começando por *A condição humana*; e agora lia os cinco calhamaços da *Grande história da Comuna de Paris*, editados por Robert Laffont. “Um testemunho que honra o povo francês e sua busca incessante da liberdade. A luta

do pobre contra o rico, luta milenar marcada de sangue, incompreensões e violência", registrava em sua biografia.

Agora Niemeyer tinha em mãos a oportunidade de honrar todo aquele passado de luta operária, com um edifício que conciliasse comunismo e modernidade. Do ponto de vista arquitetônico, porém, o desafio era ainda maior:

> Era outono, e uma luz dourada banhava a capital que se estendia aos nossos pés numa surpreendente unidade de volume e cor, conferindo aos pequenos imóveis um brilho particular. Foi então que eu me dei conta do problema enfrentado por nossos colegas franceses, obrigados a se adaptar à época, dotando Paris de imóveis modernos, tendo que, ao mesmo tempo, preservar o seu urbanismo e a sua arquitetura.

Para a sorte de Niemeyer, a prefeitura não apresentou grandes obstáculos à sua modernidade, fora a adequação ao gabarito da praça e um recuo de 20 metros no terreno para possibilitar um futuro alargamento do boulevard de la Villette, que nunca foi realizado – segundo os atuais dirigentes do PCF, essa redução do terreno não passou de picuinha da prefeitura de Paris sob um governo reacionário.

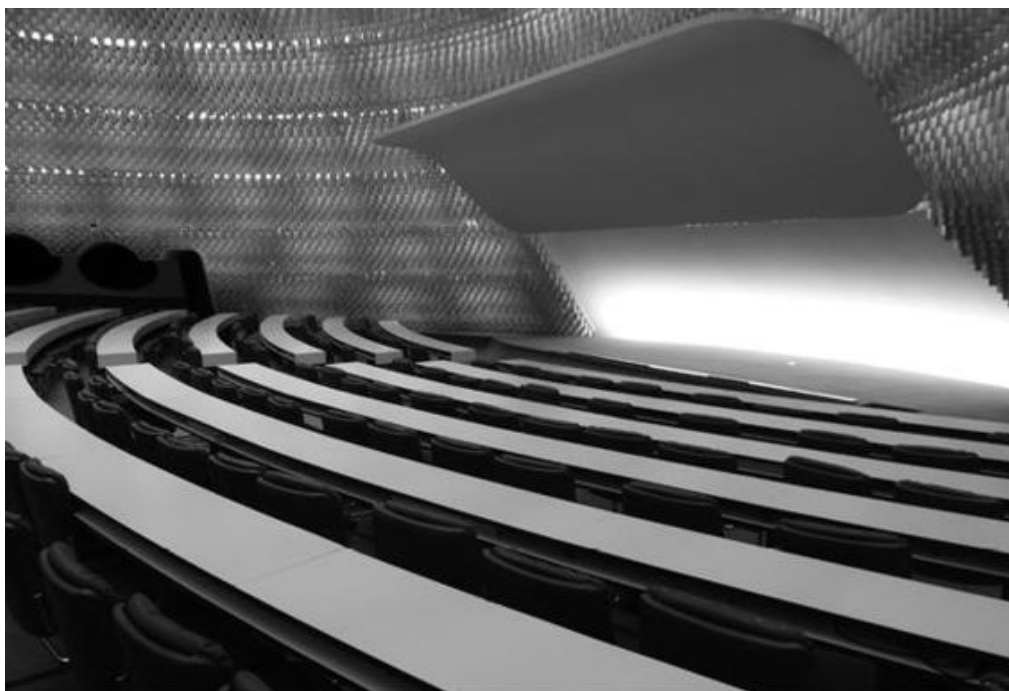
Com carta branca para soltar a imaginação, desde que levasse em conta o apertado orçamento de um partido comunista, Niemeyer projetou um edifício de fachada sinuosa, de seis andares, com 90 metros de comprimento e 27 de altura. Abraçando a place du Colonel-Fabien, o edifício, recuado, esconde a lateral cega do prédio vizinho, ao mesmo tempo que proporciona espaço e leveza à praça. Nas palavras do autor, "comecei esse projeto com a localização do bloco principal em função do terreno e dos acessos que justificam a curva adotada. Depois, o grande Salão da Classe Operária, que preferi no subsolo, permitindo que a cúpula projetada não ocupasse demasiadamente o terreno. Era o jogo, ou melhor, a relação entre volumes e espaços livres, tantas vezes esquecida, que eu respeitava. O resto são as divisões internas removíveis e as esquadrias belíssimas que meu amigo Jean Prouvé desenhou".[87]

Jean Prouvé, arquiteto e serralheiro, desenhou a cortina de vidro fumê que cobre o edifício de ponta a ponta. Mas não foi o único a colaborar com Oscar Niemeyer na sede do Partido Comunista. Assistiam-no o brasileiro José Luís Pinho, o francês Jean-Maur Lyonnet e o medalhão da arquitetura contemporânea francesa Paul

Chémétov. Se este não morria de amores por Niemeyer, seu sócio, Jean DeRoche, se declarava fã incondicional, mostrando-se grande admirador do Conjunto Arquitetônico da Pampulha.

Ciumeiras à parte, Niemeyer e seus camaradas projetaram um dos mais belos edifícios modernos de Paris, um êxito reconhecido até mesmo pela direita francesa: “Lembro-me do dia em que o presidente Georges Pompidou convidou para almoçar todos os arquitetos que faziam parte do júri para o concurso do Centro Pompidou. Quando alguém comentou à mesa sobre a sede do PCF, Pompidou, sem esconder sua posição de direita, teve de concordar: ‘Foi a única coisa boa que os comunistas fizeram’”, conta Niemeyer.

Se, da place du Colonel-Fabien, você já está impressionado com o edifício, mais ainda ficará quando estiver dentro dele. Ignore a grade que o cerca, pois não faz parte do projeto original; entre pelo portão da avenue Mathurin Moreau e suba a rampa em direção à escada, quase escondida, que leva à recepção no subsolo. Lá embaixo, dê uma olhada ao redor e preste atenção ao mobiliário – tudo original, tudo desenhado por Niemeyer. Nesse andar, protegido como uma casamata (eram os tempos da Guerra Fria), estão as oito salas de reunião e a pérola do projeto, o plenário do Comitê Central do Partido Comunista, que Niemeyer chama de grande Salão da Classe Operária, uma versão reduzida do plenário do Senado Federal em Brasília.

87 Neste link você pode assistir à reportagem que a TV francesa fez em 1971 com Oscar Niemeyer. Em pleno canteiro de obras, ele desenha o edifício para o repórter, explicando suas soluções arquitetônicas: http://www.ina.fr/video/CAF94060709.

O grande Salão da Classe Operária: da utopia comunista ao universo da moda.

Inaugurada em 1971, a sede do partido esperou nove anos pela construção do plenário e sua cúpula de concreto, por falta de verbas. Mas valeu a espera. Passando pelas portas automáticas, como se estivesse entrando num disco voador, você percebe os finos detalhes do acabamento, como milhares de lâminas de alumínio que, instaladas na abóbada do teto, difundem a luz artificial. Assim, luzes que não fazem sombra, paredes que não reverberam o som, nada foi deixado ao acaso. E nada foi modificado depois da aprovação final de Niemeyer.

Ou melhor, quase nada. Inaugurado o prédio, o arquiteto foi procurado pelo ex-secretário-geral do Partido Comunista Jacques Duclos, que lhe pedia um singelo favor: havia anos ele trabalhava numa mesa antiga, testemunha de momentos históricos do partido. Agora, humildemente, Duclos pedia ao arquiteto brasileiro permissão para colocar a velha mesa na nova sede, ao invés de usar o mobiliário novo desenhado pelo próprio Niemeyer. Um exemplo de respeito absoluto pela obra do artista, sempre lembrado pelo arquiteto, que

tantas vezes se sentiu ultrajado nas modificações posteriormente feitas em seus projetos.

Mas se o respeito quase religioso à obra do artista impediu que o Partido Comunista Francês fizesse qualquer modificação no edifício desde sua inauguração, não se pode dizer o mesmo da utilidade que lhe tem sido dada. A abertura do grandioso plenário sob a cúpula de concreto marcou a conclusão das obras e, ironicamente, o início da decadência política do PCF nas eleições de 1981. Hoje tombado como monumento histórico, a sede do partido recebe recursos do Ministério da Cultura, insuficientes, contudo, para cobrir sua manutenção especializada, e cara.

Com problemas de caixa, agravados pela derrocada da União Soviética, o Partidão francês acabou abrindo seus espaços para atividades, digamos, menos engajadas. Em outubro de 2000, o edifício, com seu design interior futurista dos anos 1960, abria suas portas automáticas para o mundo da moda. Primeiro, um desfile da grife Prada, da empresária e ex-membro do Partido Comunista Italiano Miuccia Prada. Mais tarde, para um desfile do estilista nova-iorquino Thom Browne, e outro do belga Dries Van Noten. Depois, a rendição final: os dois primeiros andares do prédio foram alugados para empresas privadas na área de arquitetura e produção audiovisual (aqui se produziu o desenho animado *O gato do rabino*, que estreou no Brasil em agosto de 2012).

O partido ainda embolsa mais uns trocados com o aluguel do plenário do Comitê Central para conferências e filmagens cinematográficas, o que garante entrada franca para os 15 mil visitantes que o prédio recebe anualmente. Entre eles, chefes de Estado, como François Mitterrand, Fidel Castro e Nelson Mandela, além de celebridades, como a cantora Björk e a atriz francesa Marion Cotillard, que posou, em 2012, para uma campanha da luxuosa Dior no grande Salão da Classe Operária.

Na década de 1960, porém, a classe operária não usava black-tie, e muito menos Dior. Usava paralelepípedo contra a polícia na batalha campal do Quartier Latin. Era o Maio de 68, tempos nebulosos na França, sobretudo em Paris, onde estudantes da Sorbonne e operários uniram-se em gigantescas manifestações anticapitalistas, antiguerras, anti-De Gaulle, anti-quase-tudo. Niemeyer, no entanto, mantinha-se à

margem dos acontecimentos. Seja porque se sentia estrangeiro às questões políticas francesas ou, possivelmente, porque escutava os conselhos dos seus camaradas do Partido Comunista Francês – que já lhe haviam sugerido que recusasse convites de Jean Paul Sartre.

Vez por outra, o filósofo existencialista exagerava no seu elã irreverente, comparecendo a festas completamente nu. Tentando imaginar a cena, entende-se por que Niemeyer acatou prontamente a sugestão dos seus camaradas. Além de ignorar os arroubos de Sartre, o PCF apresentava objeções ao movimento estudantil. Enquanto os estudantes tomavam a iniciativa, convidando a classe operária a participar dos protestos, o Partidão francês hesitava, esperando a orientação de Moscou. Os soviéticos, a quem, veladamente, não interessava a queda de Charles de Gaulle, orientavam os comunistas franceses a condenar o movimento estudantil. "Esses falsos revolucionários devem energicamente ser desmascarados, pois, objetivamente, eles servem aos interesses do poder gaullista e dos monopólios capitalistas", bradava o camarada Georges Marchais, do PCF, acatando as ordens de Moscou e censurando o movimento que fazia chover paralelepípedos pelas ruas da cidade.

Já na horta de Oscar choviam encomendas. Se, por um lado, o arquiteto suportava suas agruras com o regimento militar, perdendo projetos em casa, como o aeroporto e o estádio de futebol de Brasília, por outro, assinava contratos para obras faraônicas na Europa e na Argélia, recém-independente da França. O grande volume de trabalho levou Niemeyer a abrir seu próprio escritório em Paris, a **Société d'Études pour les Projets d'Architecture d'Oscar Niemeyer**, no número 90 da avenue des Champs-Élysées, a uma quadra de onde morara Alberto Santos Dumont. No fim dos anos 1960, o imóvel onde Niemeyer alugou a sala tornava-se conhecido como o prédio da Pan Am, que hoje hospeda uma megaloja da H&M desenhada por Jean Nouvel, um dos grandes arquitetos franceses da atualidade.

Foi nesse escritório da Champs-Élysées que o engenheiro francês Jacques Tricot, colaborador e amigo de Niemeyer desde a construção da sede do PCF, testemunhou um dos raros momentos de ira do arquiteto. Niemeyer fora convidado pelo presidente da Renault, Pierre Dreyfus, a desenhar a nova sede mundial da empresa em Boulogne-Billancourt, nos arredores de Paris. "Era um projeto muito

importante para mim", explica Niemeyer. "Desenhei um edifício cercado por jardins e pequenos espelhos d'águas, para lembrar que a natureza existe e que a arquitetura não pode esquecê-la." Não obstante a visão ecológica do projeto, avançada para a época, a fábrica de automóveis acabou por preteri-lo em favor, segundo Tricot, do projeto de um arquiteto francês, por acaso, genro do presidente da Renault. Insatisfeito com a recusa, Niemeyer pediu ao concorrente que comparecesse ao seu escritório na Champs-Élysées, para que juntos pudessem analisar o novo projeto. Jacques Tricot estava na sala quando Niemeyer desenrolou as folhas de papel vegetal, balançou a cabeça e disse para o concorrente: "Isso aqui não é arquitetura. Isso é uma bosta!" E a partir daí teria desancado o colega com os mais tenebrosos impropérios, chegando a pôr em dúvida a reputação da mãe do rapaz. Indignado, o francês enrolou seus papéis, enfiou seus tubos debaixo do braço e saiu batendo os pés. Cinco minutos depois, voltou. Niemeyer foi atendê-lo à porta. Com dedo em riste, o jovem esbravejou: "O senhor pode ser um grande arquiteto, mas a minha mãe é uma santa!"

Projetos que nunca saem do papel fazem parte da carreira de todo arquiteto. Se o projeto de Niemeyer para a sede da Renault não engrenou, dezenas de outras obras pelo mundo mantinham seu escritório ocupado durante a fase em que trabalhou na Champs-Élysées. Contudo, entre uma viagem e outra, de preferência nos navios italianos da Linea C, Niemeyer sempre encontrava tempo para atender a seus camaradas do Partido Comunista Francês. Radiantes com a sede da place du Colonel-Fabien, agora lhe encomendavam um novo prédio para a **Bolsa Departamental do Trabalho**, uma espécie de sede-geral dos sindicatos, em Bobigny, subúrbio de Paris.

O projeto da bolsa foi apresentado em 1972. Mas, atendendo às exigências arquitetônicas e urbanísticas da prefeitura, os trabalhos só começaram quatro anos mais tarde, sendo o edifício inaugurado no dia 2 de maio de 1978. Primo ideológico da sede do Partido Comunista, o edifício da Bolsa Departamental do Trabalho repete, numa escala menor, alguns elementos básicos do primeiro prédio. Há fachada envidraçada cobrindo a estrutura independente, apoiada em pilotis, com quatro andares de planta livre abrigando cem escritórios modulares. Na frente do edifício, em vez da cúpula do plenário, uma

concha de concreto, cobrindo o auditório para seiscentas pessoas no subsolo.

O prédio principal, infelizmente, tem sido bastante descaracterizado. O térreo vazado, que permitia a passagem de pedestres, foi fechado com a construção de novas salas. Na entrada, onde havia uma esplanada de concreto, há agora jardins para afastar os adolescentes que andavam de skate sobre a concha do auditório. Uma parte, porém, foi salva: protegido como monumento histórico desde 2007, o auditório e seu vestíbulo mantêm as paredes pintadas em azul, verde e amarelo (!), previstas no projeto original de Niemeyer, saudoso do Brasil.

Já na década de 1980, enquanto Leonel Brizola semeava educação construindo centenas de Cieps projetados por Niemeyer no estado do Rio de Janeiro, um projeto audacioso confirmaria a genialidade do brasileiro em terras francesas. O PCF encomendou-lhe a nova sede do tradicional jornal comunista L'Humanité, no subúrbio de Saint-Denis, ao norte de Paris. Problema: o prédio deveria ser construído ao lado da Basilique de Saint-Denis, um dos mais importantes edifícios góticos da França, necrópole da monarquia francesa, aquela que você conheceu com D. Pedro II, acompanhado pelo arquiteto Viollet-le-Duc. Niemeyer não titubeou. Apresentou um projeto condizente ao contexto histórico do bairro. A maquete, contudo, foi criticada. Os camaradas alegaram que a sede do jornal parecia um Ciep.

Aproveitando a festa de 80 anos de Niemeyer, uma comissão do partido foi ao Rio pedir ao aniversariante que modificasse o projeto. Niemeyer voltou à prancheta e reapresentou um edifício de quatro andares, em forma de Y levemente curvado, agora com fachada de vidro fumê, refletindo os detalhes góticos da igreja ao lado. Resultado da equação: virou um triunfo arquitetônico brasileiro, tombado em 2007 como Monumento Histórico da França, fazendo pose ao lado dos 1.500 anos de história da Basilique de Saint-Denis.

Pena que os apuros financeiros do Partido Comunista não tenham poupado o jornal *L'Humanité*, que acabou vendendo a nova sede em 2010. Outra vez a ironia batia à porta: a espetacular obra do arquiteto comunista foi comprada pelo governo de direita de Nicolas Sarkozy, por 12 milhões de euros – uma bagatela para um edifício com a grife Niemeyer nos arredores de Paris. O governo, porém, ainda não

encontrou uma utilidade para o conjunto, que, durante a produção deste livro, permanecia fechado. Mas não se desmotive: você pode ir a Saint-Denis de metrô, pois o prédio merece ser visto, próximo à milenar basílica.

Bolsa Departamental do Trabalho, em Bobigny.

CHEZ OSCAR

Em quase duas décadas de trabalho na Europa, Niemeyer morou em pelo menos quatro endereços em Paris. Na casa do amigo Hugo Gouthier, passou o primeiro mês da sua temporada de exílio voluntário na França. Conhecido de Niemeyer desde a chegada de Le Corbusier ao Rio de Janeiro no Zeppelin, Gouthier fora embaixador do Brasil em Roma, o primeiro diplomata em serviço a ter seus direitos políticos cassados pelo golpe de 1964. O embaixador deixara seu posto às pressas, vendendo parte da sua coleção pessoal de quadros para comprar um apartamento no número **10** do **boulevard Suchet.** Ali se hospedou Niemeyer, perto do Bois de Boulogne, a poucos metros de onde está hoje instalada, por casualidade, a Fundação Le Corbusier.

Mais tarde, sentindo que sua carreira internacional iria deslanchar, Niemeyer tratou de alugar um apartamento na **rue Lauriston**, próximo ao pequeno escritório onde ele havia visitado JK em 1964. Pena que, na memória coletiva da França, a rue Lauriston tenha menos a ver com o arquiteto brasileiro do que com a Carlingue, também chamada de Gestapo francesa. Era no infame número 93 daquela rua que os comunistas franceses, membros da Resistência, eram interrogados e torturados por seus compatriotas colaboradores da ocupação nazista entre 1940 e 1944. Razão suficiente, ainda que jamais comprovada, para que Niemeyer tivesse logo se mudado para uma área menos lúgubre: **rue François Premier**, número **53-Bis**, um prédio moderno a 200 metros do seu escritório na Champs-Élysées, "com seu calçadão, suas vitrines e cafés, suas lindas mulheres" que inspiravam Niemeyer.

Mas esse encantamento pela avenida mais badalada de Paris não seria eterno. Se, por um lado, o apartamento da François Premier permitia-lhe ir a pé ao trabalho, por outro, apresentava a desvantagem de estar muito próximo às hordas de turistas que sobem e descem a Champs-Élysées em qualquer época do ano. Trocando a balbúrdia turística pela agitação boêmia, Niemeyer mudou-se para o **boulevard Raspail**, onde tudo acontecia entre Saint-Germain e Montparnasse, no circuito frequentado, na década de 1920, pela Geração Perdida de Gertrude Stein. Vizinho do lendário restaurante **La Coupole**, o brasileiro dividiu sua mesa com a nata da intelectualidade francesa da época. Se Jean-Paul Sartre já conhecera e elogiara a obra do mestre em Brasília, foi no La Coupole que Niemeyer abriu boas garrafas de Bordeaux com os escritores Jean Genet e Louis Aragon, além de intelectuais menos idealistas, como Raymond Aron. O filósofo, crítico ferrenho do stalinismo e arquirrival de Sartre, simpatizara-se com Niemeyer, oferecendo-se como padrinho da sua candidatura ao Collège de France. Chegaram a jantar juntos, mas Niemeyer abandonou o projeto, pois igualava o Collège de France à Academia Brasileira de Letras – um desfile de veleidades intelectuais que pouco interesse demonstravam "pelos grandes problemas políticos que revoltam a humanidade".

Antiga sede do jornal comunista *L'Humanité*, no subúrbio de Saint-Denis.

Os grandes problemas políticos do Brasil, por outro lado, eram frequentemente discutidos na casa de Niemeyer, fosse ela no 6.º, 8.º ou 16.º arrondissement de Paris. Professores, artistas e intelectuais brasileiros, todos na lista negra do regime militar, reuniam-se *chez* Oscar para discutir os destinos do Brasil. Num desses encontros do chamado Grupo de 64, Niemeyer conheceu Miguel Arraes, então governador exilado de Pernambuco. Arraes propunha-lhe o cargo de "secretário da revolução" que pretendia deflagrar no Brasil, garantindo ter armas e 6 mil homens a postos em Pernambuco. Niemeyer fez cara de paisagem, e Arraes nunca mais tocou no assunto.

O arquiteto preferia os argumentos mais pacíficos e sofisticados de Renato Guimarães e Luís Carlos Prestes, nos quais surgia a sementinha do Cebrade, o Centro Brasil Democrático, um movimento intelectual de reflexão e ação política pelo fim da ditadura, que acabaria por engajar nomes da pesada como Chico Buarque, Ferreira Gullar e Betinho. Já no Brasil, o Cebrade organizou o show de MPB

no Primeiro de Maio de 1981, que levou 20 mil pessoas ao Riocentro, no Rio de Janeiro, onde militares da linha dura planejaram um atentado com bomba. O artefato, no entanto, explodiu antes da hora, no colo dos seus perpetradores. O fiasco dos arapongas marcava o começo do fim para a linha dura do regime militar.

Se a longa noite da ditadura agonizava, os serões na casa de Oscar, por outro lado, nem sempre terminavam em complôs revolucionários ou reflexões políticas. Havia noites de puro carteado, pândega e gozação mútua, com muitos risos e saudades do Brasil. Destas reuniões, participava o físico Ubirajara Brito, professor exilado da Universidade de Brasília, que, trabalhando num laboratório em Paris, tinha acesso a mostras do solo lunar, vindas da Nasa. Niemeyer, um ávido leitor de livros científicos, tanto insistiu que Brito acabou cedendo. Arriscou sua carreira levando uma amostra de rocha lunar até o apartamento do amigo. Oscar ficou maravilhado. O arquiteto brasileiro que conquistara o mundo, finalmente tocava a Lua.

Assim como não há uma data exata para o início do autoexílio de Niemeyer em Paris, cujo estopim fora o conflito entre o arquiteto e o Ministério da Aeronáutica, tampouco se pode datar com precisão sua volta ao Brasil. Niemeyer simplesmente "foi voltando", à medida que o país se redemocratizava. No início dos anos 1980, já desfilava pelo Rio de Janeiro em grande estilo. Projetou a Passarela do Samba (o Sambódromo) a pedido de Leonel Brizola, o primeiro governador do Rio eleito no período pós-ditadura. Melhor ainda: Niemeyer entregou-se de corpo e alma ao projeto dos Centros Integrados de Educação Pública, os Cieps, o sonho de Darcy Riberio, então secretário de Educação, inspirado pelo seu mentor Anísio Teixeira (aquele mesmo que contratou Villa-Lobos em 1932). Com quinhentas unidades construídas em todo o estado, os Cieps são, ainda hoje, o maior legado de Oscar Niemeyer para o povo do Rio de Janeiro.

UMA MULHER, UMA FLOR, SOLIDARIEDADE

Em 2005, os franceses celebraram, com muita fanfarra, o ano do Brasil na França. Niemeyer, visitado em Copacabana pelo prefeito de Paris, agradeceu a homenagem dos franceses com a doação de uma

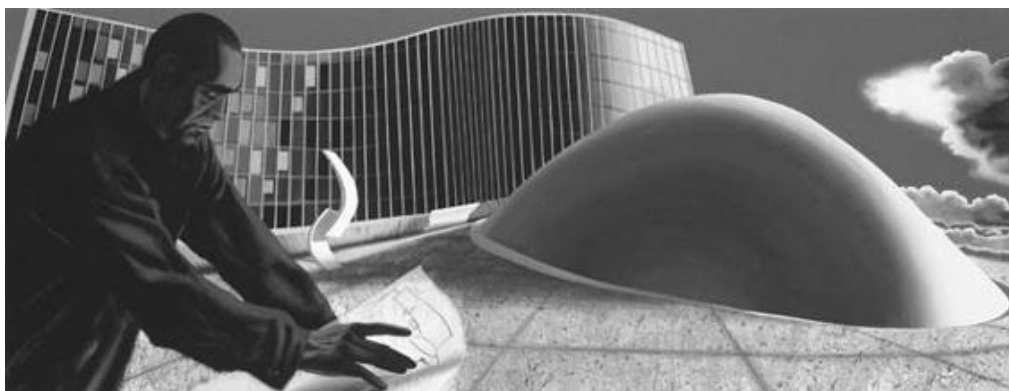
escultura à cidade. Inaugurada em 2007, o ano em que Niemeyer comemorava o seu centésimo aniversário, a escultura foi instalada no **Parc de Bercy**, perto da Cinemateca Francesa e da ponte Simone de Beauvoir, escritora e companheira de Jean-Paul Sartre que Niemeyer conhecera pessoalmente. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o arquiteto assim definia a escultura, uma armação metálica de 6 metros de altura por 11 de comprimento, chamada *Uma mulher, uma flor, solidariedade*: “Ela é menos uma escultura e mais um desenho no espaço. É uma nova forma de apresentar meu conhecimento de escultura. Não é um trabalho figurativo, mas ele lembra a forma de uma flor e de uma mulher.” E a solidariedade? – perguntou o repórter. “Ah, isso é uma sinalização de que o mundo pode ser melhor, mais simples, quando houver ajuda de um ao outro, que são as únicas coisas que podem dar dignidade ao ser humano”, explicou Niemeyer.

Ainda no ano do seu centenário, Niemeyer foi homenageado pelo Partido Comunista Francês com a exposição *Três traços de Oscar*. Apresentando 28 telas do pintor Jacques Benoit, fanático pelas criações do arquiteto brasileiro, a exposição fazia uma retrospectiva das obras mais significativas de Niemeyer em Paris: as sedes do Partido Comunista e do jornal *L’Humanité*, e a Bolsa Departamental do Trabalho de Bobigny.

Na segunda metade do século XX, ninguém fez mais pela imagem do Brasil na França do que Oscar Niemeyer. Depois de D. Pedro II, Santos Dumont e Villa-Lobos, era a vez de o arquiteto representar o Brasil criativo, irreverente e inovador, ao mesmo tempo, pródigo e competente. Morto no dia 5 de dezembro de 2012, poucos dias antes de completar 105 anos, Niemeyer teve uma vida e uma carreira tão produtivas quanto longevas. Foi o arquiteto mais requisitado de todos os tempos, tendo mais de quatrocentos projetos espalhados pelo mundo, de paradas de ônibus a cidades inteiras, passando por palácios e catedrais.

Se a cidade de Paris não toma emprestado seu nome para ruas e praças, como fez com Santos Dumont, não se deve ao descaso público, mas, sim, à trivial falta de espaço – mesmo Le Corbusier ficou de fora dos logradouros parisienses. Como consolo, ao brasileiro couberam logradouros na região metropolitana de Paris: a **place Oscar Niemeyer**, em Villejuif, um reduto do Partido

Comunista, e uma rua em Rungis, onde **Oscar Niemeyer** faz esquina com **Le Corbusier**.

Único arquiteto na história francesa a ter, ainda em vida, sua obra tombada como monumento histórico, Niemeyer nunca se deixou levar pela vaidade fútil dos prêmios e homenagens. Nunca esqueceu o Brasil, e tampouco a cruzada do povo brasileiro em busca de dias melhores e mais justos. E se alguém tão somente sugerisse uma crítica ao povo brasileiro, Niemeyer era o primeiro a defendê-lo, em qualquer ocasião:

PCF – Place Colonel Fabien: Oscar Niemeyer e a sede do Partido Comunista Francês, tela da série *Trois Traces d'Oscar* do pintor francês Jacques Benoit.

Como é fácil para nós, brasileiros, invadir o mundo da imaginação e da fantasia! Nosso passado é modesto e tudo nos permite realizar. Como deve ser difícil para vocês realizarem coisa nova, a circularem a vida inteira entre monumentos! Nossa tarefa é outra: criar hoje o passado de amanhã.

COMO CHEGAR LÁ

SEDE DO PARTIDO COMUNISTA FRANCÊS
Place du Colonel-Fabien, 2

19° arrondissement
Horários:
Recepção aberta à visitação de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Mas, para ver o prédio em detalhes, inclusive o famoso plenário do Comitê Central do PCF, deve-se marcar uma visita guiada. Não se intimide: eles adoram brasileiros!
Metrô: linha 2, estação Colonel Fabien.
Tel.: 01 40 40 12 12
www.pcf.fr

ANTIGO ESCRITÓRIO DE JUSCELINO KUBITSCHEK
Avenue Paul Doumer, número 39-Bis
16° arrondissement
Metrô: linha 6, estação Passy; ou linha 9, estação Trocadero.

MUSÉE DES ARTS DÉCORATIFS
Rue de Rivoli, 107
1° arrondissement
Horários: de terça-feira a domingo, das 11h às 18h (última entrada às 17h30).
Ingresso: € 9,50. Grátis para menores de 18 anos.
Metrô: linha 1, estação Tuileries ou Palais-Royal-Musée-du-Louvre; linha 7, estação Pyramides ou Palais-Royal-Musée-du-Louvre; ou, ainda, linha 14, estação Pyramides.
www.lesartsdecoratifs.fr

ANTIGO ESCRITÓRIO DE ARQUITETURA DE OSCAR NIEMEYER
Avenue des Champs-Élysées, 90
8° arrondissement
Metrô: linha 1, estação George V.

BOLSA DEPARTAMENTAL DO TRABALHO DE BOBIGNY
Place de La Libération/Avenue Jean Jaurès, 1
Bobigny
Horários:
Recepção aberta à visitação de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Para ver o auditório verde e amarelo, porém, deve-se solicitar uma visita guiada à prefeitura do Seine-Saint-Denis. Veja contatos na home-page.
Metrô: linha 5, estação terminal Bobigny-Pablo Picasso.
Bonde: linha T1, estação La Ferme ou Hôtel de Ville de Bobigny.
www.seine-saint-denis.fr

ANTIGA SEDE DO JORNAL *L'HUMANITÉ*

O prédio está fechado, mas vale a pena vê-lo por fora, próximo à milenar Basilique de Saint-Denis.
Rue Jean-Jaurès, 32
Saint-Denis
Metrô: linha 13, estação Basilique de Saint-Denis.

APARTAMENTO DO EMBAIXADOR EXILADO HUGO GOUTHIER
Boulevard Suchet, número 10
16° arrondissement
Metrô: linha 9, estação La Muette.

APARTAMENTO DA RUE LAURISTON (NÚMERO IGNORADO)
16° arrondissement
Metrô: linha 1, estação Charles de Gaulle-Étoile; linha 2, estação Victor Hugo; ou, ainda, linha 6, estação Boissière ou Kléber.

APARTAMENTO DA RUE FRANÇOIS PREMIER (OU FRANÇOIS 1ER), NÚMERO 53-BIS
8° arrondissement
Metrô: linha 1, estação George V.

APARTAMENTO DO BOULEVARD RASPAIL (NÚMERO IGNORADO)
O bulevar cruza os 6°, 7° e 14° arrondissements
Metrô: linha 4, estação Raspail ou Vavin; linha 6, estação Raspail; ou, ainda, linha 12, estação Rennes ou Notre-Dames-des-Champs

RESTAURANTE LA COUPOLE
Boulevard du Montparnasse, 102
14° arrondissement
Horários: todos os dias, das 8h30 da manhã até meia-noite.
Menu do dia a partir de € 28,50
Metrô: linha 4, estação Vavin.
www.lacoupole-paris.com

ESCULTURA UMA MULHER, UMA FLOR, SOLIDARIEDADE**, OBRA DE OSCAR NIEMEYER**
Parc de Bercy, Quai de Bercy
12° arrondissement
Entre a Cinemateca Francesa e a ponte Simone de Beauvoir.
Metrô: linha 6 ou 14, Estação Bercy.

PLACE OSCAR NIEMEYER
Villejuif
Metrô: linha 7, estação Villejuif-Léo Lagrange.

RUE OSCAR NIEMEYER
Rungis
Trem: linha RER C, estação Rungis-
La Fraternelle.

Bibliografia

CAPÍTULO 1: D. *PEDRÔ*: O MONARCA CONSTITUCIONAL

Sobre D. Pedro I e a família imperial

DALBIAN, Denyse. *D. Pedro:* Empereur du Brésil, Roi de Portugal (1798-1834). Paris: Librairie Plon, 1959.

GOMES, Laurentino. *1822*: *Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil* – um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*: *um herói sem nenhum caráter.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

OBERACKER Júnior, Carlos H. *A imperatriz Leopoldina*: *sua vida e sua época*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1973.

PASCUAL, A. D. de. *Rasgos memoráveis do senhor D. Pedro I, imperador do Brasil, Excelso Duque de Bragança.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

SILVA, Paulo Napoleão N.B. Nogueira da. *Pedro I*: *o português brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2003.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1960.

Temas gerais

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

GOMES, Laurentino. *1808*: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

MOURRE, Michel. *Dictionnaire Encyclopedique d'Histoire*. Paris: Bordas, 1978.

PELLERIN, Agnès; LIMA, Anne; CASTRO, Xavier de. *Les Portugais à Paris au fil des siècles & des arrondissements*. Paris: Chandeigne, 2009.

Report of the Commission appointed to conduct the arrangements for the Expeditions to Portugal (...) and the Operations of the Financial Agent to the Portuguese Government. London: Whittaker & Co. 18935.

SANTOS, Eugênio dos. *Reis de Portugal*: D. Pedro IV. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos do Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

VASCONCELLOS, Barão de; VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne (Suíça): Imprimerie La Concorde, 1918.

VIGIER, Philippe. *La Monarchie de Juillet*. Coleção: Que sais-je?. Paris: Presse Universitaire de France, 1976.

Periódicos (consultados na Bibliothèque Nationale de France, em Paris)

Coleção de 1831 de:
La Caricature
Le Commerce
Le Courier Français

L'Echo Français
Le Fureteur
La Gazette
Le Globe
Le Journal des Débats
Mercure de France
La Mode
Le Moniteur Universel
Le National
La Quotidienne
Le Temps

Internet

Anuário: Século XIX, Ano de 1831. Lisboa: Centro de Estudos do Pensamento Político, Conselho Científico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: www.iscsp.utl.pt.

FRANCHETTI, Paulo. *Nitheroy, Revista Brasiliense*. São Paulo: Brasiliana USP. Disponível em: www.brasiliana.usp.br/node/440.

LUSTOSA, Isabel. Paris é uma festa. Há 180 anos, Pedro I abdicava para ir à farra (e a forra) na Europa. *Folha de S. Paulo*: São Paulo, 17 de abril de 2011. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il1704201104.htm.

LUSTOSA, Isabel: O *séjour* de D. Pedro I em Paris e a imprensa francesa: familiaridade e exotismo. *Revista História*: volume 31, no. 2, Franca, Julho/Dez. 2012.Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742012000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=en.

PACHECO, Alberto José Vieira. D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal. *Dicionário Biográfico Caravelas, Núcleo de Estudos da História da Música Luso-Brasileira*: Lisboa, Novembro de 2012. Disponível em: www.caravelas.com.pt/D_Pedro_I_Brasil_IV_Portugal_novembro_2012.pdf.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA FRANÇA. Disponível em: www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, vol. I e II, 1999. Disponível em: www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1027.

CAPÍTULO 2: OS POSITIVISTAS E A CAPELA DA HUMANIDADE

ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. *Le Positivisme Politique et Religieux au Brésil.* Turnhout: Brepols Publishers, 2010.

GADY, Alexandre. *Le Marais*: Guide historique et architectural. Paris: Le Passage, 2002.

MORAES, Marcos Antonio de (Org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2000.

MENDES, Raimundo Teixeira. *Uma vizita aos lugares santos do Pozitivismo*. Rio de Janeiro: Apostolado Pozitivista do Brazil, 1899.

______. *Inauguration de la Chapelle de l'Humanité: Paroles prononcées à cette occasion*. Rio de Janeiro: Apostolado Pozitivista do Brazil, 1905.

______. *A Igreja e o Apostolado Pozitivista do Brazil*: *seu passado, seu porvir, seu presente na hora da transformação de Miguel Lemos.* Rio de Janeiro: Apostolado Pozitivista do Brazil, 1917.

______. *Clotilde de Vaux (née Marie), terna e imaculada inspiradora de Auguste Comte*: *centenário do nascimento: 3 de abril de 1815-3 de abril de 1915.* Rio de Janeiro: Apostolado Pozitivista do Brazil, 1919.

WARTELLE, Jean-Claude. *L'héritage d'Auguste Comte: Histoire de « l'église positiviste » (1849-1946)*, Paris: L'Harmattan, 2001.

WOLFF, Maurice. *Le Roman de Clotilde de Vaux et Auguste Comte*. Paris: Perrin et Cie, 1929.

Periódicos

BASTIDE, Paul Arbousse. Sur le positivisme politique et religieux au Brésil. *Romantisme*: *Revue du Dix-Neuvième Siècle*, Paris, número 23, Aspects d'une modernité, 1979, pp. 79-97.

DE FARIA, Antônio Carlos. Decadente, Igreja Positivista faz 120 anos. *Folha de S. Paulo,* São Paulo, 13 de maio de 2001, Editoria de Religião.

Internet

IGREJA POSITIVISTA DO BRASIL. Disponível em: www.igrejapositivistabrasil.org.br. Acesso em maio de 2012.

MAISON D'AUGUSTE COMTE. Disponível em: www.augustecomte.org. Acesso em maio de 2012.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA FRANÇA. Disponível em: www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine

ROUBO DA TELA DE DÉCIO VILLARES. Disponível em: www.g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/08/tela-com-o-desenho-da-brandeira-do-brasil-e-roubada-de-igreja-no-rio.html

Audiovisual

Le drapeau brésilien & Auguste Comte. Direção: Alain Tyr. Roteiro: Alain Tyr e Francis Gendron. Produção: Evasion Vidéo, TVM e R-Prod. Paris, outubro de 2006. DVD (90 minutos): PAL, som em francês, sem legendas.

CAPÍTULO 3: D. PEDRO II: O MONARCA ACIDENTAL

Sobre D. Pedro II e a família imperial

BESOUCHET, Lídia. *Exílio e morte do imperador*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*: *perfis brasileiros.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DALBIAN, Denyse. *D. Pedro*: Empereur du Brésil, Roi de Portugal (1798-1834). Paris: Librairie Plon, 1959.

GOMES, Laurentino. *1822*: *Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*: *um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II* (1825-1891). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

MENDES, Raimundo Teixeira. *Manifeste des Républicains Brésiliens a l'occasion des honneurs fúnebres rendus à l'ex-empereur Dom Pedro II*. Paris: Apostolado Positivista, janeiro de 1892.

PEDRO II, dom. *Diários do Imperador* (1887-1891), Acervo do Museu Imperial, Petrópolis, RJ, Brasil.

PRIORE, Mary del. *Condessa de Barral*: *a paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

PRIORE, Mary del. *O Castelo de Papel*: *uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

RAEDERS, Georges. *Pedro II e os sábios franceses*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 1944.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUBLIN, Jean. *Je suis l'empereur du Brésil*. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1960.

SOUZA, Rosane. *A gênese de um processo tradutório*: *as mil e uma noites* de *D. Pedro II*. 2010. 136 f. Dissertação (mestrado em Estudos da Tradução) – programa de pós-graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

Temas gerais

BARMAN, Roderick J. Brazilians in France, 1822-1872: Doubly Outsiders in FEY, In: *Strange Pilgrimages: Exile, Travel, and National Identity in Latin America, 1800d1990s*. Washington DC: Rowman & Littlefield, 2000.

BOGOUSSLAVSKY, J. and DIEGUEZ, S. (Ed). *Literary Medicine: Brain Disease and Doctors in Novels, Theatre, and Film*. Frontiers of Neurology and Neuroscience. Vol. 31. Basel: S. Karger AG, 2013.

BROWN-SÉQUARD,C.E. On a New Therapeutic Method Consisting in the Use of Organic Liquids Extracted from Glands and Other Organs. Londres, *British Medical Journal*, 10 junho de 1893, páginas 1212-4.

EUGÉNE, Eric. *Wagner and Gobineau*, Paris: Le Cherche Midi, 2002.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

FEYDEAU, Georges. Texto da peça *Tout à Brown-Séquard*. Disponível em: digital.library.ucsf.edu/items/show/957

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP : FAPESP, 2001.

FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista. Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004

MEILHAC, Henri et HALÉVY, Ludovic. Libreto da ópera bufa *La Vie Parisienne: Le Brésilien*. Composição de Jacques Offenbach. Disponível em: www.boosey.com/downloads/VieParisienne_frz.pdf

MOURRE, Michel. *Dictionnaire Encyclopedique d'Histoire*. Paris: Bordas, 1978.

RICOU, Philippe; LEROUX-HUGON, Véronique; POIRIER, Jacques. *La Bibliothèque Charcot à la Salpêtrière*. Paris: Éditions Pradel, 1993.

SCHLICH, Thomas. *The Origins of Organ Transplantation, Surgery and Laboratory Science, 1880-1930*. Rochester: University of Rochester Press, 2010.

SKIDMORE, Thomas. *Black into White*: Race and Nationality in Brazilian Thought. Durham: Duke University Press, 1993.

TAUNAY, Affonso de E. *Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

VASCONCELLOS, Barão de; VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne (Suíça): Imprimerie La Concorde, 1918.

Periódicos

Almanak Laemmert (Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Província do Rio de Janeiro). 1844-1889.

Funérailles de l'empereur du Brésil. *Le Petit Journal*, Paris, 2.º ano, número 57, 26 de dezembro de 1891.

SANTOS, Nádia Paraense dos. Pedro II: sábio e mecenas, e sua relação com a química. Rio de Janeiro, *Revista da SBHC*, vol. 2, número 1, páginas 54-64, janeiro-junho, 2004.

Internet (biografias)

ARAÚJO, JOÃO GOMES DE (compositor e pensionista do imperador).
Disponível em: www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoaoGAra.htm
BARRAL, CONDESSA DE (amiga íntima de D. Pedro II). Disponível em: http://borgesdebarros.blogspot.fr/2007/09/condessa-de-barral.html
BARROS, MARIA EUGÊNIA MONTEIRO DE (mulher de Alberto Faria)
Disponível em: gw.geneanet.org/pierfit?lang=fr&p=maria+eugenia&n=monteiro+de+barros
DENIS, FERDINAND (brasilianista). Disponível em: bndigital.bn.br/francebr/ferdinand_denis_port.htm
CHEVREUL, MICHEL EUGÈNE (químico). Disponível em: herve.delboy.perso.sfr.fr/Chevreul.html
FARIA, ALBERTO DA ROCHA (filho do conde de Nioac). Disponível em: www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=249745
ESTRELA, MARIA AUGUSTA GENEROSO (pensionista do imperador). Disponível em: www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/91/BIOGRAFIA-MARIA-AUGUSTA-GENEROSO-ESTRELA.pdf
GUILLAUME, EUGÉNE (escultor do busto de D. Pedro II). Disponível em: www.academie-francaise.fr/les-immortels/eugene-guillaume?fauteuil=21&election=26-05-1898
NÉRI, FREDERICO JOSÉ DE SANTANA (escritor e intelectual brasileiro). Disponível em: www.akademie-brasil-europa.org/Materiais-abe-84.htm
MASCART, ÉLEUTHÈRE (físico). Disponível em: www.annales.org/archives/x/mascart.html
PASTEUR, LOUIS (químico). Disponível em: www.pasteur.fr/ip/easysite/pasteur/fr/institut-pasteur/histoire/biographie-de-louis-pasteur
PRADO, EDUARDO (escritor e intelectual brasileiro). Disponível em: www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=483&sid=356
RISTORI, ADELAIDE (atriz italiana). Disponível em: www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/cena-intima

Internet (temas e lugares):

BASILIQUE NOTRE-DAME DES VICTOIRES. Disponível em: www.notredamedesvictoires.com
BASILIQUE DU SACRÉ-CŒUR-DE-MONTMARTRE.
Disponível em: www.sacre-coeur-montmartre.com/fr/basilique.html
BASILIQUE SAINTE-CLOTILDE. Disponível em: sainte-clotilde.com
BASILIQUE DE SAINT-DENIS. Disponível em: www.monuments-nationaux.fr/fichier/m_docvisite/247/docvisite_fichier_13A.basilique.saint.denis.F.pdf
BIBLIOTHÈQUE CHARCOT.
Disponível em: www.jubil.upmc.fr/fr/bibliotheques_medecine/bib_charcot/historique_charcot.html
BIBLIOTHÈQUE SAINTE-GEVIÈVE. Disponível em:
www-bsg.univ-paris1.fr/mieux-connaitre-la-bsg/histoire-chronologie-2/histoire-chronologie
CAFÉ BRASILEIRO.
Disponível em: www.sapc.embrapa.br/index.php/ultimas-noticias/um-terco-do-cafe-consumido-no-mundo-e-produzido-no-brasil
CAMINHO DE SANTIAGO DE COMPOSTELA NA FRANÇA.
Disponível em: whc.unesco.org/fr/list/868/multiple=1&unique_number=1019
CASA GRANADO. Disponível em: www.granado.com.br/Historia
CASTELO DE CHAMBORD. Disponível em: wwwchambord.org
CASTELO DE CHANTILLY. Disponível em: www.domainedechantilly.com/domaine-de-chantilly/histoire
DINASTIA DOS ORLÉANS. Disponível em: www.sport-histoire.fr/Histoire/Maison_Orléans.php
ÉGLISE SAINT-AUGUSTIN. Disponível em: www.saintaugustin.net/

ÉGLISE SAINT-EUSTACHE. Disponível em: www.saint-eustache.org/

ÉGLISE SAINT-GERMAIN L'AUXERROIS. Disponível em: www.saintgermainauxerrois.cef.fr/index.php/un-peu-d-histoire/histoire

ÉGLISE SAINT-ROCH. Disponível em: www.saintrochparis.cef.fr

ÉGLISE DE LA SAINTE TRINITÉ. Disponível em: latriniteparis.com/-Visite-de-l-eglise-.html

ÉGLISE SAINT-SULPICE. Disponível em: www.paroisse-saint-sulpice-paris.org

EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE COMPIÈGNE em 1877.

Disponível em: www.histoire-compiegne.com/imageProvider.asp?private_resource=11139&fn=35-27.pdf

FEBRE AMARELA. Disponível em:

bvsms.saude.gov.br/bvs/febreamarela/historico.php

www.cives.ufrj.br/informacao/fam/fam-iv.html

www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1490&sid=9

www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2892770/

GRAHAM BELL E D. PEDRO II. Disponível em: iecom.dee.ufcg.edu.br/~museudofuturo/modules/mastop_publish/?tac=31

www.mc.gov.br/acoes-e-programas/redes-digitais-da-cidadania/44-historia-das-comunicacoes/22463-historia-da-telefonia

GRIPE RUSSA, pandemia de 1889-1890. Disponível em: www.cidrap.umn.edu/cidrap/content/influenza/panflu/biofacts/panflu_hx.html

HISTÓRIA DAS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS

www.expo2000.de/expo2000/geschichte/detail.php?wa_id=8&lang=1&s_typ=5

www.culture.gouv.fr/culture/actualites/celebrations2000/paris.htm

www.expositions-universelles.fr/1900-exposition-universelle-Paris.html

HÔTEL DE ÉSEÉRVOIRS, em Versalhes. Disponível em:

madamedepompadour.com/_fra_pomp/galleria/design/architt/reserv.htm

INSTITUT PASTEUR. Disponível em: www.pasteur.fr/ip/easysite/pasteur/fr/institut-pasteur/histoire/l-histoire-de-l-institut

INVERNO DE 1889-1890 EM PARIS. Disponível em: la.climatologie.free.fr/intemperies/tableau5.htm

JARDIN D'ACCLIMATATION. Disponível em: www.jardindacclimatation.fr/histoire/

JARDIN DES PLANTES. Disponível em: www.jardindesplantes.net/un-jardin-botanique/un-jardin-botanique

JARDIM ZOOLÓGICO DE PARIS. Disponível em: parczoologiquedeparis.fr/

LAVAGEM DA MADALENA. Disponível em: www.lavagedelamadeleine.fr/home.html

MUSÉE DES ÉGOUTS DE PARIS.

Disponível em: www.paris.fr/pratique/musees-expos/musee-des-egouts/p9691

MUSEU IMPERIAL. Disponível em: www.museuimperial.gov.br

OBELISCO DA PLACE DE LA CONCORDE. Disponível em: www.egyptos.net/egyptos/pharaon/grand-voyage-obelisque-de-la-place-de-la-concorde.php

ÓPERA GARNIER. Disponível em: www.operadeparis.fr/L_Opera/Palais_Garnier/PalaisGarnier.php

PARC DES BUTTES-CHAUMONT. Disponível em: butteschaumont.free.fr

equipement.paris.fr/parc-des-buttes-chaumont-1757

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA FRANÇA. Disponível em: www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine

PÊNDULO DE FOUCAULT. Disponível em: www.lexpress.fr/actualite/sciences/le-pendule-de-foucault-perd-la-boule_888228.html

LE PETIT JOURNAL. Disponível em: cent.ans.free.fr/historique.htm

RESIDÊNCIA DE JEAN-MARTIN CHARCOT (HÔTEL DE VARENGEVILLE). Disponível em: http://parisisinvisible.blogspot.fr/2009/04/desperately-seeking-charcot-3.html

RESTAURANTE LE GRAND VÉFOUR. Disponível em: www.grand-vefour.com/legrandvefour/lhistoire.html

RONALDO E CICARELLI: Castelo francês é pano de fundo para casamento de Ronaldo e Cicarelli. São Paulo: UOL Esporte, 10 de fevereiro de 2005. Disponível em:

http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas/2005/02/10/ult59u91090.jhtm.

SAINTE-CHAPELLE. Disponível em: www.villeneuve-archeveque.com/pdf/la_couronne_epine.pdf

SÂNSCRITO, LÍNGUA INDIANA. Disponível em:

http://censusindia.gov.in/Census_Data_2001/Census_Data_Online/Language/Statement5.htm

TORRE EIFFEL, protesto dos artistas. Disponível em: http://ml.hss.cmu.edu/courses/mjwest/french_graduate_reading/Eiffel.htm

Entrevista

BERRUT, Gérard. Proprietário do hotel Bedford, entrevistado pelo autor em 29 de outubro de 2013, em Paris.

CAPÍTULO 4: ALBERTO SANTOS DUMONT: *LE PETIT SANTÔS*

Sobre Santos Dumont

BÉNICHOU, Michel. *La Demoiselle et la Mort*. Clichy: Éditions Larivière, 2006.

DRUMOND, Cosme Degenar. *Alberto Santos Dumont: Novas revelações*. São Paulo: Editora de Cultura, 2009.

FONSECA, Manoel José Gondin da. *Santos Dumont*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

HOFFMAN, Paul. *Wings of madness, Alberto Santos Dumont and the invention off light.* London: Fourth Estate, 2003.

JORGE, Fernando. *As lutas, a glória e o martírio de Santos Dumont*. São Paulo: Geração Editorial, 2007.

MEDEIROS, Alexandre. *Santos Dumont e a física do cotidiano*. São Paulo: LF Editorial, 2006.

NAPOLEÃO, Aluizio. *Santos Dumont and the conquest of the air*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1988.

SANTOS-DUMONT, Alberto. *Os meus balões*. Guanabara: Editora da Biblioteca do Exército, 1973.

SANTOS-DUMONT, Alberto. *O que eu vi. O que nós veremos*. São Paulo: Editora Hedra, 2000.

VEADO, Wilson. *Santos Dumont: o menino de Cabangu em Paris.* São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1973.

VILLARES, Henrique Dumont. *Santos Dumont: le père de l'aviation.* São Paulo: [s. n.], 1956.

WYKEHAM, Peter. *Santos Dumont, a study in obsession*. London: Putnam, 1962.

Temais gerais

BARMAN, Roderick J. *Princess Isabel of Brazil: Gender and Power in the Nineteenth Century.* Página 229.

CARELLI, Mario. *Culturas Cruzadas: Intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas, SP: Papirus Editora, 1994. Páginas: 194.

MARC, Jacques. *Comment l'homme quitta la Terre*. Paris: L'Harmattan, 2012.

MAUDUIT, Jean. Maxim's, *L'histoire d'un rêve*. Paris: Éditions du Rocher, 2011.

TAUNAY, Affonso de E. *Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

Periódicos

Aerial Navigation. *Appletons' annual cyclopædia and register of important events of the year*. New York, N.Y.: D. Appleton & Co., 1903. Página 7.

AIMÉ, Emmanuel. Portraits d'Aéronautes Contemporains: Alberto Santos Dumont. *L'Aérophile*: Paris, 9.º ano, número 4, páginas 69-86, abril, 1901.

AIMÉ, Emmanuel. Le Santos Dumont No 5. *L'Aérophile*: Paris, 9.º ano, número 8, agosto, 1901, páginas 181-212.

ANCELLE, Paul. Le nouveau ballon dirigeable de M. Santos Dumont. *L'Aérophile*: Paris, 7.º ano, número 12, dezembro, 1899, página 145.

BESANÇON, Georges. Expériences du ballon dirigeable de M. Santos Dumont. *L'Aérophile*: Paris, 6.º ano, números 9 e 10, setembro-outubro, 1898, páginas 122-127.

BESANÇON, Georges; BLANCHET, G. La Catastrophe du *Pax*. *L'Aérophile*: Paris, 10.º ano, número 5, maio, 1902, páginas 97-113.

BORTOLOTI, Marcelo. História: O voo sem volta do inventor. *Veja*: São Paulo, Número 2040, 26 de dezembro de 2007.

CANALLE, João Batista Garcia; VISONI, Rodrigo Moura. O sistema de navegação aérea de Júlio Cézar Ribeiro de Souza. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, vol. 32, nº 2 São Paulo, Abril/Junho de 2010.

Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172010000200014

Carta Parisiense: Anniversário da Republica Brazileira em Paris. Jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 190, página 2. Hemeroteca Digital Brasileira, disponível em: memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=178691_03&PagFis=3526

A catástrophe do hydro-avião "Santos Dumont". Em pleno voo o aparelho precipita-se para o mar, arrastando para a morte quatorze passageiros. São Paulo: *Folha da Manhã*, 4 de dezembro de 1928. Primeira página.

CLÉRY, A. Nouveau Triomphe de Santos Dumont. *L'Aérophile*: Paris, 14.º ano, número 12, dezembro, 1906. Páginas: 291-295.

DEGOUL, Marius. L'Aéroplane Santos Dumont. *L'Aérophile*: Paris, 14.º ano, número 7, julho, 1906. Páginas: 167-169.

DE MASFRAND, A. Le Progrès de l'Aviation. L'essor de Santos Dumont. *L'Aérophile*: Paris, 14.º ano, número 9, setembro, 1906. Páginas: 211-214.

DE ROSTAING LISBOA, Carlos. Aéronave Brazil, Invention brevetée, *L'Aérophile*: Paris, 10.º ano, número 1, janeiro, 1902.

DABRY, Jean. Santos Dumont, le "père de l'aviation". *Pionniers: Revue Aéronautique Trimestrielle des Vieilles Tiges*. Paris: 3.º ano, número 11, 15 de janeiro de 1967. Páginas: 24-26.

DOLLFUS, Charles. La vie aéronautique de Santos Dumont. *Pionniers: Revue Aéronautique Trimestrielle des Vieilles Tiges*. Paris: 3.º ano, número 11, 15 de janeiro de 1967. Páginas: 13-23.

FOS, Fernand. Santos Dumont raconté par lui-même. *Monde Ilustré*. Paris: agosto de 1901.

A.N. Une ascension de M. Santos Dumont. *L'Aérophile*: Paris, 8.º ano, número 8, agosto, 1900, páginas 105-106.

Un Naugrafe Aérien. Le "dirigeable" de M. de Santos Dumont. *Le Petit Journal*, 12.º ano, número 562, 25 de agosto de 1901.

RAFALLOV, G.D. Santos Dumont est arrivé à Paris. Jornal *Le Matin*. Paris: 11 de maio de 1922.

REICHEL, Frantz. Notre interview de Santos Dumont. *Lectures pour Tous*. Paris: Hachette & Cie, primeiro de janeiro de 1914, páginas 590-600.

Santos Dumont's Accident. *Flight – First aero weekly in the world*. Número 54 (Número 2, Volume II). Londres: 8 de janeiro de 1910. Página 28. Disponível em:

www.flightglobal.com/pdfarchive/view/1910/1910%20-%200032.html

M. Santos Dumont gagne le Prix Deutsch. *L'Illustration*, Paris: 26 de outubro de 1901, Número 3.061, página 265.

SANTOS DUMONT, Alberto. Une ascension au Jardin d'Acclimatation. *L'Aérophile*: Paris, 6.º ano, números 6,7 e 8, junho-agosto, 1898, páginas 103-105.

VOISIN, Gabriel. Santos Dumont: Le Pionnier officiel du premier vol mécanique em ligne droite: 220 mètres, le 12 novembre 1906. *Pionniers: Revue Aéronautique Trimestrielle des Vieilles Tiges*. Paris: ano 3, número 11, 15 de janeiro de 1967. Páginas: 9-12.

Internet

ACIDENTE COM O DIRIGÍVEL NÚMERO 5 EM PASSY. Disponível em:

www.santosdumontvida.blogspot.fr/2010/09/desvendando-o-acidente-de-08-de-agosto.html

HARTMANN, Gérard. *Les machines volantes de Santos Dumont*. Dossiers Historiques et Techniques Avions et Moteurs. Dezembro, 2005. Disponível em: www.hydroretro.net/etudegh/machines_volantes_santos-dumont.pdf

HISTÓRIA DAS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS. Disponível em:

www.expo2000.de/expo2000/geschichte/detail.php?wa_id=8&lang=1&s_typ=5

www.culture.gouv.fr/culture/actualites/celebrations2000/paris.htm

www.expositions-universelles.fr/1900-exposition-universelle-Paris.html

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA FRANÇA

Disponível em: www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine

CAPÍTULO 5: HEITOR VILLA-LOBOS: O SELVAGEM DE PARIS

Sobre Villa-Lobos

APPLEBY, David P. *Heitor Villa-Lobos, a life (1887-1959)*. Lanham and London: The Scarecrow Press, Inc., 2002.

ARCANJO, Loque. *O ritmo da mistura e o compasso da história: o modernismo musical nas* Bachianas Brasileiras *de Heitor Villa-Lobos*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2008.

BEAUFILS, Marcel. *Villa-Lobos, musicien et poète du Brésil*. Paris: IHEAL & EST-Samuel Tastet Éditeur, 1988.

ELIAS, M.H.P. da S. *Villa-Lobos – L'homme et son oeuvre pour le piano*. 5 de julho de 1984. 605 págs. Tese de doutorado em música e musicologia. Paris IV, 1984.

ESTRELLA, A. *Os quartetos de cordas de Villa-Lobos*. Rio de Janeiro: MEC/Museu Villa-Lobos, 1970.

FLÉCHET, Anaïs. *Villa-Lobos à Paris – Um echo musical du Brésil*. Paris: L'Harmattan, 2004.

FRANÇA, E. N. *Villa-Lobos – síntese crítica e biográfica*. Rio de Janeiro: MEC/Museu Villa-Lobos, 1970.

______. *A evolução de Villa-Lobos na música de câmara*. Rio de Janeiro: MEC/Museu Villa-Lobos, 1976.

GUÉRIOS, Paulo Renato. *Heitor Villa-Lobos: o caminho sinuoso da predestinação*. Curitiba: edição do autor, 2009.

GUIMARÃES, Luiz, e colaboradores. *Villa-Lobos visto da plateia e na intimidade*. Rio de Janeiro: sem editora, 1972.

HUGON, Gérald. Villa-Lobos et son éditeur, une longue aventure de fidélité réciproque, *Villa-Lobos, um continente musical. Premier Colloque International Heitor Villa-Lobos*, Paris, Institut Finlandais, 10-13 abril de 2002. Trabalho não publicado.

JACOBS, Rémi. *Heitor Villa-Lobos. Collection Horizon*. Paris: Bleu Nuit Éditeur, 2010.

LOUZEIRO, José. *Villa-Lobos, o aprendiz de feiticeiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

MARIZ, Vasco. *Heitor Villa-Lobos, compositor brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

MURICY, A. *Villa-Lobos – uma interpretação*. Rio de Janeiro: DIN/MEC, 1969.

PANTANO, Marina. *Heitor Villa-Lobos a Parigi*. Tesi di Laurea in Lettere Moderne. Storia dela Musica Moderna e Contemporanea. Università degli Studio di Torino, Facoltà di Lettere e Filosofia. Torino, 1990-1991. Dissertação de graduação, não publicada.

SANTOS, Turíbio. *Heitor Villa-Lobos e o violão*. Rio de Janeiro: Museu Villa-Lobos/MEC-Departamento de Assuntos Culturais, 1975.

SCHIC, Anna Stella. *Villa-Lobos – Souvenirs de l'indien blanc*. Paris: Actes Sud, 1987.

SALLES, Paulo de Tarso. *Villa-Lobos: processos composicionais*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

Temas gerais

AMARAL, Aracy (Org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Tarsila do Amaral*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2001.

______. *Tarsila Cronista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ANDRADE, Mário de. *Aspectos da música brasileira*. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.

______. *Ensaio sobre a música brasileira*. *Obras completas de Mário de Andrade*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1962.

AUGUSTO, Sérgio. *E foram todos para Paris: um guia de viagem nas pegadas de Hemingway, Fitzgerald & Cia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

BATISTA, Marta R.; LOPEZ, Telê P. A.; LIMA, Yone S. de (Org.). *Brasil: 1.º tempo modernista – 1917/29 – Documentação*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1972.

BOUVET, V.; DUROZOI, G. *Paris, 1919-1939 – Art et culture*. Paris: Éditions Hazan, 2009.

CARELLI, Mario. Les Brésiliens à Paris de la naissance du romantisme aux avant-gardes. In: KASPI, André; MARÈS, Antoine (org.). *Le Paris des étrangers depuis um siècle*. Paris: Imprimerie Nationale, 1989. Páginas: 287-298.

______. *Culturas Cruzadas: Intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas, SP: Papirus Editora, 1994. Páginas: 194.

COLI, Jorge. *Música Final: Mário de Andrade e sua coluna jornalística* Mundo Musical. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. Páginas: 165-177 e 380-394.

FRANCO, Álvaro da Costa (Org). *Em Meio à Crise*: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

GOTLIB, Nádia B. *Tarsila do Amaral, a modernista*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.

HERKENHOFF, Paulo; HEDEL-SANSON Brigitte, CHOUGNET, Jean-François. *Tarsila do Amaral: peintre brésiliènne à Paris, 1923-1929*. Rio de Janeiro: Imago escritório de arte, 2005.

INSTITUTO CULTURAL ITAÚ. *Modernismo: anos heroicos: marcos históricos*. São Paulo, 1994.

KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas Trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

MACHADO, Hilda. *Laurinda Santos Lobo: mecenas, artistas e outros marginais em Santa Teresa*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

MANN, Noëlle. *Prokofiev, Diva and the Nightingale*. London: University of London, Institute of United States Studies, 8 maio de 2004. Trabalho não publicado.

MILHAUD, Darius. *Ma Vie Hereuse*. Paris: Pierre Belfond, 1987.

MILLIET, Sérgio. *Diário crítico de Sérgio Milliet*. Vol I (1940-1943). São Paulo: Livraria Martins Editora e Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

MORAES, Marcos Antonio de. (Org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2000.

MORRISON, Simon. *Lina and Serge: The Love and Wars of Lina Prokofiev*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013

REVUE DE PRESSE, Março de 2006. Exposição *Tarsila do Amaral: peintre brésiliènne à Paris, 1923-1929*. Maison de l'Amérique Latine, 15 décembre 2005 – 20 février 2006. Páginas 2-14.

RIDING, Alan. *And the show went on – Cultural life in Nazi-occupied Paris*. Londres: Duckworth Overlook, 2012.

RUBINSTEIN, Arthur. *Grande est la vie. Les longues années*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1980.

SCHWARTZ, Jorge (Org). *Da antropofagia a Brasília: Brasil 1920-1950*. Valencia: Institut Valencià d'Art Modern, e São Paulo: FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado e Cosac & Naify Edições, 2002.

Periódicos

ANDRADE, Mário de; ANDRADE, Oswald de. "Homenagem aos homens que agem". *Verde*. Revista Mensal de Arte e Cultura, ano I, nº. 4, Cataguases, dez. 1927, p. 9. Edição fac-similar. São Paulo: Metal Leve, 1978.

BASTOS, Rafael José de Menezes. Brazil in France, 1922: An Anthropological Study of the Congenital International Nexus of Popular Music in *Latin American Music Review*, Volume 29, Number 1. Austin: University of Texas Press, Spring/Summer, 2008. Páginas: 1-25.

BÉHAGUE, Gerard. Indianism in Latin American Art-Music Composition of the 1920's and 1940's: Case Studies from Mexico, Peru, and Brazil in *Latin American Music Review*, Volume 27, Number 1. Austin: University of Texas Press, Spring, 2006. Páginas: 34-37.

DELARUE-MARDRUS, Lucie. Musique Cannibale: l'aventure d'um compositeur. Paris: *Journal L'Intransigeant*, 13 de dezembro de 1927.

KATER, Carlos. Villa-Lobos de Rubinstein in *Latin American Music Review*, Volume 8, Number 2. Austin: University of Texas Press, Fall/Winter, 1987. Páginas: 246-253.

LAGO, Manoel Aranha Corrêa do. Brazilian Sources in Milhaud's *Le Boeuf sur le Toit*: A Discussion and a Musical Analysis in *Latin American Music Review*, Volume 23, Number 1. Austin: University of Texas Press, Spring/Summer, 2002. Páginas: 1-55.

PRESENÇA DE VILLA-LOBOS. Rio de Janeiro: MEC/DAC/Museu Villa-Lobos, volumes 1-11, 1966-1980.

Jornais consultados na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional:

Correio da Manhã
Fon-Fon
O Imparcial
Jornal do Brasil
A Noite
A Notícia
O Paiz
A Rua
Última Hora

Internet (temas e biografias)

O BOI NO TELHADO. Disponível em:

ims.uol.com.br/hs/boinotelhado/livro.html
www.boeufsurletoit.com/en/the-legend-of-le-boeuf-sur-le-toit.html
www.daniellathompson.com/Texts/Le_Boeuf/boeuf_chronicles.htm
COOLS, EUGÈNE E JANINE. Disponível em: www.musimem.com/cools_eugene.htm
DIAGUILEV, Serguei. Disponível em:
www.theguardian.com/stage/2009/may/04/diaghilev-ballet-russes-centenary
www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/07/1313710-exposicao-celebra-bales-russos-de-diaguilev.shtml
DICIONÁRIO DE ARTISTAS DO BRASIL. Disponível em: brasilartesenciclopedias.com.br
ECONOMIA DA FRANÇA NOS ANOS 1920
Disponível em: www.philisto.fr/cours-82-l-economie-de-guerre-et-ses-consequences-1914-1929.html
GREET, Michele. *Transatlantic Encounters*: Latin American Artists in Interwar Paris. Disponível em:
chnm.gmu.edu/transatlanticencounters/items/browse/tag/1924+Exposition+d%27Art+Am%C3%A9ricain-Latin
LEMOS, ARTHUR IBERÊ DE. Disponível em:
www.ia.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/voxia_2011_atas_final.pdf
MUSEU VILLA-LOBOS. Disponível em:
Disponível em: www.museuvillalobos.org.br
VILLA-LOBOS E ANDRÉS SEGÓVIA EM PARIS. Disponível em:
www.violao.org/topic/3225-encontro-de-villa-lobos-com-andres-segovia/
VILLA-LOBOS EM PARIS. Disponível em:
omelhordeparis.com.br/a-chegada-e-o-sucesso-de-villa-lobos-em-paris/
www.scribd.com/doc/55658086/Roteiro-de-Villa-lobos
VÍTIMAS FRANCESAS NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL
Disponível em: www.memoiredeshommes.sga.defense.gouv.fr
www.nonfiction.fr/article-3965-la_france_en_1940__pourquoi_la_defaite_.htm
VÍTIMAS DA GRIPE ESPANHOLA EM TODO O MUNDO
Disponível em: www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11875246?dopt=Abstract
www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10713598

Audiovisual

Villa-Lobos: o índio de casaca. Direção: Roberto Feith. Produção: Metavídeo. Rio de Janeiro, MetaVídeo, TV Manchete, 1987. Brasil, 111 min, color/PB, em português/francês, com legendas. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=3WNDf03560c

Paris, Années Folles de Montmartre à Montparnasse. Direção: Fabien Béziat. Produção: Vincent Labaume/Program 33 para France Télévisions, 2013. França, 85 minutos, colorido, em francês sem legendas. Exibido em 2 de dezembro de 2013 pela France 3 TV.

Entrevista

BERRUT, Gérard. Proprietário do hotel Bedford, entrevistado pelo autor em 29 de outubro de 2013, em Paris.

CAPÍTULO 6: LÚCIO COSTA E A MAISON DU BRÉSIL

Sobre Lúcio Costa

COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COSTA, Maria Elisa (Organização). *Com a palavra, Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

Temas Gerais

AMARAL, Aracy (Org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Tarsila do Amaral*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2001.

ARNASON, H. Harvard & LIPCHITZ, Jacques. *My Life in Sculpture*, The Viking Press, 1972.

GOUTHIER, Hugo. *Presença* / Hugo Gouthier. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

HARRIS, Elizabeth Davis. *Le Corbusier: Riscos Brasileiros*. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

JENGER, Jean (Editor). *Le Corbusier*: Choix de Lettres. Basel: Birkhäuser Architecture, 2001.

LEMOINE, Bertrand. *La Cité Internationale Universitaire de Paris*, Éditions Hervas, Paris, 1990.

MORAES, Marcos Antonio de. (Org.). *Correspondência: Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2000.

RAGOT, Gilles; DION, Mathilde. *Le Corbusier en France: Réalisations et Projets*. Paris: Éditions du Moniteur, 1997, p. 76-77.

CORREA, Marcos Sá. *Oscar Niemeyer*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

SANTOS, Cecilia Rodrigues dos; SILVA PEREIRA, Margareth Campos da; SILVA PEREIRA, Romão Veriano da; SILVA, Vasco Caldeira da. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: Tessela/Projeto Editora, 1987, p. 244-283.

SCHWARTZMAN, Simon; BOUSQUET BOMENY, Helena Maria; RIBEIRO COSTA, Vanda Maria. *Tempos de Capanema,* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984.

MOOS, Stanislaus Von. *Le Corbusier*: Elements of a Synthesis, Rotterdam: 010 Publishers, 2009

XAVIER, Alberto. *Depoimentos de uma geração*: Arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2003.

Periódicos

BRUM, Ceres Karam. Maison du Brésil: A Student Residence for the Brazilian Elite in Paris. In: *Sociology Study*, David Publishing Company, Libertyville, Illinois, USA, June 2011, Volume 1, Number 1, páginas 31-48.

Outros

Inauguração da Casa do Brasil: discursos. Ministério da Educação e Cultura, Setor de Divulgação, Brasília, 1959.

Casa do Brasil (Fundação Franco-Brasileira). Documentação de Referência para a Comissão Negociadora do MRE/MEC, Embaixada do Brasil em Paris, 9 & 10 de dezembro de 1996.

Internet

CIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARIS. Disponível em: www.ciup.fr

EXPOSIÇÃO NACIONAL DE BELAS-ARTES. O SALÃO REVOLUCIONÁRIO DE 1931. Disponível em: cadernos.proarq.fau.ufrj.br/public/docs/cadernosproarq12.pdf

FONDATION LE CORBUSIER. Disponível em: www.fondationlecorbusier.fr/

MAISON DU BRÉSIL. Disponível em: www.maisondubresil.org

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA FRANÇA. Disponível em: www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine

SANTOS, Roberto Eustaáquio dos. *A armação do concreto no Brasil: história da difusão do sistema construtivo e da construção de sua hegemonia*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

Disponível em: www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-84KQ4X/2000000140.pdf?sequence=1

Audiovisual

O risco: Lúcio Costa e a utopia moderna. Direção: Geraldo Motta Filho. Roteiro Geraldo Motta Filho e Guilherme Wisnick. Documentário: Brasil, 2003, 76 min, color/PB, em português.

Entrevista

SALIM, Inez Machado. Diretora da Maison du Brésil na Cidade Universitária de Paris. Entrevistada pelo autor em 1º de outubro de 2012, em Paris.

CAPÍTULO 7: O CAMARADA OSCAR NIEMEYER

Sobre Niemeyer

NIEMEYER, Oscar. *Conversa de arquiteto*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

______. *As curvas do tempo – memórias*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

______. *Meu sósia e eu.* Rio de Janeiro: Revan, 1992.

______. *Minha arquitetura.* Rio de Janeiro: Revan, 2000.

______. *Oscar Niemeyer*. Belmont-sur-Lausanne: Éditions Alphabet, Luce Wilquin & André Delcourt, 1977.

TRASI, Nicoletta. *Oscar Niemeyer*, Permanence et invention. Paris : Édition du Moniteur, 2007.

CORREA, Marcos Sá. *Oscar Niemeyer*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

Temas gerais

COSTA COUTO, Ronaldo. *Juscelino Kubitschek*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Brasília, 2011.

FAUST, Jean-Jacques. *Le Brésil, une Amérique pour demain*. Paris: Éditions du Seuil, 1966.

GOUTHIER, Hugo. *Presença / Hugo Gouthier*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

Periódicos

LAUS, Harry. O Aeroporto de Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno B, página 2, 15 de setembro de 1966.

MARCHAIS, Georges. Jornal *L'Humanité*, Paris, 3 de maio de 1968.

NIEMEYER, Oscar [et al]. La maison du Parti communiste français. Revista *La Nouvelle Critique*, Paris, suplemento ao número 46, Paris, 1971.

______. Le nouveau siège du Comité central du P.C.F. Revista *Révolution*, Paris, suplemento ao número 17, 27 de junho de 1980.

RAVINEL, Sophie De. Place du Colonel-Fabien, la cathédrale communiste. Jornal *Le Figaro*, Paris, 15 de agosto de 2011.

REYMOND, Jean-Pierre. Oscar Niemeyer a 100 ans. Jornal *Echo d'Ille-de-France*, Paris, número 1018, edição de 13 de dezembro de 2007, página 8.

TRICOT, Catherine. Oscar Niemeyer au delà de la légende. Revista *Regards*, Paris, número 46, dezembro de 2007.

Arquivos

Arquivos históricos do Partido Comunista Francês.

Consultados nos Archives départementales de la Seine-Saint-Denis, em maio de 2012.

Internet

BENOIT, Jacques. Pintor francês que se inspira na obra de Oscar Niemeyer. Disponível em: www.jacquesbenoit.com/Trois_traces_d_Oscar_page_peintures.html

L'Etat rachète l'ancien siège de l'Humanité. Jornal *Le Parisien*. Edição de 12 de janeiro de 2010: Disponível em: www.leparisien.fr/bobigny-93000/l-etat-rachete-l-ancien-siege-de-l-humanite-12-01-2010-773422.php

FONDATION LE CORBUSIER. Disponível em: www.fondationlecorbusier.fr/

FORTE, Ricardo. Le Siège du Parti Communiste Français à Paris. La séduction esthétique de la ligne courbe. Revista *Arkos*, número 18, janeiro-março de 2009. Disponível em: www2.archi.fr/DOCOMOMO-FR/article-pcf-forte.pdf

FUNDAÇÃO OSCAR NIEMEYER. Disponível em: www.niemeyer.org.br

GYLDÉN, Axel. Oscar Niemeyer, "Je cherche toujours à inventer". Revista *L'Express*, Paris, 21 Novembro de 2007. Disponível em: http://www.lexpress.fr/culture/art/art/architecture/oscar-niemeyer-je-cherche-toujours-a-inventer_474441.html

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA FRANÇA. Disponível em: www.culture.gouv.fr/culture/inventai/patrimoine

Audiovisual

Oscar Niemeyer, A vida é um sopro. Roteiro e direção: Fabiano Maciel. Produção Executiva: Sacha. Produção: Santa Clara. Documentário, 90 minutos. Brasil, 2007.

Oscar Niemeyer, un architecte engagé dans le siècle. Direção: Marc-Henri Wajnberg. Roteiro: Marc-Henri Wajnberg, Rogier Van Eck. Produção: Wajnbrosse productions (Bruxelles), Polo de Imagem (São Paulo) em associação com Arte, RTBF, NOS, SBS, DISCOVERY Latin America e o Centre National de la Cinématographie (CNC), Ministère de la Communauté Française de Belgique, Eurimages, Wallonie Image Production (WIP). Documentário, colorido, francês/português, 2001.

L'Homme de Rio. Direção: Philippe de Broca. Produção: Les Films Ariane S.A. Ficção, colorido, em francês sem legendas, 112 minutos, France/Itália, 1964.

Entrevista

BENOIT, Jacques. Pintor francês inspirado pelas obras de Oscar Niemeyer. Entrevistado pelo autor em 4 de abril de 2012, em Paris.

FOURNIER, Gérard. Administrador do Espaço Cultural Niemeyer, na sede do Partido Comunista Francês. Entrevistado pelo autor em 28 de março de 2012, em Paris.

TRICOT, Jacques. Engenheiro, colaborador de Niemeyer. Entrevistado pelo autor em 29 de março de 2012, em Paris.

Agradecimentos

Um trabalho desta envergadura, cobrindo duzentos anos de história em dois países, abordando temas tão variados como arte, política, filosofia, arquitetura e tecnologia, não se faz sozinho. Aqui revelo, com prazer e profunda gratidão, o nome daqueles que, de um modo ou de outro, colaboraram na execução deste projeto. Sua valiosa contribuição não me isenta, contudo, de assumir inteira responsabilidade por qualquer erro ou omissão que por ventura tenha chegado à versão final do texto.

Em primeiro lugar, sou grato ao jornalista e professor **Sérgio Rizzo**, cujo entusiasmo de primeira hora foi o empurrão que faltava para fazer este livro decolar do mundo das ideias para aterrissar no papel. Meu irmão, **Marcelo Torres Assumpção**, resgatou o projeto em dois momentos dramáticos: quando trouxe uma mala abarrotada de livros para Paris e quando me presenteou com um novo computador depois que o meu velho Dell se desligou para todo o sempre. Outros livros chegaram a Paris nas malas de **Sheila Vaz**, e da **Dra. Káris Rodrigues**, que ainda me deu consultoria técnica sobre a hemiplegia de Henrique Dumont e a vacina antirrábica de Louis Pasteur.

Rogério Faria, Christovam Chevalier e Luiz Otavio Costa ofereceram-me carinho, casa, comida e roupa lavada durante as fases de pesquisa no Brasil. Em Petrópolis, **Thais Lepesteur** recebeu-me com a gentileza e a eficiência que destacam todo o pessoal do Museu Imperial. Mais tarde, ela me enviaria a coleção completa dos Diários do Imperador, sem a qual o terceiro capítulo não poderia ter sido escrito.

Na França recebi o apoio da infatigável **Sandra Callegari**, que trava uma luta quixotesca para manter atualizada e relevante a Biblioteca da Embaixada do Brasil, cujo acervo responde por mais da metade de todas as fontes bibliográficas usadas nesta pesquisa. **Simon Carrier**, do Aéro-Club de France, permitiu-me passar longas

tardes de inverno na biblioteca do clube, enquanto dois internautas brasileiros, **Henri Lalli** e **Luiz Pagano**, ajudaram-me a entender melhor as aventuras de Santos Dumont.

Na pesquisa de campo, tive o auxílio de **David Labreure**, que me guiou pelo apartamento sagrado de Auguste Comte, enquanto **Alexandre Pereira de Souza** permitiu-me uma visita exclusiva à Chapelle de l'Humanité em Paris. **Denise Leitão** e **Luiz Cezar Frederico** foram meus anfitriões na Maison du Brésil, permitindo-me também o acesso ao acervo da Videoteca Joaquim Pedro de Andrade. Na sede do Partido Comunista Francês, contei com o apoio de **Gérard Fournier**, administrador do Espaço Cultural Oscar Niemeyer, e do pintor **Jacques Benoit**, também conhecido como "O homem que pinta Niemeyer".

Dos entrevistados, agradeço a gentileza da arquiteta **Inez Salim**, que, poucos dias antes de se aposentar, me recebeu em seu gabinete na Maison du Brésil; do engenheiro **Jacques Tricot**, que me convidou ao seu apartamento para relembrar velhas histórias de Niemeyer; e de **Gérard Berrut**, proprietário do Hotel Bedford, que ainda hoje homenageia Heitor Villa-Lobos, dando o seu nome a uma sala de música no hotel.

Por e-mail pude tirar dúvidas com historiadores que me socorreram, sobretudo no capítulo referente a Villa-Lobos: o professor **Paulo Renato Guérios**, da Universidade Federal do Paraná, autor de *Heitor Villa-Lobos: o caminho sinuoso da predestinação*; a professora **Anaïs Fléchet**, da Universidade de Versailles, autora de *Villa-Lobos à Paris*; **Gérald Hugon**, musicólogo e ex-editor da Maison Max Eschig, autor de *Villa-Lobos et son éditeur*; **Marina Pantano**, coordenadora de atividades da área artística do Teatro Real de Turim, autora de *Villa-Lobos a Parigi*; e o professor **Simon Morrison**, da Universidade de Princeton, autor de *Lina and Serge, the love and wars of Lina Prokofiev*. Todos responderam às minhas questões com rapidez e generosidade.

Entre mudança de endereço, obras em casa, computadores inoperantes e outros obstáculos inesperados, muito deste livro acabou sendo escrito sob as asas dos amigos **Nicole & Albert du Roy**, que me acolheram na paz e tranquilidade do seu *château*. Uma vez pronto

o manuscrito, contei com o olhar crítico de leitores cobaias, meus revisores de plantão: **Evandro Cela**, **Erika Campelo**, **Adriana Vidal** e **Juliette Vincent**.

Depois, tive a sorte de reencontrar a amiga de longa data **Monica Maia**, que, como agente literária, acreditou neste projeto desde a primeira leitura; enquanto **Selmy Yassuda** encontrava uma brecha em sua agenda de trabalhos no exterior para, gentilmente, fazer a foto do autor para a orelha do livro.

Na Casa da Palavra, devo muito a **Martha Ribas**, **Fernanda Cardoso** e **Breno Barreto**, que tornaram este projeto realidade.

Finalmente, sou eternamente grato a meus pais, **Antônio Assumpção** e **Shirlei Torres**, que não puderam esperar para ver o livro pronto; e a minha âncora e companheira, **Marie du Roy**, cujo amor, apoio e paciência foram fundamentais para que esta aventura chegasse a bom porto.

Merci, Marie!

Índice